

# XXVI Encontro Estadual de Geografia do Rio Grande do Norte

PENSANDO NOVAS GEOGRAFIAS:  
(RE) EXISTÊNCIAS NO TERRITÓRIO  
POTIGUAR

Andreza Tacyana Felix Carvalho  
Jacimária Fonseca de Medeiros  
Luiz Eduardo do Nascimento Neto  
Larissa Silva Queiroz  
Diógenys da Silva Henriques  
Anny Catarina Nobre de Souza

Andreza Tacyana Felix Carvalho  
Jacimária Fonseca de Medeiros  
Luiz Eduardo do Nascimento Neto  
Larissa Silva Queiroz  
Diógenys da Silva Henriques  
Anny Catarina Nobre de Souza

XXVI Encontro Estadual de Geografia do Rio Grande do Norte -  
Pensando novas Geografias: (RE) existências no Território Potiguar



**Universidade do Estado do Rio Grande do Norte**

**Reitora**

Cicília Raquel Maia Leite

**Vice-Reitor**

Francisco Dantas de Medeiros Neto

**Diretor da Editora Universitária – EDUERN**

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

**Chefe do Setor Executivo da Editora Universitária - EDUERN**

Jacimária Fonseca de Medeiros

**Chefe do Setor de Editoração da Editora Universitária da Uern - EDUERN**

Emanuela Carla Medeiros de Queiros



**Conselho Editorial das Edições UERN**

Edmar Peixoto de Lima

Emanuela Carla Medeiros de Queiros

Filipe da Silva Peixoto

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

Isabela Pinheiro Cavalcanti Lima

Jacimária Fonseca de Medeiros

José Elesbão de Almeida

Maria José Costa Fernandes

Maura Vanessa Silva Sobreira

Kalidia Felipe de Lima Costa

Regina Célia Pereira Marques

Rosa Maria Rodrigues Lopes

Saulo Gomes Batista

**Diagramação**

Selton Deolino da Silva

**Catálogo da Publicação na Fonte.**

**Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

XXVI Encontro Estadual de Geografia do Rio Grande do Norte - pensando novas Geografias: (RE) existências no território Potiguar. / Andreza Tacyana Felix Carvalho, Jacimária Fonseca de Medeiros, Luiz Eduardo do Nascimento Neto, Larissa Silva Queiroz, Diógenys da Silva Henriques, Anny Catarina Nobre de Souza (orgs.). – Mossoró, RN: Edições UERN; FAPERN, 2023.

361 p.

ISBN: 978-85-7621-461-8 (E-book).

1. Geografia do Rio Grande do Norte. 2. Território Potiguar. 3. Encontro Estadual de Geografia do Rio Grande do Norte (EGEORN). I. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. II. Título.

UERN/BC

918.133 CDD

Bibliotecário: Aline Karoline da Silva Araújo CRB 15 / 783

Editora Filiada á



**O Projeto Institucional de Fortalecimento de Ações de Divulgação e Popularização da Ciência nos Territórios do RN**, pelo qual foi possível a edição de todas essas publicações digitais, faz parte de uma plêiade de ações que a **Fundação de Amparo à Ciência, Tecnologia e Informação do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN)**, em parceria, nesse caso, com a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN), vem realizando a partir do nosso Governo.

Sempre é bom lembrar que o investimento em ciência auxilia e enriquece o desenvolvimento de qualquer Estado e de qualquer país. Sempre é bom lembrar ainda que inovação e pesquisa científica e tecnológica são, na realidade, bens públicos que têm apoio legal, uma vez que estão garantidos nos artigos 218 e 219 da nossa Constituição.

Por essa razão, desde que assumimos o Governo do Rio Grande do Norte, não medimos esforços para garantir o funcionamento da FAPERN. Para tanto, tomamos uma série de medidas que tornaram possível oferecer reais condições de trabalho. Inclusive, atendendo a uma necessidade real da instituição, viabilizamos e solicitamos servidores de diversos outros órgãos para compor a equipe técnica.

Uma vez composto o capital humano, chegara o momento também de pensar no capital de investimentos. Portanto, é a primeira vez que a FAPERN, desde sua criação, em 2003, tem, de fato, autonomia financeira. E isso está ocorrendo agora por meio da disponibilização de recursos do PROEDI, gerenciados pelo FUNDET, que garantem apoio ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação (CTI) em todo o território do Rio Grande do Norte.

Acreditando que o fortalecimento da pesquisa científica é totalmente perpassado pelo bom relacionamento com as Instituições de Ensino Superior (IES), restabelecemos o diálogo com as quatro IES públicas do nosso Estado: UERN, UFRN, UFERSA e IFRN. Além disso, estimulamos que diversos órgãos do Governo fizessem e façam convênios com a FAPERN, de forma a favorecer o desenvolvimento social e econômico a partir da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) no Rio Grande do Norte.

Por fim, esta publicação que chega até o leitor faz parte de uma série de medidas que se coadunam com o pensamento – e ações – de que os investimentos em educação, ciência e tecnologia são investimentos que geram frutos e constroem um presente, além, claro, de contribuírem para alicerçar um futuro mais justo e mais inclusivo para todos e todas!

*Boa leitura e bons aprendizados!*



*Fátima Bezerra*

Governadora do Rio Grande do Norte



# Parceria pelo

Desenvolvimento Científico do RN



**A Fundação de Amparo à Ciência, Tecnologia e Informação do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN)** e a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN) sentem-se honradas pela parceria firmada em prol do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação. A publicação deste livro eletrônico (e-book) é fruto do esforço conjunto das duas instituições, que, em setembro de 2020, assinaram o Convênio 05/2020–FAPERN/FUERN, que, dentre seus objetivos, prevê **a publicação de mais de 300 e-books**. Uma ação estratégica como fomento de divulgação científica e de popularização da ciência.

Esse convênio também contempla a tradução de sites de Programas de Pós-Graduação (PPGs) das Instituições de Ensino Superior do Estado para outros idiomas, apoio a periódicos científicos e outras ações para divulgação, popularização e internacionalização do conhecimento científico produzido no Rio Grande do Norte. Ao final, **a FAPERN terá investido R\$ 855.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais)** oriundos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDET), captados via Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROEDI), programa aprovado em dezembro de 2019 pela Assembleia Legislativa na forma da Lei 10.640, sancionada pela governadora, professora Fátima Bezerra.

Na publicação dos e-books, estudantes de cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) são responsáveis pelo planejamento visual e diagramação das obras. A seleção dos bolsistas ficou a cargo da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE/UERN).

Os editais lançados abrangeram diferentes temáticas assim distribuídas: no Edital 17/2020 - FAPERN, os autores/ organizadores puderam inscrever as obras resultantes de suas pesquisas de mestrado e doutorado defendidas junto aos PPGs de todas as Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTIs) do Rio Grande Norte, bem como coletâneas que foram resultados de trabalhos dos grupos de pesquisa nelas sediados. No Edital nº 18/2021 - FAPERN, realizou-se a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Turismo para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte”. No Edital nº 19/2021 - FAPERN, foi inscrita a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Educação para a cidadania e para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. No Edital nº 20/2021 - FAPERN, foi realizada a chamada para a publicação de e-books sobre o tema «Saúde Pública, desenvolvimento social e cidadania no Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. O Edital nº 21/2021 - FAPERN trouxe a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Segurança pública, desenvolvimento social e cidadania no Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. O Edital nº 22/2021 - FAPERN apresentou

a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Pesquisas sobre o Bicentenário da Independência do Brasil (1822-2022): desdobramentos para o desenvolvimento social e/ou econômico do RN”. O Edital nº 23/2021 – FAPERN realizou a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Pesquisas sobre o Centenário da Semana de Arte Moderna (1992-2022) desdobramentos para o desenvolvimento social e/ou econômico do RN”. O Edital nº 22/2022 – FAPERN, realizou a chamada para a publicação de e-books com o objetivo de contribuir para o fortalecimento e divulgação da pesquisa a partir dos programas de pós-graduação e dos Grupos de Pesquisa das Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio Grande do Norte.

Com essa parceria, a FAPERN e a FUERN unem esforços para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte, acreditando na força da pesquisa científica, tecnológica e de inovação que emana das instituições potiguaras, reforçando a compreensão de que o conhecimento é transformador da realidade social.

Agradecemos a cada autor(a) que dedicou seu esforço na concretização das publicações e a cada leitor(a) que nelas tem a oportunidade de ampliar seu conhecimento, objetivo final do compartilhamento de estudos e pesquisas.



*Gilton Sampaio  
de Souza*

Diretor-Presidente da FAPERN

*Cicilia Raquel*

*Maia Leite*

Presidente da FUERN



## APRESENTAÇÃO

O e-book *Pensando novas Geografias: (RE)existências no território Potiguar* trata-se de uma coletânea de estudos e pesquisas escritas por diversos discentes e profissionais da formação e da ciência geográfica do Rio Grande do Norte, o qual teve como objetivo discutir sobre os processos que envolvem as esferas físicas, sociais, políticas, econômicas e culturais diante dos desafios da dinâmica socioespacial do Estado.

Vislumbramos esta publicação como forma de expandir as discussões dos trabalhos acadêmicos apresentados por ocasião do XXVI Encontro Estadual de Geografia do Rio Grande do Norte (EGEORN), evento que, desde o ano de 1999, reúne os cursos de Geografia nos vieses da licenciatura e bacharelado, professores da Educação Básica, geógrafos profissionais e alunos de pós-graduação da comunidade geográfica do estado.

O número de edições do EGEORN constata a consolidação do evento como um (re)encontro acadêmico e de tradição no âmbito dos cursos da Geografia potiguar e, nesta edição, esteve sob a coordenação do Curso de Geografia da UERN, do Campus de Pau dos Ferros (CAPF). É salutar destacar que, mesmo diante de um contexto pandêmico, manteve sua grandiosidade e importância no cenário potiguar, sendo a edição com o maior número de inscrições, que aconteceu de forma remota, de forma gratuita e aberta à comunidade geográfica.

Uma vez evidenciada a necessidade de registro, publicação e posteriores consultas para as demais pesquisas e estudos que versem sobre a Geografia do Espaço Potiguar, esta obra se constitui como um elemento de leitura e pesquisa para conhecimento e divulgação da Geografia Norte-rio-grandense. O seu conteúdo se perpetua como um legado histórico e fruto das discussões proferidas no referido encontro estadual que possibilitou a gênese desta publicação que reúne aportes acadêmicos e científicos. A sua estrutura está dividida em eixos temáticos dos grupos de trabalhos que foram constituídos no evento, a saber: Estudos Urbanos, Estudos agrários, Espaço e Cultura, Estudos Geoambientais e Educação Geográfica. Trata-se, assim, de uma obra que reúne um conglomerado de trabalhos mesclados na multiplicidade de análises em pesquisas e estudos geográficos, configurando, dessa forma, a parte escrita e a de publicação do XXVI EGEORN.

A partir disso, essa coletânea proporciona aos(as) leitores(as), visões, análises e considerações acerca de potencialidades e problemáticas das conjecturas geográficas que constituem o espaço potiguar, sendo sua publicação pioneira nesse segmento. Este e-book é uma partícula de saberes e conhecimentos que julgamos poder dialogar com outros temas geográficos ou de áreas afins, fortalecendo as discussões profissionais e de formação da Geografia.

Por fim, agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) através do auxílio nº 0900/2022, pela contribuição na realização desse material. Do ponto de vista acadêmico e social, consideramos importante a leitura do material aqui apresentado como forma de aprofundar discussões e os desafios de novas geografias que resistem e possam frutificar futuros debates e (re)configurações dos diversos olhares geográficos. Afinal, nossa imagética cartográfica nos lembra a figura de um elefante e, como tal, devemos expandir nossos domínios territoriais e guardar em memória os trabalhos desenvolvidos no XXVI EGEORN.

Os(as) Autores(as)

## SUMÁRIO

### EIXOS TEMÁTICOS ESTUDOS URBANOS

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO CENTRO HISTÓRICO DE NATAL (RN): UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DA INTERVENÇÃO URBANA NO BECO DA LAMA	14
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A MOBILIDADE URBANA: DESIGUALDADE SÓCIO-ESPACIAL E EXCLUSÃO	26
O COMÉRCIO E A REALIZAÇÃO DO “LIVE COMMERCE” COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO CAPITALISTA: BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	34
OS USOS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19: DA EXPANSÃO DAS EMPRESAS-APLICATIVO À EXPLORAÇÃO DO TRABALHO POR MEIO DA TECNIFICAÇÃO DIGITAL DO TERRITÓRIO	42
REFLEXÕES SOBRE O USO DA BICICLETA COMO POSSIBILIDADE DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL EM NATAL/RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL	56
AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: UNIVERSIDADES ESTADUAIS CEARENSES E SEU PAPEL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL	70
A PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO NA METRÓPOLE PAULISTANA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DA JUVENTUDE E O APROFUNDAMENTO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL DA REGIÃO	78

### ESTUDOS AGRÁRIOS

QUESTÃO AGRÁRIA E DINÂMICAS DE USO E PROPRIEDADE DA TERRA NO BAIXO JAGUARIBE/CEARÁ	89
POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NO SERIDÓ POTIGUAR: UMA ANÁLISE DO P1MC E DO P1+2	98
DUAS BARRAGENS E OS ATINGIDOS NO RIO GRANDE DO NORTE	106

## ESPAÇO E CULTURA

O RIO E A CIDADE: GEOGRAFIAS FÍLMICAS DE ABRAÇO DE MARÉ	123
BREVES NOTAS SOBRE A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E SUA CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE NATAL/RN	136
A GERAÇÃO COCA-COLA DA DÉCADA DE 40: LUGAR, PAISAGEM, MEMÓRIA E IDENTIDADE POTIGUAR NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	148
GEOGRAFIAS FANTÁSTICAS: IMAGINÁRIOS COLETIVOS E A IDENTIDADE REGIONAL POTIGUAR	159
OS SIGNOS NA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO MUNICÍPIO DE AURELINO LEAL/BA	170
NORDESTE, FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA E IDENTIDADE: BREVE TRAJETÓRIA	180

## ESTUDOS GEOAMBIENTAIS

AS POLÍTICAS DE GESTÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DA CIDADE DE MUCAMBO/CE	190
IDENTIFICAÇÃO DE IMPACTOS E CONFLITOS AMBIENTAIS EM MICROBACIAS DE NASCENTES DO RIO GUAJIRU/RN	205
CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO INSELBERG DE SERRA CAIADA/RN	218
ATIVIDADE PESQUEIRA E A COLETA DE MARISCOS: IMPACTOS AMBIENTAIS NEGATIVOS NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ESTADUAL PONTA DO TUBARÃO, MACAU/RN, BRASIL	228
CARACTERIZAÇÃO GEOMORFOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE SERRA DE SÃO BENTO/RN	243

## EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA

AS PROBLEMÁTICAS DO ENSINO REMOTO NA CONSTRUÇÃO DO FAZER DOCENTE PARA OS BOLSISTAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA	254
A ADOÇÃO DE PROJETOS GEOEDUCACIONAIS NO ENSINO REMOTO: AS REDES SOCIAIS ENQUANTO CAMPO DE TRABALHO	265
O CONHECIMENTO GEOGRÁFICO NO BRASIL COLONIAL: A GEOGRAFIA DOS JESUÍTAS NA DESCRIÇÃO DO TERRITÓRIO	278
LUGAR E NÃO-LUGAR: UMA EXPERIÊNCIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA NO 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA ESTADUAL TARCÍSIO MAIA	286
O USO DO GOOGLE FORMS NA CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS DA GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE VIDA DOS ESTUDANTES	296
RESSIGNIFICANDO AS PRÁTICAS DOCENTES NO CONTEXTO REMOTO: O DESAFIO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA	308
ENSINO DE GEOGRAFIA DO SEMIÁRIDO: O USO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA	322
GAMIFICAÇÃO E ENSINO DE GEOGRAFIA: O JOGO DE TABULEIRO EM TEMPOS DE PANDEMIA NO ENSINO MÉDIO DE TEMPO INTEGRAL	331
O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO ENSINO FUNDAMENTAL NOS ANOS FINAIS NA ESCOLA MUNICIPAL EDUCANDÁRIO DIX-SEPTIENSE	343



EIXO TEMÁTICO 1:  
ESTUDOS URBANOS

# **A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO CENTRO HISTÓRICO DE NATAL (RN): UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DA INTERVENÇÃO URBANA NO BECO DA LAMA**

**Ana Clara Celestino Belchior**

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

*E-mail: [clarae260@gmail.com](mailto:clarae260@gmail.com)*

**Yan de Oliveira Machado**

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

*E-mail: [yanmachado21@gmail.com](mailto:yanmachado21@gmail.com)*

**Airon Sarug Ferreira Dantas**

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

*E-mail: [aironsarug@gmail.com](mailto:aironsarug@gmail.com)*

**Juliana de Souza Xavier**

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

*E-mail: [juxavier.tga@gmail.com](mailto:juxavier.tga@gmail.com)*

## **1 INTRODUÇÃO**

Tidas como uma expressão reveladora de importantes mensagens, as práticas artísticas implementadas no bairro de Cidade Alta, mais precisamente, no Beco da Lama, retratam o movimento da arte urbana que resultou em uma ferramenta excepcional de uso pela gestão política para a promoção de interesses socioeconômicos. Observa-se que, por intermédio da intervenção urbana, o local pode se renovar e dialogar com a comunidade através da utilidade pública, na perspectiva de atrair olhares voltados para a realização de atividades, logo, transformou-se em um dos principais expoentes do processo de revitalização do Centro Histórico de Natal, inserido na paisagem urbana e no cotidiano dos habitantes da cidade.

O despertar do interesse temático para a elaboração do presente trabalho procedeu do estímulo recente dos acontecimentos na localidade, proporcionado por investimentos públicos e privados que procuraram revigorar uma área antes esquecida, mas que se tornou um novo ponto de visitação, com o trabalho manual de artistas, para representar a cultura popular potiguar por meio de coloridos grafites.

O bairro de Cidade Alta juntamente com a Ribeira forma o Centro Histórico de Natal, a área é resultante da ação de variados agentes, introduzidos em diferentes temporalidades. Concentra, em seu perímetro, um segmento comercial bastante diversificado, além de empreendimentos voltados ao lazer, fins residenciais e repartições públicas que circunscrevem as bases para a dinâmica econômica e social do município.

Neste sentido, apresenta um forte caráter turístico e recebe um fluxo bastante dinâmico e diversificado, sejam pessoas da própria cidade, sejam oriundas de outros estados, são atraídas pelas construções arquitetônicas, pelo comércio local e, sobretudo, pelas manifestações culturais, por ser considerada o reduto da boemia potiguar, incrementando a região com diversos

eventos. Tal natureza estimula os recentes acontecimentos, pois o Centro Histórico encontra-se em revitalização, proporcionada por investimentos públicos e privados que geram novos usos pela ocupação do espaço. As intervenções procuram revigorar áreas antes esquecidas, em meio aos tradicionais bairros do centro, tornando-os um novo ponto de visitação turística, além de movimentar a economia do entorno.

Desse modo, o objetivo principal   compreender como as interven es artísticas proporcionam a produ o de novos espaços e usos no Beco da Lama e, como específico, detectar quais são os agentes modeladores do espaço e os fatores que influenciaram o processo de revitaliza o do espaço urbano.

## **2 FUNDAMENTA O TE ORICA**

### **2.1 PRODU O DO ESPAÇO**

O espaço congrega as maiores distin es de sistemas de infraestruturas, elementos simbólicos, fixos, fluxos, entre outros. Nesse sentido, para a compreensão da produ o do espaço urbano, Corrêa (1989) apresenta que o espaço reúne as a es sociais as quais dão dinamismo criando e recriando as rela es sociais sobre ele. Logo, o espaço urbano apresenta-se como fragmento em diferentes áreas, de acordo com seu uso e, a partir desses diferentes usos, verifica-se como ocorre a organiza o espacial do local.

Dessa maneira, o conceito de espaço urbano que ampara esta pesquisa   o do próprio Corrêa (1989, p. 7) quando coloca o espaço urbano como:

o conjunto dos usos da terra justapostos entre si definem áreas, como o centro da cidade, local de concentra o de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer, e entre outras aquelas reservadas   futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra  , em realidade, a organiza o espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado.

Nesse sentido a organiza o espacial   fragmentada. Todavia, não   um processo aleatório (Corrêa, 1989). As rela es entre os diferentes fragmentos podem ser notadas no espaço através dos:

fluxos de veículos e de pessoas associadas às opera es de carga e descarga de mercadorias, aos deslocamentos quotidianos entre as áreas residenciais e os diversos locais de trabalho, aos deslocamentos menos frequentes para as compras no centro da cidade ou nas lojas do bairro, às visitas aos parentes e amigos, e às idas aos cinemas, culto religioso, praias e parques. (Ibid., p. 7)

Assim, notando o que Freitas e Ferreira (2011, p. 4) apresentam, o espaço reúne “materialidades e imaterialidades, o que pressupõe a es e rela es que envolvem os agentes sociais

que o produzem e o consomem, criando-o e recriando-o conforme suas práticas”. E as relações espaciais diferenciais integram as distintas partes da cidade, formando um núcleo articulado, o qual Corrêa (1989) nomeara de centro da cidade.

Dessa maneira, a produção do espaço apresentada por Corrêa (1989) está em sintonia com o que trata Schmid (2012), ao apresentar que Lefebvre considerava que o espaço produzido é pensado como uma tridimensionalidade: o percebido, o concebido e o vivido. O autor dispõe que é o momento de experiência “pelos seres humanos na prática cotidiana” (Schmid, 2012, p. 14).

A articulação do espaço urbano e a circulação dos agentes podem ser verificadas na cidade que, entendida como mercadoria e produto do capitalismo, em Corrêa (1989, p. 8) tem relações de articulação que se dão através de investimentos do “capital, os salários das classes, mais-valia, prática do poder e da ideologia”. O espaço urbano em seus fragmentos e dimensões de produção é formado por agentes, os quais Corrêa (1989, p. 11) expõe que suas ações se dão ao longo do tempo no espaço, pois são agentes modeladores que produzem e consomem o espaço. Contudo, sua atuação não ocorre de maneira isolada, mas atuam articulados na produção e acumulação capitalista e na reprodução social.

## 2.2 INTERVENÇÃO URBANA

A intervenção urbana pode ser discutida enquanto abarcar uma visão de linguagem manifestada nos espaços públicos, de caráter artístico, social ou político. Nesse contexto, compreende-se que as ações podem causar novos usos e significados através das especificidades dos produtos artísticos que articulam ideias, imagens e sentimentos, em que o centro urbano é palco e alvo dessa atividade que altera a paisagem mediante o “diálogo entre o artista, a cidade e o público” (Lima, 2013, p. 13).

Lima (2013, p. 14) traz para o debate a intervenção urbana com uma visão mais artística, social e política onde a cidade é o palco/alvo principal dessa atividade, pois indica:

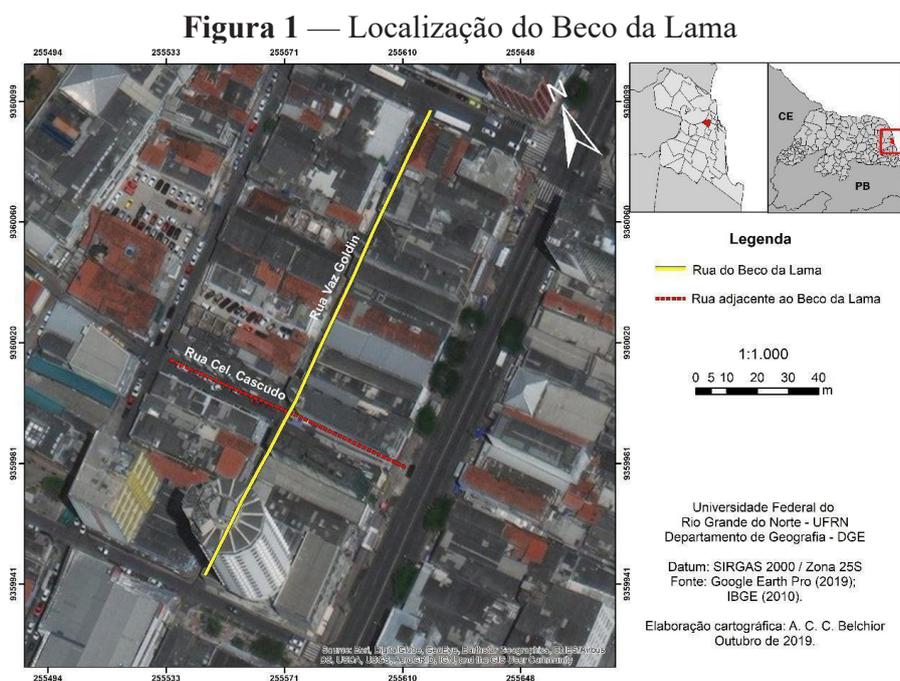
A própria ideia de “intervir” pressupõe uma participação ativa, uma ação direta sobre determinado objeto. Em geral, a intervenção urbana altera a paisagem pré-estabelecida e propõe um diálogo entre o artista, a cidade e o público.

Para Chou e Andrade (2005, p. 2), “entende-se que qualquer intervenção no espaço urbano causa transformações imediatas nas imagens da cidade”, no qual devem se destacar as características da cultura local e valorizar as qualidades do ambiente. Nota-se que a atividade de intervenção urbana abrange diversos contextos, motivações e interesses; todavia, no que diz respeito à produção de novos espaços por essa atividade, a readaptação daquele ambiente pelos indivíduos locais divide espaço com as intenções comerciais.

### 3 PROCEDIMIENTO METODOLÓGICO

O estudo partiu de uma revisão bibliográfica com o aporte de Corrêa (1989), Chuo e Andrade (2005), Schmid (2012), Lima (2013) e Façanha (2014), além de levantamentos documentais a partir dos relatórios do Edital do Centro Histórico (014/2019) e do Plano Municipal de Cultura no âmbito do município de Natal/RN (2018), para além das reportagens jornalísticas e sites oficiais de órgãos responsáveis pela gestão da cidade.

As informações coletadas foram processadas em Sistemas de Informações Geográficas (SIGs), sendo a plataforma do *Google Earth* e o *ArcGIS (ArcMap 10.5)*, com a base vetorial do IBGE (2010). A pesquisa de campo foi realizada no Beco da Lama, localizado na Rua Vaz Gondim, no bairro de Cidade Alta, conforme apresentado na Figura 1, com a captura dos espaços produzidos através de registros fotográficos realizados pelos próprios autores em seus equipamentos.



**Fonte:** Elaboração própria a partir de IBGE (2010) e Google Earth Pro (2019).

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 4.1 DINÂMICA SOCIOESPACIAL DO BECO DA LAMA

O contexto histórico do Beco da Lama é de um espaço que surge com ruas estreitas e curtas, com a presença de esgoto a céu aberto, daí o nome pelo qual ficou popularmente conhecido. A partir dos anos 1950 começou a se estender para o entorno, deixando de ser apenas um local de circulação ou distração do comércio, ao passar a ser um lugar voltado para práticas

culturais, devido aos incentivos dos próprios bares e sebos da região, tornando-se bastante importante e representativo no centro da cidade.

Para Façanha (2014), “o Beco da Lama é, dentre outras coisas, um espaço que nos aproxima do lado menos afamado do artista, aquele sem alguma armadura ‘sagrada’. Lugar para aproximarmos-nos de materiais artísticos no imediato das ruas, dos sebos e bares”. Sendo possível, de acordo com o autor, conversar com os artistas enquanto produzem suas telas, esculturas, poesias etc., em que os visitantes deixam de ser apenas simples “espectadores” e passam a ser parte da arte que está ali.

É interessante salientar que o Beco era tido como um lugar *underground*, já que diversos artistas da cidade de Natal começaram a expor e a divulgar seus trabalhos lá, constituindo, assim, um novo espaço em que era possível pensar sobre as diversas formas de arte sem que se estivesse em museus ou até mesmo sem que fosse preciso recorrer a editais ou leis de “incentivo” à cultura, por exemplo, fato esse que ocorreu em outros lugares do mundo e do Brasil.

Em tempos mais recentes, com a proposta de revitalização deste espaço pela Prefeitura Municipal de Natal (PMN), através do edital “Viva o Centro”, foi proposto reconfigurar o olhar que se tinha para o centro a partir do Beco. Atualmente, nota-se uma complexa, porém harmônica, convivência de inúmeros grupos sociais neste espaço.

**Figura 2** — Final de tarde típico no Beco da Lama.



Fonte: Belchior (2019).

Podemos observar que o beco apresenta uma energia vigorosa face a uma cidade onde o ritmo é ditado pela modernidade, em uma área urbana mais antiga com em espaços ociosos, cuja desocupação era marcada pela desvalorização da área. Desse modo, a revolucionária arte urbana, bem como os eventos que vêm ocorrendo no local, surgem como uma política voltada para assumir as necessidades sociais de identidade e propagação cultural da região.

As intervenções artísticas, descritas como a apropriação de pequenos fragmentos do espaço representam verdadeiras galerias ou museus a céu aberto para a cidade. A ligação do ponto de vista arquitetônico com o geográfico nos direciona para compreender o simbolismo único encontrado nas manifestações, uma reprodução cultural prontamente identificada por meio dos agentes e atores que frequentam o lugar. Nesse sentido, reproduz em diferentes unidades os mais diversos temas e tonalidades, registrados na Figura 3, encantos de artistas independentes que estampam no ambiente representações de personalidades da história e cultura, sobretudo a potiguar.

**Figura 3** — Galeria de arte urbana no Beco da Lama.



**Fonte:** Alex Régis/G1 (2019).

O Beco, como visto acima, exhibe possibilidades de diferentes relações humanas trabalharem em conjunto e dando origem a diversos sentidos e expressões únicas, que aguçam a essência e cativam o interesse dos visitantes, mediante os encantos de artistas independentes que estampam personalidades tradicionais no ambiente.

#### 4.2 AGENTES E FATORES DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Entendendo a importância de cada agente que integra o espaço urbano do Beco da Lama, a seguir são descritas algumas das características dos agentes que compõem e atuam nesse espaço e que se movimentaram no processo de revitalização, cita-se: a Prefeitura Mu-

nicipal de Natal, os artistas, os apoiadores, as atrações e o público, além do comércio local, vendedores fixos e ambulantes.

#### **4.2.1 Prefeitura da cidade de Natal (RN)**

A PMN vem sendo a grande fomentadora do incentivo à cultura e ao reconhecimento popular do Centro Histórico da capital, principalmente desde o fim do ano de 2018, com a aprovação do Plano Municipal de Cultura no âmbito do município de Natal, documento esse em vigor durante o decênio de 2016-2026.

Especificamente em relação ao Beco da Lama, o Governo Municipal da Cidade abriu a ambiciosa Seleção Pública de número 014/2019<sup>1</sup> junto à Secretaria Municipal de Cultura (SECULT), com o objetivo de compor iniciativas culturais e artísticas para uma agenda de eventos do Centro Histórico entre maio e dezembro. Essa agenda atuará, principalmente, no Beco e em suas redondezas. A agenda, criada a partir das quatro categorias, somam juntas 23 projetos selecionados a partir do edital, 60 edições e um auxílio financeiro total de R\$ 174.400,00.

No que diz respeito às categorias, iniciando pela categoria A, que será realizada apenas uma única vez, conta com um auxílio financeiro no valor de R\$ 2 mil e 13 projetos selecionados, são eles: “Melé 100 anos”, “Brega no Beco”, “Exit”, “Preveillon”; “Sancho no Beco”; “Entre o Sonho e o Som de Belchior”; “RN Autoral Canta Sambas e Choros”; “30 anos sem Raul Seixas”; “Jackson do Pandeiro é 100”; “Minicurso Estéticas e Escutas Periféricas”; “Incubus”, “Tributo a Gal Costa” e “Coco no Pé-Bate Palma que a gente Resolve”.

A categoria B será realizada quatro vezes, em que foram selecionados 4 projetos: “Show Sacrário com Valéria Oliveira”; “Boi de Reis do Bom Pastor”; “Curta na Praça” e “Ser Tão Potiguar”. Sendo assim, serão 16 edições; para cada realização, será financiado um valor de R\$ 2 mil. Soma-se, portanto, o valor de R\$ 32 mil para a realização dessa categoria.

A categoria C teve 4 projetos selecionados: “Estação do Cordel Vai a Praça”, “Hoje tem Samba no Beco”, “O Galo da Praça” e “Saraus Insurgências Poéticas”, que será realizado oito vezes. Para cada realização, será subsidiado, em financiamento, um valor de R\$ 2.700,00, soma-se 32 edições, logo um total de R\$ 86,400,00, para a finalização com êxito da categoria. A categoria D contempla dois projetos, “Samba que te Quero Samba” e “Cidade Música”, será realizada 10 vezes. Para cada edição será financiado o valor de R\$ 2,700,00, somando-se, ao final, 20 edições que totalizam 54 mil reais.

#### **4.2.2 Os artistas**

A revitalização contou com a participação de 40 artistas potiguares. O intuito era transformar o Beco em uma galeria a céu aberto. Os artistas foram liderados pelo artista Dicesarlove

---

<sup>1</sup> <http://www.blogdafuncarte.com.br/beco-da-lama-e-centro-historico-ganham-dezenas-de-projetos-culturais-atraves-de-selecao-publica-da-prefeitura-do-natal-confira-resultado/>

(Figura 4), de São Paulo, e a atuação no Beco da Lama contou com um *Workshop* organizado pelo paulista para a definição das técnicas a serem utilizadas por cada artista em sua atuação. Os artistas atuaram inspirados nas obras de Câmara Cascudo.

**Figura 4** — Prefeito Álvaro Dias junto com Dicesarlove a sua direita.



Fonte: Alex Régis/G1 (2019).

Ao final, uma grande estrutura foi utilizada. A revitalização do Beco contou com a utilização de dezenas de latões de látex, andaimes, plataformas e escadas, além de quase 1 mil latas de spray. O artista Dicesarlove, ao concluir seu trabalho junto aos demais artistas, em entrevista ao G1, afirmou: “Aqui, temos um ambiente muito rico e vivo. O grafite tem ganhado espaço em todas as principais cidades do mundo e Natal tem participado desse movimento de uma forma bem positiva”.

### 4.2.3 Apoiadores

Somado aos incentivos municipais e ao trabalho realizado pelos artistas, o Beco da Lama também contou com reformas em sua estrutura. Foram realizados serviços de recuperação de ruas e calçadas, de limpeza e iluminação, divulgação de todos os trabalhos que iriam ser realizados e a aplicação de tintas-base para que os grafites fossem realizados. Esses serviços e todo o material utilizado foram disponibilizados pelos apoiadores do projeto, entre eles, a Secretaria da Cultura (FUNCART), a de Limpeza Urbana, de Serviços Urbanos (SEMSUR) e da Secretaria de Comunicação (SECOM).

### 4.2.4 As atrações e o público

Para manter a funcionalidade, atração e efervescência no Beco da Lama, os artistas da Seleção Pública 014/2019 realizaram suas performances ao longo do ano de 2019 e início de 2020, quando os principais shows ocorreram nas quintas-feiras e aos sábados. O evento mais popular é o “Hoje tem Samba no Beco”, que ocorre aos sábados, das 14 horas às 17 horas (Figura 5). Para a primeira edição, o convidado foi o cantor potiguar Isaque Galvão. Outro evento de grande prestígio é o “Sarau Insurgências Poéticas”, que ocorre às quintas-feiras e oferece ao público o lançamento de livros, feira criativa, poesia, dança e shows.

**Figura 5** — Apresentação musical “Hoje tem samba no Beco”.



Fonte: Tribuna do Norte (2019).

Não havia uma agenda oficial acerca das atrações e seus horários, todavia, por meio das redes sociais, os eventos são divulgados com antecedência. As redes sociais se tornam, portanto, uma técnica de grande relevância para que os eventos ocorram com ampla divulgação e presença popular.

Por se tratar de uma revitalização recente, ainda não há censos realizados no Beco da Lama para contabilizar seus frequentadores. Desta maneira, as afirmações que serão aqui realizadas acerca dos visitantes ao local são embasadas em observações feitas pelos autores a partir das visitas *in loco*.

É notória a presença de visitantes de todas as idades, crianças são a minoria e sempre acompanhadas por adultos. Jovens e pessoas de meia-idade (40 a 55 anos) e idosos são abundantes, havendo uma grande heterogeneidade etária sobre os frequentadores. Os adultos tendem a se reunir em casais e em pequenos grupos de amigos, enquanto os idosos frequentam os restaurantes e o palco principal. Já os jovens, raramente sozinhos, quase sempre em casais, e ou em médios e grandes grupos, estão por toda extensão do Beco.

#### 4.2.5 O comércio local, vendedores fixos e ambulantes

Para atender àqueles que procuram o Beco da Lama para lazer, observa-se a presença de muitos comerciantes locais, bares, restaurantes ou até ambulantes. Como suporte aos comércios locais e donos de pontos no Beco da Lama, o sistema Fecomércio RN lançou, dia 1º de junho de 2019, o projeto “Senac no Beco”, com o intuito de qualificar, de forma gratuita, os empreendedores do local com cursos de gastronomia, segurança alimentar, saúde, gestão e idiomas.

O Presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, comentou que a ideia é unir a tradição boêmia do Beco da Lama a conceitos modernos de qualidade em produtos e serviços oferecidos aos clientes. Ele esclarece: “Tudo isso com o reconhecido nível de excelência do Senac. Ganham os estabelecimentos, ganham os colaboradores, os clientes e a cidade, que passa a ter um Beco da Lama cada vez mais profissional e com maior potencial para efetivamente ser um atrativo turístico”.

A partir de uma visita da equipe técnica do Senac, houve um levantamento das demandas dos empresários e cadastros para participar dos cursos. Ao total, foram 50 alunos e a duração do curso foi do dia 10 de junho até o mês de novembro de 2019.

Para aqueles que não possuem pontos fixos para comercializarem seus produtos e oferecerem seus serviços, há, nas adjacências do Beco (Figura 6), ruas destinadas à ocupação de ambulantes. Observou-se, a partir do estudo de campo, dezenas de ambulantes que oferecem desde bebidas alcoólicas até água e refrigerantes, maços de cigarros, chicletes, balas e biscoitos, bem como alimentos como pastéis, caldos e sopas e espetinhos de diversas opções.

**Figura 6** — Atuação dos ambulantes nas adjacências do Beco da Lama.



Fonte: Belchior (2019).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Beco da Lama passou por diversas transformações. À princípio era um espaço sem funcionalidade específica, sem atratividade e que não atendia aos interesses dos principais agentes produtores do espaço, sendo apenas utilizado para escoamento do esgoto das residências e de alguns comércios próximos, em função da ausência de saneamento básico. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, o espaço ganhou visibilidade para algumas lojas comerciais e artistas que passaram a desenvolver suas atividades nessa localidade.

Todavia, foi somente com o projeto “Viva o Centro” que teve início o fomento a produção do novo espaço do Beco e sua ressignificação, possibilitando uma nova percepção, com novas atratividades, sejam elas de turismo, lazer, culturais ou do cotidiano local. No contexto urbanístico da configuração visual da paisagem, a procura em referências emblemáticas do folclore nacional e da tradição regional nordestina transformou o local em um grande atrativo, parada obrigatória para quem quer conhecer, em sua essência, um fragmento de um dos primeiros bairros da capital. O advento da idealização artística que preenche os espaços públicos retoma o discurso das potencialidades encontradas no espaço, junto ao cenário comercial e musical da cidade.

O processo de revitalização do Beco retirou o caráter de um local apenas de passagem, de fluxos entre uma avenida principal e outra da Cidade Alta, passando a ser um espaço voltado para a sociabilidade dos indivíduos na cidade e para a disseminação da cultura potiguar mediante as músicas, as pinturas e a literatura.

## REFERÊNCIAS

CHOU, J. W. T.; ANDRADE, J. R. de L. **Intervenção Urbana e Patrimônio Cultural**. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/gt3-intervencao.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989. 94 p.

FAÇANHA, J. M. de S. **Beco da lama: formas e cores de uma plástica da vida**. 2014. 172 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/13841>. Acesso em: 28 ago. 2019.

FREITAS, T. M.; FERREIRA, C. L. A produção do espaço urbano: formação de território e governança urbana, o caso da quadra 50 da cidade Gama – DF. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**. IPEA. 2011. Disponível em: [www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo44.pdf](http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo44.pdf). Acesso em 21 abr. 2021

LIMA, M. V. V. de. **Intervenção Urbana: Arte e Resistência no Espaço Público**. 2013. 45 f. Dissertação (Mestrado) — Curso de Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos, Escola de Comunicação e Artes, Celacc/eca-usp, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/585-1621-1-PB.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

SCHMID, C. A Teoria da Produção do Espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma Dialética Tridimensional. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, n. 32, p.89-109, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74284>. Acesso em: 25 ago. 2019.

# A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A MOBILIDADE URBANA: DESIGUALDADE SÓCIO-ESPACIAL E EXCLUSÃO

**José Alves Mendes**

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

*E-mail: jose1988mendes@hotmail.com*

## 1 INTRODUÇÃO

O fenômeno da urbanização, em geral, ocorreu de forma recente, desigual e concentrado. Vários fatores concorreram para que esse processo acontecesse, entre os quais, a forte concentração fundiária e a falta de políticas no campo, aliadas à oferta de emprego na cidade, especialmente pela atração da indústria. Diante disso, inúmeros desafios surgiram, como a falta de infraestrutura adequada, empregos, moradia, violência, transportes etc.

Além disso, devido ao alto custo da vida urbana associada à precarização dos salários, muitos trabalhadores são compelidos a fixarem suas habitações nas áreas periféricas da cidade. Neste caso, cria-se ou legitima-se bairros afastados das áreas centrais, o que favorece a ampliação dos desafios, pois, além dos fatores elencados anteriormente, adiciona-se a distância para chegar aos locais de trabalho, o aumento das tarifas e precarização dos transportes coletivos.

Neste sentido, a mobilidade urbana torna-se inviabilizada, pois ela não está atrelada apenas ao deslocamento de indivíduos no espaço, mas, principalmente, às condições de acesso que a população tem sobre o espaço urbano. Neste sentido, a desigualdade socioespacial tende a ampliar-se.

Diante disso, tendo em vista o espaço urbano como um produto social e historicamente produzido e, compreendendo a existência dos mais variados processos estruturais que favorecem a espoliação, sabe-se que a desigualdade socioespacial se torna determinada pelo atual modelo de produção do espaço urbano que, em tese, é eminentemente capitalista. Neste sentido, este trabalho tem por objeto analisar a dinâmica e produção do espaço urbano buscando compreender como a mobilidade urbana tem ocorrido face à desigualdade socioespacial.

Para tanto, traçamos o percurso metodológico da pesquisa partindo da investigação bibliográfica, consultando e analisando livros e artigos de periódicos, físicos e virtuais, que discutem os conceitos da pesquisa em foco.

Quanto à operacionalização, este trabalho está organizado em três seções, além desta introdução. A seção 2 busca trazer a discussão sobre a produção capitalista do espaço urbano e suas consequências, entre elas, a desigualdade socioespacial que irá reverberar na questão da habitação. A seção 3 apresenta uma análise sobre a questão da mobilidade urbana e os deslocamentos para o trabalho e sua relação com a desigualdade socioespacial. Por fim, na seção 4, são feitas as considerações finais, apontando algumas reflexões sobre como a produção capitalista

do espaço urbano interfere na questão da mobilidade urbana, sobretudo, nos deslocamentos para o trabalho, os quais favorecem a manutenção das desigualdades socioespaciais.

## 2 PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO URBANO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

O expressivo desenvolvimento do modo de produção industrial, aliado ao sistema capitalista de produção, sobretudo a partir do século XVIII, fomentou o fenômeno da urbanização. Segundo Lefebvre (2000 *apud* Lencioni, 2008), a influência da industrialização foi tão grande que poderíamos chamar nossa atual sociedade de sociedade urbana. Contudo, sem defender a tese de que “o urbano seja um subproduto da industrialização” (Lencioni, 2008, p. 118).

De acordo com Corrêa (1989), o espaço urbano é constituído, sobretudo, pelas diversas possibilidades de usos da terra, além de ser entendido como um reflexo de ações realizadas no tempo pelos diferentes agentes sociais. Desta forma, os usos definem as mais distintas formas de organização, ou seja, o centro da cidade, as áreas industriais, residenciais e áreas que servem para uma futura especulação imobiliária. Segundo este mesmo autor, o espaço urbano é produzido, sobretudo por alguns agentes, a saber: os proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Sobre os agentes sociais da produção e suas ações, sabe-se que

O espaço é produzido, impregnado de materialidades, como campos cultivados, estradas, represas e centros urbanos como ruas, bairros, áreas comerciais e fabris, mas também pleno de significados diversos, como aqueles associados a estética, status, etnicidade e sacralidade. À exceção do Estado, esses agentes são encontrados em sua forma pura ou quase pura (Corrêa, 2011, p. 44).

No que diz respeito à produção do espaço propriamente dito, independentemente da rede urbana ou intraurbana, conclui-se que

Não é o resultado da “mão invisível do mercado” nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supraorgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesse, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade (Corrêa, 2011, p. 43).

Ainda nesse sentido, é válido destacar que o espaço urbano, além de ser “reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas” (Corrêa, 1989, p. 9), é também

[...] simultaneamente fragmentado e articulado: em cada uma de suas partes mantém relações com as demais, ainda que de intensidade muito variável. Estas relações manifestam-se empiricamente através de fluxos de veículos e de pessoas associadas as operações de cargas e descargas de mercadoria, aos deslocamentos quotidianos em áreas residenciais e os diversos locais de trabalho, aos deslocamentos menos frequentes para compras no centro da cidade ou nas lojas do bairro as visitas aos

parentes e amigos, às idas ao cinema, cultos religiosos praias e parques (Corrêa, 1989, p. 7).

Outrossim, considerando o espaço urbano como reflexo e condicionante social, infere-se que esse espaço é profundamente desigual e mutável “com ritmos e natureza diferenciados” (Corrêa, 1989, p. 8). Reflexo porque é construção humana, e condicionante social porque, de alguma forma, condiciona as ações dos sujeitos. Esse processo de produção capitalista do espaço favorece a diferenciação socioespacial que, por sua vez, amplia o aumento de pessoas em situação de rua, favelas e cortiços.

Vale destacar a ideia de sócio-espacial, com hífen, partindo da conceituação de Souza, pois, segundo o autor (2013, p. 16), “é necessário interessar-se pela sociedade concreta, em que relações sociais e espaço são inseparáveis, mesmo que não se confundam”. Nesse sentido, o “sócio” não estaria apenas qualificando o espacial, mas indicando plenamente as relações sociais contidas.

No caso do Brasil, o crescimento urbano ocorreu, especialmente, a partir da década de 1930, ampliado tanto pelo capital cafeeiro que produziu um expressivo crescimento econômico, quanto pela acumulação capitalista industrial (Lencioni, 2008). Contudo, Maricato (2009) conclui que esse crescimento urbano foi desigual, concentrado e periférico e aconteceu, especialmente, no século XX. Esse espaço urbanizado foi onde o setor produtivo surgiu com maior força, ocasionando transformações socioespaciais, de um lado e ampliação de áreas reservadas para a elite dominante e, do outro, pobreza e aumento da segregação.

Diante disso, formou-se uma ocupação do espaço urbano sem plano urbanístico, em muitos casos, endossando um padrão periférico de crescimento. Nisso, cabe ressaltar que a forma de moradia precária está intrinsecamente relacionada à ocupação periférica, portanto,

O espaço urbano da moradia precária inclui as várias formas de provisão da moradia pobre: casas inacabadas, insalubres, congestionadas, localizadas em favelas ou invasões, em loteamentos ilegais, em áreas de risco geotécnico ou sujeitas a enchentes [...] (Maricato, 2020, p. 110).

A desigualdade socioespacial é oriunda do processo de acumulação do capital, principalmente, quando esse se amplia na sociedade. Daí o próprio espaço se transforma em mercadoria e a cidade apresenta-se como negócio conforme os objetivos do capital, que, normalmente, é para obtenção de lucro:

Embora se saiba que as cidades modernas sempre estiveram associadas à divisão social do trabalho e à acumulação capitalista, que a exploração da propriedade do solo não seja um fato novo, e que haja – como mostrou à exaustão Lefèbvre e depois toda a geografia humana recente – uma relação direta entre a configuração espacial urbana e a produção ou reprodução do capital, como estamos vendo, há algo de novo a registrar nessa fase do capitalismo em que as cidades passaram elas mesmas a ser sugeridas e consumidas como mercadorias (*Ibid.*, p. 26).

Nesse aspecto, a reprodução do espaço urbano torna-se um produto de caráter especulativo. Nisso, a cidade limita seus usos aos habitantes, cabendo, então, aos movimentos sociais, a luta pela moradia, emprego, transportes e a busca pelo direito à cidade como possibilidade de construção de um projeto de sociedade (Lefebvre, 2006).

Contudo, com o crescimento urbano desigual, sobretudo em direção às áreas periféricas, cria-se uma tendência a ter um maior número de pessoas e maiores distâncias nos deslocamentos, aliada à deficiência do transporte coletivo, especialmente, na frequência e diminuição na qualidade dos serviços prestados, além do aumento das tarifas. Com isso, nota-se que entre os fatores que inviabilizam a mobilidade urbana e não permitem que ocorra em igualdade de condições para a toda a população se dá por conta da produção e apropriação do espaço urbano também ser promotora de desigualdades socioespaciais diversas.

Neste sentido, o processo de interação espacial torna-se comprometido, pois, quase sempre, os bairros periféricos tornam-se pouco integrados com as áreas centrais, ao passo que se localizam em áreas distantes do centro e dos principais equipamentos urbanos, formando, assim, o que Maricato (2009) nomeou de cidade fraturada.

No que diz respeito ao sistema de habitação, sabe-se que, sobretudo no Brasil, a questão é complexa. De um lado, o déficit habitacional histórico, do outro, investimentos em moradias nas áreas mais distantes da cidade, intensificando o processo de periferização. Além disso, o mercado residencial é extremamente precário, sem contar nos loteamentos ilegais e formação de favelas

O Estado não controla a totalidade do uso do solo e nem oferece alternativas habitacionais legais. Uma parcela da cidade, aquela que se dirige à maior parte da população e, evidentemente, às parcelas de rendas mais baixas é resultado da compra e venda de loteamentos ilegais ou simplesmente da invasão de terras. As favelas constituem a forma de moradia de grande parte da população metropolitana. Não se trata de exceção, mas de regra (Maricato, 2020, p. 178).

Quanto a isso, surgem, pelo menos, dois modelos de construções: um deles ou é oriundo do Programa Minha Casa Minha Vida que, normalmente, é financiado pela Caixa Econômica Federal (CEF), ou pelo sistema de autoconstrução, que é realizado nos fins de semana ou no período de férias

[...] a casa própria, feita artesanalmente, pela própria família, em lotes, a maioria, irregulares, essa periferia que saía do controle, iria ser contraposta a uma periferia, incorporada à cidade legalizada, sem ganhar, exatamente, o direito à cidade. Mas seria a figura de uma periferia alvo do poder centralizado. Em princípio, uma vida segura, com água, asfalto, equipamentos sociais à disposição, em troca dessa ordem imposta (Damiani, 1993, p. 89).

O fato é que “o homem vive onde ele pode morar e onde ele pode morar é determinado pela renda que ele recebe e pelos sacrifícios que ele pode fazer” (Carlos, 2011, p. 107). Para além disso, o acesso à moradia está ligado ao preço que, por sua vez, depende da localização na cidade (Maricato, 2020).

Um dos fatores determinantes na relação entre a desigualdade socioespacial e a moradia que, conseqüentemente, irá influenciar na mobilidade urbana, é os salários dos trabalhadores, pois

[...] provocam a imobilidade e/ou mobilidade descendente tanto espacial como social, podemos destacar: insuficiência de recursos para a manutenção das necessidades cotidianas advindas das baixas remunerações e, aliado a isso, o aumento das despesas com aluguel, alimentação, vestuário e transportes; perda de emprego e/ou da atividade (ainda que informal) que possibilitava a inserção (mesmo que precária) no sistema produtivo e que permitia a reprodução da vida (Carlos, 2011, p. 111).

Além disso, a própria diferenciação socioespacial é promotora de desigualdades, uma vez que ela,

É marca das cidades, desde os primórdios da urbanização. Não há cidades sem divisão social do trabalho, o que pressupõe sempre uma divisão territorial do trabalho. Essa divisão estabelece-se diferentemente, no decorrer do longo processo de urbanização (Carlos, 2011, p. 124).

Nesse sentido, percebe-se que, em geral, não faz parte da escolha das pessoas morarem distante das áreas centrais, pelo contrário. O fato de residirem nas periferias denuncia a segregação socioespacial, causa que é atribuída, também, à divisão social do trabalho, pois o capitalismo precisa de muitas pessoas, sobretudo ganhando pouco, para que ele possa se manter. Neste aspecto, os deslocamentos se reduzem, em muitos casos, ao percurso casa-trabalho, pois

A imobilidade física, em geral, está associada a uma imobilidade social, articulada às formas de habitações precárias, em espaços da metrópole localizados predominantemente nas chamadas áreas periféricas da cidade, cujas dificuldades de acesso às benfeitorias sociais (desde infraestrutura básica, passando por instituições de ensino e saúde, bem como culturais) são grandes (Carlos, 2011, p. 124).

Sobre o aludido anteriormente, sabe-se que os desafios se ampliam ao passo que as desigualdades aumentam. Quanto maiores as distâncias nos deslocamentos diários, sobretudo para o trabalho, maiores são as possibilidades de ampliação das desigualdades e conseqüentemente a exclusão.

### **3 MOBILIDADE URBANA E OS DESLOCAMENTOS PARA O TRABALHO**

Diante deste cenário, a mobilidade urbana torna-se um desafio, pois ela não diz respeito apenas às condições de deslocamentos da população dentro do espaço urbano, mas também

às condições de acesso associadas a um conjunto estruturado de modos, infraestruturas e redes que garantam esses deslocamentos, permitindo, assim, a interação com os diversos equipamentos urbanos, sobretudo, nos fatores essenciais (Brasil, 2005).

A mobilidade urbana é um atributo essencial para o deslocamento das mais diversas atividades, especialmente com a finalidade do traslado diários com destino ao trabalho. Contudo, esses deslocamentos são dispendiosos e emblemáticos contra os usuários, como destaca Pereira *et al.* (2021, p. 16):

O primeiro é que o elevado dispêndio com transporte resulta em stress econômico, com menor disponibilidade de recursos para outros gastos importantes como alimentação, educação, habitação e despesas emergenciais [...] O segundo problema é que o alto custo do transporte na renda domiciliar limita a quantidade de viagens e as opções de mobilidade urbana das pessoas de baixa renda, o que reduz a sua acessibilidade a oportunidades de emprego e serviços essenciais e agrava problemas de exclusão social [...]

Levando em conta o aludido, destacam-se, ainda, os gastos com deslocamentos, pois, têm apontado para uma desigualdade de gênero, sobretudo contra mulheres negras:

Presume-se que o menor gasto das mulheres em relação aos homens possa ser explicado em parte pela menor participação feminina no mercado de trabalho, pela menor posse de automóveis e pela maior predominância de padrões de viagens mais curtas relacionadas a maior responsabilidade por atividades domésticas e de cuidado (Pereira, 2021, p. 17).

Diante do exposto, percebe-se que a mobilidade urbana é um grande desafio. Questões como conciliar os gastos familiar com os deslocamentos, os custos dos transportes individuais, o tempo de deslocamento, entre outras. “As famílias brasileiras com algum tipo de despesa com transporte urbano gastam, em média, cerca de 17,7% do seu orçamento familiar com transporte urbano” (Pereira, 2021, p. 9). Diante disso, uma das opções de muitos usuários, sobretudo no Brasil nos últimos anos, tem sido a aquisição do transporte individual.

Diante dessa escolha, muitos desafios são elencados, entre os quais o comprometimento da renda por conta dos financiamentos, preço dos combustíveis, congestionamentos e poluição. Contudo, o uso do transporte individual possibilita o acesso mais rápido aos locais mais distantes da cidade.

O automóvel certamente foi um dos objetos criados que mais marcou o estilo de vida urbano. Inicialmente, apenas os ricos podiam usufruir desse privilégio. Contudo, o próprio ritmo de produção capitalista do espaço trouxe a necessidade do uso para todos. Porém, esse uso é limitado, pois, “na cidade do capitalismo periférico, a saúde, a previdência, a moradia digna e legal e a mobilidade urbana são para apenas alguns” (Maricato, 2020, p. 179).

O que se percebe é que ambos, tanto o transporte coletivo urbano como o transporte individual, são, de alguma forma, detentores de desafios a serem superados. No caso do Brasil, após os anos de 1980, os transportes públicos foram penalizados, sobretudo na sua regulação

estatal. Daí “a informalidade ganha uma nova escala com as redes de vans e mototáxis ilegais, ocupando os vazios deixados pela ausência do estado” (Maricato, 2020, p. 180).

Neste sentido, não restam dúvidas que o melhoramento da mobilidade urbana perpassa um conjunto estruturado de políticas públicas sobre planejamento urbano, desde os investimentos em infraestrutura de forma integrada, aos transportes de qualidade, buscando atender, sobretudo, aos que mais necessitam.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A produção do espaço urbano é um conjunto de ações realizadas no tempo pelos diferentes agentes sociais, reflexo e condicionante social, além de ser fragmentado e articulado. Aliado a isso, a produção capitalista do espaço amplia as desigualdades socioespaciais e, claro, potencializa a exclusão.

Por isso, fica claro que a desigualdade socioespacial é determinada, também, pelo atual modelo de produção do espaço. Evidentemente que o capital espoliativo é por natureza promotor de desigualdades, tendo em vista sua necessidade de expansão ilimitada. Logo, questões relacionadas ao desemprego e à moradia tornam-se evidentes e, conseqüentemente, reverberam nas condições de existência.

Tais questões, porém, ampliam-se com a diferenciação socioespacial. Além do que as cidades empurram seus moradores para as áreas mais distantes, tendo em vista o alto custo de vida nas áreas centrais, especialmente pelo preço elevado da terra, impostos como IPTU, aluguéis etc. Neste sentido, quando alguém é conduzido para a periferia da cidade, lhe é vedado, também, o direito de acesso a serviços essenciais, tais como oportunidades de empregos, serviços de saúde e educação, dado a distância que terá de trilhar, sobretudo, quando as condições de mobilidade urbana inexistem ou são sobremodo ineficazes. Por isso, os desafios são postos, entre os quais, conciliar os gastos familiar com os deslocamentos, os custos dos transportes individuais quando é possível ter, o tempo de deslocamento entre outras.

O tempo gasto nos deslocamentos diários poderia ser utilizado para outras finalidades, como, por exemplo, uma família que reside numa área distante das suas atividades laborais geralmente precisa acordar mais cedo e, claro, dormir mais tarde. Isso normalmente ocorre tendo em vistas outras atividades domiciliares que essa família deve realizar antes de sair para o trabalho. Ocorre de maneira diferente com habitantes das áreas centrais, normalmente próximo das áreas comerciais. Daí, percebe-se que a produção do espaço urbano tem um caráter excludente na sua origem.

Para tanto, transformar essa realidade requer mudanças substanciais na sociedade contemporânea, não apenas no que diz respeito à mobilidade espacial, mas sobretudo, no direito ao acesso às condições de existência. O desafio para não naturalizar a exclusão socioespacial requer, especialmente, políticas públicas com investimentos em infraestrutura de forma integrada, além de considerar o aspecto do planejamento urbano e dos transportes.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministérios das Cidades. IBAN. **Mobilidade e política urbana: subsídios para uma gestão integrada**. Brasília: MC, 2005.

CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. Rio de Janeiro, 1989.

CORRÊA, R. L. 2011. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: Um texto para discussão. In: **A produção do Espaço Urbano**. Universidade Federal do Rio de Janeiro: 2011.

DAMIANI, Amélia Luisa. **A cidade (des)ordenada: concepção e cotidiano do conjunto habitacional Itaquera I**. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado em Geografia) FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006

LENCIONI, Sandra. **Observações sobre o conceito de cidade e urbano**. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 12, n. 1, p. 109-123, 2008. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2008.74098. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74098>. Acesso em: 29 ago. 2021.

MARICATO, Ermínia. Informalidade Urbana no Brasil: a lógica da cidade fraturada. In: Luiz Eduardo Wanderley e Raquel Raichelis (org.). **A cidade de São Paulo: relações internacionais e gestão pública**. São Paulo: EDUC PUC-SP, 2009, p. 269-292.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2020.

PEREIRA, Rafael Henrique Moraes; WARWAR, Lucas; PARGA, João; BAZZO, João; BRAGA, Carlos Kauê; HERSZENHUT, Daniel; SARAIVA, Marcus. **Tendências e desigualdades da mobilidade urbana no Brasil I: o uso do transporte coletivo e individual**. Texto para discussão 2673. Brasília: Ipea-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10713>. Acesso em: 29 ago. 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320p.

# O COMÉRCIO E A REALIZAÇÃO DO “LIVE COMMERCE” COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO CAPITALISTA: BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

**Jomara Dantas Pessoa**

Secretaria de Estado da Educação, da Cultura,  
do Esporte e do Lazer do Rio Grande do  
Norte

E-mail: [jomaradp@hotmail.com](mailto:jomaradp@hotmail.com)

**Rosa Maria Rodrigues Lopes**

Departamento de Turismo (DETUR),  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte  
E-mail: [rosarodrigues@uern.br](mailto:rosarodrigues@uern.br)

## 1 INTRODUÇÃO

O comércio acompanha a formação das cidades numa lógica de origem, haja vista se mostra como elemento basilar para a reprodução da vida, pois, além de sua inspiração de caráter econômico, conforma relevante papel nas relações sociais ao se consubstanciar em espaço de encontro, de troca.

Para além da lógica fundante, o comércio tem assumido, crescentemente, um lugar de destaque na reprodução do espaço urbano gestado no seio de uma sociedade orientada não somente pela produção, mas sobretudo, pelo consumo. Segundo Baudrillard (2011), essa sociedade de consumo localiza-se em um tempo recente da história da humanidade, mais especificamente, após a segunda metade do século XX quando se estreita a relação do homem com objetos traduzidos em serviços e bens que se multiplicam, abundam e justificam o consumo cada vez mais tornando-o essencial na reprodução da vida, mesmo que ultrapasse, e muito, as reais necessidades da sociedade. Essas ideias resultam de um sistema de signos estrategicamente pensados para a disseminação da prática do consumo que são inerentes à reprodução capitalista e que marcam a dinâmica da globalização.

Na sociedade contemporânea, a prática do comércio e, por extensão, do consumo, tem motivado várias mudanças que, numa perspectiva dialética, dão e adquirem novo sentido ao espaço geográfico, conforme as singularidades de cada lugar. Tal fato amplia as perspectivas dos estudos urbanos, haja vista a multiplicidade de formas e a dinamicidade dos processos que encerram problemáticas urbanas cada vez mais complexas e que se relacionam ao comércio, delineando dinâmicas espaciais que revelam como se processa a produção do espaço urbano.

Uma das características que se descortina na lógica moderna do comércio é o *e-commerce* que carrega, em sua essência, a incorporação de estratégias tecnológicas capazes de reproduzir essa atividade em escalas geográficas múltiplas e o *live commerce* tem se configurado como importante estratégia de venda. Ainda que essa prática tenha como elemento norteador o comércio eletrônico, ela tem sido sistematicamente utilizada, também, como estratégia de

venda para lojas físicas, garantindo posicionamento dessas lojas no cenário concorrencial.

O *live commerce* ou “comércio ao vivo” se configura como estratégia de venda. Esse novo formato de venda do comércio tem sua origem na China, no ano de 2017, e é baseado na interação entre vendedor e consumidor por meio de plataformas *streaming* e que objetiva aumentar as negociações virtuais, como uma evolução do comércio eletrônico tradicional. De acordo com os dados da empresa Green Proposition FZE, somente através desta estratégia de venda, a China atingiu um faturamento total de 220 milhões de dólares no ano de 2020, e um crescimento de 19% em relação a 2019 (Motta, 2021).

O *live commerce* consiste na experiência de compra online, mas com o diferencial de possibilitar aos consumidores uma interação ao vivo com vendedores/influenciadores, comprando produtos diretamente durante as transmissões. Dessa forma, surge como uma inovação para o que era considerada uma das “lacunas” do comércio eletrônico tradicional: a interação direta entre “loja e consumidor”. Durante as transmissões de vendas, as lojas entretêm os clientes, tiram dúvidas, demonstram o produto em uso e compartilham detalhes específicos que possam interessar ao consumidor, incentivando, assim, o consumo e a consequente compra do produto.

No último ano, no Brasil, esse novo formato de vendas passou a ser implementado por empresas comerciais de diferentes tamanhos, como estratégia de sobrevivência diante do contexto da pandemia da Covid-19, que tornou imperativo o isolamento social, e o consequente distanciamento do consumidor da “loja física”. Diante disso, houve a ampliação do consumo pela internet, fazendo com que consumidores que nunca haviam comprado de forma on-line adotassem essa alternativa devido à sua comodidade. De acordo com Motta (2021), no país, grandes empresas comerciais como Riachuelo, Americanas, Arezzo, Chilli Beans e Rappi já iniciaram testes e realizaram *lives* obtendo volumes consideráveis de vendas.

O presente texto se trata de um estudo bibliográfico e documental que estabelece, como recorte temático, a realização do *live commerce* como uma importante inovação do formato de vendas do comércio varejista. Nessa perspectiva, o estudo visa uma maior compreensão das dinâmicas socioespacial, territorial e cultural no âmbito da constituição e implementação dessa inovação comercial. Nesse sentido, foram revisados artigos de revistas, trabalhos publicados e livros que discutem e versam acerca dessa temática em diferentes contextos regionais.

Como forma de entender melhor o processo de realização das *lives*, acompanhou-se diversas transmissões de vendas, em que foi possível observar, na prática, a dinâmica envolvida no desenvolvimento desse novo formato de vendas.

## **2 A REVOLUÇÃO DO COMÉRCIO NA ERA DIGITAL E SUA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA**

O processo de globalização em curso alterou profundamente as relações políticas, econômicas e culturais entre os territórios, provocando mudanças significativas nas atividades

comerciais e nos padrões de consumo da sociedade, de modo que as constantes transformações na produção, principalmente, quanto ao sistema produtivo visando a incorporação de novas tecnologias fizeram com que o comércio, enquanto parte da produção da sociedade, também experimentasse essas transformações.

Na perspectiva geográfica, essa dinâmica comercial expressa uma dinâmica urbana, haja vista se associar, essencialmente, ao modo de vida urbano. Nas cidades, essa expressão comercial se materializa de diferentes formas, o que repercute indiscutivelmente na (re)produção desigual do espaço, fruto de inúmeros estudos geográficos que deram sentido ao delineamento de uma Geografia do Comércio atenta, inicialmente, a modelos interpretativos que realçaram a temática do comércio e hoje são tomados à análise como importante alicerce de seu entendimento, muito embora se reconheça que são modelos hierárquicos de organização dos centros intraurbanos já superados por uma lógica mais complexa que se expressa em complementaridades e concorrências, fato que tem interferido na centralidade urbana na contemporaneidade.

Nas análises de Harvey (1992) sobre as características atuais do processo de globalização, ele considera que os grandes grupos empresariais se encontram em meio a uma série de dados novos, tais como o uso de tecnologias de informação próprias do meio técnico-científico-informacional, que impõem transformações nítidas no processo de produção das grandes empresas, traduzidas nas formas organizacionais. É nessa perspectiva que o comércio eletrônico se insere e anuncia mudanças substanciais na forma de consumir, de negociar com reflexos importantes no comércio que, ao longo do tempo, deu sentido e conformação à dinâmica urbana de muitas cidades.

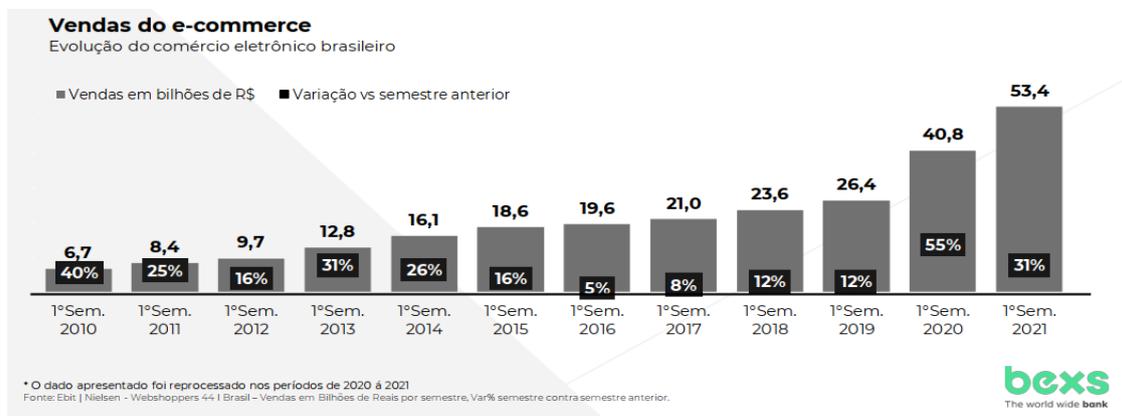
As tecnologias na área de automação, consorciadas aos meios de comunicação, se consubstanciam como inovações que dão sentido e unidade ao processo de vendas e que tem no comércio eletrônico sua maior motivação. Conforme explica Toledo (2020, p. 358), em seu texto sobre comércio eletrônico sob a ótica geográfica,

[...] os investimentos no setor de tecnologia da informação diversificaram os modos de comunicação, acelerando o acesso da sociedade a esse campo tecnológico e ao mercado após o surgimento da internet. Esse cenário se expandiu no Brasil a partir do segundo lustro dos anos de 1990 e avançou com rapidez em nossa sociedade.

Em estudo intitulado Webshoppers, realizado anualmente pela eBit e que compreende o período de 2010 a 2021, é possível observar um panorama representativo da evolução do comércio eletrônico no Brasil a partir do volume de vendas, no comparativo entre os 12 últimos anos de referência (2010–2021) (Figura 1). O estudo evidencia, de forma clara, uma crescente no volume de vendas em bilhões de reais, com reflexo positivo na variação percentual ao longo dos anos, fato que ganhou maior expressividade entre os anos de 2019 e 2020, certamente em razão da Pandemia de Covid-19, que demarcou um contexto de isolamento social a partir da restrição de muitas atividades presenciais, formatando um cenário propício para as transações virtuais, sobretudo, as de vendas. Nesse contexto, vale o destaque que, entre 2019 e 2020, foi

registrado o maior aumento no volume de vendas no período, com um crescimento de 14,4 bilhões de reais, o que representa uma variação percentual de 55%, fato que denota o significativo impulso experimentado pelo comércio eletrônico.

**Figura 1** — Evolução do comércio eletrônico no Brasil (2010–2021)



Fonte: Relatório Webshoppers, 2021.

Contudo, ainda que se verifique o aquecimento nas vendas através do comércio eletrônico no contexto brasileiro, o fato é que, se comparado com os países que se destacam na dinâmica econômica mundial, esse crescimento ainda não se apresenta com tanta veemência, sobretudo, em pequenas cidades e em áreas que experimentam fragilidades socioeconômicas, dadas as limitações no acesso aos equipamentos eletrônicos (computador, tablet, smartphones etc.), além da restrita política de inclusão e educação digital e a precariedade das redes de internet.

O comércio eletrônico ou *e-commerce* tem se estabelecido no âmbito da atividade comercial, propiciando, assim, novas relações sociais e produtivas, além de promover novas dinâmicas espaciais que se consubstanciam como um desafio à leitura geográfica. Isso porque esse modelo expressa uma dimensão espaço-temporal que extrapola os limites geográficos comumente estabelecidos a partir de uma análise escalar intraurbana. A dimensão virtual desse tipo de comércio desafia a leitura geográfica de sua repercussão no espaço e requer uma melhor atenção aos aspectos que expressam sua dinâmica, desde o processo de produção, passando pelo processo de distribuição, para, enfim, a mercadoria se realizar no consumo.

Ao se debruçar sobre a discussão sobre comércio e consumo no âmbito da Geografia, Ortigoza (2010, p. 216) diz que:

Nascem, portanto, novos nexos e fluxos no mundo do consumo, muitos mais complexos, onde as contradições entre o centro e a periferia, o tradicional e o moderno, a centralidade e a acessibilidade apresentam nova roupagem e adquirem novos conteúdos. Assim, para poder compreender todas essas complexidades, muitos geógrafos têm se dedicado, mais recentemente, ao estudo do comércio e do consumo. Além deles, é importante ressaltar a contribuição de outras áreas do conhecimento no movimento desse pensamento sobre o tema.

O fato é que, na perspectiva do *e-commerce*, percebe-se uma revolução nos hábitos de consumo sem sair de casa. Este é um processo que se iniciou com as vendas de porta em porta, posteriormente, com os catálogos postais e, por meio da televisão, os canais de compras. Nestas formas de comércio, pode haver ou não a presença física de um vendedor; no entanto, todas elas se caracterizam pelo caráter unilateral na relação de consumo, isto porque o consumidor não tem liberdade de pesquisa e deve se contentar com as opções que lhe são oferecidas (Ortigoza, 2003).

Ao estabelecer essa relação com a leitura geográfica, Toledo (2020) destaca que a dinâmica mercadológica que tem como fundamento a tecnologia da informação, que contribui para reorientar a análise espacial após anos de estudos geográficos direcionados para a lógica de localização dos estabelecimentos comerciais nas cidades. Nessa nova conjuntura mediada pela prática do comércio digital, a localização do consumidor, bem como suas práticas de consumo, passa a desafiar os estudos geográficos, tendo em vista que “esta lógica se complementa e se torna mais interessante à análise pelo ponto de vista do consumidor, que mantém uma relação mais virtual com o ponto comercial do que geográfica” (Toledo, 2020, p. 362).

Para além dessa análise pautada na dinâmica do consumo, à Geografia interessa, também, e de forma complementar, a discussão sobre os aspectos logísticos que caracterizam a distribuição desses produtos, fato que denota uma rede complexa de distribuição no território, mobilizando o capital de empresas de grande, médio e pequeno porte e dinamizando o espaço geográfico.

Durante a pandemia de Coronavírus, que eclodiu no início de 2020 e ainda perdura até os dias atuais, a maioria das atividades econômicas foram impactadas e obtiveram resultados negativos. No que se refere à atividade comercial, uma inovação e estratégia de sobrevivência para esse contexto foi a adoção de novas estratégias de vendas e de novos formatos como o comércio eletrônico ou *e-commerce*. O crescimento do *e-commerce*, que já vinha ocorrendo de forma gradual, passou por acelerado processo de expansão, e que deve permanecer, pois os novos hábitos de consumo advindos desse novo cenário denotam a sua ascendente permanência.

A pandemia de Covid-19 marcou o ano de 2020 como o maior acelerador do comércio eletrônico, bem como demarcou o início de uma nova era para o comércio varejista. O isolamento social, medida sanitária recomendada e adotada pelos diversos países como principal forma de prevenção contra disseminação da Covid-19, provocou um impacto e alterou em níveis globais os hábitos de consumo e lazer das pessoas.

Nesse contexto, a atividade comercial, desde as grandes redes comerciais até o pequeno comércio varejista, precisou, num curto espaço de tempo, buscar novas estratégias de vendas, que permitissem aos consumidores a realização do consumo de forma segura, ou seja, consumir sem sair de casa. Considerando essa nova e importante mudança no cenário urbano e econômico imposto pela pandemia é que as “lives de comércio” tiveram início na atividade comercial das diversas cidades brasileiras.

### 3 O *LIVE COMMERCE* COMO ESTRATÉGIA DE VENDA

O comércio eletrônico é uma estratégia de comércio bastante recente, que se expandiu no contexto da pandemia, mediante às restrições de circulação em todas as cidades brasileiras. De acordo com a pesquisa “E-commerce na Pandemia”, realizada pela plataforma Nuvemshop, as vendas online cresceram em todos os estados brasileiros, mas 17 desses tiveram um aumento das vendas acima da média nacional durante o primeiro semestre de 2020, contabilizando 137%, com destaque para as regiões Norte e Nordeste do País. Aqui, o Rio Grande do Norte teve o segundo maior crescimento do Brasil no segmento comércio eletrônico, contabilizando um aumento de 416% nesse formato de venda (Fecomércio, 2021).

Além do comércio eletrônico, outra estratégia adotada pelo comércio foi a adoção de novas estratégias de vendas, como a realização de “*live commerce*”, que consiste na realização de transmissões ao vivo através de plataformas digitais gratuitas como *Instagram*, *Facebook* e *YouTube*, feitas por empresas em que mostram seus produtos. Enquanto é feita a oferta para o consumidor, ele pode interagir e tirar suas dúvidas sobre o produto que está sendo comercializado, realizar a compra ali mesmo, sem ter que ser direcionado para outro canal de atendimento.

Dessa forma, o *live commerce* surge como uma solução para as lacunas do comércio eletrônico tradicional, onde se destaca a interação direta entre marca e consumidor. Durante as transmissões, marcas entretêm clientes, podendo tirar dúvidas, demonstrar o produto em uso e compartilhar detalhes específicos que possam interessá-los, ajudando a fortalecer o relacionamento.

No Brasil, grandes redes comerciais como a Riachuelo, Americanas, Arezzo, Chilli Beans e Rappi já realizaram *lives* com bons resultados (Fecomércio, 2021). De modo que esse formato de venda é utilizado tanto no âmbito das grandes redes comerciais, como também para as micro, pequenas e médias empresas.

Outro dado a se destacar é a frequência das transmissões, trazendo conteúdo novo diariamente para o consumidor. Além disso, o uso de influenciadores ou vendedores engajantes também otimiza ainda mais as chances de conversão. Essa experiência de conteúdo dentro do próprio vídeo favorece a compra por impulso. Isso significa que os consumidores que acompanham a *live* escolhem seus produtos e podem finalizar o pedido em um único lugar, sem a necessidade de sessões simultâneas ou de interrupção na experiência.

### 4 CONCLUSÕES

Os estudos sobre comércio e, especificamente, sobre comércio eletrônico, têm se tornado comuns no âmbito da Geografia, haja vista a capacidade de mobilizar pessoas, produtos e capital e, por consequência, alterar a dinâmica urbana das cidades. Apesar da dificuldade das análises pela ausência de um banco de dados oficial e consolidado, várias pesquisas de mercado têm apontado para o aumento expressivo do consumo que se realiza por intermédio de estraté-

gias de venda que tomam como referência as plataformas de *streaming* e redes sociais.

Na direção dessa tendência, o pequeno comércio varejista tem se valido dessas estratégias e as *lives commerce* se intensificaram no período que corresponde ao isolamento social orientado como medida de segurança no contexto da pandemia. Para a realidade das pequenas cidades, essa tem sido uma estratégia importante, tendo em vista que a adoção desse formato de vendas pela internet eliminou as limitações geográficas das lojas comerciais, e essas passaram a atender consumidores de várias cidades. Essa possibilidade deu-se pela “espacialidade” paralela criada através do formato digital de vendas, gerando, assim, novas dinâmicas espaciais.

Além disso, o que se observa, também, é a introdução definitiva de novos hábitos de consumo, fato que reforça a ideia da sociedade do desejo, muito evidenciada pela sua relação com as práticas de consumo que se realizam em múltiplas dimensões da vida.

## REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

FECOMÉRCIO. **Pequenos negócios podem aumentar as vendas com as Lives de Comércio**. Fecomércio RN, 2021. Disponível em: <https://fecomerciorn.com.br/noticias/pequenos-negocios-podem-aumentar-as-vendas-com-as-lives-de-comercio/>. Acesso em: setembro de 2021.

MOTTA, E. **Pequenos negócios podem aumentar as vendas com as Lives de Comércio**. Disponível em: <https://fecomerciorn.com.br/noticias/pequenos-negocios-podem-aumentar-as-vendas-com-as-lives-de-comercio/>. Acesso em: 20 set. 2021.

ORTIGOZA, S. A. G.; RAMOS, C. S. A geografia do comércio eletrônico (e-commerce) no Brasil: o exemplo do varejo. **Geografia**, Rio Claro, v.28, n.1, p. 63-81, 2003. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/download/1089/1007/>. Acesso em: 20 set. 2021.

ORTIGOZA, S. A. G. **Paisagens do consumo**: São Paulo, Lisboa, Dubai e Seul. São Paulo: Cultura acadêmica, 2010.

RELATÓRIO WEBSHOPPERS ebit [online]. Edição 35. **Relatório sobre o Comércio Eletrônico em 2020**. Disponível em: <https://www.ebit.com.br/webshoppers>. Acesso em: 20 set. 2021.

RELATÓRIO WEBSHOPPERS ebit [online]. Edição 44. **Relatório sobre o Comércio Eletrônico em 2021**. Disponível em: <https://www.ebit.com.br/webshoppers>. Acesso em: set. 2021. 30p

TOLEDO, P. E. R de. O comércio eletrônico sob a ótica geográfica. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 76, p. 352-376, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/63038>. Acesso em: 13 jan. 2022.

# OS USOS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19: DA EXPANSÃO DAS EMPRESAS-APLICATIVO À EXPLORAÇÃO DO TRABALHO POR MEIO DA TECNIFICAÇÃO DIGITAL DO TERRITÓRIO

***Iana Raquel Dantas de Oliveira***

*Mestranda em Geografia (PPGE)*

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

*E-mail: [iana.raquel@hotmail.com](mailto:iana.raquel@hotmail.com)*

***Diego Salomão Candido de Oliveira Salvador***

*Departamento de Geografia DGE/CCHLA*

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

*E-mail: [diego.salomao.salvador@ufrn.br](mailto:diego.salomao.salvador@ufrn.br)*

## 1 INTRODUÇÃO

Com o advento das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), o território tem sido cada vez mais um território informatizado, onde os novos objetos tecnológicos e informacionais fazem parte da vida cotidiana das pessoas. Essas tecnologias têm adquirido uma relevância muito importante na dinâmica da sociedade atual na medida em que essas vêm reconfigurando os modos como os indivíduos se relacionam e a forma como se dá a produção, o consumo e a circulação de produtos, bens e serviços no espaço geográfico.

No contexto de crescente uso das tecnologias da informação, o capitalismo das grandes corporações tem se dado por meio das novas ferramentas da comunicação e estas, por sua vez, vêm impondo diferentes dinâmicas ao negócio do capital, permitindo o aprimoramento das suas atividades por meio dos recursos digitais e estabelecendo novas lógicas ao mundo do trabalho.

Nesse sentido, atividades econômicas modernas comandadas pelos agentes hegemônicos vêm assumindo novas tipologias no território, sobretudo, pelo intenso uso da tecnologia e informação nas suas formas de funcionamento, permitindo, assim, a proliferação de novos arranjos à sociedade a partir da combinação entre informática e eletrônica (Santos, 2000b).

Como recorte particular dessas atividades econômicas modernas, destacam-se aquelas cujo funcionamento se dá por meio de ferramentas digitais e da internet para gerir a produção e a organização do trabalho, como as chamadas plataformas digitais ou os aplicativos (Filgueiras; Antunes, 2020). São empresas de diversos setores da economia que fazem o uso das novas tecnologias mirando a obtenção de lucros na medida em que alcançam um número gigantesco de usuários e consumidores online.

A atuação de algumas dessas empresas, entendidas aqui como empresas-aplicativo, não está relacionada apenas ao uso dos espaços virtuais, pois apenas esses espaços não garantem o seu funcionamento, pelo contrário, elas encontram no território a sua principal base de ope-

ração (Santos; Silveira, 2001), como é o caso das empresas que atuam no setor de transporte de pessoas e entrega de objetos e comida por aplicativos (*delivery*), considerando que é no território que os fluxos (de passageiro, veículos, entregas etc.) entram em contato com os fixos (infraestrutura urbana) e, assim, permitem a circulação efetiva dos serviços oferecidos por essas empresas nos espaços urbanos (Tozi; Duarte; Castanheira, 2021).

Por sua vez, a capilarização desses aplicativos na vida social, principalmente os de entrega de alimentos, tem sinalizado para mudanças na economia urbana, sobretudo considerando o momento atual da pandemia da Covid-19, fenômeno que catalisou ainda mais a demanda por serviços de entregas por aplicativos, desencadeando mudanças nos hábitos de produção, consumo e circulação das mercadorias na cidade.

O território, nesse sentido, tem sido usado de diferentes formas pelos agentes envolvidos nesses serviços, estando, de um lado, os agentes hegemônicos detentores da infraestrutura dos aplicativos, com as empresas por aplicativos *iFood*, *Rappi* e *UberEats*, que agem no espaço de acordo com as suas intencionalidades objetivando maiores lucratividades; e de outro, os agentes não-hegemônicos que tornam possível o funcionamento desses serviços nos espaços urbanos: os entregadores que realizam as entregas comandadas pelos aplicativos. Estes últimos, por sua vez, têm se tornado o símbolo da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo, revelando formas renovadas de exploração do capital por intermédio da subordinação dos trabalhadores às plataformas digitais.

Sendo assim, o objetivo do trabalho é refletir sobre os usos do território brasileiro pelos agentes hegemônicos e os não-hegemônicos da economia urbana frente à expansão das plataformas digitais, no contexto da pandemia da Covid-19, considerando a importância do meio técnico-científico-informacional e a exploração do trabalho em decorrência da tecnificação digital do território.

Para atingir o referido objetivo, realizamos pesquisa bibliográfica em acervos virtuais de bibliotecas de universidades brasileiras e de periódicos da Geografia, acerca dos usos do território, do meio técnico-científico-informacional e da atuação das empresas-aplicativo no território brasileiro. Com essa pesquisa, sublinhamos as reflexões trazidas à tona por Santos (1977, 2013), Santos e Silveira (2001), Tozi (2018, 2020), Tozi, Duarte e Castanheira (2021), Filguieras e Antunes (2020), Antunes (2020), Abílio, Amorim e Grohmann (2021), Bertollo (2019) e Montenegro (2020).

## **2 EXPANSÃO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS NO ATUAL ESTÁGIO DO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL**

No atual estágio do meio técnico-científico-informacional, o território tem presenciado a chegada de uma gama de empresas comandadas pelos agentes hegemônicos da economia juntamente com suas atividades desenvolvidas por meio das TDIC. Trata-se de corporações que têm se beneficiado desse meio (Santos, 2013), em que essas vêm impulsionando o proces-

so de digitalização da sociedade e do território e envolvem um grupo particular de empresas denominadas plataformas digitais (Tozi; Duarte; Castanheira, 2021).

O capitalismo, que historicamente cria mecanismos para se expandir cada vez mais, tem encontrado nas TDICs e nessas plataformas online formas de extrair valor por meio da manipulação de dados e das mediações algorítmicas. Diversos âmbitos da sociedade, como lazer, transporte, saúde, educação, cultura etc., têm aderido a essas novas infraestruturas digitais para o desenvolvimento de suas atividades, sobretudo, aquelas cujas atividades estão vinculadas ao setor de serviços.

Nesse sentido, as tecnologias têm atuado como organizadoras tanto da produção quanto de sua circulação (Grohmann, 2020) e essas vêm desempenhando um papel significativo na exploração do trabalho e na acumulação capitalista, configurando-se como “um novo meio poderoso pelo qual as relações de trabalho vêm se reestruturando” (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021, p. 28).

Alguns teóricos têm chamado a atenção para uma nova fase de acumulação do capital centrada nas TDICs, denominando esse momento atual de Capitalismo de Plataforma ou Capitalismo de Vigilância (Srnicek, 2016; Zuboff, 2018), onde as novas relações de produção, extração de valor e circulação têm se dado por meio das plataformas digitais, além da intermediação do trabalho a partir dessas novas tecnologias.

Longe de discutirmos aqui o significado dessas nomenclaturas, o nosso objetivo é debater os usos do território pelas plataformas digitais, entendidas, neste trabalho, como empresas-aplicativo que, apesar de terem pouca materialidade devido a sua aparência intangível (Abílio, 2017; Tozi, Duarte e Castanheira, 2021), o seu funcionamento depende das materialidades e imaterialidades do território historicamente construídas. Não obstante, do ponto de vista teórico, Tozi, Duarte e Castanheira (2021) pensam as plataformas digitais como verdadeiras plataformas territoriais.

Nesse mesmo sentido, Tozi, Duarte e Castanheira (2021) defendem que o território se torna uma plataforma de atuação para essas empresas comandadas pelos agentes hegemônicos da economia. Em outras palavras, o território é a base material onde, juntamente com as imaterialidades estabelecidas no espaço, sobretudo a infraestrutura e as redes de telecomunicação, oferecem as condições necessárias para a atuação efetiva das empresas.

Logo, compreender o comportamento das empresas-aplicativos no território é entender o papel ativo dessa dimensão do espaço considerando os seus diferentes usos frente ao atual estágio do meio técnico-científico-informacional.

Para fins de contextualização, devemos pensar a expansão das plataformas digitais no território brasileiro. Nos anos 1990, momento em que a *World Wide Web* (WWW) foi concebida, as pessoas passaram a ter acesso à informação em formato de hipertexto por meio de *sites* e *blogs* de internet a partir de programas de computador, em que, nesse momento “a palavra escrita podia, assim, circular com maior velocidade, assegurando certamente um impulso às operações comerciais” (Santos; Silveira, 2001, p. 74), o que acabou culminando na expansão

da conectividade e a formação de um ciberespaço comandado por uma arquitetura algorítmica que disponibilizava informações aos usuários apenas com um clique (Israel, 2020).

Com as inovações do meio técnico-científico-informacional, sobretudo a partir dos anos 2000, essa arquitetura algorítmica foi se complexificando e as ferramentas digitais se multiplicando. Hoje, somado aos computadores que possibilitam o acesso à informação e conexão dos usuários, além de inúmeras outras ferramentas tecnológicas que se encontram nesse meio técnico-científico-informacional, os smartphones têm atuado como mais um meio de comunicação, estando fortemente presentes na vida cotidiana das pessoas e influenciando as suas ações. Sua configuração é resultado de uma nova arquitetura dos algoritmos e dos softwares e de uma maior complexificação desses nos espaços virtuais.

Por sua vez, o avanço dos smartphones vem acompanhado de um grande crescimento do uso de aplicativos digitais dada a migração em massa de negócios e serviços para as plataformas online.

Esse fenômeno tem gerado impactos significativos nos diferentes âmbitos da sociedade, como na educação, saúde, economia e trabalho, o que vem criando uma reestruturação na forma como as pessoas se relacionam com as TDIC.

Para melhor exemplificar este cenário, o uso de plataformas digitais na área da educação, como as plataformas do *Google Meet* e do *Zoom*, tem trazido novas perspectivas ao âmbito do ensino, sobretudo considerando o contexto de pandemia que impôs aos alunos a adesão às aulas online. No tocante à saúde, a telemedicina é uma realidade para muitas pessoas, em que o atendimento virtual por meio de aplicativos tem uma grande relevância na vida cotidiana dos pacientes. Quanto ao mundo econômico, a expansão do comércio digital via plataformas, ou o chamado *e-commerce*, associa-se aos novos hábitos de consumo da população, intermediando a relação entre trabalhadores e consumidores.

Destarte, as plataformas digitais são multissetoriais e atuam em vários ramos (Tozi, Duarte e Castanheira, 2021). A infraestrutura dos aplicativos e o seu uso tem levado a mudanças de valores e hábitos da sociedade muito rapidamente, visto que tanto os smartphones quanto os aplicativos se tornaram parte integrante da vida dos usuários e esses têm expressado novos rumos da conectividade (Okano; Simões; Langhi, 2020).

Se antes os programas principais para navegar pelos *sites* da internet eram o *Firefox* e o *Chrome*, hoje é mais simples usar os aplicativos, isso porque, segundo aponta Israel (2020), tem havido uma plataformização dos *sites* de *Web* nos últimos anos, configurando-se como uma nova estruturação dos espaços virtuais comandada pelos algoritmos e *softwares*.

Nesse sentido, não há mais a necessidade de ir ao *Chrome* para ter acesso a sites como o *Facebook*, *YouTube*, *Twitter*, *Google*, entre uma infinidade de outros, pois eles já estão disponíveis em forma de aplicativos encontrados principalmente nos *smartphones* e comandados a partir de uma engenharia técnica que captura dados pessoais de seus usuários e, por meio deles, “possibilitam a criação, a circulação e o armazenamento de um gigantesco montante de informações que fazem parte da vida cotidiana e banal de vários estratos da população e em

vários pontos do território” (Bertollo, 2019, p. 134).

Isso diz muito sobre as novas necessidades das empresas quando se trata de buscar mecanismos para gerar mais lucros. Santos e Silveira (2001) discutem que a comunicação de dados e a demanda de velocidade por parte das empresas exigem novas respostas, e a busca por essas novas respostas, paralelamente, vai substituindo as técnicas anteriores.

Ao armazenar esses dados, as empresas-aplicativo têm acesso à informações estratégicas dos seus usuários, como localização, gostos pessoais, hábitos de consumo e etc. Neste sentido, como sendo uma das variáveis-chaves do período atual, a informação “ganha um lugar de destaque como um forte elo para que as empresas possam agir nos lugares” (Duarte, 2019, p. 12). Não obstante, o uso desses aparatos tecnológicos só é possível graças à combinação entre tecnologia, informática, finanças e informação (Tozi, Duarte e Castanheira, 2021), sendo um resultado da banalização e difusão de objetos técnicos que atinge a totalidade de cada “formação socioespacial” (Santos, 1977).

Entendidas como uma intermediária sociotécnica do processo de capitalização (Montenegro, 2020), as plataformas digitais configuram-se como um meio de produção e de interação. Elas são uma infraestrutura digital encontradas principalmente nos celulares onde “atuam como processos de produção em meio à circulação do capital e, como meio de comunicação” (Grohmann, 2020, p. 95).

Nesse sentido, as plataformas digitais, os algoritmos e toda a sua infraestrutura técnica se constituem como novos objetos técnicos do período atual, onde esses têm contribuído para a crescente artificialização do meio ambiente (Santos, 2013), ou/ seja, a tecnoesfera.

### **3 A ATUAÇÃO DAS EMPRESAS-APLICATIVO E OS NOVOS USOS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO**

A discussão anterior nos permite entender que as plataformas digitais têm sido parte integrante na vida das pessoas no atual estágio do meio técnico-científico-informacional, sendo um resultado das transformações tecnocientíficas e do intenso uso de ferramentas digitais como os smartphones, dado o seu desenvolvimento nos últimos anos e sua banalização, cujas consequências são incorporadas ao comércio e ao consumo (Bertollo, 2019).

Essas plataformas têm mudado o modo como produtos e serviços são criados e oferecidos (Okano; Simões; Langhi, 2020). Por meio do seu uso, mudanças em curso nas relações de produção vêm ganhando terreno, como as transformações no mundo do trabalho, uma maior flexibilização dos serviços digitais e uma crescente exploração do trabalhador, demonstrando que o trabalho subordinado por meio das plataformas tem uma “centralidade nas formas contemporâneas da acumulação do capital” (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021, p. 28).

Sendo assim, o modo de produção e as relações de trabalho que se dão a partir desses novos aparatos tecnológicos têm impactado a dinâmica do território, revelando novos usos pelos agentes hegemônicos e não hegemônicos envolvidos nesse atual modelo econômico digital:

o mercado comandado a partir das plataformas.

Tozi, Duarte e Castanheira (2021, p. 3) assevera que as plataformas têm o poder de definir novos padrões de sistemas técnicos e informáticos, criando tecnologias que permitem a “intercomunicação entre setores econômicos tradicionais e os objetos técnicos telemáticos”. É o caso, por exemplo, dos serviços de transportes de empresas privadas que tem como objeto mediador os aplicativos de transporte. Esses aplicativos, além de permitir o encontro rápido entre motorista e passageiro, dispõem de potencialidades técnicas que tornam possível “a precificação do território por meio do preço dinâmico calculado pelo algoritmo se baseando na oferta e demanda de corridas e carros disponíveis” (Duarte, 2019, p. 34).

Foi graças ao desenvolvimento e sucesso de aplicativos de transporte como o Uber que uma gama de outros aplicativos de transportes foram ganhando espaço e modificando os fluxos de locomoção nos centros urbanos, desde o fluxo de pessoas ao fluxo de informações e produtos diversos, como os alimentícios.

Considerando a frente de expansão das empresas-aplicativo no território brasileiro, destacam-se os aplicativos de entregas de alimentos (*delivery*) que tem gerado mudanças significativas nos hábitos de consumo da população. Entre esses aplicativos, é possível identificar algumas empresas cuja atuação se dá de forma mais expressiva no território brasileiro, como o *iFood*, a *UberEats* e a *Rappi*.

Cada vez mais, a prática de pedir comida em casa e a comida chegar até o cliente em questão de minutos é uma realidade no cotidiano urbano. O consumidor não precisa se deslocar até o restaurante para poder usufruir do cardápio ou ir até um supermercado para fazer compras, pois esses produtos chegam até ele por meio dos serviços de entregas encontrados em aplicativos que garantem a circulação efetiva desses produtos no território.

Isso mostra que, na mesma medida em que os hábitos de consumo mudaram, a própria forma de circulação das mercadorias no território também. São por meio desses aplicativos de entregas de artefatos e comidas que o produto chega até o seu destino. Isso tem causado implicações na dinâmica urbana, uma vez que, segundo aponta Venceslau (2020), parte considerável do comércio tem suas atividades efetuadas no âmbito virtual, proporcionando, dessa forma, uma desconcentração dos espaços de consumo no território e uma intensificação da lógica do consumo com base nas condições das técnicas modernas presentes no espaço.

Nesse sentido, a produção, o consumo e a distribuição, uma vez se valendo dos novos objetos técnicos informacionais, revelam que

O espaço não é apenas material ou físico e está sempre ganhando novas definições substantivas com as mudanças históricas e que permite comunicar o resultado de um trabalho real, multidimensional. O espaço virtual se apoia no espaço real, ambos úteis à construção cotidiana da história, cuja aceleração autoriza, como é o caso do espaço virtual (Santos, 2000a, p. 12).

Sendo assim, os novos objetos técnicos alinhados às mudanças nos padrões de consumo têm provocado um conjunto de modificações na forma como o espaço se organiza, exercendo poder na regulação e no uso do território (Tozi, 2018).

A discussão feita por Santos e Silveira (2001, p. 93) de que “o território é usado a partir dos seus acréscimos de ciência e técnica, e tais características o definem como um novo meio geográfico. Tanto a sua constituição como o seu uso exigem, todavia, parcelas volumosas de informação”, o que nos ajuda a compreender a ação no território das empresas-aplicativos.

O território, uma vez dotado de características técnicas, informacionais e infraestruturais, permite as condições necessárias para a ação dessas empresas. Hoje, os objetos dispostos no espaço, além de serem informativos, também transmitem informações, viabilizando que as grandes empresas operem por meio delas (Godoy, 2020). É a partir do conhecimento da cartografia do lugar que a conexão entre mercados e consumidores se torna possível. Os algoritmos permitem que os aplicativos tenham acesso às informações presentes no espaço, de modo que, a partir delas, possam calcular a distância e a localização se torna um dado essencial para a mensuração dos serviços de transportes por apps.

No caso dos aplicativos de entrega, para que a circulação de mercadoria no espaço urbano seja possível, é importante que o território não só disponha de uma boa infraestrutura pública, como energia elétrica, rodovias pavimentadas etc., como também é necessário que o território forneça objetos de engenharia mais complexos, como é o caso das redes de telecomunicação. Isso corrobora com a discussão feita por Ortigoza e Ramos (2003) quando esses afirmam que a fluidez tecno-informacional do espaço torna possível o estabelecimento de relações comerciais que se dão através da esfera *online*.

Nesse sentido, é por meio da combinação entre infraestrutura do território, meios de transporte e meios de comunicação/plataformas que as atividades por aplicativos são viabilizadas, permitindo, assim, que o acontecer do universo online se dê no espaço concreto.

Outrossim, é importante apontar que a atuação desses aplicativos não se dá de forma homogênea no território. Pelo contrário, a atuação de algumas delas, como é o caso principalmente da *UberEats* e da *Rappi*, se restringe às capitais e aos grandes aglomerados urbanos, ou seja, “está limitada a cidades com relevância econômica e densidade populacional” (Mello, 2020, p. 37), fatores que dão condições para que essas empresas tenham um grande mercado consumidor.

Destarte, a organização do território é importante para que as empresas desenvolvam a circulação e o consumo no sentido de atingir maiores lucratividades, de tal modo que as características populacionais, econômicas, técnicas, informacionais e infraestruturais do território são determinantes para que os serviços prestados pelas empresas sejam vantajosos, do ponto de vista do capital.

#### 4 EMPRESA-APLICATIVOS E EXPLORAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO REFLETIDAS NA CIDADE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

O ano de 2020 entra para a história como o ano em que fez o mundo, altamente globalizado e dinâmico, ‘parar’. Quando a circulação de bens, serviços, pessoas e capitais foi gravemente comprometida pelo avanço de um vírus altamente letal, o SARS-CoV-2, que impôs transformações à dinâmica da economia urbana, demandando novos modelos de consumo atual e a emergência de novas modalidades de trabalho que já vinham em curso na sociedade.

Diante dessa realidade, para conter o avanço da Covid-19, medidas de restrição de circulação de pessoas foram adotadas e isso trouxe impactos significativos, principalmente no âmbito social e econômico.

O fechamento do comércio e de serviços ditos não-essenciais resultou na desestruturação de pequenas atividades, além da interrupção da produção de diversas empresas e no aumento do desemprego que já vinha assolando no Brasil, o que culminou com a transferência de uma gama de serviços para o meio digital (Carlos, 2020).

Dentro desse contexto, os aplicativos de internet passaram a assumir um grande protagonismo na dinâmica da economia urbana na medida em que esses possibilitaram a realização de diversas atividades por meio de *softwares*, garantindo, assim, a geração de renda para milhões de brasileiros. No entanto, a adesão a essas modalidades de trabalhos tem escancarado um problema socioeconômico que já vem afetando o país: a falta de oportunidades no mercado de trabalho formal, em que tal problemática tem gerado a emergência de diversas atividades no mercado de trabalho informal, entre essas atividades aquelas demandadas por aplicativos de internet.

Filgueiras e Antunes (2020) destacam que, na conjuntura atual, cada vez mais as ferramentas digitais e a internet têm sido utilizadas para gerir a produção e o trabalho por meio de plataformas digitais e aplicativos, em que “uma miríade de atividades pode ser efetuada presencialmente (entregas, transporte, limpeza etc.) ou eletronicamente (por meio do próprio computador, como serviços de engenharia, tradução etc.)” (*Ibid.*, p. 60).

Buscando analisar os espaços digitais do trabalho, Graham e Anwar (2020) afirmam que os trabalhadores têm a oportunidade de criar suas próprias geografias de trabalho, distinguindo o trabalho geograficamente aderente (como dirigir) e o trabalho geograficamente não-aderente (como inserir dados).

Se enquadram no primeiro grupo os serviços de entregas de alimentos e os de transporte de pessoas demandados por aplicativos. Entregadores e motoristas têm se somado, recentemente, às novas modalidades de trabalho que vêm sendo desenvolvidas pela população de baixa renda (Montenegro, 2020), tendo ganhado grande visibilidade no atual contexto pandêmico os entregadores de aplicativos de *fast-food* como o *iFood*, *Rappi* e *UberEats*, por desempenharem um papel essencial na garantia do abastecimento cotidiano da população e na permanência do funcionamento da economia urbana ao realizarem entregas de estabelecimentos comerciais

como supermercados, farmácias, lanchonetes e afins.

Essas empresas-aplicativos, por sua vez, “se baseiam em intermediar a relação cliente-restaurante fornecendo, em certos casos, o transporte do pedido a partir de entregadores rotativos inscritos nas plataformas” (Mello, 2020, p. 24). Elas dominam um setor de serviço (*delivery*) que tem sido a válvula de escape para milhões de trabalhadores brasileiros que se encontram assolados na crise do desemprego. Por sua vez, ao se cadastrarem nesses aplicativos, eles visualizam uma alternativa para conseguir alguma fonte renda.

No entanto, essa modalidade de serviço tem refletido a precarização das condições de trabalho no atual estágio do capitalismo nos espaços urbanos, expressando relações de dominação e subordinação entre as empresas-aplicativos e a classe trabalhadora (Montenegro, 2020) que realizam longas jornadas de trabalho, trabalhando até mais de 12 horas por dia, sem folga semanal, com baixas remunerações, correndo risco de desligamento dos aplicativos por qualquer justificativa, arcando com os custos da manutenção de seus veículos e riscos no trânsito, enquanto que as empresas ficam com lucros exorbitantes, considerando que elas se livram “dos custos do trabalho mantendo os ganhos e o controle sobre a produção” (Abílio, 2020, p. 115).

Abílio (*Ibid.*, p. 111), ao criticar o trabalho subordinado por meio de plataformas, afirma que:

o trabalhador jovem e desempregado da periferia, carregando uma caixa nas costas, pedalando mais de cinquenta quilômetros por dia – transferindo refeições/alimentos adquiridos por outros trabalhadores via aplicativos que passam a organizar a rede de distribuição dos restaurantes –, foi então reconhecido como o símbolo da exploração do trabalho no século XXI.

Esses trabalhos vêm catalisando ainda mais as condições de informalização, flexibilização e precarização das relações trabalhistas, desencadeando um fenômeno que vem sendo potencialmente visualizado nas cidades: a ‘uberização’ do trabalho, entendida por Antunes (2020, p. 11) como sendo “um processo no qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo, assim, a aparência de “prestação de serviços” e obliterando as relações de assalariamento e de exploração do trabalho”.

Esse tema ganha maior visibilidade quando associado aos trabalhadores que são controlados por empresas que operam por meio de plataformas digitais, essas atuando como um poderoso instrumento na reorganização do trabalho. Um dos elementos centrais da uberização é a condição geral dos trabalhadores subordinados aos aplicativos, onde emergem novas formas de controle e gerenciamento do trabalho por meio das novas tecnologias digitais (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021).

Essa é a atual lógica econômica e dialética do capital que vem redefinindo o espaço e criado uma espécie de “empreendedorismo urbano” frente ao processo de urbanização neoliberal (Harvey, 2005). Em tempos de pandemia, essa lógica do capital tem se mostrado ainda mais perversa, visto que os trabalhadores de aplicativos de transporte dito “uberizados” preci-

sam sair para trabalhar, ficando, assim, suscetível ao contágio do vírus e a uma série de outros riscos, sem ter os seus direitos mínimos garantidos.

A cidade tem reforçado essa premissa, uma vez que o desenrolar da vida cotidiana torna difícil o isolamento social onde nela encontra-se os “sem direitos à quarentena” (Carlos, 2020), havendo, dessa forma, um abismo entre aqueles que podem cumprir o isolamento social e os que não têm esse privilégio.

Carlos (2020), ao discutir sobre como a cidade tem reforçado a desigualdade social e a precariedade das relações no atual cenário pandêmico, chama a atenção dos trabalhadores informais que oferecem pequenos serviços e dependem da circulação de pessoas. Para essa massa, resta apenas duas opções: sair para a labuta e ficar susceptível ao contágio do vírus ou se isolar e não ter como pagar suas contas e colocar comida na mesa. Nessa mesma perspectiva, Simoni (2020, p. 33) adverte que

a informalidade e a falta de seguridade não permitiram o distanciamento físico na realização das tarefas. O tempo do lucro, imposto sob ameaça de morte àqueles que dependem do trabalho do dia para comer à noite, se apropriou da potência urbana do encontro e da proximidade.

Tal realidade tem sido vivenciada, principalmente, pelos serviços de entregas por aplicativos. Desde o início da pandemia, com o aumento do desemprego, milhares de pessoas têm se cadastrado em aplicativos para trabalhar como entregadores. Esses trabalham sob longas horas para garantir o abastecimento cotidiano das cidades, sendo reféns de chamadas em seus *smartphones* e se expondo ao contágio do vírus diariamente, uma vez que dependem de seu trabalho nas ruas para sobreviver.

Dessa forma, o espaço, entendido na perspectiva de Lefebvre (2006, p. 50) como aquele socialmente produzido, logo, um espaço social, o qual possibilita as condições para a reprodução do capital, sendo esse um meio de controle e de dominação, tem passado por transformações recentes, entre elas, a reprodução de novas relações sociais de trabalho correspondentes à atual lógica do sistema.

Assim, entendemos que os processos anteriormente discutidos têm desencadeado em renovações das práticas espaciais, sendo essas fortemente marcadas pela reificação da alienação, cuja uberização do trabalho é um dos símbolos mais expressivos dessa renovação.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O período técnico-científico-informacional tem promovido um terreno fértil para a expansão das mais variadas formas de atividades econômicas modernas desenvolvidas por meio dos novos objetos técnico-informacionais, como as plataformas digitais. Isso sinaliza para os novos usos do território pelos agentes hegemônicos e não-hegemônicos do mercado, onde tais usos têm amplificado a coexistência e a desigualdade entre eles.

Enquanto os agentes hegemônicos — as grandes empresas detentoras dos aplicativos — têm encontrado, nessas ferramentas digitais, um mecanismo capaz de extrair renda, e fazem o uso dessas tecnologias com a intenção de obter ainda mais lucros, os agentes não-hegemônicos que prestam serviços a essas corporações o fazem objetivando a geração de renda para o seu sustento.

Destacamos os usos do território pela utilização dos aplicativos de *delivery*, os quais são colocados em funcionamento por empresas que anseiam circular mercadorias e capitais se aproveitando das TDICs e da organização do território. Assim, mirando o lucro como finalidade, as empresas-aplicativo agem considerando o território como um recurso imprescindível para a exploração do trabalho.

Os trabalhadores usam tais aplicativos para ofertarem serviços que culminem em algum retorno financeiro. Esse uso ocorre conforme as determinações das empresas-aplicativo, significando, assim, relação econômica de dependência de agentes não hegemônicos (trabalhadores) aos interesses de agentes hegemônicos (empresas-aplicativo), colocando-se em tela os circuitos da economia urbana na situação da tecnificação digital do território.

No contexto da pandemia da Covid-19, o uso do território por meio das TDIC foi imprescindível, possibilitando que empresas-aplicativo consigam lucros substanciais e que motoristas ou entregadores vinculados a essas laborem para a obtenção de renda em busca da sobrevivência. Isso demonstra que, em plena pandemia, o meio técnico-científico-informacional proporcionou que a dinâmica socioeconômica das cidades brasileiras prosseguisse atrelada à lógica dos aplicativos de *delivery*.

Nesse sentido, observa-se que as transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, principalmente, em decorrência do avanço das tecnologias, que tem feito emergir novas modalidades de trabalho no âmbito da economia urbana, como os serviços demandados por aplicativos, onde esses vêm impondo renovações das relações trabalhistas, maior exploração da força de trabalho, trabalhadores cada vez mais sujeitos à informalidade, à pobreza e, agora, ao contágio pelo coronavírus.

Esses processos têm se materializado fortemente nas cidades, essas como sendo *locus* da sua reprodução. Sendo assim, entende-se que compreender a organização do espaço no seu estágio atual carece uma discussão analítica desses segmentos que têm feito com que o território seja usado cada vez mais em benefício dos agentes hegemônicos em detrimento dos não hegemônicos.

## REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, L. C.; AMORIM, H.; GROHMANN, R. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 23, n. 57, p. 26-56, mai./ago. 2021. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/116484> >. Acesso em: 18 dez. 2021.
- ABÍLIO, L. C. Uberização e controle do trabalhador just-in-time. *In*: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ABÍLIO, Ludmila Costek. **Uberização do trabalho**: subsunção real da viração. Instituto Humanitas Unisinos. 1º mar. 2017. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/565264-uberizacao-do-trabalh%20o-subsuncao-real-da-viracao%3E>. Acesso em 11 nov. 2021.
- ANWAR, M. A.; GRAHAM, M. Digital labour at economic margins: african workers and the global information economy. **Review Of African Political Economy**, [S.L.], v. 47, n. 163, p. 95-105, 2 jan. 2020. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/03056244.2020.1728243>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03056244.2020.1728243>. Acesso em: 01 out. 2023.
- ANTUNES, R. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. *In*: **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BERTOLLO, M. **A capilarização das redes de informação no território brasileiro pelo smartphone**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11042019-171300/pt-br.php>>. Acesso em: 4 jan. 2022.
- CARLOS, A. F. A. A “revolução” no cotidiano invadido pela pandemia. *In*: Carlos, A. F. A. **COVID-19 e a crise urbana**. São Paulo: FFLC/USP, 2020.
- DUARTE, L. R. **O território como recurso e a informação como estratégia das corporações de transporte por aplicativo no Brasil**. Orientador: Fábio Tozi. 2019. 117p. TCC (Graduação) — Curso de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, 2019. Disponível em: [https://storage.googleapis.com/wzukusers/user-35094468/documents/b3a10ff2d955499e98e2b817b2dde29c/Trabalho-de-Conclus%C3%A3o-de-Curso\\_Leandro-Duarte.pdf](https://storage.googleapis.com/wzukusers/user-35094468/documents/b3a10ff2d955499e98e2b817b2dde29c/Trabalho-de-Conclus%C3%A3o-de-Curso_Leandro-Duarte.pdf). Acesso em: 14 dez. 2021.
- FILGUEIRAS, V.; ANTUNES, R. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.
- GROHMANN, R. Plataformização do trabalho: características e alternativas. *In*: ANTUNES, R. (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- GODOY, L. A. G. **Empresas de aplicativo delivery, meio técnico-científico-informacional e neoliberalismo no Brasil**: suas manifestações na cidade de São Paulo. Orientadora: Maria

Mónica Arroyo. 2020. 72p. TCC (Graduação) — Curso de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://bdta.aguia.usp.br/item/003029191>> . Acesso em: 2 jan. 2022.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.

ISRAEL, C. B. Os rastros geodigitais enquanto processo de totalização da espacialidade algorítmica: sobre as verticalidades da Internet e do ciberespaço no período pandêmico. *In*: ARROYO, M. *et al.* (Org.). **Usos do território e pandemia: dinâmicas e formas contemporâneas do meio técnico-científico informacional**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020, p. 63-94.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

MELLO, M. “**Você tem fome de quê?**”: análise da distribuição espacial dos principais aplicativos de delivery no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/16585>. Acesso em 18 dez. 2021.

MONTENEGRO, M. R. Do capitalismo de plataforma à difusão dos aplicativos: apontamentos sobre novos nexos entre os circuitos da economia urbana em tempos de Covid- 19. **Espaço e Economia**, 19, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/17256>. Acesso em: 01 fev. 2021.

OKANO, M. T.; SIMÕES, E. A.; LANGHI, C. Plataformas de negócios digitais: o poder da transformação digital nos dispositivos moveis. **Research, Society And Development**, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 1-16, 1 jan. 2020. Research, Society and Development. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i2.2097>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2097/1734>. Acesso em: 30 set. 2023.

ORTIGOZA, S.; RAMOS, C. A geografia do comércio eletrônico (e-commerce) no Brasil: o exemplo do varejo. **Geografia** (Rio Claro), v. 28, n. 1, P. 63-81, 2003.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia** — BPG, n. 54, p. 81-100, 1977.

SANTOS, M. **Há mesmo um espaço virtual?** Palestra proferida em 21 fev. 2000a. Disponível em: <[http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/livros/Ha-mesmo-umespacovirtual\\_Milton-Santos.pdf](http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/livros/Ha-mesmo-umespacovirtual_Milton-Santos.pdf)>. Acesso em: 11 ago. 2016.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000b.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**. Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M, L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**.

Rio de Janeiro: Record, 2001.

SIMONI, C. A Covid-19 e o Direito à Cidade dos Pobres no Brasil. *In*: CARLOS, A. F. A. **COVID-19 e a crise urbana** [recurso eletrônico]. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. Disponível em: [https://geografia.fflch.usp.br/sites/geografia.fflch.usp.br/files/Covid\\_19\\_e\\_a\\_Crise\\_Urbana\\_v7.pdf](https://geografia.fflch.usp.br/sites/geografia.fflch.usp.br/files/Covid_19_e_a_Crise_Urbana_v7.pdf). Acesso em: 1º out. 2023.

SRNICEK, N. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2016.

TOZI, F. As novas tecnologias da informação como suporte à ação territorial das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. *In*: ZAAR, Miriam; CAPEL, Horacio. (Org.). **Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista**. Barcelona: Universidad de Barcelona/Geocrítica, v. 1, p. 1-16, 2018. Disponível em: [www.ub.edu/geocrit/XV-Coloquio/FabioTozi.pdf](http://www.ub.edu/geocrit/XV-Coloquio/FabioTozi.pdf). Acesso em: 3 mar. 2021.

TOZI, F. Da nuvem ao território nacional: uma periodização das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, 2020, v. 24, n. 3, p. 487-507. Disponível em: <[www.revistas.usp.br/geousp/article/view/168573/165991](http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/168573/165991)>. Acesso em: 22 nov. 2021

TOZI, F.; DUARTE, L. R.; CASTANHEIRA, G. R. Trabalho precário, espaço precário: as plataformas digitais de transporte e os circuitos da economia urbana no Brasil. **Ar@cne**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2021, 1 mar., vol. XXV, nº 252. Disponível em: <<https://revistes.ub.edu/index.php/aracne/issue/view/2440>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

VENCESLAU, I. O comércio eletrônico e a pandemia da Covid-19 no território brasileiro: tecnosfera e psicofera na expansão do consumo. *In*: ARROYO, M. *et al.* (Org.). **Usos do território e pandemia: dinâmicas e formas contemporâneas do meio técnico-científico informacional**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020, p. 123-152.

ZUBOFF, S. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. *In*: BRUNO, F. *et al.* (Org.). **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo/SP: Boitempo, 2018, p. 17-69.

# REFLEXÕES SOBRE O USO DA BICICLETA COMO POSSIBILIDADE DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL EM NATAL/RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL

**Clara Beatris de Medeiros Silva**

*Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte*

E-mail: [c.beatris@escolar.ifrn.edu.br](mailto:c.beatris@escolar.ifrn.edu.br)

**João Gabriel Cavalcanti Araújo**

*Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte*

E-mail: [cavalcanti.joao@escolar.ifrn.edu.br](mailto:cavalcanti.joao@escolar.ifrn.edu.br)

**Maria Cristina Cavalcanti Araújo**

*Departamento De Geografia (DGE-CNAT)*

*Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte*

E-mail: [crisrina.cavalcanti@ifrn.edu.br](mailto:crisrina.cavalcanti@ifrn.edu.br)

## 1 INTRODUÇÃO

A cidade é para todos? Até que ponto o direito à cidade é respeitado, do ponto de vista da mobilidade urbana? Os padrões de mobilidade urbana atuais atendem aos princípios da sustentabilidade? Como pensar a mobilidade urbana, em uma sociedade onde os transportes motorizados individuais são símbolo de status social e os transportes coletivos não apresentam conforto aos passageiros? É seguro fazer uso da bicicleta como meio de transporte em Natal? E, finalmente, como se apresenta a estrutura ciclovitária em Natal, capital do Rio Grande do Norte? Essas e outras reflexões se fazem necessárias para o desenvolvimento do município, numa perspectiva geográfica e ecológica. Nesse sentido, pretende-se, neste artigo, trazer ponderações acerca do uso da bicicleta como possibilidade de mobilidade urbana sustentável em Natal, no Rio Grande do Norte. Para isso, partimos do pressuposto que a mobilidade urbana deve permitir o deslocamento de pessoas, acessando as diversas partes da cidade, de forma democrática e igualitária, num sistema fluído, inclusivo e ambientalmente equilibrado.

A urbanização, muitas vezes marcada pela falta de planejamento urbano, nas últimas décadas, tem promovido transformações socioeconômicas e espaciais, suscitando uma maior concentração populacional nas cidades e a conseqüente expansão do tecido urbano. Cada vez mais áreas periféricas vão se espraiando enquanto as áreas centrais perdem população. Nesse caso, há o afastamento de grande parte da população das regiões onde se concentram, por exemplo, o comércio, serviços, trabalho, lazer e educação. Sendo assim, o tempo de deslocamento para a realização dessas atividades acaba sendo comprometido. Um agravante desse cenário é a escassez de investimentos em transportes públicos, que não acompanham o crescimento urbano e acabam sendo ineficientes para as demandas da população.

Nesse contexto, o trânsito e o congestionamento, o transporte público deficitário, o custo da passagem e dos combustíveis e a crescente deterioração do poder econômico da po-

pulção inviabilizam o ir e vir dos cidadãos, notabilizando a importância da implementação de um sistema de transporte eficaz que associe acessibilidade e mobilidade urbana.

No entanto, nos centros urbanos, se privilegia os transportes individuais motorizados em detrimento do transporte público e da mobilidade ativa, o que só aumenta o abismo social e compromete a mobilidade urbana. Como consequência, a poluição sonora e a do ar, além de acidentes de trânsito, insegurança aos pedestres, transportes públicos lotados, tempo de espera e tempo de trajeto cada vez mais prolongados, dentre outros problemas, são naturalizados ao ponto de se fazerem parte do cotidiano do cidadão.

Sendo assim, há a necessidade de se pensar uma mudança de comportamento onde a mobilidade ativa seja uma alternativa, proporcionando redução de gastos públicos com transporte e promovendo benefícios ao meio ambiente, à saúde e à economia. Nessa perspectiva, a bicicleta ganha espaço de destaque, pois se apresenta como um meio de transporte inclusivo, seguro, eficaz e que garante a mobilidade urbana do ponto de vista da sustentabilidade, atendendo, assim, ao que preconiza a Lei Federal nº 10.257/01 (o Estatuto da Cidade) e a Lei nº 12.587/12 (a Política Nacional de Mobilidade Urbana).

A ciclomobilidade é bastante democrática, porque proporciona a inclusão de pessoas de qualquer gênero, idade e classe social. Além disso, a massificação do uso da bicicleta contribui para atingir os objetivos do Desenvolvimento Sustentável e reduzir a emissão dos Gases de Efeito Estufa (GEE), que contribuem para o aquecimento global e o desequilíbrio ambiental. Outro benefício é a oportunidade de atrelar exercício físico e lazer ao praticante, tendo em vista as melhorias à saúde e a conexão socioambiental proporcionadas pela atividade. Conforme pontua Peres (2019, p. 18), “pedalar na cidade é uma oportunidade de vivenciá-la em outra velocidade, experimentar seus lugares e suas paisagens por outras perspectivas e por outros ângulos”.

O incentivo a práticas saudáveis, a inserção de meios de locomoção limpos e a utilização de transportes que gerem o mínimo de poluentes possíveis, são condizentes com a mobilidade urbana sustentável. Incentivar comportamentos e políticas que visem integrar a importância do controle ambiental e a saúde da população aos projetos desenvolvimentistas das cidades são uma prática socialmente inclusiva e ecológica, tornando a localidade um espaço mais democrático. Nessa perspectiva, pretende-se trazer reflexões sobre o modo cicloviário como possibilidade de mobilidade urbana sustentável em Natal, Rio Grande do Norte.

## **2 MATERIAL E MÉTODO**

O estudo desenvolvido no âmbito do Núcleo de Pesquisa e Estudos Geográficos — NUPEG, do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Campus Natal — Central (IFRN), foi estruturado nos seguintes passos: estudo bibliográfico, em artigos, periódicos, dissertações e teses para o embasamento teórico sobre direito à cidade, mobilidade urbana, ciclomobilidade e sustentabilidade; pesquisas documentais, além de levantamento de dados secundários em

órgãos oficiais; e pesquisa de campo para análise da malha cicloviária de Natal e para realizar registro fotográfico que contribuiu para, de certa forma, fazer uma descrição da realidade.

Foram aplicados questionários com usuários de bicicleta a partir do método denominado de *snowball* ou “amostragem em Bola de Neve”, para compreender e refletir sobre como se apresenta a malha cicloviária de Natal. Segundo Vinuto (2014, p. 205),

Esta técnica é um método de amostragem de rede útil para se estudar populações difíceis de serem acessadas ou estudadas (*Hard-to-find or hard-to-study populations*) ou que não há precisão sobre sua quantidade. [...] a amostragem em bola de neve mostra-se como um processo de permanente coleta de informações, que procura tirar proveito das redes sociais dos entrevistados identificados para fornecer ao pesquisador um conjunto cada vez maior de contatos potenciais, sendo que o processo pode ser finalizado a partir do critério de ponto de saturação.

Assim, a partir da utilização de redes sociais como *Instagram*, *WhatsApp* e *Twitter*, foi realizada a interação entre os indivíduos, com as chamadas “sementes”, que possibilitaram o contato inicial com usuários de bicicleta e grupos de ciclistas de Natal, indicando e/ou convidando amigos e conhecidos de sua rede, para integrarem o processo.

O formulário, com questões abertas e fechadas, foi organizado no *Google Forms* e os resultados foram sistematizados em Planilha *Excel*. No total, tivemos 105 respondentes que, a partir de seus relatos, nos permitiram uma melhor compreensão sobre os desafios reais de pedalar em Natal.

### **3 CICLOMOBILIDADE: MUDANÇA DE PARADIGMAS?**

Os primeiros relatos do uso da bicicleta no Brasil datam do século XIX, hábito introduzido por imigrantes europeus. No entanto, o uso da bicicleta só ganha prestígio nos anos 2000, quando se inicia investimentos em políticas públicas, mesmo que ainda de forma incipiente, para a construção de ciclovias. Nesse sentido, ao longo dos anos, mais avanços foram conquistados, promovendo uma benéfica expansão ideológica. A título de exemplo, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a bicicleta é o meio de locomoção mais sustentável do planeta. É uma alternativa positiva, de baixo custo, no contexto ambiental, social e econômico, tornando a cidade um espaço mais democrático.

Em se tratando do direito à cidade, a Carta Mundial pelo Direito à Cidade (2021, p. 3), define-o como sendo

Usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social. É um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, que lhes confere legitimidade de ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e a um padrão de vida adequado.

Assim, incentivar o uso da bicicleta é contribuir para a viabilização do direito universal à cidade, promover princípios de equidade à sociedade e proporcionar mudanças num paradigma referente à mobilidade urbana.

Atualmente, nota-se um aumento considerável em relação à ciclomobilidade no Brasil (Souza, 2021), e em Natal essa realidade não é diferente, o que se considera um passo importante para a concretização, de forma mais específica, do uso da bicicleta como alternativa sustentável de mobilidade urbana.

Essa adesão é benéfica ao meio ambiente por diversos fatores, tais como: não ter caráter poluidor, ter uma durabilidade considerável, sem a necessidade de trocar o veículo com frequência, não emitir Carbono (CO<sup>2</sup>) e outros gases à atmosfera, a possibilidade de percorrer pequenas, médias e longas distâncias sem precisar do consumo de combustíveis fósseis, ser de baixo custo, promover saúde e bem-estar, e permitir um contato mais íntimo entre o ciclista e a natureza que o envolve.

O uso da bicicleta como meio de transporte principal pode transformar um município, diante de ideias sustentáveis, tanto para as gerações presentes, quanto para as futuras, proporcionando uma melhor mobilidade urbana. Nesse contexto, acaba por também ser um ponto de partida para a adesão de ações ecologicamente corretas por parte da população, gerando menos poluição ao meio ambiente, promovendo um processo de conscientização, mudança de hábitos e influência positiva para outras sociedades. Assim, garante-se um meio ambiente equilibrado e uma melhor qualidade de vida.

Do ponto de vista social, o modo cicloviário suscita mudanças na mobilidade, pois não promove congestionamentos nem intensifica o trânsito, permitindo, assim, maior fluidez e dinamismo urbano. Contribui, também para o bem-estar da população, por transformar todo o cenário de caos presente nos centros urbanos, em momento de menos estresse e desconforto, melhorando, assim, algo que precisa, principalmente nos últimos anos, de cada vez mais cuidado: a saúde mental e física das pessoas.

Já do ponto de vista econômico, a medida é positiva tanto ao ciclista quanto ao Estado, visto que o custo para aquisição e manutenção da bicicleta é baixo, se comparado a outros meios de transporte. Não há gastos com combustível para seu uso, a economia em relação à manutenção das ruas e avenidas, que pode ser realizada com menor frequência, diante da redução do número de automóveis e pela diminuição de emissão de gases poluentes a atmosfera, o que pode contribuir para a saúde pública, no tocante à diminuição no número de pessoas com problemas respiratórios e relacionados.

Assim, numa visão estrutural, as cidades necessitam passar por readaptações através de investimentos governamentais em transporte público de qualidade, que propiciem conforto à população, espaços abertos às práticas diversas de locomoção, diminuindo o congestionamento de carros e segurança para todos, pois não é possível adotar nenhuma medida sem o sentimento de estar protegido.

Em Natal, capital do Rio Grande do Norte, quando se trata de mobilidade urbana, um dos pontos mais frágeis está atrelado ao “transporte público, que conta uma frota de ônibus antiga, com linhas que ainda utilizam trajetos determinados na década de 80, não acompanhando as transformações da cidade e a infraestrutura pouco funcional para o pedestre” (Baese, 2019, p. 272). Pontos de congestionamentos diários apontam para a necessidade de se colocar em prática o Plano de Mobilidade Urbana.

Contraditoriamente, o que se observa é que a Cidade de Natal ainda possui uma estrutura cicloviária fragilizada, em que nem mesmo no Plano Diretor, em nenhum de seus capítulos, artigos e parágrafos, é citado o termo cicloespaço ou há a evidência de algo ligado à infraestrutura cicloviária. Isso denuncia a falta de cuidado estatal para com a mobilidade urbana sustentável, assim como a carência de atualizações do Plano Diretor vigente, de acordo com a realidade da sociedade; e ainda, a persistência do paradigma da mobilidade urbana focada no transporte individual.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A cidade de Natal possui uma área territorial de cerca de 169,3 km<sup>2</sup> e conta com aproximadamente 10 mil ciclistas que usam o modal diariamente em seus deslocamentos, nos 83 quilômetros de estrutura cicloviária, com 56 cicloespaços, distribuídos pelas quatro zonas administrativas da cidade, a saber: Zona Sul (29), Zona Leste (16), Zona Norte (12), Parque das Dunas (2) e Zona Oeste (1), conforme dados da Prefeitura de Natal. Vale destacar que algumas zonas compartilham o mesmo cicloespaço, contabilizando nas amostras parciais, mas consideradas como um só na contagem final.

Visando minimizar a fragilidade da malha cicloviária da cidade, a Prefeitura desenvolveu um Plano Cicloviário que prevê quatro eixos de ligação entre as diversas Zonas Administrativas da cidade. Assim, Natal atingirá 100 km de ciclovias. Porém, apesar dos avanços percebidos na ampliação da malha cicloviária, percebe-se certa fragilidade e a necessidade de melhor fortalecimento nas ações referentes ao uso da bicicleta como meio de mobilidade sustentável.

Em relação aos dados empíricos, algumas conclusões foram observadas em nossas pesquisas de campo e a partir da análise dos questionários com usuários de bicicleta. Ao todo, tivemos 105 respondentes, dos quais aproximadamente 67% se identificaram como sendo do gênero masculino, o que demonstra ainda uma grande disparidade de gênero em relação aos usuários de bicicleta. Entende-se que [...]”A divisão sexual do trabalho condicionou, historicamente, as mulheres ao ambiente privado” (Passos, 2020, p. 109), embora compreenda-se aqui que essa desigualdade é multicausal.

Em relação à faixa etária, pouco mais de 50% se enquadram entre os 19 a 39 anos. No entanto, vale destacar que tivemos uma variação de respondentes entre as faixas etárias de 15 a mais de 70 anos, o que reforça a ideia de que o uso da bicicleta é viável para diversas faixas

etárias. Quanto à questão da renda, 56% dos respondentes possuem renda entre 1 a 4 salários-mínimos, o que reforça que a bicicleta é acessível a amplas classes sociais e segmentos da sociedade, enquanto o automóvel particular não é acessível a uma grande parcela da população.

Ainda assim, conforme pontua Peres (2019, p. 44), “Quando se afirma que a bicicleta é acessível, não se deve considerar apenas o seu valor econômico e os aspectos financeiros para adquiri-la”. Ainda segundo o autor, “a bicicleta é acessível na perspectiva da acessibilidade [...]”, que pode ser subdividida em microacessibilidade e macroacessibilidade”.

Em relação à finalidade do uso da bicicleta, 83% responderam que utilizam como lazer e 36% afirmaram utilizar para trabalho. Outros usos apontados pelos respondentes se concentram, especialmente, entre o uso para compras, faculdade e escola. Em relação à frequência do uso da bicicleta, a maioria apontou o uso frequente, ficando em torno de 3 a 7 vezes por semana. Destes, 7% afirmaram que a bicicleta é o único meio de transporte contra 60% que afirmaram fazer uso de automóvel próprio, o que só reforça que a mudança de paradigma, referente à mobilidade urbana, ainda está longe de acontecer.

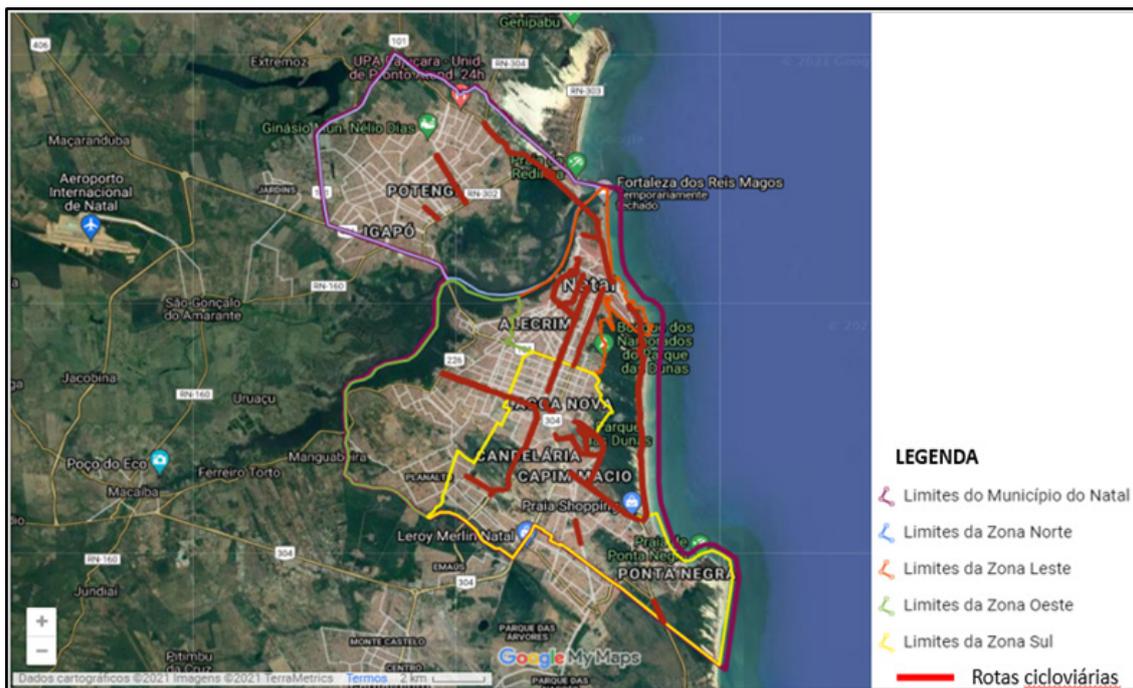
Questões de saúde e o custo, foram apontados como os principais fatores para a utilização da bicicleta como meio de transporte. Isso só corrobora com alguns dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que compõem a Agenda 2030 da ONU, que trata sobre boa saúde e bem-estar, além do emprego digno e crescimento econômico, assim, “o uso de transportes não-motorizados favorece a manutenção de uma vida saudável de toda a população, além de melhorar a qualidade de vida do ciclista por ser um exercício físico” (Passos, 2020, p. 65).

Quanto à análise da malha cicloviária de Natal, 88,6% dos usuários avaliaram como precária, destacando como péssima e ruim, em especial nas Zonas administrativas Norte e Oeste, sendo a Zona Sul a melhor avaliada. Tal avaliação é argumentada pelos seguintes problemas: falta de sinalização (apontado por 64,8% dos respondentes), carência de paraciclo e bicicletário (58,1%), desrespeito ao ciclista (63,8%), falta de conectividade da malha cicloviária (72,4%), ausência de um sistema de compartilhamento de bicicletas (63,8%). Ainda sobre a infraestrutura da malha cicloviária, um dos respondentes ainda apontou que há “poucas faixas para ciclistas e o asfaltamento das ruas em geral é péssimo, muitas ruas alagadas, esgoto vazando, buracos, ruas escuras, carros estacionados nas faixas para ciclistas”. Portanto, a malha cicloviária ainda se apresenta bastante fragilizada e de certa forma insalubre para o usuário.

No tocante aos aspectos avaliados pelos respondentes e observado nas nossas pesquisas de campo, destacamos:

1. 72,4% dos respondentes apontaram que falta interconectividade entre os Cicloespacos de Natal, enfatizando que as ciclovias iniciam e finalizam sem conexão com outras ciclovias ou ciclofaixas, portanto, não configurando uma malha cicloviária adequada, dificultando a mobilidade dos usuários da bicicleta. Na figura a seguir, podemos visualizar o Mapa da malha cicloviária de Natal, disponibilizada pela Prefeitura de Natal, em que fica evidente o que foi pontuada pelos usuários e por nós observado in loco.

**Figura 1** — Malha cicloviária de Natal, Rio Grande do Norte



Fonte: Adaptado de Mapa Cicloviário de Natal. NATAL (2021).

Embora a malha cicloviária alcance cerca de 83 km, diversas rotas encontram-se “ilhas” dentro das cidades. Isso porque os Eixos Cicloviários e Rotas Cicloviárias não estão devidamente ligados pelos Braços Conectivos, os quais sequer existem, como foi previsto no Planejamento Cicloviário de 2007.

2. 58,1% dos respondentes apontaram a carência de paraciclo e bicicletários em espaços públicos como um dos principais problemas da malha cicloviária de Natal, onde os usuários necessitam improvisar maneiras de estacionar suas bicicletas, correndo o risco de perdê-las por furtos, justamente diante da falta de segurança e local apropriado. Alguns dos espaços de paraciclo e bicicletários existentes são privados, em áreas de condomínios, supermercados ou escolas e universidades, tais como os encontrados em condomínios, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no IFRN e em alguns supermercados. Os públicos, são encontrados na Estação Soledade, na Zona Norte (Figura 2), outro no bairro da Ribeira (Zona Leste), e três na Praça Cívica (Zona Leste).

**Figura 2** — Paraciclo da Estação Soledade, na Zona Norte de Natal/RN



Fonte: Acervo dos autores (2021).

3. Outro aspecto apontado foi em relação ao desrespeito quanto à faixa compartilhada, o que muitas vezes provoca acidentes ou mesmo brigas no trânsito. 68,3% dos respondentes apontaram o total desrespeito dos transportes particulares nas faixas compartilhadas, onde 12% destacaram agressões físicas e verbais como episódios mais recorrentes.

Na figura a seguir, podemos visualizar o desrespeito de um motorista que trafega na faixa semiexclusiva compartilhada com ônibus, da Avenida Prudente de Moraes. Segundo os usuários de bicicleta, essa prática é comum não só na referida avenida como também em outras faixas semiexclusivas da cidade.

**Figura 3** — Faixa semiexclusiva compartilhada com ônibus da Avenida Prudente de Moraes, Natal/RN



Fonte: Acervo dos autores (2020).

Corroborando com isso, o depoimento publicado na rede social Instagram, na página da ACIRN, aponta um pouco o que acontece:

É lamentável a quantidade de acidentes vitimando ciclistas em nossa cidade, falta estrutura física adequada, sinalização, fiscalização e principalmente EDUCAÇÃO. Uma parte considerável dos nossos motoristas não tem educação para o convívio responsável, e isso coloca vidas em risco<sup>2</sup>.

Segundo a Tribuna do Norte (2021), entre janeiro e abril de 2021, a STTU (Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana) contabilizou 1.256 acidentes de trânsito. Mesmo que não haja dados quantitativos desses acidentes envolvendo ciclistas, a capital possui um péssimo histórico de má conduta no trânsito. Em 28 de setembro de 2020, um motorista invadiu a faixa em que ciclistas protestavam por mais segurança nas vias (Figura 4), protesto esse motivado pela morte de uma servidora pública que pedalava na faixa semi-exclusiva compartilhada na Avenida Engenheiro Roberto Freire, Zona Sul de Natal. O motorista fugiu sem prestar socorro (SANTOS, 2020).

**Figura 4** — Protesto de Ciclistas por mais segurança no trânsito, em Natal/RN, 2020



Fonte: Sérgio Henrique Santos/Inter TV Cabugi (2020).

4. 33,3% dos respondentes apontaram a ausência de estrutura integrando diferentes modos de transporte. Prevista na Lei Nº 12.587 de 3 de janeiro de 2012, no Art. 24, e focando em formas de locomoção que diminuam as desigualdades, ou seja, um modelo que se vislumbre “um ecossistema no qual ônibus, metrô, trens, VLTs, patinetes, bicicletas, táxis, caronas, aluguel e compartilhamento de carros, ou qualquer outro tipo de veículo, estejam disponíveis em uma plataforma única, reunindo múltiplos prestadores de serviço” (INTEGRAÇÃO, 2020,

2 Comentário publicado por um @roberiopaulinoprof. Ciclista atropelado na faixa compartilhada da Av. Roberto Freire. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CTmR2lyrQ7C/>, postado em 9 de setembro de 2021, acessado em 11 de junho de 2023.

s/p), o que permitiria maior mobilidade e desafogaria o trânsito, em especial em horários de pico;

5. Outro ponto de fragilidade é a carência de sinalização vertical e horizontal em algumas ciclovias e ciclofaixas, previstas na Resolução 180/05 — Sinalização Vertical de Regulamentação; na Resolução 243/07 — Sinalização Vertical de Advertência, e na Resolução 236/07 — Sinalização Horizontal. Portanto, a sinalização utilizada deve ser universal (o que determina o CTB), de modo tal que todo e qualquer pessoa identifique, compreenda e respeite o significado da sinalização. Conforme apontou um dos respondentes, “Faixa compartilhada sem sequer finalização não é ciclovia. É faixa de atropelamento”.

6. No Plano Cicloviário de Natal, existe a proposição do uso de ruas vicinais ou braços conectivos, como alternativa de ciclorrotas na cidade. No entanto, o que se percebe é que algumas propostas postas no Plano ficam praticamente inviabilizadas pelo fato de que alguns bairros apresentam ruas estreitas, que não permitem a construção de qualquer tipo de cicloespaço. Nesse sentido, conforme pontua Peres (2019, p. 114), “a infraestrutura dos modos não-motorizados, inexistente ou de má qualidade, incentiva a escolha do transporte motorizado individual para curtas distâncias”.

7. Não-execução do Plano de Mobilidade Urbana de Natal (PlanMob) e do Plano Cicloviário de Natal. Uma das propostas não executadas é a da implantação de equipamentos de segurança para um melhor convívio nas vias cicloviárias de Natal, assim como a implementação de pisos e sinalizações adequadas, com o objetivo de maior circulação e tornar um ambiente mais agradável para a população. A fala de um usuário de bicicleta reflete bem como se apresenta as ciclovias e ciclofaixas da cidade: “A questão de fato são nas áreas periféricas, ruas mal planejadas e vias de péssima qualidade com buracos, falta de pagamento e calçamento. E nas vias principal, às vezes tem buracos e obstruções”.

Pode-se observar que, em alguns locais, a infraestrutura cicloviária se apresenta carente de manutenção, conforme podemos observar na figura a seguir:

**Figura 5** — Precarização da infraestrutura da Malha cicloviária de Natal/RN



**Fonte:** Acervo dos autores (2021).

A narrativa de um dos respondentes sintetiza bem os desafios e as reivindicações dos ciclistas de Natal, o qual aponta a necessidade de,

“Em princípio, com um curso obrigatório para todos os condutores, sobre respeito ao próximo, além de uma enorme melhoria na malha asfáltica da cidade, uma melhor sinalização tanto vertical quanto horizontal, uma melhoria no transporte público coletivo, incluindo a segurança, a qualidade dos veículos e sua quantidade, bem como seus trajetos, de forma que incentivasse o público fazer uso dos mesmos, reduzindo assim a quantidade de veículos nas ruas” (Entrevistado A, 2020).

Finalizamos solicitando algumas sugestões dos usuários para a melhoria da malha cicloviária de Natal. Os pontos mais destacados foram em relação à necessidade de mais segurança para os ciclistas, punição mais duras para os motoristas infratores, investimentos privados e públicos em paraciclos e bicicletário, melhoria na conectividade entre as zonas administrativas de Natal, melhoria na sinalização e iluminação das ciclovias e ciclofaixas, campanhas educativas visando maior respeito dos motoristas, aumento da malha cicloviária da cidade, investimento em Vias exclusivas para os ciclistas, dentre outros.

As pautas de reivindicações são muitas e pertinentes. São indagações que necessitam de respostas, devendo o poder público assumir e investir em políticas públicas de mobilidade urbana que sejam inclusivas e sustentáveis.

## 4 CONCLUSÕES

A preocupação com a sustentabilidade urbana e a melhoria da qualidade de vida têm provocado um crescimento do número de adeptos ao uso de bicicletas no país. No Rio Grande do Norte, especificamente em Natal, essa tendência vem sendo seguida.

Nessa perspectiva, no tocante ao direito à cidade, é preciso que a sociedade tenha condições favoráveis para usufruir o ambiente de forma coletiva e igualitária (Fernandes, 2012). Levando em conta o uso da cidade em termos de mobilidade urbana sustentável, isso se aplica num cenário de controle ambiental, conveniente à natureza, à cidade e ao cidadão, nas mais diversas dimensões que envolvem o tema.

O modo cicloviário como alternativa sustentável para a mobilidade urbana traz benefícios, pois, além de promover a mobilidade de forma mais democrática, diminui o fluxo de veículos e proporciona economia de tempo, o que pode contribuir para a diminuição de mortes no trânsito, redução de ruídos e a emissão de gases poluentes nas cidades, promovendo qualidade de vida e bem-estar.

No entanto, embora o uso da bicicleta venha crescendo, ainda é pouco para configurar Natal como uma cidade sustentável, do ponto de vista da mobilidade urbana. O município ainda necessita avançar em vários aspectos para promover uma mobilidade urbana sustentável. A sua malha cicloviária é incipiente, concentrada e sem infraestrutura adequada.

Entendemos que a cidade tem potencial para investir na ciclomobilidade e é imprescindível o estímulo à conscientização de toda população sobre a importância que a bicicleta pode trazer para os indivíduos e para as futuras gerações.

O Estado pode e deve desempenhar papel fundamental, tanto estabelecendo um plano desenvolvimentista ecológico, quanto promovendo políticas públicas que promovam o controle ambiental e favoreçam a adesão do modo cicloviário, além de ações educativas de respeito às leis e ao usuário da bicicleta.

## REFERÊNCIAS

BAESE, Gabriela. **Os bastidores da política pública de mobilidade urbana em Natal: as relações dos atores sociais**. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em estudos Urbanos e Regionais. Universidade federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2019.

BRASIL. [Estatuto da Cidade] **Estatuto da Cidade**. 3. ed. Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 102p. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.587. **Política Nacional de Mobilidade Urbana**. Brasília: 2012. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112587.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112587.htm). Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. **Institui o Código de Trânsito Brasileiro**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 7 ago. 2021.

FERNANDES, M. **CARTA MUNDIAL PELO DIREITO À CIDADE**. 2012. Disponível em: <https://direitoambiental.com/carta-mundial-pelo-direito-a-cidade/>. Acesso em 20 dez 2021.

INTEGRAÇÃO dos modais é o futuro. **Estadão**, 27 julho 2020. Meio de transporte. Disponível em <https://mobilidade.estadao.com.br/meios-de-transporte/carro/integracao-dos-modais-e-o-futuro/>. Acesso em 16 set 2021.

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, Volume VIII. **Sinalização Cicloviária**. Brasil, 2021 <https://www.gov.br/participamaisbrasil/manual-brasileiro-de-sinalizacao-de-transito-volume-viii-sinalizacao-cicloviaria>. Acesso em 24 ago. 2021.

MOBILIDADE por Bicicleta. Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID e Ministério do Desenvolvimento Regional — MDR (autores). Global Environment Facility — GEF (financiador). Brasília: Editora IABS, 2021.

NATAL (Município). Prefeitura Municipal de Natal. **Plano Diretor de Natal**: Lei Complementar 082/2007 nº 082/2007. Natal: Prefeitura Municipal de Natal, 2007.

NATAL, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana — STTU. **Mapa cicloviário**. Natal, Disponível em [https://natal.rn.gov.br/sttu/mapa\\_cicloviario](https://natal.rn.gov.br/sttu/mapa_cicloviario). Acesso em 16 set 2021.

NATAL passa a ter 100 km de ciclovias. **Tribuna do Norte**. Natal, 25 de abril de 2021. Disponível em <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/natal-passa-a-ter-100-km-de-ciclovias/508568>. Acesso em 28 ago. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio das Nações Unidas**. Nova York, 2000. Disponível em: [https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao\\_milenio\\_nacoes\\_unidas.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_milenio_nacoes_unidas.pdf). Acesso em 26 ago. 2021.

PASSOS, Isabella Marilac de Lima. **Mulher e bicicleta** [manuscrito]: análise da aplicação da estratégia de transversalidade de gênero na política pública de mobilidade urbana por bicicleta de Belo Horizonte / Isabella Marilac de Lima Passos. 2020. [11], 113 f. : il.

PERES, João Paulo Fonseca. **Ciclomobilidade**: uma alternativa para a mobilidade urbana de Goiânia [manuscrito]. Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (IESA). Programa de Pós-Graduação em geografia, Goiânia, 2019. 142 f. : il.

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL. **Mapa Cicloviário**. Disponível em: <https://www2.natal.rn.gov.br/sttu2/paginas/ctd-1199.html>. Acesso em 10 ago. 2021.

SANTOS, S. H. **Carro bate em ciclista durante protesto por segurança do trânsito em Natal**. Natal: Intet TV Cabugi, G1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande->

-do-norte/noticia/2020/09/28/carro-bate-em-ciclista-durante-protesto-por-seguranca-no-transito-em-natal.ghtml. Acesso em 24 ago. 2021.

SOUZA, Cleber. **De bicicleta ou a pé: alta dos combustíveis faz consumidor buscar alternativas**. São Paulo, 8 ago. 2021. CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/de-bicicleta-ou-a-pe-alta-dos-combustiveis-faz-consumidor-buscar-alternativas/>. Acesso em 3 jan. 2022.

TRIBUNA DO NORTE. **Natal registra queda de quase 7% nos acidentes de trânsito**. Natal, 2021. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/natal-registra-queda-de-quase-7-nos-acidentes-de-tra-nsito-em-2021-aponta-sttu/516974>. Acesso em 25 ago. 2021.

UOL EDUCAÇÃO. **Cúpula do milênio. Evento estabeleceu metas de desenvolvimento**. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/cupula-do-milenio-evento-estabeleceu-metas-de-desenvolvimento.htm>. Acesso em: 24 ago. 2021.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto**. Temáticas. Campinas, 22, (44): 203-220, ago./dez. 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977/6250>. Acesso em: 10 set. 2021.

# AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: UNIVERSIDADES ESTADUAIS CEARENSES E SEU PAPEL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL

**Antonio Leonardo Silva**

Universidade Estadual Vale do Acaraú  
E-mail: [antonioleonardopain@gmail.com](mailto:antonioleonardopain@gmail.com)

**Virgínia Célia Cavalcante de Holanda**

Departamento de Geografia  
Universidade Estadual Vale do Acaraú  
E-mail: [virginiaholand@hotmail.com](mailto:virginiaholand@hotmail.com)

## 1 INTRODUÇÃO/REVISÃO DE LITERATURA

As universidades brasileiras, nos últimos tempos, têm contribuído de forma significativa para a ampliação do número de pessoas vinculadas ao Ensino Superior. Essa medida deve-se não somente às ações afirmativas desenvolvidas no próprio âmbito dessas instituições de fortalecerem o acesso e a permanência de estudantes de baixa renda, como também, as políticas públicas mais universais, a exemplo do Programa Universidade para Todos (Prouni), Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), bolsas de permanência, cotas raciais, que foram ampliadas nos últimos anos e, atualmente, têm enfrentado uma série de retrocessos e cortes. Ainda assim, partimos do pressuposto que o território brasileiro vivencia um intenso processo de expansão e interiorização do ensino superior nos últimos 14 anos, mas infelizmente o atual governo parece seguir uma tendência oposta. O presidente Jair Bolsonaro escancara a possibilidade de cobrar mensalidades nas universidades públicas e ampliar a oferta de Ensino à Distância (EAD), com apoio de instituições privadas.

Mesmo diante de várias problemáticas, a última década marca um período de grande expansão das Universidades públicas em direção às cidades médias e pequenas do Brasil. Para além do significativo impacto no acesso ao ensino superior, os resultados da expansão são visíveis no espaço intraurbano em razão do forte impacto econômico, político e cultural trazido pela instalação dos campi, tanto em áreas economicamente estagnadas quanto naquelas de forte dinamismo industrial. Pesquisadores corroboram com questões direcionadas à expansão do ensino superior e à dinamização das economias locais/interioranas, como podemos observar na citação abaixo:

Outro aspecto importante é o papel da universidade como dinamizador das economias locais e regionais onde as mesmas estão instaladas, principalmente no seu entorno, através da geração de emprego e renda, colaborando significativamente no crescimento e desenvolvimento das cidades. (Goebel; Miura, 2004, p. 36).

Hoje, falar das Universidades estaduais é compreender e entender qual o papel, qual o lugar dessas instituições e como elas vêm ajudando no real processo de consolidação do ensino superior no interior do Brasil, em que, muitas vezes, são a única porta de entrada do jovem em um ensino superior público gratuito e de qualidade.

Ao pensarmos nas Universidades Estaduais Brasileiras, identificamos especificidades em suas trajetórias. No entanto, as Universidades estaduais têm, pelo menos, um traço em comum como apontam as pesquisas do Núcleo de Pesquisa Social (NUPES): a maioria é originária de instituições de ensino superior com mais de 30 anos de existência, a exemplo das Universidades Estaduais Cearenses. Percebe-se que a maioria das Universidades Estaduais se organiza institucionalmente a partir de multicampi, ou seja, quase todas possuem mais de um campus e/ou unidades descentralizadas em outras cidades, e isso, infere em um crescimento e desenvolvimento dos padrões educacionais nas regiões, devido ocuparem em seu contexto de oferta de educação superior, em lugares em que o ensino superior público federal só chega a partir de 2003.

Uma característica interessante a ser analisada em relação às Universidades Estaduais, diz respeito à distribuição de suas matrículas presenciais segundo o grau acadêmico nas diferentes regiões brasileiras. Dados do censo educacional (2018) remetem a seguinte análise: nas regiões Norte (56%) e Nordeste (52%), o número de matrículas nos cursos de licenciatura das Universidades estaduais é superior às demais modalidades de formação, e isso infere em um desenvolvimento dos padrões educacionais nas regiões que, por tempos, tiveram grande parte da sua população longe das escolas e/ou Universidades. Aqui, já podemos perceber a relevância das universidades estaduais nestas regiões do país.

Quando pensamos no total das Universidades Estaduais por unidade federativa e seu papel no desenvolvimento estadual, regional e nacional, o estado do Paraná conta com 7 Universidades Estaduais, número bem significativo, em segundo lugar temos São Paulo, com 4 Universidades Estaduais, em terceiro lugar temos a Bahia, também com 4 Universidades Estaduais e em quarto lugar temos o Ceará, com um quantitativo de 3 Universidades Estaduais, que são a Universidade Estadual do Ceará (UECE), a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e a Universidade Regional do Cariri (URCA), estas muito importantes como objetos de estudo de nossa pesquisa.

Portanto, elencamos as instituições de ensino superior como variável importante para analisar esse processo de desenvolvimento dos lugares e, conseqüentemente, a superação das desigualdades regionais, com foco para as Universidades Estaduais do Ceará, que foram pioneiras do processo de interiorização do ensino superior e que refletem as novas lógicas de funcionamento da rede urbana cearense e mesmo da Região Nordeste do Brasil.

## 2 METODOLOGIA

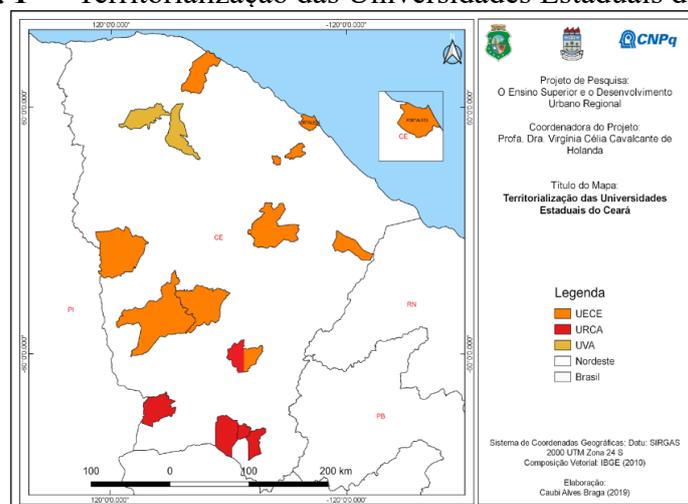
Como procedimentos metodológicos adotados, utilizamos técnicas qualitativas de pesquisa, a saber, fizemos o levantamento bibliográfico, documental e leituras por meio de teses, dissertações, livros, artigos, análise de dados junto a sites das próprias Universidades Estaduais do Ceará, órgãos do Ministério da Educação (MEC) do Instituto Nacional de Pesquisas Educativas Anísio Teixeira (INEP) e do Mapa do ensino superior do Brasil, 11ª edição do instituto (SEMESP) 2021 sobre o fenômeno da expansão e interiorização das instituições de ensino superior e sua força de desenvolvimento urbano e regional, com foco para as Universidades Estaduais do Ceará.

Na parte operacional, criamos um banco de dado com mapas, quadro para a análise dos dados da pesquisa; utilizamos, também, o recurso de captura de imagens para, assim, fazermos uma leitura geográfica crítica que dê conta de entendermos o intenso processo seletivo de modernizações que o território brasileiro e, em especial, o território cearense tem vivenciado, alavancado pelas Instituições de Ensino Superior (IES), com foco para as universidades estaduais do Ceará nas últimas duas décadas.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em meio a um redirecionamento da oferta educativa de nível superior, destacamos que as Universidades Estaduais Cearenses (**Figura 1**) disputam, no interior do estado, as principais mudanças operadas com as políticas públicas de acesso e democratização do ensino superior. Corroboramos com Almeida (1980), na medida em que ele aponta que as Universidades trazem transformações não só econômicas, mas também sociais, espaciais e culturais ao território onde estão instaladas, considerando, por exemplo, a mobilidade populacional, os fluxos de maneira geral, maior integração do território e novas sociabilidades.

**Figura 1** — Territorialização das Universidades Estaduais do Ceará.



**Autor:** Caubi Alves Braga (2019).

Durante várias décadas, a UVA (Universidade Estadual Vale Do Acaraú), fundada em 1968, com sede em Sobral no Ceará, foi a instituição de referência com o objetivo de promover o desenvolvimento do ensino superior na Região Norte do Estado, onde age como centro de difusão de conhecimentos, atendendo, inclusive, alunos advindos de outros estados, pois nesta região despontava como única instituição acessível em termos de localização. Em agosto de 2021, a Universidade Estadual Vale do Acaraú inaugurou um campus descentralizado na cidade de São Benedito, na Serra da Ibiapaba, fortalecendo sua influência mais ainda na região e dando mais evidência à Interiorização do Ensino Superior no Estado. De acordo com dados disponibilizados pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), a UVA conta com 20 cursos de graduação e 4 cursos de pós-graduação, além de programas como o Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR), o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBD), o Programa de Educação Tutorial (PET), entre outros.

As demais Instituições Públicas Estaduais de referência no Ceará são: a Universidade Estadual Do Ceará (UECE), criada em 1975, com atenção em Fortaleza e em outros pontos do território do Ceará, que são nas cidades de Mombaça, Limoeiro do Norte, Itapipoca, Tauá, Crateús, Quixadá e Iguatu, oferecendo mais de 77 cursos de graduação presencial e à distância, e 19 mil universitários atendidos. Além desta, há a Universidade Regional Do Cariri (URCA), implantada em 1987 com sede administrativa na cidade do Crato, contendo outros campi nas cidades de Juazeiro do Norte, além de unidades descentralizadas em Iguatu, Campos Sales e Missão Velha, atendendo estudantes de 111 municípios dos estados do Ceará, Piauí, Pernambuco e Paraíba. A URCA tem sua área de atuação no Sul do Estado e atende cerca de 12.500 universitários, contando com 33 cursos de graduação, mestrado e doutorado, além de 45 cursos de pós-graduação.

Se analisarmos como as Universidades brasileiras são vistas fora do país, as Universidades que sempre aparecem em primeiro e em segundo lugar nos rankings mundiais, quando se trata em referências no ensino superior, ambas são instituições públicas estaduais, que são a Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) respectivamente, que são importantes centros de pesquisa e referência dentro e fora do Brasil. Daí, notamos a relevância destas e das demais Universidades estaduais brasileiras.

Nas cidades médias e pequenas, as Universidades acabam se tornando grandes empregadoras, em alguns casos elas podem ser a maior fonte de geração de empregos. Após os anos 1960 no Brasil, o Estado passa a compreender a instalação de Universidades e/ou campus de instituições novos ou já existentes como uma estratégia de desenvolvimento urbano e até mesmo regional, de áreas deprimidas ou degradadas do ponto de vista da qualificação do espaço urbano.

A implantação de uma Universidade pública afeta as dinâmicas das cidades médias e pequenas, dentro de uma estratégia de desenvolvimento governamental que, para além do impacto econômico direto através da geração de empregos públicos de alta qualificação e gastos básicos de alunos e professores, promove a melhoria dos padrões educacionais, qualificação da

força de trabalho, avanço e desenvolvimento tecnológico e cultural, quando antes isto não seria possível. Dado este contexto, ao analisarmos o **Quadro 1**, podemos afirmar que as Universidades, em sua predominância, são instituições públicas, quanto a outras modalidades o setor privado é superior, fora os Institutos Federais de Ensino (IFs) que não incluímos no quadro.

**Quadro 1** — Número de instituições de educação superior, por organização acadêmica e categoria administrativa- Brasil, 2018.

ANO	TOTAL	UNIVERSIDADES		CENTRO UNIVERSITÁRIO		FACULDADE	
		PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICO	PRIVADO	PÚBLICA	PRIVADA
2018	2.537	107	92	13	217	139	1.929

**Fonte:** Autor com base em dados do censo da educação superior 2018.

Destacamos que as Universidades Estaduais cearenses são importantes para o desenvolvimento das atividades culturais, seus professores escrevem em jornais locais, sua comunidade é frequentadora de espetáculos culturais. Além disso, professores e estudantes contribuem para a criação e difusão de ideologias modernas e são apoiadores de diversos movimentos políticos e sociais. Inferimos, ainda, que a expansão das universidades para as cidades menores fomenta a vinda de serviços e comércios para o centro urbano, em função do perfil populacional de maior renda, bem como de atividades vinculadas à alta tecnologia.

Com isso, percebemos que o papel da Universidade é determinante no desenvolvimento regional, na medida em que as relações estabelecidas entre os agentes — Universidades, Empresas e Sociedade Civil — possam promover o desenvolvimento. Assim, Dantas e Clementino (2014) observam que, pela disponibilidade de suporte científico/tecnológico e o ensino, pesquisa e extensão, a universidade tem elementos essenciais para o desenvolvimento do setor produtivo, que demanda dela a tecnologia, inovação e os recursos humanos.

Um estudo desenvolvido por Goebel e Miura (2004) e os resultados de nossa pesquisa demonstram que, em cidades de pequeno e médio porte, a maior parte da circulação de recursos financeiros é feita através de pagamentos dos salários de funcionários e professores. Somados às necessidades de obras, equipamentos e despesas de custeio e manutenção das Universidades, destacamos investimentos locais, entre eles: livrarias, atividades de lazer, restaurantes, fontes de pessoas qualificadas, infraestrutura escolar e hospitalar, telecomunicações, bares, infraestruturas de alojamento e residências universitárias que propiciam a permanência de universitários de outras cidades, gráficas, etc., levando a um processo de desenvolvimento e geração de empregos e renda próximos às universidades, campus ou unidades descentralizadas. As Figuras 2, 3 e 4 demonstram os aspectos que podem ser observados nas cidades onde as Instituições de Ensino Superior estão instaladas.

**Figura 2** — Gráfica utilizada por universitários (UVA Sobral)



**Fonte:** Arquivo pessoal.

**Figura 3:** Residência Universitária (UVA) Sobral/CE



**Fonte:** Arquivo pessoal

**Figura 4:** Alojamento de Universitários em Sobral/CE



**Fonte:** Pesquisa de Campo (2019)

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Portanto, não é demais insistir sobre a importância econômica, política, cultural e ideológica da educação superior na sociedade brasileira, que outrora localizava-se nas principais cidades brasileiras, geralmente, nas capitais dos estados.

Corroboramos com Campani & Holanda (2020) sobre a necessidade de compreendermos o novo panorama da educação superior, difundido pela interiorização das Universidades Estaduais, estas pioneiras no processo de interiorização da educação superior rumo às cidades médias e pequenas, que nos instiga na busca por compreender as transformações tanto sociais como culturais que essas instituições vêm trazendo para estes espaços não-metropolitanos. Assim, poderemos contribuir para desvelar e aprofundar o debate sobre a Urbanização no Brasil e, de modo particular, no território cearense.

A importância deste estudo e das futuras pesquisas reside na abertura de possibilidades de discussões sobre o papel das universidades públicas estaduais em um território onde elas foram pioneiras desse nível de ensino e, no presente, contribuem com novos conteúdos da urbanização e podem potencializar o desenvolvimento nos espaços onde estão inseridas, como apontados em pesquisas de Goebel e Miura (2004), e nos resultados de nossa pesquisa. O campo de estudo é extenso. Assim, esperamos contribuir para com o interesse temático, pois ainda muitos assuntos ainda devem ser desvendados.

Desta forma, esperamos somar com os estudos sobre o desenvolvimento regional promovido pelas universidades estaduais e, de modo particular, as Universidades Estaduais do Ceará e que possamos avançar e entender a economia do conhecimento destacada por Cassiolato (1999).

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. O papel das Universidades no Desenvolvimento Regional. *In*: ANDRADE, A. C. *et al.* **Seminário – A Universidade e o Desenvolvimento Regional**. Fortaleza: UFC, 1980.

BRASIL. Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da educação superior 2018**: notas estatísticas. Brasília, 2019.

CAMPANI, A.; HOLANDA, V. C. C. Os programas de formação de professores da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA): aportes para refletir sobre a interiorização do ensino superior. **Unipluriversidad**, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 1-19, 22 dez. 2020. Universidad de Antioquia. <http://dx.doi.org/10.17533/udea.unipluri.20.2.011>. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7896132>. Acesso em: 1º out. 2023.

CASSIOLATO, J. E. **A economia do conhecimento e as novas políticas industriais e tecnológicas**. LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI, Sarita (Org.). Informação e globalização na era do conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DANTAS, J. R. Q.; CLEMENTINO, M. L. M. A Expansão do Ensino Superior e as Cidades Médias: Um estudo sobre a atuação da UERN/Campus de Pau dos Ferros (RN). **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 227-236, jul./dez. 2014.

GOEBEL, Márcio Alberto e MIURA, Márcio Nakayama. **A universidade como fator de desenvolvimento**: o caso do município de Toledo-PR. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2004. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/A-UNIVERSIDADE-COMO-FATOR-DE-DESENVOLVIMENTO%3A-O-DO-Goebel-Miura/8a0e1f2cec6a6159656f0df95346a73de5870fe9>. Acesso em 4 de out. de 2021.

# A PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO NA METRÓPOLE PAULISTA- NA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA REQUALIFICAÇÃO DO PAR- QUE DA JUVENTUDE E O APROFUNDAMENTO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL DA REGIÃO

*Karla Santos Moreira*  
Faculdade de Tecnologia de São Paulo  
E-mail: [karla.sanmo@gmail.com](mailto:karla.sanmo@gmail.com)

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A cidade, sua produção e organização espacial, está ligada diretamente aos modos de produção da sociedade, que estão em transformação constante de modo a acompanhar as mudanças históricas e sociais. Hoje, acompanhamos continuamente a transição de um capitalismo industrial, o qual guiou a urbanização das cidades em geral para um capitalismo financeiro, cuja acumulação do capital é mais flexível ou mais fluida do que em sua configuração anterior, e onde observamos a hegemonia dos setores financeiros e imobiliários que possuem, por conta disso, privilégios na produção dos espaços da cidade.

A criação de novas áreas de centralidade e expansão dos investimentos financeiros/imobiliários em direção ao tecido urbano das periferias fazem parte de suas estratégias para a manutenção da reprodução do capital e superação das crises estruturais engendradas em tal dinâmica, de modo a aprofundar a relação conflituosa entre a cidade enquanto espaço capitalista — produzida por tais atores hegemônicos e na sobreposição dos valores de troca — e a cidade como espaço de uso e de apropriação pela vida cotidiana.

A construção das novas áreas de centralidade, ou a expansão dos investimentos imobiliários em direção às regiões periféricas, tem sido observada por pesquisadores do Urbanismo e da Geografia com preocupação. Tais processos podem implicar na remoção de comunidades em ocupações residenciais não-regularizadas em espaços públicos ou privados, ou mesmo na remoção e evasão de moradores que, mesmo em situação de habitação regularizada, acabam por abandonar o lugar, tanto pela pressão das incorporadoras e demais responsáveis pela efetivação desses projetos de construção ou, quando estes permanecem em suas residências, pelo aumento dos aluguéis e do valor da terra, frutos da especulação imobiliária.

Existem, em São Paulo, diversos exemplos desses processos de requalificação de espaços considerados periféricos ou suburbanos que, a princípio, não eram considerados tão interessantes ao setor imobiliário. Segundo aponta Alves (2018), a própria construção da área de centralidade financeira Faria Lima, hoje estabelecida como um bairro nobre de São Paulo, não se deu em um espaço vazio. Os moradores que ocupavam anteriormente a região ou foram pagos para deixarem o local, ou tiveram de se mudar por não conseguirem se manter no bairro após a requalificação.

Os projetos Nova Guarapiranga e o Projeto Nova Luz também são exemplos de projetos urbanísticos cuja proposta era reurbanizar áreas consideradas degradadas. O Nova Guarapiranga, trazido por Alvarez (2013, p. 121), mas com maior profundidade por Ribeiro (2012, p. 333), se tratou de um projeto de construção de um parque na orla da represa de um bairro periférico de São Paulo. Sua construção abrangeu diversas áreas de ocupação de favelas, culminando na remoção de diversas famílias da região (Sevilla, 2014). O Projeto Nova Luz, segundo aponta Alvarez (2013), foi uma iniciativa higienista de 2005, abandonada posteriormente em janeiro de 2013, que buscou resgatar o Bairro da Luz, um bairro central da Cidade ocupado, atualmente, por uma população de baixa renda, com a desapropriação de diversos imóveis degradados para a construção de prédios comerciais e residenciais, revitalização de ruas e praças, e mesmo a construção da conhecida Sala São Paulo.

Junto a esses exemplos, temos, também, a requalificação do antigo espaço do Complexo Penitenciário de São Paulo, conhecido como Carandiru, desativado em 1998 após o triste evento em 1992 e implodido parcialmente em 2002. A proposta desse artigo é analisar a reinserção desse espaço que, como os outros supracitados, também se tratou de uma região considerada degradada e periférica na malha urbana da cidade através de sua requalificação em parque urbano, tomando-a como estratégia de expansão do capital e do mercado imobiliário que, por sua vez, se efetiva com a atuação conjunta de setores privados e do Estado para tornar a região valorizada.

O parque urbano paulistano conhecido como Parque da Juventude (PJ) se localiza na zona norte da cidade de São Paulo, em um pequeno bairro (Carandiru) que se emaranha entre os bairros maiores de Santana e Vila Guilherme. O local já chamou atenção de outros pesquisadores na academia em diferentes áreas das humanidades, tanto por seu caráter histórico quanto arquitetônico e paisagístico. Existem algumas dezenas de artigos e outros trabalhos acadêmicos mais extensos que trazem diversos aspectos críticos relacionados aos direitos humanos, ao funcionamento dos presídios no Brasil, a memória carcerária e questões sobre o apagamento da história de penitenciárias que, mesmo carregando certo peso de tristeza, dor e violência, carrega, também, a história de uma população marginalizada, da constituição das políticas criminais do Estado e da própria constituição do bairro em torno da penitenciária e da patrimonialização de edifícios/memórias difíceis que podem ser perdidos por meio de tal processo de requalificação.

Contudo, a preocupação que guiou essa breve pesquisa foi trazer outros conteúdos que constituem a atual situação da reinserção do novo parque na malha urbana do bairro e da cidade, uma região que chama a atenção pela intensa fragmentação da paisagem, dividida entre:

0. o parque requalificado;
- a. as áreas residenciais formadas por habitações de classe média a baixa;
- b. a Cohab Zaki Narchi e o trecho de ocupação habitacional ainda irregular e ilegal próximo ao córrego Carandiru.

Em contraste a essa paisagem, existem, também:

- c. os novos empreendimentos imobiliários na Av. Cruzeiro do Sul;
- d. as áreas de centralidade próximas do bairro Santana e da Vila Guilherme;
- e. e os equipamentos do cluster turístico “Centro e Zona Norte”.

Logo, nosso objetivo aqui é trazer algumas considerações acerca do desenvolvimento dessa região, das implicações de sua requalificação urbana que, como podemos observar, tem aprofundado as contradições e desigualdades socioespaciais. Nossa análise será feita através da revisão de alguns dos trabalhos já publicados sobre o lugar em questão, partindo do referencial teórico materialista-histórico-dialético, principalmente, trazendo os trabalhos de Lefebvre e Harvey e demais pesquisadores que compartilham desse arcabouço teórico, e análise da paisagem que, de acordo com Carlos (2009), revelam os espaços/tempos das contradições, e a forma da urbanização desigual.

## **2 A PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO NA METRÓPOLE PAULISTANA**

O espaço onde hoje existe o Parque da Juventude, assim como seu entorno, acompanhou as mudanças políticas e históricas da cidade e da sociedade, refletindo nas ruas e edificações, as ideologias e os modos de produzir, sempre e quando dotados de intenções. Estas mudanças ocorrem, de modo geral, sob a lógica da utilização do espaço, de forma a racionalizar, criar e recriar valores e símbolos, ordenando e transformando os usos e mudando a relação do indivíduo com a cidade.

Cada momento histórico tem suas particularidades ao produzir/transformar seu ambiente, revelando a relação dialética entre o espaço, as práticas sociais e a realização da vida em sociedade. Portanto, podemos entender a produção do espaço como um resultado histórico das modificações da natureza pelo ser humano, sob determinados modos de produzir, sendo estes capitalistas ou não (Alves, 2011, p. 33).

Mas, tendo cada modo de produzir a sua particularidade, o capitalismo é baseado em um regime de acumulação. A constituição atual da sociedade é marcada pela arbitrariedade do aumento da produção de riqueza e pobreza econômica, indicando uma reprodução desigual do espaço das cidades, em especial nas metrópoles tidas como globais, como é o caso da cidade de São Paulo. De acordo com Alves (2011, p. 35), há uma potencialidade da efetivação de um projeto de globalização econômica das cidades e da homogeneização da forma dos espaços nas cidades globais/metropolitanas, que agrava a tendência em gerar segregação:

A existência dessa capacidade produtiva de riqueza, por fazer parte de um processo de reprodução capitalista desigual, contraditório e combinado do espaço, tem gerado também imensas áreas de marginalização e pobreza, fazendo com que boa parte da população viva em áreas precárias [...] e sem acesso aos serviços públicos existentes.

Neste cenário, o poder político do Estado aparece como um dos principais agentes dessas transformações, por meio de investimentos em infraestruturas e políticas públicas voltadas para o urbano, o que desencadeia uma intensa valorização diferencial da terra, sendo esse o cerne da especulação imobiliária e da segregação socioespacial, normatizando, também, o uso de determinados espaços que direcionam e hierarquizam setores da cidade. Segundo explica Kowarick (2009, p. 59), tais investimentos estão alinhados aos interesses dos setores privados, de modo que o Estado e sua dinâmica de atuação estejam engendrados a dinâmica da reprodução do capital, o que o torna passível de suas contradições:

Ao se tornar o principal agente propulsor da produção, organização e gestão das cidades, o Estado passou a ser depositário de um conjunto de contradições em que se concentram interesses e para onde se dirigem conflitos e pressões por benfeitorias urbanas.

Por isso, ao tratarmos da transformação do Parque da Juventude, é interessante levarmos em consideração não só as recentes intervenções que objetivam “requalificar” a paisagem, intervenções que geralmente são descritas como um aspecto unicamente positivo, principalmente sob o olhar dos urbanistas, mas de abordar os conteúdos da realidade material da região após essas transformações.

Em vista disso, existem alguns pontos relevantes de serem destacados que compõem a realidade da região e as tendências de sua produção espacial, sendo elas:

0. Predominância do turismo de negócios e da atuação de grandes redes hoteleiras internacionais, protagonizado pelo cluster turístico “Centro e Zona Norte”.
- a. Tendência à construção de novos empreendimentos imobiliários, como condomínios verticais voltados para uma classe média e média alta e a construção de prédios comerciais, principalmente em direção à subcentralidade do bairro Santana.
- b. Expansão das áreas de centralidade dos bairros Santana e Vila Guilherme;
- c. Políticas de reurbanização de áreas populares e a constante expulsão das populações de baixa renda a áreas cada vez mais distantes e baratas.

Dessa forma, podemos classificar a região do parque e seu entorno como um território de disputa, cujas tensões advêm das tentativas de expropriação por partes das iniciativas privadas e da apropriação pela população residente do local. De acordo com Alves (2011, p. 37), essa situação costuma ocorrer em locais considerados desvalorizados, como é o caso da área da antiga penitenciária:

A partir do momento em que determinado espaço (periférico ou central, mas tido como degradado e desvalorizado) passa a ser incorporado pelas estratégias do mercado imobiliário, em geral articuladas com as do Estado, temos como tendência uma imaneente possibilidade de conflito.

Com o investimento do Estado em equipamentos urbanos de ensino e de lazer, essas áreas passam a ser valorizadas, atraindo populações com maior poder aquisitivo, o que força os antigos moradores a procurarem por moradias em outros bairros e, se permanecem em suas casas, o fazem sem suas antigas referências — seus vizinhos, antigos comércios e demais elementos que compunham seu cotidiano.

A região que permeia o Parque da Juventude se concebe conflituosa não apenas pelos diversos interesses de diferentes setores da sociedade em se apropriar dos espaços, mas pela intensa fragmentação do lugar que se confunde entre comercial e familiar para inúmeras classes sociais que, de certa forma, convivem e dividem o espaço, porém, sem interação e integração.

### **3 O PARQUE DA JUVENTUDE E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E CONTEÚDOS ATUAIS**

Carlos (2009) destaca que, na metrópole paulistana, o capital se reproduz a partir de determinados setores dinâmicos da economia que possuem forte consequência sobre o processo de produção do espaço. Destacamos, neste artigo, o turismo de negócios, pois a construção de infraestrutura hoteleira e novos hotéis para negócios são uns dos principais fatores das transformações da paisagem da região.

O turismo também tem sido um dos meios na dinâmica da economia contemporânea que alimenta o movimento do uso espaço e seu consumo. Soares (2017) realizou um estudo trazendo a constituição de clusters turísticos em São Paulo, identificando um que abrange a região em questão, o cluster “Centro e Zona Norte”, que concentra 41,1% dos empreendimentos hoteleiros instalados em São Paulo. De acordo com a SPCVB (São Paulo Convention & Visitors Bureau), o cluster é constituído pela reunião de espaços para eventos e meios de hospedagem, posicionados na Av. Luís Dumont Villares, Av. Zaki Narchi, Av. Cruzeiro do Sul e Av. Assis Chateaubriand/Marginal Tietê, todas próximas ao parque urbano. Os empreendimentos em questão se tratam:

0. do complexo hoteleiro Nortel (constituído pela rede Mercure e Adagio), o espaço Imensità;
- a. o complexo Center Norte (constituído pelo Novo Hotel, e o Expo Center Norte);
- b. e o Parque Anhembi (constituído pela rede Ibis Style e Holiday Inn).

Conforme explica Alves (2018, p. 111), a partir dos anos 1970, pode-se observar um processo de implosão das antigas áreas de centralidade (centros históricos e tradicionais) e a explosão de novas áreas de centralidade, como foi o caso da Operação Urbana Faria Lima e também da Avenida Paulista como novos centros comerciais e financeiros. Da mesma forma, nos anos iniciais da década de 1980, segundo aponta Canaverde (2007), o grupo Baumgart começou a atuar na Zona Norte com a construção do shopping Center Norte, a instalação da Av. Luís Dumont Villares, junto à inauguração do Terminal Rodoviário Tietê, tornando a área

uma nova centralidade atrativa para os novos negócios da região. Ainda complementa Soares (2017, p. 62):

Interligados por diversos equipamentos urbanos, a exemplo do Terminal Rodoviário do Tietê e das três estações da linha 1 azul do metrô, os dois eixos que ligam o complexo Hoteleiro Nortel, o complexo Center Norte e o parque Anhembi, podem ser descritos como uma mancha de tom acinzentado terroso, um risco pouco espesso que mistura a cor predominante dos tetos e pisos de concreto dos empreendimentos imobiliários de grande porte com o matiz pouco presente e espaçado das telhas de cerâmica que cobrem as casas e pequenos negócios instalados na porção territorial onde o distrito da Vila Guilherme se consumando com o distrito de Santana.

O aparecimento dessas novas realidades urbanas também afetou a consolidação e desenvolvimento de áreas periféricas, vistas agora como novas formas de investimento imobiliário. Porém, esses investimentos vêm sempre acompanhados de violentas políticas de negócios e do aparecimento de enclaves especulativos (Tourinho, 2006, p. 289).

**Figura 1** — Cohab Zaki Narchi e Prédio no NovoHotel



**Fonte** — Google Maps. Acesso: out 2021.

Outra realidade que compõe a paisagem é a Cohab Zaki Narchi, localizada atrás do Parque da Juventude. A ocupação de seu território — um extenso território — iniciou nos anos 1970, década que se destacou pelo evidente processo de favelização de São Paulo, quando as favelas se concentravam em suma na beira dos córregos de áreas centrais, sob o pano de fundo da implantação de novas políticas habitacionais do governo militar, que implementou diversos programas voltados para a construção e financiamento de habitações, com o intuito de movimentar o mercado da construção civil, como alternativa para a crise econômica. Como traz Bonduki (1983), São Paulo passou por tal processo de favelização, pois as novas políticas de financiamento se voltavam muito mais para a classe média, o que excluiu muitos trabalhadores de alcançarem os pré-requisitos para a aquisição de suas moradias, recorrendo à ocupação de

terrenos irregulares e distantes do centro, explicando a ocupação dos terrenos próximos à penitenciária que, justamente pela condição de proximidade ao presídio, era desvalorizado.

A urbanização e regularização fundiária do terreno da favela Zaki Narchi ocorreram em 2001 pelo projeto Cingapura, responsável pela construção de grandes conjuntos habitacionais em áreas de ocupação residencial irregular e ilegal. Segundo Rolnik (2017), a proposta do modelo de construção das Cohabs ocorreu em 1981, e objetivava garantir uma reserva de terras baratas através da atuação da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo, que trabalhava, também, com a construção de outras moradias populares. O projeto visava a construção de imensos conjuntos uniformes, aproveitando o uso de territórios considerados impróprios geomorficamente.

A construção da Cohab Zaki Narchi, por exemplo, foi realizada em cima de um sítio onde antes se localizava um aterramento sanitário, o que ocasionou, inclusive, diversos desastres como a ocorrência de incêndios devido ao alto teor de componentes químicos no local. Mesmo com a verticalização da antiga ocupação irregular na avenida Zaki Narchi, nem todos os moradores tiveram condições suficientes para a compra das habitações ou seu financiamento, por isso até hoje ainda existem áreas ocupadas ilegalmente próximas à Cohab como resquícios da antiga favela.

**Figura 2** — Córrego Carandiru. Ocupação irregular ao lado da Cohab



**Fonte** — Google Maps. Acesso: out 2021.

O projeto de desativação da penitenciária e sua requalificação já era uma discussão desde 1983, com a chegada dos novos investimentos da região. Com o acontecimento do massacre, a discussão foi priorizada, tendo grande apelo dos moradores do entorno. A elaboração dos projetos que substituiriam a penitenciária buscava a criação de um espaço que superasse suas características de exclusão através da construção de um parque para a população onde se pudesse encontrar locais para realização de eventos, áreas para esporte e lazer, e locais voltados, também, para a educação, tendo a participação dos moradores da região na elaboração do projeto, como um meio de integrar a população e o novo espaço. Contudo, como aponta a pesquisa de Lodi (2008), foi realizado um projeto diferente e mais barato do que havia sido

acordado no início das discussões, não havendo a participação dos moradores como também havia sido proposto inicialmente.

Após sua construção e inauguração, foi apresentado um estudo feito por Formicki e Namur (2014), em que estes buscaram mostrar se, de fato, houve a integração do parque à região. Foi observado que houve um aumento da procura por imóveis na região após a desativação da penitenciária e incentivo à construção de novos empreendimentos e habitações.

O entorno do parque é habitado por diferentes níveis socioeconômicos, mas possui uma predominância da classe média e baixa devido ao esquecimento da região durante os anos de existência do complexo penitenciário. Foi observado, também, que existe um embate entre os usuários do parque e moradores da Comunidade Zaki Narchi, indicando falta de integração do parque com seu entorno que, segundo os autores, é desencadeada pela falta de comunicação entre os moradores do entorno e da administração do parque. Em 2009 e 2011, as passagens que integravam a COHAB à parte verde do parque foram fechadas como uma tentativa de mitigar os problemas levantados sobre segurança, porém, só aumentaram as tensões entre os envolvidos.

Com tudo, a absorção de áreas não produtivas da cidade, como traz Alvarez (2019), concebidas em determinados momentos históricos, através da redefinição de seus usos, de sua posse e seu domínio, é fruto do desejo de uma burguesia que almeja o embelezamento da cidade com a criação de normas para a produção de novos espaços, inclusive das habitações.

Segundo aponta Volochko (2015, p. 110) no que diz respeito à produção de habitação em São Paulo, projetos como a COHAB são muito mais voltados ao controle sobre as periferias e à incorporação dos espaços à cidade legal, porém, sem que haja a efetivação de um direito à cidade.

Há ainda um processo de reprodução continuada do capital apontada por Carlos (2009), que se realiza nos espaços metropolitanos configurando novas morfologias articuladas sob novas estratégias, que implica na realização do mercado financeiro sob a forma de “produto imobiliário” ou pelo mercado de locação ou pelo mercado da construção civil.

Cabe-nos entender que, nesse processo, também há o desenvolvimento de tensões, contradições e o aprofundamento da produção desigual do espaço e das segregações socioespaciais, produtos das novas políticas urbanas que visam a instalação de infraestruturas para a valorização de determinadas regiões que, em consequência, aprofundam a desigualdade nesse processo.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do que foi apresentado até o momento, nos resta trazer mais algumas considerações de valor reflexivo. A produção das cidades não é e nunca foi um fenômeno estático, livre das transformações. Como supracitado, a produção do espaço não é um fenômeno próprio do momento capitalista, sendo um produto da interação do homem com a natureza que o rodeia.

Apesar disso, a produção capitalista do espaço possui particularidades que, dentro de nosso escopo teórico, são entendidas como engendradas em uma dinâmica de contradições.

Quando nos voltamos para o Parque da Juventude, voltamo-nos para um espaço complexo, cheio de memórias difíceis e que foi, por um longo período, um espaço excluído da cidade. Então, quando pensamos sua requalificação, não o podemos fazer de maneira isolada, pois o evento se relaciona aos diferentes momentos econômicos e políticos da cidade, em especial, em um momento de superação da crise da acumulação do capital imobiliário, que encontrou um local para sua reprodução nas regiões periféricas.

E, nesse processo, podemos identificar inúmeras implicações. Por um lado, a região se tornou mais segura para os moradores e com melhor qualidade de vida com um parque urbano que oferta espaços de lazer. Por outro lado, não podemos deixar de observar o movimento das iniciativas privadas — do setor imobiliário e do setor turístico/hoteleiro — e no interesse em higienizar e homogeneizar os espaços da cidade, colocando em prejuízo muitas famílias com pouco poder aquisitivo.

As diferentes operações urbanas citadas neste artigo corroboraram para um adensamento das desigualdades socioespaciais que vem excluindo cada vez mais os moradores ao acesso à cidade. Portanto, cabe-nos identificar tais contradições socioespaciais, de modo a refletirmos e construirmos alternativas e soluções que, de fato, integrem os espaços e pessoas na cidade, visando o direito à cidade e à diminuição das desigualdades.

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, I. P. A segregação como conteúdo da produção do espaço. *In*: VASCONCELOS, P. A. CORREA, R. L. PINTAUDI, S. M. (orgs.). **A cidade contemporânea, segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

ALVAREZ, I. P. A noção de mobilização do espaço em Henri Lefebvre. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), [S. l.], v. 23, n. 3, p. 494-505, 2019. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2019.163370. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/163370>. Acesso em: 23 ago. 2021

ALVES, G. da A. A segregação socioespacial na metrópole paulista. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), [S. l.], v. 15, n. 2, p. 33-42, 2011. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2011.74203. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74203>. Acesso em: 12 out. 2021.

ALVES, G. da A. Centralidades periféricas: da segregação socioespacial ao direito à cidade. *In*: CARLOS, A. F. A.; ALVAREZ, I. P. **Geografia Urbana Crítica: teoria e método**. São Paulo: Centro, 2018. p.109-124.

BONDUKI, N. Habitação popular: contribuição ao estudo da evolução urbana de São Paulo. *In*: VALLADARES, L. **Repensando a Habitação no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

CANAVERDE, A. A. **Do Além-Tietê às novas áreas de centralidade-estudo da produção de centralidade na zona norte de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/D.16.2007.tde-19092007-133828. Acesso em: 10 set. 2021.

CARLOS, A. F. A. A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 23, n. 66, p. 303-314, 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10425>>. Acesso em: 10 set. 2021.

FORMICKI, G. R.; NAMUR, M. A transformação em áreas de lazer de espaços anteriormente degradados – Análise do Parque da Juventude como estudo de caso. **III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ)** — arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva: São Paulo, 2014.

KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

LODI, Leticia Takeda. **O concurso público no projeto urbanístico**: São Paulo, 1998-2004. Dissertação (Mestrado em Projeto de Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16138/tde-29032010-151630/pt-br.php>>. Acesso em 4 nov. 2020

RIBEIRO, F. V. **A luta pelo espaço**: da segurança de posse à política de regularização fundiária de interesse social em São Paulo. Tese (doutorado em Geografia Humana). Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ROLNIK, Raquel. **Territórios em conflito**: São Paulo: espaço, território e política. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

SEVILLA, Pablo D. S. **Urbanização de Favelas**: A realidade vivida pelos moradores em quatro comunidades carentes no bairro de São Paulo. Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós-Graduação em Gestão Pública, Modalidade de Ensino à Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná — UTFPR — Câmpus Pato Branco, 2014

SOARES, L. A. S. **A produção do espaço urbano em São Paulo**: da cidade do turismo de negócios à metrópole dos negócios turísticos. (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10042018-100915/pt-br.php>>. Acesso em: 5 set. 2021.

TOURINHO, A. de O. Centro e centralidade: uma questão recente. *In*: CARLOS, A. F. OLIVEIRA, A. U. de (Orgs.) **Geografia da metrópole**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 277-300.

VOLOCHKO, D. Nova produção das periferias urbanas e a reprodução do cotidiano. *In*: CARLOS, A. F. A. (Org.) **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 105-128.



EIXO TEMÁTICO 2:  
ESTUDOS AGRÁRIOS

# QUESTÃO AGRÁRIA E DINÂMICAS DE USO E PROPRIEDADE DA TERRA NO BAIXO JAGUARIBE-CEARÁ

***Leandro Vieira Cavalcante***

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

*E-mail: [leandro.cavalcante@ufrn.br](mailto:leandro.cavalcante@ufrn.br)*

***Francisco Ricardo Leite Silva***

*Universidade Estadual do Ceará*

*E-mail: [fricardo.leite@aluno.uece.br](mailto:fricardo.leite@aluno.uece.br)*

***Erivaldo Paiva Martins***

*Universidade Estadual do Ceará*

*E-mail: [erivaldo.martins@aluno.uece.br](mailto:erivaldo.martins@aluno.uece.br)*

## 1 INTRODUÇÃO

A conjuntura agrária brasileira revela uma grande carga de injustiças e acentuadas desigualdades, historicamente direcionadas às classes pobres e marginalizadas, já privadas de vários direitos constitucionais, conforme anunciado por autores como Andrade (1980), Alentejano (2011), Stedile (2012), Fernandes (2013) e Oliveira (2020). Nesse sentido, entender a questão agrária de qualquer espaço é, de certo, compreender as dinâmicas referentes ao uso, à posse e à propriedade da terra, reveladoras dessas desigualdades. A região do Baixo Jaguaribe, *locus* do estudo, localizada à leste do Ceará, é reflexo da questão agrária desigual do país. O território jaguaribano é definido essencialmente pela figura do grande latifundiário, das empresas nacionais e multinacionais, do Estado e das lutas e resistências camponesas. Nessa região, a concentração de terra e o processo de latifundiarização asseguram a reconfiguração da questão agrária do Baixo Jaguaribe, como discutido por Cavalcante (2019).

Com a finalidade de entender a questão agrária dessa região, é preciso nos reportar à história gradual da terra e do latifúndio. A estrutura agrária do Baixo Jaguaribe se sucedeu de maneira concentrada nas mãos daqueles que exerciam ou exercem certa influência socioeconômica, política e religiosa. Nesse processo, cabe mencionar a presença do Estado, um agente omissivo perante as complicações e tensões geradas no meio agrário que, analogamente, não apresentou projetos para mitigar os conflitos agrários, posto que fomenta a expansão do agro-negócio e da própria concentração fundiária.

A estrutura fundiária do Baixo Jaguaribe é marcada pela forte presença da grande propriedade, com latifundiários controlando vastas porções de terra. Com efeito, nas margens e no interior dos latifúndios, encontram-se o camponês, o sem-terra, o pequeno agricultor, que não detém terra suficiente para a reprodução de suas famílias. A intervenção do Estado na região foi uma das principais propulsoras de mudanças ocorrentes nas estruturas fundiária, produtiva e social, que se potencializou com as implantações de pacotes agrícolas e com a padronização

da produção para o capital, mascarado em um discurso de modernização que impulsionou o aumento da concentração fundiária, das desigualdades e dos conflitos no campo.

Adjacente a esse apoio estatal, fomentou-se uma reconfiguração da estrutura agrária da região centrada na mercantilização de terras. Ao averiguar o mercado de terras, depreende-se que as firmas não impuseram limites no tocante da conquista, apropriação e o controle das terras. As territorializações e as estratégias dessas firmas são marcadas pela fluidez, ou seja, atuam em territórios suscetíveis à exploração da água, da terra, da mão de obra, dos incentivos e de diversos outros fatores de atração. Com efeito, as atividades econômicas no Baixo Jaguaribe têm na centralidade da terra seu maior ativo econômico. É nessa ação de transformação da terra em mercadoria que ela se torna vetor das tensões geradas no campo.

Diante disso, entender a questão agrária do Baixo Jaguaribe é concordar com Fernandes (2009, p. 197) quando menciona que “convivemos com diferentes tipos de territórios produtores e produzidos por relações sociais distintas, que são disputados cotidianamente”. Atualmente, nesta região, estão presentes empresas nacionais e multinacionais do agronegócio da fruticultura, perímetros irrigados, comunidades camponesas de agricultores familiares, acampamentos sem-terra, assentamentos rurais, comunidades quilombolas, comunidades de pescadores do rio e do mar, fazendas de carcinicultura, empresas de mineração, fazendas de pecuária, parques de energia eólica e solar, dentre outras, responsáveis por compor e dinamizar o quadro agrário regional.

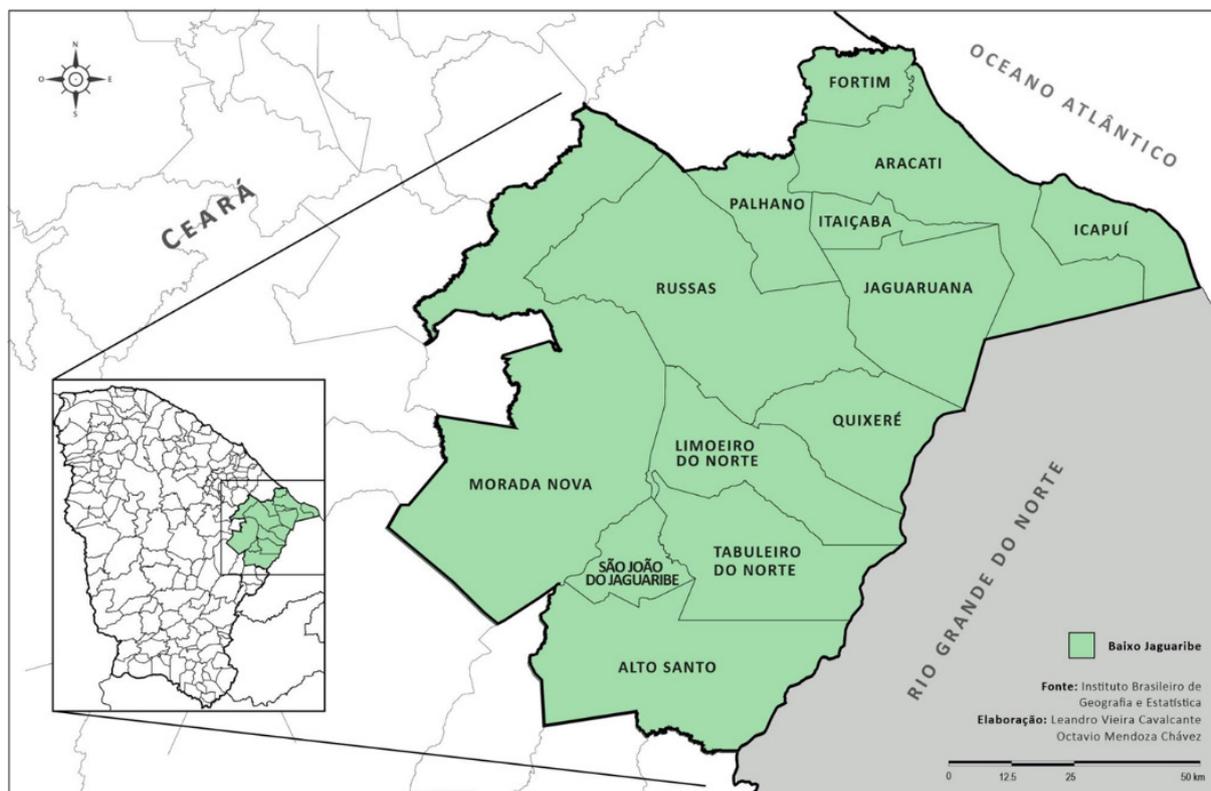
Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo principal esboçar as diferentes tipologias de uso e propriedade da terra no Baixo Jaguaribe, averiguando quais atividades atuam com maior ênfase na perspectiva de controle e acumulação de terras, direcionando os rumos do uso, da posse e da propriedade fundiária na região. Tais tipologias expressam diferentes atividades que demarcam a questão agrária do Baixo Jaguaribe, possuindo formas específicas de relações sociais de produção e de trabalho, de uso, posse e propriedade da terra, de produção do espaço e organização do território, responsáveis, todas elas, por configurar a geografia do latifúndio da região.

## **2 METODOLOGIA**

Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico por livros, monografias, artigos, dissertações e teses, retratando temas como relações de poder no campo, uso e ocupação da terra e questão agrária do Baixo Jaguaribe. A próxima etapa consistiu no levantamento quantitativo, centrando-se na busca por dados oficiais disponibilizados por órgãos públicos que versam sobre a dinâmica agrária da região. Os dados foram obtidos junto ao Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), especificamente, através do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), que se converteu na principal fonte de dados para a pesquisa, uma vez que apresenta dados fundiários acerca dos estabelecimentos rurais registrados no INCRA localizados em todos os 13 municípios do Baixo Jaguaribe (figura 1). O levantamento de dados fundiários

no SNCR possibilitou identificar os latifúndios, os nomes dos proprietários, as localizações das fazendas e a quantidade de hectares, entre outros.

**Figura 1** — Mapa da região do Baixo Jaguaribe (CE)



Fonte: Cavalcante (2019).

Após o levantamento das informações junto ao SNCR, realizou-se a tabulação e a sistematização dos dados, organizados em planilhas do *Excel*. Para facilitar a compreensão sobre as formas de usos e ocupação por diferentes agentes, filtramos os dados por empresas com CNPJ ativo e organizações que possuem propriedades rurais, a exemplo de institutos de reforma agrária e associações de produtores. Para fins metodológicos, privilegiou-se apenas aqueles estabelecimentos registrados como pessoa jurídica, a fim de facilitar sua identificação e traçar meios para a compreensão do quadro fundiário da região. Em seguida, os dados foram tabulados e sistematizados, sendo organizados por planilhas no *Excel* referentes às tipologias dos latifúndios, expressando o uso e a propriedade da terra, por região e por municípios.

A partir da análise de todos os imóveis registrados no INCRA, chegou-se a um total de oito tipologias de uso e propriedade da terra no Baixo Jaguaribe, considerando apenas aquelas indicadas como pessoa jurídica. As tipologias contemplam os seguintes segmentos: agropecuária (agricultura e pecuária), fruticultura (produção de frutas), aquíicultura (carcinicultura e piscicultura), extração (mineração e extração de sal e petróleo), pública (assentamentos de reforma agrária), imóvel (imobiliárias e construtoras), coletivo (associações, sindicatos e cooperativas) e outros (empresas e organizações diversas).

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Baixo Jaguaribe é um território que está inserido na lógica das atividades capitalistas, que têm a centralidade da terra como uma estratégia econômica, constituindo disputas antagônicas na região. Entendemos o território jaguaribano como um local plural, marcado por modelos diferentes de produção, como também de relações e sentidos atribuídos à terra. De fato, as múltiplas atividades que se instalaram nesse território são responsáveis por um desequilíbrio e fragmentação da estrutura fundiária. O latifúndio apresenta-se como um produto indesejado que localizamos no Baixo Jaguaribe, geralmente associado a empresas nacionais, multinacionais e figuras políticas transmutadas no papel de latifundiários.

Com efeito, na sequência, caracterizamos as tipologias de uso e propriedade da terra na região de acordo com sua dimensão frente ao latifúndio, cujas informações indicam quais classes de empreendimentos obtêm um maior controle sobre as terras jaguaribanas e sua escala dentre os 13 municípios analisados. Infere-se que foram registrados, nessas tipologias, apenas os estabelecimentos com CNPJ ou que fosse passível de identificar o ramo de atuação, excluindo-se os proprietários individuais (pessoas físicas). Com efeito, a análise dos proprietários fundiários do Baixo Jaguaribe contempla grande diversidade de agentes, de diferentes tamanhos e distintas formas de uso e propriedade da terra.

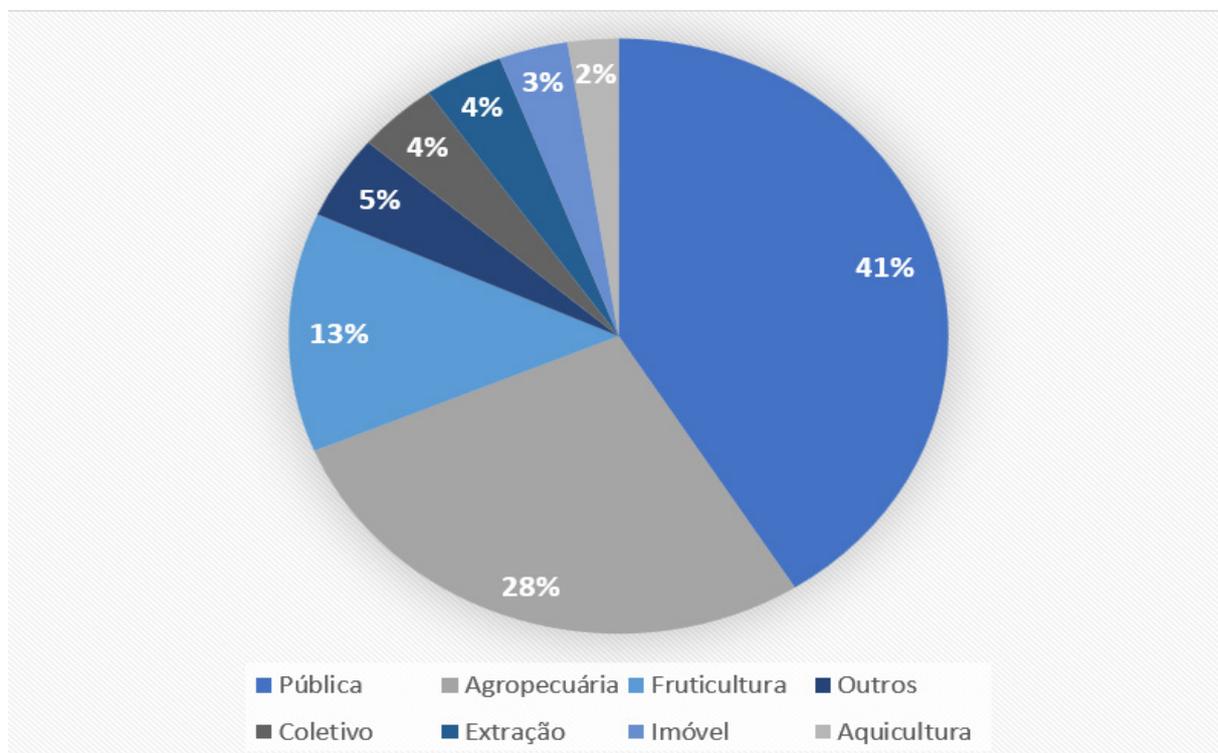
Os resultados apontam um total de 256.387,50 hectares inseridos nas oito tipologias principais de uso e propriedade da terra (quadro 1). Tais dados revelam grande diversidade de agentes que se fazem presentes no espaço agrário do Baixo Jaguaribe, bem como evidenciam outros vetores de dinamização da questão agrária regional para além apenas do setor relacionado à agropecuária (gráfico 1). Registrou-se a presença de empresas de setores como mineração, energia eólica e solar, hotéis, loteamentos, imobiliárias, construção civil, cooperativas, associações, extração de sal e petróleo, bancos, cerâmicas, entre outras, que igualmente se configuram enquanto vetores de pressão fundiária.

**Quadro 1** — Tipologias de uso e propriedade da terra no Baixo Jaguaribe/CE

Nome da Tipologia	Área total (ha)
Pública	105.198,88
Agropecuária	70.916,64
Fruticultura	33.354,35
Outros	11.758,85
Coletivo	10.102,64
Extração	10.055,08
Imóvel	8.652,07
Aquicultura	6.348,99
TOTAL	256.387,50

Fonte: SNCR/INCRA (2020). Sistematizado em Cavalcante, Silva e Martins (2021).

**Gráfico 1** — Distribuição percentual das tipologias de uso e propriedade da terra no Baixo Jaguaribe/CE



Fonte: SNCR/INCRA (2020). Sistematizado em Cavalcante, Silva e Martins (2021).

Registrou-se um total de 105.198,88 hectares concentrados em estabelecimentos de reforma agrária, visto que há 47 assentamentos na região, um estadual e os demais todos federais. Com isso, a tipologia “pública” assume a ponta na quantidade de hectares no Baixo Jaguaribe, inclusive, com uma quantidade superior à “agropecuária”. Já a tipologia “coletivo” registrou um total de 10.102,64 hectares, distribuídos, sobretudo, entre associações comunitárias e associações de produtores, com 45 associações com hectares autodeclarados ao INCRA, algumas das quais que são assentamentos de reforma agrária vinculados ao crédito fundiário.

Apesar disso, chama a atenção o quantitativo de hectares registrados na tipologia “agropecuária”, com 70.916,64 hectares, representando a força que o latifúndio possui enquanto vetor de pressão fundiária na região. Especificamente, no setor da “fruticultura”, há um total de 33.354,35 hectares declarados, enquanto na “aquicultura” há outros 6.348,99 hectares, contemplando empreendimentos de carcinicultura e de piscicultura. Os municípios de Aracati, Russas, Jaguaruana, Limoeiro do Norte e Quixeré são os que apresentam maior ênfase na fruticultura, com a hegemonia de empresas como Agrícola Famosa, Bessa Produção, Del Monte, Itaeira e Meri Pobo (Cavalcante; Silva; Martins, 2021).

Quando somadas essas três tipologias (agropecuária, fruticultura e aquicultura), têm-se um total de 110.619,88 hectares voltados apenas para as atividades agrícolas, as quais podemos

considerar como integrantes do setor do agronegócio, visto que são empresas registradas com CNPJ, muitas das quais que passam dos mil hectares. Nesse sentido, é válido afirmar que o agronegócio concentra, no mínimo, 110.619,88 hectares no Baixo Jaguaribe, segundo os dados autodeclarados pelas próprias empresas ao INCRA. No quadro indicado na sequência (quadro 2), é possível averiguar os hectares totais pertencentes às 15 maiores empresas do agronegócio instaladas na região, as quais controlam juntas mais de 90 mil hectares dispersos em inúmeras propriedades e em distintos municípios do Baixo Jaguaribe.

**Quadro 2** — Área total e quantidade de imóveis das maiores empresas do agronegócio no Baixo Jaguaribe/CE

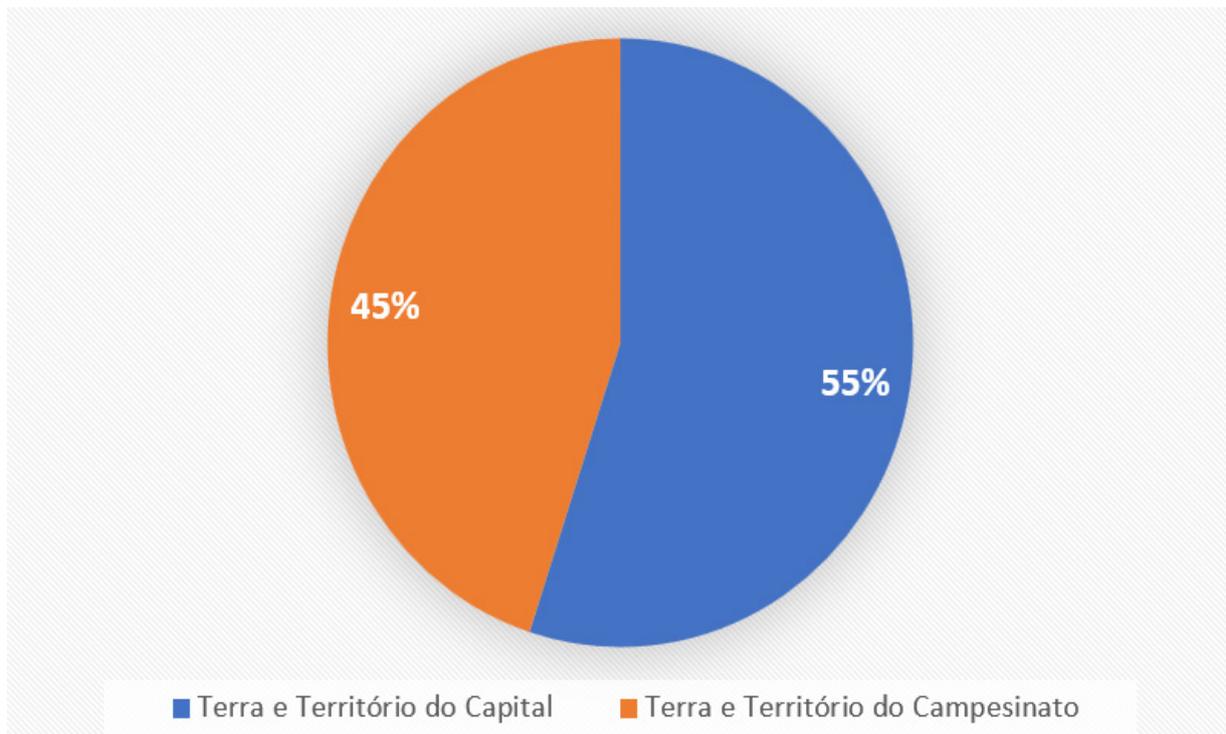
Área Total (ha)	Empresa	Quantidade de Imóveis	Municípios
24.107,80	Copan Agroindustrial Ltda	2	Aracati e Icapuí
15.628,84	Esperança Agropecuária e Indústria Ltda	1	Russas
8.211,22	Agrícola Famosa Ltda	23	Quixeré, Aracati, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, Alto Santo e Russas
5.972,95	Meri Pobo Agropecuária Ltda	14	Jaguaruana, Russas e Limoeiro do Norte
5.773,15	Metaneide Ltda	13	Limoeiro do Norte e Tabuleiro do Norte
5.538,04	Agropaulo Agroindustrial S/A	6	Jaguaruana
4.135,50	Morada Nova Agropecuária S/A - Monasa	1	Morada Nova
3.909,32	Anna Purna Agricultura Ltda	1	Aracati
3.787,28	Bessa Produção e Distribuição de Frutas Ltda	10	Quixeré e Tabuleiro do Norte
3.059,32	Itaueira Agropecuária S/A	11	Aracati, Palhano e Morada Nova
2.730,20	Agropecuária e Industrial Machado S/A	1	Morada Nova
2.018,06	Agrobasa S/A	9	Jaguaruana e Itaiçaba
1.751,01	Betânia Lácteos S/A	9	Tabuleiro do Norte, Limoeiro do Norte e Morada Nova
1.745,20	Dantas Empreendimentos Agropecuários Ltda	2	Quixeré
1.738,62	Frutacor	12	Limoeiro do Norte, Quixeré e Russas

Fonte: SNCR/INCRA (2020). Sistematizado em Cavalcante, Silva e Martins (2021).

Além desses, há também outros empreendimentos que atuam na região que são igualmente consumidores de terra e vetores de pressão e concentração fundiária. É o caso, por exemplo, dos estabelecimentos incluídos na categoria “extração”, que incluem empresas da mineração, da extração de sal e de petróleo e de pedreiras, as quais controlam 10.055,08 hectares. Há, também, toda uma série de empresas que atuam nos mais diversos setores, como imobiliárias, construtoras, empresas de energia eólica e solar, postos de gasolina, comércios, cerâmicas, bancos, hotéis, dentre várias outras, que juntas concentram 11.758,85 hectares.

Diante da análise desses dados e da conformação das diferentes tipologias, nota-se a existência de distintos vetores de dinamização da questão agrária regional, que apontam, também, para distintas estratégias de uso, posse e propriedade da terra. Além disso, agrupando as tipologias, têm-se 110.619,88 hectares controlados por empresas do agronegócio e 30.466,00 hectares de outros setores, representando um total de 141.085,88 hectares de posse do grande capital, ao passo da existência de 115.301,52 hectares distribuídos em assentamentos e associações. No gráfico seguinte (gráfico 2) vemos a distribuição percentual entre essas distintas tipologias de uso da terra e do território no Baixo Jaguaribe.

**Gráfico 2** — Distribuição percentual das tipologias de uso da terra e do território no Baixo Jaguaribe/CE



**Fonte:** SNCR/INCRA (2020). Sistematizado em Cavalcante, Silva e Martins (2021).

As informações ora apresentadas revelam a dualidade que há na questão agrária do Baixo Jaguaribe, opondo camponeses, de um lado, e capital, de outro, nesse constante movimento que configura a reprodução das relações sociais e a luta de classes no campo. Observa-se, assim, a nítida diferenciação entre as terras de trabalho e as terras de negócio, mencionadas por Martins (1995), igualmente os territórios como uso e os territórios como abrigo, relatados por Santos (1998) ou, ainda, os territórios do capital e os territórios do campesinato, analisados por Fernandes (2009). Uns são os espaços do capital, marcados pela exploração capitalista da terra e do território. Já os outros são os espaços da coletividade e da recriação camponesa, que resistem apesar dos sucessivos ataques e ameaças do grande capital.

De acordo com Fernandes (2008, 2009), o capital forma seu próprio território muitas vezes a partir da apropriação material ou simbólica dos territórios camponeses, gerando disputa territorial entre capital e campesinato. Para o autor, o capital forma seu território ao expandir-se e controlar as terras dos camponeses, completando seu processo de territorialização. Por conseguinte, Santos e Silveira (2003, p. 293) afirmam que “o resultado, quanto ao território, é de novo o exercício de um controle parcial de certos pontos por lógicas que se interessam apenas aos aspectos particularizados”, podendo levar a um “uso corporativo do território”, cujas ingerências são determinadas pelos agentes que se apropriam da terra, de modo a perpetuar a força dos latifúndios no campo.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, reforçamos o Baixo Jaguaribe como um espaço plural, que abrange distintas atividades e diferentes agentes que, de forma não-simétrica, coexistem neste território. Sob o mesmo ponto de vista, é importante olhar para além da dimensão fundiária dos territórios, embora seja uma variável vital para sobreviver, produzir e se reproduzir, como assegura Fernandes (2009, p. 209): “sujeitos, grupos sociais, classes sociais não existem sem seus territórios”. Nesse sentido, devemos compreender que as empresas não controlam primordialmente apenas terra, mas também água, capital e poder, além do próprio território que passa a ser diretamente controlado pelos empreendimentos.

Ademais, por meio da análise dos dados das tipologias levantadas, foi possível compreender, com maior exatidão, a dinâmica fundiária presente no Baixo Jaguaribe, bem como ter um melhor entendimento das formas de uso, posse e propriedade da terra na região. Desse modo, o estudo possibilita conhecer, estimular e intensificar o conhecimento em relação às diversas atividades atuantes na promoção da concentração fundiária local, das problemáticas, potencialidades e fragilidades que tornam o Baixo Jaguaribe um espaço de amplas disputas e resistência no campo, a despeito da presença do latifúndio.

## REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo. Questão agrária no Brasil do século XXI: uma abordagem a partir da Geografia. **Terra Livre**, São Paulo, ano 27, v. 1, n. 36, p. 69-95, 2011.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Latifúndio e reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. “**As firmas tomaram conta de tudo**”: agronegócio e questão agrária no Baixo Jaguaribe/CE. 2019. 396f. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

CAVALCANTE, Leandro Vieira; SILVA, Francisco Ricardo Leite; MARTINS, Erivaldo Piva. **A geografia do latifúndio no Baixo Jaguaribe/CE**: questão agrária, relações de poder e usos da terra. Relatório de Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica. Fortaleza: PROPGPQ/UECE, 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In*: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 173-278.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. *In*: FABRINI, João Edmilson; TOMIASI, Eliane Paulino (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-202.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia dos territórios. *In*: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

SANTOS, Milton. Da política dos Estados à política das empresas. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, n. 3, v. 6, 1998.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SNCR/INCRA. **Sistema Nacional de Cadastro Rural** — Instituto Nacional de Colonização e Reforma. 2020. Disponível em: <<http://www.cadastrorural.gov.br/estatisticas/sncr-sistema-nacional-de-cadastro-rural>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

STEDILE, João Pedro. Questão agrária. *In*: CALDART, Roseli Salette *et al.* (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 641-646.

# POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NO SERIDÓ POTIGUAR: UMA ANÁLISE DO P1MC E DO P1+2

**Igor Tauan Santiago Lopes de Macedo**  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
E-mail: [igor.santiago.105@ufrn.edu.br](mailto:igor.santiago.105@ufrn.edu.br)

**Brenda Stéfanie Bezerra**  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
E-mail: [brendabezerra4@gmail.com](mailto:brendabezerra4@gmail.com)

**Leandro Vieira Cavalcante**  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
E-mail: [leandro.cavalcante@ufrn.br](mailto:leandro.cavalcante@ufrn.br)

## 1 INTRODUÇÃO

O Semiárido brasileiro não é apenas um clima com delimitação territorial e suas características próprias de fauna, flora, solo e recursos hídricos, por exemplo. Além de tudo isso, existem diversas outras dimensões que conformam essa região, como as expressões de povos, cultura, religiosidade, política, história e resistências, como assegurado por Malvezzi (2007). Defende-se que o Semiárido é plural e muito abrangente, abarcando distintas compreensões. Nele existem diversas potencialidades pouco reconhecidas e exploradas. Muitas pessoas que vivem nesta região pouco sabem sobre ela, e o que se sabe, muitas vezes, são conhecimentos corrompidos que distorcem a realidade das riquezas e belezas existentes.

É bem verdade que a maioria dos cidadãos que habitam o Semiárido enfrenta grandes dificuldades em decorrência da histórica negação de direitos imposta à essa região, mascaradas sob o estigma da seca. Embora não seja possível acabar com a seca, é possível a implementação de políticas de convivência com esta. Para que haja efetivamente cidadania no Semiárido brasileiro, torna-se indispensável a adoção de políticas públicas de convivência que coadunem com suas características socioambientais e com os anseios da população local. É preciso que haja a aplicação e o desenvolvimento de culturas e políticas de convivência com o Semiárido, visto que, como afirma Malvezzi (2007, p. 12), “O segredo da convivência está em compreender como o clima funciona e adequar-se a ele”.

O principal recurso a ser armazenado e descentralizado é a água. Além disso, este recurso precisa ser impedido de evaporar. Uma boa solução surgida no Semiárido é o uso das cisternas de placas para captação de água das chuvas para o consumo humano. Estes reservatórios possuem um formato cilíndrico, com metade do seu tamanho fincado no chão e utilizam calhas para colher a água das chuvas que escorre dos telhados, direcionando-as para as cisternas. Elas são construídas ao lado das casas das famílias beneficiadas com essa tecnologia social. Por serem fechadas, não permitem a entrada de luz, evitando a evaporação. A água armazenada nas cisternas durante os períodos chuvosos fica guardada para os períodos de estiagem prolongada.

Com a utilização desta tecnologia, as famílias que não possuíam água potável agora podem contar com ela. Isso garante um processo de democratização do acesso à água, já que antes este recurso se encontrava disponível na maioria das vezes armazenado em reservatórios não administrados em vista do bem comum.

Tratando-se de tecnologias sociais, podemos defini-las enquanto uma alternativa bastante eficiente para a convivência e o desenvolvimento do Semiárido. Segundo Leal *et al.* (2016), as tecnologias sociais são instrumentos que fomentam o desenvolvimento local através da inserção dos atores envolvidos no processo, sendo estes protagonistas, idealizadores e/ou executores das tecnologias sociais, que surgem geralmente através de ideias simples, econômicas e viáveis nas próprias comunidades.

Na região do Seridó, no Rio Grande do Norte, existem algumas organizações que executam projetos de convivência com o Semiárido, através da construção das tecnologias sociais. Destacam-se, no âmbito regional, as ações desenvolvidas pela Cáritas, uma entidade de promoção e atuação social da Diocese de Caicó e pelo Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (SEAPAC), uma organização da sociedade civil que trabalha com políticas sociais que favorecem a melhoria da qualidade de vida da população, priorizando os que se encontram em situação de vulnerabilidade social, nas áreas rurais e urbanas, sendo referência nos debates e lutas em favor dos trabalhadores rurais. Ambas as instituições se encontram sediadas em Caicó e compõem a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), uma rede formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas — sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, organizações da sociedade civil, dentre outras.

As entidades que integram a ASA estão organizadas em fóruns e redes nos 10 estados que compõem o Semiárido Brasileiro (MG, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI e MA). As ações da ASA estão baseadas, principalmente, na cultura do estoque de água, alimentos, sementes, animais e todos os elementos necessários à vida na região. Ela é responsável pela implementação de duas das principais políticas públicas de convivência com o Semiárido: o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2).

O P1MC é considerado o primeiro programa desenvolvido pela ASA no início dos anos 2000 e tem o objetivo de atender a uma necessidade básica da população que vive no campo: o acesso democrático à água de qualidade. Conforme assegurado pela ASA (2019a, *sp*), a experiência do P1MC aponta um importante caminho para a construção das políticas públicas na região, “pois demonstra uma ação que nasce da sistematização de experiências locais e da mobilização da sociedade civil para propor uma política pública efetiva e abrangente para o Semiárido, que garante o direito das populações rurais de ter água de qualidade”.

Já em 2007, a ASA criou o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), com o intuito de ampliar o estoque de água das famílias, comunidades rurais e populações tradicionais para dar conta das necessidades dos plantios e das criações animais. De acordo com a ASA (2019b), “o nome do programa faz referência à estrutura mínima que as famílias necessitam para produzirem: o espaço para plantio e criação animal, a terra, e a água para cultivar e garantir a

sobrevivência dos animais”. Atualmente, o P1+2 implementa as seguintes tecnologias sociais no Semiárido: cisterna-calçadão; barragem subterrânea; tanque de pedra ou caldeirão; bomba d’água popular; barreiro-trincheira; barraginha; cisterna-enxurrada.

Nesse sentido, o objetivo principal deste trabalho é apresentar a abrangência dos programas P1MC e P1+2 na região do Seridó Potiguar. Como objetivos específicos, tem-se a discussão sobre a importância destes programas para o desenvolvimento e convivência com o Semiárido e a apresentação de dados estatísticos acerca das famílias beneficiadas pelas tecnologias sociais implantadas por meio do P1MC e do P1+2 em municípios da região. Assim, centramos a análise nesses dois programas que favoreceram e fortaleceram o uso de tecnologias sociais de convivência com o Semiárido, especificamente, no Seridó.

## **2 METODOLOGIA**

Nesta pesquisa, a área de estudo foi a região do Seridó Potiguar. Do ponto de vista metodológico, o trabalho foi conduzido através da adoção das abordagens de pesquisa bibliográfica, documental e estatística, além de diálogos estabelecidos com representantes da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), da Cáritas Diocesana de Caicó e do Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (SEAPAC). Para tanto, obteve-se informações mediante consulta à base de dados sobre tecnologias sociais hídricas disponibilizadas no portal do Ministério da Cidadania, além de coleta de dados quantitativos e qualitativos produzidos pelas mencionadas instituições.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

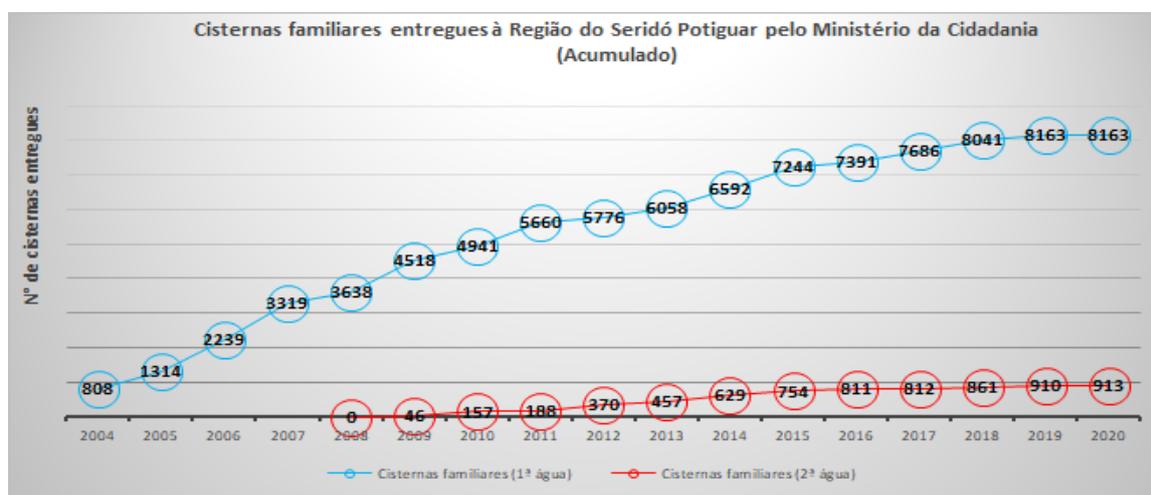
Diante dos dados coletados sobre os programas e projetos instalados no Seridó Potiguar para a convivência com o Semiárido, consideram-se as implementações de políticas públicas contextualizadas ao local para que haja uma relação harmônica da população com a natureza (Leal *et al.*, 2016), respeitando os limites e as potencialidades do ambiente semiárido, assegurando o bem-viver e cidadania. As tecnologias sociais de cisternas de placas, enxurradas e calçadões, por exemplo, viabilizam a captação de águas de chuvas durante o período chuvoso para o consumo humano, a dessedentação animal, a produção de alimentos e diversos outros usos durante o período de estiagem na região.

No Seridó Potiguar, especificamente, os projetos de construção de cisternas para a captação de água para o consumo humano — P1MC (1ª água) e o de captação para a produção — P1+2 (2ª água) iniciaram-se, respectivamente, em 2003 e 2007, por meio do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas), executado pelo SEAPAC em parceria com a ASA, responsáveis por viabilizar a implementação das políticas públicas de convivência com o Semiárido, a exemplo do P1MC e do P1+2. Com isso, por consequência da segurança hídrica, também foi melhorada a segurança alimentar e

nutricional das famílias beneficiadas (ASA, 2019a; 2019b).

No que diz respeito ao Seridó Potiguar, observa-se no gráfico 1, na sequência, os anos iniciais de implementação e o desenvolvimento dos projetos citados acima — PIMC e P1+2 —, apresentando, respectivamente, a origem de construções de cisternas nos anos de 2004 e 2009, quando as primeiras tecnologias sociais hídricas foram implementadas na região por meio do SEAPAC e da ASA, garantindo segurança hídrica para as famílias da zona rural. Num total acumulado, foram construídas 9.076 cisternas no Seridó até 2020, conforme indicam os dados do Ministério da Cidadania (2021).

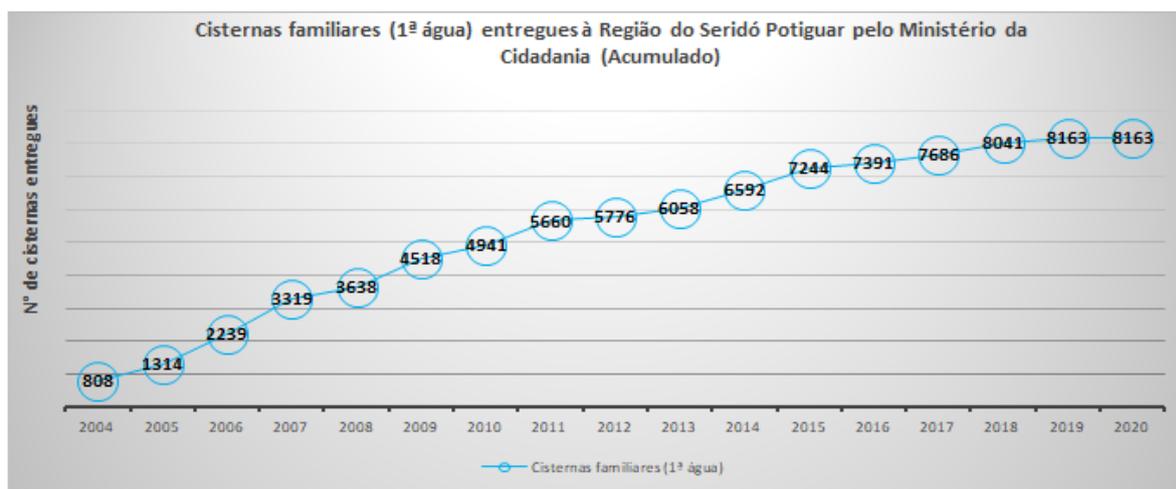
**Gráfico 1** — Cisternas familiares construídas na região do Seridó Potiguar (números acumulados)



Fonte: VIS DATA — Ministério da Cidadania (2021). Org.: Autores.

Os beneficiários diretos da construção dessas cisternas de consumo humano (1ª água) são as famílias residentes na zona rural dos municípios da região semiárida do Seridó, que não possuem fonte de água potável nas proximidades de suas casas ou ainda com precariedade nas fontes existentes (Esmeraldo, 2017). No gráfico 2, na sequência, podemos observar o desenvolvimento de ofertas das construções de cisternas vinculadas ao PIMC na região. Percebe-se que, no ano inicial de 2004, obtiveram-se 808 construções e, no decorrer dos 14 anos posteriores (até 2018), o número continuou crescente, alcançando 8.041 cisternas, estabilizando o número acumulado de 8.163 unidades em 2019, repetindo o mesmo montante em 2020.

**Gráfico 2** — Cisternas familiares (1ª água) construídas na região do Seridó Potiguar

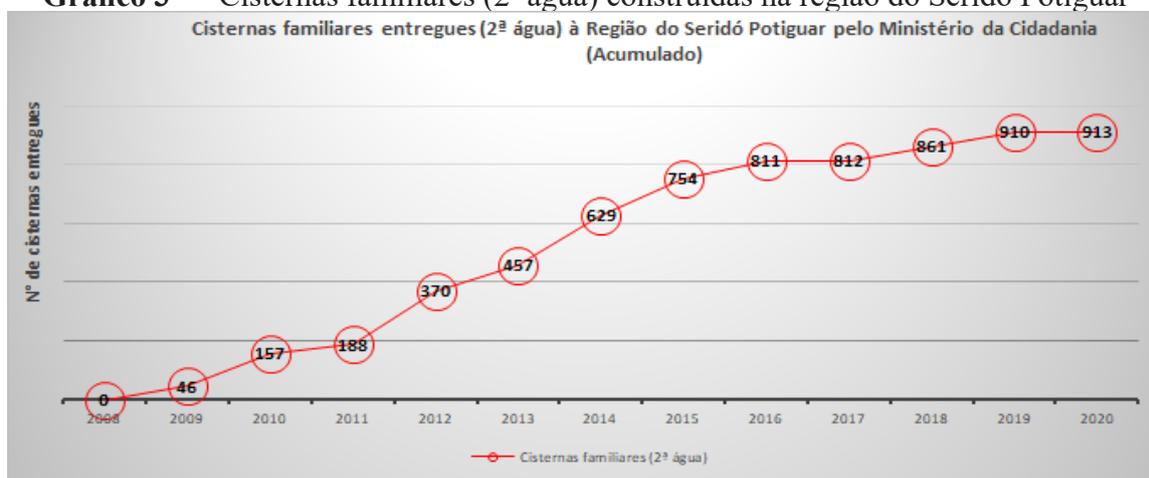


Fonte: VIS DATA — Ministério da Cidadania (2021). Org.: Autores.

De acordo com Malvezzi (2007), somente as cisternas de placas do P1MC não sanam o problema da seca. No entanto, em comparação a outras tecnologias, apresentam melhores resultados para a convivência com o Semiárido, pois evitam a vulnerável evaporação da água captada da chuva (Ventura *et al.*, 2013). Por sua vez, no que concerne às cisternas de produção agropecuária (2ª água) — calçadão e enxurrada —, por meio delas são oferecidas melhores condições para sanar as necessidades animais e a produção de alimentos (Sousa Neto, 2021), possibilitando o desenvolvimento de atividades produtivas.

No gráfico 3, abaixo, podemos observar o montante relativo às ofertas das construções de cisternas vinculadas ao P1+2 na região do Seridó. Percebe-se que a atuação prática do referido programa começa no ano de 2009, com 46 unidades construídas, e assim segue com construções em todos os anos seguintes até 2020, com um total acumulado de 913 tecnologias sociais. A título de exemplo, observa-se o intervalo entre 2012 e 2011, no qual foram construídas 182 cisternas, maior número de construções em toda a série.

**Gráfico 3** — Cisternas familiares (2ª água) construídas na região do Seridó Potiguar



Fonte: VIS DATA — Ministério da Cidadania (2021). Org.: Autores.

Na tabela 1, na sequência, pode-se observar a distribuição desses projetos de 1ª água (P1MC) e 2ª água (P1+2) por municípios do Seridó Potiguar. Nota-se que o maior total do acumulado da região até o ano de 2020 refere-se às cisternas de água para consumo com 8.163 construções, enquanto as cisternas de água para produção totalizam 913 instalações. Ademais, através desses dados, é possível notar a distribuição e a abrangência espacial do P1MC e do P1+2 dentre todos os municípios do Seridó, os quais guardam algumas especificidades quanto à incidência de implementação das políticas públicas de convivência com o Semiárido.

**Tabela 1** — Cisternas familiares construídas na região do Seridó Potiguar (números acumulados)

<b>Município</b>	<b>Água para consumo (1ª água)</b>	<b>Água para produção (2ª água)</b>
Acari	288	62
Bodó	159	10
Caicó	287	43
Carnaúba dos Dantas	144	50
Cerro Corá	481	13
Cruzeta	245	52
Currais Novos	749	363
Equador	277	52
Florânia	331	11
Ipueira	47	--
Jardim de Piranhas	181	--
Jardim do Seridó	110	32
Jucurutu	595	24
Lagoa Nova	884	--
Ouro Branco	251	--
Parelhas	303	80
Santana do Matos	998	39
Santana do Seridó	233	25
São Fernando	503	--
São João do Sabugi	134	4
São José do Seridó	134	20
São Vicente	331	6
Serra Negra do Norte	132	23
Tenente Laurentino Cruz	322	--
Timbaúba dos Batistas	44	4
<b>Total</b>	<b>8.163</b>	<b>913</b>

Fonte: VIS DATA — Ministério da Cidadania (2021). Org.: Autores.

Destacam-se os municípios de Santana dos Matos (998), Lagoa Nova (884), Currais Novos (749), Jucurutu (595) e São Fernando (503) como os de maiores acumulados de cisternas de consumo. No entanto, quando analisados estes mesmos municípios para as cisternas de produção, nota-se um baixo investimento nessas tecnologias, com alguns não havendo nenhuma construção do P1+2. Dito isso, são exemplificados os casos de Lagoa Nova e São Fernando, que não apresentam cisternas de segunda água.

Além dos municípios já mencionados, observam-se outros nos quais não constam construções de cisternas de produção (P1+2): Ipueira, Jardim de Piranhas, Ouro Branco e Tenente Laurentino Cruz. Nestes também ocorre baixa incidência na implementação de cisternas de consumo. Segundo os membros do SEAPAC, existem alguns fatores que explicam isso: o número de habitantes na zona rural, a atuação das associações rurais, a utilização do Número de Identificação Social (NIS), o cadastramento das famílias para receberem as cisternas e a efetivação de políticas públicas de convivência com o Semiárido.

Todavia, ao olhar-se para o contexto geral, isto é, levando em consideração a região do Seridó Potiguar, há uma relativa atuação dos programas Um Milhão de Cisternas — P1MC e Uma Terra e Duas Águas — P1+2, totalizando mais de nove mil cisternas construídas. Isso demonstra a relevante capilaridade espacial dessas tecnologias sociais no Seridó, sobretudo no que tange à presença de cisternas de placa, cisternas enxurradas e cisternas calçadões.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Podemos considerar o P1MC e o P1+2 como fortes aliados na questão da convivência com o Semiárido. Além disso, estes programas podem contribuir para a construção de cidadãos conscientes e responsáveis pela administração da água e da terra, recursos indispensáveis para a sobrevivência na zona rural. O P1MC e o P1+2 garantem a mobilização e a formação das famílias e comunidades rurais através da participação destes em cada etapa do processo, contribuindo para a construção do entendimento de que a água é um direito e a cisterna é uma conquista da família, como defendido pela ASA.

Uma consideração importante fruto da atuação destes dois programas é que a ASA incentiva a produção agrícola de base agroecológica que, entre suas características, está o cultivo livre de agrotóxicos, o acesso à água, a terra e às sementes como condição fundamental para que as famílias do Semiárido brasileiro produzam alimentos que fazem parte de seu hábito alimentar, garantindo segurança e soberania alimentar para essas famílias.

Em todos os municípios da região do Seridó Potiguar, é possível constatar os benefícios que diversas famílias estão alcançando por meio destes programas. No entanto, ainda é preciso haver uma maior ampliação do acesso por parte das famílias que atendam aos critérios para serem beneficiadas por tais políticas públicas. Consideramos a grande importância da articulação das famílias, comunidades, associações e sindicatos da zona rural na reivindicação da implantação e manutenção destas tecnologias sociais de convivência com o Semiárido.

Segundo os representantes da ASA, Cáritas Diocesana de Caicó e SEAPAC com os quais dialogamos, nos últimos anos tem havido uma retração no fortalecimento dessas políticas de fomento à convivência com o Semiárido, que necessita ser retomada e aprimorada, abarcando mais famílias onde o P1MC e o P1+2 se mostram menos presentes. É necessário, portanto, fortalecer e ampliar as políticas públicas e as tecnologias sociais para a construção de um outro projeto de vida e de produção do Semiárido, a fim de garantir mais igualdade, cidadania e dignidade para os habitantes da região.

## REFERÊNCIAS

ASA — Articulação Semiárido Brasileiro. **Ações - P1MC**. ASA Brasil, 1º mar. 2019a. Disponível em: <<https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>>. Acesso em: 29 set. 2021.

ASA — Articulação Semiárido Brasileiro. **Ações - P1+2**. ASA Brasil, 1º mar. 2019b. Disponível em:<<https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2>>. Acesso em: 29 set. 2021.

CÁRITAS. **Cáritas Diocesana de Caicó**, 2021. Disponível em: <<https://caritascaico.org.br/acaritas/>>. Acesso em: 22 set. 2021.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite *et al.* **Políticas públicas para os povos do Semiárido: avanços e desafios**. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará. 2017. 76p.

LEAL, Adriana Karla Tavares Batista Nunes *et al.* As variedades de cisternas de placas utilizadas no Semiárido. **Revista Brasileira de Geografia Física**, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 1268-1281, 2016.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido: uma visão holística**. Brasília: Editora Confea, 2007. 140p.

SEAPAC. **Asa Potiguar realizará encontro dos 20 anos de existência e ação**. 24 jan. de 2020. Disponível em: <<https://www.seapac.org.br/post/asa-potiguar-realizar-encontro-dos-20-anos-de-existencia-e-acao>>. Acesso em: 22 set. 2021.

SEAPAC. **Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários**, 2018. Disponível em: <<https://www.seapac.org.br/>>. Acesso em 23 set. 2021.

SOUSA NETO, Pedro Balduino. **Segurança hídrica: uma análise sobre o uso de cisternas de placas nas comunidades rurais do município de Felipe Guerra-RN**. 2021. 110 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2021.

VENTURA, Andréa Cardoso *et al.* Tecnologias sociais para enfrentamento às mudanças climáticas no semiárido: caracterização e contribuições. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 44, n. 1, p. 213-238, 2013.

# DUAS BARRAGENS E OS ATINGIDOS NO RIO GRANDE DO NORTE

*João Rodrigues da Silva Bisneto*  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
E-mail: [joao.r.s.bisneto@gmail.com](mailto:joao.r.s.bisneto@gmail.com)

*Eugênia Maria Dantas*  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
E-mail: [eugeniadantas@yahoo.com.br](mailto:eugeniadantas@yahoo.com.br)

## 1 INTRODUÇÃO

Os projetos de barragens, quando chegam ao local escolhido, na maioria das vezes já estão “prontos” para a execução. Quando esses projetos encontram uma comunidade beiradeira, alguns dos seus planos são revistos ou não, às vezes se ouve a comunidade, em outras ela é negligenciada. As barragens Armando Ribeiro Gonçalves e Oiticica, ambas no estado do Rio Grande do Norte, tiveram comunidades atingidas pelas suas áreas de alague. Essas construções estão inseridas na Bacia Hidrográfica do Piancó-Piranhas-Açu, que contempla os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

O Rio Piancó é o rio principal da bacia hidrográfica em questão. Sua nascente se localiza no município de Santa Inês, na Paraíba. Ao longo do seu curso, conflui com o Rio Piranhas e recebe essa denominação até chegar na barragem Armando Ribeiro Gonçalves, já no Rio Grande do Norte. Após a tomada d’água da barragem, que pereniza o seu curso, recebe a denominação de Rio Açu e continua assim até desaguar no município de Macau, onde se mistura com as águas do oceano atlântico (Brasil, 2016).

A barragem Armando Ribeiro Gonçalves, localizada entre os municípios de Itajá e Assú, inundou a antiga sede do município de São Rafael, esse é o maior reservatório presente na bacia hidrográfica. Outro reservatório que está em vias de construção, com mais de 93% das suas obras concluídas, é a barragem de Oiticica que, por sua vez, irá inundar a comunidade de Barra de Santana, localizada no município de Jucurutu e unidades rurais dos municípios de Jardim de Piranhas e São Fernando

Nas etapas de construção de ambas as barragens, houve revolta das populações atingidas, que buscaram um processo de reassentamento mais justo e digno. Dirceu Benincá (2011) ressalta que, até o ano da sua pesquisa, nenhuma comunidade, das que se encontram na área de alague de barragens foram consultadas previamente sobre o projeto que pretende ser desenvolvido em seus territórios.

Neste sentido, o objetivo do presente trabalho é revisitar o que já foi escrito/documentado com relação às respostas campesinas à construção dessas estruturas. Em vista disso, joga-se luz para o caminho do desenvolvimento alternativo, que parte das comunidades através dos

planos pensados e desejados pelos “de baixo” (Benincá, 2011; SEN, 2010).

Para guiar as análises e discussões pretendidas, foi realizada uma consulta documental na base de dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), disponibilizada na internet, na qual foram encontrados documentos, jornais, cartas e folhetos datados de períodos posteriores, como também, concomitantes à construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves.

Também se executou uma pesquisa documental com relação à construção da barragem de Oiticica, para a qual foram utilizados documentos fornecidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH/RN), pelo Departamento Nacional de Obras Contra às Secas (DNOCS) e pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Piancó-Piranhas-Açu (CBHPPA).

Para melhor organização do texto, são estabelecidos cinco tópicos de abordagem. O primeiro tópico apresenta uma visão geral sobre o tema que será abordado neste trabalho. O segundo tópico apresenta a metodologia utilizada para a construção da investigação bibliográfica e documental. O contexto das megaobras e o referencial teórico utilizado são abordados no terceiro tópico.

Dentro do quarto tópico, são analisadas as repercussões da construção de barragens enquanto objetos promotores de um tipo de desenvolvimento imposto. As tramas vivenciadas que se encontram nos documentos levantados sobre a barragem Armando Ribeiro são detalhadas no primeiro subtópico. A agenda de lutas dos atingidos e as propostas existentes para a barragem de Oiticica são esmiuçadas no segundo subtópico.

Mesmo com os traumas gerados pelo deslocamento forçado nesses projetos, é importante destacar que, no caso específico do sertão semiárido, a construção de barragens é uma estratégia utilizada para promover a segurança hídrica necessária à superação das secas de tempos passados. Em vista de a água ser um bem escasso na região, as lutas dos atingidos foram e são investidas com o objetivo de garantir o atendimento aos seus direitos básicos em um processo de reassentamento mais justo e democrático.

## **2 METODOLOGIA**

Definido o recorte espacial de duas barragens no Rio Grande do Norte, se convencionou fazer a pesquisa bibliográfica no gerenciador de pesquisas pela internet do Google Acadêmico. Buscou-se, no primeiro momento (agosto de 2020), pelo termo “Barragem de Oiticica pdf”. Em seguida, foi selecionado, pela qualidade das informações, apenas um artigo publicado em periódico local. Foi analisado o resumo dessa produção e seguiu-se para uma leitura mais aprofundada, pela sua contribuição para a presente pesquisa.

Com vias a ampliar o escopo teórico, foram realizadas buscas no repositório institucional da UFRN. Na barra de pesquisa, foi inserido o termo “Barragem” e foram encontradas três teses de doutorado e cinco dissertações de mestrado. Pelo recorte espacial e teórico, foram selecionadas uma tese e uma dissertação, ambas com enfoque em São Rafael e no contexto do

reassentamento provocado pela Barragem Armando Ribeiro Gonçalves. Também foi realizada a leitura dos resumos e ao se constatar a proximidade com o presente trabalho seguiu-se para uma análise mais detalhada.

Também foi empregada a pesquisa documental orientada pelas duas barragens, Armando Ribeiro e Oiticica. Por motivo da construção da primeira ter se iniciado há quarenta e dois anos, quando os documentos eram em arquivos apenas no formato físico, uma primeira limitação foi a dificuldade de acesso aos documentos, por meios digitais, sobre o seu processo de construção.

Em uma busca por tais informações, chegou-se ao banco de dados do centro de documentação Dom Tomás Balduino, construído pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e disponibilizado, de forma on-line, via Google Drive. O caminho para chegar à pasta virtual sobre a Barragem Armando Ribeiro foi o seguinte: no endereço principal, foi selecionada a pasta “Conflitos no Campo”, em seguida, a pasta “RN” e, dentro dessa, a “PDF-RN”, chegando finalmente à pasta denominada “10-Barragem Eng. Armando Ribeiro Goncalves Vale do Açú”.

Nesse local, se encontram 97 documentos, os quais são: partes de jornais que noticiavam a construção da barragem e a saga dos moradores de São Rafael, folhetos do “boletim Disparada” uma iniciativa do Serviço de Aprendizagem Rural para a formação política dos atingidos, cartas do sindicato dos trabalhadores rurais de São Rafael, documentos de conflitos de terra da própria CPT e um relatório de viagem produzido por Nazira Abib Oliveira Vargas, datado de outubro de 1985.

Foi realizada a leitura de todos os documentos que constam na pasta e foi verificado que algumas informações se repetem em alguns dos documentos. Por isso, foram selecionados apenas aqueles documentos que trazem informações diferentes e que acrescentam mais pontos para a análise. Esses documentos, em conjunto com as demais leituras sobre São Rafael, integram o subtópico 4.1, que está focalizado na análise da resposta campesina à barragem Armando Ribeiro Gonçalves.

Para a pesquisa documental com relação a barragem de Oiticica foram acessados documentos disponíveis on-line, nos sites do Tribunal de Contas da União (TCU), Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH/RN), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), do Comitê de Bacia Hidrográfica do Piancó-Piranhas-Açú (CBHPPA) e postagens no blog do Edilson Silva .

Com relação ao TCU, foram encontrados três relatórios de execução orçamentária da obra que contém informações relevantes sobre: os objetivos da obra, o andamento da construção, a viabilidade técnica e orçamentária e, em dois deles, há o apontamento de superfaturamento da obra. No site da SEMARH/RN, foram encontrados decretos com a descrição da poligonal da área de desapropriação da obra (bacia hidráulica, área para a implantação do projeto urbanístico e as áreas para a implantação das agrovilas), além do edital de concorrência para a realização da supervisão das obras e outros documentos relevantes.

No âmbito do DNOCS, foram encontradas algumas informações sobre a obra da barragem. Já no site do CBHPPA, foi encontrado o plano de recursos hídricos para a bacia hidrográfica, com o horizonte de planejamento até 2032. Esse plano contém dados de uso da água dos principais reservatórios da bacia, incluindo as duas barragens em análise. Como visto, os documentos aos quais se teve acesso, no caso da barragem de Oiticica, são documentos governamentais. Nesse caso, a resposta campesina se encontrou nas postagens do blog do Edilson Silva e no artigo encontrado.

### **3 AS MEGAOBRAS DO DESENVOLVIMENTO FORÇADO**

No contexto de construção de barragens, elas são consideradas como megaobras, pois, tais estruturas são sacralizadas como “ícones do desenvolvimento” (Benincá, 2011, p. 239) e conflui os interesses de agentes dos governos e empresas envolvidas em sua construção. Essas obras faraônicas também são permeadas por discursos, como a redenção do homem do sertão com o fim das agruras da seca. Sobre o termo “redenção”, Pinheiro (2018, p. 137) discute que, “o governo federal procurava com essa ideia produzir uma ambiência de esperança em torno de suas ações, uma atmosfera de expectativa positiva”.

As estratégias de desenvolvimento que foram pensadas para a construção da Barragem Armando Ribeiro tiveram como base “combater a seca; para depois combater o atraso econômico” (*Ibid.*, p. 18). Entretanto, mesmo terminada a construção da barragem e com a chegada das águas, o desenvolvimento prometido não se efetivou e a dinamização econômica chegou para poucos. A que se deve esse descompasso? Para além das promessas políticas com interesses eleitorais, que até hoje ainda são repercutidas na construção de obras públicas, ocorre que a ideia de desenvolvimento pensada por agentes externos objetiva levar o desenvolvimento até as comunidades que necessitam sair do “atraso”, porém, não considera a realidade local.

É um “desenvolvimento imposto”, pois não existe uma consulta à população que irá sofrer uma modificação profunda em seu lugar de origem. Essa violência simbólica ganha mais destaque pelo fato de ser uma mudança para uma condição nunca antes vivida. Para quem serve o desenvolvimento nesse cenário? Seguramente a poucos beneficiados. Os atingidos precisam conviver com o peso da memória em um exílio, forçado e sem retorno (Souza, 2010) e com a destruição das bases econômicas que estruturavam suas vidas.

Por tudo isso, Amartya Sen (2010) considera fundamental basear as escolhas de projetos que pesam sobre grupos de pessoas no debate democrático. Deve-se, então, incluir ativamente a participação popular. Em suas palavras, “uma abordagem adequada do desenvolvimento não pode realmente concentrar-se tanto apenas nos detentores do poder. [...] A ideia de desenvolvimento não pode, com efeito, ser dissociada dessa participação” (*Ibid.*, p. 317).

E até hoje, não houve interesse concreto, com as populações a serem atingidas, sendo negada sua participação na elaboração dos projetos que dizem lhe beneficiar. O mais próximo dessa realidade são as negociações das comunidades com os responsáveis pelo projeto, que em

alguns casos garantem um deslocamento mais digno. Barra de Santana é um desses exemplos.

Frutos de uma agenda impositiva o desenvolvimento via construção de barragens seleciona pontualmente quem são os beneficiados e perpetua a estrutura desigual de distribuição de terras no Brasil. É preciso romper com esse mecanismo que viabiliza a destruição das bases “vitais para a sobrevivência de tribos indígenas e comunidades rurais” (Martins, 1993, p. 12) e respeitar a possibilidade do desenvolvimento pensado pelas e para as próprias comunidades (Benincá, 2011; Sen, 2010).

A ideia de um desenvolvimento que parte dos de baixo, busca romper com a imposição de projetos que desconsideram a realidade dos atingidos. É preciso compreender que, para essas pessoas, o território é algo além de um recorte espacial definido pelo seu suporte físico material, na verdade é um corpo-território como se fosse um prolongamento do seu próprio ser (Haesbaert, 2021). É considerar a “Terra que não é só ‘ganha pão’ no sentido restrito do termo, mas que é canto, recanto e encantamento” (Vargas, 1985, p. 17).

Pertencentes ao contexto mais amplo de desenvolvimento das estruturas econômicas dos sertões nordestinos, essas barragens atingiram repercussões diferentes. A resposta campesina estabelecida em São Rafael e a que se estabelece em Barra de Santana ressoaram em dois campos distintos. Apesar disso, o que foi vivenciado pelas duas comunidades corresponde ao trauma social decorrente da partida do seu lugar de origem pela inundação dos seus territórios de vida.

#### **4 PALAVRAS ESCRITAS NO CONTATO ENTRE ATINGIDOS E OS PROJETOS DE BARRAGENS**

As águas das barragens chegam acompanhadas de muitas promessas de melhorias econômicas para a população no seu entorno e para a população que teve suas terras alagadas. Esses discursos funcionam como uma estratégia para manipular a população, pois é entendido que se posicionar contra a construção dessas obras é uma tentativa de atrasar o progresso (Sigaud, 1986). Por isso é fundamental compreender como essas promessas da redenção do povo sertanejo se articularam e se articulam no território.

O que foi escrito sobre as vivências dos atingidos de Armando Ribeiro e de Oiticica tem fundamental importância para basear futuros projetos de construções de barragens com comunidades circunscritas na área de alague. É preciso entender que a chegada de um projeto desse porte invade os territórios com um conteúdo novo que apaga os conteúdos socialmente pré-estabelecidos. A abordagem que é realizada com essas populações atingidas “é como se elas não existissem ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade” (Martins, 1993, p. 63).

O contato dos pequenos produtores rurais e demais povos beradeiros do Vale do Açu com os projetos das duas barragens implicou na escrita amarga de duas mensagens com destinos diferentes. As mensagens dos atingidos de São Rafael foram interceptadas pelo regime antide-

mocrático que vigorou durante os anos de construção da barragem (1979–1983), de modo que os moradores não experimentaram o sabor do progresso que à época foi difundido. Já as mensagens dos atingidos de Barra de Santana, escritas no período democrático, são encaminhadas para uma perspectiva de reassentamento mais digno com as promessas de sustentabilidade e manutenção econômica dos moradores.

Com relação a Armando Ribeiro, a falta de diálogo dos que estavam levando o progresso ao sertão se dava pela consideração que o “beradeiro, de acordo com a razão moderna, não tinha contribuições a oferecer que pudessem acrescentar algo às deliberações técnicas, por isso o silêncio e a negação da voz é uma marca tão evidente [...]” (Pinheiro, 2018, p. 224). Na verdade, a falta de informações e a negação da voz dos atingidos são as marcas mais evidentes dos processos de construção de barragens. Tucuruí no Pará, Itaipu na região sul e Sobradinho no Nordeste são exemplos de como o Estado atuava frente às populações atingidas (Germani, 1982; Guimarães, 2017; Magalhães, 2007; Sigaud, 1986).

No período democrático temos uma mudança nessa conduta, até pela exigência da transparência dos processos públicos e da legislação ambiental que predispõe a análise dos impactos socioambientais e respectivamente suas medidas compensatórias. Outra mudança relevante que contribuiu para as lutas dos atingidos, no período recente, foi a utilização da internet para denunciar os excessos do Estado.

Apesar disso, por ser fruto de uma mesma agenda, o projeto de construção da Barragem de Oiticica tentou repetir as estratégias de repressão. Porém, as experiências anteriores e o uso do aparato tecnológico comunicacional fortaleceram a comunidade de Barra de Santana na investida dessa luta. Barra de Santana é um dos raros casos de comunidades atingidas, que conseguiram estabelecer o diálogo com os governantes, questionar as ingerências na condução das obras através da sua paralisação e obter grande parte dos direitos pelos quais eles lutaram.

#### 4.1 A BARRAGEM ARMANDO RIBEIRO E SUAS MENSAGENS INTERCEPTADAS

O projeto Baixo-Açu estava inserido, em um conjunto maior de perímetros irrigados do semiárido nordestino, nos chamados vales úmidos. Esses projetos estavam integrados ao processo de modernização agrícola do Nordeste, presentes nos planos modernizantes do Estado autoritário. Dentro desse contexto, em 1975 sai “o decreto de desapropriação das terras a serem irrigadas pelo Projeto Baixo-Açu. A comunidade tomou conhecimento do projeto somente em janeiro de 1977” (CPT, 1975).

Após a tomada de consciência do projeto, os moradores foram inseridos na lógica do Estado burocrático e antidemocrático. Assim, alguns daqueles que possuíam um título de terra receberam uma indenização questionável (quando recebiam) pela expropriação da sua terra produtiva, enquanto a grande maioria, que não possuía documentos de delimitação das terras ou eram meeiros nas terras de outrem, ficaram apenas com as promessas de um lote no perímetro irrigado. A análise de cada documento irá ressaltar os detalhes dessa discussão geral.

“O 1º de maio foi expressivamente comemorado pelos trabalhadores rurais e pelo movimento sindical do Rio Grande do Norte, com um ato público que reuniu mais de 20 mil trabalhadores de todo o Estado, na cidade de Açu. Nessa manifestação foram apresentadas as principais reivindicações dos trabalhadores rurais do Estado e, mais especialmente, daqueles que serão deslocados em face da construção da Barragem de Açu” (O TRABALHADOR RURAL, 1981).

A cidade de Assú/RN, é o polo econômico e político do vale, serviu de palco das principais reivindicações das comunidades atingidas pelo projeto Baixo-Açu. Incluindo os moradores de São Rafael, cidade que seria inundada pelas águas da barragem. Eles contaram com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Rafael e dos outros municípios atingidos, Serviço de Assistência Rural — SAR, Movimento de Educação de Base — MEB e demais segmentos da igreja católica do RN e a Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte — FETARN.

Através do SAR foi distribuído o Boletim Disparada que apresentava o contexto da desapropriação dos moradores de São Rafael e todo o percurso realizado pelos moradores. Desconfiados de que esse projeto modernista, que objetivava o desenvolvimento do vale, não traria repercussões positivas para suas vidas, os moradores assistiram incrédulos a construção da barragem e a sua própria partida de casa. Assim como “o tempo revelou que a desconfiança da população tinha mesmo fundamento” (Pinheiro, 2018, p. 14) os moradores constaram que, ao invés de salvação, “o desenvolvimento é que tá sacrificando nós” (Boletim Disparada, 1984, p. 5).

Além do Estado ter retirado, desses moradores, as bases com as quais eles construíam sua vida, a modernização da estrutura produtiva no campo se restringiu apenas a alteração das técnicas empregadas, mantendo a estrutura fundiária. Assim, algo que se apresenta na maioria dos relatos é a necessidade da desapropriação de terras dos latifundiários locais, que possuíam grandes porções de terra em boas condições de produção. Essas terras seriam, nas palavras de um morador, “suficientes para esse povo sobreviver” (Boletim Disparada, 1984).

Ao que se refere ao número de atingidos pela barragem Armando Ribeiro Gonçalves, o Boletim Disparada de novembro de 1984, em número especial, estima que apenas em São Rafael 10.000 habitantes tiveram suas vidas profundamente modificadas. Já no Boletim de Julho de 1986, a estimativa da população total, atingida foi de 20.250 pessoas, contabilizando as comunidades rurais de outros municípios diretamente atingidos pelas águas da barragem. O número é ainda mais expressivo, quando se trata do projeto baixo-açu como um todo, que em todas as etapas de sua construção iria atingir uma população de 40 mil pessoas (Pinheiro, 2018, p. 209). Em contrapartida, os beneficiados eram na ordem de 14 mil pessoas (CPT, 1975).

Ao visitar a nova São Rafael Vargas (1985, p. 2) destaca que entre os atingidos “o impacto mais significativo da obra recaiu sobre os pequenos agricultores”, salientando a problemática concentração fundiária como o fator central para todo o contexto de pobreza da região. Ela considera que essas pessoas foram “testemunhas de seculares dramas decorrentes fundamentalmente da estrutura fundiária e secundariamente do fenômeno das secas” (*Ibid.*, p. 6).

Chega-se então a um contexto mais claro. O problema da população não era apenas a seca, mas, em maior medida, a estrutura fundiária que garantia todo um sistema arcaico de exploração dos moradores.

O projeto da barragem manteve seu interesse em contribuir com a promoção de um capital moderno e ao mesmo tempo conservador ao responder, em primeiro lugar, as elites políticas e aos setores privilegiados. Aqueles moradores que não queriam uma casa na nova São Rafael seriam realocados para o perímetro irrigado do projeto baixo-açu. Contudo, eles foram reassentados em núcleos rurais na faixa seca do reservatório onde amargaram a ausência de uma terra boa para o plantio e aguardavam as ajudas esporádicas da Emergência (frentes de trabalho provisórias, promovidas pelo DNOCS).

Instalados em barracos de madeira “alguns desses núcleos exibem ainda hoje, com sua indisfarçável pobreza, as ruínas do naufrágio do progresso” (Pinheiro, 2018, p. 233). Situação não muito diferente é encontrada na nova São Rafael, cuja maioria da sua população estava vinculada a produção agrícola, a extração da carnaúba ou dos minérios de scheelita e mármore, todos esses recursos submersos pelo lago da barragem. O que refletiu nos longos anos de estagnação econômica e mais que isso, na situação precária de vida dos moradores.

Quando instalados, os moradores recorreram ao plantio nos quintais das novas casas, “assim, os quintais cultivados dando à casa da cidade a aparência de casa de sítio eram, para um bom observador, não só a demonstração das origens daquelas gentes e sua extrema ligação com a terra, como uma denúncia: Eis aqui uma cidade de camponeses expropriados” (Vargas, 1985, p. 15). Uma alternativa econômica existente na nova cidade eram os empregos públicos. A prefeitura, para atender a demanda dos moradores, virou um grande cabide de empregos, de modo que, “com tantos empregos a prefeitura paga a um auxiliar de serviços gerais um mísero salário mensal de R\$ 18,00 sem abono” (O POTI, 1995, p. 16)

Ao final do seu relatório de viagem Vargas conclui que, a marca mais viva do projeto Baixo-Açu, após dois anos da inauguração da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, é “a violência de um desenraizamento em que todos os referenciais de vida são destruídos num processo que os sujeitos atingidos são totalmente excluídos do direito de decidir dos rumos de seu destino coletivo” (1985, p. 18). A conclusão de Nazira Vargas (1985) se aproxima da compreensão do desenvolvimento na perspectiva do Amartya Sen (2010, p. 203, grifo nosso) ao considerar que “os direitos políticos, incluindo a liberdade de expressão e discussão, são não apenas centrais na indução de respostas sociais a necessidades econômicas, mas também centrais para **a conceituação das próprias necessidades econômicas**”.

Ou seja, o poder de decisão sobre os “rumos do seu destino coletivo” deveria partir dos atingidos, que conheciam suas necessidades e potencialidades. Ao não levar isso em consideração o projeto de desenvolvimento imposto, não apenas negligenciou as necessidades dessa população, como também excluiu (*a priori*) suas potencialidades de autodesenvolvimento. Por alagar as áreas de cultivo, os carnaubais e as minas de scheelita e mármore, a população preci-

sou buscar outras alternativas para sua vida.

Na busca por alguma solução para esse quadro, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Rafael redigiu um documento reivindicatório em 1985 relatando que: “a situação é grave e merece solução urgente. Frente ao quadro exposto vimos nos mobilizando e se organizando, buscando formas de ação capazes de sensibilizar as autoridades e órgãos competentes, a tomarem atitudes concretas para a solução de nossos problemas” (Sindicato Dos Trabalhadores Rurais De São Rafael, 1985, p. 2). Posteriormente em 1986, o sindicato redige uma carta endereçada ao então Presidente da República José Sarney e aos ministros da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, da Justiça e do Interior. Ambos sem sucesso.

Entre novembro e dezembro de 1985 foram instalados atos dos trabalhadores rurais de São Rafael, em conjunto com entidades sindicais e da igreja católica. Os atos ocorreram em São Rafael e Natal, foram realizadas reuniões com os órgãos competentes (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) em Brasília e em Recife. As principais reivindicações foram a continuação do projeto Baixo-Açu e o assentamento definitivo das famílias (Queixada, 1986).

O DNOCS se propôs a atender as demandas dos moradores e prometeu concluir o perímetro irrigado, para atender as famílias dos núcleos rurais. Embora, “logo depois da inauguração da Barragem, em 20 de maio de 1983, tem-se o início da vinda dos grandes grupos para a região do Vale do Açu, enquanto o Governo se ‘esquece’ dos projetos de assentamentos dos colonos” (Albano; Sá, 2008, p. 65). De forma geral, as mobilizações dos atingidos pela barragem Armando Ribeiro Gonçalves se deram em torno das seguintes reivindicações:

Terra irrigada com condições de trabalho (financiamento, crédito, comercialização), em lotes dimensionados a partir do módulo rural e suficientes para a sobrevivência de uma família; casa com condições de moradia; escola para todos; assistência médica para as áreas urbana e rural, com a construção de postos de saúde; construção da ponte que passa sobre o rio Carau. Além disso, pedem o reassentamento de trabalhadores nas áreas já desapropriadas pelo DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, executor da construção da Barragem) e desapropriação de outros locais como Serra Branca, Serrote, Entresanto, Mineiro e Santo Antônio (O São Paulo, 1986, p. 4).

Após tantas lutas desconsideradas, e terem suas vozes negligenciadas, o Boletim Disparada, em seu último número especial, disponível no banco de dados do CPT, adota um tom de indignação:

Assim, mais uma vez os governantes do nosso país, esmagaram a resistência do nosso trabalhador, destruindo suas raízes e instalando em seu lugar, a fome, o medo, desespero, a doença e a morte. [...] A barragem foi construída muito mais para engordar o grande capital através da instalação de grandes empresas agrícolas e da pesca em grande escala. [...] Enquanto os trabalhadores lutam por terra, os planos regionais de reforma agrária foram desativados pelo governo Sarney (Boletim Disparada, 1986).

Nos documentos disponibilizados de forma on-line, no banco de dados da CPT, não foi possível constatar se o projeto Baixo-Açu finalmente saiu do papel. Todavia, Albano e Sá (2008) trazem luz a essa questão e constatam que o perímetro irrigado, disposto no projeto inicial de 1975, é esquecido e o que se estabelece é a consolidação de grandes grupos e da multinacional *Del Monte Fresh Produce*.

O que se vê claramente ao longo do desenvolvimento do “projeto de redenção” do Baixo-Açu, foi a condução do governo antidemocrático em cercear o debate com os atingidos, a falta de transparência com a população e o apoio de uma estrutura política oligárquica que mantiveram a população embaladas em promessas.

Todo esse cenário preparou, de certa forma, as bases necessárias para a entrada do capital estrangeiro na área de irrigação e o descaso com os mais atingidos. O desenvolvimento e o progresso, dessa forma, chegaram com endereço certo em pontos específicos do espaço, porém nenhum desses pontos se encontra em São Rafael. Apesar de ser o município mais atingido, pelo projeto de redenção, “o desenvolvimento se deu à jusante da barragem” (Souza, 2010, p. 172). De tal forma que os moradores amargaram, durante muito tempo, a falta de meios viáveis para assegurar sua sobrevivência.

#### 4.2 A BARRAGEM DE OITICICA E SUAS MENSAGENS DE PROGRESSO

Os primeiros estudos para a construção da barragem de Oiticica se deram, inicialmente, no âmbito do projeto Baixo-Açu, entre as décadas de 1930–1940. Pois, ao longo da busca por uma localização para a barragem que serviria ao projeto de irrigação, o boqueirão de Oiticica se apresentou como o mais adequado (Pinheiro, 2018, p. 125). Em 1952, noticiários locais davam conta de que um açude de grande porte estaria em construção no Rio Piranhas. Contudo, foi apenas em 1954 quando se emitiu o decreto de desapropriação da área de alague da barragem de Oiticica, “no entanto, antes mesmo do início da construção propriamente dita, as obras foram abandonadas” (*Ibid.*, p. 129).

É apenas em 1961 que a barragem de Oiticica retorna aos planos do governo, com o decreto N.º 50.542 renovando as desapropriações das áreas no município de Jucurutu e as esperanças dos moradores do Vale. Embalado num sono de sete anos, em 1968 o IV plano diretor da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) apontava para a construção do Açude Oiticica, dessa vez tudo indicava que o projeto estaria concluído em 1971 (Silva; Santos, 2017).

Em 1972 os técnicos da SUDENE e do DNOCS optaram pela construção de uma outra barragem nas proximidades dos municípios de Assú e Pendências. Pelo estudo de viabilidade técnico-econômico do Projeto Baixo-Açu o Açude Oiticica II tomou predileção e celeridade (Pinheiro, 2018). Presente apenas nos sonhos e imaginários populares o Açude Oiticica I é esquecido ao longo da década de 1970. E entre 1979 e 1983 o Açude Oiticica II ganha forma como Barragem Armando Ribeiro Gonçalves.

Em 1989, segundo o plano especial de auditoria de obras (Brasil, 2002), tentou-se retomar a construção da barragem, mas, devido a constatação de sobrepreços na obra, ela foi paralisada em 1993 com apenas 3% de execução. Em mais um passo para a tentativa de construção da barragem, o decreto estadual N.º 18.491 de 8 de setembro de 2005 (Rio Grande Do Norte, 2005) delimitou uma área do município de Jucurutu para fins de desapropriação destinada à construção da Barragem de Oiticica. Já a resolução N.º 111 de 10 de março de 2006 da ANA (Brasil, 2006), emitiu a outorga de viabilidade da barragem.

Entretanto, somente em 2010 que se publica o edital de concorrência n.º 20/2010 para empresas interessadas na execução da obra física, o que culminou no contrato n.º 39/2010 entre a SEMARH e o consórcio EIT-Encalso (Brasil, 2011). O referido edital foi alvo de fiscalização pelo TCU, o qual encontrou de mais grave, a irregularidade de “sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado” (Brasil, 2011, p. 36). Tal irregularidade ensejou a paralisação da obra, o que atrasou novamente o seu início. É só em 2013, quando a barragem de Oiticica é inserida dentro das obras do PAC-2 (Programa de Aceleração do Crescimento) no âmbito do qual é feita a assinatura do termo de serviço pela então presidenta Dilma Rousseff.

E assim se iniciam as obras do Açude de Oiticica I que após nove anos de trabalho aguarda sua conclusão. Ainda em 2013 os primeiros veículos e equipamentos chegam na várzea do rio Piranhas-Açu, próximo a Fazenda Oiticica para efetivamente retomar a construção da barragem. Desde então, as comunidades próximas vivenciam um conflito, que remodela as relações pré-existentes entre os moradores com o seu lugar. Pois, nesses longos oito anos o cotidiano dessas pessoas está em constante reinvenção. Se sentem perdidas em sua própria casa, que será inundada, pelo mesmo ideário modernista, responsável pela inundação de outras localidades.

A população de Barra de Santana estabeleceu uma agenda de lutas, que iniciou ainda em 2013 com os boletins comunitários informativos sobre a obra e o conteúdo das assembleias regularmente realizadas por eles. Diante da falta de diálogo do governo com a comunidade, em 2014, é instalado o movimento “Barracão da Resistência”, com o objetivo de concentrar o maior número de moradores nas lutas e paralisar as obras de construção até a chegada de um representante do governo. Com os slogans “Barragem sim, injustiça não” e “No pontapé não sairemos” (Silva; Santos, 2017, p. 12) os moradores conduzem suas lutas até o momento.

Engajados ao lado dos moradores atingidos pela Barragem de Oiticica estavam: a FE-TARN; Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó — ADESE; Movimento dos Atingidos e Atingidas pela Construção da Barragem de Oiticica; o Movimento de Articulação Semírido Potiguar — ASA Potiguar; o Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários — SEAPAC; Setores da Paróquia de Jucurutu, Dioceses de Caicó e Mossoró e Arquidiocese de Natal; Sindicatos dos municípios de Jucurutu, São Fernando e Jardim de Piranhas; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra — MST; Central Única dos Trabalhadores — CUT (Silva; Santos, 2017).

Suas lutas implicaram na paralização do canteiro de obras por duas vezes em 2014, em virtude da insatisfação dos moradores com o tratamento dado as obras sociais e pela falta de esclarecimentos do governo com relação ao pagamento das indenizações (Silva, 2014). Através das exigências dos moradores, a então governadora, Rosalba Ciarlini, realizou visita ao Barracão da Resistência. Estando lá, a governadora renovou as promessas de atender aos pleitos da comunidade. Por não passarem de promessas, ainda “insatisfeito com o discurso do governo o movimento de luta e resistência dos moradores se intensifica e ganha maior adesão” (Silva; Santos, 2017, p. 23). Essa segunda paralisação durou 70 dias e ao final do ano de 2014 os moradores realizaram uma nova reunião.

As obras da barragem de Oiticica iniciaram o ano de 2015 paralisadas, sendo retomadas somente no dia 27 de fevereiro desse mesmo ano. Uma nova paralisação ocorreu em abril de 2016, mas, não foi encontrada com clareza de quando foram retomadas. Em julho, desse mesmo ano, foi assinada a ordem de serviço da construção da nova comunidade pelo então governador Robinson Farias. Ou seja, passados três anos desde o início da construção da barragem, é apenas em 2016 que a obra da nova Barra de Santana começaria. A penúltima paralisação registrada foi em junho 2017 pelos trabalhadores do próprio consórcio EIT/EN-CALSO, por falta de pagamento.

Através do nível de organização social articulado pelos moradores atingidos houve a escolha do local para o reassentamento comunitário, participação e diálogo com os responsáveis pelas obras e o pagamento das indenizações. Mais recentemente foram conquistados: a construção e entrega do novo cemitério (com a futura exumação e o traslado dos restos mortais); construção de agrovilas para os trabalhadores rurais; estradas de acesso às comunidades; rede de energia elétrica; esgotamento sanitário; água encanada; áreas de lazer; e o fechamento completo da barragem após três meses do reassentamento dos moradores.

Apesar de tantas conquistas realizadas pela comunidade de Barra de Santana, cabe salientar que, o projeto da barragem de Oiticica não foi pensado/planejado pelos moradores. De modo que ainda não corresponde ao desenvolvimento que é construído pelas populações despossuídas. Embora, é válido perceber que esse processo em nada se compara ao autoritarismo com o qual foi conduzido o processo de construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves.

Nesse cenário o que se apresenta como uma promessa é a segurança hídrica (Rio Grande Do Norte, 2022) em virtude da chegada das águas do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF). Essas águas promovem o discurso de que haverá uma dinamização econômica da região Seridó potiguar, com o fim da imprecisão do clima semiárido. Esse pensamento é um indicativo de que mesmo os estudos de estratégias para o convívio terem avançado, o paradigma de combate à seca ainda possui espaço nas narrativas governamentais.

A esses pontos cabem outras análises mais aprofundadas. Para os moradores de Barra de Santana haverá uma perda irreparável dos seus espaços de vida e reprodução com o enchimento do reservatório de Oiticica. A paisagem que dá sentido e funda o seu lugar de origem será

remodelada e as histórias dessas pessoas se darão agora em outro lugar com os seus deslocamentos geográfico e simbólico.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma questão que surge no panorama nacional de construção de barragens, é que se mantidos os padrões de consumo de água e energia, por diversos setores econômicos, mas principalmente por aqueles que representam alto percentual do seu consumo, paulatinamente mais barragens serão necessárias para atender a essa demanda. O que pode se apresentar na paisagem de algumas bacias hidrográficas como uma verdadeira monocultura das águas.

Em vista de tudo isso, se faz necessário repensar os moldes com os quais foram conduzidos os processos de desapropriação e reassentamento de comunidades atingidas por barragens. Também deve-se romper com as narrativas do desenvolvimento que é imposto, que só é possível e viabilizado via megaprojetos os quais são pensados por técnicos e burocratas, que não conhecem a realidade local e que desconsideram as comunidades atingidas. De forma que essas são negligenciadas, reprimidas e depois recebem como único benefício, as consequências psíquicas e econômicas de uma transferência sem o devido planejamento.

O processo ocorrido em São Rafael demonstrou a capacidade aterradora dos processos de deslocamentos forçados pelas águas da barragem Armando Ribeiro. A tentativa de impor os vetores de desenvolvimento na verdade tinham como objetivo integrar o vale do Açu na produção de fruticultura irrigada, enquanto largava a própria sorte os moradores atingidos. Não houve nesse projeto uma medida de garantir a recuperação financeira e manutenção produtiva dos moradores após esses terem perdido seus meios de sobrevivência.

A comunidade de Barra de Santana enfrenta os longos nove anos de construção da barragem, com o espírito do *slogan* “no pontapé não sairemos”. Atentos a cada movimento dos governantes, os atingidos pela barragem de Oiticica apresentam para o mundo que um processo de reassentamento pode ser reavaliado para garantir os pleitos das comunidades atingidas. Ao apostarem na necessidade de diálogo, esse processo chegou, até aqui, ao mais próximo do que Amartya Sen (2010) e Dirceu Benincá (2011) concebem como desenvolvimento alternativo, que em suma, contempla o cuidado com os ambientes naturais e assegura o direito das populações tradicionais definirem suas próprias necessidades.

## REFERÊNCIAS

ALBANO, Gleydson Pinheiro; SÁ, Alcindo José de. Políticas públicas e globalização da agricultura no Vale do Açu-RN. **Revista de Geografia**, Recife, v. 25, n. 2, p. 58-80, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228742/23155>. Acesso em: 27 mai. 2021.

BENINCÁ, Dirceu. **Energia & cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: Cortez, 2011.

**BOLETIM DISPARADA**: boletim oficial do programa de educação política. São Rafael, nov. 1984. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc/centro-de-documentacao-dom-tomas-balduino>. Acesso em: 24 out. 2023.

**BOLETIM DISPARADA**: boletim oficial do programa de educação política. São Rafael, jul. 1986. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc/centro-de-documentacao-dom-tomas-balduino>. Acesso em: 24 out. 2023.

BRASIL. **Tribunal de Contas da União**. Secretaria Geral de Controle Externo. Relatório de Levantamento de Auditoria do processo 5181/2002-3. Brasília, 2002.

BRASIL. **Agência Nacional de Águas**. Ministério do Meio Ambiente. Resolução Nº 111, de 10 de março de 2006. Brasília, 2006. Disponível em: <https://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2006/111-2006.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2021.

BRASIL. **Tribunal de Contas da União**. Secretaria de Fiscalização de Obras. Relatório de Fiscalização - Sintético: TC nº 002.575/2011-6 Fiscalização nº 71/2011. Brasília, 2011. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2012/fiscobras2011\\_sintetico/sintetico/sintetico\\_2011\\_71.pdf](https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2012/fiscobras2011_sintetico/sintetico/sintetico_2011_71.pdf). Acesso em: 10 de nov. 2020.

BRASIL. **Agência Nacional de Águas**. Ministério do Meio Ambiente. Plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu. Brasília: ANA, 2016.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflito**: barragem Eng. Armando Ribeiro Gonçalves vale do Açu. São Rafael, 1975. Disponível: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc/centro-de-documentacao-dom-tomas-balduino>. Acesso em: 24 out. 2023.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados, terra e água: o conflito de Itaipu**. Salvador: EDUFBA, 2003.

GUIMARÃES, Mariana Teixeira. A saga de Payaré Akrãtikatêjê frente ao Estado brasileiro no contexto da construção da hidrelétrica de Tucuruí. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, Pará, v. 12, n. 3, p. 953-965, set./dez. 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-81222017000300953](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222017000300953). Acesso em: 22 mar. 2021.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi) territorial/de(s) colonial na América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

MAGALHÃES, Sônia B. **Lamento e dor**: uma análise socio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Belém: Universidade Federal do Pará, 2007. 278p. (Tese, doutorado em Ciências Sociais: Antropologia).

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

O POTI. **Projetada para ser cidade modelo, hoje São Rafael é cidade fantasma**. Natal, 26 mar. 1995. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc/centro-de-documentacao-dom-tomas-balduino>. Acesso em: 24 out. 2023.

O SÃO PAULO. **Camponeses expulsos lutam**. São Paulo, 13 jun. 1986. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc/centro-de-documentacao-dom-tomas-balduino>. Acesso em: 24 out. 2023.

O TRABALHADOR RURAL. n. especial, jan./fev., Brasília, 28 fev. 1981. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc/centro-de-documentacao-dom-tomas-balduino>. Acesso em: 24 out. 2023.

PINHEIRO, Francisco Leandro Duarte. **O vale das miragens**: grandes projetos hídricos e a redenção do Baixo Açu (1910–1983). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018. 245p. (Dissertação, mestrado em História: História e Espaços). Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26304>. Acesso em: 20 ago. 2020.

QUEIXADA. **Notícias da luta do povo de São Rafael**. São Paulo, mar. 1986. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc/centro-de-documentacao-dom-tomas-balduino>. Acesso em: 24 out. 2023.

RIO GRANDE DO NORTE. **Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos**. Decreto Nº 18.062, de 13 de janeiro de 2005. Natal, 2005.

RIO GRANDE DO NORTE. **Assessoria de Comunicação do Rio Grande do Norte**. Governadora assina ordem de serviço para obras na Barragem Oiticica. Natal, 2022. Disponível em: <http://semarh.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=278258&ACT=&PAGE=&PARM=&LBL=Materia>. Acesso em 12 jan. 2022.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Tradução: Laura Teixeira Motta.

SIGAUD, Lygia. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos**: as barragens de Sobradinho e Machadinho. Comunicação do Programa de Pós-Graduação de Antropologia Social do Museu Nacional, v. 9, 1986.

SILVA, Edilson. **Categoria Barra de Santana**. Jucurutu, 2014. Disponível em: <http://www.edilsonsilva.com/categoria/barra-de-santana/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

SILVA, Maria Célia da; SANTOS, Jovelina Silva. Água e conflito: o movimento do(a)s atingido(a)s e a barragem Oiticica em Jucurutu/RN (2012/2014). **Revista GeoInterações**, Assú, v. 1, n. 2, jul./dez., 2017, p. 3-29. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RGI/article/view/1078/991>. Acesso em: 25 out. 2023.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO RAFAEL. **Carta com reivindicações dos moradores**. São Rafael. 18 nov. 1985. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc/centro-de-documentacao-dom-tomas-balduino>. Acesso em: 24 out. 2023.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO RAFAEL. **Comunicado da situação de vida dos moradores**. São Rafael, 27 jan. 1986. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc/centro-de-documentacao-dom-tomas-balduino>. Acesso em: 24 out. 2023.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva. **Escafandristas do tempo**: narrativas de vida e regeneração da memória em São Rafael-RN. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010. 236p. (Tese, doutorado em educação: Educação). Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14336>. Acesso em: 20 ago. 2020.

VARGAS, Nazira Abib Oliveira. **Relatório de viagem**. 1985. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc/centro-de-documentacao-dom-tomas-balduino>. Acesso em: 24 out. 2023.



EIXO TEMÁTICO 3:  
ESPAÇO E CULTURA

# O RIO E A CIDADE: GEOGRAFIAS FÍLMICAS DE *ABRAÇO DE MARÉ*

**Francyjonison Custodio do Nascimento**

*Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte*

*E-mail: [jonisoncustodio@hotmail.com](mailto:jonisoncustodio@hotmail.com)*

**Francisco de Assis do Nascimento Júnior**

*Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte*

*E-mail: [francisco.ifrn.jr@hotmail.com](mailto:francisco.ifrn.jr@hotmail.com)*

## 1 INTRODUÇÃO

Abraço de Maré é um curta-documentário, ou seja, um filme de pequena duração que intenta tratar de aspectos não-ficcionais. Produzido pela produtora independente Ponte Audiovisual, idealizado pelo Coletivo Caboré e dirigido por Victor Ciríaco, o curta foi lançado em 2013, em Natal, e participou de inúmeros festivais, tendo sido premiado, aliás, em vários deles.

A locação do curta é no município de Natal, capital potiguar. Mais precisamente, ele possui como espaço além-filme uma área às margens de um manguezal e da BR-101, onde há uma pequena casa de taipa cravada no Rio Potengi. O enredo é baseado na vivência cotidiana da família que reside neste casebre. Tal vivência é, literalmente, abraçada pelo rio e é a maré que dita seu ritmo. Há, portanto, uma dimensão espacial que apresenta e conduz a narrativa.

**Figura 1** — Cartaz do curta Abraço de Maré



Fonte: Filmow.com

Na verdade, o posto-chave do filme é essencialmente espacial: a experiência humana num dado contexto socioespacial e o cotidiano dos seres humanos impactados por aspectos geográficos (Claval, 2014). Daí a pertinência de interpretar o citado curta sob um prisma geográfico, de unir filme e Geografia. Com efeito, nos últimos anos, a ciência, sobretudo a geográfica, e as manifestações artísticas são perspectivadas como narrativas inacabadas do mundo,

capazes de promover, entre elas mesmas, interseções não-hierárquicas ao encontrar espaços em comum (Dozena, 2020).

Não obstante as diversas abordagens geográficas, é notória a pertinência de unir ciência e arte. Há, de fato, uma topografia do relato, uma geograficidade própria do mundo filmico. Assim, a narrativa é essencialmente geográfica e a Geografia, por sua vez, possui, em sua essência, elementos de narratividade que não são um privilégio do campo artístico, mas uma necessidade científica (Ratzel, 2021). Com efeito, é possível perceber uma interferência do espaço na arte e, com Abraço de Maré, isso não é diferente.

Este movimento comentado acima tem proporcionado inúmeras interpretações geográficas de linguagens artísticas, numa perspectiva de que os artistas podem oferecer muito aos geógrafos no que diz respeito à compreensão do espaço (Claval, 2014). Com efeito, explica Gomes (2013), o filme, sem apelos à forma totalmente escrita, nos convoca a pensar. A projeção de imagens e a sucessão de imagens nas sequências tecem um fio narrativo que proporciona oportunidades de reflexão. Dessa forma, as obras cinematográficas, frutos da arte da organização espacial, nos ensinam a ver e nos informam sobre como ver. Tudo o que aparece na tela, então, colabora na produção de sentido espacial (Gomes, 2013).

Nesta senda, os filmes são pensados como importantes fenômenos no entendimento das relações espaciais, nas expressões de geograficidades e, de maneira mais vigorosa, nas dinâmicas das cidades (Costa, 2002; Oliveira Junior, 2014). Assim, compreendendo o filme como um objeto trespassado de discursos espaciais (Azevedo, 2007), o objetivo do artigo é investigar tais discursos. Para tanto, utilizaremos a interpretação dos elementos filmicos (Costa, 2005). Tal interpretação se baseia em uma revisão bibliográfica e na leitura e interpretação de elementos filmicos, tais como as paisagens filmicas (fotogramas), sons, intertextualidade e fala dos personagens.

Desse modo, a via hermenêutica é opção para o processo metodológico — principalmente das paisagens filmicas, compreendidas como texto repleto de discursos e significações de cunho espacial (Duncan, 2004). À princípio, então, se produziu um acervo das imagens filmicas. Nesse processo, ao ver o curta e encontrar pontos que manifestem as expressões de geograficidades (tanto as citadinas como aquelas com o chamado meio natural), foi registrado o fotograma, os sons e as falas dos personagens. Após a construção do acervo, foi realizada a leitura dos discursos presentes nos elementos supracitados. Estabelece-se, assim, uma relação entre o geógrafo-leitor e o filme. Desta relação, cheia de desdobramentos e de repercussões, surge a compreensão dos elementos filmicos e de seus sentidos geográficos (Bulcão, 2013; Oliveira Junior, 2014).

## 2 FILME E GEOGRAFIA: ESPAÇOS EM PERSPECTIVAS, PRIMAZIA DA CIDADE

É perene, no seio da ciência geográfica, o diálogo com as diversas manifestações artísticas, tendo estas últimas ganhado destaque devido ao seu papel de tornar viva a descrição e explicação do mundo bem como pelo apelo geográfico que elas respondem: são formas de falar sobre a experiência humana sobre a terra (Besse, 2015). Nesse sentido, as obras cinematográficas passaram a ser convocadas para auxiliar os geógrafos em suas interpretações geográficas. Inúmeras, aliás, foram as contribuições do Cinema na ciência geográfica e, ao depender do contexto histórico, elas eram distintas, pois as concepções de filme e dos contatos com a Geografia eram igualmente diferentes. De fato, a priori, os filmes eram concebidos sob uma perspectiva comprobatória e, com o passar do tempo, ganharam outras concepções (Azevedo, 2007).

Nas últimas décadas, o filme é entendido como um discurso — dentre vários — sobre o mundo, indo de encontro com teorias miméticas de representação. Na verdade, as obras cinematográficas são um conjunto de textos que remetam à união de outros textos sobre o espaço geográfico (Costa, 2005). Nesta perspectiva, que nega completamente os pressupostos da tradição representacional iluminista, o filme não é uma mera cópia da realidade e, portanto, não está revestido por um caráter veritativo. As obras cinematográficas, com efeito, são concebidas como um conjunto de discursos sobre o espaço geográfico. Desse modo, elas são perspectivadas como uma grande tessitura de códigos e contestados de significado, ainda que sejam filmes de caráter documental (Azevedo, 2007).

Desse modo, se opondo a uma distinção clara de ficção e realidade, as geografias filmicas não estão preocupadas em como a pretensa realidade está presente nos filmes, mas como as obras cinematográficas, *per se*, são emissoras de discursos espaciais (Name, 2013). Assim sendo, a paisagem filmica é “como uma potência própria de forças significativas, capaz de produzir conhecimento e sentidos” (Ferraz, 2012, p. 360). Essa compreensão impele a pensar o filme em si mesmo e não se perder em comparações com o lugar de locação, mesmo que ele revele discursos sobre o mundo além-filme (Oliveira Junior, 2014). De modo mais claro: não se trata de pensar em como a “realidade” está presente no filme, mas nas significações que o filme emite sobre o espaço.

Além disso, no entrelace entre a Geografia e os filmes, as cidades ganham certo destaque. Barbosa (2000) e Costa (2002) explicam que elas são eminentemente objetos cinematográficos, posto que o Cinema é um desdobramento de uma nova experiência de tempo e espaço vivida na sociedade, que possui a cidade como grande campo de realização. Costa (2002), inclusive, chega a desenvolver o conceito de cidade cinemática. Para a autora (2002), é por meio da cidade cinemática que se situa e se constrói a narrativa.

Assim sendo, Costa (2002) elucida como a cidade cinemática, por ser construída através de um discurso, está vinculada a uma forma de ver e viver o mundo. É devido a isso que a

cidade cinematográfica não possui apenas elementos materiais. Não se trata, simplesmente, de ruas, casas ou edifícios e seus problemas econômicos e/ou sociais. Há, nela, uma carga simbólica (*Ibid.*, 2002). Assim, não se fala somente da cidade como um *background*, mas como algo que tem papel preponderante nos filmes.

Esta ênfase na cidade, entretanto, não está dissociada do movimento geral das geografias filmicas, que não buscam encontrar a cidade “real” no filme, mas, sim, as significações sobre a cidade na obra. De fato, nas obras que convocam o espaço urbano para locação, há uma espécie de solapamento dos limites entre o dito real e o imaginado/simulado/representado. É a partir disso que se pode investigar os discursos geográficos presentes em filmes que possuem cidades como locais narrativos, pois elas são sempre perspectivadas como criações, reconstruções e interpretações — nunca como cópias e menos ainda como registros da realidade.

Além disso, o movimento da vida urbana construiu a espacialidade filmica. Eles estão umbilicalmente unidos. Não é à toa que

Podemos afirmar que o cinema é uma arte urbana por excelência, assim como constatar que a cidade é o espaço geográfico que o cinema mais registrou ao representar o mundo. história do cinema se cruza com a geografia das cidades (Barbosa, 2000, p. 81).

Com efeito, dos irmãos Lumière até os filmes do Universo Marvel recém-lançados, a cidade está presente. E não só por isso que o cinema é eminentemente urbano. Além das cidades como locais narrativos, é preciso salientar também que o filme registra as modificações das próprias cidades ao longo dos anos, bem como as mudanças nas concepções acerca da cidade no imaginário geográfico da nossa sociedade. Dessa maneira, pontua Barbosa (2000), o cinema é um arquivo que registra esses dois aspectos e, assim, possibilita os estudos geográficos.

Outro aspecto pertinente do contato filme-cidade é que as obras cinematográficas que possuem a cidade como local narrativo permitem o surgimento de outras geografias filmicas que podem, inclusive, ser desconhecidas pelos estudiosos do espaço urbano, posto que são sempre a possibilidade de se libertar de esquemas racionalistas, bem como são construídas sob outros olhares (*Ibid.*, 2000). Com tudo isso em mente, vamos a nossa interpretação do nosso curta.

### **3 UNINDO CIDADE E RIO: PAISAGENS FÍLMICAS E DISCURSOS ALÉM-FILME**

Abraço de Maré inicia sua narrativa com um barco entre os manguezais, deslizando sobre o Potengi. Numa espécie de câmera objetiva, vemos a vastidão do rio e do mangue bem como a proa do barco, como que apontando o caminho para onde dirigir o olhar. Aqui, logo no início da narrativa, a cidade é apresentada por uma perspectiva não-convencional. Não temos acesso à casa anunciada no trailer e no cartaz do curta (Figura 1) por uma estrada carroçável ou

por ruas sem calçamento, como é comum entre os recônditos das periferias natalenses.

Do mesmo modo, mesmo estando às margens da BR-101, na narrativa, o caminho de asfalto não é considerado para se ter acesso àquela casinha envolvida pela maré. O Potengi, em sua grandeza e fluidez, é a via escolhida pela narrativa para ser o acesso ao local narrativo bem como o próprio local narrativo (Figura 2). Desde o início, já se concebe o rio como um personagem geográfico, afinal, as trajetórias, nos filmes, sejam humanas ou de elementos não-humanos, dão existência aos locais narrativos (Name, 2013; Marandola Jr, 2013). Isso só é possível porque o rio, como advoga Gratão (2008), expressa, simultaneamente, as realidades objetivas e subjetivas do ser humano e da natureza.

Neste ponto da narrativa (e da vida dos ribeirinhos também), o rio é, ao mesmo tempo, lugar e caminho. Ele é a possibilidade de confluências e encontros. Caminho de ir em busca da sobrevivência, de encontrar o amor, de se deleitar com as brincadeiras da infância e tantos outros momentos próprios da vida. É lugar, rede de afetos e sentimentos. É coprodutor de elos que se estabelecem bem como daqueles que ele permite estabelecer. Um espaço aquático que é lócus do ser-no-mundo para aqueles que são abraçados por sua maré (Dardel, 2015). Como nos provoca Gratão (2008), é o rio que expressa a necessidade de solidariedade entre a Natureza e o ser humano, solidariedade entre os homens e, devido a isso, é uma fonte privilegiada de olhar as cidades, posto que estão expressas e impressas no espaço citadino.

**Figura 2** — Maré abraçando a casa



**Fonte:** Ciriaco (2013)

Vencendo as minúsculas sinuosidades do rio, o barco nos leva até uma pequena casa. O meio natural, ainda não “tecnificado”, é a estrada até a casa (Figura 3). Os elementos naturais

são a via, o lócus da trajetória. Isto não é uma “informação” banal. Quando se trata de obras cinematográficas, a espacialidade ocupa um lugar central. O lugar, nos filmes, não é apenas uma locação, mas é um portador e criador de sentidos geográficos (Gomes, 2013).

**Figura 3** — Maré abraçando a casa



**Fonte:** Ciriaco (2013)

Dessa maneira, fica expressa, pela primeira vez, a questão central da narrativa: a dicotomia cidade-natureza. Com efeito, essa dicotomia, fruto de tantas outras como a sociedade/natureza, por exemplo, transpassa de muitas maneiras ao longo de todo o curta. Na verdade, como veremos, os discursos fílmicos presentes em *Abraço de Maré* propõem uma nova mirada sobre a relação cidade-rio. Tal dualidade é, também, um fio condutor da narrativa e, por consequência, será desta interpretação geográfica do filme.

É interessante, aliás, notar a dualidade sobre este aspecto que as paisagens fílmicas evocam. Num dado ponto da narrativa, escutamos o ribeirinho explicando como construiu a casa com as próprias mãos com o rio ao fundo, mas o som captado é o de carros (Figura 4). É como se as paisagens fílmicas nos comunicassem que é possível, num mesmo enquadramento, numa mesma cena, experimentar o rio Potengi e as marcas urbanas de Natal. Isto só é possível porque o som, diferentemente da imagem fílmica, chega a quem assiste — como também a quem interpreta — odo de uma vez. A imagem, por sua vez, permite que seja perspectivada por partes ou somente uma parte (Marandola Jr, 2013).

Figura 4 — Ilton: olhar de rio e som de estrada



Fonte: Ciríaco (2013)

Refletir sobre os sons nas obras cinematográfica é essencial, posto que a alusão aos espaços geográficos — a grande via da intersecção Geografia e Cinema — é sempre feita em sua inteireza (Oliveira Junior, 2014); e o som tem tanto poder quanto a imagem nas construções de discursos geográficos nos filmes. Na verdade, ambos se articulam e os discursos são dados com mais potência.

Toda a montagem do filme é construída para que seja indiscernível qualquer separação entre essas realidades. As conexões entre sons, imagens, discursos e imagens, por serem essenciais na construção narrativa do filme, são de igual maneira vitais na compreensão dos discursos geográficos da obra em interpretação.

Em outro ponto do curta, acolhemos a visão da ponte de Igapó: uma ponte de concreto, ladeada por uma ponte metálica e um intenso fluxo de veículos. No *background* do fotograma, o rio e, por trás do rio, está a zona leste da cidade de Natal, com seus prédios e casas. Desta vez, o som é o burburinho de uma água a escorrer, como se escutássemos o fluir do rio. A escolha da montagem fílmica, que nunca é inocente ou neutra (Costa, 2005), é por uma paisagem de simbiose, dúbia, híbrida. Nela, há a compreensão de que o urbano e o natural convivem (Figura 5). De fato, eles podem fazer parte da mesma paisagem, dividir o mesmo horizonte, contradizendo a concepção de que as cidades existem para a fuga da natureza (Tuan, 2013).

**Figura 5** — A ponte, o rio e a cidade



**Fonte:** Ciriaco (2013)

Essa concepção está fundada, pois, no ideário de que as cidades são o centro do dito espaço humanizado, baseado na busca pelo cosmo, pelo espaço ordenado, organizado e, por consequência, na luta contra o “caos natural” (Monteiro, 2008). Neste ideário, a cidade é a materialização do poder de veto da natureza. Ela é, assim, a antinatureza, ao passo que o mundo urbano é, ao menos em tese, organizado e racionalmente ordenado, a natureza seria hostil, ameaçadora, morada dos perigos e lócus do inseguro. E, mesmo com o chamado retorno da natureza, numa clara mudança de pensamento, o dualismo persiste. As áreas naturais, agora, são convocadas a responder às agruras do ambiente urbano e são zonas que remetem à paz, ao sossego (Tuan, 2005; Monteiro, 2008). De qualquer maneira, não obstante as percepções sobre o campo e a cidade, o caráter maniqueísta do pensamento é o mesmo. Cidade e natureza se opõem. Elas são, necessariamente, diversas e inconciliáveis.

Contudo, esse ideário vem sofrendo duros ataques. A título de exemplificação, pode-se citar os trabalhos dos arquitetos Paola Vigano e Bernardo Secchi, que postulam uma cidade porosa, na qual, entre outras coisas, há interstícios entre o urbano e a natureza (Valva, 2016). A cidade, assim, não seria apenas um espaço “humanizado”, mas haveria uma harmonia, uma coexistência entre os seres humanos e não-humanos. Tal coexistência já é perspectivada pela Geografia, como é o caso das geografias híbridas, que intentam romper com o ideário dicotômico-moderno ao deslocar o lugar da natureza nas produções geográficas (Whatmore, 2002), mas a ideia dualista e segregacionista, acima comentado, geralmente tem preponderância, opondo natureza e cidade.

Essa compreensão acerca da relação da cidade com os elementos naturais, como vemos, é um instigante campo discursivo para investigar as paisagens fílmicas de Abraço de Maré. De fato, cidade, rio, filme e imagens se autorreferenciam, criando um campo de intertextualidades, sempre confluentes e, ao mesmo tempo, desviantes, errantes (Marandola Jr, 2013). Para Teixeira (2015), de fato, a relação da cidade do Natal com o rio é atravessada por aproximações e distanciamentos. Estes últimos têm sido a tônica da relação nos tempos atuais. Sem dúvida, pontua o arquiteto, o rio Potengi tem sido invisibilizado, esquecido ou, explicitamente, negligenciado pela cidade.

Desse modo, não é a cidade que está às margens do rio; é rio que vive na marginalidade das franjas da cidade — mesmo que entrecortando-a. Em Abraço de Maré, contudo, o rio não fica em segundo plano, não é esquecido. Há uma quebra deste distanciamento. Como já dito, o rio é um personagem geográfico e ocupa um lugar privilegiado. Na realidade, mais do que o rio em si, está a relação dele com o ser humano, uma das formas de se ler, olhar a cidade (Gratão, 2008). No discurso fílmico aqui interpretado, as aproximações são visíveis e abundantes. O imaginário espacial sobre o Potengi, então, é remodelado.

Nesse mesmo contexto de remodelagem de imaginários espaciais, podemos pensar como o rio, de um lugar próximo à ponte, que é quase sempre passagem, lugar-sem-lugaridade (Relph, 2012), ou concebido como empecilho para chegar no destino final, passa a ser perspectivado concebido como lugar, como oportunidade de convivência com a natureza, como lócus do trabalho. Em Abraço de Maré, a paisagem fílmica do rio Potengi, então, ganha lugaridade. Mais do que isso: o discurso fílmico é de inclusão do rio na dinâmica da cidade, da vida cidadina. As paisagens revelam discursos que põem fim no distanciamento cidade-rio; os locais narrativos estão impregnados de significados (Oliveira Junior, 2014).

Não obstante, sobre as proximidades e os distanciamentos, o filme nos faz refletir a relação cidade-rio. Uma relação inescapável, inequívoca: “Não há como separar o rio e a cidade [...] Rios, casas, cidades, quem os pode entender? Quem pode lembrar separadamente, em cada tempo?” (Marandola Jr, 2013, p. 145).

**Figura 6** — Pela fresta da porta, o rio próximo



**Fonte:** Ciríaco (2013)

O rio é próximo dos habitantes. A um olhar, ei-lo. Esse é o discurso proporcionado pelo movimento de câmera. Uma olhadela e encontramos o Potengi (Figura 6). Aqui, mais uma vez, os códigos filmicos nos permitem a experiência de confundir nosso olhar com a objetiva da câmera. A visão da objetiva intenta ser a do leitor do filme. Perspectivar o rio de tão perto é parte de um discurso que propõe pensar a aproximação do rio com a população natalense.

Assim sendo, no mosaico de imagens e discursos filmicos sobre o rio e suas inúmeras possibilidades de interpretação, a dinâmica geográfica e cultural é de promover proximidade. Essa leitura, então, nos leva a pensar na sua duplicidade. Ela vale não só o Potengi como um rio em particular, mas todos os rios, bem como não só para os ribeirinhos da casa de taipa, mas para todos os natalenses. Compreender Abraço de Maré, nesta senda, potencializa suas imagens e enriquece suas interpretações.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O curta nos possibilita construir outras imaginações e outras relações com o Rio Potengi, demolindo imaginações geográficas de distanciamento entre a população e o rio. Abraço de Maré participa, assim, de uma educação de pensamento e imaginação. Por meio de sua paisagem filmica, é possível perceber — ou melhor — conceber que o rio também é cidade. Conceber que o ideal modernista que separa homem/natureza, cidade/natureza pode ser, não só abandonado, mas derrubado, demolido. E, no lugar dele, ser construídas novas relações, novas concepções, novas (re)imaginações, nas quais o urbano e o natural se interpenetram, se

intercruzam, coexistem plenamente.

Em Abraço de Maré, também, há uma certa “geografia afetiva”, na qual a maré chega a abraçar literalmente a família ribeirinha. O curta é uma comunhão geoemocional projetada por técnica e sonhos. Comunhão esta que é construtora de uma poética do encontro, do enlace Potengi-natalense, tantas vezes esquecido e/ou negligenciado.

Para além da insalubridade da área, com riscos socioeconômicos e ambientais, o discurso filmico reapresenta um fragmento da Natal filmica como amante do rio, companheira do fluir sazonal da maré, que dela retira vida, sustento, amor e esperança. Entretanto, a relação não é apenas positiva, topofílica, para usar uma expressão geográfica. Ela é, na verdade, total, pois os riscos também são citados, projetados no filme. Eles não são inviabilizados, mas estão numa frequência muito menor que as geografias afetivas.

No curta, ainda, o espaço torna-se um personagem. Ele não é mero cenário, simples *background*, mas local narrativo. Se, porventura, a equipe que concebeu o filme gravasse a mesma cena, com os mesmos recursos tecnológicos, com os mesmos diálogos, com os mesmos personagens em outra locação, os discursos filmicos seriam completamente outros. Talvez, até mesmo o curta acabasse carente de sentido. O rio, o mangue, a casinha ilhada, a ponte e tudo mais constituem um personagem que conduz a narrativa e constrói concepções, projeções e discursos de teor geográfico.

Com o curta, pode-se compreender o sentido que o rio tem no sentido da vida natalense. Em tais discursos e sentidos, o cotidiano obedece aos movimentos quase periódicos do rio, numa simbiose humano-lugar, homem-rio, Natal-Potengi. As imagens filmicas da casinha de taipa ilhada são metáforas de uma cidade que pode dialogar melhor com o rio e suas potencialidades. Numa palavra: uma Natal filmica que intenta reordenar geograficamente as vivências da Natal além-mundo filmico.

O universo do documentário não é apenas o revelar de um mundo. É, na verdade, uma proposta, um vislumbrar de horizontes. Afinal, todo filme é projeção, um projeto. O amor envolto pelo rio é um desejo de uma Natal diferente, de uma outra capital do Rio Grande do Norte, onde o rio tem um lugar próprio — que vai além do nome do estado. Ver e interpretar geograficamente Abraço de Maré é abrir o olhar viajante — uma das expressões do conhecimento espacial — a novas imagens e a novos caminhos para compreender, no sentido hermenêutico, a cidade, a tocar sua alma.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Ana Francisca. **Geografia e cinema**: representações culturais de espaço lugar e paisagem na cinematografia portuguesa. 2007. 741 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade do Minho.

\_\_\_\_\_. Políticas de pós-memória e paisagem cinematográfica como categoria epistêmica. Um lugar rugoso da experiência. *In*: AZEVEDO, Ana Francisca; OLIVEIRA JUNIOR; Wenceslao; RAMÍREZ, Rosa Cerarols. **Intervalo entre Geografias e Cinemas**. Braga: Editora da UMDGEO, 2015.

BARBOSA, Jorge Luiz. A arte de representar como reconhecimento do mundo: o espaço geográfico, o cinema e o imaginário social. **GEOgraphia**, ano II, n. 3, Niterói: UFF, 2000.

BESSE, Jean-Marc. Geografia e Existência. *In*: DARDEL, Eric. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2015

BULCÃO, Marly. **Luz, câmara, filosofia**: mergulho na imagética do cinema. São Paulo: Ideias & Letras, 2013.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

COSTA, M. H. B. V.. A cor no cinema: signos da linguagem. **Cronos**, v.1, n.2, p. 129-138, 2000.

\_\_\_\_\_. Espaço, tempo e a cidade cinemática. **Espaço e cultura**, UERJ, Rio de Janeiro, v. 13, n. 13, p. 63-75, 2002.

\_\_\_\_\_. Geografia Cultural e Cinema: Práticas, Teorias e Métodos. *In*: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Geografia**: temas sobre Cultura e Espaço, p. 43-78, Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005.

DARDEL, Eric: **O Homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DOZENA, Alessandro. Horizontes Geográfico-Artísticos entre o Passado e o Futuro. **Geograficidade**, v. 10, p. 73-82, 2020.

DUNCAN, James S. A paisagem com sistema de criação de signos. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.) **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

FERRAZ, Claudio Benito O. Imagem e geografia: considerações a partir da linguagem cinematográfica. **Espaço & Geografia**, v.15, n. 2, p. 357-384, Brasília, 2012.

GRATÃO, Lucia Helena Batista. O 'OLHAR' A CIDADE PELOS 'OLHOS' DAS ÁGUAS. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, v. 33, n. 2, p. 199-216, mai./ago. 2008. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/download/3041/3912>. Acesso

em: 01 out. 2023

GOMES, Paulo César da Costa. **O lugar do olhar**: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MARANDOLA JR, Eduardo. Trilhas de acesso a Lisboa: poesia, música, imagem e som em O céu de Lisboa (Lisbon Story), de Wim Wenders. *In*: CAZETTA, Valéria; OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslao (Org.). **Grafias do espaço**: imagens da educação geográfica contemporânea. Campinas: Alínea, 2013.

MONTEIRO, C. A. F. O homem, a natureza e a cidade: planejamento do meio físico. **Geografar**, Curitiba, v. 3, n. 1, jan./jun., p. 73-102, 2008.

NAME, Leonardo. **Geografia pop**: o cinema e o outro. Rio de Janeiro, Apicuri: 2013.

OLIVEIRA JUNIOR, W. Lugares Geográficos e(m) locais narrativos: um modo de se aproximar das Geografias de Cinema. *In*: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de (Orgs.). **Qual o Espaço do Lugar?** Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RELPH, Edward. Reflexões sobre a Emergência, aspectos e essência de lugar. *In*: MARANDOLA Jr.; WERTHER, Holzer; OLIVEIRA, Livia (Org.). **Qual é o espaço do lugar?**: geografia, epistemologia, fenomenologia. Perspectiva: São Paulo, 2012.

RATZEL, Friedrich. Sobre a narração da Natureza. **GEOgraphia**, v. 23, n. 51, p. 1-13, 2021.

TEIXEIRA, Rubenilson. O rio Potengi e a cidade do Natal em cinco tempos históricos: aproximações e distanciamentos. **Confins (Paris)**, v. 1, p. 1-29, 2015.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

\_\_\_\_\_. Cidade: sua distância da natureza. **Geograficidade**, v. 3, n. 1, p. 4-16, 2013.

VALVA, Milena. As ideias-guias de Bernardo Secchi. **Pós**, v. 23, p. 48-64, 2016.

WHATMORE, Sara. **Hybrid Geographies**: Natures Cultures Spaces. London: SAGE Publications, 2002.

## FILMOGRAFIA

Abraço de Maré. Direção de Victor Ciríaco, Brasil: Ponte Audiovisual, 2013 (16 min).

# BREVES NOTAS SOBRE A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E SUA CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE NATAL/RN

**Gracy Kelly do Nascimento**

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte*  
E-mail: [kelly.n@escolar.ifrn.edu.br](mailto:kelly.n@escolar.ifrn.edu.br)

**Bruna Rayane da Silva Lourenço**

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte*  
E-mail: [bruna.lourenco@escolar.ifrn.edu.br](mailto:bruna.lourenco@escolar.ifrn.edu.br)

**Jaylson Carmo Themistocles Almeida Figueira**

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte*  
E-mail: [t.jaylson@escolar.ifrn.edu.br](mailto:t.jaylson@escolar.ifrn.edu.br)

**Maria Cristina Cavalcanti Araújo**

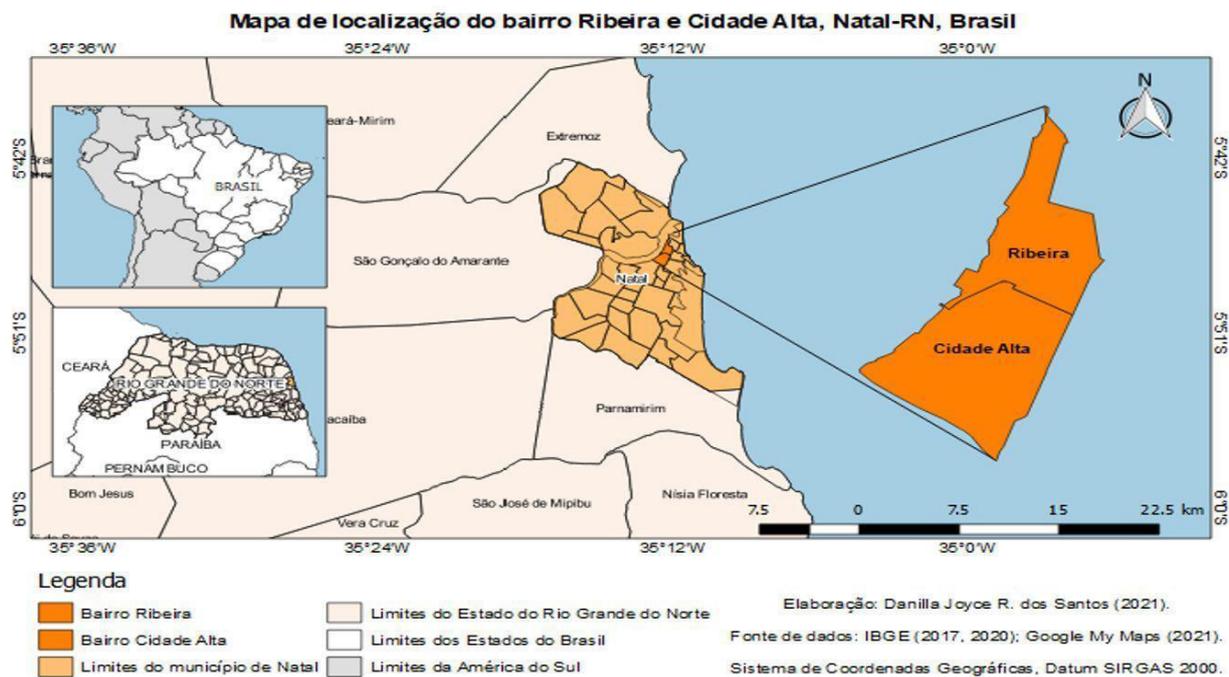
*Professora Doutora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte*  
E-mail: [cristina.cavalcanti@escolar.ifrn.edu](mailto:cristina.cavalcanti@escolar.ifrn.edu)

## 1 INTRODUÇÃO

Centro Histórico é o conjunto de edifícios e monumentos antigos localizados no centro da cidade. De forma geral, a sua raiz se encontra nas áreas mais antigas da cidade e leva consigo as origens desta; portanto, carrega e representa a identidade cultural de uma sociedade. E, dentro da historicidade contida nestes espaços, os núcleos antigos tornam-se um patrimônio ou a herança cultural de uma população. Para Mendes (2012, p. 19), o “o patrimônio é hereditário, é histórico, é identitário - mas é, antes do mais, cultural”. Logo, o espaço histórico torna-se um conjunto importante para o entendimento e, também, para o reconhecimento de uma sociedade.

Nesse sentido, a cidade do Natal, capital do Rio Grande do Norte, carrega consigo, por suas ruas e em sua história, um grande potencial histórico-cultural. Em 2010, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) reconheceu o Centro Histórico de Natal como um dos patrimônios culturais brasileiros. O espaço é delimitado pelo circuito arquitetônico composto pelos bairros da Ribeira e Cidade Alta (Figura 1), na Zona Leste da cidade, sendo estes os primeiros bairros da capital, ou melhor, antigos núcleos que originaram a cidade.

**Figura 1** — Mapa de localização dos bairros da Ribeira e Cidade Alta



**Fonte:** Santos (2021)

Apesar das ações do IPHAN, é perceptível que o complexo histórico de Natal não possui seu devido valor dentro da cidade, sendo este um ponto desconhecido por boa parte da população (Costa; Amaral, 2016). Assim, embora se constitua como um patrimônio cultural que abriga parte da história e memória da cidade, os potiguares não conseguem atribuir nenhum significado a este ambiente tão importante, o que faz com que o espaço histórico potiguar passe de maneira despercebida pelo imaginário social.

Assim, urge a necessidade de pensar ações educativas que integrem a comunidade dentro dos seus espaços de memória, tendo em vista que os indivíduos são sujeitos ativos no seu processo de aprendizagem. Nesse sentido, a educação patrimonial constitui-se como sendo prática pedagógica voltada para utilização, conhecimento e valorização dos espaços históricos e culturais de uma determinada cidade. Sobre isso, Florêncio *et al.* (2012) aponta que o processo de inserção da educação patrimonial nos espaços escolares torna-se fundamental, conseguindo, por meio deste processo, aproximar alunos e professores dos espaços patrimoniais de sua comunidade, bem como resgatando e estimulando os sentimentos de pertença. Desse modo, as ações educacionais necessitam ir para além da sala de aula, perpassando, assim, pelo âmbito cultural e social do qual o aluno está inserido, buscando a contribuição de outros agentes educativos.

Nessa perspectiva, a ciência geográfica, com seu arcabouço teórico pode contribuir para as reflexões e para a educação patrimonial, pois “o olhar do geógrafo inicia pela própria espacialidade, resultante da produção social” (Figueiredo, 2013, p. 56). Lança-se, assim, um

novo olhar sobre a cidade, pautada na identidade, no passado e no presente, de forma multidimensional e para além de uma só ciência.

Diante desse quadro de referência, o objetivo central deste *paper* é trazer reflexões acerca da necessidade de se discutir a educação patrimonial concomitante ao processo de ensino da Geografia como uma alternativa para o processo de valorização e resgate do Centro Histórico de Natal. Entendemos que, sendo este um patrimônio cultural pertencente à população da cidade, possuidor de um grande potencial educativo, necessita ser preservado, explorado e estudado, integrando-se ao itinerário e imaginário da sociedade potiguar.

O trabalho pertence a uma pesquisa em desenvolvimento, no âmbito do Núcleo de Pesquisas e Estudos Geográficos (NUPEG) do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, que está pautada em pesquisas bibliográficas acerca das questões tangíveis ao conceito e à historicidade que envolvem o patrimônio cultural, educação patrimonial e caracterização dos centros históricos. A metodologia se deu por meio de levantamento do referencial teórico em artigos, periódicos, dissertações e teses para o embasamento teórico acerca das temáticas: patrimônio histórico e cultural, educação patrimonial e geografia cultural, pesquisas documentais, além de levantamento de dados secundários sobre o Centro Histórico da cidade de Natal; pesquisa de campo para análise e registro fotográfico do Centro Histórico de Natal por meio de um formulário online que ficou disponível por 33 dias em plataformas sociais, aplicação de questionário, por meio de *Google Forms*, utilizando as redes sociais como *WhatsApp*, *Instagram* e *Twitter* para solicitar a participação dos usuários da cidade sobre a importância do centro histórico para os moradores da cidade e as contribuições que a ciência geográfica pode trazer para o processo de educação patrimonial.

Assim, espera-se que este trabalho possa contribuir para que professores, alunos e sociedade em geral passem a conhecer o Centro Histórico de Natal, atribuindo a este espaço seu valor necessário, conhecendo a história da cidade, recuperando, assim, suas raízes e identidade com seu espaço de vivência.

## 2 O SENTIDO DA PALAVRA PATRIMÔNIO

As questões referentes ao processo de valorização e preservação do patrimônio surgem a partir da década de 1970. Nesse período, passou-se a refletir e repensar ações que preservem os espaços patrimoniais, devido ao processo cada vez mais acelerado de modernização das cidades.

Dessa forma, ao iniciar as reflexões na compreensão do sentido do que seria patrimônio, perpassando sobre a etimologia da palavra, de acordo com Mendes (2012, p. 11), tem-se que “originariamente [...] a palavra latina *patrimonium* (derivada de *pater*, pai) aplicava-se ao conjunto dos bens pertencentes ao *paterfamilias* e por este transmitidos aos seus sucessores”. Assim, o patrimônio preserva valores e costumes transferidos de uma geração a outra.

Por conseguinte, o patrimônio cultural representa a identidade histórica e cultural de um país ou de uma cidade. Sendo composto por obras arquitetônicas, pinturas e esculturas, o patrimônio cultural detém um valor histórico e simbólico para a sociedade. Portanto, preserva as memórias culturais da comunidade. Dessa forma, as questões que permeiam o patrimônio cultural são pensadas, organizadas e desenvolvidas pelo Estado, por meio de instituições, leis e políticas públicas. No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é o órgão que atua para promover, preservar e conservar o patrimônio. Considerado uma autarquia federal, o IPHAN está encarregado de registrar os bens culturais, mediante pesquisas documentais.

### **3 CENTRO HISTÓRICO: REFLEXOS SIMBÓLICOS DA CIDADE DO NATAL/RN**

O centro de uma cidade pode ser entendido como a delimitação do espaço de maior fluxo e acessibilidade, bem como compreendido como espaço de concentração de atividades de uma metrópole. No entanto, o “centro” pode ser observado para além das atividades econômicas. Ele pode ser carregado de significados e símbolos, concretizados em prédios, praças e monumentos, as chamadas rugosidades espaciais.

Dessa forma, levando em conta os aspectos simbólicos representados por esses espaços, os centros históricos podem ser caracterizados, segundo Sebastião (2012), como sendo as partes mais antigas de uma cidade. A priori, tendo sido palco do processo inicial de ocupação de um dado território, abarcando atividades econômicas e políticas, com o passar dos anos as cidades se expandem, criam outros tecidos, novas configurações espaciais e deixam aos antigos centros a missão de contar antigas histórias.

Durante décadas, os bairros da Ribeira e Cidade Alta concentraram as atividades econômicas, políticas e sociais. No entanto, segundo Medeiros e Luna (2012), entre as décadas de 1970 e 1990, iniciou-se a alteração destes três principais eixos de atividades para outras partes de Natal, fazendo com que estes bairros enfraquecessem social, política e economicamente, iniciando um processo de desvalorização e abandono.

Dessa forma, o complexo histórico de Natal foi “perdendo” seu valor dentro da cidade, sendo este um ponto que passa despercebido por boa parte da população, mesmo estando inserido dentro do itinerário rotineiro dos potiguares (Costa; Amaral, 2016). Assim, mesmo se constituindo como um patrimônio cultural, o público não consegue atribuir nenhum significado a este ambiente tão importante, ainda que a cidade de Natal se constitua como um espaço de memória.

Ao caminhar pelas ruas dos bairros da Ribeira e Cidade Alta, os dois espaços que compõem o principal corredor histórico da cidade, é possível observar ruas vazias e sem vida, entregues ao descaso e abandono, sofrendo diariamente a força incessante do tempo. O espaço cultural, possuidor de um grande potencial educativo, tem a grande missão de contar e recontar a história da cidade; no entanto, torna-se desconhecido pela população. Este processo de invisibilidade do sítio histórico de Natal permaneceu até o ano de 2010, segundo reportagem do

jornal Potiguar Tribuna do Norte, quando, após um longo processo de tombamento, passou a ser reconhecido como patrimônio cultural pelo IPHAN:

Quando informados pela reportagem da TRIBUNA DO NORTE, os comerciantes e moradores do local demonstraram mais preocupação com as reformas que poderiam não acontecer nas propriedades deles do que curiosidade com o futuro do Centro Histórico (Ferreira, 2010).

A exemplo disso, como mostra na Figura 2, temos o prédio do Solar Bela Vista, construído por um antigo coronel da cidade. O espaço sediou a loja “Paris em Natal”, anos depois, funcionou como Tribunal de Justiça do Estado e, em 1984, teve sua concessão passada para o SESI (Serviço Social da Indústria) e, atualmente, funciona como uma casa de cultura e lazer.

**Figura 2** — Solar Bela Vista



**Fonte:** Acervo dos autores (2021)

O espaço foi tombado pela Fundação José Augusto, do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, no ano de 1990 e, atualmente, seu uso é destinado a atividades culturais.

Outro prédio importante para a história da organização política do Estado que está inserido no centro histórico que hoje encontra-se abandonado e sem utilidade é a antiga sede da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), localizada na Avenida Câmara Cascudo, nº 478, no bairro da Cidade Alta (Figura 3). Tombado desde 1992 pela Fundação José Augusto, a estrutura foi a primeira sede exclusiva da OAB que antes se localizava no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e, depois, provisoriamente no Teatro Municipal.

**Figura 3** — Primeira sede da OAB do estado



**Fonte:** Acervo dos autores (2021).

O espaço deixou de ser utilizado em 2016 quando a OAB/RN se mudou para o bairro de Candelária, na zona sul da cidade. Ainda no Bairro da Cidade Alta, próximo à antiga sede da OAB, encontramos a Praça das Mães (Figura 4) que, no início do processo de ocupação de Natal, recebeu uma cruz para que fosse possível demarcar o norte da capital potiguar (Costa e Amaral, 2016). No entanto, a inauguração do espaço foi realizada no início do século XX e sua nomeação como Praça das Mães surgiu apenas em 1960, com a anexação de um painel representando a relação materna com seus filhos.

Conforme podemos observar na Figura 4, assim como outros pontos que compõem o circuito histórico de Natal, atualmente, a Praça das Mães encontra-se em uma situação de desuso e abandono, com algumas pichações e falta de manutenção.

Além da situação de abandono e pichações, outro fator que nos chamou atenção foi em relação a falta de (re)conhecimento desse patrimônio pelos moradores de Natal. De acordo com o questionário aplicado pelos autores, dos 108 respondentes, nenhum deles reconheceu ou soube informar se a Praça das Mães está inserida no patrimônio histórico-cultural de Natal.

Ao adentrar pelas ruas do bairro da Ribeira, espaço que também compõe o Centro Histórico da capital potiguar, é possível observar, na Rua Doutor Barata, uma das fachadas mais famosas do bairro, o prédio da Samaritana (Figura 5), uma das primeiras lojas de Natal que vendia uma variedade de tecidos e fez parte, juntamente com outros espaços, do fervor econômico da Ribeira no início do século XX.

**Figura 4** — Praça das Mães



**Fonte:** Acervo dos autores (2021)

**Figura 5** — Prédio da Antiga Samaritana



**Fonte:** Autores (2021)

Quando se observa a situação atual do prédio, é nítido perceber que ele não se parece em nada com seus tempos de glória durante o século XX. O espaço, assim como outros prédios da Ribeira, está em situação precária, chegando a ser interditado, nos últimos anos, pela defesa civil do estado devido a um risco iminente de cair.

Destarte, ao observar a situação atual dos espaços históricos, é possível compreender que Natal, diariamente, caminha para ser uma cidade sem memória que entrega os principais agentes do seu passado ao local do esquecimento na história. Ao adensar pelos estudos da geografia, o lugar, um dos conceitos fundantes da ciência geográfica, é caracterizado por Tuan (1983) como sendo as relações de afeto desenvolvidas com uma determinada porção do espaço, envolvendo questões identitárias e de pertencimento, é o sujeito sentir-se parte daquele espaço. Ainda segundo o autor, quanto mais o ser humano conhece aquele espaço, mais valor tende a atribuir a ele.

Dessa forma, por meio de um questionário aplicado à população da capital, foi possível perceber, por meio das respostas, que os moradores da cidade de Natal não desenvolveram esse sentimento de reconhecimento e pertencimento com seu principal espaço de memória, o que demonstra certo déficit com relação a essa temática iniciado desde o processo de ensino nos seus espaços escolares. A Figura 6 apresenta os dados referentes ao sentimento de pertencimento dos respondentes.

**Figura 6** — Percentual de afetividade com Centro histórico

11. Qual seu sentimento em relação ao Centro histórico-cultural de Natal?:

108 respostas



Fonte: Elaborado pelos Autores (2021)

A partir do gráfico, constata-se que a maior parte dos moradores de Natal não reconhecem o Centro Histórico como parte de sua memória, ou desconhecem totalmente o patrimônio histórico da cidade. Além disso, uma parcela dos respondentes ainda aponta como um passado não tão importante.

Diante das constatações observadas nas pesquisas de campo e análise dos formulários, enfatizamos que pensar os centros históricos como lugares geográficos é fundamental. Como apontado Nora (1993), as questões identitárias do sujeito para com o seu espaço de vivência estão ligadas diretamente aos aspectos que envolvem a atribuição de simbologias e afetividade que os indivíduos destinaram aos seus lugares de memória, o que tende a ser desenvolvido a

partir das relações dos sujeitos com seus espaços patrimoniais.

#### 4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Observando o cenário no qual se encontra o centro histórico de Natal/RN, entende-se que a educação patrimonial se encontra como um instrumento de alfabetização cultural, podendo, assim, ser usado de forma ampla, possibilitando o entendimento, a necessidade e a importância que o patrimônio cultural adquiriu durante anos para a sociedade.

Inspirada em um sistema educacional inglês intitulado *Heritage Education*, a educação patrimonial foi abordada no Brasil, em 1983, na cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, em um seminário desenvolvido no Museu Imperial.

Para o IPHAN (1999), a educação patrimonial se dá por meio de práticas pedagógicas que dialoguem com os espaços culturais das cidades, bem como destacar a importância e valorização destas. Logo, o objetivo proposto pela educação patrimonial se dá como sendo o de promover valores, adquirir costumes e revitalizar o processo cultural, seja ele material ou imaterial.

Dessa maneira, torna-se possível identificar os processos de revitalização cultural que ocorreram recentemente em alguns imóveis do centro histórico, como o Palácio da Cultura — Pinacoteca do Estado do Rio Grande do Norte (Figura 7). Construído no século XIX e localizado no bairro da Cidade Natal, a Pinacoteca é considerada o maior símbolo da arquitetura neoclássica da cidade e ainda abriga o maior acervo de artes visuais do estado, contendo exemplares de Tarsila do Amaral, Newton Navarro e obras de Dorian Gray. Teve sua reinauguração no dia 4 de dezembro de 2021, depois de três anos em reforma.

**Figura 7** — Palácio da Cultura



Fonte: Acervo dos autores (2021)

Ainda sobre o poder da educação patrimonial e o processo de revitalização, vale destacar a revitalização cultural do Teatro Alberto Maranhão (Figura 8), localizado no bairro da Ribeira. O TAM, como é comumente chamado, é um teatro centenário construído no ano de 1904 e toda a sua história e estrutura possuem grande referência cultural para a cidade potiguar.

**Figura 8** — Teatro Alberto Maranhão



**Fonte:** Acervo dos autores (2021)

Após seis anos fechado para obras, no dia 19 de dezembro de 2021, as portas do Teatro Alberto Maranhão foram reabertas ao público potiguar com quatro dias de eventos gratuitos, promovendo, assim, a educação patrimonial para toda a população.

Por conseguinte, a Geografia mostra-se presente sendo uma aliada forte na busca pela valorização do centro histórico de Natal/RN, visto que, para Cavalcanti (2010), a Geografia trabalha com conceitos que estão presentes dentro do espaço geográfico, sendo estes, consequências das vivências solidificadas em sociedade. Atualmente, as práticas de ensino da geografia são voltadas para que os conteúdos abordados em sala de aula dialoguem acerca de experiências, coisas e lugares presentes na rotina do aluno.

Como apontado por Lefebvre (1976, p. 29), o espaço geográfico deve ser visto como um ambiente em constante alteração, no qual todas as suas transformações são consequências do dinamismo da sociedade ao longo da sua história. Dessa forma, inserir os educandos como sujeitos ativos dentro do espaço geográfico torna-se imprescindível para que estes compreendam sua função enquanto sociedade.

Com isso, a educação patrimonial dialoga com os aspectos da geografia, pois ambas buscam interpor os espaços de vivências e, por assim, valorizá-los. Dessa forma, a sua unificação constitui-se como o principal instrumento para promover o conhecimento e, conseqüentemente, a valorização acerca da importância que possui o centro histórico.

## 5 CONCLUSÕES

O Centro Histórico da cidade de Natal, considerado um patrimônio cultural pelo IPHAN, passa por um processo de total descaso por parte do poder público. Além disso, há um total estranhamento, por parte da população potiguar, que afirmaram, na maioria dos respondentes, desconhecer e não ter sentimento de pertencimento em relação ao espaço em tela. Dessa forma, pensar ações que integrem os cidadãos com os espaços memorialísticos da sua urbe torna-se fundamental.

Deste modo, o reconhecimento e a valorização dos espaços culturais da cidade de Natal perpassam por integrar essa temática aos assuntos abordados em sala de aula, tendo em vista que, dentro do ambiente escolar, os indivíduos desenvolvem uma melhor consciência quanto a sua identidade cultural. Assim, a Educação Patrimonial atrelada à Geografia tornam-se mecanismos de inclusão social que possibilitam a alfabetização da comunidade potiguar quanto a seus espaços culturais.

## REFERÊNCIAS

COSTA, Andrea; AMARAL, Patricia. **Centro Histórico de Natal: Guia para turistas e moradores**. Natal/RN: IFRN, 2016. 61p. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/948?show=full>. Acesso em: 26 mar. 2021.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas**. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7167-3-3-geografia-realidade-escolar-lana-souza/file>. Acesso em: 27 abr. 2021.

FIGUEIREDO, Lauro César. Perspectivas de análise geográfica do patrimônio cultural: algumas reflexões. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 17, n.1, p. 55-70, jan./abr. 2013.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim *et al.* **Educação patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília/DF: Iphan, 2012. 65p. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat\\_EducacaoPatrimonial\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf). Acesso em: 5 jul. 2021.

IPHAN/Ministério da Cultura. (Orgs.) HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; QUEIROZ, Adriane. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999. 69p. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia\\_educacao\\_patrimonial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf). Acesso em: 30 ago. 2021.

FERREIRA, Luana. (Natal/RN). Tribuna do Norte. **O CENTRO HISTÓRICO DE NATAL AGORA É PATRIMÔNIO CULTURAL**. 2010. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/centro-historico-de-natal-agora-e-patrimonio-cultural/167337>. Acesso em: 5 dez. 2021.

LEFEBVRE, Henri. **A REVOLUÇÃO URBANA**. Belo Horizonte/MG: Ed. Ufmg, 1976. Disponível em: [https://www.academia.edu/25860515/Henri\\_Lefebvre.\\_A\\_revolu%C3%A7%C3%A3o\\_urbana](https://www.academia.edu/25860515/Henri_Lefebvre._A_revolu%C3%A7%C3%A3o_urbana). Acesso em: 21 dez. 2021.

MENDES, Antônio Rosa. **O que é patrimônio cultural**. Olhão/Portugal: Gente Singular, 2012. 48p. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/216319807.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2021.

MEDEIROS, Arilene Lucena de; LUNA, Isaac Joatan de. Memória e patrimônio: Um estudo do Centro Histórico de Natal. *In*: CONEPI — CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO, 012, Palmas, Tocantis. **Anais [...]**. Palmas/Tocantis: Ifto, 2012. p. 1-8. Disponível em: <file:///C:/Users/55849/AppData/Local/Temp/735-13091-1-PB.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2021.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 15 jul. 2021.

SEBASTIÃO, Ana Sofia Camoesas. **Planejamento estratégico para o Centro Histórico de Torres Vedras**. 2010. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/3862>. Acesso em: 1º jul. 2021.

TUAN, Yi Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983. Disponível em: <https://pt.scribd.com/read/405731453/Espaco-e-lugar-A-perspectiva-da-experien-cia>. Acesso em: 20 set. 2021.

# A GERAÇÃO COCA-COLA DA DÉCADA DE 40: LUGAR, PAISAGEM, MEMÓRIA E IDENTIDADE POTIGUAR NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

**Camila Ferreira da Costa**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mail: [camila.costa.123@ufrn.edu.br](mailto:camila.costa.123@ufrn.edu.br)

**Ariane dos Santos Bezerra**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mail: [arianesantosct@gmail.com](mailto:arianesantosct@gmail.com)

## 1. INTRODUÇÃO

A cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, participou indiretamente da Segunda Guerra Mundial (1939–1945) e serviu de palco para o encontro de norte-americanos e brasileiros. Entre 1941 e 1946, a cidade foi responsável por receber os militares norte-americanos, que se instalaram na base aérea de “Parnamirim Field”, conhecida por ser a maior base aérea norte-americana em território estrangeiro, antes de seguirem rumo ao norte da África e à Europa. Entretanto, apesar do breve tempo em que os militares estadunidenses passaram em Natal, é possível afirmar que estes contribuíram significativamente na construção de uma cultura natalense firmada no “American way of life” (estilo de vida americano), do mesmo modo que a população natalense influenciou os estadunidenses culturalmente.

A geografia cultural, desenvolvida consoante a geografia humana durante o final do século XIX, fundamenta-se no estudo dos elementos culturais e de suas variações no espaço que, através das reformulações epistemológicas da década de 1970 e 80, adquire uma dimensão subjetiva imaterial, partindo da análise das simbologias, crenças e costumes característicos de um determinado espaço. Desse modo, configura-se uma possível relação de interpretação coexistente entre os aspectos culturais natalenses advindos da Segunda Guerra Mundial e a geografia cultural, cujo objeto de análise se detém nas manifestações culturais espacializadas.

## 2. A GEOGRAFIA DO FUTURO É CULTURAL: CARL SAUER E A GEOGRAFIA CULTURAL

O geógrafo cultural estadunidense Carl Sauer (1931) afirma que a geografia cultural se interessa pelas obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e que evidenciam uma característica particular. Ademais, Sauer caracteriza o enfoque cultural na Geografia como sendo composto por um método evolutivo e histórico até onde a documentação permite, tratando de determinar as sucessões de cultura que ocorreram em uma área.

Por conseguinte, Carl Sauer, considerado o geógrafo precursor da geografia cultural, sintetiza esse campo de estudo epistemologicamente, relacionando-o com os aspectos sociais

que são intrínsecos ao homem e que são manifestados no espaço por intermédio de características que lhe conferem um caráter próprio. Quanto ao método, Sauer o exemplifica como sendo histórico, geográfico e cultural, postura esta anterior ao auge do enfoque cultural na Geografia durante a década de 1970 e 80, consistindo em uma visão futurista, de certo modo, sobre um tema pouco debatido no âmbito geográfico da década de 1930. Logo, a geografia do futuro é cultural, na medida em que abrange múltiplos temas de pesquisa, equivalendo-se a uma corrente do pensamento que ainda têm muito a contribuir no campo geográfico.

### **3. PREPARAR, APONTAR, FOGO!**

Mediante a concepção da geografia cultural e da correlação existente entre essa corrente do pensamento geográfico e o fato histórico da chegada dos soldados norte-americanos em Natal, marcado pela influência cultural, é preciso partir de uma contextualização histórica referente à Segunda Guerra Mundial e a sua escala global.

Consequentemente, a Segunda Guerra Mundial (1939–1945), sendo uma consequência direta da Primeira Guerra Mundial (1914–1918), fundamentou-se por meio do revanchismo alemão e italiano, ambas nações prejudicadas no pós-guerra, gerando o desenvolvimento de regimes totalitários de extrema-direita liderados por Adolf Hitler e Benito Mussolini (Itália/fascismo). A Alemanha nazista de Hitler, sustentada na ideia de eugenia e na teoria do “espaço vital”, se ocupou de conquistar territórios em que se prevaleciam povos considerados “arianos”, culminando, portanto, na invasão da Polônia na madrugada de 1º de setembro de 1939, dando assim, início à guerra que colocaria em confronto as forças do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e os Aliados (Inglaterra, França, Estados Unidos e Brasil). Os Estados Unidos, pós-crise financeira de 1929, adentrou na guerra após o ataque à base americana de Pearl Harbor, no Havaí, realizada pelo Japão em 1941, representando um conflito de escala mundial que também atingiria o Brasil.

### **4. A COBRA VAI FUMAR: A ENTRADA DO BRASIL NA GUERRA**

No Brasil, a ditadura civil do Estado Novo (1937–1945), liderada por Getúlio Vargas, encontrava-se em vigor com o decreto do estado de sítio, a criação da DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e o estabelecimento da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Vargas, por outro lado, permanecia-se neutro em relação à guerra que atingia a Europa, tendo em vista a sua associação com o núcleo da Ação Integralista Brasileira e devido ao caráter ditatorial de culto ao líder que se assemelha aos regimes totalitários, sendo apenas em 1942 definida a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Estados Unidos e dos Aliados. Assim, a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial é representada pela criação da FEB (Força Expedicionária Brasileira) em 1943, que detinha como símbolo a imagem da cobra fumando cachimbo, baseada em um ditado popular da época.

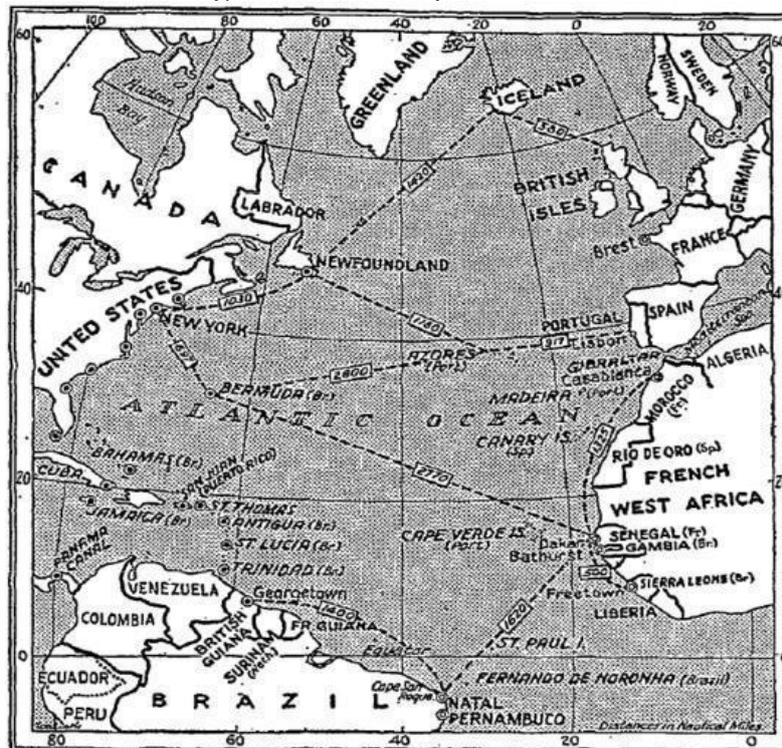
A participação do Brasil na Guerra estreitou os laços econômicos com os Estados Unidos, contribuindo para a construção da base aérea norte-americana no Rio Grande do Norte e no desenvolvimento da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional). Em paralelo a isso, a participação do Brasil resultou também em uma aproximação cultural que gerou, como resultado, a criação do Zé Carioca, personagem brasileiro concebido por Walt Disney, e na ascensão da atriz naturalizada brasileira Carmen Miranda à Broadway, propagando o samba e o estilo tropical brasileiro.

## 5. NATAL, A ESQUINA DO CONTINENTE: O TRAMPOLIM DA VITÓRIA

Segundo a historiadora Flávia de Sá Pedreira (2009, p. 220-225), as negociações entre o governo norte-americano e brasileiro se iniciaram com os primeiros confrontos na Europa, tendo o governo brasileiro resistido por três anos às tentativas norte-americanas de construir uma base aérea no nordeste brasileiro. A situação se altera com o ataque à base norte-americana de Pearl Harbor, no Havaí, e com a entrada do Brasil ao lado dos aliados.

Os estrategistas norte-americanos traçaram um triângulo, que compreendia as cidades de Recife, Natal e o arquipélago de Fernando de Noronha, tendo como principal objetivo interligar o nordeste brasileiro com a região norte da África, especificamente, com o território de Dakar (pró-alemão). A cidade de Natal destacou-se por ser um ponto geográfico estratégico para os EUA, sendo esse projeto estrategista intitulado de “O trampolim da vitória”.

Imagem 1 — O trampolim da vitória



Fonte: NYT (1941)

## 6. O ASPECTO URBANO DE NATAL NA DÉCADA DE 40

A cidade de Natal durante a década de 1940, linha temporal foco de nosso estudo, abarcava cinco bairros, sendo eles os seguintes bairros: Ribeira, Cidade Alta, Alecrim, Tirol e Petrópolis.

O historiador potiguar Luís da Câmara Cascudo, destaca que:

Os homens vestiam linho branco, chapéu de palhinha. As mulheres viviam as diferentes modas. Seguindo o rio Potengi, o Alecrim começou pelo cemitério. Ao sul, a cidade morria mal acabava a Cidade Nova ou Cidade das Lágrimas, que depois seriam Petrópolis e Tirol, onde ficavam as poucas residências das famílias ricas. Dali, rasgando a mata, expulsando a areia, uma única tira de asfalto muito longa e isolada de toda urbanidade ligava a cidade liliputiana a uma terra estrangeira: Parnamirim Field (CASCUDO, 1980, p. 50).

Complementando a descrição urbana proposta por Cascudo, a historiadora Flávia de Sá Pedreira (2009, p. 222), considera que:

Nossa cidade, em 1939, quando iniciou a guerra, terminava ali, no Aero Clube, pra lá não havia absolutamente nada, nada... era mato. O quartel do 16º (Regimento de Infantaria) foi inaugurado em 42, em 39 não tinha nada. O começo de tudo foi em 42! O aspecto físico da cidade mudou, foi se expandindo lá pros lados do Tirol em princípio. Houve uma mudança muito grande em Natal.

É possível denotar, por via das descrições, que Natal apesar de ser uma cidade pequena e pacata do nordeste brasileiro dispôs de uma modernização oriunda ao processo histórico de chegada dos soldados estadunidenses.

## 7. O LUGAR E A CULTURA

O geógrafo sino-americano Yi-fu Tuan (1983 p. 250) declara que o lugar possui mais substância do que nos sugere a palavra localização: ele é uma entidade única, que detém história e significado próprio. O lugar, conforme Tuan, encarna as aspirações e as experiências das pessoas oriundas dele. O lugar não compreende só um fato interpretado pela estrutura do espaço, ele é a realidade compreendida pelas perspectivas das pessoas que lhe dão significado.

Encaminhando o tema de pesquisa à esfera geográfica, por intermédio da concepção elaborada por Tuan, entende-se o lugar a partir de uma visão humanista, no qual o geógrafo o conceitua não apenas como uma categoria de análise geográfica, mas também, como uma categoria de análise subjetiva. Em suma, reinterpretando a conceituação, cabe ao geógrafo compreender os significados humanos (as simbologias, as crenças, os costumes etc.) próprios de cada lugar.

## 8. YANKEES VS NATALENSES: CONFRONTO DE IDENTIDADES

É pertinente afirmar que o reconhecimento da formação de uma identidade pode ser estabelecido a partir da identificação dela mesma no território. Alguns espaços se projetam como referência para a construção de uma identidade, na medida em que toda identidade representa um modo de identificar socioculturalmente o outro. Sob o olhar geográfico, o conceito de lugar, proposto por Tuan, está diretamente ligado à dimensão vivida do espaço e sua condição identitária.

Josimey Costa da Silva (2015, p. 7), ao discutir o legado e a memória de Natal na Segunda Guerra Mundial, afirma que “as imagens emblemáticas da guerra, na forma como ela foi vivida e reconstruída em Natal, interferiram vivamente, embora nem sempre conscientemente, na formação de uma imagem mental identitária da cidade.” Assim, partindo da perspectiva que a cidade de Natal é fruto de um processo de urbanização precoce, iniciada a partir dos anos 1940, cuja grande precursora desse evento foi a Guerra. Pode-se afirmar que a presença norte-americana em Natal durante a Segunda Guerra Mundial representa uma quebra de paradigmas no modo de vida da cidade:

O desembarque dos soldados e oficiais se deu de forma gradual e em clima de certa tranquilidade - “os americanos começaram a chegar em Natal não duma vez, foram chegando aos poucos, construindo a base, chegando, chegando... quando o povo de Natal deu fé, a cidade estava cheia de americanos, que chamavam de gringos, de galegos. (Pedreira, 2009, p. 223)

O cotidiano pacato da cidade passa a vivenciar o contexto da guerra, na medida em que a aproximação sociocultural entre os soldados estadunidenses e a população potiguar da época refletem abertamente na incorporação do modo de vida americano na identidade natalense: o *american way of life*. O encontro de culturas ultrapassa a barreira linguística, interferindo nos costumes, vestuário, alimentação, comportamento, musicalidade, bem como no uso e apropriação do espaço. (Melo, 2007, p. 113-5)

O professor Olavo de Medeiros, em um trecho, relata: “Eles introduziram a tomar cerveja deles, tomar uísque e Coca-Cola. A música também era a deles que imperava e tinha um trecho da praia que chamavam de Miami Beach” (Pedreira, 2009, p. 225).

O consumo de Coca-Cola, *Budweiser* e chicletes, uso de calças jeans e de óculos *Ray Ban* pela população natalense demarca essa introdução modernista norte-americana de bens de uso à população da cidade. Segundo o professor Protássio Pinheiro de Melo (Melo, 2007, p. 111), a confraternização com os galegos marcou os hábitos e os costumes da sociedade, introduzindo expressões estrangeiras, de tal forma que “a linguagem também começa a receber palavras novas, como ‘táxi’, ‘my friend’, ‘yes’, e ‘ok’ e ‘senorita’ para todas as mulheres da terra sem distinção de classe, ‘godeme’, palavra que significava ‘danado’, entre os soldados”, denotando um constante processo de adaptação comunicativa entre os potiguares, que não compreendiam o inglês e os soldados que desconheciam o português. Isso, por vezes, deu ori-

gem a um inglês “abrasileirado”.

É possível salientar que esse confronto de identidades também foi um agente introdutor da cultura e da comida típica local aos *galegos*. Os soldados e civis norte-americanos consumiam comidas típicas potiguares por meio de trocas:

Raimundo Nonato Brasil conta que ainda criança começou a beber com os soldados americanos, pois era ele um dos encarregados de trocar as refeições nos alojamentos: Eu entrava e os soldados gostavam de mim, porque eu era pequeno e comprava bebida pra eles escondido. Almoço, eu trocava o almoço deles por carne de charque, jabá, farofa com cebola (Pedreira, 2009, p. 226).

Segundo a historiadora Flávia de Sá Pedreira (*Ibid.*, p. 225-7), estes também adquiriram o hábito de frequentar as praias do litoral natalense, bem como, a partir de interesses amorosos, aprender a linguagem local.

## 9. JAZZ E NAMORO NAS FESTAS DOS USO'S

Os USO's (Organização dos Serviços Unidos) eram os clubes de festa organizados pelos militares estadunidenses, segundo Giovana Paiva de Oliveira (2008), localizados no bairro de Petrópolis e no bairro da Ribeira. Lugares em que a elite natalense tinha contato com estrelas do *show business* e do cinema hollywoodiano e grandes festividades conduzidas pelas bandas do exército norte-americano que difundiram o jazz às festas potiguares:

Ao longo de 1944, os USOs trouxeram para Natal artistas do cinema e do rádio, como Tyrone Power, Nelson Eddy e a orquestra de Glenn Miller. Nestes casos, os shows eram exibidos no Teatro da Base aérea Estadunidense. [...] Em todos eles, no entanto, eram convidados as autoridades civis e militares e um grande número de pessoas da sociedade, quando eram distribuídos convites e disponibilizados transportes na Avenida Rio Branco, Cidade Alta (Oliveira, 2008, p. 185-6).

O principal bairro de Natal, na primeira metade do século, era a Ribeira, importante cenário durante a estadia das tropas americanas e encontro de grandes personalidades importantes na historiografia do Rio Grande do Norte, como Café Filho, Câmara Cascudo, Januário Cicco, Henrique Castriciano, Zé Areia, Newton Navarro e muitos outros que frequentavam ou moravam na Ribeira. É no coração da Ribeira onde o Grande Hotel nasce, como reafirma a avó de uma das autoras em entrevista: “Era uma festa lá na Ribeira, principalmente no Grande Hotel. Tudo muito chique. O centro da cidade era a Ribeira”. De certo, o Grande Hotel representa o berço de grandes transformações sociais, econômicas e políticas, não apenas de Natal, mas também do Rio Grande do Norte (Melo, 2007, p. 114-5).

No auge da Guerra, surgiram os primeiros restaurantes, bares e cabarés da época. Figuras ilustres como a famosa cafetina “Maria Boa”, como afirma a professora Josimey Costa da Silva (2015, p. 81), “Maria Boa faz parte de um universo pouco explorado de narradores: o feminino”. Tal qual, o romance permeava entre as potiguares e os soldados americanos, as

mulheres natalenses começaram a adotar alguns costumes americanos, sob uma perspectiva moderna e chocante para os mais conservadores da época. A crescente influência americana se faz presente nos cinemas da época também, que passaram a exhibir filmes hollywoodianos.

**Imagem 2** — Ator Tyronne Power em Natal



ator Tyronne Power em Natal, em 1945. (Arquivo de J. Alves de Melo)

Fonte: Diário de Natal (1945)

## 10. ALLAH — LA Ô: GALEGOS E NATALENSES NA FOLIA

Durante as festividades tradicionais, os galegos confraternizavam com os natalenses. De certo modo, o carnaval natalense se destaca por cativar os americanos, que desconheciam as tradições e os festejos brasileiros. Melo (2007, p. 114) relata que “entravam nas danças de rua, pulavam, imitando os natalenses, cantavam, gritavam e tentavam dançar o ‘passo Pernambuco’”.

O Professor Protásio Pinheiro de Melo afirma:

[...] que aqui se fantasiavam de mulher, brincando lá no Grande Ponto, bebendo e brincando, onde é a Praça Kennedy hoje, o Grande Ponto era ali. Onde era o curso, onde se reuniam, onde funcionava o Carnaval, eles iam todos pra lá. Tanto que há um fato curioso, numa quarta-feira de cinzas, um folião desses mais animados, quando chegou lá, estava tudo escuro, ele ficou horrorizado com aquilo e perguntou para um brasileiro: “Ei, amigo, por que não mais Cecília?” Cecília era aquela marcha, famosa marcha de Carnaval. Aí o camarada explicou a ele que era quarta-feira de cinzas e tal... ficou triste como o diabo! (Pedreira, 2009, p. 226).

Todavia, as festas do carnaval natalense não eram marcadas apenas pela harmonia social. Havia uma dinâmica, por vezes, tensa de confrontos identitários e contraposições acerca de certas restrições aos festejos, nos quais a população potiguar tenta reafirmar seus valores culturais em contrapartida à imposição do *american way of life* (Pedreira, 2009, p. 229).

## 11. A CULTURA COMO HERANÇA

Existem outras marcas para a constituição da cultura natalense, mas, sem dúvida, a Segunda Guerra Mundial mergulhou a população natalense em um misto de cultura e de expressões diversas e antagônicas, tendo em vista que a presença dos americanos exerceu poder sobre o uso da cidade e as perspectivas de uso e construção dela. Uma dessas marcas são as expressões herdadas do contexto de guerra, como a expressão “galado”. Historicamente, denota-se ao período potiguar dos anos 1940 das festas “mais chiques”, onde a exigência de que os convidados utilizarem roupas de gala, logo fez com que os natalenses, sobretudo os que não tinham condição de ir a essas festas, passarem a ser referir aos convidados dessas festividades como “galados”. Há recortes históricos e linguísticos de expressões muito utilizadas, mesmo que despreziosamente, no cotidiano natalense.

Apesar da grandiosidade do acontecimento e a dimensão que possuía, poderíamos arriscar a afirmação de que o legado das transformações socioculturais da presença americana na capital potiguar não ficou devidamente marcado na historiografia da cidade. O impacto causado à vida da cidade ainda pode ser visualizado, mesmo que difusamente no presente, através de gestos, palavras, nomes de lugares e em outros aspectos da cultura local.

A população que viveu o período como expectadora e sofreu suas consequências do período manteve, de maneira contemporânea, em palavras que perderam seus significados ao longo do tempo, mas que continuam nomeando lugares, bairros e praças da cidade — rampa, blecaute, trampolim — e elementos da sua paisagem, sejam muros que delimitam áreas militares, ônibus intermunicipais denominados Parnamirim Field e Trampolim da Vitória entre outros. Há um desconhecimento quase generalizado da dimensão e da repercussão de um momento histórico mundial que tracejou linhas que delinearão o presente do potiguar.

## 12. VIVA A CULTURA POTIGUAR!

Consoante o geógrafo brasileiro Milton Santos (2006), rugosidade do espaço é um conceito que expressa as heranças do passado em forma de espaço construído e de paisagem, tratando-se de um processo de acumulação, superposição. Através de uma releitura do conceito de rugosidade proposto por Santos, é possível partir de uma análise não apenas física, mas também cultural. Logo, apesar das mudanças ocorridas na paisagem, oriundas do tempo, conclui-se que os elementos culturais, à exemplo das expressões linguísticas, permanecem vivos no cotidiano dos habitantes de Natal, tornando-se essa uma herança cultural própria que reflete o espaço.

**Imagens 3** — Parnamirim Field na década de 1940



**Fonte:** fatosmilitares.com (2016)

**Imagem 4** — O município de Parnamirim em 2020



**Fonte:** agoram.com (2018)

## CONCLUSÕES

Natal, cidade do mundo. Se, nos primórdios, os potiguares conviveram com portugueses, espanhóis, holandeses e franceses, anos depois, a invasão americana cooperou significativamente para estabelecer as influências sofridas ao longo dos séculos. A presença americana em Natal durante a Segunda Guerra, mais do que um marco de resistência ao tempo e às ideologias, simboliza um passado recente de uma cidade pioneira para as origens da aviação comercial, berço de grandes transformações sociais, econômicas e políticas, não apenas da capital potiguar, mas também do Rio Grande do Norte.

Ao considerar a grandiosidade da presença da participação de Natal na Segunda Guerra Mundial, a leitura deste artigo apresenta uma reflexão didática acerca das imagens quase que desconhecidas do evento que sobrevivem na paisagem urbana, nas memórias, em alguns hábitos e nos trejeitos de um vocabulário informal natalense que presenciamos na atualidade. O estudo evidencia a necessidade de uma expansão de reflexões teóricas que envolvam temáticas culturais no território potiguar, sobretudo, apresenta um universo de temas de pesquisas a serem explorados. Esse interesse renovado pela pesquisa acerca das interfaces da Segunda Guerra configura aspectos de um marco registro muito profundo da cidade, no sentido que a intensidade da dimensão espacial vivida ainda repercute na cultura potiguar.

## REFERÊNCIAS

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**, 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Natal: UFRN, 1980. 50p.

MELO, Protássio Pinheiro de. Americanos em Natal; Natal Não-Há-Tal: **Aspectos da História da Cidade do Natal/Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo**; org. João Gothardo Dantas Emerenciano, Natal: Departamento de Informação, Pesquisa e Estatística, 2007. p. 110-115.

OLIVEIRA, Giovana P. **A cidade e a guerra**: A visão das elites sobre as transformações do espaço da cidade do Natal na Segunda Guerra Mundial. Recife/PE, 2008. 143-178p. Tese (Doutorado) — Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/2951>. Acesso em: 20 set. 2021.

PEDREIRA, Flávia de Sá. Natal era só festa? Confronto de identidades durante a Segunda Guerra Mundial. *In*: Almir de Carvalho Bueno (Org.) **Revisitando a História do Rio Grande do Norte**. Natal/RN: EDUFRN, 2009. p. 219-242.

SAUER, Carl O. **Geografia cultural**. New York: Mac Millan, 1931. p. 4-6.

SILVA, Josimey Costa da. **A palavra sobreposta**: imagens contemporâneas da Segunda Guerra em Natal. 2. ed. Natal, RN: EDUFRN, 2015. p. 13- 85.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 92p.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**. São Paulo: Difel, 1983. 250p.

# GEOGRAFIAS FANTÁSTICAS: IMAGINÁRIOS COLETIVOS E A IDENTIDADE REGIONAL POTIGUAR

**Gabriela Paiva Marques**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
E-mail: [gabriela.marques.711@ufrn.edu.br](mailto:gabriela.marques.711@ufrn.edu.br)

**Andreia Aliny de Lima Furtado**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
E-mail: [andreia.furtado.704@ufrn.edu.br](mailto:andreia.furtado.704@ufrn.edu.br)

**Leonardo Lima de Oliveira**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
E-mail: [leonardo.lima.100@ufrn.edu.br](mailto:leonardo.lima.100@ufrn.edu.br)

**Alessandro Dozena**

Departamento de Geografia (CCHLA/UFRN)  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
E-mail: [alessandro.dozena@ufrn.br](mailto:alessandro.dozena@ufrn.br)

## 1 INTRODUÇÃO

O conceito de região que meandra pelos campos da Geografia, bem como os demais que, concomitantemente, se articulam em uma constelação da qual o espaço é categoria central, deve ser precedido por uma análise contextual, tornando viáveis as percepções entre os caminhos epistemológicos discutidos e adotados e o momento histórico-temporal do caminhar das sociedades. Assim, a Geografia, mesmo antes de sua sistematização científica, se propôs a desbravar os diversos mundos por meio de uma conjuntura fundada nas metodologias etnográficas e de relatos de viagens, na definição de regiões naturais e no reconhecimento dos modos de vida tradicionais, ainda que sob uma ótica de expansão do colonialismo europeu, da qual se amparam as visões de Vidal de La Blache, Max Sorre, Friedrich Ratzel e Alexander von Humboldt.

Sob o contexto histórico e de renovação do campo geográfico, vislumbram-se outros olhares e percepções para o desenvolvimento de uma Geografia Cultural, ancorada no método fenomenológico e na centralidade antropológica (Humanismo), pautada na retomada de análise dos elementos simbólicos e identitários que se configuram nas relações de pertencimento de grupos sociais no espaço, tornando a região o centro das discussões de identidades e apropriações simbólicas. Conforme Dantas e Morais (2012, p. 219), “recupera-se o humanismo, valoriza-se a história e ressaltam-se os valores socioculturais, ao mesmo tempo em que se afirma a importância da estética e do imaginário na análise geográfica”.

Contemporaneamente, compreende-se o esforço de reintroduzir os debates na academia a respeito do apagamento e encobrimento da história das populações autóctones e africanas e seu papel na construção de identidades culturais regionais, principalmente, fundamentadas na

tradição oral de saberes e histórias coletivas passadas entre as gerações. Tal história não é fielmente retratada nos livros, considerada subversiva aos olhos dos colonos e, posteriormente, das elites, mas permanece viva nas tradições, formas de pertencimento e interpretações fantásticas dos eventos históricos destes atores sociais. Conforme Cavignac (2003, p. 2), “No Nordeste, e ainda mais no Rio Grande do Norte, a história foi primeiramente escrita fora dos contextos acadêmicos e, essencialmente, pelas elites locais que tentaram apagar, a todo custo, as especificidades étnicas ao longo dos séculos”.

Os mitos e demais expressões de imaginários coletivos — aqui compreendidos como histórias representadas num misto de imaginário com o vivido e sentido, nas formas de figuras com estereótipos abstratos de selvageria, mitológicos e sobrenaturais — não são salvos a esta visão e transculturação etnocêntrica. Contudo, outrora ainda apresentando elementos indicativos de uma história e culto às raízes originais dos povos que os construíram.

Os mitos brasileiros vêm de três fontes essenciais: — Portugal, Indígena e África. A colocação é proposital e na ordem da influência. [...] O elemento branco, colonial, foi o responsável pela maioria dos mitos. Senão em volume mas em força modificadora, em ação contínua. Nenhum mito se imunizou do prodigioso contato e todos trazem vestígios, decisivos ou acidentais, sempre vivos, do “efeito” português (Cascardo, 2012, p. 46).

Portanto, o objetivo desta pesquisa está na análise dos imaginários coletivos, tidos como uma designação do simbolismo regional, presentes no cotidiano e nas manifestações populares do estado do Rio Grande do Norte, nas formas de lendas, mitos e seres encantados que vivem e sobrevivem nas matas e nas mentes dos potiguares. Para tanto, pretende-se, também, evidenciar os caracteres de origens das narrativas fantásticas, possibilitando uma abordagem emancipatória da história vivida e um realce enquanto resistência da identidade regional potiguar.

## **2 POR UMA PERSPECTIVA REGIONAL DAS IDENTIDADES: AS MANIFESTAÇÕES COLETIVAS**

A identidade regional de um povo se traduz no vernáculo de pertencimento ao coletivo, podendo ser expressa nas suas diversas formas de manifestações culturais, conhecimentos e fazeres tradicionais. Trata-se de um processo de (re)construções que engloba a autoconsciência do indivíduo e o reconhecimento da comunidade a qual pertence. Conforme Bertagnolli (2015, p. 48), “as sociedades são resultados de processos (mitológicos e históricos) de (con)textualização e de (des/re)contextualização de identidades culturais, ao longo do tempo”.

O conceito de região é, então, tomado para além de uma delimitação positivista e de ordenamento territorial, passando também a ser compreendido como espaço construído por atores sociais em suas práticas, manifestações e conhecimentos que se reverberam na constituição de suas identidades.

A indagação que se faz é a de como conceber uma teorização de identidades regionais de base cultural enquanto da globalização emergem tendências por uma homogeneização cultural, inclusive, já presente no contexto brasileiro e nordestino por meio do contato e miscigenação forçada no período colonial. Neste sentido, a abordagem de Ortiz (Almeida, 2009) — em seu conceito de transculturação — bem denota os impactos dos confrontos, trocas e imposições culturais do empreendimento colonial aos povos dominados, convergindo-as e dando origem a algo novo.

Esse processo se daria em três momentos: a desculturação, onde há a perda dos componentes culturais do povo dominado; logo, a incorporação de uma cultura externa imposta e, por fim, uma neoculturação, ou seja, a articulação dos elementos culturais originais junto aos externos adquiridos (Almeida, 2009, p. 92).

No que tange ao cerne do presente trabalho, destaca-se a abordagem de Câmara Cascudo que, de forma semelhante, já inferia tais relações étnicas e culturais em sua composição da classificação dos mitos em “primários e gerais”, dos quais identifica a tríade originária de indígenas, europeus e africanos e “secundários e locais adendos”, estes transculturados pela visão do colono.

Assim, divido em dois quadros gerais o mundo espantoso em que vivi. Mitos primitivos e mitos secundários e locais. Os primeiros subdividem-se em mitos-gerais indígenas (Jurupari, Curupira, Anhangá, Boitatá, Tupã, Ipuípiaras etc.) e os europeus diversificados pelo elemento colonial brasileiro (amerabas, negros mestiços) [...] (Cascudo, 2012, p. 4).

### **3 A CONSTRUÇÃO DA CAPITANIA DO RIO GRANDE**

Durante a ocupação inicial da colonização no espaço brasileiro, mais especificamente, no que hoje se interpreta como região Nordeste, o objetivo primordial esteve calcado no estabelecimento de uma produção econômica a ser desenvolvida na colônia para a alimentação do mercado que tanto favorecia a metrópole. O império lusitano teceu, então, nas terras do litoral nordestino, uma produção econômica voltada para o exterior e laborada braçalmente pela força escravista indígena e, posteriormente, africana.

O cultivo da cana-de-açúcar, primeiro empreendimento na colônia, se desenvolveu em torno de um ponto central representado pela casa grande do senhor de engenho, a partir da qual se ramificavam um novo espécime de estrutura econômica, política, social e cultural particular. Tal ligação forçosa e, por muitas ocasiões, perpetrada pela violência, entre os diversos povos foi capaz de miscigenar e originar novas formas culturais e identitárias nas terras alienígenas pouco conhecidas. O povo potiguar, bem como o brasileiro, é fruto de diversas relações e manifestações culturais, uma grande e violenta miscigenação. Como bem afirma Cascudo (2010, p. 131), “[...] a miscigenação era intensa e lógica”, vinda desde a introdução permanente de sociedades no Brasil, até a geração proveniente daqueles vindos da escravidão e passa até hoje

por dificuldades decorrentes dessa época de morte, fogo e sangue.

Por isso, é importante que manifestações da cultura popular, como a literatura de cordel, as danças e folguedos, as feiras livres, as festas religiosas, o artesanato, o teatro e os museus onde são guardados parte dessa cultura, sejam conhecidos, visitados, para que, através da participação, possamos manter vivas as nossas raízes e história daqueles que nos antecederam (Felipe e Carvalho, 1999, p. 92).

É neste contexto de violência explícita que se desenvolvem mecanismos de retaliação e sobrevivência, através da migração compulsória a terras isoladas e de difícil acesso em meio ao sertão, serras e zonas alagadas. Dessa forma, as “comunidades” são unidas com base nos caracteres endogâmicos e de formação social pautada em grupos familiares extensos e de comum habitação territorial.

Assim, geralmente, o território, o lugar de residência e os laços de parentesco são elementos definidores da identidade coletiva, sendo a agricultura aliada à caça, à pesca e ao artesanato as atividades que possibilitam a sua sobrevivência. As formas de organização social e o modo oral de transmissão da cultura não se diferenciam fundamentalmente das dos grupos vizinhos, com a exceção de alguns rituais ou danças religiosas próprias ao grupo: Dança do “Espontão” em Caicó e em Boa Vista, município de Parelhas; Dança de São Gonçalo, em Portalegre, Dança do Pau Furado em várias comunidades, etc. (Cavignac, 2010, p. 8).

O papel salientado por uma emergência étnica no Nordeste e no Rio Grande do Norte passa, então, pelas diversas manifestações de afirmação e reivindicação identitária, presentes, por exemplo, nos saberes fazeres coletivos, toponímias e narrativas fantásticas da história vivida ou concebida. Neste caso, tem-se na consagração de imaginários — representados por lendas, mitos e seres encantados — formas persuasivas de preservar a tradição destes povos que formam a identidade potiguar.

#### **4 ENTRE LUTAS E REINVENÇÃO SIMBÓLICA: DESBRAVANDO AS TERRAS POTIGUARES**

Vinculadas à caracterização dos imaginários, percebe-se que as manifestações de contos fantásticos encontram amparo, principalmente, na difusão oral dos saberes entre as gerações, estando construídas sob os pilares de identidades pautadas nas religiosidades e cosmogonias dos povos. Acerca desses fatos explicitados, tem-se a crítica, reivindicada por grupos indígenas e afro-brasileiros, à incorporação dos termos folclore, lendas e mitos nas abordagens destes temas que não podem ser definidos apenas como “estórias” de seres metafísicos e sobrenaturais, mas sim, como história vivida de seus povos.

Tem-se, então, que as narrativas fantásticas presentes no Rio Grande do Norte não necessariamente evidenciam o caráter de origem vinculado à esta região, sendo inclusive muitos dos contos originados na região amazônica e, majoritariamente, pelo tronco linguístico tupi-

-guarani. A questão está, portanto, no modo pelo qual estas narrativas são apropriadas e reconstruídas na mente dos potiguares, assumindo novas formas e características que são intrínsecas à dimensão deste espaço e que funcionalizam a reverberação de múltiplas identidades regionais continuamente construídas. Concebe-se, por seguinte, algumas representações de seres fantásticos presentes na cultura e identidade regional potiguar.

Os mitos do litoral são de todo nordeste, de todo Brasil. No mar há Sereia e não se conhece a Mãe-d'Água senão em época de inverno, nas enxurradas dos rios sertanejos. Corre o Lobisomem, chocalha a Burrinha-de-padre, clareia o Mbatatão. A Caipora chibateia os cães dos caçadores descuidados no oferecimento de fumo e, às vezes, de cachaça. Vivem os mitos locais de cobras, antas, vozes, visões luminosas que passam, assombrando. As praias estão cheias de lendas, contadas na sombra dos coqueirais, quando as jangadas dormem nos rolos amarelos na areia resplendente. Para o sertão e alto-sertão, ou sertão-de-pedra, os mitos são ásperos, bem portugueses (Casudo, 2012, p. 39).

#### 4.1 A BURRINHA DO PADRE

Originada dos contos fabulosos ibéricos, trazidos às Américas por portugueses e espanhóis, a lenda diz que, em povoados onde casas rodeiam uma igreja, em noites densas e escuras, é possível se contemplar e se horrorizar com a aparição da criatura. A criatura se traduz do “envultamento” feminino no corpo de um animal, a burrinha, como forma de castigo individual a uma mulher que, em vida, se relacione amorosamente com um clérigo. As versões se encontram por todo o Brasil, adquirindo particularidades entre cada região ou povoado. No Norte e Nordeste é que adquire a denominação de burrinha ou burrinha do padre, sendo popularizada nas demais regiões do país sob o nome de mula sem cabeça.

Luiza Maria Freire, de Macaíba, moradora em Natal, contou-me que a Burrinha-de-padre é o castigo de quem se amanceba com o vigário da freguesia e não é amaldiçoada antes de o padre ir celebrar missa. É igual a uma burra, tendo a diferença de uma larga lista branca no pescoço. Corre velozmente e é acompanhada por um barulho de ferro que se ouve longe. Não para um instante de correr nem de rinchar. Mata quem encontra, a coices. O coice é pior que um tiro. Um ferimento que faça sangue quebra o encanto e a mulher volta a sua forma humana. Aparece, então, inteiramente nua. Somente despida é que a manceba pode ser castigada pela penitência. O padre com quem vive ou tem relações é lembrado por uma “visagem” que lhe toma as feições e monta o dorso da Burrinha (Casudo, 2012, p. 171).

Sua descrição fisionômica na forma amaldiçoada é a de uma mula sem cabeça, de tom amarronzado escuro, cruz de cabelos brancos, olhos de fogo e facho luminoso na ponta da cauda. Se alguém ousar passar na frente de uma cruz à meia noite também poderá avistá-la. Os mais antigos promovem a ideia de que há muito tempo, na cidade de Macau, ela era uma bela mulher que foi amaldiçoada pela população por namorar o padre de uma igreja local.

Luís Velho, morador em Cruzeiro, Canguaretama, Rio Grande do Norte, encontrou uma Burrinha e empenhou-se numa luta furiosa. Terminou ferindo-a com um chuço. Reapareceu a figura humana e Luís Velho reconheceu uma menina rica, de família poderosa (Luís Velho deu o nome da menina e da família; não a registro porque são ambas conhecidas no município). Deixou-a em casa enrolada com a roupa que lhe emprestou e recebeu uma boa quantia em dinheiro para não contar o caso. Veio, entretanto, para o vizinho município de Goianinha a fim de livrar-se das emboscadas com que a ex-Burrinha pretendia livrar-se da fama de sua “moléstia” (Casudo, 2012, p. 171).

É bom salientar que o encontro com a criatura proveniente do desconhecido pode ser fatal. Após se transformar em uma encruzilhada, geralmente na madrugada da quinta para a sexta, ela irá percorrer sete povoados e, se alguma alma desafortunada a encontrar, terá seus olhos, unhas e dedos chupados pela besta. Apesar do nome, ela tem cabeça e lança fogo em um vermelho intenso pelas narinas e pela boca, onde grandes freios de ferro estão presentes. É possível escutá-la após a meia-noite, com seu galope pesado e altos relinchos rasgando a escuridão.

Mas, nem sempre encontrar a criatura pode ser fatal, isto caso se trate de uma pessoa esperta, poderá deitar-se de bruços no chão e esconder as unhas e os dentes, e ela irá ignorá-lo. Aventureiros preocupados com a bela mulher podem quebrar ou tentar quebrar a maldição, tirando os freios de sua boca, fazendo-a voltar a forma humana e a libertando de seu pesadelo. Mas, na hora do horror, poucos são aqueles que sabem lidar com a terrível criatura.

**Figura 1:** Representação da Burrinha do Padre



**Fonte:** Elaborada pelos autores.

## 4.2 AS SEREIAS E MÃES D'ÁGUA

As personagens de sereias e mães d'águas, ainda que muito frequentemente confundidas no imaginário popular folclórico, não representam exatamente as mesmas entidades. As sereias habitam os mares e oceanos e se originam do conto mitológico grego e romano de Oceânides, enquanto as mães d'águas representam a simbologia religiosa indígena através da Ci, figura materna de todos os seres.

Sob o contexto regional potiguar, as sereias ainda se misturam à personagem de origem indígena denominada Cruviana e representante dos ventos e da neblina. Tratam-se de belas mulheres, de características humanoides e de peixe que personificam o mar. Vivem escondidas à espera de pescadores desafortunados que escutam seus cantos celestiais e buscam a origem de tal som, sendo capturados e levados às profundezas desconhecidas. Diz-se que, geralmente, nos tempos de chuva e frio, é possível encontrá-la no início da noite, proferindo seu canto mortal.

Depois de ter pescado por algum tempo, já um pouco cansado de pescar, ele e seus companheiros começaram a ouvir uma leve e atrativa melodia, alguns deles queriam ir ao destino e descobrir o que era aquele canto tão bonito, mas seu avô, já sabendo o que o aguardava, decidiu ir no mesmo instante embora. (Santos, 2019, p. 29).

**Figura 2: Representação da Sereia**



**Fonte:** Elaborada pelos autores.

#### 4.3 O BATATÃO

Representando o fenômeno físico do fogo fátuo — processo de formação de plasma através da oxidação de compostos orgânicos (fosfina, dióxido de carbono e metano) muito comuns em zonas de brejos e pântanos, o Batatão é conhecido por todo o território brasileiro e tem origem na figura do Mboitatá (Mboi: coisa; Tatá: fogo) na região amazônica. No Rio Grande do Norte, torna-se mais prosaico ao longo da Costa Branca Potiguar, e alguns dizem que seu surgimento foi proveniente da implementação da Unidade de Produção da Petrobras em Guamaré. Lá, existem gases que não podem ser processados pelo maquinário e são encaminhados para o queimador que, eventualmente, provoca uma grande chama ao se livrar de tais gases. Contudo, outras pessoas acreditam que a grande chama é algo sobrenatural e desconhecido; para elas o

Batatão é uma bola de fogo que flutua e pode perseguir as pessoas atacando em bando e mudando de tamanho enquanto se entrelaçam umas nas outras.

Esse senhor falou que estava pescando próximo ao presídio e que ele estava batendo a rede na água, para eliminar algas marinhas e todo tipo de material orgânico. Ele começou a contar que viu algo surgindo ao longe, um fogo, só que esse fogo se movia a uma certa altura do céu. Essa bola de fogo ficou em movimento e se aproximava de onde ele estava (Santos, 2019, p. 18).

**Figura 4:** Representação do Batatão



**Fonte:** Elaborada pelos autores.

#### 4.4 A ANTA ESFOLADA

Conta-se que, há muito tempo, onde atualmente se localiza o município de Nova Cruz, um pequeno povoado habitava a região e costumeiramente narrava a aparição de uma criatura aterrorizante em forma de anta. Tratava-se, conforme tais descrições, de um antigo espírito protetor da natureza até ser capturado por um caçador que, acreditando ter matado a criatura, começou a esfolá-la viva. No meio do processo, a enorme anta despertou e começou a gritar de dor, com seus olhos sangrando e cravando ira e desespero, levando-a à loucura e fazendo-a matar os mortais que uma vez a machucaram.

Diz-se que o animal vaga durante as noites em busca de sua pele arrancada. Segundo o conversar popular, foi enterrada na beira do rio Curimataú. Um missionário encomendou ramos de inharé de Santa Cruz, uma árvore sagrada, que ele fincou no local em que a criatura costumava passar, fazendo o pequeno povoado ficar conhecido como Nova Cruz.

**Figura 3** — Representação da Anta Esfolada



**Fonte:** Elaborada pelos autores.

#### 4. 5 A CAIPORA

Originada nas narrativas dos mitos primitivos difundidos pelos tupis-guaranis na região amazônica, a Caipora se forma da união entre as figuras do Curupira e Caapora e assume o papel de protetora da caça e dos animais, punindo os caçadores que matam por diversão e gritando com timbre semelhante ao masculino para atrair suas vítimas. É descrita nas versões de habitantes do Acre e sertanejos nordestinos como uma figura feminina de baixa estatura, grandes cabelos rubros e com pelos cobrindo o corpo. Não sendo identificada nas obras jesuítas, é por Gonçalves Dias que se analisa a sua relação com o Kaagire ou Kaagerre, ambas representando o pavor da floresta virgem povoada das noites tropicais.

Os relatos de sua aparição remontam às épocas de chegada das frotas lusitanas e se encontram presentes em várias regiões do país, adquirindo, em cada qual, versões diversas. No Norte e Nordeste, adquire a denominação de Caipora e é simbolizada por uma figura feminina, destacando-se na oralidade dos sertanejos do interior nordestino. Diz-se, por estes últimos que, para prevenir um encontro desafortunado com a criatura, deve-se levar consigo um pouco de fumo ou cachaça para agradá-la

No nordeste e norte do Brasil, o Caapora é a Caipora, figura de indígena pequena e forte, coberta de pelos, de cabeleira açoitante, dona da caça, doída por fumo e aguardente. [...] A Caipora nordestina é mulher, monta o porco-do-mato e ressuscita os animais abatidos. [...] Depois de uma caçada feliz, no município de Augusto Severo, Rio Grande do Norte, acamparam os caçadores, noitinha, para arranjar jantar. Entre outras peças escolhidas, prepararam um tatu, que se come assado no próprio casco (Casudo, 2012, p. 106).

**Figura 3:** Representação da Caipora



**Fonte:** Elaborada pelos autores.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises bibliográficas e das pesquisas realizadas sobre os imaginários coletivos e as narrativas fantásticas do estado do Rio Grande do Norte, pode-se observar que estes se definem enquanto designações simbólicas regionais, possuindo origem nos elementos religiosos, cosmogônicos e folclóricos, principalmente das culturas africana, indígena e portuguesa. O caráter de origem das narrativas não necessariamente possui origem centrada na região nordeste; contudo, os contos destes seres encantados apresentam características distintas do ponto de vista regional, como se tornou possível extrair a partir das respostas obtidas no questionário disponibilizado pela pesquisa, no qual se diferenciam em denominações e características de personalidades distintas. Portanto, a partir do trabalho, conclui-se que essas manifestações populares estão presentes no estado do Rio Grande do Norte, vivendo e sobrevivendo no imaginário e na experiência dos potiguares.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, E. O espaço da transculturação. **Outra travessia**, n. 8, p. 91-97, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/16675>. Acesso em: 16 out. 2023.
- BERTAGNOLLI, G. B. L. **Processos de Construção de Identidades Regionais: cultura imaterial, identidade e desenvolvimento**. PERSPECTIVA (EREXIM), v. 39, p. 47-54, 2015.
- CASCUDO, L. C.. **Geografia dos Mitos Brasileiros**, 1. ed. digital. São Paulo: Global Editora, 2012. 382p.
- CASCUDO, L. C. **História da Cidade do Natal**, 4. ed. Natal, RN: EDUFRN, 2010. 692p. (Coleção História Potiguar).
- CAVIGNAC, J. A. A etnicidade encoberta: 'índios' e 'negros' no Rio Grande do Norte. **Mneme - Revista de Humanidades**, [S. l.], v. 4, n. 08, abr./set., 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/167>. Acesso em: 3 out. 2023.
- DANTAS, Eugênia Maria; MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Região no contexto da renovação da Geografia**. Natal: UFRN, 2008.
- FELIPE, J. L. A.; CARVALHO, E. A. De. **Atlas escolar do Rio Grande do Norte**. João Pessoa, PB: Grafset, 1999.
- SANTOS, A. D. G. **Mitos, lendas e histórias da Costa Branca Potiguar**. 1. ed. Macau: Edição do autor, 2019. 74p.

# OS SIGNOS NA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO MUNICÍPIO DE AURELINO LEAL/BA

*Ian Felipe Nascimento*  
Universidade Estadual de Santa Cruz  
E-mail: [nascimentoian31@gmail.com](mailto:nascimentoian31@gmail.com)

*Tereza Genovena Nascimento Torezani Fontes*  
Universidade Estadual de Santa Cruz  
E-mail: [tgfontes@uesc.br](mailto:tgfontes@uesc.br)

## 1 INTRODUÇÃO

Fazer menções históricas do município por meio de abordagens é trazer fatores de organização do espaço habitado por gerações na história do lugar e pela narrativa de uma população que vivencia as suas lembranças, marcada temporalmente por significados e sentimentos diferentes presenciados por vários momentos, seja a partir dos pressupostos de aspectos culturais, signos ou rugosidades do espaço geográfico de Aurelino Leal/BA.

Contextualizar as transformações no espaço geográfico é falar das modificações que o município obteve, ao longo das décadas, na paisagem e as mudanças que contribuíram para um espaço em construção que impactaram a memória histórica de pertencimento do lugar de um morador, um bairro ou da cidade. Identificar a mudança temporal será de grande relevância para compreendermos a espacialização populacional do município e relatarmos a realidade do município de Aurelino Leal. O desenvolvimento da organização do espaço leva à tona histórias significantes para as gerações que já se foram e para as que, atualmente, desfrutam de todas as evoluções e transformações que o município obteve durante todos esses anos.

O que na paisagem atualmente representa um tempo do passado, nem sempre é visível ou vislumbrado como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento. Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator (Santos, 2006, p. 91).

O município de Aurelino Leal começou a se desenvolver anteriormente nos primórdios das suas origens, sendo nomeado pela população por São Miguel, que era considerado apenas um povoado. Este lugarejo desenvolve-se com a construção da estrada e da linha ferroviária em 1930. Em 1940, teve o seu nome modificado para Itaipava e, posteriormente, em 1943 foi novamente renomeada a Poiri, sendo Distrito de Itacaré. Seu desenvolvimento foi impulsionado pela comercialização do produto do cacau, que era predominante na região. “Em 15 de dezembro de 1961, através da Lei nº 1.579, foi emancipada de Itacaré, recebendo legalmente o nome de Aurelino Leal-BA” (IBGE, 2017, p. 1).

Aurelino Leal possui dois distritos municipais: Poço Central e Lage do Banco, somando-se, também, a Zona Rural e Zona Urbana que tem a quantidade de seis bairros atualmente. A cidade que é banhada pelo Rio das Contas e fica próxima a duas rodovias: a BR-030 e a BR-101 (IBGE, 2017).

Dessa forma, citamos as comemorações da festa do folclórico como evidência de alguns fatos históricos da cultura de Aurelino Leal, especificamente, a figura do bumba-meu-boi, predominando por muitos anos e desaparecendo com o passar do tempo; as canoas, que fazem parte da cultura municipal; a capoeira e os trilhos do trem, que passavam pela rodovia da BR-030 para comércio de cacau.

No ano de 1931, o município de Aurelino Leal começa a se desenvolver através das mudanças que ocorreram na economia e globalização do comércio, em aspecto cultural e expansão do território e suas peculiaridades férteis de uma vegetação predominante e comercialização cacauera.

A ideia da Ferrovia Ilhéus-Itapira, que na verdade só veio até São Miguel (atual Aurelino Leal), era a de mais tarde ligar Ilhéus até Ipiáú e Jequié, mas o rio das contas foi considerado um empecilho e a estrada parou do outro lado mesmo e nunca mais foi ampliada. Para a nossa vila, essa estrada representou muito. Foi depois dela que Itapira viu a sua dependência de Itacaré cada vez menor e o seu comércio aumentar. Além disso, um novo povoado surgiu na outra margem do rio, nas proximidades da estação ferroviária, Aurelino Leal que, nessa época, era um pequeno povoado[...] Armazéns, pequenas pensões, cabarés, depósitos de cacau surgem no local para servir a demanda das pessoas que vinham à Itapira pela estrada de Ferro. Assim surgiu o arraial de São Miguel, que logo teve seu nome mudado para Itaipava, posteriormente Poiri. Essa estrada facilitou, também, a emancipação de nossa cidade (Oliveira, 2010, p. 25).

## 2 ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO MUNICIPAL

O município dispõe de seis bairros: Bela Vista que, segundo relatos da população, tem esse nome por possuir o relevo mais alto da cidade; São Cosme, nome cuja raiz se deu pela grande influência da população do bairro ser adepta de São Cosme, o qual localiza-se próximo à entrada da BR-101; o Centro, onde se localiza o fluxo do comércio local; a Av. Alonso, o bairro mais distante do centro da cidade; ACM, bairro conhecido por ser o local do estádio de futebol; Ipiranga e o bairro mais novo da cidade, o Humberto Barbosa, que tem o nome em homenagem a um dos prefeitos antigos da cidade.

Dispõe de praças, igrejas e escolas que fazem parte da história, como a praça Ramiro Teixeira, que está localizada no bairro do Centro, a praça da Igreja Católica, muito importante para o município, assim como a primeira Igreja Assembleia de Deus Madureira, Igreja Assembleia de Deus Missão, Igreja Batista Peniel, Igreja Enviar *Church*, Igreja Universal, por ter as suas ricas contribuições de cunho religioso, social e no patrimônio histórico municipal. Dessa maneira, as primeiras escolas, Escola Normal 2 De Julho e Escola Estadual Professora Maria Olímpia, são escolas de suma importância para a formação estudantil da população. O bairro

do centro não é um bairro violento, formado por uma população mais idosa, onde surgiram as primeiras casas e o comércio local.

### **3 SIGNO**

O município de Aurelino Leal apresenta aspectos característicos de uma cidade conservadora em alguns “ícones culturais” que, desde então, têm sido presente ainda no município. Entretanto, os signos são presentes para os moradores da cidade e pessoas da região e de outros estados do Brasil. Quem passar por Aurelino Leal contemplará as canoas, caiaques no Rio de Contas, que faz uma divisa com Ubaitaba/BA, a cidade vizinha, e sua representatividade, também, na seleção brasileira de canoagem, o atleta Isaquias Queiroz dos Santos, da cidade de Ubaitaba.

Na estrada onde passavam os trilhos de ferro da ferrovia de Aurelino Leal, antiga Poiri, tem a BR-101 que faz ligação com as demais cidades da região. Os signos da religião presente na cidade são as Igrejas.

O cacau é um signo que é de suma relevância para a região e para o município, por ser muito comercializado e contribuir para o desenvolvimento da região, que significou um espaço de poder.

Os meios de transportes aquáticos, que integram o comércio do município, são muito importantes para quem não tem um automóvel, pois é de fácil acesso para a zona urbana de Ubaitaba, onde geralmente o fluxo de pessoas aumenta todo sábado, devido à feira livre que a população dos dois municípios integra e compartilha.

A representação de traços no mosaico no centro da cidade, com diversas imagens que retratam aspectos do município presentes às margens do Rio de Contas, é um signo de vida e de sobrevivência. A bacia hidrográfica do Rio de Contas é de suma relevância para a população como fonte de renda e sustento da comunidade ribeirinha, que sofre, hoje, com problemas decorrentes do desenvolvimento urbano das cidades que compõem a bacia; os peixes vêm morrendo em decorrência dos efluentes lançados no rio sem nenhum tratamento adequado.

Representaremos alguns dos signos que integram o espaço municipal geográfico de Aurelino Leal, os quais refletem alguns dos lugares que demonstram a identidade da organização espacial do município estudado.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os resultados aqui presentes são fruto de uma atividade de campo com imagens dispostas pelo autor, para evidenciar, por meio de fotografias, lugares e signos do espaço geográfico que integram o município de Aurelino Leal.

Os signos de Aurelino Leal somam-se às representatividades religiosas, espaços públicos como praças e escolas municipais ou a estadual, que assistem à população local e aos

distritos de Aurelino Leal; espaços públicos como a delegacia, cartório municipal, também expressam esta integração, signos como mosaicos artísticos e pinturas em muros do município revelam a arte e cultural. Os signos com uma significância de sobrevivência para população de baixa renda, como as canoas e balsas, que são, sobretudo, um meio de transporte para os municípios de Aurelino Leal e Ubaitaba, meio de locomoção que é fonte de renda para os familiares locais.

A Figura 1 demonstra a primeira Igreja Católica no centro municipal com sua arquitetura de anos preservada e com uma importância de cunho religioso memorável para a população e para diversos padres que deixou um pouco da sua identidade para os fiéis, como da população de Aurelino Leal.

Na Figura 2, a Igreja Assembleia de Deus Madureira, que integra o mesmo bairro da Igreja Católica e compartilham o espaço mantendo um ambiente harmônico na Av. Tiradentes no centro municipal há décadas.

**Figura 1** — Igreja Católica



**Figura 2** — Igreja Assembleia Madureira



Fonte: Nascimento, I. F., 2021.

Na Figura 3, está a fotografia da primeira Igreja Assembleia de Deus Missão do município de Aurelino Leal, localizada no bairro do Centro municipal e, na Figura 4, a Igreja Batista Peniel, fundada em 1986, que é fruto da primeira Igreja Batista Nacional 20 de Outubro, que foi fundada em 1956, em Aurelino Leal. Ambas as igrejas já citadas dispõem de congregações no município e em povoados da região das proximidades.

**Figura 3** — Igreja Assembleia Missão



**Figura 4** — Igreja Batista Peniel



Fonte: Nascimento, I.F., 2021.

Demostramos, na Figura 5, a Igreja Universal, que foi fundada em 2014 no município de Aurelino Leal e, na Figura 6, a Igreja Independente e sem vínculo a nenhuma convenção. Esta última é uma das igrejas mais novas do município e fica localizada na entrada municipal.

Os signos religiosos são de grande importância para a população municipal de Aurelino Leal. Contribuições sociais e regionais, as igrejas do município têm promovido a paz onde se localizam há décadas; padres e pastores, obreiros e pioneiros, apesar de não estarem mais vivas, podem contribuir de forma significativa e honrosa para história de suas igrejas.

**Figura 5** — Igreja Universal



**Figura 6** — Igreja Enviar Church



Fonte: Nascimento, I.F., 2021.

O município de Aurelino Leal dispõe de duas escolas muito antigas na história da educação da cidade e da região. Atualmente, é um colégio compartilhado com a corporação do sistema de colégios CPM-BA, que vem assistindo os alunos da zona urbana, rural e das cidades vizinhas, tendo um fluxo de alunos diuturnamente.

Na Figura 8, temos o Colégio Estadual Professora Maria Olímpia. Situado no bairro do Centro, é uma das mais antigas escolas do município e fundamental para os alunos que estão concluindo no ensino médio. Um signo de grande relevância e merecimento de homenagem e, ainda mais, para os professores que deixaram seu legado e contribuição para os alunos do município.

**Figura 7** – Escola Normal 2 de Julho



**Figura 8** – Escola Estadual Pr. Maria Olimpia



Fonte: Nascimento, I.F., 2021.

Na Figura 9, demonstramos a delegacia de polícia do município de Aurelino Leal. Responsável pela segurança da população, é um signo espacial significante para os moradores da Rua Pedro João Longo, no Centro municipal, por ser uma referência por muitas décadas. Na Figura 10, no bairro Centro do município, está localizado o Cartório Municipal, um signo importante, principalmente para os registros de natalidade do município e para os distritos.

**Figura 9** — Delegacia de Aurelino Leal



**Figura 10** — Cartório Municipal



Fonte: Nascimento, I.F., 2021.

A Praça da Ciência, na Figura 11, é uma construção financiada pelo Banco do Brasil em conjunto com a Prefeitura e, desde sua construção, é uma praça que se tornou um signo de curiosidade para a faixa etária infantil e juvenil do município. O fluxo de pessoas na praça no período vespertino e no noturno é satisfatório para a população do bairro.

A Figura 12 é uma praça com uma arquitetura diferente. Trata-se de uma homenagem para um cidadão que faleceu e morava há muito tempo na localidade do bairro Ipiranga e foi homenageada pelo seu nome, São Marcos, simbolizando um signo icônico para a família dos Mouras.

**Figura 11** — Praça da Ciência



**Figura 12** — Praça São Marcos



Fonte: Nascimento, I.F., 2021.

Na Figura 13, demonstramos o porto das canoas, nas margens do Rio de Contas. É um meio de transporte muito antigo para a população de Aurelino Leal e Ubaitaba, por fazer o traslado das pessoas diariamente e por ser uma renda para muitos moradores que moram próximos ao rio, como em outras localidades do município. É um signo de fluxo fixo, pois, em

todos os sábados, ocorre a feira livre municipal de Ubaitaba e o número de pessoas é significativo e, ainda mais para o comércio local das duas cidades.

A ponte BR-101, na Figura 14, responsável pelo desenvolvimento municipal de Aurelino Leal e Ubaitaba, na época da monocultura do cacau na sua comercialização, é como um signo espacial fixo e de fluxo, pois diversos veículos circularem mercadorias para sobrevivência da região.

Na Figura 15 está o transporte que circula a maior quantidade de pessoas dos dois municípios, a Balsa Santa Luzia, comportando mais de 30 pessoas e funcionando diariamente, sendo uma fonte de renda para muitos trabalhadores dos dois municípios, e por estar mais próxima à feira livre de Ubaitaba, um signo espacial muito importante para a população que necessita do transporte, mas, quando o rio está cheio, dificulta o traslado das pessoas e o trabalho dos canoeiros.

**Figura 13** – Porto das Canoas de Aurelino Leal **Figura 14** – Ponte BR-101 de Aurelino Leal



**Figura 15** – Porto da Balsa Santa Luzia



Fonte: Nascimento, I.F., 2021.

Demostramos o mosaico feito de cerâmicas na Figura 16 e 17. As pinturas nos muros em frente à praça São Marcos é um signo artístico e de grande valor para o município, que foi feito no bairro do Centro pelo artista Betinho e equipe.

**Figura 16** — Mosaico no bairro do Centro Ipiranga



**Figura 17** — Arte nos muros do bairro



Fonte: Nascimento, I.F., 2021.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante ao objetivo do presente trabalho, identificarmos os impactos das mudanças no espaço geográfico da zona urbana no município de Aurelino Leal/BA, bem como os signos presentes no município.

Portanto, evidenciamos a relevância que esse trabalho representa para a sociedade e para as gerações futuras, pois, trouxemos à tona, além da memória cultural, o valor que precisa ser conservado para que não se perca a identidade cultural local e o sentimento identitário de lugar não seja esquecido, visto que a evolução temporal no espaço geográfico está sendo modificado pelas ações antrópicas, ação humana no âmbito urbano e em espaços públicos ou privados em todo tempo.

Em síntese, relatamos a relevância que o estudo tem para o conhecimento das gerações futuras locais e de cunho memorável para os atuais moradores, bem como auxiliar em novos estudos culturais e narrativos das pessoas que pertencem ao município de Aurelino Leal. O trabalho já apresentado demonstrou a relevância em outros estudos da história dos canoeiros do município, os quais são bem presentes na vida dos passageiros por se tratar de um transporte diário de fluxos fixos, como de influência econômica e social das pessoas que transitam diariamente no porto das canoas, como também uma rugosidade no espaço geográfico do município.

## REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Aleilton. **Traços e Retratos da Nossa História**. 2. ed. Itabuna/BA, 2010. Disponível em: <http://ubaitaba.com/historia/livro-de-aleilton/> Acesso em: 27 mar. 2021.

IBGE. **Aurelino Leal**. 2017, IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/aurelino-leal/historico> Acesso em: 27 mar. 2021.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

# NORDESTE, FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA E IDENTIDADE: BREVE TRAJETÓRIA

**Carlos Henrique Pereira da Silva**

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (CAPF UERN)

E-mail: [chenriqueuern@gmail.com](mailto:chenriqueuern@gmail.com)

**Carla Camila Gomes Freitas**

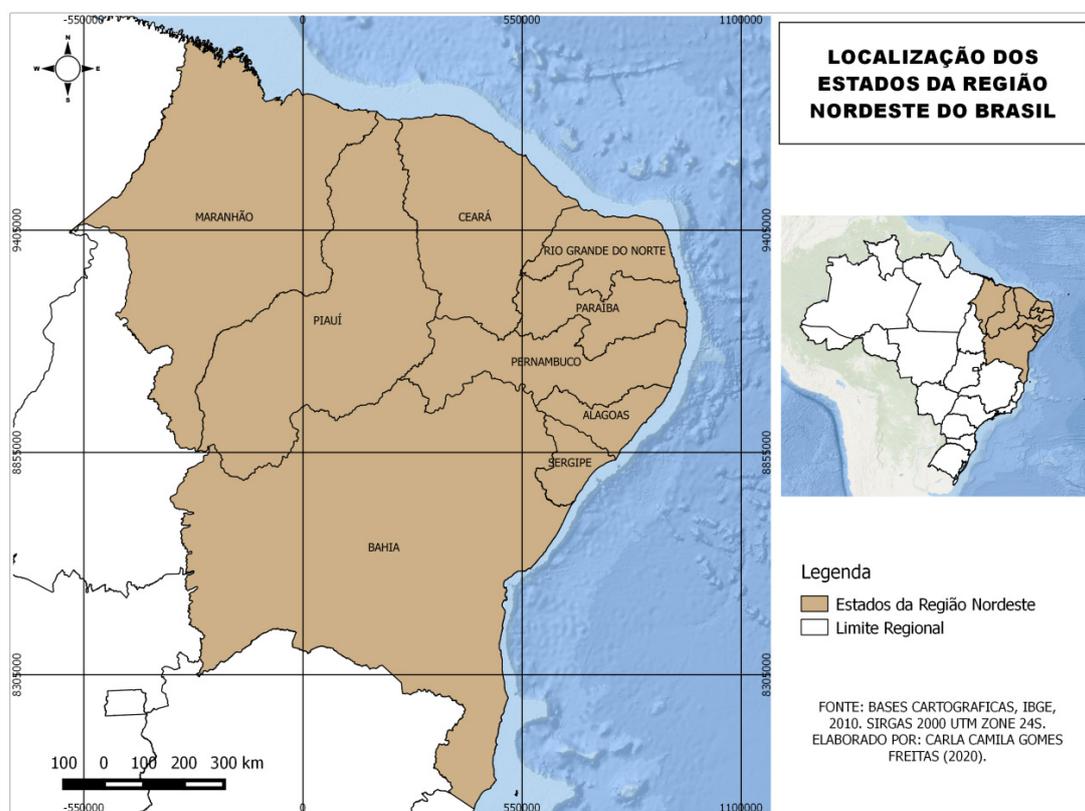
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (CAPF UERN)

E-mail: [camilla.gomes1@hotmail.com](mailto:camilla.gomes1@hotmail.com)

## 1 INTRODUÇÃO

Cada espaço geográfico traz à tona imagens, identidades, vivências, memórias e fatos que não são recentes, são marcas do tempo que formam as nações e distinguem as regiões. Nesse interim, este ensaio tem como objetivo principal apresentar uma breve discussão acerca da formação socioeconômica do Nordeste, bem como da identidade dessa região. Composta por nove estados, a região Nordeste (Figura 1) é umas das maiores do país, também muito populosa, contendo, em seu território, um dos semiáridos mais populosos do mundo, historicamente marcado por altas taxas de fecundidade.

**Figura 1** — localização dos estados da região Nordeste do Brasil



**Fonte:** Sirgas 2000 UTM zone 24s. Bases cartográficas (IBGE, 2010). Mapa feito pelos autores (2020).

Não se pode deixar de lado a formação que se ergueu na região, marcada pelas secas advindas do clima quente e seco do semiárido, com baixas médias de pluviosidade e um esquecimento histórico de planejamento territorial com políticas de assistência adequadas ao lugar e à massa populacional regional (Ab’Saber, 2003).

Na realidade, muitas das vezes o conceito de Nordeste se torna atrelado apenas à região de miséria, justamente por sua natureza de clima semiárido, o que constituiu tanto na região como no país um imaginário de moléstias, que tem a seca como fator causador de pobreza, nas mais diferentes veredas nordestinas (Castro, 2014).

As secas nessa região e a falta de políticas de convivência levaram a uma massa populacional de imigrantes para outras regiões do país, uma diáspora. No entanto, as poucas precipitações nessa região não diferem de tantas outras regiões semiáridas do planeta (Ab’Saber, 2003). Com altas taxas de evapotranspiração e poucas precipitações, essa região apresenta um clima quente e seco durante quase todo o ano, por isso a importância de políticas de convivência (Malvezzi, 2007).

Para tanto, esta pesquisa está inserida dentro da abordagem qualitativa. Segundo Minaryo (2008), a abordagem qualitativa ocupa-se de realidades de pesquisas que não podem ou não devem ser quantificadas, por tratar-se de estudos diretamente ligados aos sujeitos dentro de contextos históricos e sociais que colocam a pesquisa como ciência social e não-exata.

Não obstante, ao longo da construção desse trabalho, foram feitos estudos bibliográficos e descritivos que acabam sendo exploratórios, o que proporciona o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras (Lakatos & Marconi 2003).

O método de pesquisa utilizado foi o histórico, que consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época (Lakatos & Marconi, 2003).

Para tanto, este ensaio teórico está dividido em cinco seções. Além desta introdução com a problemática, objetivos e metodologia, a segunda seção intitulada “Ocupação territorial do Nordeste do Brasil”, breves apontamentos sobre a formação dessa região. A terceira seção, “Região nordeste: construção histórica simbólica”, traz abordagens sobre o simbolismo do Nordeste. A quarta seção, “Nordeste e suas identidades”, apresenta conceitos e temas sobre essa identidade nordestina. Por fim, mas não menos importante, as “Considerações finais” desse trabalho.

## **2 OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO NORDESTE DO BRASIL**

Com o surgimento do Estado Absolutista europeu e a constituição da primeira fase do capitalismo, o mercantilismo, e o surgimento da burguesia comercial, a grande empresa comercial da Europa passou a buscar novas rotas para a maior lucratividade. Assim foi dado início ao

processo de navegação, domínio das áreas oceânicas próximas ao continente. Portugal e Espanha foram os pioneiros, dado as suas localizações geográficas e domínio das técnicas náuticas.

Dada a largada para as navegações, novas terras foram sendo incorporadas aos poucos, como as Ilhas da Madeira, Canárias e de Açores. Posteriormente, a chegada ao Continente Americano, em meados de 1492. O atual território que compõe o Brasil foi incorporado às novas conquistas da expansão marítima europeia em data historicamente repassada de 1500, por intermédio do navegador português Pedro Álvares Cabral.

Segundo consta, as primeiras terras brasileiras incorporadas ao processo de conquista foram as do atual Nordeste brasileiro. Deixamos claro que a ideia de Nordeste enquanto região é algo relativamente recente, e que será mais bem explanado a frente. No território brasileiro, não houve, de início, uma integração com a Metrópole, já que as terras serviam apenas de pontos de abastecimentos de embarcações com produtos locais.

Neste contexto, conforme Prado Jr. (2017), não se pode-se falar propriamente em uma colonização, mas no estabelecimento de feitorias comerciais. Andrade (2004), com base em Caio Prado Jr, argumenta que, no período colonial brasileiro, não houve um modelo de produção feudal do tipo europeu, mas uma formação econômica social capitalista que procurava maximizar a acumulação primitiva, destruindo a natureza.

Segundo Prado Jr. (2017), este modelo não oferecia as bases que os fins mercantilistas buscavam: o acúmulo de metais preciosos e uma nova rota de comércio e de trocas entre os novos povos.

Para os fins mercantis que se tinham em vista, a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizassem a produção dos gêneros que interessassem ao seu comércio. A ideia de povoar surge daí, e só daí (*Ibid.*, p. 24).

Observamos, na fala do autor, a necessidade de consolidar os fins do mercantilismo, superando essa ideia de simples feitorias nas novas terras conquistadas e, de fato, constituir o plano colonial. Daí surge a ideia de “povoar” as colônias. Povoar as novas terras com os europeus, colocar colonos nestes solos, que seriam incumbidos da responsabilidade de desenvolver as terras, da administração e defesa destas, além da dominância e incorporação dos nativos ao processo colonial.

“O que os colonos desta categoria têm em vista é construir um novo mundo, uma sociedade que lhes ofereça garantias que, no continente de origem, já não lhes são mais dadas” (Prado Jr., 2017, p. 27). Assim, uma primeira atividade econômica começou a ser desenvolvida na colônia brasileira, com uma estrutura denominada de *plantation*, pautada na concentração fundiária, monocultura açucareira, trabalho escravo, inicialmente do nativo e, posteriormente, do negro.

Segundo Schwartz (1988), a produção de açúcar já era cultivada na Península Ibérica desde os tempos de dominação dos Mouros, por meados de 1300. Introduzida no litoral do Nordeste brasileiro, as lavouras de açúcar se adaptaram bem aos solos de massapê e ao clima quente e úmido. E a atividade açucareira marcou a formação socioeconômica do Brasil.

Foi uma estrutura marcada pela concentração de terras nas mãos dos Senhores de Engenhos, uma leva de população de trabalhadores assalariados, o trabalho especializado na produção de açúcar, o escravo, sustento da base de produção. Além destes, missionários religiosos da Igreja Católica que montaram missões no território nacional.

Com base da produção açucareira já estabelecida em meados do século XVI, a geografia econômica do açúcar no Brasil começou a tomar forma. Em 1570, a atividade concentrava-se solidamente no Nordeste. Nesta data, Pero de Magalhães Gandavo deu notícia de sessenta engenhos no Brasil [...] (*Ibid.*, p. 34).

Schwartz (1988) argumenta que a lavoura açucareira teve como base de mão de obra, o trabalho escravo do nativo, chamado pelos portugueses por termos como “Negro do Guiné”, “Índio”, “Gentio da terra” e “Negro da terra”. Para o autor supracitado, o trabalho indígena era adquirido através de três modalidades: escravização, escambo e pagamento de salário. Nesse contexto, observou-se a disseminação dos povos nativos no litoral devido as doenças e labuta no trabalho.

Conforme o próprio Schwartz (1988), a escravização dos indígenas e o uso de sua mão de obra no plantio e no beneficiamento da cana foi uma etapa transitória no desenvolvimento da indústria açucareira. Era mão de obra relativamente barata e prontamente acessível até a consolidação da atividade. A escassez de informações não nos permite fazer um apanhado mais geral sobre as condições de vida dos nativos escravizados.

Podemos mostrar que o processo de escravização indígena foi marcado pelo genocídio do Gentio Tapuia, nas chamadas Guerras dos Bárbaros, um grave processo de aculturação, que eliminou inúmeras línguas e tradições indígenas, além do contágio do indígena com as doenças “brancas”. A incorporação dos indígenas foi a grandes custos para eles, com eliminação e perda de suas raízes culturais.

A transição da mão de obra indígena para a negra ocorreu aos poucos ao longo de meio século. Quando os senhores acumularam recursos financeiros para comprar alguns cativos africanos, conforme a linha de crédito ia aumentando, novas compras de escravos africanos eram feitas (Schwartz, 1988). Junto a isso, houve a percepção do português quanto às habilidades do negro em relação ao nativo no trato com a terra.

Segundo Andrade (2004), o tráfico negreiro tinha grande importância, sendo um dos mais importantes negócios da elite colonial. Assim, a atividade açucareira era fonte de renda principal do senhor do engenho, com outra atividade altamente lucrativa — a comercialização da mão de obra escrava, complementada a renda com a criação de gado. Dessa forma, incentivando a penetração para os sertões, ponto onde o gado foi fixado.

Conforme o próprio Andrade (2004), a penetração dos criadores de gado para o interior foi determinada por diferentes fatores, como a manutenção do gado distante da lavoura do açúcar, e a ocupação holandesa. Além destes fatores, a expansão da pecuária para o Semiárido teve impulso pelos atributos naturais, que impedia a proliferação de verminoses, pastagem boa para o gado no período de chuvas e um mercado consumidor no litoral.

A civilização pecuarista não necessitava de grandes investimentos de capitais, com utilização do trabalho escravo negro e indígena, em menor escala do que na produção do açúcar. Além da carne de gado, outros utensílios eram produzidos, como couro, cordas, borracha de carregar água, alforge, malas, mochilas e peias de cavalo, o que levou Capistrano de Abreu a classificar como a civilização do couro (Andrade, 2004).

### **3 REGIÃO NORDESTE: CONSTRUÇÃO HISTÓRICA SIMBÓLICA**

A definição de Nordeste como uma das regiões geográficas do Brasil é algo relativamente novo, e está diretamente ligada à ideia de região marcada pelos grandes canaviais no litoral, por uma pecuária extensiva no sertão, por concentração fundiária, por conflitos locais, por entraves políticos, por secas periódicas e por grandes desigualdades sociais. Uma região problema, lugar dos refugiados, flagelos da seca. Neste cenário, surgiu a ideia de Nordeste.

Bernardes (2007) argumenta que a expressão “Região Nordeste” tem significados já cristalizados, tanto para os sujeitos de dentro da região, como para os de fora dela, e que essas definições são relativamente novas. Segundo o próprio autor, durante o período colonial brasileiro, não havia a ideia região tal como conhecemos hoje, mas, sim, a divisão de terras por capitâneas, com o modo de vida ligado diretamente ao da Metrópole, sem um Estado Nacional e sem vida política local. O período colonial, portanto, é marcado pela formação de uma elite proprietária e de território formado por áreas administrativas em diferentes espaços geográficos.

A formação econômica e social do Brasil teve como base o trabalho escravo. Temos uma desigualdade herdada e isto não difere da região NE, que teve suas bases na economia açucareira e, posteriormente, pecuária-algodoeira, comandada por elites regionais (Furtado, 2007).

O que se conhece hoje por NE é uma região fruto das ruínas da antiga divisão do país entre Norte e Sul (Albuquerque Jr., 2009). O NE, então, surge com uma identidade de região das moléstias. Segundo o filósofo Unger (2009), não há solução para o Brasil sem solução para o Nordeste, isso porque quase um terço da nação vive no Nordeste, sendo nessa região onde se concentram muitas das áreas mais pobres e das populações mais carentes do país.

De acordo com Bernardes (2007), durante o período imperial, a formação de um Estado Nacional brasileiro, ligada ao Imperador, e com a sede-corte no Rio de Janeiro, contribuíram para o surgimento de uma nova territorialidade, a de Norte e Sul, marcadas diferenças econômicas e de formação histórico-cultural. Durante a Primeira República, com o *boom* da borracha, uma nova configuração regional ganha força, a de Norte, Nordeste e Sul. Na Era

Vargas, surge a proposta de regionalização brasileira.

Essas formas de divisão territorial brasileira demonstram a construção de suas regiões e/ou complexos regionais usados por alguns teóricos contemporâneos constituem a formação do que denominamos de região. Por região, Barbalho (2004, p. 156) explica o seguinte,

Uma região não é uma delimitação natural, baseada em critérios objetivos fornecidos por uma geografia física, nem uma essência cultural definida pela geografia humana. Uma região é, antes, uma construção resultado de interesses – alguns convergentes, outros divergentes – e agentes diversos (sociólogos, geográficos, etnólogos, economistas, políticos, artísticos...) que dispunham e/ou tecem alianças entre si para conquistar o poder de divisão de um espaço atribuindo-lhe identidade(s).

A formação de uma região ligada ao conceito indicado por Barbalho (2004) está diretamente conectada a estratégias de manipulações simbólicas, exercidas por um poder simbólico estruturado em sistemas simbólicos. Segundo Bourdieu (1989), os sistemas simbólicos enquanto instrumento de conhecimento e comunicação exercem poder estruturante porque são estruturados. Isso causa conformismo lógico, uma espécie de concordância de tempo, espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância do pensamento no mundo social.

Doravante, o movimento regionalista surge como crucial para o desenvolvimento da ideia de Nordeste, enquanto o regionalismo paulista se configura com um regionalismo superior, que sustenta desprezo pelos outros nacionais e orgulho de sua ascendência europeia branca. O regionalismo do Nordeste é marcado pela reprodução das moléstias de cunho climáticos e coronelistas locais (Albuquerque Jr., 2009).

Neste sentido, Albuquerque Jr. (2009) argumenta que as artes nordestinas, literatura, música, pinturas, peças de artesanatos, devido ao seu alto grau de qualidade, reproduziram uma imagem de negatividade da região, do Nordeste, como território problemático. A ideia de denúncia social através das artes acabou se constituindo como propagador de uma concepção de Nordeste seco e atrasado.

No plano cultural, as imagens do Nordeste, dentro e fora da região, estão cada vez mais marcadas pelas manifestações da chamada cultura popular: maracatu, bumba-meu-boi, reisado, coco de roda, chegança, frevo, caboclinho, literatura de cordel, xilogravuras, rabequeiros, ciranda, pastoril, entre outras (Bernardes, 2007, p. 41-2).

Estas representações simbólicas sobre a região Nordeste são fortemente reproduzidas pela mídia. Conforme Bernardes (2007), as imagens sociais do Nordeste estão ligadas ao coronelismo, a movimentos de cangaço e manutenção de formas arcaicas de produção.

Essa visão é repassada em cenário nacional, principalmente pela mídia sulista. “Em relação ao discurso midiático, é interessante perceber como ele ajuda a fixar a ideia de Nordeste não só a partir das representações de si, mas também e até principalmente, daquelas produzidas pelo Outro, no caso, a imprensa sulista, em especial a paulista” (Barbalho, 2004, p. 157).

#### 4 NORDESTE E SUAS IDENTIDADES

A identidade do sujeito não é algo dada pronta, mas sim, construída em contextos históricos, geográficos e sociais específicos. “A identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade” (Hall, 2001, p. 11). Para o autor, no jogo das identidades e suas consequências políticas, há diversas identidades: de classe, de gênero, de raça, de trabalho, de religião e de território. O sujeito, como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado, composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas.

No contexto de Nordeste do Brasil, a identidade do sujeito está diretamente ligada aos estereótipos constituídos sobre a região e em consonância com o ideário nacional. Woodward (2009) observa que a identidade nacional é marcada pelo gênero. No caso do Brasil, é pelo gênero masculino, ligado a concepções militaristas de masculinidade. “Os homens tendem a construir posições-de-sujeito para as mulheres tomando a si próprios como de ponto de referências” (Woodward, 2009, p. 10). No Nordeste, a masculinidade da identidade fica mais clara.

Observamos isso nas artes locais que contextualizam a figura masculina com maior destaque. O exemplo vem de diferentes frentes culturais, como na frase de Euclides da Cunha “O sertanejo é, antes de tudo, um forte”. Observemos que a frase evoca o sertanejo como o gênero masculino. Este tipo de pensamento vai constituir a ideia de que o homem nordestino é forte diante das adversidades e que a mulher o tem como ponto de referência.

No texto clássico de Graciliano Ramos “Vidas Secas”, o personagem Fabiano é retratado como rude, como forte, como um sujeito calado, que trabalha diariamente para o sustento da casa e como insensível, que é incapaz de demonstrar sentimentos para com a esposa e os filhos. Este retrato de homem no personagem Fabiano é constantemente reproduzido entre os sujeitos de dentro e de fora da região.

Nas letras das músicas, o ideário masculino é fortemente reproduzido, como em “Paraíba masculina, mulher macho sim, senhor”. Observamos que a mulher é reproduzida como um macho por atitudes que envolvem trabalhar, ser forte, guerreira e batalhadora. Nesta ideia de identidade masculina, é como se a mulher só se fizesse forte se for comparada ao homem.

Essas imagens, que podem ser também estereótipos, fazem parte do complexo jogo das identidades, construídas numa teia de relações entre os de fora e os de dentro da região. Identidades que são, também, peças fundamentais na afirmação de interesses políticos, econômicos e de reconhecimento cultural. Podem ter, tais identidades, aspectos positivos ou negativos (Bernardes, 2007, p. 42).

Observamos, nas palavras do autor, que a constituição das identidades é parte fundamental de interesses políticos, econômicos e sociais. Estas identidades são repletas de símbolos. “A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, que é excluído e que é incluído” (Woodward, 2009, p. 14). Para o au-

tor, um dos símbolos mais fortes na constituição das identidades é o corpo, este é o que define quem nós somos.

Durkheim (2000) argumenta que, sem símbolos, os sentidos sociais teriam uma existência precária. Um dos símbolos mais fortes para o sociólogo é o ato de cozinhar, a comida constitui um meio pelo qual os sujeitos fazem afirmações sobre si próprias.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, com a globalização e com os avanços das técnicas, assuntos sobre cultura, identidade ligados à formação social e econômica nos parecem ser temas ultrapassados. Contudo, ressaltamos a importância dos estudos voltados para essas problemáticas, já que consideramos que não existe povo sem cultura, mesmo que a identidade seja de cultura nenhuma. Acredita-se que a região Nordeste, foco desse breve estudo, é um berçário no que tange ao simbolismo e a sua identidade própria.

Na verdade, não podemos negar que, no Brasil, existem vários Brasis. Em um país continental como tal qual é, as cinco regiões tendem a ter suas próprias imagens. No entanto, isso se deve, principalmente, pelo seu processo de formação social e econômica, que desaguou nas culturas de cada espaço. Por fim, concluímos que, dentro da própria região NE, existem muitas similaridades e, mesmo assim, disparidades nos diferentes espaços dessa palavra, seja social ou economicamente.

## REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê editorial, 2003.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4. ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

ANDRADE, Manuel Correa de. **A questão do território no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BARBALHO, Alexandre. **Estado, mídia e identidade: políticas de cultura no Nordeste contemporâneo**. ALCEU, v. 4, n. 8, p. 156-167, jan./jun. 2004.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **Notas sobre a formação social do Nordeste**. Lua Nova, São Paulo, 71: 41-79, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

CASTRO, I. E. Natureza, Imaginário e a Reinvenção do Nordeste. *In*: Rosendahl, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Paisagem, Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2001 Disponível em: <[http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeco-](http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeco)

[nomica/Geografiadelapoblacion/08.pdf](#)> Acesso em: em 18 out. 2023.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. Tradução Paulo Neves. Revisão da tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo de 2010**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home>. Acesso em jul. de 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido: uma visão holística**. Brasília: Editora Confea, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa, (org.) **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 27. Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

PRADO JR., Caio. O sentido da colonização. In. \_\_\_\_ **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 19-32. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4414837/mod\\_resource/content/1/Caio%20Prado%20Jr.%20-%20O%20sentido%20da%20Coloniza%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4414837/mod_resource/content/1/Caio%20Prado%20Jr.%20-%20O%20sentido%20da%20Coloniza%C3%A7%C3%A3o.pdf)> Acesso em: 20 mai. de 2020.

SCHWARTZ, Stuart, B. Primeira escravidão: do indígena ao africano. In. \_\_\_\_ **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 57-73. Disponível em< <https://oportuguesdobrasil.files.wordpress.com/2016/04/segredos-internos-engenhos-e-escravos-na-sociedade-colonial-stuart-b-schwartz.pdf>>. Acesso em: 20 mai. de 2020.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

UNGER, R. M. **O desenvolvimento do nordeste como projeto nacional** (um esboço). Mimeo. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República do Brasil, 2009.



EIXO TEMÁTICO 4:  
ESTUDOS GEOAMBIENTAIS

# AS POLÍTICAS DE GESTÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DA CIDADE DE MUCAMBO/CE

**João Rodrigues de Araujo Júnior**  
Universidade Estadual Vale do Acaraú  
E-mail: [joaorodriguesjunior597@gmail.com](mailto:joaorodriguesjunior597@gmail.com)

**Savio de Souza Carvalho**  
Universidade Estadual Vale do Acaraú  
E-mail: [ssavio021@gmail.com](mailto:ssavio021@gmail.com)

## 1 INTRODUÇÃO

A água é fundamental para o desenvolvimento da sociedade, desde a antiguidade até as grandes civilizações. Com o desenvolvimento e crescimento das sociedades, as formas de agrupamentos mudaram, bem como os processos e as escalas dos processos produtivos, de modo que a poluição ambiental se tornou parte da nossa realidade, especialmente, a dos recursos hídricos, fazendo-se, assim, algumas dualidades, em que muitas vezes o desenvolvimento ocorre à custa da sustentabilidade do meio ambiente, infligindo alterações na dinâmica do planeta.

A Geografia moderna tem foco especial para as análises do ambiente no que cerne à preservação e conservação do Meio Ambiente e de seus recursos, devido à intensa exploração que o homem vem aplicando no planeta ao passar dos tempos. Essa ótica de estudos ambientais foi muito impulsionada com a Teoria dos Sistemas, estudos ecossistêmicos e análises geossistêmicas, que permitiram um olhar mais amplo, específico e interligado aos elementos e processos presentes no ambiente. Nesta linha de uso e conservação dos recursos do meio ambiente, especialmente na região Nordeste do país, os estudos nessa área se fazem muito importantes, pois a região se caracteriza como possuidora de um dos recursos escassos na maioria dos municípios nordestinos, especialmente nas áreas de clima semiárido, com regimes pluviométricos de apenas 800mm anuais e temperaturas médias que variam entre 29° a 32° (FUNCEME, 2020).

Mesmo que a cidade esteja situada entre as Bacias Hidrográficas do Rio Acaraú e Coarajú, os cursos de águas presentes no município são de pequeno porte e intermitentes, sendo, em sua maioria, rios de terceira e quarta ordem nas bacias. Desse modo, a disponibilidade de água, especialmente durante os meses de estiagem, fica estreitamente relacionado ao regime de chuvas da estação chuvosa.

## 2 A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PAISAGEM NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

A ideia de paisagem é antiga na história das sociedades ao redor do mundo. Como conceito científico, ela passou por diversas transformações epistemológicas ao longo do tem-

po. Dentro da Geografia, já constitui seu principal objeto de estudo e, atualmente, ocupa um importante lugar na base teórica-conceitual do saber geográfico. A evolução do conceito de paisagem, por muitas vezes, caminhou lado a lado com as transformações da realidade social e geográfica.

A paisagem foi, por muito tempo, objeto de estudo geográfico. O alemão Alexander Von Humboldt, considerado por muitos o pai da Geografia, partiu dos estudos da paisagem, da classificação e individualização dos elementos, para compor uma visão holística do conhecimento e, juntamente com Carl Ritter, sistematizou o conhecimento geográfico no século XIX.

No século XX, o norte-americano Carl Sauer afirmou que o conceito de paisagem era algo complexo, em que haveria uma área anterior à ação humana, que representava os recursos naturais e foi denominada como “sítio” e outra área introduzida pela ação do homem, resultado de sua expressão cultural. Há uma associação entre a modelagem física e os processos culturais (Sauer, 1925).

A Geografia é uma ciência que foi construída e desconstruída, ao longo dos anos. Isso ocorreu pelo fato de que, ao longo do tempo, essa ciência passou por diversas alterações em relação às correntes filosóficas e aos processos históricos vividos pelas sociedades. Ao longo de toda essa transformação, os conceitos-chaves que norteiam o estudo da Geografia renovaram-se, alterando a abrangência dessa área de estudo. Região, território, lugar, paisagem e espaço são os principais conceitos-chaves que fizeram parte dessa (des)construção.

A Geografia ficou conhecida como Geografia Tradicional do período que se estendeu de 1870, quando essa ciência foi institucionalizada nas universidades europeias, até 1950. Nesse período, foram privilegiados os conceitos “região” e “paisagem” como objeto de estudo da Geografia. Portanto, o espaço, neste momento, não era um conceito-chave para o estudo geográfico.

Em meados dos anos 1950, no período pós-guerra, no qual o mundo experimentava o aparecimento de diversos avanços tecnológicos, surgiu uma nova geografia. Nesse período, o conceito-chave “espaço” passou a orientar o pensamento geográfico. Todo o estudo geográfico anterior a essa época pregava a neutralidade, sem se preocupar com os problemas sociais, pois acreditavam que esses problemas não deveriam ser estudados por geógrafos.

Surgiu, então, o que ficou conhecido como Geografia Crítica, que acreditava que os geógrafos deveriam engajar-se politicamente, ou seja, não desvincular a produção científica do contexto histórico. O espaço, então, passou a ser visto como espaço social, no qual se estabelecem as relações entre a sociedade e o meio. O principal representante dessa corrente filosófica no Brasil foi o geógrafo Milton Santos.

As correntes da Geografia conhecidas como Humanista e Cultural surgiram nesse mesmo período. Contudo, apresentaram uma nova noção de espaço: o espaço vivido, no qual se destacam as experiências vividas e os aspectos subjetivos. Assim, o conceito-chave deixou de ser “espaço” e tornou-se “lugar”. O lugar representa, então, a subjetividade, as experiências, o cotidiano, a ligação da sociedade com o meio por meio do simbólico.

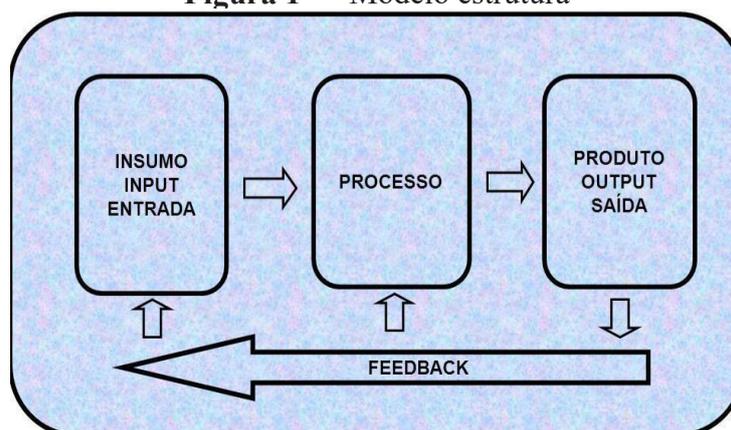
A Geografia, portanto, é palco de diversas discussões a respeito de seu objeto de estudo, visto que, ao longo dos anos, essa ciência passou por períodos de construção e desconstrução de seu pensamento.

### 3 SISTEMAS AMBIENTAIS

A Teoria Geral do Sistema (TGS) surgiu com os trabalhos do biólogo austríaco Ludwig Von Bertalanffy, entre os anos de 1950 e 1968, com o objetivo de criar um modelo científico explicativo no comportamento dos seres vivos, abordando as questões científicas e empíricas dos sistemas. Para Von Bertalanffy (1975), o sistema é o conjunto de unidades inter-relacionadas mutuamente, ou seja, o sistema é um conjunto de elementos que interagem entre si, desempenhando uma função para atingir o objetivo característico do sistema que pertence.

Assim, os sistemas são formados por elementos interdependentes que interagem entre si e que estão em interação com o meio que os rodeia. A estrutura básica dos sistemas apresenta entrada, *input*, onde se recebe energia, material e informações, e apresentam saída, *output*, por ele explanar material e energia resultante de seus processos internos, ilustrada na Figura 1. As entradas e saídas de material são conectadas por Canais de Comunicação, por onde se transporta energia, material dentro da estrutura e dos níveis do sistema. Os sistemas podem ser classificados de acordo com a interação com o meio, podendo ser abertos, quando ocorrem troca de material e energia com meio, como ocorre nos sistemas de uma bacia hidrográfica, bem como podem ser fechados, em que só ocorre troca de energia, não de material, como ocorre nos processos erosivos e, por fim, podem ser isolados, em que não há troca de matéria e energia.

**Figura 1 — Modelo estrutura**



Fonte: Adaptado de Bertalanffy (1975)

Os sistemas apresentam quatro características marcantes. O primeiro é a de ter sempre um propósito ou objetivo, em que os processos e a dinâmica presente nos sistemas buscam atingir. A segunda é a globalização ou totalidade de modo que os sistemas estão inter-relacionados; assim, qualquer vinculação ou estímulos que ocorrerem em um sistema, causará consequências

nos demais. A terceira é a entropia, sendo esta a decomposição ou o desgaste do sistema, algo natural devido ao esgotamento das energias e do material, além da proposta estrutura e dos elementos componentes do arranjo, devido aos constantes processos e dinâmica que ocorrem. Por fim, a quarta característica é a homeostase, que é a busca constante do sistema por um estado de equilíbrio, de modo que há entrada de energia e matéria, bem como as condições estruturais e de composição estejam em harmonia e equilibradas.

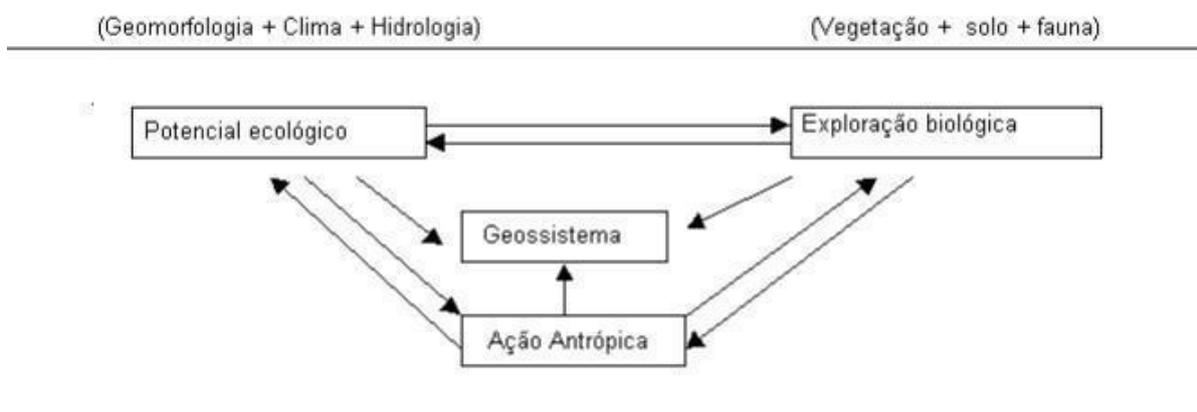
A TGS pode ser aplicada em diversas áreas do conhecimento humano, promovendo a interdisciplinaridade, sendo que, com a visão sistêmica, os atuais se falam da análise da dinâmica e da interação entre os elementos componentes dos sistemas, ao invés de os analisar separadamente. Isso contrapõe-se à uma abordagem clássica marcada por métodos de análise reducionista com pensamentos analíticos e mecanicista, para uma abordagem sistemática caracterizada pelo expansionismo, com pensamento sistemático e tecnológico.

#### 4 GEOSSISTEMA

O conceito de Geossistema foi criado pelo russo Victor Sat Chaves, na década de 1960, influenciado por geógrafos como Grigoriev e Isachenko. Sua intenção era criar um método de estudar a espacialidade dos fenômenos geográficos nas planícies soviéticas, tendo nesse novo conceito as noções de homogêneo e diferenciado, fundamental para analisar as paisagens, classificando e conceituando os Geossistemas.

Sotchava (1977) definiu o Geossistema como um sistema aberto, organizado de forma harmônica, tendo sua diferenciação dada a partir das dinâmicas e da evolução das paisagens presentes. Desse modo, dentre as principais características estudadas nos ambientes ecossistêmicos, estão a geomorfologia, a hidroclimática, podologia e botânica, além de analisar os fluxos de matéria e de energia, como podemos ver a seguir na Figura 2.

**Figura 2** — Modelo estrutural do Geossistema



Fonte: Bertrand (2004).

As ações antrópicas também são um fator, levando em consideração ao se estudar os Geossistemas, pois é entendido que as atividades humanas, objetivando questões econômicas e sociais, afetam diretamente a dinâmica e geram transformações nas paisagens, sendo um disparate se levar em consideração ao se analisar os Geossistemas. Segundo Sotchava (1977, s/p), o Geossistema “é o potencial ecológico de determinado espaço no qual há uma exploração biológica, podendo influir fatores sociais e econômicos na estrutura e expressão espacial”.

Vale ressaltar que a diferença entre Geossistema e Ecossistema se dá pelo conceito deste segundo ser fundamentalmente de base biológica, levando em consideração mais a relação de quaisquer organismos vivos com o meio. Já o Geossistema, além da vertente biológica, abrange outras áreas de estudos e de fundamentação, sendo mais complexo e estudando os sistemas de uma forma mais dinâmica e integrada entre seus elementos constituintes. Ao se delimitar um Geossistemas, Sotchava definiu critérios com base na rotação de fluxos de energia e matéria. Outro método também se dá pela análise da geomorfologia, litologia e a comentarista vegetal, sendo os três pontos principais para se delimitar os limites do Geossistema. Na questão de classificação dos Geossistemas, Sotchava (1979, p. 8) sintetizou que:

No processo de desenvolvimento natural desse domínio, funcionam, ao mesmo tempo, os processos de homogeneidade e diferenciação. Todas as classes de Geossistemas com estruturas homogêneas chamam-se geômeros e as estruturas diferenciadas são denominadas de geócoros.

A partir dos estudos do Geossistema, podemos observar a dinâmica normal do sistema, levando em consideração as influências e atividades humanas, sendo uma das bases para o desenvolvimento sustentável e das noções de preservação ambiental. Para Cavalcante e Rodrigues, entendido com a “Paisagem Natural” ou “Paisagem Antropo-Natural”, o conceito de Geossistema se fez bastante útil ao se estudar a composição e dinâmica das paisagens, pois, com a taxonomia das paisagens feita por Bertrand, que a delimitou no espaço e no tempo, dividindo-a em unidades superiores, formadas hierarquicamente por zona, domínio e região natural, e as unidades inferiores onde temos o Geossistemas, seguido por geofácies e geótopos, sendo unidades menores presentes no interior do Geossistemas, delimitadas, especialmente pela vegetação, em que as geofácies se implicam nos aspectos físicos do sistema e o geótopo é a menor unidade espacial do sistema.

## **5 BACIA DO COREAÚ**

A bacia hidrográfica do Rio Coreaú (Figura 3) está citada na região Norte-Occidental do Ceará. O nome Coreaú significa “Bebedouro do Curio”. Com aproximadamente 150 quilômetros de extensão, possui uma área superficial de 10.657 Km<sup>2</sup>, representando 7% das áreas do estado.

As nascentes do Rio Coreaú se localizam no Planalto da Ibiapaba, na cidade de Ibiapina e sua foz se localiza na cidade de Camocim, onde deságua no oceano Atlântico. A sua bacia se

localiza no Vale do Coreaú, situada nos municípios de Ibiapina, Frecheirinha, Mucambo, Ubajara, Coreaú, Moraújo, Uruoca, Granja e Camocim, Barroquinha, Alcântaras, Meruoca, Sobral, Senador Sá, Marco, Bela Cruz, Cruz, Jijoca de Jericoacoara, Chavaí, Viçosa do Ceará, Tianguá, Martinópolis, Massapê, Santana do Acaraú e Morrinhos (COGERH, 2018).

**Figura 3** — Imagem da área da Bacia do Coreaú



Fonte: COGERH, 2018.

A geomorfologia da Bacia Hidrográfica se caracteriza por apresentar, predominantemente, depressão sertaneja, mas também planaltos sedimentares e maciços residuais úmidos, além de planícies fluviais, litorâneas e fluviomarinhas.

O Rio Coreaú se classifica como um rio temporário, que só contém água em seu leito no período chuvoso, que vai de janeiro a maio e, no período de estiagem, de julho a dezembro, ele aprenda o leito seco e fragmentado. De modo geral, apresenta, na área de sua bacia, um clima de semiárido brando, tropical quente e subúmido nas áreas dos maciços e planaltos e serras. As precipitações médias anuais ficam acima de 1000 ml e a temperatura fica em torno de 25°C. Porém, devido à extensão da Bacia e diferenças topológicas e geomorfológicas, ocorrem variações nesses valores nos municípios que a compõem. Vale ressaltar que é recorrente a variação do regime das chuvas na região, gerando distrações no sistema hídrico e gerando inundações nas cidades às suas margens, como ocorreu em Granja, no ano de 2009.

A litologia se caracteriza por apresentar rochas cristalinas e sedimentares. Desse modo, a rede de drenagem apresenta um padrão dendrítico e paralelo, se assemelhando a uma árvore, onde o tronco é o rio principal e os galhos e folhas são os rios tributários, conectados em ângulos agudos.

Os solos presentes da Bacia do Coreaú predominantes são os *neossolos litólicos*, rasos com baixo potencial agrícola e os *planossolos solódicos* rasos, suscetíveis à erosão e apresentando baixa fertilidade natural. Outros solos também presentes são os *neossolos fluviais*, *argissolos vermelho-amarelo* e os *neossolos quartzarênicos*.

A vegetação da região do Vale Do Coreaú se caracteriza por apresentar o Complexo Vegetacional da Zona Litorânea ao norte, a Caatinga Arbórea Densa a Sudeste e a Mata Úmida na costa da Ibiapaba a sudeste da bacia.

## 6 BACIA DO ACARAÚ

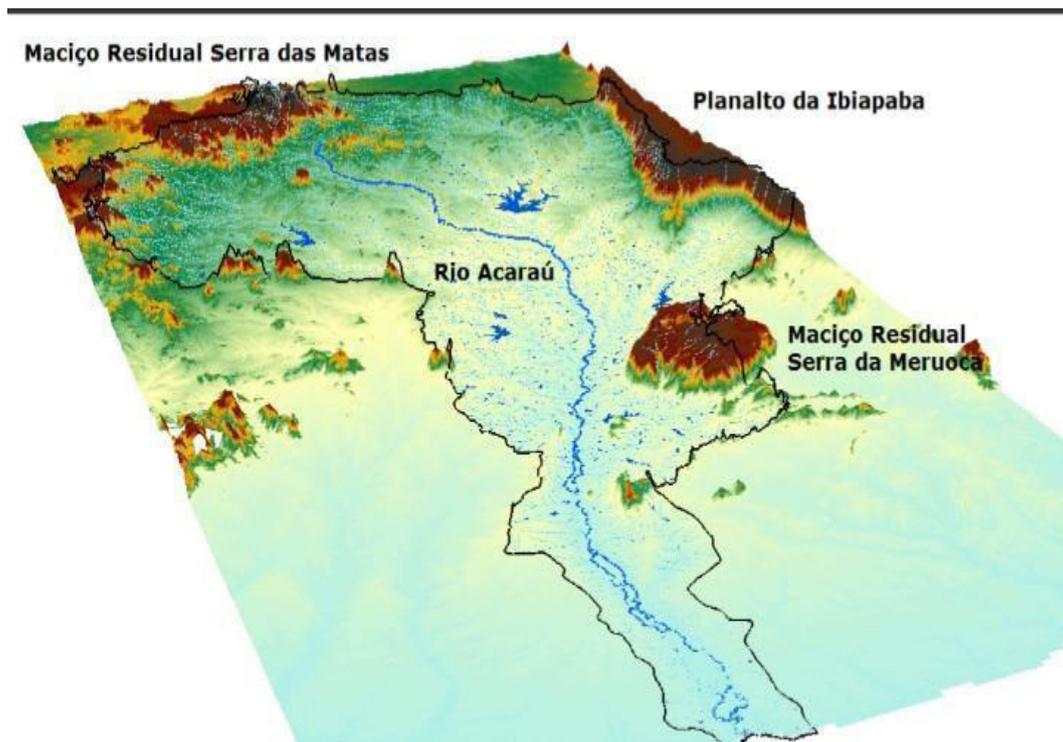
O Rio Acaraú (Figura 4) está situado na região norte do estado do Ceará, tendo mais de 315 km de extensão e uma área de 14.416 km<sup>2</sup>, representando 10% da área total do Estado do Ceará, com uma capacidade de acumulação de águas superficiais de 1.443.763.000 m<sup>3</sup>. Seu nome vem da língua Tupi e significa “Rio das Garças”, por ter sido habitada pela tribo Tremembé.

O rio nasce na Serra das Matas, um dos pontos mais altos da região. Em sua extensão, ele banha 18 municípios, antes de desaguar no mar, sendo eles: Acaraú, Alcântara, Bela Cruz, Cariré, Catunda, Cruz, Forquilha, Graça, Groaíras, Hidrolândia, Ibiapina, Ipu, Ipueiras, Marco, Massapê, Meruoca, Monsenhor Tabosa, Morrinhos, Mucambo, Nova Russas, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba, Santa Quitéria, Santana do Acaraú, Sobral, Tamboril e Varjota (COGERH, 2018).

Em seu percurso, recebe as águas de diversos rios, tendo como principais afluentes na margem esquerda o Rio Jaibaras e na sua margem direita o Rio Groaíras, o Riacho dos Macacos, o Jacurutu e o Sabonete.



**Figura 5** — Topografia da Bacia Do Acaraú.



Fonte: Carneiro (2019)..

O clima presente na região caracteriza-se por ser predominantemente semiárido quente, onde, em algumas porções ao norte do Acaraú, se apresenta um clima semiárido-bando, mas, de modo geral, as precipitações médias anuais variam de 500 a 1000ml e temperaturas médias superiores a 27° C, segundo dados da FUNCEME, com exceção das áreas de serras e de grande altimetria, pois, devido à condição geomorfológica, apresentam um clima tropical chuvoso, sendo mais frios e com um regime chuvoso maior, sendo importante pôr as grandes nascentes originam-se nessas regiões. Devido ao clima quente, o pequeno volume baixo de chuvas e a alta permeabilidade do solo em boa parte da bacia, é normal que os rios afluentes sejam intermitentes, contendo água apenas no período chuvoso. Os principais açudes da Bacia do Acaraú são o açude Carão, em Tamboril, o açude Edson Queiroz, em Santa Quitéria, o açude Forquilha, no município de mesmo nome, Aires de Souza, em Sobral e Araras Norte, nos limites de Varjota e Reriutaba.

A litologia da bacia caracteriza-se por ser constituída de embasamento cristalino, originado de rochas ígneas e metamórficas como o *granito*, *migmático*, *paragnaisses* e *ortognaisses*. Elas formam 90% da bacia e o restante é formado por embasamento sedimentares do período Terciário e Quaternário, como o Grupo Barreiras e as áreas próximas ao rio, respectivamente. Os solos do Acaraú se caracterizam por terem, como dominantes, os *Luvisolos*, *Neossolos Litólicos*, seguido por *Argissolos*. De modo mais específico, na bacia do Rio Acaraú, se encontram variados tipos de solo, como os *Neossolos Quartzarênicos*, os *Luvisolos (Argissolos Vermelho-Amarelo, Neossolos Litólicos)*, *Neossolos Fluviais*, *Gleissolos Sálícos*, *Neossolos*

*Regolíticos e Planossolos* (Nascimento, 2006).

Quanto à questão da vegetação, caracteriza-se por apresentar vegetação de Caatinga arbórea e arbustiva, ou seja, árvores de pequeno porte. A exceção das áreas de Serra e Planaltos como da Ibiapaba, em que, devido ao clima mais úmido e chuvoso, consequentemente apresentando solos mais profundos e ricos em nutrientes, apresentam vegetação de floresta, com árvores de médio a grande porte.

## **7 CARACTERÍSTICAS DA CIDADE DE MUCAMBO**

Segundo o IBGE (2020), o município de Mucambo (Figura 6, 7) está localizado a 03°54'34" Sul e a 40° 44' 48" Oeste, possuindo uma altitude média de 170 metros, predominando as condições ambientais do domínio das caatingas arbustivas. Apresenta um clima semiárido quente, com uma quadra chuvosa curta, concentrando-se, principalmente, entre março a maio, com médias de 1.066,6mm anuais e temperaturas médias entre 26° e 29°, marcado por um período de estiagem longo, com mais de sete meses secos com aumento das temperaturas médias e máximas, além da redução drástica da umidade relativa do ar, que ficam abaixo de 40%, segundo o INMET e à FUNCEME. A sua população é de 14.549 habitantes (IBGE, 2020), distribuídos numa área de 192,190km<sup>2</sup>.

A cidade tem sua compartimentação geomorfológica de superfície sertaneja, Tabuleiro Pré-Litorâneo e Planície Fluvial, 73% de área de semiárido localizado no alto do Acaraú. Mucambo é um município brasileiro do estado do Ceará pertencente à região metropolitana de Sobral.

Tem sete municípios limítrofes (Sobral, Coreaú, Ubajara, Ibiapina, Cariré, Pacujá e Graça). Sua fundação foi em 12 de dezembro de 1953 e possui três distritos: Mucambo (sede), que tem 21 comunidades (Alto do Cristo, Barro Branco, Barro Vermelho, Bom Sucesso, Caiçaras, Caldeirão, Campo de Dentro, Canafistula, Chapada, Engenho Queimado, Itaipu, Lagoa do Mato, Lagoa dos Bois, Malhada, Pajeú, Pedra de Fogo, Prazeres, Sumaré, Tamandaré, Touro e Vila Betânia), Carqueijo, com quatro comunidades (Cinco Caminhos, Lages do Juca, Morrinhos e Vila Libânia) e Poço Verde, com cinco comunidades (Boa Vista, Bom Jesus, Itapiranguara, Lages do Freire e Retiro).

**Figura 6** — Mapa do Município de Mucambo no estado do Maranhão



**Fonte:** Mucambo, 2018.

**Figura 7** — Imagem da cidade de Mucambo



**Fonte:** Turismo Ceará (2014).

A principal atividade econômica reside na agricultura, com culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca, além de cultivos secundários do algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas. Na pecuária extensiva, destaca-se a criação de bovinos, ovinos, caprinos e suínos. O extrativismo vegetal sobressai com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas, além de atividades artesanais com palhas e madeira de oiticica e carnaúba.

O artesanato de redes e bordados também é difundido no município. Na área de mineração, a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, alicerces, placas para fachadas e usos diversos na construção civil está em expansão, possuindo o município grandes reservas de granito róseo nas localidades de Olho D'água, Fazenda Angustura e proximidades da sede do município.

O relevo deste território apresenta formas suaves a suavemente onduladas da depressão sertanejas, sobre as quais assenta-se um importante maciço residual granítico. O desnível é da ordem de 200 metros. Os solos presentes são *Latosolos*, *Latosolos Vermelho-Amarelo* e *Podzólico Vermelho-Amarelo*. Foram ali reconhecidos, sendo cobertos por vegetação de caatinga arbórea espinhosa e caatinga arbustiva aberta.

O município apresenta um quadro geológico relativamente simples, observando-se um predomínio de rochas do embasamento cristalino de idade pré-cambrianas, representadas por ardósias, filões, xistos, meta calcários, quartzitos e granitos. Sobre esse substrato, repousam coberturas aluvionares, de idade quaternária, encontradas ao longo dos principais cursos d'água que drenam o município.

O município está inserido nas bacias hidrográficas dos rios Coreaú e Acaraú. No município há vários riachos, mas como principais drenagens superficiais pode-se mencionar os Riacho da Onça, Riacho Oiti e o Rio Jaibaras, fazendo divisa com o município de Pacujá. Segundo o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Ceará (SRH/CE, 2018), o nível de açudagem estimado na época era de cinco açudes, com capacidade total de armazenamento estimada em 2.515km<sup>3</sup>. O abastecimento da sede do município é promovido pela CAGECE, a partir do açude municipal, atendendo 99% da população urbana e no interior o abastecimento de água no interior pelo SISAR.

## **8 USO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS**

O convênio de cooperação técnica formada entre a associação de municípios do estado do Ceará (APRECE), a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (ARCE) e a Companhia de Águas e Esgoto do Estado do Ceará (CAGECE), formularam políticas públicas no setor de saneamento básico, visando atender municípios de até 20 mil habitantes. Desse modo, a cidade de Mucambo foi contemplada com a aplicação de políticas voltadas para o abastecimento de águas e captação de resíduos produzidos na cidade.

As instituições responsáveis pelo saneamento básico em termos de abastecimento ur-

bano e rural das bacias do Acaraú e Coreaú são a CAGECE juntamente à Superintendência de Obras Hídricas (SOHIDRA). Segundo dados do Plano Municipal de Saneamento Básico de Mucambo (Prefeitura de Mucambo, 2012), nos anos de 2007 e 2008, na questão do abastecimento de águas, a cobertura nas bacias do Acaraú e Coreaú tinha, respectivamente, uma de cobertura de 88% e 89%, sendo considerado boa se os valores estiverem entre 85% e 94% mas na questão do tratamento de esgoto, os indicadores despencam, sendo que a bacia do Acaraú tem cobertura de apenas 5,7% e, no Coreaú, de 9,1%, sendo o mínimo adequado, cujos valores deveriam ser iguais a 49% de cobertura.

Segundo o Plano (*Ibid.*, 2012), os principais problemas ambientais com impactos no saneamento básico nas Bacias Hidrográficas do Coreaú e Acaraú são: o descarte inadequado de resíduos sólidos, poluição por efluentes industriais, hospitalares e doméstico, além das atividades agrícolas de desmatamento, uso do solo sem as técnicas e conhecimento adequado, juntamente com a degradação da mata ciliar, mangues e áreas propensas a processos de desertificação.

Para combater essa degradação ao meio ambiente, as ações mais adequadas que estão previstas para serem postas em prática é a implantação e manutenção de unidades de conservação, com ações e normas de uso e ocupação de mananciais, além de melhorias no sistema de drenagem e avanço dos sistemas de gerenciamento dos resíduos sólidos. As ações nos sistemas de saneamento básico também se fazem necessárias para a conservação ambiental, entre elas, podemos citar a ampliação do sistema público de tratamento de esgoto, melhoria nos padrões de serviços de coleta, tratamento e deposição de resíduos sólidos, junto com a manutenção desses serviços. Além dessas medidas, se faz necessário o desassoreamento, tratamento e adoção de medidas de conservação dos leitos e margens dos cursos de água, juntamente com a construção de reservatórios de amortecimento irregular em bacia de mananciais, diminuindo o assoreamento e a erosão fluvial.

Desse modo, seguindo a Lei nº 11.445/2007, que estabelece a instalação de serviços de água e esgoto, reguladas de acordo com a independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamento e financeira da entidade reguladora, junto com transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade de decisões dos responsáveis pelo setor.

Com isso, Mucambo instaurou uma série de diretrizes e estratégias para adequação do sistema de saneamento, tendo como base o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANAB). As diretrizes e estratégias são três, sendo elas:

- A. As ações de coordenação e planejamento no setor para a efetiva implementação da política municipal de saneamento básico;
- B. Prestação e regulação dos serviços de saneamento básico, com vista à universalização e;
- C. O investimento público e cobranças para a efetivação dos serviços de saneamento básico.

Em vista disso, a cidade de Mucambo adotou três programas, para a dinamização e ampliação do sistema de saneamento básico, sendo esses:

- I. O Programa de Acessibilidade ao Saneamento Básico (PAS) — Este engloba os projetos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, juntamente com o sistema de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, objetivando ampliar a cobertura de cada setor, melhorando a qualidade dos serviços e atendimento de modo universal;
- II. A Melhoria Operacional e da Qualidade de Serviços (MAQ), que engloba a incrementação de melhorias operacionais e da qualidade dos componentes dos setores;
- III. O Programa Organizacional Gerencial (ORG), que gera melhorias na gestão dos serviços de saneamento básico, gerenciando os recursos financeiros e humanos para tornar eficiente o serviço de saneamento.

O município estabeleceu, no projeto, um período de 20 anos para atingir todas as metas estabelecidas nesse programa de ampliação do sistema de saneamento. Além de proporcionar uma melhor qualidade de vida aos seus habitantes, fornecendo água e coleta de resíduos aos mesmos, esse projeto visa a conservação ambiental, diminuindo a poluição, visando um misto de ações que ao mesmo tempo que tenta a sua conservação, foca também no uso de uma forma consciente dos recursos hídricos.

## 9 CONCLUSÕES

Ao fim da pesquisa, foi possível perceber que Mucambo apresenta um quadro adequado de cobertura para o abastecimento da água para sua população, representando uma melhoria na qualidade de vida, pois água tratada e própria para o consumo em suas residências é ofertada à população.

Porém, a cobertura de esgotamento ainda é muito precária, estando muito abaixo dos níveis adequados. Por consequência disso, o despejo de resíduos de forma irregular é muito frequente e acaba por poluir os corpos hídricos e contaminar a água. Na questão da conservação dos recursos hídricos na cidade, além do despejo irregular de resíduos, o desmatamento irregular, o uso e ocupação de área de mata ciliar são alguns dos principais fatores.

Desse modo, para uma melhor conservação que, por consequência, assegurará o abastecimento de água à população, podemos citar como medidas a serem tomadas a ampliação do sistema público de tratamento de esgoto, melhoria nos padrões de serviços de coleta, tratamento e deposição de resíduos sólidos, junto com a manutenção desses serviços. Além dessas medidas, se faz necessário o desassoreamento, tratamento e adoção de medidas de conservação dos leitos e margens dos cursos de água, juntamente com a construção de reservatórios de amortecimento irregular em bacia de mananciais, diminuindo o assoreamento e a erosão fluvial de mananciais devidos à perda de mata ciliar.

## REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê editorial, 2003.
- BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria Geral dos Sistemas**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.
- BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global. Esboço metodológico. **Raega-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 8, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/download/3389/2718>, Acesso em: 18 Out. 2023
- BRASIL. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007**. Diretrizes Nacionais Para o Saneamento Básico. Diário Oficial da União. Seção 1, v. 6, 08/01/2007, p. 3. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm). Acesso em: 18 set. 2021.
- COGERH**. CADERNO REGIONAL DA BACIA DO ACARAÚ. 2018. Disponível em: <<https://portal.cogerh.com.br>>. Acesso em 13 mar. 2021.
- FUNCEME**. Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos. 2020. Disponível em: <http://www.funceme.br/app/radar>. Acesso em 10 set. 2021.
- IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CIDADES**. Rio de Janeiro: IBGE 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- NASCIMENTO, P. R; CUNHA, S. B; ROSA, M. de F. Classes De Solos E Unidades Morfológicas-Pedológicas Na Bacia Hidrográfica Do Rio Acaraú - Ceará. **VI Simpósio de Nacional de Geomorfologia**. Brasil, Goiânia, 6 a 10 set. 2006.
- PREFEITURA DE MUCAMBO. **Plano Municipal de Saneamento Básico de Mucambo (CE)**. 2012. Disponível em: <https://www.arce.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/53/2012/11/pmsb-mucambo-1.pdf>. Acesso em: 18 de Out. 2023.
- SAUER, C. O. A Morfologia da paisagem. *In*: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998 [1925], p. 12-74.
- SRH/CE. Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará. **Plano de Ações Estratégicas dos Recursos Hídricos do Ceará**. mar. de 2018.
- SOTCHAVA, V. B. **O estudo de geossistemas**. Métodos em questão, n. 16, IGUSP. São Paulo, 1977. 51p.

# IDENTIFICAÇÃO DE IMPACTOS E CONFLITOS AMBIENTAIS EM MICROBACIAS DE NASCENTES DO RIO GUAJIRU/RN

***Michele Barbosa da Rocha***

*Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFRN)*

*E-mail: [michelerochageo@gmail.com](mailto:michelerochageo@gmail.com)*

***Sebastião Milton Pinheiro da Silva***

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

*E-mail: [smpsilva@cchla.ufrn.br](mailto:smpsilva@cchla.ufrn.br)*

## 1 INTRODUÇÃO

Conforme Christofolletti (1980), a bacia hidrográfica pode ser definida como a área drenada por um determinado rio ou por um sistema fluvial. A drenagem fluvial é composta por um conjunto de canais de escoamento inter-relacionados que formam a bacia de drenagem.

O critério da bacia hidrográfica é comumente usado em variados tipos de estudos, notadamente de planejamentais, porque constitui um sistema natural bem delimitado no espaço e fácil de ser interpretado (Santos, 2004).

Por vários motivos, as bacias hidrográficas são de grande importância na recuperação de áreas degradadas, e um deles é o fato de que grande parte dos danos ambientais sobre a superfície terrestre ocorre nas bacias hidrográficas (Araújo; Almeida; Guerra, 2011).

No Decreto Federal nº 97.632, de 10 de abril de 1989 (Brasil, 1989), a degradação ambiental pode ser definida como o conjunto de processos resultantes de danos ao meio ambiente pelos quais se perdem ou se reduzem algumas de suas propriedades, tais como a qualidade ou a capacidade produtiva dos recursos ambientais. Os conflitos ambientais normalmente resultam do embate entre o homem e a natureza, e os impactos, quer positivos, quer negativos, modificam a paisagem resultante.

A ocupação antrópica do ambiente para diversos fins provoca alterações na terra, atingindo níveis capazes de modificar o funcionamento dos diversos componentes e sistemas ambientais e, conseqüentemente, sua dinâmica (Zuquette; Rodrigues; Pejon, 2013).

Na perspectiva de vista da degradação ambiental, a ocupação desordenada e o mau uso da terra têm se mostrado como os maiores problemas ambientais em bacias hidrográficas. Foi nos últimos três séculos que as atividades humanas aumentaram sua influência sobre as bacias de drenagem e, por conseguinte, sobre os canais constituintes (Guerra & Cunha, 2005).

Com o crescimento das cidades, e sem o devido planejamento quanto ao uso e ocupação dos solos, os problemas de degradação são ampliados e passam a causar transtornos e prejuízos a certa parcela das populações (Carvalho; Idelfonso, 2010).

Nas áreas rurais, os conflitos e os impactos que promovem a degradação ambiental não são muito diferentes e, no geral, estão atrelados aos mesmos motivos da falta de planejamento da ocupação sustentável. O fator agravante no meio rural é que ele abriga boa parcela das nascentes que, se não desmatadas, originam córregos e riachos que abastecem os rios.

Atualmente, no Brasil, os principais esforços estão em torno de programas de recuperação ambiental com foco na preservação, na restauração e no reflorestamento de áreas de nascentes por todo o Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste brasileiro e até mesmo na região Norte, como em Paragominas, no Pará.

Segundo Alves, Palheta e Andrade (2015), a partir de 2008, iniciou-se um novo ciclo de desenvolvimento na Amazônia auxiliado por políticas públicas de desenvolvimento socioambiental, práticas de gestão que revolucionam a economia local e novas ações de proteção ao meio ambiente, pondo fim no desmatamento e iniciando a fase de reflorestamento e de recuperação de áreas degradadas com espécies nativas da região amazônica. Ainda segundo esses autores, o município de Paragominas, que já foi sinônimo de desmatamento desde a abertura da rodovia Belém-Brasília, tornou-se modelo de desenvolvimento sustentável para outras cidades amazônicas.

Os estudos ambientais sobre uso e cobertura da terra comportam levantamentos, análises e mapeamentos, e todos são de grande utilidade ainda nas fases iniciais. Segundo o IBGE (2006), o conhecimento atualizado das formas de uso e de ocupação do espaço constitui importante ferramenta de planejamento e de orientação à tomada de decisão.

Entre as metodologias aplicadas aos estudos em bacias hidrográficas estão o emprego do sensoriamento remoto, a partir do uso de imagens de satélite, e as técnicas de geoprocessamento, contribuindo para que os levantamentos forneçam subsídios para as análises e avaliações dos impactos ambientais (Faustino, 2014; Costa, 2018) e da qualidade da água (Castro, 2000; Damasceno, 2018; Campos, 2020), como na bacia hidrográfica do Rio Doce e em partes adotada neste estudo.

O Rio Doce tem origem no exutório da Lagoa de Extremoz e esta, por sua vez, resulta da confluência dos rios Guajiru e do Mudo, dois principais tributários da bacia hidrográfica do Rio Doce, estendendo-se este até a planície fluvio-marinha do estuário do Rio Potengi/RN.

Castro (2000) realizou estudo hidrogeológico no baixo curso do Rio Doce e na Lagoa de Extremoz, obtendo um índice de qualidade da água (IQA) da lagoa entre boa e ótima. Contudo, ressaltou que, em decorrência da acentuada expansão urbana e do desenvolvimento industrial regional, o potencial hídrico local estava submetido aos efeitos de ações humanas impactantes, com possíveis restrições e prejuízos futuros para o atendimento da demanda cada vez mais pujante.

O processo de ocupação desenfreada na bacia trouxe consigo uma série de impactos, alterando a paisagem local — o que tem sido perceptível e documentado por diferentes estudos e autores, como Faustino (2014), Costa (2018), Costa, Souza e Silva (2019) e Rocha e Silva (2018) —, como a supressão de vegetação, para práticas de atividades agropecuárias, e da mata

ciliar, para o plantio de hortaliças e fruteiras. Há, ainda, a contaminação da água e dos solos pelo uso de agrotóxicos (Gomes *et al.*, 2016) e a diminuição da qualidade e da quantidade de água (Campos, 2020) disponível para consumo humano e animal.

Trolei e Silva (2018) fazem uma ampla análise da estrutura hídrica e sobre as perspectivas de vulnerabilidade ao colapso no abastecimento de água no RN, sugerindo que estudos sistêmicos poderão contribuir para incrementar a gestão hídrica no estado.

Faustino (2014), ao analisar os mapas de uso e cobertura dos solos da bacia hidrográfica do Rio Doce de 1977 e 2001, verificou que a paisagem se encontra bastante modificada. O principal fator que contribui para a diminuição da vegetação nativa que cobria cerca de 23% foi a expansão das práticas agropastoris em toda a bacia, principalmente pelas pastagens e áreas de plantio que ocupam as cabeceiras das nascentes e tributários de 1ª e 2ª ordem do Rio Guajiru/RN.

Costa (2018) analisou a bacia hidrográfica do Rio Doce na perspectiva da vulnerabilidade natural e ambiental, utilizando dados sistemáticos obtidos em campo e o suporte de geotecnologias, e mostrou que há uma diminuição da estabilidade natural/ambiental no sentido oeste-leste da bacia e que, em termos de uso e cobertura da terra, a vulnerabilidade é alta e está presente ao longo de toda a bacia, em decorrência da forma como o homem vem explorando o ambiente.

Damasceno (2018) utilizou oito pontos de amostragem no alto e médio curso das sub-bacias do Rio do Mudo e do Rio Guajiru para realizar a classificação hidroquímica das águas, notando que as águas do Rio Guajiru apresentam um certo nível de qualidade, sendo indicadas para o consumo humano, desde que submetidas a tratamento. A alta salinidade e a contaminação natural por metais das águas superficiais e sedimentos alertam para a necessidade de precauções quanto ao consumo pelas populações residentes.

Campos (2020) analisou amostras de água do alto curso do Rio Guajiru e detectou uma baixa qualidade para consumo humano e animal.

O único reservatório expressivo da bacia do Rio Doce é a Lagoa de Extremoz, que é uma das principais fontes de abastecimento de água da cidade de Natal e região metropolitana. A degradação ambiental ocasionada pelo desmatamento e pelo uso inadequado do solo ao longo dos cursos d'água representa o principal problema ambiental que agrava a situação de armazenamento desse importante manancial.

Diante do que se extraiu da literatura é que se propôs estudar o problema, iniciando pelo levantamento de dados e informações em laboratório e campo para caracterizar e documentar as condições ambientais decorrentes da ocupação humana em microbacias de nascentes do Rio Guajiru, considerando, ainda, o fato de que se trata de uma das primeiras estruturas hídricas passíveis de recuperação e regularização na bacia. Nessa perspectiva, parte da contribuição da pesquisa virá dos resultados obtidos que poderão subsidiar políticas e ações públicas e privadas de reordenamento e gestão territorial. A possibilidade de avaliar dados, técnicas e a metodologia empregada compreenderá uma parcela significativa da contribuição acadêmica do estudo.

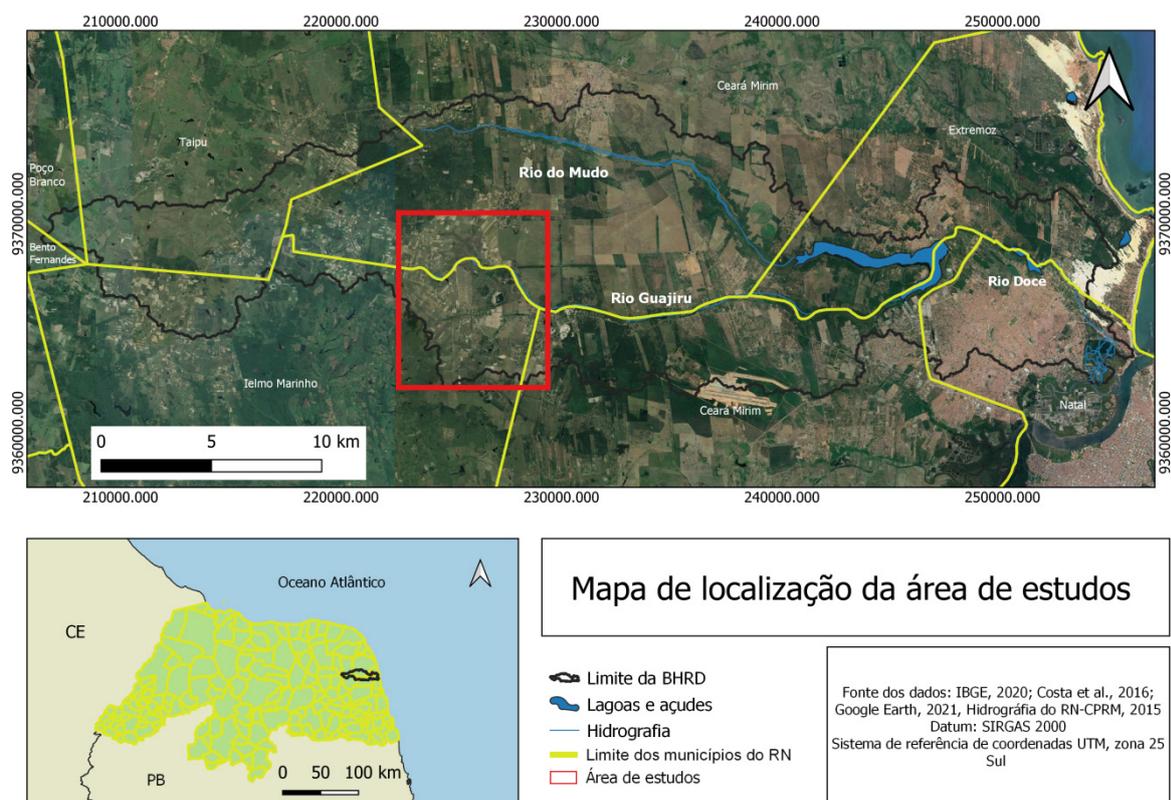
## 2 ÁREA DE ESTUDO

O recorte geográfico deste estudo compreende o alto curso do Rio Guajiru. Está delimitado pelos paralelos 05°47'05" e 05°40'33" de latitude Sul e os meridianos de 35°31'41" e 35°25'09" de longitude Oeste Gr. Abrange os municípios de Ielmo Marinho, Ceará-Mirim e São Gonçalo do Amarante, todos localizados na região leste do Rio Grande do Norte (Figura 1). Da confluência dos rios do Mudo e Guajiru, surge a Lagoa de Extremoz, de cujo exutório origina-se a bacia hidrográfica do Rio Doce, localizada na costa leste do estado do Rio Grande do Norte.

Na região leste, o terreno geológico da bacia é composto, em sua maior parte, por sedimentos quaternários (dunas, paleodunas aluviões e coberturas indiferenciadas) e terciário-quaternários do Grupo Barreiras e no extremo oeste encontra-se o embasamento de rochas cristalinas relacionadas ao Pré-Cambriano (Angelim; Medeiros; Nesi, 2006).

De leste a oeste, a bacia hidrográfica do Rio Doce apresenta relevo de dunas móveis e fixas, pertencentes à unidade geomorfológica da faixa litorânea, relevo tabular dos Tabuleiros Costeiros, em sua parte central, e o Planalto da Borborema, no seu extremo oeste (IGARN, 2009). Em relação aos tipos de solos, destacam-se o Latossolo Amarelo, o Argissolo Vermelho-Amarelo, o Neossolo Quartzarênico, os Planossolos Hápicos e os Gleissolos Sállicos (Santos, 2011).

**Figura 1** — Mapa de localização da área de estudo.



Fonte: elaborado pelos autores (2022)

A vegetação é caracterizada pela presença de caatinga arbórea arbustiva, caatinga antropizada, vegetação de tabuleiro, vegetação antropizada de tabuleiros, mata, restinga e mangue (IBGE, 2012).

Os climas predominantes na microbacia são os climas subúmido e subúmido seco. O clima subúmido apresenta médias pluviométricas anuais entre 800 e 1.200 milímetros de chuvas e equivale, na Classificação de Koppen, ao clima tropical chuvoso, com inverno seco e com a estação chuvosa prolongando-se até o mês de julho (Schmidt, 2014).

A atividade agropastoril e a agricultura baseadas nas plantações de milho, feijão e mandioca constituem uma importante fonte de renda local. Há vários assentamentos e outras propriedades produtoras, e a localidade de Canto de Moça se destaca como o principal aglomerado urbano no alto curso do Rio Guajiru.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Os procedimentos metodológicos adotados constaram de revisão bibliográfica, levantamento de dados cartográficos e de imagens e implementação da base de dados geoespaciais no *software* QGIS 3.10. Os dados iniciais foram obtidos de órgãos oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, o Serviço Geológico do Brasil — SBG/CPRM, a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais — INDE, a Agência Nacional de Águas — ANA e de estudos anteriores (Faustino, 2014; Costa, 2018) e da qualidade da água (Castro, 2000; Damasceno, 2018; Campos, 2020).

Todos os dados foram compatibilizados, organizados e implementados em ambiente SIG para gerar os mapas iniciais. Foram utilizadas fotografias aéreas na escala 1:30.000 e imagem de alta resolução espacial do *Google Earth PRO* para a fotointerpretação, locação de rotas e pontos de observação e coleta de dados em campo.

Fotos aéreas e imagem foram georreferenciadas para o sistema UTM/SIRGAS 2000, fuso 24S, utilizando-se pontos de coordenadas geodésicas coletados com receptor de mão Garmin/GNSS. As etapas de campo foram realizadas em períodos secos e chuvosos, para possibilitar observar a situação dos reservatórios e do escoamento nos cursos d'água. As áreas investigadas são exclusivamente rurais e com forte atividade agropastoril.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Com o apoio das imagens, foi possível alcançar os locais previamente selecionados. Entre outros pontos, são mostrados os pontos M01 a M11 (Figura 2), e alguns deles são selecionados para relatar os problemas ambientais encontrados ao longo de riachos e nascentes.

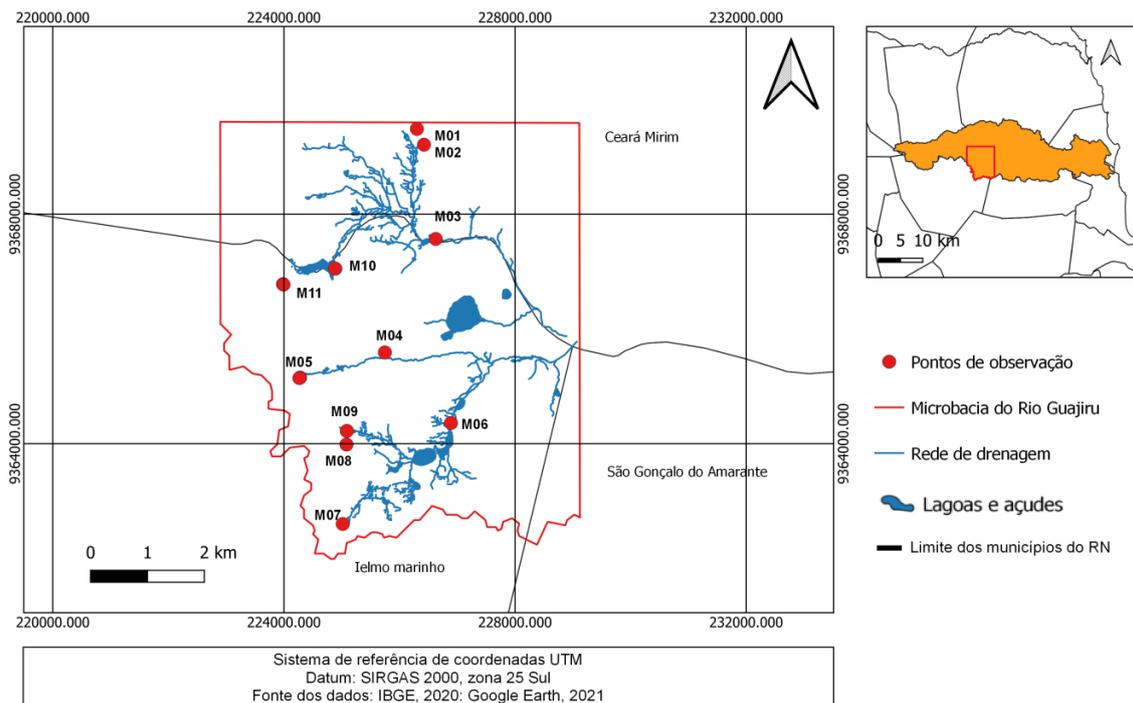
Em tributário do Rio Guajiru, no distrito de Canto de Moça, nos pontos M04 e M05 (Figura 3), há conflito de uso do solo com pastagens e moradias irregulares. De acordo com a legislação vigente, a área no entorno do ponto M05 deveria estar preservada, coberta com

vegetação nativa. No ponto M04 (Figura 3), as edificações avançam sobre o leito do mesmo riacho que nasce no ponto M05.

A presença da vegetação nessas áreas permitiria retardar o escoamento, melhoraria a infiltração da água no solo e isto, por sua vez, elevaria o nível dos lençóis freáticos, contribuindo para aumentar o fluxo de água nas nascentes e leitos perenizados.

**Figura 2** — Mapa de localização de pontos

### Mapa da microbacia do Rio Guajiru-RN



Fonte: elaborado pelos autores (2022)

**Figura 3** — Pontos de observação em tributário do Rio Guajiru na localidade de Canto de Moça



Fonte: elaborado pelos autores (2022)

Na Figura 4, é mostrado um outro local (Ponto M06) onde há conflito de uso do solo, devido à proximidade de pastagens e de estradas mal edificadas, provocando barramento de canal fluvial de 2ª ordem e o assoreamento deste curso de água.

**Figura 4** — Localização do ponto M06, onde há conflito ambiental



Fonte: elaborado pelos autores (2022)

Por toda a área, as imagens registram e atestam os mesmos problemas ambientais. Por toda a extensão da área urbanizada de Canto de Moça, muitas moradias ocupam suas margens ou estão assentadas no vale do riacho que nasce no ponto M05. Localmente, esse tributário é apenas um canal de escoamento, com menos de 1 metro de largura, retificado e assoreado. Essas ocupações irregulares próximas aos cursos d'água provocam lentidão ou interrupção do fluxo e inundações durante períodos mais chuvosos. A retirada da vegetação favoreceu o transporte de sedimentos, e a planície de inundação serve para hortas próximas ao riacho. No ponto M05, onde deveria estar uma das principais nascentes formadoras do Rio Guajiru, existem apenas campos antropizados sem vegetação. O cenário aponta para a redução da biodiversidade de plantas e animais.

O ponto M10 (Figura 5) mostra a pressão antrópica em conflito com a natureza no entorno de um barramento no leito de um outro córrego que drenaria normalmente para o Rio Guajiru. No mesmo ponto M11 (Figura 5), houve o desmatamento de áreas úmidas relacionadas com tributários de nascentes. O local, totalmente desmatado, apresenta algumas cicatrizes de ruptura, com pequenos movimentos de escorregamento da cobertura arenosa superficial na vertente. A jusante, no entanto, esse tributário volta a ser barrado pela RN que liga Ceará-Mirim a Ielmo Marinho. O desmatamento, as edificações existentes e a prática de atividades agropastoris interromperam o escoamento fluvial local.

**Figura 5** — Locais de conflito devido à proximidade de ocupações no entorno de açude



Fonte: elaborado pelos autores (2022)

Na Figura 6, são mostrados alguns registros fotográficos de alguns dos locais observados em campo, mostrando aspectos da degradação ambiental na bacia do Rio Guajiru.

Nas Figuras 6A e 6B, são mostradas áreas desmatadas em topo de elevação divisora de bacias de drenagem totalmente descobertas de qualquer espécie vegetal. O poço em alvenaria na Figura 6B já teve água disponível para consumo humano. O terreno é alto e a cobertura superficial arenosa (solo quartzoarênico) tem boas características de porosidade e permeabilidade, mas o freático poroso carece de alimentação.

As Figuras 6C, 6E e 6G mostram diferentes trechos da planície de inundação e do leito estreito e de fluxo muito lento no Rio Guajiru, no distrito de Canto de Moça.

As Figuras 6D, 6F e 6H mostram os campos antropizados que deixam os solos desprovidos de cobertura vegetal. O pastoreio excessivo nessas áreas acelera o processo erosivo e favorece a infertilidade dos solos.

Há, também, locais onde não há mais a cobertura vegetal e, menos ainda, qualquer edificação ou ocupação humana. Segundo depoimento de moradora de assentamento, há situações em que existem 35 casas e cada morador possui um pasto nas proximidades das suas moradias.

Os dados de campo mostram que a interferência antrópica representa o principal vetor da degradação ambiental nas microbacias estudadas. Entre as principais interferências, estão o desmatamento, a proximidade de edificações e ocupações humanas dos cursos d'água, além de estradas mal planejadas e edificadas que contribuiriam para o barramento dos tributários de

primeira e de segunda ordem, constituindo-se no conflito mais amplamente distribuído na área.

As ocupações por alguns assentamentos também afetam nascentes e, no conjunto, representam um outro conflito com forte impacto e muitos impasses a serem superados, conforme já investigado por Campos (2020).

Com base nesses dados de campo, pode-se antecipar que o quadro ambiental no alto curso do Rio Guajiru é bastante preocupante. A estrutura fundiária é diversificada e complexa para uma bacia cuja extensão leste-oeste é de menos de 25km. É uma estrutura que abriga grandes propriedades rurais, com pecuária de leite e de engorda para abate e abastecimento comercial, assentamentos, áreas urbanizadas, estações e redes de distribuição de energia, mineração e agricultura. Os dados e as informações coletadas indicam a necessidade urgente de se empreender ações de recuperação nos locais indicados.

A remoção da vegetação, por si só, em áreas de recarga e de captação, deve, supostamente, ter contribuído para o rebaixamento do lençol freático, o que levou ao esgotamento de poços e cacimbões que outrora abasteciam os moradores locais.

## 5 CONCLUSÕES

Com as imagens, foi possível realizar o levantamento em campo de áreas de conflitos e impactos ambientais, sendo essa fase do levantamento muito importante para constatar os problemas ambientais de forma mais ampla e distribuída pelo território.

Figura 6 — Principais impactos ambientais: A) desmatamento extensivo; B) poço de captação de água no freático livre em área desmatada; C) retificação de canal e avanço de pastagens sobre o leito do rio; D) áreas úmidas, tipo charco, sem vegetação nativa; E) usos indevidos e riscos de poluição em curso d'água; F) ausência de vegetação próxima de áreas úmidas; G) plantação de mandioca no terraço de riacho no distrito de Canto de Moça; H) pressão antrópica em lagoa quase seca sem vegetação no seu entorno.

**Figura 6** — Principais impactos ambientais



**Fonte:** elaborado pelos autores (2022)

Foram evidenciados variados cenários de degradação ambiental decorrentes da ocupação humana desordenada. O emprego do *software* QGis 3.10 foi fundamental para reunir e analisar os dados.

A atividade agropastoril e a agricultura, através das plantações de milho, feijão e mandioca, constituem uma importante fonte de renda para moradores de assentamentos e de comunidades rurais. Contudo, foi observado que os riachos e, em muitas localidades, os poços que antes tinham água e eram utilizados para tais atividades, hoje se encontram secos, sendo o impacto do esgotamento de mananciais extremamente preocupante, diante do cenário das mudanças climáticas em curso. A produção desses alimentos também sofreu forte queda nos últimos anos.

Supostamente, entende-se que esses poços esgotaram devido à supressão histórica continuada da vegetação existente nessas áreas de recarga de aquíferos predominantemente porosos.

O que se pode dizer no momento é que há, sim, um amplo teatro de conflitos e de impactos ambientais em microbacias de nascentes do Rio Guajiru ocasionados pelo desmatamento, pelo barramento dos rios e pelas construções de estradas rurais mal planejadas e edificadas, além de moradias ocupando vales e áreas de recarga de aquíferos. O contexto é de degradação ambiental territorialmente bem distribuída.

Finalmente, constata-se que há necessidade de subsidiar a população da bacia hidrográfica do Rio Guajiru com assistência técnica multidisciplinar para orientar a recuperação e a restauração ambiental, possibilitando o reordenamento territorial e o aproveitamento econômico sustentável dos recursos naturais com segurança hídrica.

## REFERÊNCIAS

ALVES, R. L.; PALHETA, G. C.; ANDRADE, O. F. Paragominas se Torna Exemplo de Sustentabilidade Combatendo o Desmatamento na Amazônia. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 11, n. 7, 2015. Disponível em: [https://scholar.archive.org/work/vpo6bq6g55dx7efl4xew7kejbq/access/wayback/http://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/forum\\_ambiental/article/download/1111/1134](https://scholar.archive.org/work/vpo6bq6g55dx7efl4xew7kejbq/access/wayback/http://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/forum_ambiental/article/download/1111/1134). Acesso em: 18 out. 2023

ANGELIM, L.A.A., MEDEIROS, V.C., NESI, J.R. Programa Geologia do Brasil — PGB. Projeto Geologia e Recursos Minerais do Estado do Rio Grande do Norte. **Mapa geológico do Estado do Rio Grande do Norte**. Escala. 1:500.000. Recife: CPRM/FAPERN, 2006. 1 mapa color.

ARAÚJO, G. H. de S; ALMEIDA, J. R. de; GUERRA, A. J. T. **Gestão ambiental de áreas degradadas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 2011. 322p.

BRASIL. **Decreto Nº 97.632, de 10 de Abril de 1989**. Brasília, 1989. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/d97632.htm#:~:text=D97632&text=DECRETO%20No%2097.632%2C%20DE,1981%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d97632.htm#:~:text=D97632&text=DECRETO%20No%2097.632%2C%20DE,1981%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs). Acesso em: 18 Out. 2023.

CAMPOS, A. L. F. **Geotecnologias aplicadas à análise ambiental no assentamento de reforma agrária Padre Cícero na bacia hidrográfica do Rio Doce, Ceará-Mirim (RN)**. 2020. 115 f. Dissertação (Mestrado) — PRODEMA, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

CARVALHO, R. G.; IDELFONSO, I. C. S. **Problemas de uso e ocupação do solo e degradação ambiental no núcleo urbano de Tibau-RN**. Mossoró-RN: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2010.

CASTRO, V. L. L. Águas subterrâneas no curso inferior da bacia do rio Doce/RN-subsídios para um gerenciamento integrado. 2000. 229f. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.44.2000.tde-19112015-090358>. Acesso em: 18 out. 2023.

COSTA, F. R. **Análise da Vulnerabilidade Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (RN)**. 2018. Tese (Doutorado) — PRODEMA, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

COSTA, F. R.; SOUZA, R. F.; SILVA, Sebastião M. P. Geoprocessamento aplicado a caracterização geoambiental da bacia hidrográfica do Rio Doce - RN/BRASIL. **Boletim Paranaense de Geociências**, v. 75, p. 43-63, 2019.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1980.

DAMASCENO, Micael Batista. **Aspectos químicos de águas e sedimentos em corpos hídricos superficiais nos rios Guajiru e do Mudo, Bacia Hidrográfica do Rio Doce/RN**. 2018. 132 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) — Centro de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

FAUSTINO, A. B. **Análise da bacia hidrográfica do rio doce com apoio de sensoriamento remoto e SIG: uma contribuição aos estudos de impacto e degradação ambiental**. Monografia (Graduação em Geografia Bacharelado) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

GOMES, W. K. A. M. *et al.* Resposta ecotoxicológica e parâmetros físicos e químicos em rio de área costeira do nordeste brasileiro, **Gaia Scientia**, [s. l.], v. 10, n. 4, 2016. ISSN 1981-1268. <http://dx.doi.org/10.21707/gaia.v10.n04a16>.

GUERRA, A. J. T. CUNHA, S. B. **Geomorfologia uma atualização de bases e conceitos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

IBGE. **Manual técnico da vegetação brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 257p. (Manuais Técnicos em Geociências 1, 2. ed., revista e ampliada)

IBGE. **Manual Técnico de uso da terra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 92p.

IGARN. **Programa Água Azul: bacia do Rio Doce**, 2009. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/IGARN/doc/DOC00000000028897.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

ROCHA M. B.; SILVA S. M. P. Uso e cobertura da terra em microbacias de nascentes degradadas do rio Guajiru (RN) baseada em dados de campo e apoio de geotecnologias. *In: CONADIS*, 1., 2018, Natal. **Anais [...]**. Natal: UFRN, 2018.

SANTOS, Humberto Gonçalves dos *et al.* **O Novo Mapa de Solos do Brasil: legenda atualizada**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2011. 67p.

SANTOS, Rozely Ferreira dos. **Planejamento Ambiental**: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004. 184p.

SCHMIDT, Darlan Martines. **Dinâmica das configurações de formação e inibição das chuvas no Rio Grande do Norte**: caracterização hidroclimática do estado. 2014. 132f. Tese (Doutorado em Ciências Climáticas) - Centro de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/19447>. Acesso em: 18 out. 2023.

TROLEI, A. L.; SILVA, B. L. da. Os recursos hídricos do Rio Grande do Norte: uma análise da vulnerabilidade territorial ao colapso no abastecimento de água. **Confins**, n. 34, 2018.

ZUQUETTE, L., V. RODRIGUES, V., G. PEJON, O., J. Recuperação de áreas degradadas. *In*: CALIJURI, M. do C.; CUNHA, D. G. F. **Engenharia ambiental**: conceitos, tecnologias e gestão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

# CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO INSELBERG DE SERRA CAIADA/RN

**Allan Anderson da Silva Fernandes**

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte*

*E-mail: [a.allan@academico.ifrn.edu.br](mailto:a.allan@academico.ifrn.edu.br)*

**Daniela Karina Cândido**

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte*

*E-mail: [daniela.candido@ifrn.edu.br](mailto:daniela.candido@ifrn.edu.br)*

**Anna Paula Lima Costa**

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte*

*E-mail: [anna.costa@ifrn.edu.br](mailto:anna.costa@ifrn.edu.br)*

**João Correia Saraiva Junior**

*Professor Doutor Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia  
do Rio Grande do Norte*

*E-mail: [joao.correia@ifrn.edu.br](mailto:joao.correia@ifrn.edu.br)*

## 1 INTRODUÇÃO

A Geomorfologia se configura como a área do conhecimento que estuda os processos dos sistemas geomorfológicos, importantes para a compreensão das formas de relevo e que são influenciadas pelos sistemas: hidroclimático, biogeográfico, geológico e antrópico. Esses sistemas são os controladores mais importantes do sistema geomorfológico, representando os seus fatores e o seu ambiente (Christofoletti, 1980).

Os relevos compõem as paisagens geomorfológicas, que foram definidas por Christofoletti (1980) como resultado da interação entre os processos internos e externos. Já Bertrand (1972) aponta que as paisagens são o resultado de uma combinação instável dos elementos do meio físico, biológico e antrópico que evoluem de maneira constante.

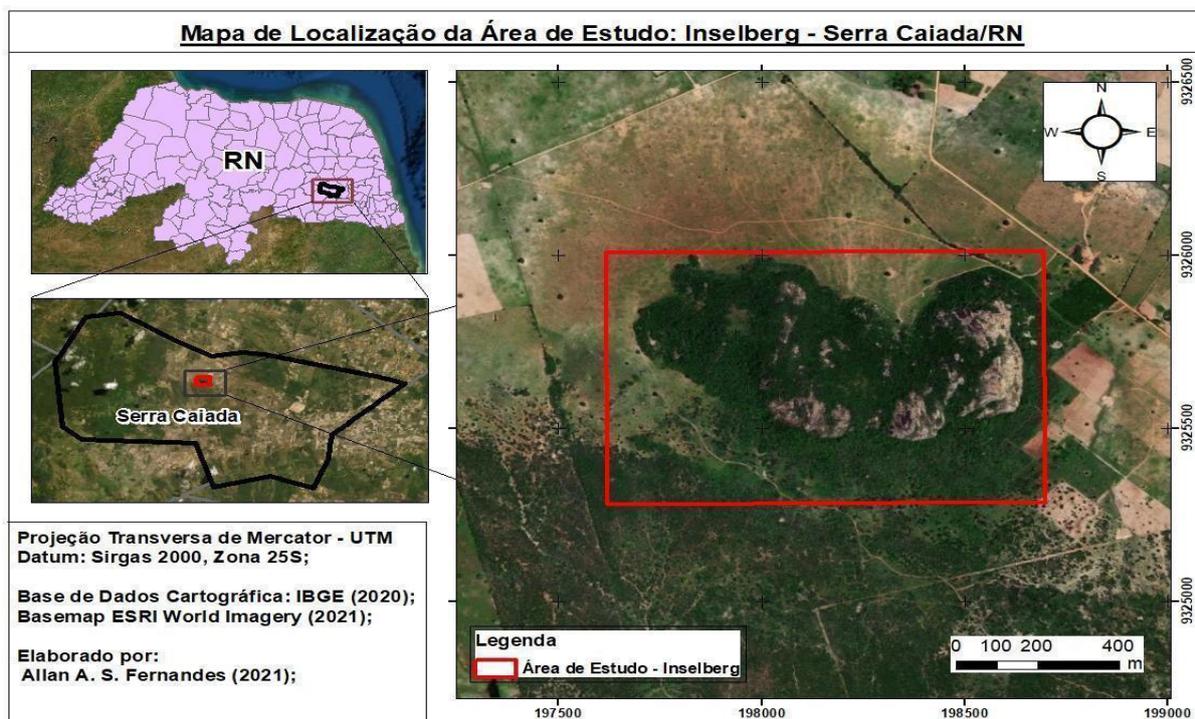
O relevo pode ser definido como superposição das vertentes (Christofoletti, 1980), componente imaterial das paisagens (Venturi, 2006), e integrante da Geodiversidade. Assim, compreendemos que os *inselbergs* são importantes representantes da Geodiversidade.

A Geodiversidade é compreendida como diversidade natural de rochas, minerais, fósseis, acidentes geográficos, sedimentos e solos, juntamente com os processos naturais que os formam, como também deve ser entendida e interpretada desde a escala microscópica, como minerais, à grande escala, como montanhas, formações rochosas, feições geomorfológicas e processos ativos (Jorge; Guerra, 2016).

A partir da ampla divulgação da Geodiversidade e seus bens e processos fundamentais para a manutenção dos ecossistemas, houve grande destaque para a importância da contribuição dos estudos sobre o relevo na compreensão da evolução do planeta e geração de renda para visitantes ávidos em contemplarem paisagens espetaculares com forte apelo geomorfológico.

Assim, destacamos, nesta pesquisa, o *inselberg* de Serra Caiada, que está localizado no município homônimo, no Estado do Rio Grande do Norte que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), apresenta uma população estimada em 10.646 pessoas, distribuídas em uma área da unidade territorial de 217,539km<sup>2</sup>. O acesso ao local de estudo, que tem distância de 70km da capital potiguar, ocorre pela BR-226 (Figura 1).

**Figura 1** — Mapa de Localização do *Inselberg* de Serra Caiada/RN



**Fonte:** elaborado por Fernandes (2021) com base nas bases de dados cartográficos do IBGE (2020) e o Basemap ESRI World Imagery (2021).

De acordo com Araújo e Costa (2015), o *inselberg* de Serra Caiada/RN representa uma das rochas mais antigas da América Latina e tem um dos fragmentos rochosos mais velhos do mundo, atraindo diversos turistas, principalmente os que praticam o turismo científico-cultural. Além disso, esse monumento rochoso foi elevado à categoria de Área de Proteção Ambiental conforme a Lei Municipal Nº 0702/2003 (Serra Caiada, 2003).

Ainda conforme Araújo e Costa (2015), esse município é visto como um dos pontos de escalada mais importantes da região Nordeste. No entanto, a geomorfologia local é que se constitui como um importante atrativo científico, mas que não foi analisada segundo os fatores e processos de formação. Neste sentido, é fundamental a produção de dados científicos que elucidem a história natural da região e forneça subsídios para que sejam identificadas as poten-

cialidades e as limitações de uso deste relevo.

Portanto, o objetivo deste trabalho é apresentar a caracterização das condições ambientais do *inselberg* de Serra Caiada/RN. Como objetivo específico, buscou-se fazer a descrição dos componentes paisagísticos que influenciam a geomorfologia do *inselberg*. Justifica-se este estudo pela necessidade de compreensão dos fenômenos do meio físico deste local e produção de dados relacionados aos bens e processos da Geodiversidade e promoção da Educação Ambiental junto aos usuários desse patrimônio natural.

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa é classificada como pesquisa descritiva e exploratória (Gil, 2008). A metodologia de execução desta pesquisa foi dividida em três partes: na primeira, foi realizado um levantamento bibliográfico por meio de textos acadêmicos como forma de obter todo o embasamento teórico e conceitos para a análise do objeto de estudo em relação à dinâmica geomorfológica do *inselberg* de Serra Caiada/RN.

A segunda etapa foi o trabalho de campo, parte imprescindível para a coleta de dados. O trabalho de campo foi realizado no mês de junho de 2021, quando foi feita a observação e descrição das condições ambientais que influenciam o relevo. Nessa etapa, foi utilizada a caderneta de campo para a anotação e observação dos processos e formas locais, além do uso de câmera fotográfica para registro das imagens.

A terceira e última etapa foi o trabalho no gabinete, quando foram sintetizadas as informações obtidas nas etapas anteriores. Com o auxílio do software ArcGis 10.8, foi feita a representação espacial do local estudado. Com o auxílio das anotações da caderneta de campo e das fotografias, pôde-se subsidiar uma análise integrada das informações coletadas.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em Serra Caiada/RN, se verifica um *inselberg* (Figura 2) que se constitui como elemento de maior destaque na sua paisagem natural. De acordo com Guerra (2008), *Inselberg* é um termo para elevações que aparecem em regiões de clima árido e são como resíduos da pediplanação em climas áridos quentes e semiáridos. Também sobre *Inselberg*, Penteado (1983, p. 120) destaca que:

“Os *inselbergs* são relevos residuais dos processos de pediplanação. Apresentam vertentes abruptas e silhueta de domo ou de castelo. As vertentes abruptas e nuas se desgastam rapidamente por processos de intemperismo físico-químico (mais físico do que químico); nos granitos e gnaisses por desagregação granular e esfoliação, noutras rochas por fragmentação”.

Assim, *inselbergs* são feições residuais que se sobressaem na paisagem semiárida. Nesse sentido, é importante destacar quais os fatores que são responsáveis pelo relevo, como litologia, deformação estrutural, mineralogia e influência climática (Maia; Nascimento, 2018).

**Figura 2** — *Inselberg* de Serra Caiada/RN

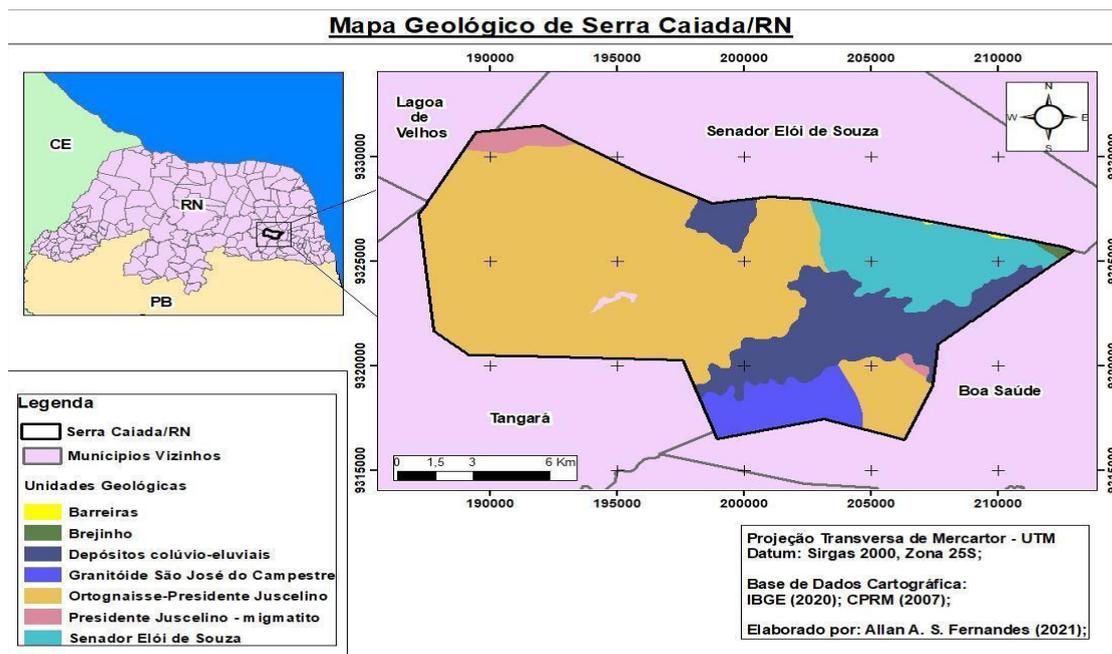


**Fonte:** Saraiva Junior (2021).

Conforme mostra a Figura 2, primeiro ocorreram os processos de estruturação (comandados pelos agentes endógenos) seguidos dos processos de esculturação (agentes exógenos) com inicialmente por processos do intemperismo químico e físico.

Em relação à geologia local, conforme Angelim (2007), o município de Serra Caiada está inserido em unidades geológicas, como: Senador Elói de Souza, Presidente Juscelino-Migmatito, Ortognaisse-Presidente Juscelino, Granitóide São José do Campestre, Brejinho e Barreiras (Figura 3). Todas essas unidades são caracterizadas pela presença de rochas do embasamento cristalino composto, predominantemente, por rochas ígneas e metamórficas, compondo a base litológica que possui vestígios de diferentes intervalos do tempo geológico.

**Figura 3** — Mapa Geológico de Serra Caiada/RN



**Fonte:** Elaborado por Fernandes (2021) com base nas bases de dados cartográficos do IBGE (2020) e CPRM (2007).

Sobre a geomorfologia de Serra Caiada, de acordo com Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA, 2008), esse município apresenta entre 100 e 200 metros de altitude e está na Depressão Sublitorânea Potiguar que ocorre entre os Tabuleiros Costeiros e o Planalto da Borborema. Sobre o clima, ele se configura como muito quente e semiárido, com um período chuvoso de abril a junho, umidade relativa média anual de 72% e 2.700 horas de insolação (*Ibid.*, 2008).

A partir da interação entre os aspectos geológicos, geomorfológicos, hidroclimáticos e pedológicos, é possível apresentar as principais características da vegetação, essencialmente pertencentes ao domínio das caatingas (*Ibid.*, 2008). Na área de estudo, foi observada presença considerável de espécies da Caatinga, como a macambira de flecha (Figura 4). De acordo com Jorge (2020), a Macambira de Flecha (*Encholirium spectabile*) faz parte da família das Bromélias, que são plantas adaptadas em ambientes secos (áridos), configurando o bioma Caatinga. Além disso, habitam afloramentos rochosos da Região Nordeste e crescem em aglomerados chamados “touceiras” que podem crescer e intemperizar as áreas de afloramento rochoso. É uma evidência do intemperismo biológico que contribui no alargamento das fissuras promovidas pelo intemperismo físico.

**Figura 4** — Macambira de Flecha



**Fonte:** Saraiva Junior (2021).

As características ambientais do *inselberg* são evidenciadas por processos e feições resultantes. O *inselberg* possui altitude máxima de 110 metros com vertentes íngremes e topo de ondulação variável entre 5 e 6 metros. Na superfície de cimeira, foram observadas cavidades com acúmulo de água (Figura 5). Essas cavidades se constituem como bacias de dissolução e são formadas a partir da atuação da água pluvial sobre a superfície rochosa. Os minerais mais solúveis da rocha são removidos (Maia; Nascimento, 2018) e dá-se início ao processo de elaboração de formação da cavidade.

**Figura 5** — Bacia de dissolução no topo do *inselberg* de Serra Caiada



**Fonte:** Fernandes (2021).

Conforme visto nas Figuras 4 e 5, o papel do clima aliado à geologia é fundamental à compreensão do relevo e da paisagem, pois o resultado dessa interação é evidenciado pela presença da vegetação e formação das microfeições como as bacias de dissolução.

Outros processos específicos em relevos cristalinos deram origem a microformas como os *Castle Koopies* (Figura 6) que, de acordo com Maia e Nascimento (2018), é uma forma associada à saprolitização, que atua sobre padrões de fraturamento caótico e podem gerar focos de resistência, devido a sistemas verticais que obliteram as fraturas horizontais de forma descontínua e isso aumenta a resistência à erosão.

No *Inselberg*, foram identificadas algumas microformas associadas a relevos graníticos, como exemplo, a formação de um estágio inicial de Tafoni (Figura 7), onde, de acordo com Maia e Nascimento (2018), Tafoni é definido como cavidade poligênica e poliforme, formada pela expansão de um núcleo que vai progressivamente sendo consumido pelo intemperismo. Nesse caso, esse tafoni possui cerca de 20 metros de comprimento e 6 de altura.

**Figura 6** — *Castle Koopies*



**Fonte:** Saraiva Junior (2021).

**Figura 7** — Formação de tafoni



**Fonte:** Fernandes (2021).

Por fim, no topo do Inselberg (Figura 8), é verificada uma visão panorâmica do local estudado, em que se percebe a integração entre a dinâmica dos fatores relacionados ao clima, vegetação, geologia e relevo.

**Figura 8** — Visão Panorâmica do Topo



**Fonte:** Saraiva Junior (2021)

Conforme observado nas Figuras 6 e 8, percebe-se que o clima tem um papel importante na modelagem desse relevo cristalino. Nas vertentes íngremes do *inselberg* de Serra Caiada, não há mantos de intemperismo e cobertura pedológica. Estes ocorrem com frequência, no depósito de tálus vegetalizados na base do relevo na tipologia de Neossolos Litólicos, com vários fragmentos rochosos compondo as camadas incipientes.

Todos esses processos são destacados no estudo da Geodiversidade e que podem ser abordados por diversas áreas do conhecimento pela Educação Ambiental.

#### 4 CONCLUSÕES

Pelos estudos realizados até o momento, pode-se perceber a dinamicidade entre elementos da geologia, clima e elementos bióticos na geomorfologia do *inselberg*. E isso pode ser destacado pelos diferentes tipos de rochas do local, processos e formas geomorfológicas, os elementos climáticos atuantes e os elementos identificados como fauna identificados. Todos esses fatores integrados se configuram na paisagem atual no *inselberg* estudado e isso do porte para a promoção da Geodiversidade.

Nesse sentido, reforça-se que a compreensão dos fenômenos do meio físico deste local é um auxílio para a produção de dados relacionados aos bens e processos da Geodiversidade e promoção da Educação Ambiental por meio da divulgação deste material científico junto aos guias que realizam trilhas em Serra Caiada e aos usuários desse patrimônio natural. Além disso, esse estudo abre novas oportunidades para estudos mais aprofundados no campo científico e interdisciplinar sobre a temática aqui exposta.

#### REFERÊNCIAS

ANGELIM, Luiz Alberto de Aquino. **Geologia e recursos minerais do Estado do Rio Grande do Norte**. Escala 1:500.000. / Luiz Alberto de Aquino Angelim [et.al.]. Recife: CPRM — Serviço Geológico do Brasil, 2007.

ARAÚJO, V. C. F. de; COSTA, A. A. da. A importância da preservação do patrimônio ambiental de serra caiada. **Sociedade e Território**, v. 27, n. 1, p. 194-212, 2 jun. 2015.

BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global: esboço metodológico. Cruz, Olga (trad.). **Cadernos de Ciências da Terra**. São Paulo, USP/IGEOG, n. 43, 1972.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. São Paulo: Edgard Blücher, 1980.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. Antônio Teixeira Guerra e Antonio José Teixeira Guerra, 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 658p.

IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE — Cidades**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/serra-caiada/panorama>. Acesso em: 24 set. 2021.

IDEMA — INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE. **Perfil do seu Município - Serra Caiada**. v. 10. p. 1-23. NATAL/RN, 2008. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC000000000013824.pdf>. Acesso em: 29 set. 2021.

JORGE, Jaqueiuto. **A MACAMBIRA-DE-FLECHA E SUA IMPORTÂNCIA PARA O SEMIÁRIDO BRASILEIRO**. Natal, 2020. Disponível em: <http://labherpeto.cb.ufrn.br/pdf/A%20Macambira.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

JORGE, Maria do Carmo Oliveira; e GUERRA, Antônio José Teixeira. **Geodiversidade, Geoturismo e Geoconservação: Conceitos, Teorias e Métodos**. Espaço Aberto, PPGG — UFRJ, v. 6, n. 1, p. 151-174, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/5241>. Acesso em: 28 set. 2021.

MAIA, R. P.; NASCIMENTO, M. A. L. Relevos graníticos do Nordeste brasileiro. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v. 19, n. 2, p. 273-279, 2018. Disponível em: <http://www.lsie.unb.br/rbg/index.php/rbg/article/view/1295>. Acesso em: 28 set. 2021.

PENTEADO, Margarida Maria. **Fundamentos de geomorfologia**. Margarida Maria Penteado. 3. ed., 2. tiragem. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. 186p.

SERRA CAIADA. **Lei N° 0702/2003**. Ementa: Estabelece como área de Proteção Ambiental e de Especial Interesse a formação geológica conhecida como Serra Caiada e dá outras providências.

VENTURI, Luis Antonio Bittar. Recurso Natural: a construção de um conceito. **GEOUSP, Espaço e Tempo**, Universidade de São Paulo – n° 20 (2006) – São Paulo: FFLCH/USP, 2006, p. 9-17.

# ATIVIDADE PESQUEIRA E A COLETA DE MARISCOS: IMPACTOS AMBIENTAIS NEGATIVOS NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ESTADUAL PONTA DO TUBARÃO, MACAU/RN, BRASIL

**Gabriel Lucas da Silva Ferreira**

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte*

*E-mail: [ferreira20gabriell@gmail.com](mailto:ferreira20gabriell@gmail.com)*

**Meriele Raama Damasceno de Queiroz**

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte*

*E-mail: [merielaama@gmail.com](mailto:merielaama@gmail.com)*

**Yuri Marques Macedo**

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte*

*E-mail: [yuri.macedo@ifrn.edu.br](mailto:yuri.macedo@ifrn.edu.br)*

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é produto de um trabalho de conclusão do curso técnico em Recursos Pesqueiros, na modalidade integrado. O objeto de estudo consiste na identificação dos impactos ambientais negativos de duas atividades econômicas tradicionais no território da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RDSEPT), localizada no Rio Grande do Norte, Brasil. Estas atividades foram a pesca artesanal e a coleta de mariscos, as quais são caracterizadas como sendo de baixa escala de produção, realizadas, predominantemente, por moradores das comunidades da reserva, que utilizam o pescado e marisco como meio de subsistência, comércio local e regional.

Deste modo, é preciso evidenciar que essas atividades têm uma importância socioeconômica fundamental para a sociedade local e, também, a forma de produção destas atividades está em consonância com os objetivos de criação da RDSEPT, de desenvolvimento local, economia solidária, produção comunitária e empoderamento local, além da preservação dos recursos naturais. Portanto, os impactos gerados por estas duas atividades podem ser caracterizados, predominantemente, como positivos. Porém, em qualquer atividade humana, existem impactos ambientais negativos que devem ser mitigados e/ou minimizados, principalmente no contexto de utilização sustentável dos recursos naturais, o que é um paradigma socioambiental e econômico atual.

O principal objetivo desta pesquisa é discutir os impactos negativos causados pela atividade pesqueira na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão. Para realização de tal intuito, os objetivos específicos consistiram em identificar os impactos negativos e proposição de medidas mitigadoras para cada um. Também houve a produção de uma caracterização ambiental do território da RDSEPT, associada ao processo histórico de formação do território e o panorama dos problemas ambientais da reserva.

O estudo realizado tem importância para a comunidade e ambiente natural, podendo servir de base para realização de futuras pesquisas e trabalhos na Reserva. Além disso, poderá ajudar as lideranças locais a realizarem projetos de educação ambiental e sensibilização com a inclusão de toda comunidade, principalmente dos(as) pescadores(as) e marisqueiros(as), com o intuito de aprimorar as esferas ambientais e sociais da RDSEPT, sendo capaz de beneficiar quando realizadas nas áreas.

## 2 CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL

A RDSEPT situa-se nos municípios de Macau e Guamaré, no estado do Rio Grande do Norte, sendo composta por seis comunidades: Diogo Lopes, Barreiras, Sertãozinho na parte de Macau e Mangue Seco I e II e Lagoa doce na parte de Guamaré (Bezerra, 2010).

### 2.1 MEIO AMBIENTE

O estudo da área no trabalho é importante para se conhecer o campo de pesquisa e identificar as unidades geoambientais da RDSEPT. A Figura 1 (IDEMA, 2007) retrata um mapa das unidades geoambientais da Reserva. Algumas das unidades que podem ser identificadas são: as falésias, dunas fixas e móveis, mangues, praias, rios, lagoas, oceanos, tabuleiros, planícies de maré e lagoas interdunar, devido à maioria estar envolvida no ambiente aquático, a análise delas servirá para observar as consequências dos impactos causados.

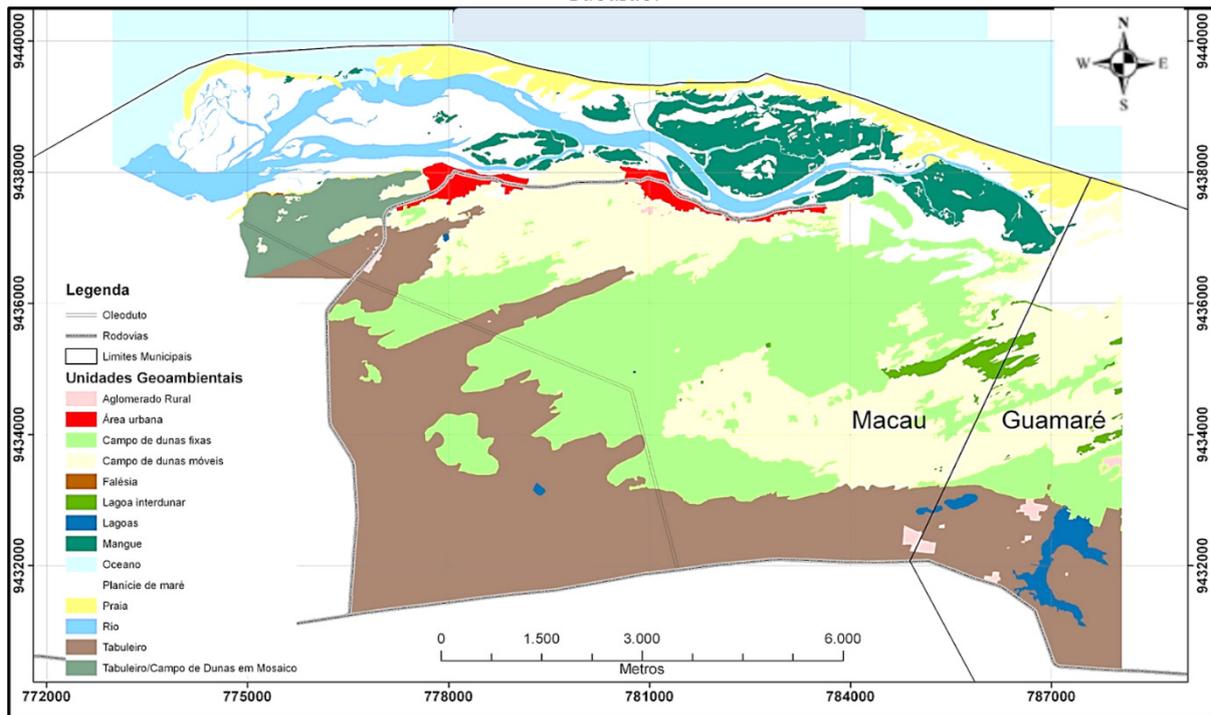
De acordo com o IDEMA (2018), sobre as características dos sistemas ambientais da RDSEPT, destaca-se o campo de dunas móveis. Com sua superfície arenosa, as suas formações de dunas barcanas e barcanoides e sua altura pode variar entre 5 e 30m, que costuma ser um ambiente bastante instável; já o campo de dunas fixas tem, como características, uma altura entre 5 e 20m, a sua superfície é arenosa e sua vegetação é desenvolvida. Ainda, com base nessa referência, caracterizou-se as planícies de marés como ambientes que não apresentam vegetação na área e são ambientes de alagamentos da maré, sendo considerado instável.

De acordo com o IBGE (1999, p. 138), as planícies de maré são definidas como:

Área baixa, plana, situada ao longo da costa ou em estuários e baías, constantemente sob o efeito das marés. A área situada entre o nível médio da maré baixa chama-se entre maré; a área que se situa logo acima do alcance da média da maré alta é denominada supramaré, sendo que a zona que ocorre logo abaixo do nível das marés baixas recebe a designação de inframaré.

Nesta unidade geoambiental é onde há o desenvolvimento da atividade marisqueira, uma importante atividade econômica no contexto da pesca artesanal na RDSEPT, sendo um elemento sociocultural do território, promovendo a ocupação de parcela expressiva da comunidade pesqueira, tradicionalmente com predomínio de mão de obra feminina.

**Figura 1** — Mapa de unidades Geoambientais da Reserva do Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão.



Fonte: IDEMA (2007)

Já de acordo com Portela (2000), o Tabuleiro costeiro é um ambiente de solos com baixa retenção de água e fertilidade natural, cuja espessura média do solo varia entre 0,2m e 0,6m e são importantes, pois os solos coesos em épocas de chuva tornam-se favoráveis para a produção de alimentos. As falésias, por sua vez, podem ser definidas como uma escapa que se origina pela erosão marinha ou fluvial, segundo IBGE (1999), que também define a falésia morta como rebordo costeiro, íngreme ou suavizado, que é o resultado da erosão marinha.

Na RDSEPT, as áreas aquáticas como as praias, lagoas, lagoas interdunares, marés e oceanos, mesmo tendo como principal composição a água, têm algumas características diferentes, pois “as praias são ambientes onde há ocorrência de ondas e marés, são compostas por sedimentos, principalmente pela areia” (Henrique, 2016, p. 34-5).

O ambiente dos mangues, de acordo com a Lei Federal nº 12.651/2012 que se trata do Código Florestal Brasileiro, no seu art.3º parágrafo XIII (Brasil, 2012), sobre o conceito dos manguezais citando:

XIII - manguezal: ecossistema litorâneo que ocorre em terrenos baixos, sujeitos à ação das marés, formado por vasas lodosas recentes ou arenosas, às quais se associa, predominantemente, a vegetação natural conhecida como mangue, com influência fluviomarina, típica de solos limosos de regiões estuarinas e com dispersão descontínua ao longo da costa brasileira, entre os Estados do Amapá e de Santa Catarina.

De acordo com o IDEMA (2018, p, 29), a restinga tem como características a superfície arenosa, com a vegetação herbácea em alguns locais, e seus processos marinhos são com ondas, correntes e mares, ela também apresenta um ambiente instável. Baseando-se nessa mesma Lei Federal nº 12.651/2012 citada anteriormente, mas no Art. 3º (BRASIL, 2012), que se trata de APPS, o parágrafo XVI menciona as restingas, é citado que:

XVI - restinga: depósito arenoso paralelo à linha da costa, de forma geralmente alongada, produzido por processos de sedimentação, onde se encontram diferentes comunidades que recebem influência marinha, com cobertura vegetal em mosaico, encontrada em praias, cordões arenosos, dunas e depressões, apresentando, de acordo com o estágio sucessional, estrato herbáceo, arbustivo e arbóreo, este último mais interiorizado.

### **3 METODOLOGIA**

Este trabalho consistiu em um levantamento bibliográfico associado a pesquisas de campo, entre janeiro e maio de 2021, realizadas na comunidade de Diogo Lopes, Sertãozinho e Barreiras, que compõem a faixa costeira do território da RDSEPT, onde há, tradicionalmente, as atividades de pesca artesanal e coleta de mariscos.

Após esta estrutura teórico-conceitual, houve a etapa da pesquisa de campo, a qual teve foco em observar e identificar os impactos ambientais negativos gerados pelas duas atividades, após identificar esses problemas, foram registrados por meio de fotografias. A pesquisa procurou observar os impactos ambientais negativos na RDSEPT, identificando de onde o problema era gerado e comparando com as atividades pesqueiras e coletas de mariscos, para discutir como a prática estaria ocasionando o impacto. Além disso, também foi elaborado um levantamento bibliográfico dos impactos observados, com o intuito de entender as consequências que essas práticas podem ocasionar ao meio ambiente.

A originalidade da metodologia do trabalho em questão se deve pela identificação de impactos ambientais negativos, gerados pela pesca artesanal em uma região de reserva ambiental. Logo após a análise, uma nova pesquisa bibliográfica fundamentada em artigos, teses, monografias, revistas e relatórios técnicos de órgãos oficiais foi realizada, com o objetivo de propor medidas mitigadoras para tentar evitar e/ou solucionar os impactos ambientais negativos identificados na RDSEPT. Entre os autores cujos trabalhos foram consultados, estão: Oliveira, Silva e Duarte (2010); Oliveira (2016); Primo, Barreto e Mont'Alverne (2018); Ferrari et al (2015); Querino et al (2013) e Gonzales, Tozoni-Reis e Deniz (2013).

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As fotos/imagens registram os impactos observados na pesquisa de campo provocados pela atividade pesqueira e coleta de mariscos. Os principais impactos negativos identificados foram o despejo inadequado de esgotos pelos ranchos de pesca, o descarte inadequado de resí-

duos sólidos, incluindo redes de pesca, latas de tinta, descarte de conchas de mariscos e restos de peixes na praia, as manutenções das embarcações e o trânsito delas também ocasionam impactos, tal como o desmatamento do manguezal da região.

Na Quadro 1, algumas ações impactantes identificadas na área de estudo, no período da pesquisa de campo podem ser visualizadas.

**Quadro 1** — Principais impactos identificados na área de estudo

Ações impactantes	Alterações ambientais	Danos ambientais
Produção de resíduos sólidos	-Disposição de resíduos sólidos em áreas impróprias -Queima de resíduos sólidos -Acúmulo de insetos e roedores	-Poluição dos corpos hídricos -Transmissão de doenças -Risco de contaminação na cadeia alimentar -Transformação da paisagem -Assoreamento - Eutrofização
Descarte de conchas de búzios	-Disposição em áreas impróprias -Acúmulo de conchas em áreas estuarinas	- Assoreamento -Poluição de corpos hídricos -Transformação da paisagem
Extração de Madeira	-Desmatamento da vegetação dos mangues	-Perda de habitats naturais -Destruição das áreas de extrativismo na captura de peixes, ostras e caranguejos.
Emissão de esgotos	-Lançamento de efluentes químicos em corpos hídricos	-Contaminação e poluição de águas superficiais -Diminuição na qualidade da água -Aumento na turbidez da água -Eutrofização
Navegação no estuário	-Emissão de gases -Sons emitidos pelas embarcações	-Poluição do ar -Poluição sonora
Manutenção das embarcações	-Disposição de resíduos sólidos em áreas impróprias -Lançamento de efluentes químicos em corpos hídricos -Desmatamento da vegetação dos mangues	-Poluição dos corpos hídricos -Risco de contaminação na cadeia alimentar -Perda de habitat naturais -Destruição das áreas de extrativismo na captura de peixes, mariscos e caranguejos. -Contaminação e poluição de águas superficiais -Diminuição na qualidade da água -Aumento na turbidez da água

Fonte: Modificada de Silva (2013, p. 112).

Para cada ação impactante, medidas mitigadoras foram sugeridas, por meio de um levantamento bibliográfico.

#### 4.1 DESPEJO INADEQUADO DE EFLUENTES PELOS RANCHOS

Uma das ações impactantes encontradas por este trabalho foi o despejo inadequado de esgotos pelos ranchos de pesca. Vale ressaltar que o problema em relação à falta de saneamento básico não atinge somente a esfera pesqueira, mas, toda a comunidade.

A BRK ambiental (2020, s/p) publicou um artigo em seu site sobre os problemas causados pelo despejo de esgoto sem tratamento nos rios. Lá, é citado que “Os danos ambientais podem ser diversos, havendo a alteração da composição química da água, também cita que o acúmulo da matéria orgânica que diminui o oxigênio na água impossibilitando a vida marinha, também acontece eutrofização devido ao esgoto”.

Seguindo a mesma lógica sobre a contaminação das praias, em seu trabalho Oliveira, Silva e Duarte (2010) citam sobre o despejo de esgoto, poluição marinha, qualidade de vida e saúde: o caso do emissário da Barra da Tijuca, afirmam que quando a poluição marinha é causada por despejo de esgoto sanitário, pode haver a contaminação das águas do mar, prejudicando a balneabilidade da praia, fator que pode trazer graves consequências à saúde humana e aos ecossistemas.

Von Sperling (2017 *apud* Almeida Júnior; Almeida; Silva, 2017) ressalta que os agentes patogênicos presentes nos esgotos são potenciais transmissores de doenças, e que a maior parte desses microrganismos tem sua origem nas atividades humanas, o que, para o autor, é um reflexo do nível da saúde pública da população.

Pode-se observar, na Figura 2, sistemas de esgotos de ranchos sendo dispensados diretamente sobre a água e contaminando assim o ambiente aquático, causando grande impacto ambiental nestas áreas.

**Figura 2** — Esgotos de Ranchos; A) Esgoto de Rancho; B) Esgoto dentro da água; C) Sistema de esgoto de rancho; D) Esgotos despejados na praia; E) Esgotos de Ranchos despejados no ambiente aquático.



Fonte: Acervo dos autores 11/03/2021

Para resolver o impasse do despejo sem tratamento de esgoto, é necessário o investimento, por parte do município, em sistemas de esgoto que estejam ligados a cada rancho pesqueiro, por meio da implantação de estações de tratamento de esgotos (Oliveira, Silva e Duarte, 2010).

O saneamento básico é responsabilidade das companhias municipais e estaduais. Portanto, com a ajuda do Governo Federal, o sistema de esgoto deve ser implantado na região da RDSEPT, evitando, assim, uma série de problemas gerados pela falta de saneamento básico.

#### 4.2 DESCARTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Outra ação impactante identificada foi o descarte inadequado de resíduos sólidos, seja o material utilizado na pesca, na manutenção das embarcações ou as conchas de moluscos retiradas pelas marisqueiras. Chamorro (2018) escreveu um artigo para a National Geographic apresentando que cerca de 25 milhões de animais marinhos são impactados pela pesca fantasma no Brasil por ano. A autora afirma que são abandonadas e/ou descartadas cerca de 580kg de redes e apetrechos da pesca, que atingem várias espécies marinhas, pois, muitas vezes, os animais ficam presos e acabam morrendo por não conseguirem sair e, quando saem, ficam feridos.

Na Figura 3, são observados restos de redes usadas por pescadores que, quando não são mais úteis, são descartadas na praia. Essas imagens são na praia de Diogo Lopes e Sertãozinho e tais práticas são potenciais causadoras de impactos ambientais negativos.

**Figura 3** — A) Redes descartadas na praia de sertãozinho; B) Rede presa a rejeitos; C) Rede descartada na praia



Fonte: Acervo dos autores (2021)

Já sobre os impactos causados pelo descarte das conchas dos mariscos na praia, Costa *et al.* (2012) traz, no seu trabalho sobre a viabilidade do uso de conchas de mariscos como corretivo de solos, a advertência que o acúmulo desses resíduos pode causar o assoreamento do mar ou de rios. Além disso, quando jogados em terrenos baldios, pode atrair a presença de animais e insetos transmissores de doenças. Esses seres se alimentam dos restos orgânicos de moluscos que também, quando em decomposição, geram mau cheiro e que o contato dos banhistas com as conchas pode acabar gerando cortes. O descarte de conchas de mariscos pode ser observado na Figura 4.

**Figura 4** — Descarte de Marisco na praia do sertãozinho



**Fonte:** Acervo dos autores (2021)

Para esses problemas foram sugeridas as seguintes medidas. Segundo a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), implantada pela Lei N° 12.305/2010, o gerenciamento dos resíduos deve seguir as lógicas da “não geração”, “redução”, “reutilização”, “reciclagem” e a “disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos”. Para mitigar e/ou solucionar este impacto, o trabalho realizado por Oliveira (2016) sobre a Gestão dos Resíduos da Mariscagem Pernambucana sugere a criação da gestão de resíduos gerados pela coleta de mariscos. Esses grupos são formados pelo poder público, empresas, instituições de ensino, pesquisa e extensão e a sociedade, com o intuito voltado para a prevenção e mitigação dos impactos ambientais gerados pelo descarte incorreto dos resíduos das conchas dos búzios.

Cabe à esfera municipal investir em políticas educacionais voltadas ao gerenciamento de resíduos sólidos. É de suma importância que a população saiba lidar e descartar, de forma correta, os resíduos e rejeitos domésticos. Também é responsabilidade das autoridades municipais a disposição final dos rejeitos.

### 4.3 MANUTENÇÃO DAS EMBARCAÇÕES

A manutenção das embarcações é outra ação que gera diversos danos ao ambiente, levando em consideração as substâncias químicas que são despejadas na água na hora da limpeza e o desmatamento da flora para a reposição da madeira. A limpeza é outra ação da manutenção que pode causar impactos ambientais, pois ela, muitas vezes, é feita com água doce e sabão jogados no convés e, após limpar a água, é descartada dentro do ambiente aquático que, em alguns casos, contém sujeiras, óleo da embarcação, o próprio material de limpeza que estará misturado, tudo isso é jogado na praia sem nenhuma preocupação.

Na Figura 5, as limpezas e concertos das embarcações pesqueiras podem ser vistas.

**Figura 5** — A) Concerto do barco no porto; B) Limpeza da embarcação;



Fonte: Acervo dos autores (2021)

Para esses impactos, foram sugeridas as seguintes medidas mitigadoras. De acordo com o artigo do site Eco Renova, a redação realizada pelo Bom Barco (2019) sugere o uso do Naval Acqua, que é um produto de limpeza 100% à base de água e vegetais, sendo uma forma de não agredir o meio ambiente e fazer a limpeza do barco, o que pode ser uma alternativa viável a fim de não causar impactos nas praias. Para os pescadores que não têm acesso à internet, a colônia dos pescadores que se encontra na comunidade pode assessorar na compra do produto. Para que os pescadores do local conheçam este produto, os órgãos da área do meio ambiente e/ou colônia dos pescadores podem realizar encontros e palestras, para propor o uso dele, e explicar como funcionam e os seus benefícios.

#### 4.4 DESMATAMENTO DO MANGUEZAL

Outro impacto registrado que causa danos ao ambiente é o desmatamento do manguezal, que é utilizado na comunidade, muitas vezes, para construção de ranchos pesqueiros e consertos das embarcações. Essa prática, além de desflorestar a área, também eleva o índice de mortalidade dos animais que habitam nesse ecossistema, de acordo com Sathia e Sekar (2012 apud Querino, 2013).

Os impactos não serão percebidos somente no quesito ambiental. A esfera socioeconômica da reserva também sofrerá com as consequências do desmatamento, já que a comunidade depende das atividades praticadas no estuário para se manter estabilizada. Isso mostra o quanto o estuário é importante na manutenção da reserva e para os habitantes que lá residem. Na Figura 6, é observado o desmatamento dos mangues vermelhos encontrados no estuário da reserva, prática que causa grande impacto ambiental.

**Figura 6** — Desmatamento dos mangues



Fonte: Acervo dos autores (2021)

Para esse impacto mencionado, a medida mitigadora proposta consiste na fiscalização da extração da madeira por órgãos de vigilância ambiental e aplicação das leis sobre o desflorestamento dos mangues. Com o uso da madeira cortada dos mangues para uso relacionado à prática pesqueira, como os consertos das embarcações, o desmatamento nesses locais tem se tornado frequente. De acordo com Santos e Lana (2017), sugere-se uma renovação natural da área e ações de manejo apropriadas. Com essas medidas, a extração da vegetação será mais sustentável e, assim, não causará tanto impacto aos manguezais.

O Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (IDEMA) poderia, além de promover palestras que buscassem informar a população da RDSEPT acerca das ações de manejo apropriadas, ser capaz, também, de fiscalizar a extração do manguezal, podendo até

mesmo, juntamente com as lideranças locais, desenvolver um programa de fiscalização que empregasse os moradores da região, contribuindo, assim, com a geração de renda e emprego na comunidade.

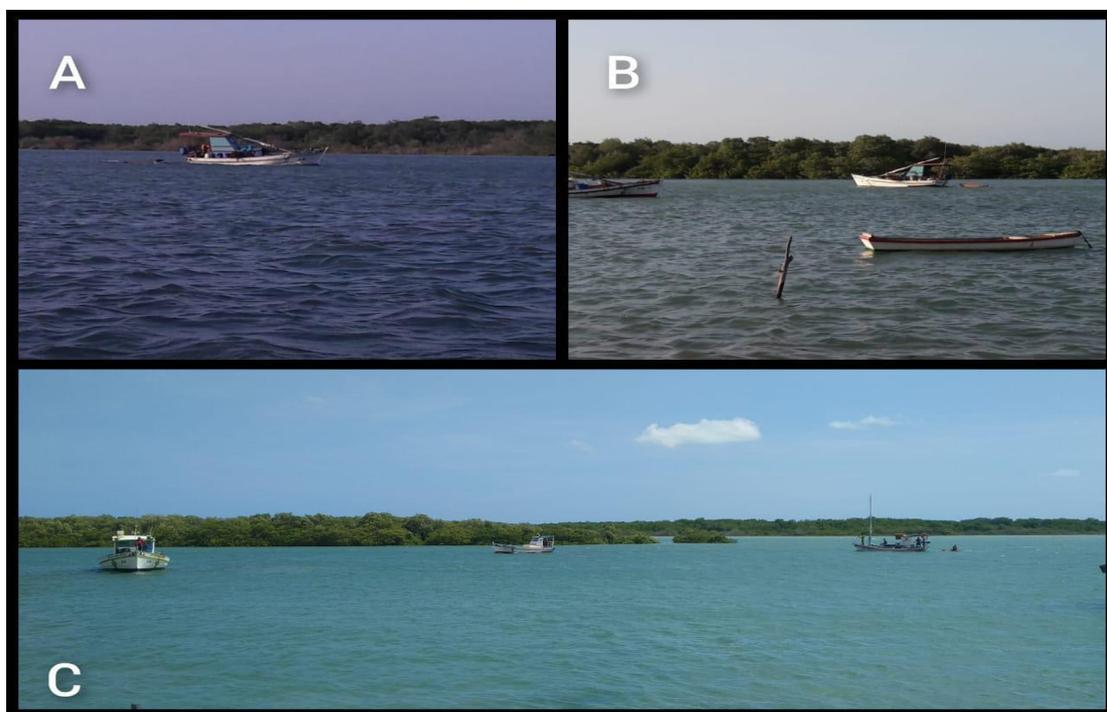
#### 4.5 TRÂNSITO DAS EMBARCAÇÕES

Por mais comum e inevitável que seja a prática da navegação, ela ainda pode ocasionar diversos impactos sobre o meio ambiente. Os mais agressivos estão ligados às cargas que algumas embarcações transportam, como minérios e outras substâncias quimicamente nocivas ao meio e aos organismos vivos, incluindo os seres humanos.

Apesar de possuírem menos poder de impacto, as embarcações artesanais também contribuem com modificações ambientais negativas ao navegar pelas águas do estuário na RD-SEPT, mais especificamente, no Distrito de Diogo Lopes, situado em Macau, onde há mais concentração de embarcações de caráter artesanal. Dos impactos perceptíveis aos sentidos humanos, pode-se identificar os ruídos provocados pelo funcionamento dos motores, a liberação de gases oriundos da queima de combustível das embarcações e o mau odor ocasionado pelos mesmos gases liberados durante a mobilização dos barcos.

Na Figura 7, é observado o trânsito das embarcações pesqueiras que, quando não estão nos portos, navegam pela praia da comunidade, provocando barulho no ambiente.

**Figura 7** — A) Barco passeando na praia; B) Embarcação navegando ao porto; C) Barcos voltando do alto mar.



**Fonte:** Acervo dos autores (2021)

Segundo Pascoal (2012), na atualidade, as embarcações fazem principalmente o uso da energia derivada do petróleo para se deslocar, produzindo emissões de CO<sub>2</sub>, SO<sub>x</sub> NO<sub>x</sub> e material particulado. As consequências ocasionadas pela emissão de gases provenientes do funcionamento dos motores acarretam diversos impactos negativos à saúde humana, como dificuldade na respiração, irritação do pulmão, tontura, asma, problemas cardíacos, câncer de pulmão, bronquite crônica, dor de cabeça, edema pulmonar, entre outros (Pascoal, 2012).

Já em relação à poluição sonora, Primo, Barreto e Mont'Alverne (2018) relatam que o som produzido pelas embarcações e demais atividades marítimas causam consideráveis alterações nas complexas redes ecossistêmicas marinhas, impactando os sistemas das cadeias alimentares, interferindo, assim, no equilíbrio ecológico, prejudicando não somente a biodiversidade marinha, mas também o próprio bem-estar humano.

Segundo Ferrari *et al.* (2015), é necessária a disponibilidade de equipamentos com capacidade de emissão reduzida de ruídos por parte dos órgãos ambientais responsáveis; além disso, realizar as manutenções e operações corretas das máquinas e embarcações. Quando atracadas, as embarcações podem manter os motores desligados o máximo possível, o que ajuda a reduzir tanto a poluição sonora quanto a poluição do ar. Além disso, otimizar as formas das embarcações, com o intuito de reduzir a resistência em relação à propulsão e, conseqüentemente, a potência da máquina e o consumo de combustível (Pascoal, 2012). Para a disponibilização do material, os órgãos ambientais podem promover um programa da distribuição junto a palestras que busquem instruir os pescadores a lidar de maneira correta com as manutenções e as operações das máquinas.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo realizado teve sua iniciativa devido ao questionamento sobre os possíveis impactos ambientais das atividades tradicionais ligadas aos recursos pesqueiros na Reserva. O principal objetivo foi discutir os impactos negativos que as atividades pesqueiras e coleta de mariscos causam no meio ambiente, e tais impactos foram identificados e discutidos no decorrer do trabalho, assim como foram propostas medidas mitigadoras, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável da comunidade da RDSEPT, denotando a pertinência deste trabalho para a sociedade.

Apesar de ser uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, são encontrados muitos problemas ambientais, tais como os impactos observados na pesquisa, que foram o despejo de esgotos diretamente no estuário pelos ranchos, assim como resíduos sólidos e orgânicos nesse ambiente. Outro impacto avistado foram as manutenções das embarcações feitas nos portos, incluindo a limpeza, a pintura e consertos, além do trânsito delas que geram poluição sonora e do ar devido à liberação de combustíveis. Entre esses impactos, também foi observado o desmatamento da vegetação dos mangues da região.

Para cada impacto listado no trabalho, foram apresentadas medidas mitigadoras, que podem contribuir para a melhoria das práticas de pesca artesanal e coleta de marisco, melhorando, assim, a qualidade ambiental local. Vale ressaltar que as atividades criticadas neste trabalho têm pouco poder de impacto ambiental, se comparadas com a pesca industrial nesta lógica intensiva de produção, ou, até mesmo, os impactos causados pelo ambiente urbano, como efluentes e resíduos domésticos não tratados, por exemplo. Todo tipo de atividade humana interfere e modifica o ambiente natural, seja de forma positiva ou negativa.

Esse estudo pode convir para quem busca um conhecimento sobre a RDSEPT e os impactos causados pela pesca nesta área, abrangendo a caracterização ambiental do lugar. Além disso, poderá ser usado para quem busca mais conhecimento sobre a Reserva do Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, M. A. B.; ALMEIDA, R. S.; SILVA, G. O. C. Diagnóstico dos impactos socioambientais provocados pela falta de tratamento dos esgotos em pombal PB. *In*: SEMINÁRIO DE GEOGRAFIA DO SEMIÁRIDO, 2. 2017, Cajazeiras. **Anais eletrônicos**. Cajazeiras: UFCG, 2017. Disponível em: <http://cfp.ufcg.edu.br/portal/images/conteudo/UNAGEO/semageo/Anais-GT01.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

BEZERRA, J. C. P. **Direito e Etnoconservação: estudo da participação na gestão ambiental da RDS Estadual Ponta do Tubarão – RN**. 2010. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Grande do Norte, Natal, RN, Brasil. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/18205/1/JulianoCPB\\_DISSERT.pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/18205/1/JulianoCPB_DISSERT.pdf). Acesso em: 17 fev. 2021.

BOMBARCO. **Produto de limpeza sustentável para barcos - Acqua Naval**. Disponível em: <https://www.bombarco.com.br/comunidade/noticias/produto-de-limpeza-sustentavel-para-barcos---acqua-naval>. Acesso em: 13 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%2012.305-2010?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.305-2010?OpenDocument). Acesso em: 5 mar. 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Disponível em: [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%2012.651-2012?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.651-2012?OpenDocument). Acesso em: Acesso em: 26 mar. 2021.

BRK ambiental. **Conheça o conceito de ociosidade na rede de esgoto e seus impactos**. 2020. Disponível em: <https://blog.brkambiental.com.br/rede-de-esgoto/>. Acesso em: 13 mar. 2021.

CHAMORRO, Paulina. **25 milhões de animais marinhos são impactados por pesca fantasma no Brasil por ano, estima relatório**. 2018. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2018/12/animais-marinhos-impactados-pesca-fantasma-brasil-peixe-plastico>. Acesso em: 13 mar. 2021.

COSTA, A. R.S; OLIVEIRA, B. M. C; ARAÚJO, G. V. R; SILVA, T. E. P; EL-DEIR, S.G. Viabilidade do uso de conchas de mariscos como corretivos de solos. **III Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental**, Goiânia/GO, 2012. Disponível em: <http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2012/XI-060.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.

FERRARI, Ayla *et al.* Os possíveis impactos ocasionados pela geração de ruídos em um porto marítimo. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 35. 2015, Fortaleza. **Anais...**, Rio de Janeiro: ABEPRO, 2015. p. 1-16. Disponível em: <https://www.abepro.org.br/publicacoes/index.asp?pesq=ok&ano=2015&area=&pchave=&autor=ferrari>. Acesso em: 13 mar. 2021.

GONZALEZ, L. T. V.; TOZONI-REIS, M. F. C.; DINIZ, R. E. S. Educação ambiental na comunidade: uma proposta de pesquisa-ação. **REMEA — Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 18, 2013. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3561>. Acesso em: 26 fev. 2021.

HENRIQUE, I. K. A. **Dinâmica Costeira Na Praia De Formosa – Município De Cabedelo, PB**. 2016. Dissertação (Mestrado) — Curso de Geociências, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/23318>. Acesso em: Acesso em: 26 mar. 2021.

IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Glossário geológico**. IBGE, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=28304&view=detalhes>. Acesso em: 26 mar. 2021.

IDEMA — Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (Rio Grande do Norte). **Fotografias de IDEMA**. 2007. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/Conteudo.asp?TRAN=PASTAC&TARG=1790&ACT=&PAGE=&PARM=&LBL=>. Acesso em: 14 fev. 2021.

IDEMA — Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. **Resumo Executivo do Plano de Manejo da RDS Estadual Ponta do Tubarão**. FUNCITERN — Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte. Plano de Manejo. Natal, 2018.

OLIVEIRA, K. T.; SILVA, J. P. V.; DUARTE, A. J. C. Despejo de esgoto, poluição marinha, qualidade de vida e saúde: o caso do emissário submarino da Barra da Tijuca. *In*: MONKEN, DANTAS, M., VIANNA, A. (Org.). **Iniciação científica na educação profissional em saúde: articulando trabalho, ciência e cultura**, v. 5. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010. p. 169-195.. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39874>. Acesso em: 27 fev. 2021.

OLIVEIRA, M. C. **A Gestão Dos Resíduos Da Mariscagem Pernambucana**. 2016. 133 f.

Dissertação (Mestrado) — Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/19606/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_Bruno %20Carneval.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/19606/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Bruno%20Carneval.pdf). Acesso em: 26 fev. 2021.

PASCOAL, F. J. O. **Poluição do Ar por Navios Movidos a Óleo Diesel**. Rio de Janeiro: CIAGA, 2012. Disponível em: <http://repositorio.mar.mil.br/handle/ripcmb/451027>. Acesso em: 14 mar. 2021.

PRIMO, D. A. S.; BARRETO, C. P.; MONT'ALVERNE, T. F. Direito internacional e poluição sonora marinha: efeitos jurídicos do reconhecimento do som como fonte de poluição dos oceanos. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v.15, n.32, p. 277-295, 2018. Disponível em: <http://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/1194>. Acesso em: 10 mar. 2021.

QUERINO, C. A. S.; MOURA, M. A. L.; QUERINO, J. K. A. S. Impacto do desmatamento de uma área de mangue no albedo superficial. **Revista Brasileira de Meteorologia**, São Paulo, v. 28, n. 4, p. 401-408, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbmet/a/jhDJfs4r-TxMmGLdph5zKgGb/?format=pdf>. Acesso em: 7 mar. 2021.

SANTOS, N. M.; LANA, P. Uso atual e passado da madeira de mangue na Baía subtropical de Paranaguá. **Revista Elsevier**, Paraná, Brasil, v. 148, n. 1, p. 97-103, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2017.07.003>. Acesso em: 31 out. 2021.

SILVA, F. M. **Análise da vulnerabilidade ambiental no estuário do Rio Curimataú/Cunhaú, Baía Formosa e Canguaretama - RN**. 2013. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/18954>. Acesso em: 17 mar. 2021.

# CARACTERIZAÇÃO GEOMORFOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE SERRA DE SÃO BENTO/RN

**Mariana de Melo Cardoso**

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte*

*E-mail: [marianademelo.mm@gmail.com](mailto:marianademelo.mm@gmail.com)*

**João Correia Saraiva Junior**

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte*

*E-mail: [joao.correia@escolar.ifrn.edu.br](mailto:joao.correia@escolar.ifrn.edu.br)*

**Daniela Karina Cândido**

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte*

*E-mail: [daniela.karina@ifrn.edu.br](mailto:daniela.karina@ifrn.edu.br)*

**Anna Paula Lima Costa**

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte*

*E-mail: [anna.costa@ifrn.edu.br](mailto:anna.costa@ifrn.edu.br)*

## 1 INTRODUÇÃO

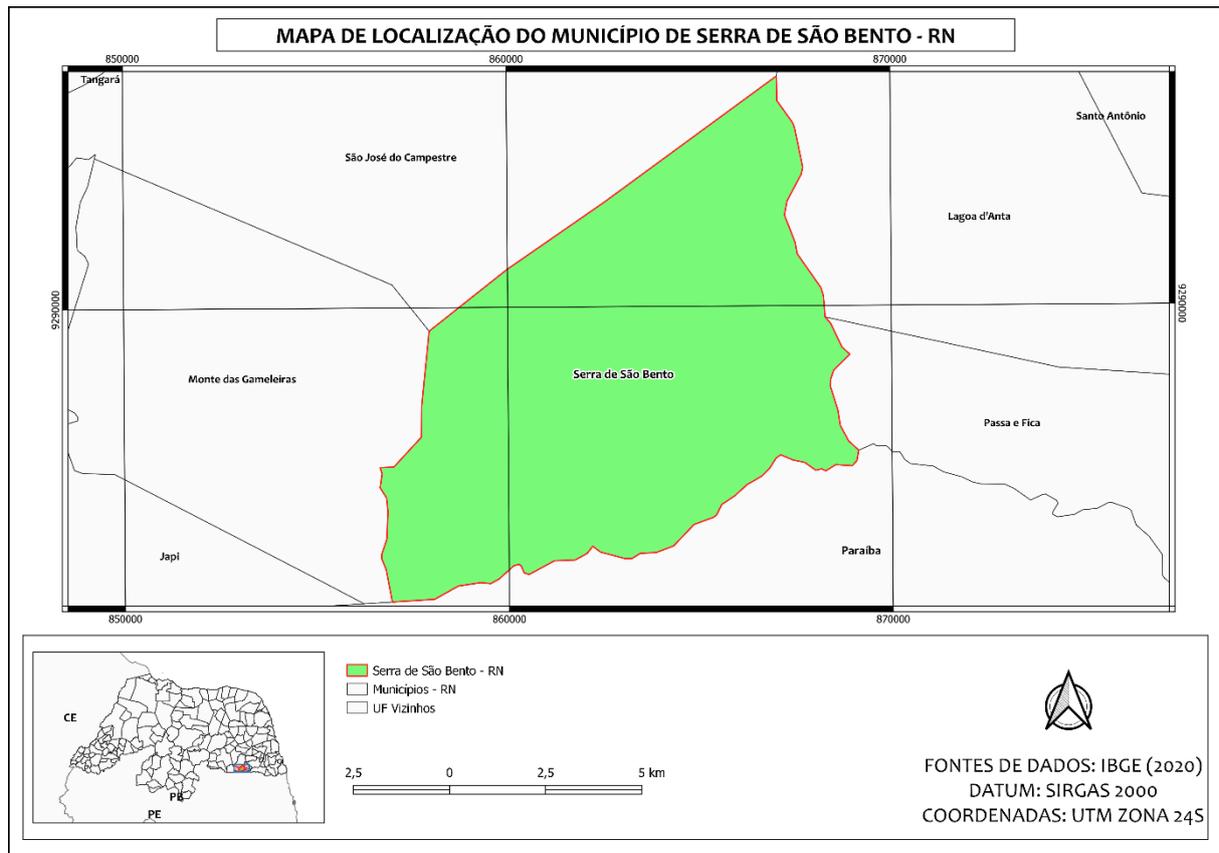
A apropriação dos recursos naturais pela sociedade ocorre de variadas formas, gerando inúmeros efeitos sobre o espaço geográfico em diferentes escalas e magnitudes. Dentre as diversas possibilidades de uso e exploração dos recursos naturais, está presente o Geoturismo, que pode ser definido como “um tipo de turismo que se baseia na valorização dos aspectos geológicos/geomorfológicos dos sítios para fruição dos visitantes”, e como “importante indutor econômico dos lugares, tem papel relevante nos projetos de uso da geodiversidade” (Mansur, 2018, p. 27).

No Rio Grande do Norte, Nordeste do Brasil, o Geoturismo é uma atividade que movimenta um alto fluxo de pessoas, serviços e capital, em particular nas áreas costeiras. No entanto, outros ambientes do RN apresentam alto potencial de desenvolvimento deste segmento econômico, como é o caso das áreas serranas potiguares, com destaque para o município da Serra de São Bento/RN.

As paisagens da Serra de São Bento possuem sítios da geomorfodiversidade (ou expressão geomorfológica da geodiversidade), que foram parcialmente catalogados e descritos. Nesse sentido, pesquisar a geomorfodiversidade pode contribuir na divulgação desse fator importante na constituição do geoturismo na Serra de São Bento e um grande potencializador do desenvolvimento social ao possibilitar geração de renda e educação ambiental.

A área de estudo está situada no município de Serra de São Bento, distante cerca de 140km da capital do Rio Grande do Norte. O acesso a partir de Natal se dá pela BR-226, com trajeto de 137km e duração de cerca de 2h28min e pela via RN-316, com trajeto de 117km e duração de aproximadamente 2h15 min (Figura 1).

**Figura 1** — Mapa de localização do município de Serra de São Bento.



**Fonte:** IBGE (2020) adaptado pela autora.

Serra de São Bento é adjacente ao município de Araruna, no estado da Paraíba, detentor de paisagens geomorfológicas de grande destaque como a Pedra da Boca, bastante utilizada para fins geoturísticos.

## 2 MATERIAIS

Os materiais utilizados durante a pesquisa foram os estudos de campo realizados na área de estudo situada no município de Serra de São Bento. Sua paisagem é bastante procurada para a realização de trilhas e atividades de esportes de aventura. No entanto, na literatura científica, são reduzidos os trabalhos que fazem alusão ao relevo local. Assim, o principal objetivo deste trabalho é apresentar a caracterização geomorfológica de uma parcela dos pontos de interesse geoturísticos do município de Serra de São Bento. Os objetivos específicos buscaram descrever os aspectos geológicos do setor em estudo e a influência climática sobre os modelados. O trabalho de campo somado ao levantamento de dados em textos científicos facilitarão a realização desta pesquisa.

### 3 MÉTODOS

A metodologia empregada nesta pesquisa buscou, por meio da abordagem qualitativa, obter conhecimentos detalhados para a caracterização do relevo do município de Serra de São Bento a partir de fontes já existentes. Os dados apresentados foram coletados anteriormente a partir de um levantamento bibliográfico, para buscar informações sobre o assunto. Os percursos metodológicos foram executados em etapas, a saber.

Na etapa preparatória/preliminar, foi analisado o acervo disponível, que corresponde a todo o material técnico já adquirido (mapas geológicos pré-existentes, bases cartográficas, imagens de satélite, fotografias aéreas, livros/artigos, bases de dados do GEOBANK/CPRM, entre outros) e somado ao levantamento bibliográfico. Os dados foram analisados seguindo as perspectivas da análise temática conforme os autores Brilha (2016), Gray (2004), Nascimento, Ruckys e Mantesso Neto (2008), Maia (2018), Jorge e Guerra (2016) e Serviço Geológico do Brasil (CPRM, 2005), pois abordam diferentes perspectivas de abordagem do relevo.

Na etapa de atividades de campo, foram realizadas campanhas de campo acompanhadas de guia de turismo local, com o propósito de coletar dados para a caracterização e cartografia geomorfológica do local.

Na etapa final, foi realizada a integração de todos os dados disponíveis e interpretação das condições geomorfológicas da Serra de São Bento.

### 4 RESULTADOS

O Município de Serra de São Bento encontra-se inserido, geologicamente, na Província Borborema, sendo constituído por litotipos apresentados no Quadro 1.

**Quadro 1** — Unidades geológica presentes no município de Serra de São Bento/RN

Tempo Geológico	Sigla	Hierarquia	Litologia
Proterozoico Neoproterozóico (NP)	NP3g2cm	Suíte Itaporanga	Granitos e granodioritos, associados a dioritos
Proterozoico Paleoproterozóico (PP)	PP2gsp	Complexo Serrinha-Pedro Velho	Ortognaisses, tonalíticos-trondhjemíticos, migmatitos e granitos migmatizados

Fonte: CPRM — Serviço Geológico do Brasil (2005).

A Suíte Itaporanga compreende rochas plutônicas de granulação grossa à média, constituída por megacristais de feldspato potássico que podem atingir até cerca de 10cm de comprimento. Petrograficamente, é representada por anfibólio-biotita ou biotita monzogranitos, variando a quartzo monzonitos, sienogranitos ou granodioritos. São frequentes as associações dessas rochas com as rochas da Suíte São João do Sabugi.

No caso do complexo Serrinha-Pedro Velho, este se constitui um segmento crustal de alto grau metamórfico formado por migmatitos e ortognaisses diversos. Essas rochas sustentam feições geomorfológicas variadas que são encontradas em pontos representativos do geoturismo na região, como o Morro do Cruzeiro, Pedra da Trougha e Pedra do Eco.

Quanto aos aspectos fisiográficos, com as contribuições do IDEMA (2008) e as observações em campo, foi possível identificar as formações de vegetação da caatinga hipoxerófila, como juazeiro, umbuzeiro, catingueira, angico, urtiga, macambira (principal responsável pela interferência biológica local nas rochas), facheiro e Coroa de Frade (Figura 2).

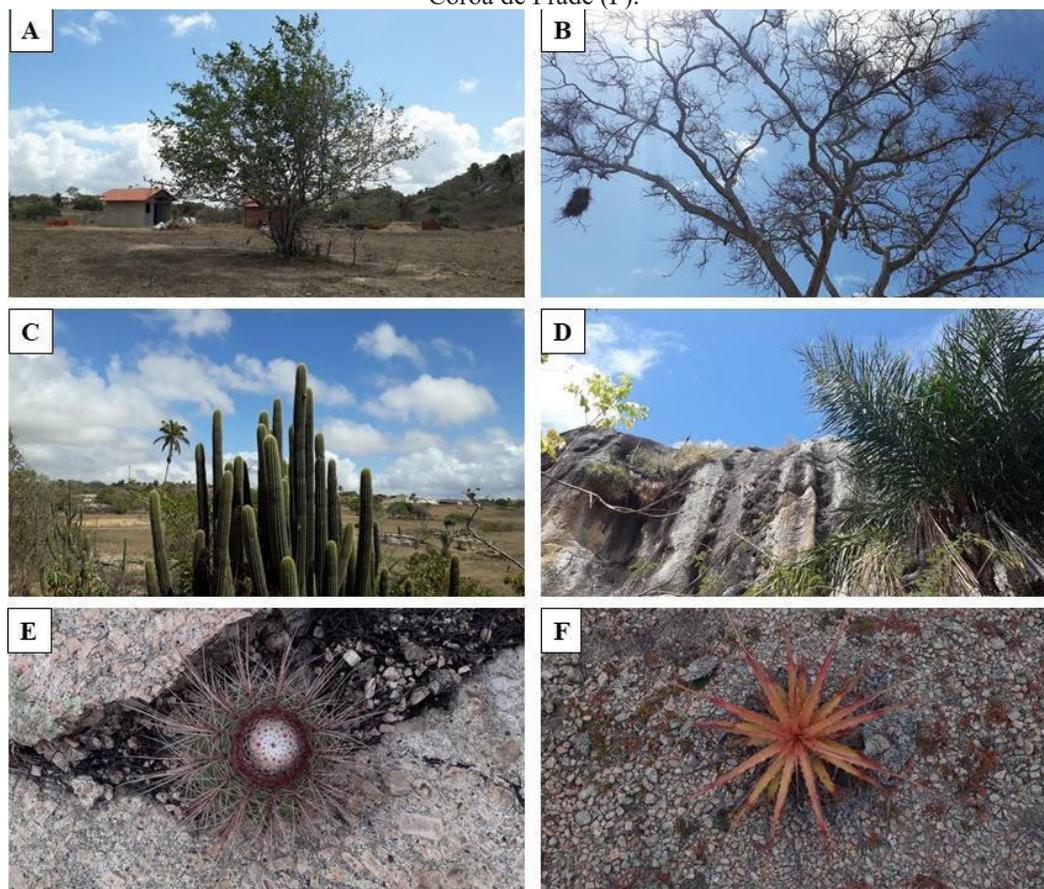
O tipo de solo reconhecido foi o litólico eutrófico, um solo de pouca profundidade, alta fertilidade natural e alta presença de fragmentos rochosos e bastante presente em setores de declives acentuados. Estes fatores limitam o crescimento radicular da vegetação (responsável pela fixação das raízes e eficiência na absorção da água), o uso de máquinas e caracteriza um solo muito erodido.

A climatologia da Serra de São Bento é marcada por altas temperaturas em praticamente todos os meses do ano, exceto durante o inverno, quando ocorrem temperaturas mínimas em torno de 18 graus (IDEMA, 2008). O período mais chuvoso corresponde ao outono e inverno austral, com médias pluviométricas em torno de 600 a 800mm (Diniz & Pereira, 2015).

Serra de São Bento está localizada nos esporões terminais do setor N do Planalto da Borborema, em contexto de transição entre o clima subúmido e semiárido. Tais condições favorecem a predominância do intemperismo físico nos processos morfogenéticos e que influenciam nos aspectos hidrográficos.

Em relação à hidrografia do município, de Serra de São Bento possui aspectos hidrográficos relacionados ao alto curso dos rios Jacu e Curimataú, que desaguam no litoral oriental potiguar (IDEMA, 2008). São rios intermitentes de regime pluvial e que apresentam maior expressão hídrica ao dissecarem os tabuleiros costeiros e planície costeira no médio e baixo curso.

**Figura 2** — Vegetação local. Juazeiro (A), Umbuzeiro (B), Facheiro (C), Palmeira Licuri (D), Macambira (E) e Coroa de Frade (F).



Fonte: Mariana de Melo (2021).

Outro aspecto observado foi a pouca disponibilidade de água em Serra de São Bento. O serviço de saneamento básico que agrega a oferta de água encanada só foi concretizado em 2006. Antes disso, os moradores escavavam poços e obtinham água dos açudes Riacho da Cruz e da cidade. Em relação aos poços, a água é obtida pela perfuração de aquíferos cristalinos de baixa vazão e alto teor salino, dificultando seu uso para consumo humano e fins agrícolas (IDEMA, 2008)

As atividades econômicas se concentram basicamente no setor de serviços, seguido da agropecuária e, por último, a indústria (*Ibid.*, 2008). No setor de serviços, destaca-se o comércio e, de maneira bastante incipiente, a cadeia de serviços potencializada pelo geoturismo que agrega o trabalho dos guias, hospedagem e alimentação dos visitantes.

A geomorfologia de relevos cristalinos do Nordeste Setentrional Brasileiro é discutida por Maia *et al.* (2018) e Migón e Maia (2020), com a apresentação de modelos interpretativos, hierarquização das formas e processos morfogenéticos. No caso do município de Serra de São Bento, os aspectos geomorfológicos são condicionados pela geologia cristalina, deformações estruturais (dobras, fraturas e falhas) e clima com reduzida umidade.

Em diversos pontos de realização das trilhas, é possível observar diversas ocorrências de tafonis e caneluras de dissolução. Essas feições (Figuras 3 e 4) foram definidas por Maia &

Nascimento (2018) como associadas à meteorização, estando diretamente ligadas à morfologia dos relevos cristalinos.

São diferentes tipos de tafoni, bacias de dissolução e caneluras que podem ocorrer de diferentes maneiras e escalas. Tafonis são cavidades poligênicas e poliformes que se formam a partir da expansão de um núcleo que vai progressivamente sendo consumido pelo intemperismo (Romani, 1994).

As bacias de dissolução são cavidades nas superfícies expostas das rochas graníticas de feições negativas e formato circular (Maia & Nascimento, 2018). Já as caneluras são sulcos verticais rasos de erosão química que possuem normalmente perfil côncavo e de baixa sinuosidade com ocorrência em escarpas de inselbergues e/ou na superfície de blocos graníticos (*Ibid.*, 2018).

São apresentadas, a seguir, algumas das feições de destaque, em particular, nos locais onde é praticado o geoturismo.

#### 4.1 MORRO DO CRUZEIRO

O morro do Cruzeiro é uma elevação cristalina que apresenta ocorrência de *tafonis* (Figura 3) em suas vertentes. Segundo Maia *et al.* (2018), tafonis são cavidades verticais que se expandem a partir de um núcleo que vai progressivamente se expandindo. A Figura 3 ilustra tafonis em estágio inicial de formação.

**Figura 3** — Tafonis nas vertentes do Morro do Cruzeiro



**Fonte:** Mariana de Melo (2021)

Tais tafonis podem evoluir e se conectar dando origem a feições como as caneluras de dissolução que possuem direção vertical e interligam o topo e a base das vertentes. O aprofundamento dos tafonis depende da disponibilidade hídrica, presença de fraturas e minerais mais solúveis, como o feldspato potássico (Maia *et al.*, 2018).

## 4.2 TANQUE DO GENERAL

A Figura 4-A ilustra caneluras de dissolução alinhadas segundo a direção de escoamento preferencial da água pluvial. O conjunto de caneluras de dissolução deu origem a uma feição particular denominada de *karren* (Maia *et al.*, 2018).

**Figura 4-** Caneluras de dissolução (A) e Açude (B).



**Fonte:** Mariana de Melo (2021)

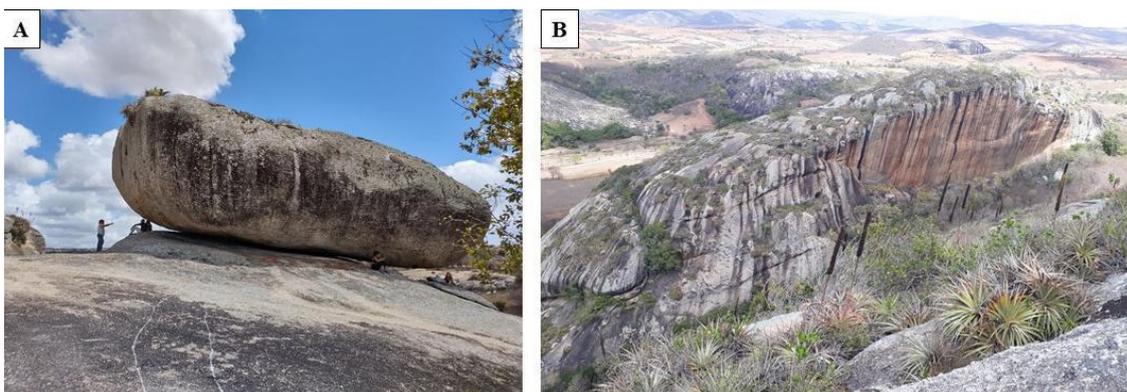
No caso da Figura 4B, uma canelura de dimensões notáveis (10m de comprimento e 5m de altura) sofreu intervenção antrópica e passou a ser utilizada como reservatório hídrico.

## 4.3 PEDRA DA TROUXA/PEDRA DO ECO

A Pedra da Trouxa se trata de uma feição geomorfológica que resulta da atuação do intemperismo físico *in situ*. É uma feição representada por um bloco de dimensão que ultrapassa cerca de 5m<sup>2</sup>. Os processos de intemperismo fragilizam a superfície rochosa que vai descamando e sofrendo ataques em todas as direções, como no processo de esfoliação esferoidal (Figura 5A).

No caso da Figura 5B, a Pedra do Eco representa uma escarpa em rochas que são bastante fraturadas e parecem ter sofrido influência de falha geológica. A escarpa está posicionada em um ângulo que permite ao visitante escutar a reverberação de sons emitidos no alto da colina paralela, dando origem ao nome Pedra do Eco.

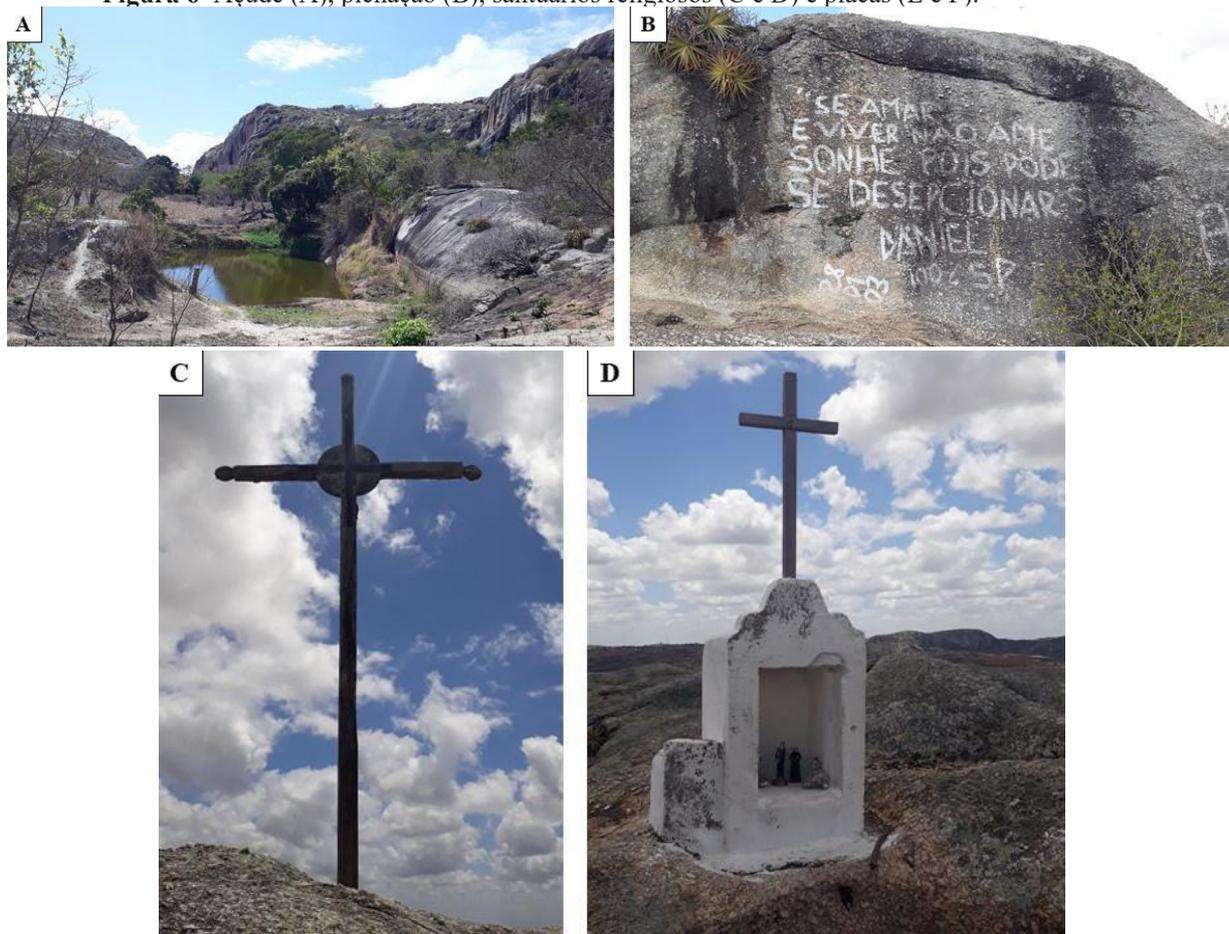
**Figura 5-** Pedra da Trougha (A) e Pedra do Eco (B)



**Fonte:** Mariana de Melo (2021)

Durante os trabalhos de campo realizados, foi possível identificar a presença de interferência antrópica no ambiente como açudes, pichação, santuários religiosos e placas de identificação dos pontos geoturísticos nas trilhas (Figura 6).

**Figura 6-** Açude (A), pichação (B), santuários religiosos (C e D) e placas (E e F).





Fonte: Mariana de Melo (2021)

As feições geomorfológicas do município de Serra de São Bento são evidências da história natural do planeta e são a base de desenvolvimento da sociedade local. Ainda há muito a ser discutido sobre as relações entre sociedade e natureza por meio do estudo da origem, transformação e uso dos relevos.

## 5 CONCLUSÕES

Com a realização do estudo na área de interesse desse projeto de pesquisa, foi possível caracterizar a paisagem geomorfológica de alguns dos pontos de interesse geoturístico nas trilhas do município da Serra de São Bento. Com isso, compreende-se que há possibilidades de contribuição com o desenvolvimento do geoturismo nessa região por meio da realização desta pesquisa, explorando toda a geodiversidade local e a necessidade de conservação do patrimônio natural.

## REFERÊNCIAS

- BRILHA, J. Inventory and Quantitative Assessment of Geosites and Geodiversity Sites: a Review. *Geoheritage*, nº 8, p. 119-134, 2016. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12371-014-0139-3>. Acesso em: 11 mai. 2022.
- CPRM — Serviço Geológico do Brasil. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Serra de São Bento, Estado do Rio Grande do Norte**/Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Saulo de Tarso Monteiro Pires, Dunaldson Eliezer Guedes Alcoforado da Rocha, Valdecílio Galvão Duarte de Carvalho. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.
- DINIZ, M. T. M.; PEREIRA, V. H. C. Climatologia do estado do Rio Grande do Norte, Brasil: sistemas atmosféricos atuantes e mapeamento de tipos de clima. *Bol. Goia. Geogr. (Online)*. Goiânia, v. 35, n. 3, p. 488-506, set./dez. 2015
- IDEMA. **Perfil do seu município Serra de São Bento**. Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte — IDEMA. 2008
- GRAY, Murray. 2004. **Geodiversity**: valuing and conserving abiotic nature. John Wiley & Sons Ltd., Londres/Inglaterra.
- JORGE, M., & GUERRA, A. **Geodiversidade, Geoturismo e Geoconservação**: Conceitos, Teorias e Métodos. Rio de Janeiro: Espaço Aberto, 2016.
- MAIA, R. P.; NASCIMENTO, M. A. L. do. RELEVOS GRANÍTICOS DO NORDESTE BRASILEIRO. *Revista Brasileira de Geomorfologia*, [S. l.], v. 19, n. 2, 2018. DOI: 10.20502/rbg.v19i2.1295. Disponível em: <https://rbgeomorfologia.org.br/rbg/article/view/1295>. Acesso em: 18 out. 2023.
- MAIA, R.P.; BASTOS, F. H.; NASCIMENTO, M. A. L.; LIMA, D. L. L.; CORDEIRO, A. M. N., **Paisagens graníticas do Nordeste**. Fortaleza: Edições UFC, 2018.
- MANSUR, K. L. Patrimônio Geológico, Geoturismo e Geoconservação: abordagem da Geodiversidade pela vertente geológica. *In*: GUERRA, A. J. T.; JORGE, M. C. O. **Geoturismo, geodiversidade e geoconservação**. Rio de Janeiro: Oficina de Textos, 2018.
- MIGÓN, P.; MAIA, R. P. Pedra da Boca, Pai Mateus, and Quixadá — Three Possible Key Geoheritage Sites in Northeast Brazil. *Geoheritage* (2020). Disponível em <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs12371-020-00473-4>. Acesso em 10 jan. 2022.
- NASCIMENTO, M. A. L. do; RUCHKYS, U. A.; MANTESSO-NETO, V. **Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo**: trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico. São Paulo: Sociedade Brasileira de Geologia, 2008.
- ROMANI, J. R.V. **Microformas graníticas tipo tafoni (cachola) y gnamma (pia) un micromodelado sin relacion con el clima o la estacionalidad**. 1994.



EIXO TEMÁTICO 5:  
EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA

# AS PROBLEMÁTICAS DO ENSINO REMOTO NA CONSTRUÇÃO DO FAZER DOCENTE PARA OS BOLSISTAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA

**Thais Pereira de Lima**

*Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Campus Natal Central*

*E-mail: [lima.thais@escolar.ifrn.edu.br](mailto:lima.thais@escolar.ifrn.edu.br)*

**Jeferson Gustavo Silva Guardiano**

*Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Campus Natal Central*

*E-mail: [j.guardiano@escolar.ifrn.edu.br](mailto:j.guardiano@escolar.ifrn.edu.br)*

**Maria Cristina Cavalcanti Araújo**

*Professora Doutora do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Campus Natal Central*

*E-mail: [crisrina.cavalcanti@escolar.ifrn.edu.br](mailto:crisrina.cavalcanti@escolar.ifrn.edu.br)*

## 1 INTRODUÇÃO

No ano de 2020, com o avanço da pandemia da Covid-19, doença infecciosa causada pelo novo coronavírus, o SARS-CoV-2, afetou várias esferas da sociedade e a educação foi uma delas. Escolas foram fechadas, professores e alunos mandados para casa e o ambiente escolar deixou de ser a sala de aula, adentrando as casas e transmitindo saberes através dos meios virtuais, para que fosse evitada a proliferação do vírus.

A educação escolar precisou ser repensada e, se antes havia resistência em utilizar tecnologias no ambiente escolar, com a chegada da pandemia, os professores precisavam se adaptar e se capacitar. O ensino remoto emergencial foi a saída encontrada para que a educação não sofresse interrupção e fossem proporcionados ambientes de estudo para que o processo de ensino e aprendizagem acontecesse.

Diante disso e mediante o avanço da pandemia, o Governo Estadual do Rio Grande do Norte, em março de 2020, decretou a paralisação das aulas presenciais em todo território potiguar, uma vez que as escolas, por comportarem diversos alunos, seria um ponto de contaminação e disseminação do vírus da Covid-19. A Portaria-SEI Nº 438, em seu anexo único, de 21 de outubro de 2020, propõe que:

### 1. DO PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES ESCOLARES, REGISTROS E REPOSIÇÃO DA CARGA HORÁRIA

1.1 Todas as unidades escolares e todos os professores devem desenvolver atividades não presenciais relativas aos períodos de suspensão das atividades, previstos nos Decretos Estaduais, computando o percentual de 75% da carga horária mínima de 800 horas correspondentes ao ano letivo de 2020, independentemente do quantitativo de dias letivos indicados no calendário escolar, até 18/12/2020. A carga horária correspondente aos 25% restantes do Ano Letivo de 2020 será cumprida no período de 01/02/2021 a 12/03/2021, com a efetivação do ensino híbrido, associando atividades presenciais e não presenciais (Rio Grande Do Norte, 2020).

Em meio ao ensino emergencial remoto, a Escola Estadual Professor Luís Soares, localizada em Natal/RN, recebeu bolsistas do Programa de Iniciação à Docência (Pibid) da Licenciatura em Geografia do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, que tem como finalidade a inserção de licenciandos na prática docente como forma de vivenciar o cotidiano escolar e contribuir para a articulação entre teoria e prática.

Nesse contexto, os bolsistas do Pibid de Geografia começaram a atuar na escola Luís Soares, sob a supervisão da professora Ana Carolina, que é supervisora do Pibid e leciona a disciplina de Geografia no turno vespertino. A função dos bolsistas de iniciação à docência é de dar suporte nas aulas síncronas e assíncronas, participando de reuniões pedagógicas, da organização de atividades e pesquisa e elaboração de materiais didáticos. Assim, iniciou-se a participação dos Licenciandos bolsistas do Pibid no final do ano de 2020, adaptando-se ao novo formato e, com ela, os desafios e as dificuldades desse “novo normal”.

Nesse sentido, este artigo expõe as problemáticas enfrentadas pelos bolsistas de iniciação à docência e estudantes da Escola Estadual Professor Luís Soares no contexto do ensino remoto. Pretende-se entender como os impactos do ensino remoto afetaram na formação inicial dos bolsistas de Licenciatura em Geografia, levantando as problemáticas e os desafios enfrentados também pelos alunos e professores dessa escola pública, diante do ensino remoto.

Utilizou-se questionário para analisar as dificuldades enfrentadas pelos alunos da Escola frente ao ensino remoto, em que os dados coletados foram organizados em gráficos. Quanto às dificuldades enfrentadas pelos professores e pelos bolsistas de iniciação à docência, na referida escola, as considerações se deram a partir de conversas e relatos.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A pandemia do vírus SARS-CoV-2 alterou todos os setores de nossa sociedade e um dos mais devastados foi a educação. Anteriormente à pandemia, era utópico pensar em ensinar através de uma tela, por mais que o ensino à distância já se fizera presente, desde 20 de novembro de 1996, regulamentado pela Lei N° 9.394. O ensino remoto foi algo criado em situação emergencial gerada pela pandemia e, de acordo com a Lei N° 9.394 (Brasil, 1996), o ensino fundamental só deve ser à distância em caso de complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

Mesmo já existindo uma lei que aprovasse esse ensino de forma emergencial, foi preciso criar novos regulamentos para nortear o ensino remoto no nosso país. Com isso, em março de 2020, o Conselho Nacional de Educação cria o Parecer CNE/CP N°: 5/2020, o qual determina que:

Em 18 de março de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) veio a público elucidar aos sistemas e às redes de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, considerando a necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas por conta de ações preventivas à propagação da COVID-19” (MEC/CNE, 2020).

A partir das Leis e Decretos editados pelo Governo, sobre o ensino remoto emergencial e as problemáticas desse novo modelo de ensino emergiram, tais como a falta de acesso a equipamentos apropriados para acompanhar as aulas virtuais, a falta de acesso a uma internet de qualidade e a falta de um local adequado para estudar tanto pelos docentes, como pelos educandos, uma vez que a nossa casa virou uma espécie de “escola”. Neste sentido, Rosa (2020 *apud* Miranda *et al.*, 2020, p. 4) relata que “a proposta de educação ofertada por meios tecnológicos sempre trouxe alguns obstáculos, principalmente, pela falta de preparo/capacitação dos professores no manuseio de suportes tecnológicos”. Portanto, observa-se que os obstáculos são os mais diversos, envolvendo alunos, professores e mesmo a falta de infraestrutura das escolas e dos lares.

Ainda a esse respeito é importante atentar que

a sugestão de educação remota na rede pública como um todo pode ser percebida como um grande equívoco, pois inviabiliza o acesso ao conhecimento da classe social menos favorecida, por não ter acesso às tecnologias digitais ou não possuírem condições de moradia adequada para acompanhar de maneira satisfatória os momentos de aulas virtuais, pois moram em residências pequenas com poucos espaços apropriados para poder estudar (Alves, 2020 *apud* Miranda *et al.*, 2020, p. 4-5).

Nesse sentido, estar em uma sala de aula virtual traz consigo diversas limitações no fazer docente e, nesse percurso, não é diferente para os bolsistas de iniciação à docência, os quais tiveram seus primeiros contatos em turmas da Escola Estadual Professor Luís Soares já no ensino remoto. Podemos compreender a dificuldade enfrentada pelos bolsistas do Pibid e, pelo ensino remoto emergencial de forma geral, traçamos um paralelo através da concepção bancária da educação criticada por Paulo Freire em seu livro *Pedagogia do Oprimido*, que destaca:

Falar da realidade como algo parado, estático, compartimentado e bem comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos, vem sendo, realmente, a suprema inquietação desta educação (Freire, 1996, p. 79).

Indubitavelmente, enfrentar essa educação remota tem sido uma inquietação gigantesca para os educadores, limitando o espaço de atuação, proibindo o contato face-a-face com o aluno, inibindo uma avaliação mais precisa sobre suas dificuldades e suas habilidades. Essa limitação nos faz cair em uma educação tradicional, a qual foge das práticas libertárias de Paulo Freire (1968) e que, como diz o Autor, só deposita os conhecimentos como se os alunos fossem potes vazios os quais precisam ser preenchidos, inibindo a criatividade do educando.

É diante dessa situação que o educador precisa se reinventar para buscar atrair os alunos, sendo permeável a mudanças para construir um novo ambiente favorável para a educação. Nesse sentido,

A competência técnico-científica e o rigor de que o professor não deve abrir mão no desenvolvimento do seu trabalho não são incompatíveis com a amorosidade necessária às relações educativas. Essa postura ajuda a construir o ambiente favorável à produção do conhecimento, onde o medo do professor e o mito que se cria em torno da sua pessoa vão sendo desvelados. É preciso aprender a ser coerente. De nada adianta o discurso competente se a ação pedagógica é impermeável a mudanças (Oliveira, 1997, p. 12).

Assim, mesmo após cerca de mais de um ano de ensino remoto, ainda estamos em busca de adaptar as práticas docentes à nova realidade, buscando minimizar os impactos negativos na vida acadêmica dos educandos. Diante disso,

Do ponto de vista da ideologia fatalista, só há uma saída para a prática educativa: adaptar o educando a esta realidade que não pode ser mudada. O de que se precisa, por isso mesmo, é o treino técnico indispensável à adaptação do educando, à sua sobrevivência. (Freire, 1987, p. 21)

É nesse viés e a partir da nossa experiência como bolsistas do Pibid de Geografia da Escola Estadual Professor Luís Soares que prosseguiremos com essa pesquisa, abordando as problemáticas do ensino remoto através de dados obtidos em nossa metodologia de trabalho.

### **3 METODOLOGIA**

Para a sistematização das reflexões aqui propostas, utilizamos a pesquisa quali-quantitativa, de abordagem bibliográfica em que foram consultados artigos científicos, livros, leis e sites. Foram consultados os registros contidos nos diários de classe como forma de verificar as frequências dos alunos, bem como o acompanhamento das atividades.

Para obter os dados referentes às dificuldades enfrentadas pelos alunos, do 6º, 7º, 8º e 9º ano, da Escola E. Prof. Luís Soares, foi aplicado um questionário virtual, pelo *Google forms*, contendo questões abertas. Ao todo, participaram da entrevista 6 alunos, sendo 2 alunos de cada turma (com exceção da turma do 7º ano, de onde não conseguimos participantes). O programa *Excel* foi utilizado para tratar os dados e produzir os gráficos que subsidiaram fazer um comparativo da quantidade de alunos matriculados quantidade de alunos assíduos.

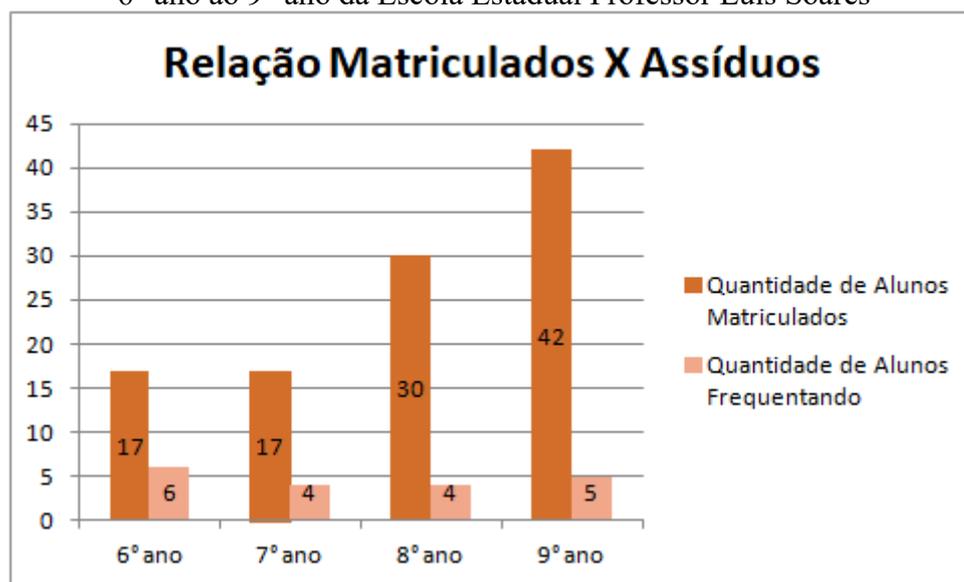
Para refletir sobre as dificuldades dos professores na construção do fazer docente no ensino remoto, as considerações se deram a partir de conversas e relatos da professora-supervisora do Pibid Geografia na referida escola. E, para discorrer sobre impactos do ensino remoto na formação dos pibidianos como futuros docentes, a reflexão se deu por meio de conversas informais, reuniões com bolsistas do Pibid-Geografia e a vivência dos autores deste texto.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a análise dos dados oriundos da aplicação dos questionários, foi observado que o número de alunos que responderam ao questionário foi muito baixo. Isto se deve ao fato de as turmas terem poucos alunos acompanhando as aulas remotas (nos momentos síncronos e assíncronos), bem como a falta de interesse em responder. Os alunos da turma do 7º ano optaram por não responder a pesquisa.

Inicialmente, realizamos um levantamento sobre o quantitativo de alunos matriculados nas turmas de 6º a 9º ano e as frequências nas aulas síncronas e assíncronas. O resultado revela uma triste realidade, em que alunos com vulnerabilidade social têm seus direitos à educação tolhidos e o Estado brasileiro se mostra incapaz de minimizar o problema. Os dados apresentados no Gráfico 1 evidenciam essa realidade desigual quando observamos a disparidade entre alunos matriculados e alunos frequentando as aulas remotas.

**Gráfico 1** — Relação Alunos Matriculados × Alunos Assíduos das turmas do 6º ano ao 9º ano da Escola Estadual Professor Luís Soares



Fonte: elaborado pelos autores (2021)

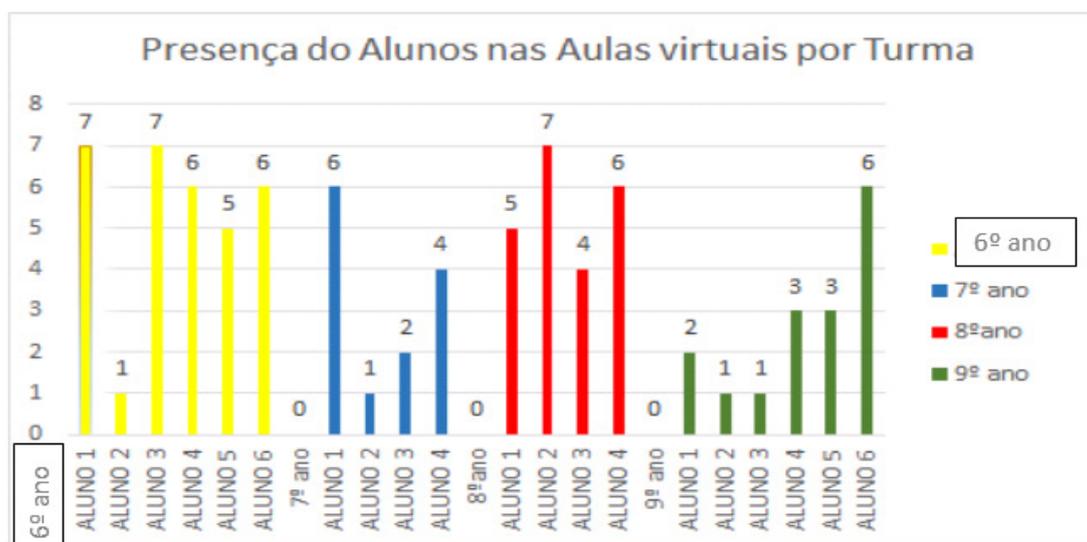
A partir da análise do Gráfico 1, observa-se a relação desigual entre Alunos Matriculados e Alunos Assíduos em todas as turmas entre o 6º e o 9º ano da Escola E. Prof. Luís Soares. Proporcionalmente, são os estudantes da turma do 6º ano que mais vêm acompanhando as aulas remotas (síncronas e assíncronas), com 36%. Mesmo assim, o índice de evasão nas aulas é muito grande, pois 64 % dos estudantes da turma não vêm acompanhando as aulas. Já a turma que aparece com o maior percentual de alunos sem acompanhar as aulas remotas é o 9º ano, com a maior taxa de evasão em relação às demais turmas, com cerca de 88% da turma sem comparecer aos encontros síncronos ou assíncronos e com 12% de alunos frequentando. Em relação

à turma do 7º ano, somente cerca de 24% da turma é assídua e contra 76% de evadidos. E, na turma do 8º ano, atentamos para um número maior de alunos matriculados, mas no quesito das frequências, nos encontramos apenas com cerca de 14% de alunos participando das aulas remotas, com uma taxa de 86% de evasão escolar nessa turma.

A partir dos dados apresentados, percebe-se que o enfrentamento da Pandemia da Covid-19 vai muito mais além das questões de saúde pública. A crise sanitária é somente uma dessas facetas desse momento atual. Escolas fechadas, crianças e adolescentes sem acesso à educação expõem a exclusão e a desigualdade no país. A falta de acesso à internet e de equipamentos necessários agudiza a fragilidade no sistema educacional brasileiro e a falta de investimentos no que deveria ser direito de todos: a educação. Pois, como afirmam Cardoso e Mendonça (2020, p. 649), “há, ainda, realidades ‘analógicas’, desiguais social e economicamente que o acesso à educação, por meios digitais, só agravará as distâncias para as os contextos ‘virtuais’”. Esta realidade foi vivenciada na Escola E. Prof. Luís Soares.

Além disso, os impactos da Pandemia e, especificamente, do ensino remoto, atingem não só os estudantes, mas também os docentes e, na formação dos pibidianos. A quantidade de alunos presentes na aula, por ser baixíssima, geralmente dificulta realizar algumas atividades no ensino remoto. Mesmo buscando novos aplicativos para construir aulas produtivas para o ensino remoto, torna-se difícil fazer, por exemplo, uma dinâmica virtual com apenas quatro alunos em sala de aula. Vale ressaltar, também, que essa média de frequência dos alunos ainda pode diminuir em relação às aulas síncronas e assíncronas, conforme observa-se no Gráfico 2.

**Gráfico 2** — Presença dos alunos em aula no mês de junho por turma



Fonte: Acervo dos autores (2021)

O Gráfico 2 representa a quantidade de alunos, por turma, presentes nas aulas remotas síncronas e assíncronas, durante o mês de junho de 2021. A quantidade de aulas semanais varia

de acordo com cada série, conforme passaremos a relatar. No 6º ano, tivemos oito aulas, entre síncronas e assíncronas e, dos 36% dos alunos que estão comparecendo, pode-se observar uma instabilidade na frequência, sendo a maior frequência, um aluno em sete aulas e, a menor, um aluno com frequência em somente uma aula. Mesmo com esses dados baixos, reforçamos que essa turma é a que apresenta maior proporção de alunos acompanhando nas aulas remotas.

Em relação à turma do 7º ano, apenas dois alunos, dos quatro que estão participando das aulas remotas, apresentam mais regularidade nas aulas síncronas e assíncronas. Mesmo assim, nenhum deles participou de todas as aulas, o que dificulta as interações professora-alunos, pibidianos-alunos e alunos-alunos em sala de aula com essa turma. O 7º ano é a turma que mais gerou dificuldade para realizar a prática docente, pois, em diversos momentos, somente um aluno esteve presente na aula e, portanto, se torna inviável aplicar a intervenção preparada para aquele momento. Ademais, pela baixa presença dos alunos, a turma apresenta um atraso no andamento das aulas.

Em relação à turma do 8º ano, a média de participação em aulas síncronas e assíncronas é baixa para todos os alunos que frequentam. No total de 16 aulas previstas, a média de frequência dos quatro alunos que continuavam participando das aulas síncronas e assíncronas fica abaixo de sete. Dado preocupante e, ao mesmo tempo, desestimulante para a professora-supervisora e para os pibidianos. A frequência nas aulas remotas é um indicador bastante importante, pois deve nortear políticas públicas voltadas à educação, bem como ações pedagógicas futuras.

Em relação à turma do 9º ano, os dados presentes no Gráfico 2 revelam um problema ainda maior, com o maior percentual de alunos sem frequentar as aulas remotas e com uma média de frequência igualmente problemática. Das 16 aulas previstas, a média de frequência fica abaixo de três aulas.

Observa-se que apenas dois alunos assistiram três ou mais aulas no mês de junho, e o restante assistiu duas ou uma aula, apenas. Esse dado nos mostra o quanto o ensino remoto é um modelo excludente e segregacionista, que está afastando os educandos cada vez da escola. A situação dessa turma nos preocupa, uma vez que, no próximo ano letivo, eles estarão (ou deveriam estar) no Ensino Médio; porém, com uma base bastante fragilizada do Ensino Fundamental.

Em relação aos questionários aplicados aos estudantes, abordamos questões como se os estudantes estavam conseguindo compreender os conteúdos no ensino remoto, como era o ambiente de estudo em suas residências, se os alunos estavam conseguindo acompanhar todas as aulas, como estava sendo o suporte dado pelos pais, e se os alunos possuíam equipamentos e internet suficientes para assistir às aulas. Assim, obtivemos os seguintes resultados:

Quando perguntado se os estudantes possuíam acesso à internet, os respondentes enfatizaram que possuem internet para assistir às aulas; porém, com dificuldades em acesso à plataforma utilizada em outras matérias ou sinal de internet ruim. Outros relatam que só não acompanham as aulas virtuais quando acontecem alguns imprevistos, como por exemplo: quando a conexão com a internet está ruim e quando o celular descarrega. Portanto, as dificuldades de

acesso só agudizam as dificuldades no processo de ensino.

Em relação aos equipamentos tecnológicos utilizados para a realizar as atividades e ter acesso aos materiais de estudos encaminhados pelos professores e até mesmo para assistir às aulas virtuais, os respondentes relatam que utilizam, principalmente, o celular dos pais. Este é um problema recorrente do ensino remoto, já que o Governo do Estado do Rio Grande do Norte ou a Prefeitura de Natal não resolveram. Diferentemente das Universidades Federais, os estudantes da rede pública estadual não receberam equipamentos eletrônicos e internet para acompanhar as aulas online, gerando uma evasão em massa dos alunos por falta de condições para acompanhar suas aulas. Ademais, até mesmo os que utilizam o celular dos pais, não conseguem acompanhar as aulas remotas, pois alegam que os pais trabalham e precisam levar o equipamento eletrônico.

Sobre o acompanhamento sistemático de todas as aulas, a maioria dos estudantes afirma que não consegue acompanhar todas as aulas, porém, acompanha a maior parte delas. Um fato que chamou a atenção foi o relato de um aluno que afirmou não acompanhar todas as aulas por motivos de trabalho e, por esse motivo, pretende transferir-se para o turno da manhã. Somente dois alunos afirmaram conseguir acompanhar todas as aulas. Portanto, percebe-se que o ensino remoto emergencial se configura como um formato extremamente excludente, uma vez que, pela falta de acesso aos recursos tecnológicos, internet, infraestrutura e diversos outros motivos, não se permite a participação de todos os estudantes.

Sobre o processo de aprendizagem, foi perguntado aos estudantes se estavam conseguindo compreender os conteúdos ministrados mediados pelas aulas remotas, ao que eles responderam que estão conseguindo aprender algumas coisas, mas sentem dificuldades e fazem o que podem para aprender os conteúdos. Esse é um problema que afeta a todos os alunos que estão no ensino remoto e não é algo que eliminamos apenas resolvendo o problema apresentado pelo aluno. Alguns conteúdos, principalmente da geografia física, apresentam temáticas as quais necessitam de aula prática e, para lecionar essas temáticas, os professores precisaram adequar sua metodologia em um curto espaço de tempo para poder ministrá-las.

O ensino remoto está sendo o primeiro contato, tanto para os alunos como para os professores, e esse processo de adaptação é mais difícil do que as instâncias governamentais pensaram. Além de se fazer necessário o professor adequar sua metodologia para esse ensino, o estudante precisa possuir condições tecnológicas para acompanhar toda essa carga de atividades. Os bolsistas de iniciação à docência que estão tendo esse primeiro contato com a docência através do ensino remoto estarão mais preparados caso aconteça uma situação emergencial como essa em breve. No entanto, sentem-se prejudicados por não terem esperanças se irão viver na sua iniciação à docência o contato físico com os alunos e com as salas de aulas, ficando à mercê dessa pedagogia tradicional e bancária tão criticada por Paulo Freire.

Sobre os espaços, em suas residências apropriados para os estudos e, conseqüentemente para o acompanhamento das aulas, os estudantes responderam que nem sempre o ambiente de estudos é silencioso. Concentrar-se em casa, com várias distrações ao seu redor, tem sido algo

difícil para os alunos. Até mesmo a sala de aula tinha suas distrações, mas fazer de nossa casa um ambiente de estudo é algo bastante dificultoso. A falta de ambiente adequado para os alunos também interfere na comunicação com os professores, já que muitos não conseguem tirar suas dúvidas através de áudio por haver muito barulho em casa, aumentando cada vez mais a dificuldade em aprender os conteúdos das aulas remotas. Para o professor que precisou transformar sua casa em uma sala de aula alternativa, esse impasse se torna bem mais expressivo. Câmeras podem captar o que não devem, o áudio do professor por estar sempre ligado sofre ruídos externos, tais como propagandas que passam pelas ruas, pessoas falando ao entorno e até mesmo barulho de animais domésticos.

Apesar das dificuldades relatadas, alguns respondentes destacaram que recebem apoio total ou parcial dos pais para a realização das atividades, o que enfatizamos ser de grande importância, pois entendemos que a participação dos pais, nesse processo de ensino, no contexto da pandemia, pode contribuir para minimizar as lacunas e as angústias vivenciadas pelos estudantes.

Os transtornos provocados pelo ensino remoto emergencial estão postos. De um lado, tem-se baixa participação dos alunos, comprometimento da aprendizagem, aumento das desigualdades, crianças e adolescentes sem perspectiva. Por outro lado, professores frustrados e, ao mesmo tempo com muito trabalho, fazendo malabarismos para se adaptar ao ensino remoto e, ao mesmo tempo, conquistar a atenção e o envolvimento dos alunos. Em relação aos pibidianos, entende-se que a formação vai ficar, de certa forma, comprometida pela falta de uma vivência, mais de perto, do cotidiano escolar.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dos resultados obtidos e das reflexões aqui postas, são notórias as problemáticas trazidas pela pandemia para o campo educacional. Os bolsistas de iniciação à docência ingressam no Programa com intuito de adquirir experiências em sala de aula, articulando a teoria à prática, mas sentem que essas experiências estão sendo prejudicadas diante do ensino remoto, uma vez que a evasão escolar contribui diretamente de forma negativa para as intervenções em sala de aula. Muitas vezes, os materiais produzidos e o preparo para as intervenções em sala de aula terminam não sendo utilizados uma vez que os alunos não aparecem nas aulas síncronas. Não restam dúvidas que o ensino remoto emergencial também se configura como uma experiência de grande monta, porém, não equipara às experiências do ensino presencial.

Compreendemos que essa breve reflexão realizada não é o suficiente para refletir todos os problemas do ensino remoto, mas partindo dos princípios de Paulo Freire, o ensino remoto nos fez cair em uma pedagogia tradicional, a qual não conhecemos as limitações e as qualidades dos nossos alunos e que a tela de um computador, *tablet* e/ou celular não é o suficiente para conseguirmos construir saberes consolidados para nossos educandos.

O Pibid e qualquer estágio da educação se apresenta como via de mão dupla. É ensinando que aprendemos a ensinar e nos tornamos melhores no nosso fazer docente, mas o ensino remoto limita essa troca, pois nem sempre conseguimos obter aprendizagem dos nossos educandos. Concluimos, assim, que a pandemia não só dificultou toda a forma de se fazer educação, mas também afetou a aprendizagem dos alunos e alterou todo o caminho o qual sempre foi trilhado pelos pibidianos, exigindo uma adaptação ao ensino remoto e a todos os problemas advindos com ele.

## REFERÊNCIAS

ALVES, L. Educação remota: entre a ilusão e a realidade. **Interfaces Científicas Educação**, v. 8, n. 3, pág. 348-65, 2020.

BRASIL. Presidência da República. Constituição. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 19 jul. 2021.

CARDOSO, N. S.; MENDONÇA, S. G. L. FORPIBID - RP e a politização como enfrentamento ao ensino remoto. **Revista da ANFOPE**, Formação em Movimento, v. 2, i. 2, n 4, p. 647-54, jul./dez. 2020. Disponível em <<http://costalima.ufrj.br/index.php/FORMOV/article/view/624/910>>. Acesso em 10 jul. de 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. 25 ed. Rio de Janeiro: São Paulo, Paz & Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: São Paulo, Paz & Terra, 1987.

MEC/CNE — MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO. Constituição (2020). **Parecer Homologado Parcialmente nº 5/2020, de 28 de abril de 2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da Possibilidade de Cômputo de Atividades Não Presenciais Para Fins de Cumprimento da Carga Horária Mínima Anual, em Razão da Pandemia da Covid-19. Distrito Federal, 1 jun. 2020. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=14511-pcp005-20&category\\_slud=marco-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14511-pcp005-20&category_slud=marco-2020-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 19 jul. 2021.

MIRANDA, K. K. C. O; LIMA, A. S.; OLIVEIRA, V. C. M.; TELLES, C. B. S. Aulas remotas em tempo de pandemia: desafios e percepções de professores e alunos. **CONE-  
DU, VII Congresso Nacional de Educação**. Educação como (re)Existência: mudanças, conscientização e conhecimentos. Maceió, 15, 16, 17 out. 2020. Disponível em <[https://  
editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO\\_EV140\\_MD1\\_SA\\_  
ID5382\\_03092020142029.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA_ID5382_03092020142029.pdf)>. Acesso em: 19 jul. 2021.

OLIVEIRA, E. C. (org.). Prefácio. *In*: FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. 25. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 1996. p. 12.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). **Secretaria de Estado da Educação e Cultura. Portaria nº 700673, de 21 de outubro de 2020. Portaria-Sei Nº 438, de 21 de Outubro de 2020**. Rio Grande do Norte, 22 out. 2020. Disponível em: [http://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/  
docview.aspx?id\\_jor=00000001&data=20201022&id\\_doc=700673](http://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20201022&id_doc=700673). Acesso em: 14 jul. 2021.

ROSA, R. T. N. Das aulas presenciais às aulas remotas: as abruptas mudanças impulsionadas na docência pela ação do Coronavírus - o COVID-19!. **Rev. Cient. Schola**, Colégio Militar de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil vol. VI, n. 1, jul. 2020. ISSN 2594-7672. Disponível em: [https://cmsm.eb.mil.br/images/CMSM/revista\\_schola\\_2020/Editorial%20I%202020%20\(Rosane%20Rosa\).pdf](https://cmsm.eb.mil.br/images/CMSM/revista_schola_2020/Editorial%20I%202020%20(Rosane%20Rosa).pdf). Acesso em: 19 jul. 2021.

# A ADOÇÃO DE PROJETOS GEOEDUCACIONAIS NO ENSINO REMOTO: AS REDES SOCIAIS ENQUANTO CAMPO DE TRABALHO

**Aldeíze Bonifácio da Silva**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mail: [aldeizebs@hotmail.com](mailto:aldeizebs@hotmail.com)

**Sheyla Vanessa Costa da Paz**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mail: [sheylavanessa.paz@gmail.com](mailto:sheylavanessa.paz@gmail.com)

## 1 INTRODUÇÃO

O trabalho com projetos educacionais não é algo recente na educação básica. Segundo Carvalho (2020), existem relatos de atividades envolvendo o protagonismo dos alunos desde a década de 1920. Enquanto uma metodologia ativa, o trabalho com projetos envolve a investigação e a pesquisa no âmbito da busca de novos conhecimentos pelos alunos. O essencial é que os alunos reelaborem os conteúdos apreendidos e sejam capazes de comunicar isto por meio da socialização de um produto elaborado.

Todavia, trabalhar com projetos demanda “romper com o espaço e o tempo da sala de aula” (Almeida, 2021 *apud* Carvalho, 2020, p. 16). Nesse sentido, as redes sociais cumprem esse papel no contexto de práticas educacionais, desde que todos os envolvidos nas atividades propostas possuam acesso às ferramentas que permitam ultrapassar as limitações impostas pelo espaço-tempo. Assim, os projetos associados às redes sociais se mostram uma forma mais eficiente de fazer com que os alunos consigam significar as conexões entre o mundo e sua vivência, sobretudo durante o ensino remoto emergencial decorrente da pandemia da Covid-19, que impôs uma nova forma de atuar na educação aos professores e escolas.

Na pandemia da Covid-19, o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem ganhou novas configurações que perpassam o ensino de Geografia e a formação docente (Souto; Morais, 2021). Nesse contexto, o presente trabalho objetiva tecer algumas reflexões que derivam da adoção de um projeto geoeducacional para trabalhar com alunos do ensino médio o conteúdo programático da disciplina de Geografia durante o período de ensino remoto emergencial por meio das redes sociais, de forma a levá-los a participar ativamente, mesmo em um contexto remoto, na construção dos seus conhecimentos.

O Projeto Redescobrimos os Municípios trata-se de um projeto de extensão que nasce na disciplina de Estágio Obrigatório em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no intuito de minimizar o *déficit* criado pela limitação da atuação dos estagiários no período remoto, adaptando as intervenções e interações a serem realizadas com os alunos ao meio virtual. Inicialmente, contou com cinco discentes da licenciatura em Geografia da instituição e dois professores que atuaram como coordenadores e supervisores do projeto.

Destarte, ao mesmo tempo em que propõe estreitar os laços entre os discentes em atuação docente e seus alunos, o projeto que, dentro do escopo no qual se realizou, de forma remota, tem como recorte espacial inicialmente o município em que a escola no qual o estágio foi realizado se localiza, Monte Alegre, Rio Grande do Norte (RN), ganha outros contornos com o acréscimo de outros recortes a partir de ajustes realizados nos estágios seguintes em outras escolas e municípios.

Desta forma, o Projeto que, nesse primeiro momento, se intitulou Redescobrimo Monte Alegre/RN, parte do pressuposto de que o uso das redes sociais na educação possibilita que professores e alunos colaborem e interajam de forma mais efetiva a partir do compartilhamento de “vídeos, fotos, músicas, trechos de filmes, *chat*, *links*, [com a] otimização do tempo em que os alunos ficam conectados às redes [com] debates interessantes ligados ao cotidiano” (Lima, 2016, s/p).

Portanto, o Projeto que emerge de uma problemática real enfrentada durante a prática de estágio supervisionado no ensino remoto emergencial, o de alcançar os alunos e significar os conteúdos trabalhados em Geografia perante um contexto de aulas assíncronas gravadas, se justifica por possibilitar que os alunos participem, mesmo que em um cenário remoto, de forma ativa na construção do seu conhecimento, ressignificando a prática escolar e o conteúdo estudado por meio de suas próprias percepções e elaborações. Além disso, permite que os estagiários se aproximem da realidade dos alunos, já que estes ao mesmo tempo que apresentam o município no qual residem aos docentes em formação demonstram a apreensão dos conteúdos trabalhados.

Assim sendo, o que, no primeiro momento, emerge como uma ação piloto para tratar de uma problemática específica, trabalhar o conteúdo de urbanização com alunos do 2º ano do ensino médio de uma escola estadual no município de Monte Alegre/RN durante o estágio remoto, ganha novas dimensões, se tornando uma ferramenta permanente no fazer docente e no trato de outros conteúdos programáticos da disciplina durante todo o período dos estágios.

## **2 AS REDES SOCIAIS ENQUANTO POSSIBILIDADE PARA A RESSIGNIFICAÇÃO DE CONTEÚDOS TRABALHADOS EM VIDEOAULAS**

A natureza virtual que perpassa a realidade do ensino remoto “exige” que o docente procure novas metodologias para manter os alunos estimulados ao aprendizado, tendo em vista que o distanciamento social, uma das principais medidas de combate a disseminação da Covid-19, vem causando impactos diversos, sobretudo, o desestímulo dos alunos (Souto; Moraes, 2021) com conseqüente aumento da evasão escolar. Nesse contexto, dentre as estratégias com vistas a minimizar esses impactos e promover uma aprendizagem significativa, se encontra a adoção das redes sociais associada ao contexto educacional.

A utilização de redes sociais vinculadas a práticas educacionais é algo recente. Normalmente as escolas, sobretudo particulares, utilizam as redes sociais como canais de comunicação oficiais da instituição, onde divulgam avisos, o calendário escolar e algumas até incluem exercícios e o conteúdo das aulas visando aproximar os pais da rotina dos estudantes. Todavia, perante o contexto de aulas remotas emergenciais, a internet e as mídias digitais têm se mostrado excelentes recursos se utilizados a partir de um planejamento adequado e com base nas condições necessárias ao desenvolvimento de uma boa prática docente (*Ibid.*, 2021), o que podemos traduzir em termos de pesquisa e treinamentos sobre a utilização dessas ferramentas virtuais no ensino.

Segundo Araújo (2010), a adoção das redes sociais nas escolas enquanto uma ferramenta no processo de ensino-aprendizagem já é um fato que acontece em muitas instituições de ensino. Por meio delas, os alunos trazem, para dentro da escola, elementos de sua realidade externa que lhes permitem manter conexão com os outros e com o mundo. Dessa forma, se outrora

As redes sociais eram somente focadas em relacionamentos, ou interesses em comum, observou-se a nítida expansão para outros fins, que não somente a vida privada e interesse em comum, o uso dessa mídia foi ampliado para outras funções, sejam política, ou de movimentos de interesses coletivos, e também na educação (Lima, 2016, s/p).

Portanto, o atual desafio docente está na incorporação dos recursos da internet, como as redes sociais, com a finalidade de beneficiar o processo de ensino e aprendizagem (Lorenzo, 2013), pois, “mesmo que de forma indesejada, as redes sociais se entrelaçam ao cotidiano da escola, interferem nas aulas e atividades, tornando-se um elemento que pode e deve ser explorado pelos professores e demais profissionais no desenvolvimento das atividades escolares” (Araújo, 2010, p. 6). O grande diferencial das redes sociais é a possibilidade de promover, se corretamente manejadas, um aprendizado em rede, tendo em vista que, no ambiente virtual, os alunos podem discutir temas apresentados nas aulas com um menor grau de pressão sobre eles.

Isto posto, se faz necessário que a escola se adeque à “geração em rede”, pois, se hoje “a escola é pouco atraente. [...]. Não basta colocar os alunos na escola, temos de oferecer-lhes uma educação instigadora, estimulante, provocativa, dinâmica, ativa desde o começo e em todos os níveis de ensino” (Moran, 2013, p. 7-8), contexto no qual docentes de todos os níveis de ensino tiveram que adaptar ou adequar suas práticas ao ensino remoto por meio da adoção de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e da implementação de práticas que busquem utilizar essa realidade a favor da aprendizagem (Souto; Moraes, 2021).

Em suma, sabemos que o uso de TICs não substituem o professor, mas modificam algumas das suas funções. Segundo Moran, Masetto e Behrens (2009, p. 25), “o professor se transforma no estimulador da curiosidade do aluno por querer conhecer, por pesquisar, por buscar, a informação mais relevante”, e “ao introduzirmos o uso das redes sociais na escola,

podemos inovar o cotidiano das atividades escolares em relação à atratividade, a interatividade, a diversidade, entre outros, os quais, sem dúvida podem servir como elemento motivador dos alunos em relação a sua aprendizagem” (Araújo, 2010, p. 7).

Nesse sentido, o ensino remoto mostrou que é possível ressignificar os conteúdos trabalhados em sala ou em videoaulas a partir das redes sociais enquanto ferramentas educacionais. Pois,

Considerando a utilização do uso das redes sociais na educação, professores e alunos podem compartilhar materiais que englobem os assuntos dinamizados com vídeos, fotos, músicas, trechos de filmes, chat, links, buscando a interação e otimização do tempo em que os alunos ficam conectados às redes buscando sempre promover debates interessantes ligados ao cotidiano. São soluções onde se buscam a inovação para tratar de assuntos didáticos. (Lima, 2016, s/p).

Estudos desenvolvidos por Cirilo, Santos e Santos (2015) que versam sobre o uso das redes sociais no processo de ensino-aprendizagem, mesmo antes do contexto educacional remoto emergencial, corroboram com nossa perspectiva de trabalho, apontando experiências exitosas com a adoção do *Facebook* e do *Twitter* (atual rede social *X*) como ferramentas pedagógicas.

Os referidos autores defendem que as redes sociais, como o *Facebook* e o *Twitter*, podem contribuir com o ensino e a aprendizagem dos nativos digitais, pois auxiliam na proposta de uma educação inovadora, em que o educando seja o foco da aprendizagem.

A rigor, as redes sociais podem ser acessadas através de diferentes aparelhos eletrônicos portáteis, o que diminui a distância entre a rede e o usuário e faz com que essas ferramentas além de propiciarem a transmissão de informações e discussões online, facilitam a aquisição e a ampliação dos conhecimentos, podendo, então, ser usadas como recursos pedagógicos (*Ibid.*, 2015).

Em linhas gerais, o professor poderá acompanhar os debates e as opiniões que os educandos sentem à vontade para expor nesses espaços, assim como, realizar vários tipos de avaliações. Segundo Lorenzo, o docente pode “[...] criar comunidades de aprendizagem para a escola, classe ou disciplina; compartilhar metodologias, programas, informações e ideias com outros professores; gerar um relacionamento didático e dinâmico entre profissionais da área etc.” (Lorenzo, 2013, p. 1).

Para Lorenzo (2013), a rede social oferece vários benefícios quando usada na educação, tendo em vista que permite expor todas as atividades em um só lugar, aumenta a produtividade dos educandos, aproxima alunos e professores e os motiva, porque no momento que uma opinião é lida por todos, facilita o debate e o trabalho em grupo. Assim,

Os professores, ao se darem conta do potencial pedagógico das redes sociais percebem que suas aulas irão além dos muros da escola, ampliando o que é aprendido na sala de aula, principalmente, quando compreendem o potencial que elas proporcionam, como a troca de ideias, de conhecimento e, principalmente a ampliação das relações sociais. [...]. (Umbelina, 2012, p. 6).

Todavia, cabe salientar duas premissas que não devem ser esquecidas ao se trabalhar com as redes sociais enquanto ferramenta pedagógica: a necessidade de o professor conhecer esse ciberespaço e a existência de contextos nos quais uma gama variada de alunos não estão inseridos nesse meio (Cirilo; Santos; Santos, 2015). Eis uma dura realidade que constatamos no ensino remoto.

Em suma, os estudos que versam sobre a adoção das redes sociais enquanto ferramentas pedagógicas apontam que, apesar dos pontos negativos associados à utilização delas pelos jovens, de modo geral, esses recursos podem auxiliar alunos e professores a ressignificarem os conteúdos trabalhados em videoaulas através de uma interação professor/aluno na qual o docente exercerá o papel de mediador sobre as informações apropriadas a serem dialogadas pelos alunos, e compartilhadas de forma cooperativa em ambientes de aprendizagem criados pelo professor no contexto da disciplina.

Em última análise, defende-se que a discussão dos assuntos programáticos de uma disciplina por meio das funcionalidades de uma rede social criada para esta finalidade, direcionada ao campo educacional, com questões que estimulem a busca de informação, propiciará que o aluno ao manifestar sua opinião e interagir com os colegas façam uma leitura prévia daquele conteúdo favorecendo a aprendizagem no ensino remoto.

Além disso, autores como Garcia (2010, s/p.), que versam sobre a internet como nova mídia na educação, enfatizam que o trabalho em equipe possibilitado pela adoção das redes sociais e da própria *internet* enquanto ferramentas educacionais, “oferecem uma das mais excitantes e efetivas formas para capacitar os estudantes ao processo colaborativo e cooperativo e, ainda, desenvolver a habilidade de comunicação”. Assim,

Os estudantes trabalhando como colaboradores em projetos dentro ou fora das escolas podem medir, coletar, avaliar, escrever, ler, publicar, simular, comparar, debater, examinar, investigar, organizar, dividir ou relatar os dados de forma cooperativa com outros estudantes (*Ibid.*, 2010, s/p.).

Por sua vez, Riel (1995) afirma que o produto do trabalho dos estudantes, tal como multimídias, relatórios, textos, imagens, gráficos e outros materiais autorais ou não, podem se transformar em ferramentas na rede para seus pares em outras localidades, retroalimentando a rede educacional e auxiliando outros estudantes.

### **3 MATERIAIS E MÉTODOS**

Dentre os procedimentos metodológicos utilizados, temos a pesquisa bibliográfica, documental e empírica associada à metodologia de projetos. Segundo Carvalho (2020), para se trabalhar com projetos, se faz necessário considerar alguns procedimentos na elaboração das intervenções, dentre as quais: a escolha do tema, delimitação clara dos objetivos a serem alcançados durante a execução do projeto, alinhamento entre objetivos e conteúdos conceituais,

procedimentais e atitudinais. Nessa perspectiva, algumas questões devem ser respondidas: quais os recursos disponíveis para sua execução, duração do projeto, quais pessoas, materiais e espaços estão disponíveis para a execução do projeto? Assim como os diferentes momentos que compõem o cronograma do projeto.

Nesse sentido, o Projeto Redescobrimo Monte Alegre/RN, que foi pensado e executado no âmbito de uma turma do 2º ano do ensino médio de uma escola pública do município de Monte Alegre/RN, parte da premissa da utilização das redes sociais como ferramentas educacionais, por constatarmos que os alunos da escola na qual o estágio foi realizado possuíam realidades socioeconômicas distintas, sendo o uso dos aplicativos de *Facebook* e *Instagram* o ponto em comum entre eles, pois muitos não possuíam conexão à internet fixa em casa, ou aparelhos conectados à internet, utilizando celulares de terceiros e seus pacotes de dados para assistir às videoaulas no contexto remoto, o que configura um dos inúmeros fatores que contribuem para a grande evasão escolar.

O uso de atividades e interações pelas redes sociais possibilitou que esses alunos que estavam desmotivados e possuíam acesso à rede banda larga limitada interagissem com os estagiários de forma mais ágil sem gastar muito do pacote de internet, pois existem mecanismos facilitadores para a utilização desses aplicativos, como o menor uso de dados ou a não cobrança extra de dados, o que não seria possível utilizando-se diretamente o *YouTube* por exemplo. Isso permitiu alcançar esses estudantes em situações tão distintas e instigar sua participação nas atividades em detrimento das estratégias outrora utilizadas, como o uso do *Google Classroom* e das videoaulas que demandam um maior consumo da rede.

Em suma, o projeto consiste em trabalhar as questões urbanas por meio de uma série de materiais (fotografias, desenhos, poemas, músicas) em forma de *posts* nas redes sociais, elaborados, ora pelos estagiários como provocação e direcionamentos das discussões a serem realizadas pelos alunos, ora pelos alunos, retratando a realidade na qual estão inseridos, ou seja, a partir de sua própria interpretação da paisagem.

Nesse sentido, tomando por base as videoaulas gravadas e disponibilizadas no canal do *YouTube* do projeto, intitulado Projeto Geoeducacional (Figura 1), que tratam sobre urbanização, solicitamos que os alunos cocriassem um retrato do município no qual residem por meio da produção de fotografias e textos autorais, desenhos e relatos de experiências, apontando as potencialidades, desigualdades e fragilidades que observam no seu espaço vivido, articulando o que foi aprendido nas aulas e materiais didáticos ao município em questão.

**Figura 1** — Canal do projeto criado no *YouTube*



Fonte: Acervo das autoras (2021).

A atividade proposta foi estruturada em cinco etapas associadas à produção de videoaulas pelos estagiários: a apresentação da proposta aos alunos; a intervenção e o direcionamento da atividade por meio de problemáticas diretas via redes sociais; a participação dos alunos por meio da interação com as redes sociais do projeto em consonância com o envio de material produzido pelos mesmos; a organização e edição do material no formato escolhido, e a socialização do material construindo em conjunto (via *WhatsApp, Facebook e Instagram*).

As videoaulas tiveram o livro didático como aporte, devido sua acessibilidade em um contexto marcado por diferentes perfis socioeconômicos, conforme expresso na Figura 2. Todavia, por meio das redes sociais, foram agregados novos conteúdos a partir de diferentes linguagens, como a utilização de dicas de filmes sobre o tema das aulas, charges, revistas em quadrinhos, notícias, imagens de satélites, entre outros recursos imagéticos.

**Figura 2** — Esquema da construção e execução das videoaulas do projeto



Fonte: Acervo das autoras (2021).

Além da construção teórico-metodológica a partir da adoção de projetos, utilizou-se a paisagem como conceito basilar da intervenção realizada, que é de fundamental importância para a apreensão e compreensão do espaço geográfico. Segundo Santos (1988, p. 61), a paisagem é “tudo o que é visível, o que a visão alcança, que a vista abarca. É formada por cores, odores, sons e movimento”.

Dessa forma, a paisagem compreende os aspectos perceptíveis do espaço, a materialidade resultante da ação humana com a natureza, revelando a dinâmica dos diferentes agentes simultâneos que atuam no espaço ao longo do tempo. Isso faz com que se torne uma categoria de análise que possibilita aos alunos perceberem, observarem e descreverem o ambiente que os cercam, interpretando seus significados objetivos e subjetivos.

Todavia, para realizar uma leitura paisagística, é preciso ter critérios de observação. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais — PCN (Brasil, 1998), a leitura da paisagem pode ocorrer de forma direta (pela observação da paisagem de um lugar que os alunos visitam) ou de forma indireta (por meio de fotografias, da literatura, de vídeos e relatos).

O projeto busca articular essas duas leituras da paisagem, de forma que os alunos sejam protagonistas na construção de seus conhecimentos. No primeiro momento, trabalhamos com uma leitura indireta da paisagem a partir da provocação realizada pelos estagiários por meio de *posts* nas redes sociais sobre o conteúdo programático estudado. Alguns dos materiais produzidos para as redes sociais podem ser visualizados na Figura 3, que retrata uma das redes do projeto, o *Instagram*.

**Figura 3** — Alguns dos materiais produzidos e postados no *Instagram* do projeto



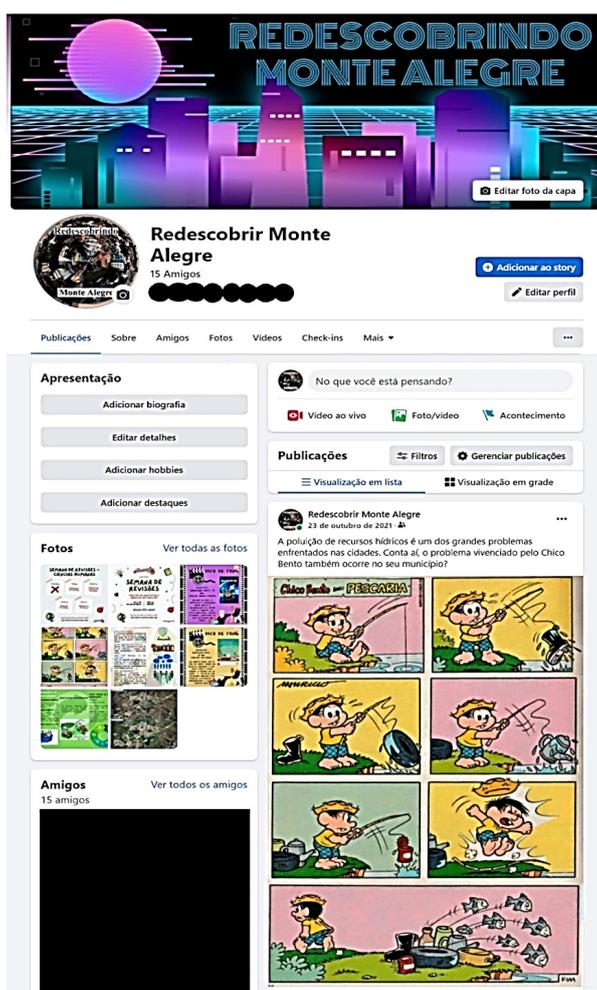
Fonte: Acervo das autoras (2021).

A leitura direta da paisagem se dá na forma dos itinerários documentados pelos alunos, uma vez que eles iriam trabalhar com o real, com a paisagem que os cercam, na sua rua, no seu bairro, no seu município, ou seja, abordando diferentes escalas, em um processo no qual partem da observação *in loco* para a elaboração de produtos autorais, onde

A imagem, o som e o movimento oferecem informações mais realistas em relação ao que está sendo ensinado. [E] quando bem utilizadas, provocam a alteração do comportamento dos alunos, levando-os ao melhor conhecimento e maior aprofundamento do conteúdo estudado (Kenski, 2007, p. 45).

Dessa forma, ao utilizarmos a linguagem das redes sociais, que apresenta um forte caráter imagético, nos aproximamos dos alunos e do nosso objetivo de promover uma melhoria nos níveis de aprendizagem. Nesse sentido, para alcançar os objetivos pedagógicos propostos, cada uma das redes sociais criadas possui conteúdos exclusivos de acordo com o tipo de publicação que a caracteriza e postagens de materiais compartilhadas. Na Figura 4, podemos observar a página do *Facebook* do projeto com alguns dos seus conteúdos.

**Figura 4** — Página do *Facebook* do projeto criado pelos estagiários



Fonte: Acervo das autoras (2021).

## 4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

O projeto se encontra em execução, na fase de acompanhamento das interações dos alunos com as publicações dos estagiários que versam sobre os conteúdos trabalhados nas videoaulas, os incitando a dialogar sobre a questão urbana no seu município. Dessa forma, tendo em vista que o projeto visa a elaboração de produtos que demonstrem a compreensão do conhecimento adquirido pelos alunos, os resultados apresentados no presente trabalho são parciais.

Cabe frisar que, no âmbito do ensino remoto, houve uma evasão em torno de 56%, o que significa que, dos 222 alunos matriculados no 2º ano do ensino médio, que conformam uma turma virtual única pelo agrupamento de todas as turmas pertencentes ao mesmo turno, apenas 124 participam das atividades. Portanto, constatamos que as postagens das videoaulas, até o presente momento (24/09/2021), alcançaram uma média de 62 visualizações, o que representaria cerca de metade da turma se o processo fosse linear. Todavia, os vídeos apresentam visualizações distintas, o que apontam outros caminhos, conforme expresso na Tabela 1.

**Tabela 1** — Discriminação das videoaulas postadas no canal do Youtube do projeto

Videoaulas	Tema	Duração (min.)	Postagem	Visualizações
Videoaula 01	Urbanização Mundial	6:39	04.08.21	61
Videoaula 02	Cidades e Redes Urbanas	7:29	25.08.21	44
Videoaula 03	Direito à Cidade	6:11	08.09.21	81

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2021).

Tendo em vista que os vídeos são curtos, objetivando revisar os principais pontos apresentados pelo livro didático utilizado pelo professor titular da disciplina, e serem compartilhados pelo *WhatsApp*, sem maiores problemas, abaixo do tempo de exposição a tela recomendado para alunos nessa faixa etária, que é no máximo 30 minutos, pois a literatura especializada, dentre os quais podemos citar os estudos realizados por Almeida e Carvalho (2018) e Miranda Neto (2018), aponta que, acima desse tempo, os alunos não conseguem manter o interesse e concentração. Com o tempo médio de retenção ficando em torno dos 7 minutos de vídeo, o comprometimento dos alunos com a disciplina está abaixo do almejado, já que as videoaulas disponibilizadas são de curta duração. Todavia, dentro do esperado com base no perfil da turma obtido por meio de um diagnóstico prévio realizado no semestre anterior com os alunos, quando estes se encontravam no 1º ano do ensino médio, que apontou que os alunos não costumavam assistir às videoaulas postadas de forma integral. Na experiência supracitada, as videoaulas postadas pelo professor e estagiários possuíam duração entre 25 e 30 minutos.

A partir da heterogeneidade que marca as visualizações das videoaulas, podemos inferir dois cenários: o de que existe uma inclinação por determinados conteúdos, ou uma maior dificuldade de assimilação de determinados conteúdos, fazendo com que os alunos necessitem repetir o vídeo.

A adesão às redes sociais acompanha o mesmo movimento, com o registro de algumas curtidas de *posts*; todavia, por ter sido divulgada aos alunos pós postagens das videoaulas, a adesão a redes sociais também se encontra dentro o esperado, com expectativa de maior participação dos alunos ao longo do semestre, já que as postagens e demandas nas redes do projeto estão diretamente relacionadas com o conteúdo trabalhado pelo professor no ambiente virtual utilizado pela escola.

Em linhas gerais, observamos que, apesar da adoção da metodologia de trabalhos com projetos associados às redes sociais terem apresentado inúmeras possibilidades pedagógicas, e assim, se delinear como uma potente ferramenta para dinamizar as aulas e aumentar o envolvimento dos alunos com a disciplina, contribuindo para a diminuição da evasão escolar em voga, a dificuldade de acesso à tecnologia e o estranhamento e resistência ao ensino remoto emergencial impactam diretamente os resultados das intervenções do projeto. Sendo a distância criada e acentuada entre professores e alunos no ambiente de salas virtuais, um dos inúmeros fatores de impacto sobre o processo de aprendizagem, comprometendo, também, as iniciativas em prol do maior envolvimento e participação dos alunos na rotina educacional remota.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No atual contexto técnico-científico-informacional, as redes sociais proporcionam diversos recursos que podem auxiliar as práticas pedagógicas. Nesse trabalho, abordamos o uso do *Facebook* e do *Instagram* como ferramentas para trabalhar o conteúdo de urbanização com alunos do ensino médio, uma estratégia que já vem se mostrando eficiente, como demonstram outras experiências realizadas por inúmeros pesquisadores junto à educação básica, no que concerne a alcançar os alunos por meio de uma educação mediada por seus interesses.

Em suma, os resultados obtidos com o projeto demonstram que as redes sociais podem ser usadas para facilitar e transformar o ensino, contribuindo para que o aluno deixe de ter uma atitude passiva na construção do conhecimento, sendo o protagonista no processo de ensino-aprendizagem. Todavia, observamos que se faz necessário uma mudança de atitude perante o uso da *internet* como recurso pedagógico, tanto por parte dos docentes, quanto dos alunos, tendo em vista que, sobretudo, as redes sociais são vistas com o que designamos de “virtualidade do lazer”, e não como ferramentas educacionais.

Como constatamos com o projeto, os alunos até se identificam com a ideia; porém, ainda existe uma resistência ou não entendimento do funcionamento dessas redes dentro do contexto educacional, como mediadora de um conteúdo trabalhado em aula. E, assim, o engajamento dos alunos durante o período emergencial remoto, sobretudo, tendo em vista a falta de interação direta/pessoal entre alunos e professores, se torna um processo mais lento do que normalmente aconteceria no ensino presencial. Isso não desqualifica intervenções que tentam reverter o quadro de apatia que se instalou sobre alunos e professores, no período de ensino remoto emergencial.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. M.; CARVALHO, N. A. Avaliação da duração das videoaulas na perspectiva dos alunos do Consórcio Cederj. *In: 24º Congresso Internacional de Educação a Distância*, Florianópolis, 2018. **Anais eletrônicos...**, Florianópolis, 2018. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2018/anais/trabalhos/4360.pdf>. Acesso. 10 abr. 2021.
- ARAÚJO, V. D. L. O impacto das redes sociais no processo de ensino e aprendizagem. *In: 3º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação*, Pernambuco, 2010. **Anais eletrônicos...** Pernambuco, 2010. Disponível em: <http://nehte.com.br/simposio/anais/Anais-Hipertexto-2010/Veronica-Danieli-Araujo.pdf#:~:text=inserção%20das%20redes%20sociais%20nas%20escolas%20enquanto%20uma,conexão%20com%20os%20outros%20e%20com%20o%20mundo>. Acesso em: 5. abr. 2021.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia**. Brasília: Ministério da Educação. 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/geografia.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2021.
- CARVALHO, L. E. P. Educação geográfica e o trabalho com projetos. *In: DIAS, A. M. L.; PEREIRA, K. S. S.; CARVALHO, L. E. P. (Org.). Pedagogia de projetos em geografia: teorias e práticas*. Campina Grande: EDUEFCG, 2020, p. 13-23.
- CIRILO, S. S.; SANTOS, L.; SANTOS, V. V. As redes sociais no processo ensino-aprendizagem. 2015. *In: III Colóquio de Pesquisas em Educação Superior*, João Pessoa, 2015. **Anais eletrônicos...**, João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://www.coipesu.com.br/upload/trabalhos/2015/12/as-redes-sociais-no-processo-ensino-aprendizagem.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- GARCIA, P. S. **A internet como nova mídia na educação**. 2010. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/EAD/NOVAMIDIA.PDF](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EAD/NOVAMIDIA.PDF). Acesso em: 18 abr. 2021.
- KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papyrus, 2007. (Coleção Papyrus Educação).
- LIMA, H. O. **O uso das redes sociais na prática docente: uma experiência no colégio Estadual Euclides da Cunha**. 2016. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/o-uso-das-redes-sociais-na-pratica-docente.htm>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- LORENZO, E. M. **A Utilização das Redes Sociais na Educação: A Importância das Redes Sociais na Educação**. 3. ed. São Paulo: Clube de Autores, 2013.
- MIRANDA NETO, B. R. **Análise dos dados coletados de uma plataforma de educação a distância**. 2018. Monografia (Graduação em Engenharia de Computação e Informação) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- MORAN, J. M. A integração das tecnologias na educação. **A Educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2013, p. 89-90.

MORAN, M. J.; MASETTO, M.; BEHRENS, M. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. Campinas: Papirus, 2009.

RIEL, M. The internet and the humanities: the human side of networking. **The future of networking technologies for leaning**, Washington, 1995. p. 2-8. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED460674.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SOUTO, J. C. S.; MORAIS, N. R. Ensino de geografia em tempos de pandemia: desafios do ensino remoto e das tecnologias na prática docente. **Revista de Ensino de Geografia**, Uberlândia, v. 12, n. 22, p. 102-118, 2021. Disponível em: <http://www.revistaensinogeografia.ig.ufu.br/>. Acesso em: 2 jun. 2021.

UMBELINA, V. Redes sociais: aliadas ou vilão da Educação. **Hipertextos**, n.9, p. 6, 2012. Disponível em: [http://scholar.google.com.br/scholar?cites=8150827416219530809&as\\_sd-t=2005&scio](http://scholar.google.com.br/scholar?cites=8150827416219530809&as_sd-t=2005&scio). Acesso em: 10 abr. 2021.

# O CONHECIMENTO GEOGRÁFICO NO BRASIL COLONIAL: A GEOGRAFIA DOS JESUÍTAS NA DESCRIÇÃO DO TERRITÓRIO

**Anny Catarina Nobre de Souza**

*Mestranda — Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido*

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte*

*E-mail: [annysouza@alu.uern.br](mailto:annysouza@alu.uern.br)*

**Sérgio Domiciano Gomes de Souza**

*Mestrando — Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido*

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte*

*E-mail: [sergiosouza@alu.uern.br](mailto:sergiosouza@alu.uern.br)*

**Luiz Eduardo Nascimento Neto**

*Departamento de Geografia (DGE-CAPF),*

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte*

*E-mail: [luizeduardo@uern.br](mailto:luizeduardo@uern.br)*

## 1 INTRODUÇÃO

Na perspectiva epistemológica, o conhecimento que deu base à Ciência Geográfica passou por transformações antes mesmo desta se consolidar enquanto ciência. É possível enumerar dois grandes momentos na história da Geografia, antes quando não havia a Geografia Científica, marcada pelo(s) conhecimento(s) geográfico(s) e, após, quando esses conhecimentos ganharam *status* científico em meados do século XIX, agregando sistematização teórica, conceitual e metodológica, inclusive, com outras ciências (Andrade, 2006).

Sobre o momento da Geografia no período dos conhecimentos geográficos, este foi construído pelo saber popular dos povos antigos — como indígenas, mesopotâmios e gregos — a partir da sua relação de exploração e convivência com meio. Com essa relação primitiva, foram construídos conhecimentos de orientação e localização no espaço, da dinâmica e fluxo dos rios, das plantas, do regime das chuvas, dos astros celestes entre outros, tendo os gregos e romanos especial contribuição na busca do entendimento do funcionamento do planeta Terra e fenômenos cosmológicos que nela exercem influência.

Neste sentido, o conhecimento geográfico evoluiu e ganhou impulso para a cientificidade, sobretudo durante o século XVI, assim como a Ciência de modo geral, quando as coroas imperialistas financiavam expedições para a conquista de territórios e levavam consigo estudiosos naturalistas que descreviam as paisagens e os lugares por onde passavam, a fim de explorar e dominar territórios, até então desconhecidos.

Assim, as expedições — financiadas por Portugal, França, Holanda e Inglaterra — foram um marco na construção do conhecimento geográfico. À medida em que se descreviam as paisagens e as riquezas naturais existentes nos territórios, registravam-se conhecimentos diversos, com destaque para a elaboração cartográfica da época (Andrade, 2006). Nesse momento,

a exemplo, aumentava-se o conhecimento acerca do mundo e, conseqüentemente, desenvolvia-se o conhecimento geográfico, ainda que valorizassem demasiadamente a descrição, mas foi com base neste feito que viemos a ter, séculos depois, a evolução da Geografia como um conhecimento científico.

Este trabalho, em linha com esse período, tem como objetivo central fazer uma discussão acerca dos conhecimentos geográficos do Brasil Colonial, empreendido a partir do século XVI pela educação jesuíta. Com base em textos literários produzidos pelos jesuítas durante a expedição portuguesa no território brasileiro, enfatizando, ainda, os conhecimentos geográficos no ensino jesuíta dos povos nativos que se deu no referido momento histórico.

Parte-se da seguinte indagação: a quem servia o conhecimento geográfico do território brasileiro? O trabalho se justifica em explorar as bases do conhecimento geográfico e sua formação em tempos pretéritos, pois, corroborando com Rocha (1998), estes estudos têm sido negligenciados, pouco pesquisados e de baixo interesse pela comunidade acadêmica. É nesta linha que este trabalho vem a contribuir para preencher essas lacunas, com foco no período colonial, sobretudo no que diz respeito ao ensino dos jesuítas e à construção do conhecimento geográfico.

Desse modo, o trabalho, além desta introdução, está organizado em mais três seções: metodologia, onde apresenta-se os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento do trabalho; a seção de resultados intitulada “conhecimento geográfico no Brasil colonial” e; por fim, as considerações finais.

## **2 METODOLOGIA**

Este trabalho é resultado de um seminário realizado na disciplina Geografia e Ensino I do curso de licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), *Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF)*.

Para a construção do escrito, realizou-se, *a priori*, um levantamento bibliográfico acerca das temáticas inerentes e contribuição dos autores, respectivamente: História do pensamento geográfico, Andrade (2006); Brasil colonial e a literatura do “descobrimento do Brasil” que versam sobre a temática em questão, Freitas (2003), Melo, Vlach e Sampaio (2005) e Shigunov Neto e Lizete (2008). *A posteriori*, a leitura e interpretação dos textos e registros literários da época: São Vicente, Padre José de Anchieta (1560), Crônica de Companhia de Jesus, Simão de Vasconcelos (1668), Província do Brasil, Monteiro (1610) e Cartas Jesuíticas, José de Anchieta (1565).

### 3 O CONHECIMENTO GEOGRÁFICO NO BRASIL COLONIAL

Historicamente, a denominação que chamamos de Brasil Colonial diz respeito ao momento que, com base em Furtado (2007), vivia-se a ocupação das terras americanas, fruto da expansão comercial da Europa do século XV, fenômeno protagonizado, no território brasileiro, pela colônia imperialista de Portugal. Desse empreendimento, o território foi apoderado, explorado e estudado por aqueles tripulantes advindos do continente europeu, marcadamente colonos, escravos, padres e estudiosos naturalistas.

A Geografia, antes de se consolidar enquanto ciência, antes de ser ensinada formalmente nos espaços escolares, estava presente de forma implícita nos conhecimentos advindos das sociedades antigas. Tais conhecimentos foram construídos de forma intensificada, *a priori*, no período conhecido historicamente como sendo o das Grandes Navegações, bem como a gênese do conhecimento científico e o desbravamento das terras e territórios, na fase que compreendia a Geografia descritiva.

Este período, que se inaugurou por volta do século XVI, foi marcado pelo envio de tropas e navegações europeias com o intuito de conquistar novos territórios e expandir o comércio entre as coroas imperialistas. É neste momento que o conhecimento, sobretudo o geográfico, ganha protagonismo na medida em que estudiosos que faziam as descrições físicas e naturais dos territórios por meio de mapas e registros textuais e ilustrativos iam junto nessas expedições. A este feito, podemos afirmar que, embora não existisse Geografia, existiam conhecimentos geográficos (Andrade, 2006).

Esses conhecimentos foram sendo construídos em um momento em que a história da Educação no Brasil, enquanto processo geral de formação das pessoas que aqui viviam, veio a iniciar-se com a chegada dos portugueses. Este período foi denominado Brasil Colonial, com um modelo de ensino importado do império e da cultura europeia com forte teor religioso, já que aqui viviam apenas os nativos (Araújo, 2012).

Conforme Araújo (2012), com a chegada dos portugueses da Coroa juntamente com os jesuítas, vieram quatro missionários: Manuel de Paiva, Afonso Braz, Francisco Pires e Salvador Rodriguez, que tinham a missão de auxiliar uma parte desse processo de ensino, conhecida como catequese, destinada exclusivamente à conversão dos povos nativos aos preceitos cristãos. Desse momento, o estado da Bahia foi o primeiro no Brasil a possuir escolas e logo irradiou a outras porções do território.

Por esse viés, o entendimento da Geografia implícita no ensino jesuíta, promovido pelos padres jesuítas no Brasil colonial, quando a Coroa Portuguesa se apropriou do território brasileiro, nos permite observar que, durante este período não existia ainda a Geografia enquanto a ciência do espaço geográfico, nem a Geografia Escolar, mas apenas conhecimentos geográficos (Velo; Vlach; Sampaio, 2005).

É preciso destacar que tais conhecimentos eram produzidos não somente por filósofos da antiguidade, mas também por padres que, por possuírem formação filosófica contribuíram

com reflexões acerca do mundo, ainda que com uma carga teológica embutida em tais estudos. Neste sentido, os padres jesuítas que chegaram ao Brasil juntamente com os navegantes da Coroa Portuguesa promoveram um ensino dividido em duas vertentes. A primeira visava catequizar os povos nativos, através da leitura e escrita e, ainda, a conversão destes ao catolicismo. A outra vertente focava no ensino aos filhos dos colonos portugueses estabelecidos no território brasileiro.

Os padres jesuítas, por possuírem formação em Filosofia, detinham o conhecimento da época que, apesar de influência religiosa, estudavam sobre variados temas, pois, como é possível notar, sua grade curricular se estruturava da seguinte forma, como aponta Shigunov Neto e Lizete (2008): 1º ano: Lógica e Introdução às Ciências; 2º ano: Cosmologia, Psicologia, Física e Matemática; 3º ano: Psicologia, Metafísica, e Filosofia Moral. É dentro desse conjunto de disciplinas que os conhecimentos geográficos estavam diluídos, pela forte descrição dos lugares e compreensão da interferência dos astros nos fenômenos terrestres.

A estrutura curricular, conforme aponta Araújo (2012), além dessas três vertentes, se pormenorizava em uma série de disciplinas, nas quais era possível encontrar conhecimentos geográficos, no ensino de Cosmologia e Humanidades. Como a Geografia não era disciplina formal, seu conhecimento era um saber produzido em favor do Estado e da ocupação territorial (Carvalho, 2015). Neste sentido, os conteúdos geográficos ministrados difusamente entre o conteúdo jesuíta eram essencialmente corográficos, no que diz respeito a relatos sobre viagens, relatórios com dados estatísticos sobre os países, curiosidades, assuntos relativos à astronomia e outros, cujo método de ensino se dava estimulando a memorização dessas informações por meio de extensas listas (*Ibid.*, 2015).

Por tal influência formativa e pelo contexto histórico do momento, o material didático disponível para o ensino jesuítico era textos literários produzidos pelos padres, entre os quais se destacaram os de José de Anchieta, Simão de Vasconcelos e Manoel da Nóbrega (Freitas, 2008).

Neste sentido, o ensino promovido pelos jesuítas aqui no Brasil era fomentado dessas fontes literárias. Entretanto, por este ensino ser pautado em duas vertentes, nem todo conteúdo era repassado a todas as pessoas. Se para os indígenas foi reservada a catequização — desconsiderando que estes nativos tinham (maior) conhecimento sobre os acidentes geográficos locais, fauna e flora presentes —, o estudo mais sofisticado, subsidiado de tais textos, era destinado aos filhos dos colonos, que aprendiam desde a leitura e escrita até o conhecimento do mundo, da descrição dos lugares, dos astros, dos povos, das paisagens, ou seja, eram os filhos dos colonos que tinham o privilégio de aprender os primeiros conhecimentos geográficos. Como exemplo de um texto literário carregado de conteúdo geográfico, tem-se o seguinte fragmento de Vasconcelos (*apud* Freitas, 2008, p. 33):

Está situada a esta região do Brasil, na Zona, a que os antigos chamaram tórrida. Começa pontualmente do meio dela para a parte Austral, correndo ao Trópico de Capricórnio, entrando deste na Zona temperada o espaço, que já consta do que dissemos, e logo mais diremos. Sua forma é triangular. Pela parte do Norte, e logo pela do Oriente que respeita aos Reinos de Congo e Angola, é lavada das águas do Oceano. Traz seu princípio de junto ao rio das Amazonas, ou Grão-Pará, pela terra que chamam dos Caribás, da banda do oeste, desde o riacho de Vicente Pinçon, que demora debaixo da linha Equinocial, e vai acabar (segundo o que está de posse) em outro grande rio, a que chamam da Prata, e são duas faces do triângulo, e a terceira vem a fazer a linha do sertão (Vasconcelos, S. Crônica da Companhia de Jesus, 1668. p. 60).

Neste sentido, é perceptível que, embora em uma época em que o conhecimento científico ainda não fosse sistematizado, os conhecimentos geográficos já eram praticados pelos povos em questão. Tal fato fica nítido quando nos debruçamos sobre outros escritos de mesma natureza, conforme está no Quadro 1.

**Quadro 1** — A Geografia na literatura do Brasil Colonial

<b>Escritos/Autores</b>	<b>Trechos</b>	<b>Conhecimentos geográficos</b>
São Vicente, Padre José de Anchieta (1560)	“[...] o sol realiza o seu curso numa temperatura uniforme, de modo que nem o inverno causa horror pelo frio, nem o verão infecciona pelo calor: em quadra nenhuma do ano cessam as chuvas, de maneira que durante dois, ou três dias, o sol alternadamente sucederá chuva: em alguns anos acontece também fechar-se o céu e suspender-se a chuva [...]”	Descrever a condição climática do território brasileiro, sobretudo as características do clima tropical.
Crônica de Companhia de Jesus, Simão de Vasconcelos (1668)	“Todas estas vemos com nossos olhos, nesta mesma região caluniada, irem subindo todos os dias do horizonte oriental ao meio do Céu: e deste descer até o do Poente: e daqui voltar outra vez em perene movimento ao lugar de seu Oriente. E se o Céu não fora esférico, e esférica a terra, não tinham os astros porque andar à roda”	Descreve o movimento de rotação, aspectos de orientação e localização e o formato esférico da terra.
	“[...] o autor do universo repartiu seus bens naturais com esta terra do Brasil, a fertilidade de seu torrão, a frescura de suas campinas, a verdura de seus montes, o ameno de seus bosques, a riqueza de seus tesouros, e a delícia de seus ares, e climas: sem dúvida que julgaria, que à medida de tão bem adornado palácio faria o senhor a escolha dos homens, que o haviam de habitar: qual lá escolheu um Adão, e Eva à medida do terreal Paraíso, que para eles preparara”	

Provincia do Brasil, Monteiro (1610)	“Nas serras desta povoação há as minas de ouro que descobriu Dom Francisco de Sousa [...] Estas Minas, e ouro se tira junto às ribeiras de rios, outro nos mesmos rios e lagoas, outro na serra, a qual em partes é um monte de cristal, entre o qual se descobrem grandes grãos de ouro e algumas pedras de preço, que a natureza cria no meio do cristal”	Descreve a potencialidade mineral do território e seus recursos naturais.
Cartas Jesuíticas, José de Anchieta (1565)	“Todo o Brasil é um jardim em frescura e bosque e não se vê em todo o ano árvore nem erva seca. [...] os bosques são tão frescos que os lindos e artificiais de Portugal ficam muito abaixo”	Descreve a exuberância da vegetação da mata atlântica.
	“A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem mais caso de encobrir ou deixa de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência. Ambos traziam o beijo de baixo furado e metido nele um osso verdadeiro, de comprimento de uma mão travessa, e da grossura de um fuso de algodão, agudo na ponta como um furador.	

Fonte: Freitas (2008); Cortesão (2003).

Conforme apresentado no Quadro 1, o conteúdo dos textos literários produzidos e utilizados pelos padres jesuítas tem forte relação com os conteúdos discriminados na grade curricular praticada no ensino jesuíta. Tal traços são demonstrados nas cartas de Padre José de Anchieta e Simão de Vasconcelos, quando estes se debruçam em descrever os aspectos astronômicos e cosmológicos que envolvem o Planeta Terra.

Portanto, o conhecimento disseminado, de modo geral, possuía fortes traços do conhecimento corológico do território, semelhante ao que de tempos depois serviu de base aos conteúdos que hoje conhecemos ser de domínio da Geografia. Muito embora estes conhecimentos, da forma como eram reproduzidos, sem ser acessível a todos, serviam a um público limitado e não a todos os povos que habitam o território, pois tal conhecimento era valioso para se apropriar, expropriar e dominar povos e territórios.

Desse modo, como consequência do evento da expansão mercantil e territorial, no século XVI, é fundamental frisar a importância que este teve para o avanço do conhecimento do mundo, bem como a Geografia, uma das mais beneficiadas dos saberes construídos na época que tiveram influente ressonância por muito tempo na Geografia Clássica, doravante sistematizada cientificamente e disciplina ensinada nas escolas, empenhada no estudo corológico dos fenômenos naturais e sociais percebidos (Rocha, 1997).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, é perceptível que, durante o período que antecede a sistematização da Geografia enquanto ciência, já havia conhecimentos geográficos, ainda que diluídos em gêneros literários que descreviam as paisagens do mundo e para dentro do nosso território, no seu período colonial, na apropriação do território pelas riquezas naturais e dos povos nativos no ensino de catequização.

Atendendo à questão motivadora das nossas reflexões neste escrito, é importante frisar que todo conhecimento é construído, seja fortemente pela exploração dos lugares e dos povos, ou pela forma de dominação literária e de ensino dos povos. Na época, serviu de base para a construção dos conhecimentos geográficos e, posteriormente, favoreceu a sofisticação desses conhecimentos enquanto ciência geográfica. Entretanto, por conseguinte, diagnosticou-se que havia uma separação de acesso e intuito desses conhecimentos aos povos nativos, a conversão destes ao catolicismo e aos filhos dos colonos portugueses, os conteúdos formais por disciplinas.

Assim, admitimos a importância de buscar entender as raízes marcadas no tempo e no espaço da historicidade da Geografia brasileira que são imprescindíveis para o discernimento da evolução da ciência geográfica, atrelada à construção do território brasileiro, sobretudo no ambiente escolar.

#### REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia: ciência da sociedade**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

ARAÚJO, Raimundo Lenilde de. **Ensino de geografia: perspectiva histórico-curricular no Brasil republicano**. Tese (doutorado) Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7603/1/2012-TESE-RLARAUJO.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2022.

CARVALHO, Naiemer Ribeiro de. A Geografia escolar no Brasil: percurso histórico da colonização à primeira república. Observatório da América Latina. **Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2015. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Ensenanzadelageografia/Investigacionydesarrolloeducativo/07.pdf>. Acesso em: 03.01.2022.

CORTESÃO, J. **Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o Achamento do Brasil**. Texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2003. Disponível em: [http://www.educa-dores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/literatura/obras\\_completas\\_literatura\\_brasileira\\_e\\_portuguesa/PERO\\_VAZ\\_CAMINHA/CARTA/CARTA.PDF](http://www.educa-dores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/literatura/obras_completas_literatura_brasileira_e_portuguesa/PERO_VAZ_CAMINHA/CARTA/CARTA.PDF). Acesso em: 3 jan. 2022.

FREITAS, Inês Aguiar de. Para pensar um novo mundo: a Geografia dos jesuítas no Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 2, n. 3, nov. 2008. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/161/129>. Acesso em: 3 jan. 2022.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MELO, Adriany de Ávila; VLACH, Vânia Rúbia Farias; SAMPAIO, Antônio Carlos Freire. **História da Geografia Escolar brasileira**: continuando a discussão. UFU, Uberlândia — Minas Gerais, 2005. Disponível em: <https://docplayer.com.br/4481818-Historia-da-geografia-escolar-brasileira-continuando-a-discussao-resumo.html>. Acesso em: 3 jan. 2022.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. Geografia no currículo escolar brasileiro (1837-1942). **Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente**, n. 12, v. II, 1998. Disponível em: [http://www.revistapresenca.unir.br/artigos\\_presenca/12genyltonodilonregodarocha\\_geografianocurriculoescolar.pdf](http://www.revistapresenca.unir.br/artigos_presenca/12genyltonodilonregodarocha_geografianocurriculoescolar.pdf). Acesso em: 3 jan. 2021.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. Geografia Clássica - uma contribuição para história da Ciência contribuição para História da Ciência geográfica, **Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente**, n. 10, v. I, 1997. Disponível em: [http://www.revistapresenca.unir.br/artigos\\_presenca/10genyltonodilonregodarocha\\_geografiaclassicaumacontribuicaooprahistoriada-ciencia.pdf](http://www.revistapresenca.unir.br/artigos_presenca/10genyltonodilonregodarocha_geografiaclassicaumacontribuicaooprahistoriada-ciencia.pdf). Acesso em: 3 jan. 2022.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; LIZETE, Shizue Bomura Maciel. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar**, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602008000100011&script=sci\\_abstract](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602008000100011&script=sci_abstract). Acesso em: 3 jan. 2022.

# LUGAR E NÃO-LUGAR: UMA EXPERIÊNCIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA NO 8 ° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA ESTADUAL TARCÍSIO MAIA

**Carla Camila Gomes Freitas**

*Doutoranda em Geografia — PropGeo*

*Universidade Estadual do Ceará*

*E-mail: [camilla.gomes1@hotmail.com](mailto:camilla.gomes1@hotmail.com)*

**Conceição Kévia Firmino da Silva**

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte*

*E-mail: [keviasilvageo@gmail.com](mailto:keviasilvageo@gmail.com)*

**Luiz Eduardo do Nascimento Neto**

*Departamento de Geografia (DGE/CAPF), Uni-*

*versidade do Estado do Rio Grande do Norte*

*E-mail: [luizeduardo@uern.br](mailto:luizeduardo@uern.br)*

## 1 INTRODUÇÃO

*“o valor do indivíduo depende, em larga escala, do lugar onde está” (Santos, 1987, p. 111).*

Segundo Milton Santos (2005), atualmente, mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida através do lugar. Nesse ínterim, o presente artigo tem por finalidade abordar o conceito de lugar e não-lugares. A princípio, entendemos que lugar é pensar sobre cultura, educação, saúde, economia, identidade e, dentre outras temáticas, é mencionar a sociedade como um todo, mas antes de uma escala maior, é entender uma escala menor, que é repleta de significados e simbologias.

Compreendemos que existem lugares simbólicos, mas também lugares sem significados ou não-lugares. Contudo, todos eles têm uma determinada importância, cada qual com suas resistências e fragilidades, lugares ricos em cultura, como aqueles que vivem até mesmo economicamente, de cultura local e regional e aqueles que, apesar de terem uma cultura própria, não desfrutam desta, entre outros arrebanhados que distinguem os lugares dentro do espaço geográfico.

Existe o lugar de cada aluno na escola, na universidade, um sentido do lugar para quem trabalha no hospital e para quem é atendido no hospital, para quem passa pela ponte e para quem mora abaixo dela, um sentido para quem vê a fronteira e um sentimento para quem vive nela, na zona fronteira.

Deste modo, nosso objetivo trilha nos caminhos de compreender os diferentes sentidos que tem o conceito de lugar, bem como os diversos tipos de lugares apresentados no dia a dia dos alunos do 8º ano A da Escola Estadual Tarcísio Maia, localizada no município de Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte (RN) (Figura 1).

**Figura 1** — Localização da Escola Estadual Tarcísio Maia, no município de Pau dos Ferros/RN



**Fonte:** elaborado pelos autores (2021).

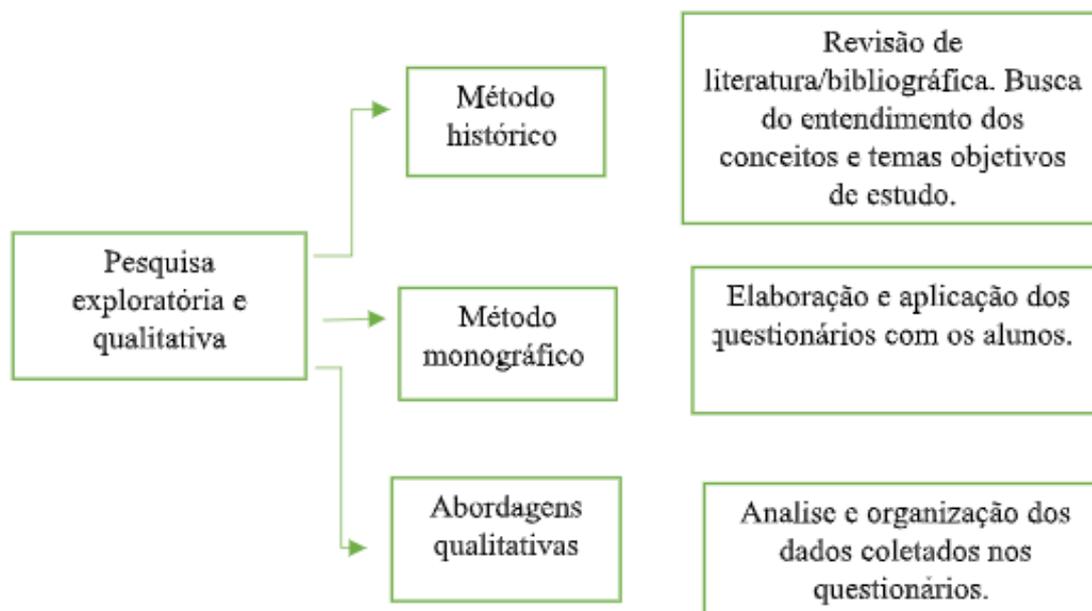
No cotidiano, nos deparamos constantemente com os mais distintos lugares dentro do espaço geográfico. Assim, entendemos que cada lugar traz consigo uma identidade, uma cultura diferenciada que pode variar de sujeito para sujeito. Isso ocorre porque cada local construiu no percurso de sua história.

Este trabalho está dividido em quatro seções, além desta introdução que apresenta os objetivos e temáticas da pesquisa, a segunda seção intitulada: Metodologia – diz respeito ao percurso metodológico realizado para construção do artigo. A terceira seção intitulada: Resultados e Discussão – onde apresentamos o que foi obtido a partir da pesquisa teórica e empírica, cumprindo os objetivos do estudo. Por fim a seção das considerações – consiste nas conclusões obtidas neste artigo.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia se constitui como um rio a ser navegado ou um caminho que temos de percorrer no desenvolvimento de uma pesquisa. Assim, faz-se necessário “mostrar como andar no ‘caminho das pedras’ da pesquisa, ajudá-lo a refletir e instigar um novo olhar sobre o mundo: um olhar curioso, indagador e criativo” (Silva & Menezes, 2001, p. 9).

**Figura 2** — Cronograma de atividades



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2021).

Diante disto, o presente estudo enquadra-se em abordagens qualitativas, em que, de início, foram realizadas leituras de autores que se debruçam nos conceitos e temas ora estudados, tais como: Augé (1994), Carlos (1996), Callai (2000), Santos (1987; 2005; 2008), Schneider (2014), Mocellim (2009), dentre outros.

Destacamos que a revisão de literatura em um estudo de pesquisa tem vários objetivos, pois “ela fornece uma estrutura para estabelecer a importância do estudo e um indicador para comparar os resultados de um estudo com outros resultados” (Creswell, 2007, p. 45). Os estudos bibliográficos não se detêm à repetição do que já foi escrito sobre o tema, mas propicia o exame um sob novo enfoque (Marconi & Lakatos, 2003).

No segundo momento, foram elaborados e aplicados questionários com alunos do 8º ano A, com o objetivo de compreender o lugar e não-lugar na ótica dos estudantes do ensino fundamental. Essa etapa teve uma abordagem exploratória. Para Gil (2010), a pesquisa exploratória tem o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema a ser trabalhado, tornando-o mais explícito, buscando, assim, o aprimoramento das ideias.

Neste trajeto, utilizamos o método monográfico, que busca investigar qualquer caso que se estude em profundidade, sejam profissões, grupos, instituições etc., podendo ser considerado representativo de muitos outros ou até de todos os casos semelhantes (Marconi & Lakatos, 2003).

Por fim, analisamos os questionários e construímos gráficos para uma melhor interpretação dos dados. Salientamos que o método de utilizar questionários em pesquisas acadêmicas é a forma mais usada para coletar dados primários, podendo ser realizado quando forem adequados aos objetivos da pesquisa (Gray, 2012).

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Comungando com Callai (2000), existem várias maneiras de se estudar o lugar. Como um dos principais conceitos da Geografia, é a partir do lugar que se conhecem e se descobrem as histórias dos nossos antepassados, pensado como espaço de vivência, onde ambos construíram suas moradias, fincaram suas raízes, desenvolvem-se e criaram suas famílias, isto é, os vínculos que se constroem ao longo dos anos.

Segundo Santos (2005), ao passo que o mundo muda, no mesmo tempo, mudam os lugares também. Assim, os eventos operam essa ligação entre os lugares e uma história em movimento. Para o autor, o lugar define-se como funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é visto empiricamente. Acredita-se que não é apenas a Geografia Humanística que relaciona o lugar à identidade, bem como o sentimento de pertencimento, mas também a abordagem geográfica contemporânea redesenha a identidade como uma das características dos lugares (Moreira; Hespanhol, 2008).

Vivemos no mundo e, cada vez mais, no chamado tempo real, onde quase nada é duradouro, onde a todo instante está havendo uma quebra de identidades e, ao mesmo tempo, novas identidades são construídas. Segundo Mocellim (2009, p. 77), lugar já não é mais o mesmo que sempre foi

ou mais, os lugares não são mais os mesmos que foram outrora. Um mesmo espaço pode mudar ao longo da história. Os espaços ocupados podem ser os mesmos, mas é certo que todas as mudanças nele promovidas são acompanhadas por uma ressignificação dos sentidos que lhe são atribuídos. São os mesmos espaços, mas diferentes lugares.

Corroborando com o autor, o tempo constrói muito o espaço geográfico, mas também o destrói. Este destruir está dentro da escala do lugar, dos lugares que são reconstruídos com o passar dos tempos. Assim, novas identidades são formuladas nos lugares, estes vão seguindo as tendências da atualidade, mas deixando marcas do que já foi um dia. Estudar e compreender o lugar na Geografia

significa entender o que acontece no espaço onde se vive para além das suas condições naturais ou humanas. Muitas vezes, as explicações podem estar fora, sendo necessário buscar motivos tanto internos quanto externos para se compreender o que acontece em cada lugar (Callai, 2000, p. 86).

De acordo com o pensamento de Schneider (2014), seria o lugar constituído a partir do cotidiano compartilhado entre diferentes sujeitos, negócios e instituições que constituiria a base para vida comum. Para Santos (2008), os lugares são o mundo ao qual as pessoas produzem de modos específicos, individuais e diversos, podendo ser singulares, mas também globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares. O lugar também pode ser compreendido

Como uma construção social, fundamentado nas relações espaciais diretas, no cotidiano e na articulação entre a cooperação e o conflito. No contexto atual em que a fluidez e a simultaneidade caminham juntas e a informação é um elemento central, o lugar apresenta-se tanto como expressão de resistência como de adaptação à ordem global (Moreira & Hespanhol, 2008, p. 47).

Corriqueiramente, muito se ouvir falar sobre o lugar, com sentidos e significados, mas o que seria o não-lugar? Segundo Augé (1994), seria o espaço dos outros sem a presença dos outros, o espaço constituído. Espaços vazios, espaços sem significado, que não interessam para a vida de alguns sujeitos. O não-lugar também pode ser, aqueles lugares que perderam sua identidade, ou que não criamos laço algum de ligação, não atribuímos significados ou temos qualquer história com ele, sendo assim, lugares esvaziados, sem sentido algum.

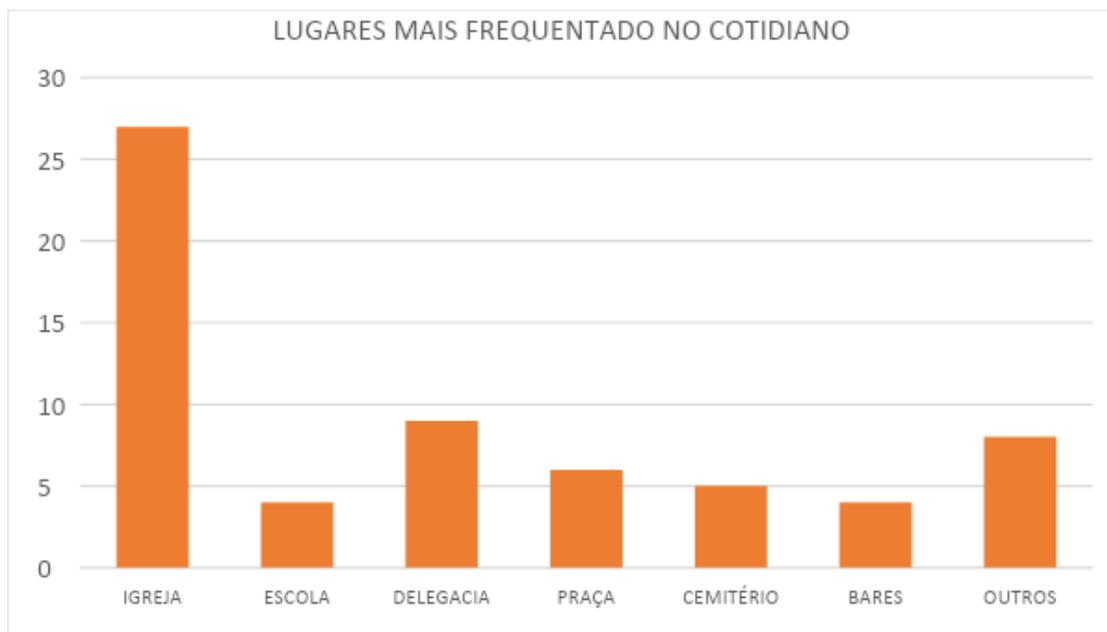
Enquanto a identidade de uns e de outros é o que constituía o lugar antropológico, por meio das convivências da linguagem, dos sinais da paisagem, das regras não formuladas do bem viver, é o não-lugar que cria a identidade partilhada dos passageiros, da clientela ou dos motoristas domingueiros (Augé, 1994, p. 93).

Comungando com o autor supracitado, os não-lugares podem ser entendidos a partir da supermodernidade, quer dizer, são aeroportos, rodovias, redes de *fast-food*, shoppings, avenidas, rodovias, aeroportos, hotéis, lotéricas, dentre outros que podem ser todos não-lugares. Nesses locais, não existem relações diretas, sendo apenas ambientes destinados à passagem, espaços percorridos pelo homem e não vivenciados por ele.

Muito embora, sejam estes locais cada vez mais atrativos populacionais, não deixam de ser seletivos para determinadas parcelas da população, principalmente, pela forma de acesso a esses espaços. Já o lugar onde as pessoas se identificam se sentem à vontade de estar e criam laços, passando a pertencer àquele espaço.

Diante do exposto, apresentaremos, no quadro a seguir, gráficos elaborados a partir dos questionários aplicados com os alunos, ora estudados, para os quais propomos quatro questionamentos com alternativas diferenciadas: 1 Quais os lugares você mais frequenta no cotidiano? 2 Quais os lugares que você mais se identifica? 3 Quais os lugares você nunca ou quase nunca frequenta? 4 Quais os lugares você considera vazios e sem significado no seu dia a dia? É conspícuo nos resultados que existe uma variação nas respostas dos alunos acerca dos temas sobre lugar. Vejamos:

#### **Gráfico 01** — Lugares mais frequentado no cotidiano



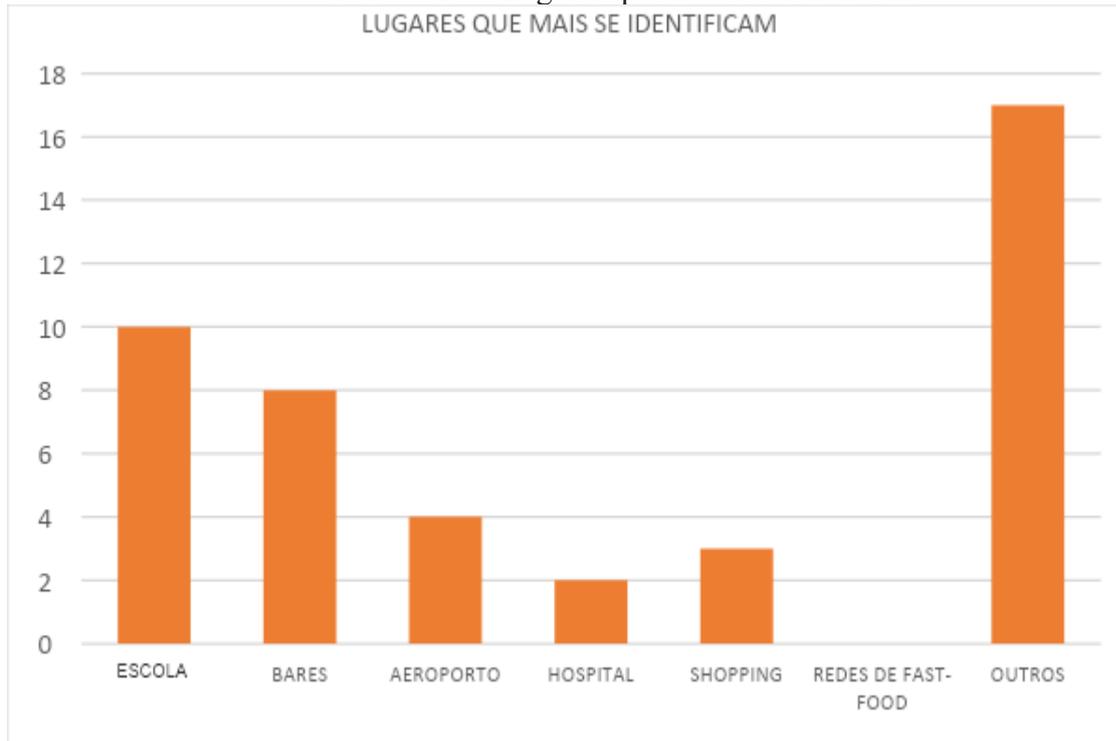
**Fonte:** Elaborado pelos autores (2017; 2021).

Vejamos que, no Gráfico 01, onde apresenta lugares mais frequentados no cotidiano dos alunos, o lugar em que eles mais frequentam é a igreja, isso quer dizer que a igreja é um local de identificação destes estudantes, um lugar de referência e significados. Já bares e escolas são os lugares menos frequentados pelos alunos. Comprendemos que a igreja aparece na vida dos sujeitos como o que Mocellim (2009) denomina de lugar tradicional — ao qual o significado surge a partir de seus ocupantes, demarcado pela cultura de seus ocupantes e das reciprocidades destes para com o lugar. Não obstante, o lugar

só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas de um conjunto de sentidos e usos. Assim, o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos que ocorrem ou ocorreram no mundo (Carlos, 1996, p. 21-22).

A seguir, temos o Gráfico 02, que apresenta lugares com os quais os alunos mais se identificam. A alternativa que os alunos mais se identificaram foi “outros locais”, seguido da escola como um local de identificação e nenhum entrevistado considerou redes de *fast-food* como lugar identitário.

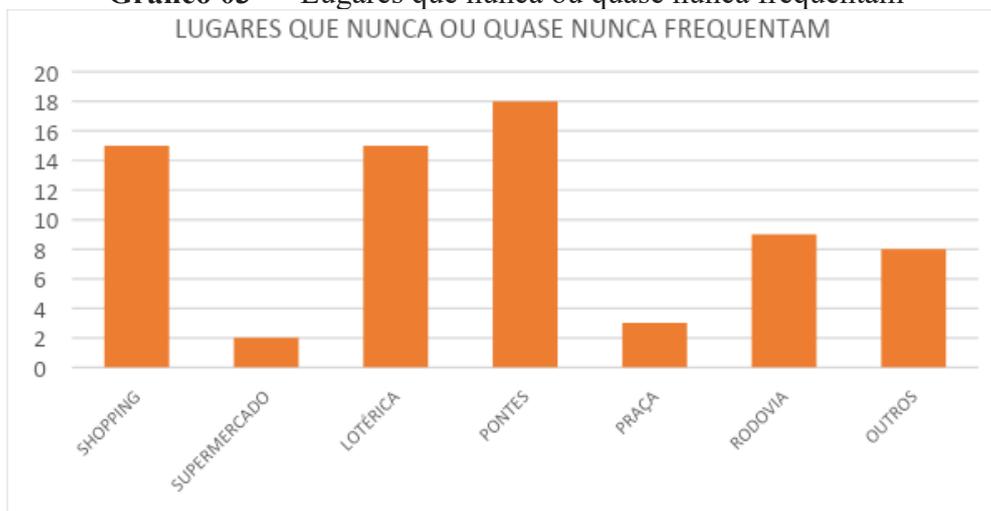
**Gráfico 02** — Lugares que mais se identificam  
LUGARES QUE MAIS SE IDENTIFICAM



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2017; 2021).

Empiricamente, acreditamos que essa ausência de não considerar as redes de *fast-food* se dá principalmente porque na cidade, que é considerada pequena, não oferta este serviço e, conseqüentemente, não existe o deslocamento por parte dos entrevistados para suprir essa carência em outro local. Essa porcentagem se faz pertinente quando trazemos a realidade empírica do espaço geográfico onde os alunos residem. Pau dos Ferros é uma cidade com cerca de 30 mil habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), onde muitos itens listados nos questionários não estão presentes, tais como aeroportos e redes de *fast-food*, embora existam outros serviços que elevam a centralidade de tal cidade no oeste do Rio Grande do Norte.

**Gráfico 03** — Lugares que nunca ou quase nunca frequentam  
LUGARES QUE NUNCA OU QUASE NUNCA FREQUENTAM



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2017; 2021).

Vejamus que, no Gráfico 03, ilustrado anteriormente, que trata de lugares onde os entrevistados nunca ou quase nunca frequentavam, as pontes aparecem como os lugares menos visitados, seguido de shoppings e lotéricas; já o supermercado aparece como lugar mais visitado.

Por último, temos o Gráfico 04, em que consideramos os lugares vazios e sem significados no dia a dia. O cemitério é o lugar com menos significado, seguido da delegacia. Entendemos que estes lugares vazios, sem identificação ou quase nunca frequentados, possam encontrar-se listados nos não-lugares. São estes os não-lugares da passagem, da correria do dia a dia, nele nos abastecemos do que precisamos, têm-se os não-lugares na memória por fotos ou textos que os definem no cotidiano.

**Gráfico 04** — Lugares considerados vazios ou sem significado



Fonte: Elaborado pelos autores (2017; 2021).

Compreendemos que o lugar é o cotidiano de cada indivíduo, grupo social e de cada agente do espaço (Queiroz, 2014). Portanto, com as permanências, seja de quem vai aos grandes aglomerados humanos, seja de quem vai à bodega da pequena cidade, vão se transformando e criando imagens do que é apenas abstrato, por exemplo, o objetivo da estrada, é o da realidade funcional, o de ligar dois pontos, é o destino, a economia, e da racionalidade (Schneider, 2014).

Corroborando com o pensamento de Schneider (2014), o homem pode não ter vivenciado o lugar, mas existe uma identidade destes não-lugares. Seria, por exemplo, como assistir a um jogo no Maracanã todo domingo pela televisão, ou escutar alguém falar sobre a Praia de Boa Viagem todos os dias. O sujeito não vê estes lugares como algo concreto e palpável, no entanto, se identifica pelo simples fato de imaginá-lo como algo semântico, entendido não apenas para quem vive no lugar.

## 4 CONSIDERAÇÕES

O lugar não deve estar associado a “uma necessidade antropológica” e, tampouco, a um local cognitivo, mas na integração das ações e dos atores, dos grupos e das trocas (materiais e imateriais) (Moreira & Hespanhol, 2008).

Em linhas gerais, a pesquisa colabora demonstrando que existem vários tipos de lugares dentro do espaço geográfico, sendo que cada lugar tem uma finalidade diferente. Com isto, é que se formam os não-lugares que, apesar de carregarem o “não” por fim, tornam-se um lugar, um local diferenciado, mas ora ganha um significado, ora o perde, variando de pessoa para pessoa.

Compreendemos que cada indivíduo atribui um significado particular sobre suas relações humanas dentro de seus lugares. Acredita-se que é no espaço geral em que cada indivíduo cria uma identidade e esta, por sua vez, que molda o lugar/lugares.

Destacamos a importância de se formular novos questionamentos futuros, para continuarmos a buscar entender a heterogeneidade que carrega o conceito do lugar, uma chave da Geografia, e por fazer parte pluralidade do espaço geográfico tende a se transformar, bem como as metamorfoses da humanidade.

O lugar, assim como outros conceitos da Geografia é de suma importância para compreender a realidade. Em um mundo cada vez mais conectado pelas tecnologias da informação, pelo avanço das técnicas, que reverbera nas metamorfoses espaciais, com isto, se faz necessário novas pesquisas com as categorias geográficas, na busca de entender tais mudanças.

## REFERÊNCIAS

AUGÉ, M. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da sobremodernidade. 1. ed. francesa. Lisboa: Ed. Papyrus, 1994.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

CALLAI, H. C. Estudar o lugar para compreender o mundo. *In*: CASTROGIOVANNI, A. C.; CALLAI, H. C.; KAERCHER, N. A. **Ensino de geografia**: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000, p. 83-134.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248p.

- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. 2 ed. Tradução: Roberto Caltado Costa. Revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2012.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE CIDADES**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/pau-dos-ferros/panorama> Acesso em: 1º jan. 2021.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas., 2003.
- MOCELLIM, A. Lugares, não-lugares, lugares virtuais. **Em Tese**, v. 6, n. 3, jan./jul. 2009, p. 77-101. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2009v6n3p77/13239>. Acesso em: 22 abr. 2017.
- MOREIRA, E. V.; HESPANHOL, R. A. de M. O lugar como uma construção social. **Formação**, Presidente Prudente, v. 2, p. 48-60, 2008. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/645>. Acesso em: 10 dez. 2021.
- QUEIROZ, T. A. N. de. Espaço geográfico, território usado e lugar: ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. **Para Onde!?** Porto Alegre/RS, p. 154-161, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/61589>. Acesso em: 10 dez. 2021.
- SCHNEIDER, L. C. Lugar e não-lugar: espaços da complexibilidade. **Revista de História e Geografia AGORA**. v. 17, 2014, p. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/5311>. Acesso em: 22 abr. 2017.
- SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.
- SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 15. ed. São Paulo: Ed. Record, 2008.
- SILVA, E. L. da. MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 3. ed. **Rev. atual**. Florianópolis: UFSC, 2001.

# O USO DO *GOOGLE FORMS* NA CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS DA GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE VIDA DOS ESTUDANTES

**João Correia Saraiva Junior**

Professor Doutor do Instituto Federal de Educação,  
Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

E-mail: [joao.correia@ifrn.edu.br](mailto:joao.correia@ifrn.edu.br)

## 1 INTRODUÇÃO

As reflexões acerca das mudanças no espaço geográfico são constantemente evocadas no ensino de Geografia. Alterações no meio físico, sistemas de comunicação, migrações, efeitos da pandemia, e percepções sobre o mundo são temas que podem gerar momentos enriquecedores no debate construído em sala de aula.

Durante o momento pandêmico, iniciado em março de 2020 pela explosão da Covid-19, o ensino remoto foi sendo permeado pela utilização de diversas estratégias e ferramentas pedagógicas que agregam o uso de tecnologia e que seriam capazes de possibilitar maior participação dos alunos durante a aula virtual.

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), os recursos virtuais adotados para a manutenção do ensino remoto foram o *Google Classroom* e o *Google Meet*. Essas plataformas podem comportar diversas ferramentas virtuais, entre as quais destaca-se o *Google Forms*, que dispõe de um serviço gratuito de criação de formulários online.

Nesse contexto, buscou-se analisar, neste artigo, a utilização do *Google Forms* para obtenção das impressões dos alunos sobre os seguintes temas geográficos: globalização e migrações. Os objetivos específicos buscaram caracterizar o ensino remoto no IFRN; apresentar os conteúdos discutidos em cada nível do ensino médio, e compreender as percepções dos estudantes sobre os temas abordados e a relação com seu cotidiano.

A justificativa para realização deste trabalho repousa na importância da adoção da socialização das experiências em sala de aula, já que ela permite maior interação entre os estudantes e o aprofundamento das reflexões sobre a percepção de vida deles em relação ao mundo globalizado (Cavalcanti, 1998), além da possibilidade de construção de conceitos de cunho geográfico.

Os percursos metodológicos foram marcados por levantamento do referencial teórico e de metodologias em periódicos e anais de congressos, aplicação dos formulários criados no *Google Forms* com os estudantes e tabulação dos dados.

Na primeira parte deste artigo, são apresentados os objetivos e justificativa de produção deste trabalho. Na segunda parte, são apresentados os principais conceitos que sustentam a discussão teórica, e, além disso, são detalhados os percursos metodológicos. E, na última parte,

são apresentados e discutidos os resultados obtidos.

Ao final deste trabalho, espera-se contribuir com a adoção de práticas que possibilitem maior participação dos estudantes em contexto de ensino remoto ou, ainda, presencial.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

Após a escolha da temática, foi realizada a revisão de literatura em artigos de periódicos e anais de congressos, no que diz respeito a metodologias de ensino. O enfoque da revisão de literatura se deu em artigos que discutem os conceitos geográficos e a utilização da tecnologia no ensino de Geografia, em particular, durante o momento de ensino remoto.

As turmas que foram alvo de investigação estavam totalmente inseridas no ensino remoto, com alunos de condições socioeconômicas bastante heterogêneas e com, pelo menos, a metade deles assistindo às aulas e respondendo às atividades pelo aparelho celular. O período de aplicação das perguntas ocorreu durante os meses de agosto e setembro de 2021.

Os conteúdos que foram discutidos junto aos estudantes, durante a aplicação da pesquisa, estão descritos no Quadro 1:

**Quadro 1**-Conteúdos que foram abordados durante a realização da pesquisa

1) Fases do crescimento populacional
2) Dinâmica populacional e migrações
3) Regionalização do mundo
4) Globalização
5) Blocos econômicos

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em IFRN, 2018.

Em relação às perguntas, elas foram elaboradas com antecedência e disponibilizadas no início ou no final da aula, dependendo da dinâmica de tempo do dia, e os alunos preenchem as respostas sem necessidade de identificação. Como resultado, dos 70 alunos dos cursos de Informática para Internet e de Mineração, foi obtida a seguinte quantidade de respostas: 58 respostas do formulário sobre a família dos alunos, 54 respostas sobre a percepção do Brasil, e 50 respostas sobre a globalização. O Quadro 2, a seguir, apresenta as perguntas que foram realizadas.

**Quadro 2-**Perguntas que foram aplicadas pelo *Google Forms*

Tema	Perguntas
Sobre a sua família	01) Quanto(a)s filho(a)s seus avós paternos tiveram? ( <input type="checkbox"/> ) Acima de 10; ( <input type="checkbox"/> ) De 06 a 10; ( <input type="checkbox"/> ) De 04 a 06; ( <input type="checkbox"/> ) De 01 a 04.
	02) Quanto(a)s filho(a)s seus avós maternos tiveram? ( <input type="checkbox"/> ) Acima de 10; ( <input type="checkbox"/> ) De 06 a 10; ( <input type="checkbox"/> ) De 04 a 06; ( <input type="checkbox"/> ) De 01 a 04.
	03) Quanta(o)s filha(o)s seus pais tiveram? ( <input type="checkbox"/> ) Acima de 05; ( <input type="checkbox"/> ) De 03 a 05; ( <input type="checkbox"/> ) De 01 a 02.
	04) Quanto(a)s filho(a)s você pretende ter? ( <input type="checkbox"/> ) Acima de 3 filhos; ( <input type="checkbox"/> ) No máximo 03 filhos; ( <input type="checkbox"/> ) No máximo 02 filhos; ( <input type="checkbox"/> ) Apenas 01 filho; ( <input type="checkbox"/> ) Não pretendo ter filhos.
	05) No caso de querer ter no máximo 01 filho ou não ter filhos, quais os motivos? ( <input type="checkbox"/> ) Altos custos; ( <input type="checkbox"/> ) Não tenho paciência com crianças; ( <input type="checkbox"/> ) Preciso de estabilidade financeira; ( <input type="checkbox"/> ) Preciso me dedicar a uma carreira; ( <input type="checkbox"/> ) Não sei o motivo.
Percepção sobre o Brasil	06) Você sente vontade de ir embora do Brasil? ( <input type="checkbox"/> ) não; ( <input type="checkbox"/> ) talvez; ( <input type="checkbox"/> ) sim.
	07) Em caso positivo, marque as alternativas que te motivam a desejar isso. Obs: Em caso negativo da resposta anterior, só responda à questão de número 09. ( <input type="checkbox"/> ) Insegurança; ( <input type="checkbox"/> ) Poucas perspectivas de trabalho; ( <input type="checkbox"/> ) Conflitos políticos; ( <input type="checkbox"/> ) Medo de perseguição; ( <input type="checkbox"/> ) Outros.
	08) Para qual(is) país(es) você iria? ( <input type="checkbox"/> ) Canadá; ( <input type="checkbox"/> ) EUA; ( <input type="checkbox"/> ) Portugal; ( <input type="checkbox"/> ) França; ( <input type="checkbox"/> ) África do Sul; ( <input type="checkbox"/> ) Japão; ( <input type="checkbox"/> ) Chile; ( <input type="checkbox"/> ) Argentina; ( <input type="checkbox"/> ) Austrália; ( <input type="checkbox"/> ) Nova Zelândia; ( <input type="checkbox"/> ) Dinamarca; ( <input type="checkbox"/> ) Noruega; ( <input type="checkbox"/> ) outros
Globalização	09) Em caso negativo, marque as alternativas que te motivam a permanecer no país. ( <input type="checkbox"/> ) Família; ( <input type="checkbox"/> ) Medo de uma cultura diferente; ( <input type="checkbox"/> ) Outros.
	10) Você percebe sinais da globalização na sua vida? ( <input type="checkbox"/> ) sim; ( <input type="checkbox"/> ) não; ( <input type="checkbox"/> ) não consigo opinar.
	11) Você escuta preferencialmente qual tipo de música? ( <input type="checkbox"/> ) Música brasileira; ( <input type="checkbox"/> ) Música estrangeira; ( <input type="checkbox"/> ) Um pouco de cada tipo; ( <input type="checkbox"/> ) Não gosto de música.
	12) Você prefere qual tipo de produção cinematográfica? ( <input type="checkbox"/> ) Estrangeira; ( <input type="checkbox"/> ) Brasileira; ( <input type="checkbox"/> ) Tenho apreço pelos dois tipos; ( <input type="checkbox"/> ) Não gosto de filmes.
	13) Você se sente pressionado(a) a aprender um segundo/terceiro idioma? ( <input type="checkbox"/> ) sim; ( <input type="checkbox"/> ) não.
	14) Em caso positivo, quais os motivos para aprender um segundo/terceiro idioma? ( <input type="checkbox"/> ) Receio de perder boas oportunidades de trabalho; ( <input type="checkbox"/> ) Apenas gosto de aprender outros idiomas; ( <input type="checkbox"/> ) Pretendo estudar fora; ( <input type="checkbox"/> ) Maior contato com outras formas de cultura (música, literatura, filmes, séries).
	15) Os produtos (equipamentos, livros, roupas) que você deseja e são melhores: ( <input type="checkbox"/> ) Produzidos no Brasil; ( <input type="checkbox"/> ) Produzidos fora do Brasil; ( <input type="checkbox"/> ) Não sei dizer onde são produzidos.
	16) Quais dessas siglas você já escutou falar? ( <input type="checkbox"/> ) OPEP; ( <input type="checkbox"/> ) BRICS; ( <input type="checkbox"/> ) MERCOSUL; ( <input type="checkbox"/> ) UNIÃO EUROPEIA; ( <input type="checkbox"/> ) BREXIT; ( <input type="checkbox"/> ) NAFTA; ( <input type="checkbox"/> ) APEC.
	17) Você conhece alguma empresa transnacional que atua no RN? Em caso positivo, cite os nomes.
	18) Você já adquiriu algum(ns) produto(s) estrangeiro(s)? ( <input type="checkbox"/> ) sim; ( <input type="checkbox"/> ) não. Em caso positivo, qual foi?

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Os dados obtidos foram tabulados e apresentados na forma de gráficos (dados quantitativos). Além disso, também foi feita a transcrição de respostas no formato de frases curtas.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

A Geografia Escolar se propõe a reunir aparato teórico-metodológico que permita aos estudantes e professores construir conhecimento com base nas relações entre sociedade e natureza (Gonçalves, 2006), no ensino formal. O campo denominado Geografia Humana busca

aprofundar a dinâmica social que ocorre no espaço geográfico e que envolve a dinâmica das populações em sistemas culturais, políticos e econômicos.

Diversos temas podem ser abordados à luz da Geografia Humana, como, por exemplo, formação de territórios, urbanização, questão agrária, dinâmica populacional, globalização e regionalização do mundo, entre outros (Thiesen, 2011). Todos estes conteúdos contribuem na reflexão acerca da dinâmica global, que envolve a circulação de pessoas, de capital e de serviços, e que é um excelente tema, por ser capaz de contribuir para a construção de conceitos geográficos diretamente relacionados ao cotidiano dos alunos.

As fases do crescimento populacional, com suas características específicas em cada etapa, expõem as mudanças culturais, científicas e políticas (Dantas, Morais e Fernandes, 2011) que têm ocorrido em todo o mundo. Em relação à população inserida/excluída do mundo do trabalho, muitos países se tornaram centros de atração populacional por apresentarem maiores oportunidades de emprego, em detrimento de áreas que se tornaram repulsivas por terem esgotado as chances de melhoria de vida.

As migrações são, também, uma face da globalização, compreendida como um processo que promove aceleração na produção de bens materiais, comunicação e circulação de pessoas e ideias (Gorender, 1997). Diante disso, no contexto de um mundo globalizado, há mudanças significativas nas formas produtivas, aceleração da migração de pessoas e, por conseguinte, territórios novos tornando-se áreas de atração e repulsão populacional.

Os diversos problemas decorrentes da globalização perversa (Santos, 2000) são percebidos a partir da hegemonia do capital financeiro e da violência da informação que afeta toda a humanidade, mas de maneira muito intensa em populações de menor poder aquisitivo. Assim, em nossa condição humana, somos afetados por processos globais e categorizados em grupos divididos de acordo com critérios que são baseados majoritariamente em recursos financeiros.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos nesta pesquisa foram divididos em duas seções: na primeira, são apresentadas as condições do ensino remoto no IFRN e, na segunda, as percepções dos estudantes sobre os temas abordados.

### 4.1 ENSINO REMOTO NO IFRN

O ensino remoto no IFRN foi adotado em meio a uma situação emergencial ocasionada pelo cenário pandêmico da Covid-19. Na instituição, esse modo de ensino teve seu início em agosto de 2020 e permanece até o momento de submissão deste trabalho.

A plataforma adotada pela instituição para a operacionalização das aulas, avisos e postagem de materiais de consulta foi o Google Classroom, que permite a hospedagem de endere-

ços eletrônicos como o YouTube, periódicos e links de acesso ao Google Forms. Além disso, o Google Classroom também hospeda o link de acesso à sala virtual da turma no Google Meet, plataforma na qual os alunos e o professor se encontram para os momentos de aula síncrona.

Mesmo com todos esses aparatos, o ensino remoto tem sido um desafio para docentes e alunos. Uma reclamação comum a todos os professores, durante as reuniões pedagógicas, é a dificuldade de participação dos estudantes, visto que parte deles mantém as câmeras desligadas, não costumam ligar o microfone e ainda têm muitas dificuldades para responder as atividades propostas. Dada essa situação de insatisfação e desânimo, a comunidade gestora do IFRN e diversos colegas docentes passaram a promover lives e capacitações para que os docentes pudessem aplicar recursos virtuais de aprendizagem.

As avaliações de aprendizagem das disciplinas foram realizadas com a ampla utilização dos formulários disponibilizados pelo Google Forms. No entanto, para além dessa função, alguns professores passaram a adotar essa ferramenta no momento síncrono, para prática de exercícios e, ainda, em algumas situações particulares, como em grupos de pesquisa, para coleta de dados.

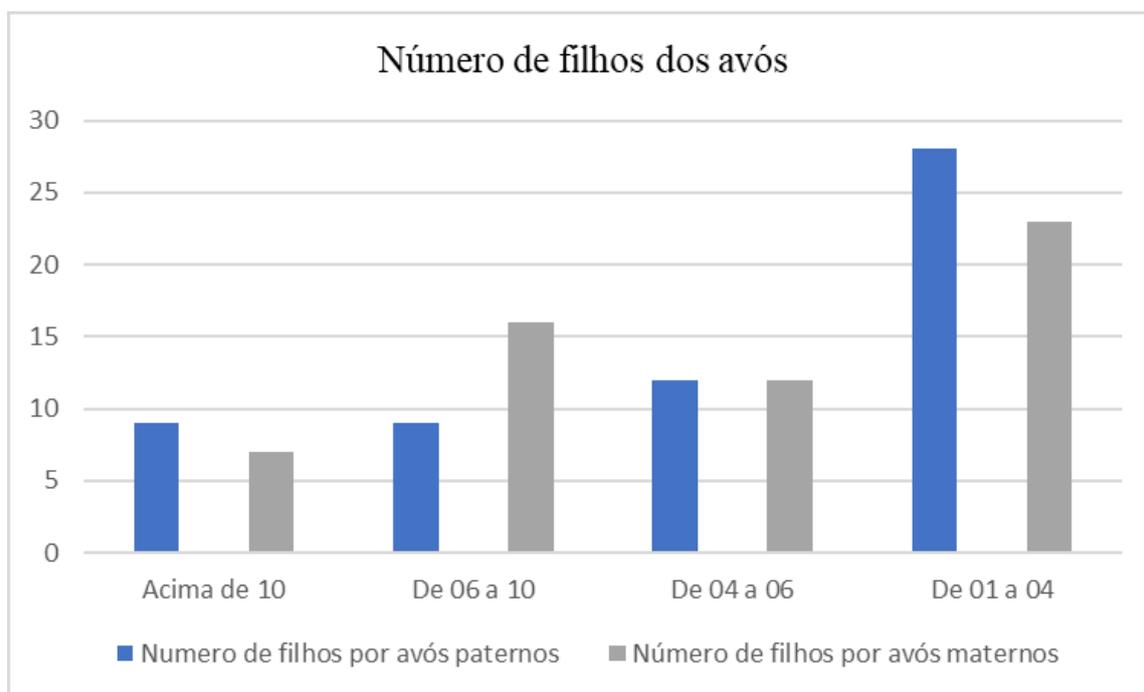
No currículo escolar do curso de nível técnico integrado do IFRN, geralmente é prevista a oferta da disciplina de Geografia durante o 1º e o 2º ano. No primeiro ano, são previstas as discussões sobre conceitos-chave da Geografia, como cartografia, dinâmica do meio físico, fontes de energia e dinâmica populacional. Já no segundo ano, são discutidas as etapas do modo de produção capitalista, globalização, regionalização do mundo, urbanização, industrialização, questão agrária e problemática ambiental.

#### 4.2 PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES SOBRE AS FASES DO CRESCIMENTO POPULACIONAL, GLOBALIZAÇÃO E COTIDIANO

Abordando o conteúdo relacionando a população à dinâmica familiar dos estudantes, foi revelado que as gerações dos antepassados deles eram bastante numerosas. As categorias de números de filhos das 58 respostas obtidas com os formulários são apresentadas, a seguir, na Figura 1.

É observável que a categoria “acima de 10 filhos” apresentou um número alto de registros, se forem observados os padrões atuais de famílias, neste início de século XXI. Considerando as idades dos avós dos estudantes, provavelmente eles não tiveram muito acesso a métodos contraceptivos. Tal deficiência na informação e acesso a materiais caracterizam o final da segunda fase do crescimento populacional com a diminuição das taxas de mortalidade e altas taxas de natalidade. Nas discussões sobre quais os motivos para terem tantos filhos, as ideias de que grande número de filhos seria garantia de bens e materiais, e de que os pais seriam cuidados na velhice foram apontadas pelos alunos como frases geralmente ditas pelos avós.

**Figura 1** — Número de filhos por avós maternos e paternos.

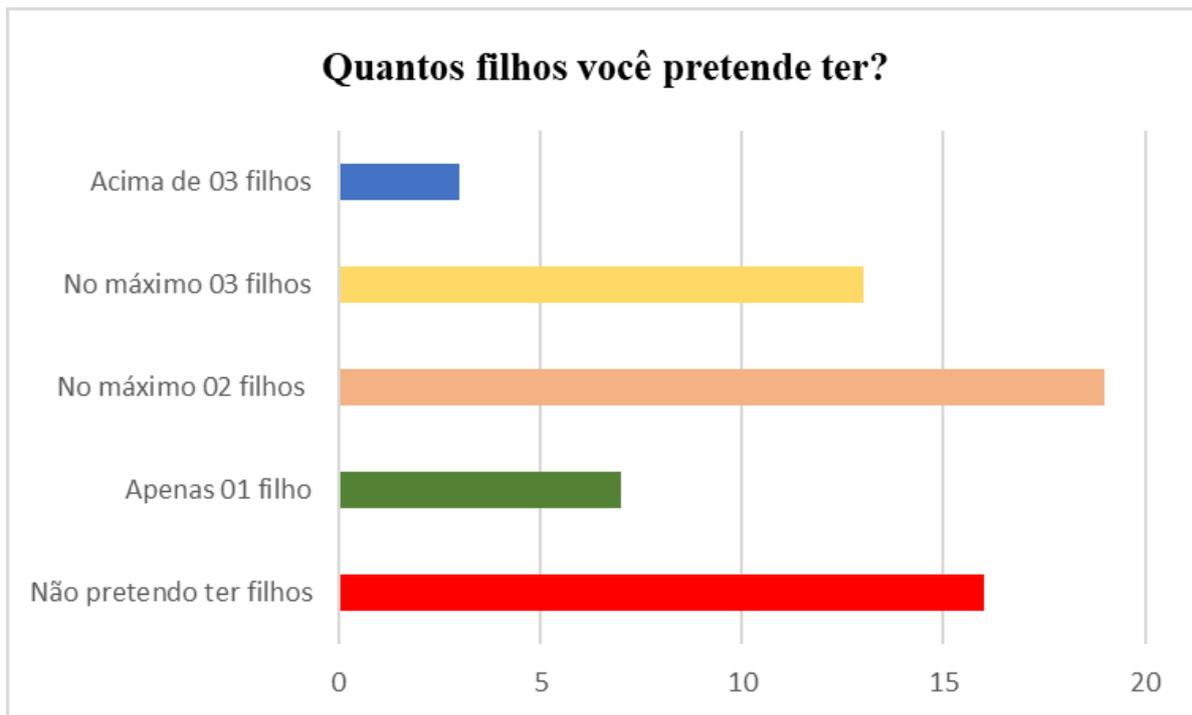


**Fonte:** elaborado pelo autor, 2021.

Em relação ao número de filhos que os pais dos estudantes criaram, os dados revelam uma queda significativa no número de filhos pois, do total de 34 registros, houve apenas três episódios de pais com mais de cinco filhos. Em relação aos outros, são 21 casos em que os pais tiveram entre três e cinco filhos, e de um caso em que os pais tiveram dois filhos. Neste sentido, foi possível estabelecer conexões sobre o acesso que os pais dos alunos, uma geração mais jovem, tiveram aos métodos contraceptivos e ao planejamento familiar, evidenciando, dessa forma, a terceira fase do crescimento populacional (Dantas, Morais e Fernandes, 2011).

Quando a pergunta foi direcionada aos alunos, os resultados se mostraram bastante significativos, pois houve queda mais expressiva das intenções de gerarem filhos, e os motivos foram variados (Figura 2).

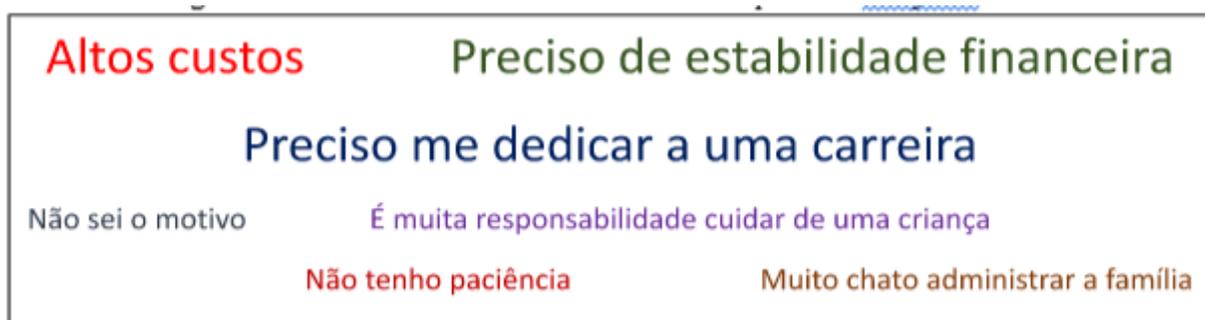
**Figura 2** — Resposta dos participantes sobre a pretensão quanto ao número de filhos



Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

A categoria “Não pretendo ter filhos” surge, e vem justificada por motivos diversificados que refletem as exigências do mundo moderno (Figura 3), o que mostra que, mesmo o Brasil sendo um país de industrialização tardia, muitas demandas já são exigidas dos jovens estudantes.

**Figura 3** — Termos mais evidentes sobre o motivo para não desejarem filhos



Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

Ao serem analisadas as respostas, torna-se evidente a perspectiva de vida dos estudantes relacionada ao mundo do trabalho e à estabilidade financeira. A pressão social exercida sobre os destinos e escolhas dos jovens é cada dia mais presente.

Alguns estudantes que participaram da pesquisa se sentem atraídos por oportunidades no exterior. Nesse sentido, é possível estabelecer uma relação entre a globalização e a “evacuação de cérebros”, fenômeno apontado por Araújo e Ferreira (2013), que diz respeito a eventos como a mobilidade de profissionais qualificados de países subdesenvolvidos em direção a países desenvolvidos, acarretando prejuízos do ponto de vista da produção científica aplicada à realidade das nações mais pobres. Isso porque pesquisadores que conhecem melhor a realidade nacional podem realizar pesquisas capazes de atender, de forma mais eficaz, às demandas do país, como, por exemplo, produzir modelos qualitativos de combate à pobreza.

Tratando-se da percepção sobre o Brasil, dos 54 participantes, 27 afirmaram que desejam sair do país, 20 afirmaram que talvez saíssem e dois afirmaram que não deixariam o solo brasileiro. Seguindo essa linha, foi indagado aos alunos sobre os motivos que impulsionam esse desejo de emigrar. Dos diversos motivos apontados, destacam-se: poucas perspectivas de trabalho, seguido de insegurança e conflitos políticos. Outros motivos como medo de perseguição política, falta de gestão governamental e sistema educacional falho foram apontados.

Neste sentido, é fundamental discutir a situação do Brasil junto aos estudantes. Deixar que falem de seus sonhos e dificuldades. O Brasil vem passando por forte instabilidade política e econômica, que tem grande reverberação entre a população, em particular entre os mais jovens, que estão em amplo processo de construção cognitiva, no que diz respeito à constituição e dinâmica do espaço geográfico com seus objetos naturais e sociais. Por isso, é imprescindível a contribuição da Geografia Escolar, pois ela permite tecer considerações e sustentar reflexões sobre o cotidiano dos alunos em suas casas, bairro e país.

Quando indagados sobre para quais países gostariam de ir, no grupo dos países mais citados, estão: Estados Unidos da América, Canadá, França, Austrália, Japão, Nova Zelândia e Portugal. Em posição secundária, aparecem Noruega, Dinamarca, Noruega, Chile e Argentina. Os demais países foram citados uma ou duas vezes, como África do Sul, Itália, Reino Unido, Alemanha e Espanha.

É importante destacar que os países mais citados são aqueles que mais aparecem nas redes sociais, jornais, filmes e documentários como locais atrativos para pessoas que estão necessitando de trabalho. Com isso, percebe-se como é forte a influência dos meios de comunicação nos desejos da sociedade de viver em espaços de maior qualidade de vida e maior justiça social.

Os participantes que optaram pela permanência, ainda que duvidosa, no Brasil, apontaram os seguintes motivos: família, em primeiro lugar, seguido de medo de uma cultura diferente, apreço pela cultura brasileira, clima e amigos. A partir dessas respostas dos estudantes, percebe-se a aplicação do conceito de lugar, conceito-chave da Geografia (Brasil, 2018) que faz alusão ao espaço revestido de afetividade, local de vivências de lembranças, cores, odores e sabores, contribuindo, assim, para a compreensão do aluno sobre sua identidade e seu lugar no mundo.

Mesmo com os encantos da globalização e das oportunidades de trabalho e de melhor qualidade de vida, alguns estudantes apontam os laços de afetividade como empecilhos para a

realização de migrações. Neste sentido, é importante destacar que nem sempre questões econômicas são responsáveis pela dinâmica populacional, embora se constituam como um fator extremamente importante.

Em relação à globalização, dos 50 participantes, 43 afirmaram perceber sinais desse processo em suas vidas, contra sete que sustentaram não saberem responder. Os estudantes que não conseguiram estabelecer as relações entre o cotidiano e o processo de globalização, provavelmente, associam este fenômeno a algo distante, que só ocorre em outros países. As notícias do Brasil, como aumento do dólar, relações comerciais com a China, expansão da Covid-19 pelas vias aéreas e discussões sobre a adoção do G-5 se tornam distantes da realidade cotidiana do brasileiro e parecem não ter nenhum tipo de influência sobre a sociedade. Dessa forma, há, nesse quadro, um processo de alienação social bastante evidente e que pode ser diminuído pela Geografia Escolar, com todo o seu suporte teórico-metodológico.

Outra questão importante que evidencia a influência da globalização foram as perguntas sobre qual tipo de música e produção cinematográfica os estudantes preferiam, segundo as seguintes categorias: nacional, internacional, um pouco de cada, e não gosto de filmes/músicas (Tabela 1).

**Tabela 1** — Preferências dos participantes em relação à origem da música e do filme

Tipologia	Música	Cinema
Nacional	08	01
Internacional	10	25
Apreços pelos dois tipos	31	24
Não gosto de música	01	-

Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

De acordo com os dados da Tabela 1, percebe-se a forte adesão dos participantes à produção cultural internacional. Desse modo, os estudantes, ainda que não se deem conta, estão sob forte interferência de variados elementos da globalização que se constituem como atrativos.

A influência da cultura estrangeira por meio das artes foi levantada pelos alunos. Alguns defenderam que o Brasil está perdendo a identidade enquanto absorve a música, cinema e literatura estrangeira. Neste sentido, foi levantada uma discussão com os alunos a partir dos seguintes questionamentos: Seria a cultura um elemento estável? Não estaríamos sujeitos a sofrermos forte influência externa, mesmo que tenhamos conhecimento pleno das nossas raízes culturais? E aquelas sociedades que insistem em enterrar o passado, como a sociedade brasileira, como ficam? Não houve um consenso, mas a reflexão levantou um debate proveitoso que ocorreu majoritariamente pelo *chat* da plataforma *Google Meet*.

Estabelecendo uma conexão com o idioma, foi indagado aos participantes se eles se sentiam pressionados a aprenderem um segundo idioma. Dos 50 participantes, 41 afirmaram sentir essa pressão e nove pessoas responderam que não se sentem pressionadas. Assim, de

acordo com as respostas dos estudantes nessa amostragem, constata-se que há um forte apelo para que haja um aprendizado significativo sobre línguas estrangeiras.

A pergunta seguinte buscou saber sobre os motivos que o grupo considera importantes para aprender um segundo idioma. O principal motivo apontado foi terem receio de perder boas oportunidades de trabalho. Na sequência, foi apontado como motivo secundário estabelecer um maior contato com outras formas de cultura por meio da música, literatura, filmes e séries. Em terceiro lugar, foi citado que apenas gostam de estudar outro idioma e, por fim, que pretendem estudar fora.

Em relação ao estudo de outro(s) idioma(s), parece ser consenso para a sociedade global que a língua inglesa é praticamente aceita no mundo inteiro, sendo bastante utilizada nas produções científicas. Percebe-se, aí, outro aspecto importante da globalização e que deve ser abordado no ensino de Geografia por se tratar de uma evidência bastante presente no cotidiano dos alunos.

A penúltima pergunta se referia a qual a origem da aquisição de seus objetos de maior qualidade. Dos 50 participantes, 26 afirmaram que adquiriram produtos estrangeiros, cinco consumiram produtos brasileiros que consideraram de melhor qualidade e 19 não sabem dizer onde os produtos consumidos foram produzidos. Os produtos que mais apareceram foram roupas, aparelhos eletrônicos, livros, maquiagens, tênis e brinquedos.

Em nosso cotidiano, consumimos bastante e não temos a menor noção de como tais produtos são feitos e nem onde foram produzidos. Nesse sentido, um maior conhecimento sobre a origem dos produtos que consumimos pode contribuir para várias possíveis situações, como a denúncia de empresas nacionais e transnacionais que cometem crimes de manter trabalho escravo em suas unidades, ou, ainda, a cobrança a empreendedores que insistem em avançar sobre terras indígenas, quilombolas e unidades de conservação, além de poluir os solos e as águas.

Quando indagados se conheciam alguma empresa transnacional que atuasse no RN, 19 participantes afirmaram não conhecer nenhuma transnacional no território potiguar, contra 31 que afirmaram conhecer marcas como *Coca-Cola* e *Carrefour*.

Finalmente, foi questionado se os alunos já haviam escutado falar de siglas relacionadas aos blocos econômicos. As opções mais apontadas foram: União Europeia, Mercosul, NAFTA e BRICS em primeiro lugar, seguidos de BREXIT, APEC e OPEP.

Durante a apresentação das respostas na aula síncrona, foi questionado em que momento haviam escutado esse conjunto de siglas que foram apontadas. A maior parte dos estudantes afirmou ter escutado em sala de aula, outros disseram ter sido através das redes sociais e uma menor parte deles, por meio de jornais. Discute-se, assim, mais uma vez, a importância das aulas de Geografia para a formação de consciência crítica a partir da chegada das informações recebidas pelos meios de comunicação. Ter escutado falar não significa que a questão é compreendida, mas já é um bom caminho para que o docente cumpra a sua função fundamental, que é a de contribuir para a construção dos conceitos.

No momento síncrono, foi realizada a comparação dos blocos econômicos com a lógica dos shopping centers para que o conteúdo fosse relacionado ao cotidiano dos alunos, conforme mostra o Quadro 3.

**Quadro 3** — Comparação entre a lógica dos Blocos econômicos e Shopping center

Blocos econômicos	Shopping center
Estratégia para competir no sistema global	Estratégia para competir no comércio local
Adesão dos países	Adesão de lojas
Regras gerais definidas pela Organização Mundial do Comércio	Regras gerais sobre o funcionamento dos shoppings
Regras específicas de cada bloco	Regras específicas de cada shopping
Países podem participar de mais de um bloco	Lojas podem abrir unidades em vários shoppings

Fonte: organizado pelo autor, 2021.

Ainda sobre os blocos econômicos, ao serem apresentadas as discussões sobre a saída do Reino Unido da União Europeia, foram levantadas questões sobre xenofobia e avanço da extrema-direita em vários pontos do globo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas considerações podem ser tecidas a partir da observação da dinâmica de aula no momento síncrono, com a utilização do *Google Forms*. Por se tratar de uma ferramenta do *Google*, ela não exige aparelhos com um bom processamento, permitindo sua utilização de maneira muito simples. É importante destacar tal situação, pois muitos estudantes utilizam aparelhos de celular antigos, dadas as condições econômicas da família.

Foi bastante divulgada a utilização de aplicativos de jogos e vídeos no ensino remoto. No entanto, essas ferramentas consomem muito dos pacotes de dados e muitos alunos vivem em condições de muitas dificuldades financeiras. Enquanto docentes, precisamos refletir sobre as condições materiais dos alunos que podem ser excluídos das atividades por não terem bons aparelhos e uma rede de internet que garanta uma boa participação.

Um outro aspecto positivo do uso do *Google Forms* é a tabulação instantânea das respostas de perguntas objetivas, permitindo, ao professor, projetar a síntese dos resultados para a turma e, a partir disso, realizar um debate com os estudantes.

Como aspecto negativo, o *Google Forms* possui aparência muito simples, o que é um problema, já que alguns alunos relataram gostarem de atividades com design mais colorido. O desinteresse pela ferramenta mostrou-se na adesão aos formulários aplicados, pois foi perce-

bida uma diminuição dela nas turmas, com 58 pessoas que participaram da primeira atividade, 54 na segunda e 50 na terceira. Nesse sentido, é importante que os docentes não se detenham apenas a essa ferramenta, mas, sim, busquem a diversificação de atividades durante as aulas síncronas para não causar tédio e desânimo nos estudantes, que já estão bastante contagiados em função do cenário de aula remota.

Em linhas gerais, a aplicação do *Google Forms* foi positiva na construção de alguns conceitos geográficos a partir das vivências dos estudantes. Todavia, é preciso que nós, enquanto docentes, estejamos atentos ao contexto socioeconômico dos alunos.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, E.; FERREIRA, F. A “Fuga de Cérebros”: um discurso multidimensional. *In*: ARAÚJO, E.; FONTES, M.; BENTO, S. (Ed.) **Para um debate sobre Mobilidade e Fuga de Cérebros**. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. São Paulo: Papi-rus, 1998.
- DANTAS, E. M.; MORAIS, I. R. D.; FERNANDES, M.J.C. **Geografia da população**. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2011.
- GONÇALVES, A. R. **Os espaços-tempos cotidianos na Geografia Escolar**: do currículo oficial e do currículo praticado. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro/SP: UNESP, 2006.
- GORENDER, J. Globalização, tecnologia e relações de trabalho. Dossiê globalização. **Estu-dos avançados** 11 (29), 1997.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência univer-sal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- THIESEN, J. S. Geografia escolar: dos conceitos essenciais às formas de abordagem no ensi-no. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 15, n. 1, jan./abr. 2011.

# RESSIGNIFICANDO AS PRÁTICAS DOCENTES NO CONTEXTO REMOTO: O DESAFIO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA

***Sheyla Vanessa Costa da Paz***

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

*E-mail: [sheylavanessa.paz@gmail.com](mailto:sheylavanessa.paz@gmail.com)*

***Aldeíze Bonifácio da Silva***

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

*E-mail: [aldeizebs@hotmail.com](mailto:aldeizebs@hotmail.com)*

## 1 INTRODUÇÃO

A Ciência Geográfica é imprescindível para a construção de uma visão crítica de mundo, sobretudo, no que tange aos níveis da educação básica, e uma formação de qualidade para os profissionais que irão atuar no âmbito do ensino de Geografia ganha papel de relevo neste contexto, tendo em vista que o trabalho docente se faz na interface entre desenvolvimento prático e aprofundamento teórico, processo no qual teoria e prática se articulam o tempo todo (Libâneo, 1990, p. 27).

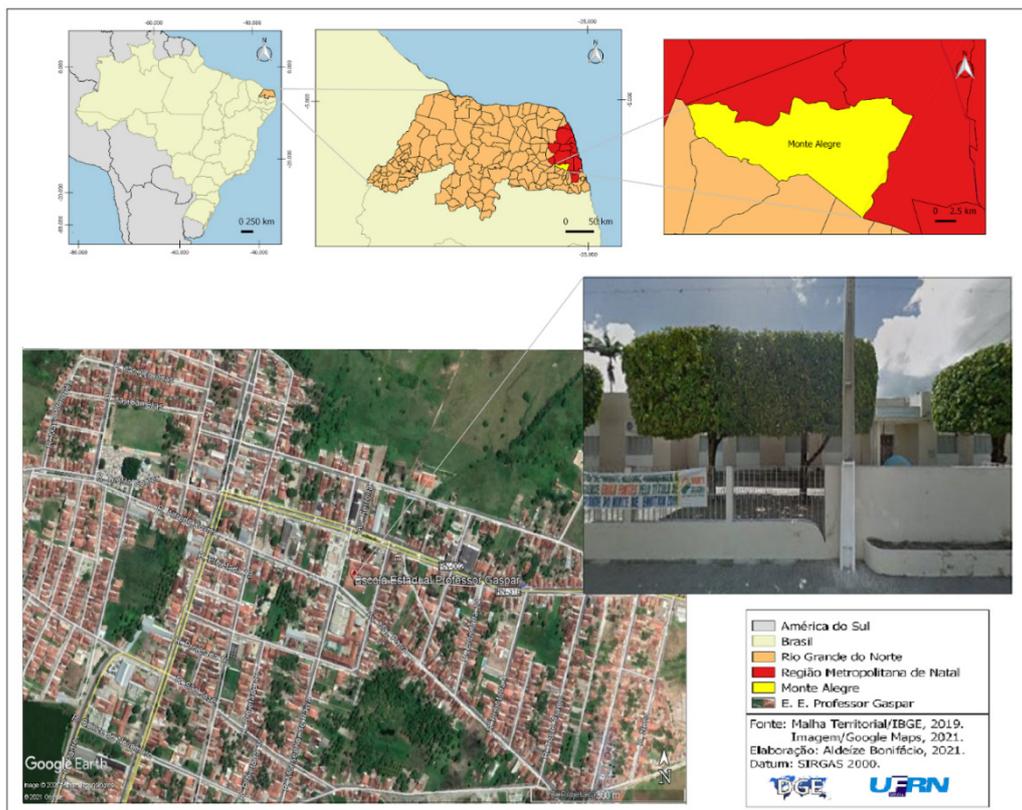
O professor precisa desenvolver uma ação reflexiva, ter ciência do que fazer, como fazer e por que fazer, para que a sua atuação não recaia na prática pela prática, ou no tecnicismo deslocado da realidade (Stefanello, 2009). Desta forma, o estágio possibilita esse intercâmbio entre teoria e realidade, contribuindo na formação do profissional, pois prepara os discentes para a sua carreira enquanto professores.

Destarte, tendo em vista que “conhecer consiste em construir e reconstruir o objeto do conhecimento, de maneira a apreender o mecanismo desta construção” (Mendonça & Kozel, 2002, p. 192), no Estágio Supervisionado de Formação de Professores, temos a oportunidade de ingressar no âmbito escolar, agregando a nossa formação à experiência adquirida através da observação e da vivência em sala de aula, sendo essa a porta de entrada para a realidade educacional das escolas e dos desafios que enfrentaremos enquanto profissionais da educação.

Portanto, considerando a importância da realização do estágio e a sua obrigatoriedade, visto a necessidade desta experiência na formação docente, e que o ensino remoto se mostrou um grande desafio a ser superado por meio da resignificação dessa prática, o presente trabalho tece algumas reflexões acerca do processo de formação de professores durante o período de ensino adotado de forma emergencial perante o contexto pandêmico vivenciado.

As reflexões aqui expostas tiveram, por base, as atividades desenvolvidas no Estágio Supervisionado de Formação de Professores realizado, de forma remota, na Escola Estadual Professor Gaspar, localizada no município de Monte Alegre, Região Metropolitana de Natal, com alunos do ensino médio, conforme apresentado na Figura 1.

**Figura 1** — Localização da Escola Estadual Professor Gaspar em Monte Alegre/RN



Fonte: elaborado pelas autoras (2021).

## 2 A PRÁTICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA

O Estágio é uma parte fundamental dentro dos cursos de licenciaturas, geralmente realizado nos anos finais, num movimento de unificar teoria e prática. Entretanto, a prática do estágio supervisionado vai além disso, pois é nesse momento que a maioria dos discentes licenciandos tem seu primeiro contato com o campo educacional além dos muros universitários, indo para a realidade das escolas.

Diante a realidade da qual este futuro docente irá trabalhar, ele se depara com uma nova experiência que não foi aprendida durante os aglomerados de disciplinas cursadas ao longo do curso, neste caso, no curso de licenciatura em Geografia. A bagagem teórica adquirida, por si só, não será suficiente se este sujeito-docente não as colocar em práticas pedagógicas educacionais, se adequando de acordo com as necessidades surgidas durante o processo do estágio, e é nesse momento que este futuro docente deve refletir e exercer quais métodos, conteúdos, objetivos e dentre outros que ele buscará na sua carreira docente (Pimenta & Lima, 2006).

Além do mais, o docente é visto como um importante mediador na sala de aula, servindo como referencial para os seus alunos e, com isso, exerce uma grande responsabilidade na formação cidadã e compreensão de conteúdos e mundo para estes. O professor em Geografia tem um papel muito grande não só na transmissão dos conteúdos disciplinares, mas na forma-

ção sociocultural ética dos seus alunos, possibilitando uma visão e reflexão crítica da realidade que eles vivenciam e quais as ações éticas e condições sociais os alunos podem exercer para melhorar o sujeito em si e, conseqüentemente, a sociedade ao seu entorno.

Em suma, o estágio supervisionado em Geografia é uma etapa crucial na formação dos futuros docentes, em que estes iniciam os seus primeiros contatos no âmbito escolar, vivenciando os prós e os contras que a docência os aguarda, refletindo sobre a teoria e a prática instrumental e vivenciada no dado estágio, além de agregar melhorias positivas na escola e na vida dos alunos. Além disso, como é um estágio supervisionado, as melhorias também chegam ao do professor titular de Geografia que o estagiário acompanhará e contribuirá nas aulas ao decorrer do estágio.

## 2.1 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO REMOTO: A ADOÇÃO DE NOVOS RECURSOS PARA VELHOS PROBLEMAS

Devido ao contexto pandêmico da Covid-19 nos anos de 2020-2021, o Estágio Supervisionado I em Geografia se deu de forma remota. O ensino remoto é uma modalidade de ensino inserida nesse contexto pandêmico que se difere da Educação à Distância (EaD), pois este último consiste em uma adaptação emergencial do ensino que seria dado de forma presencial para uma forma remota, onde o termo remoto, de acordo com Behar (2020), se refere a um distanciamento geográfico no espaço entre o professor e o aluno. Portanto, se trata de uma modalidade provisória, na qual por um determinado tempo as ações educativas ocorrerão de modo remoto.

Com isso, o professor teve que se reinventar na sua prática de ensino, de forma que a sua prática favorecesse ao máximo a aprendizagem dos alunos sem prejudicar a qualidade do ensino, já que o processo de ensino-aprendizagem depende da interação entre o docente e o aluno (Libâneo, 1990). Nessa conjuntura, a adoção de novas ferramentas como os recursos digitais e audiovisuais ganharam espaço emergentes no âmbito educacional.

O desenvolvimento tecnológico vem se modificando e tornando-se cada vez mais indispensável no cenário educacional. O uso de aparatos tecnológicos, como aparelhos celulares, computadores, *notebooks*, dentre outros, são ferramentas de ensino utilizadas por professores e estagiários e conformam meios de aprendizagem para os alunos. Porém, a empregabilidade desses recursos no estágio não descarta velhos problemas na educação brasileira, como é o caso da falta de estruturas adequadas e de aparatos nas escolas que deem suporte aos professores e alunos. Ao contrário: os dados estatísticos sobre a evasão escolar subiram drasticamente, além de que a qualidade do ensino e da aprendizagem sofreram quedas abruptas (Ávila, 2021).

Em suma, são as mesmas problemáticas educacionais que apenas se acentuaram durante a pandemia, colocando em ênfase a falta de apoio técnico para que os docentes adotem e utilizem os recursos digitais, além da dificuldade de acesso à internet por parte dos alunos, mas, principalmente, das escolas públicas, além de que o acesso ao conteúdo programático das disci-

plinas fica “preso” ao livro didático disponibilizado pela escola. Desse modo, se faz necessário adaptar não só a forma pela qual os alunos serão alcançados pelo professor, mas também repensar as atividades, as avaliações, o que torna complexa a atuação docente e traz à tona “velhos” desafios em “novas” roupagens. Portanto, a EaD surge como aporte teórico-metodológico na ressignificação da prática do estágio remoto.

No que tange à Educação à Distância, o Decreto nº 9.057/2017, que institui o estabelecimento das normas de credenciamentos das instituições e as ofertas de cursos na modalidade do Ensino à Distância, em seu Art. 1, considera:

Educação à distância, a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (Brasil, 2017, s/p.).

De acordo com Moran (2002, p. 1), a “educação a distância é o processo de ensino-aprendizagem mediado por tecnologias, em que professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente.” Portanto, a EaD se trata de uma modalidade de ensino com concepção teórica e metodológica própria, que se dá, sobretudo, através das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs). Dessa maneira, ela se difere do Ensino Remoto Emergencial (ERE) na sua base teórica -metodológica, apesar de algumas semelhanças na sua execução.

Assim, é preciso diferenciar, neste momento, que a maior parte das instituições de ensino não está fazendo Educação à Distância, e sim Ensino Remoto Emergencial. Essa mudança drástica do dia para a noite exigiu que os docentes assumissem o processo de planejamento, criação, adaptação dos planos de ensino, o desenvolvimento de cada aula e a aplicação de estratégias pedagógicas online. Os docentes precisaram e continuam, mais do que nunca, necessitando de muito apoio e ajuda para construir competências digitais e lidar com um ambiente desconhecido até então (Behar, 2020, s/p.).

Deste modo, a EaD tem seu modo de funcionamento próprio que serviu como um aporte teórico-metodológico para o ensino remoto emergencial. É evidente que não tem como transformar de um dia para o outro a metodologia dada de forma presencial para a forma remota, onde essa adaptação emergente trouxe uma nova acepção sobre ensino, aprendizagem e sala de aula, ressignificando a prática de estágio realizada de forma remota.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Os procedimentos metodológicos utilizados no presente trabalho foram a metodologia de pesquisa bibliográfica e a metodologia de pesquisa-ação, juntamente com a realização de um questionário diagnóstico. Assim como no âmbito acadêmico da qual a pesquisa bibliográfi-

ca é indispensável, concomitantemente com a pesquisa-ação, torna cada etapa do trabalho mais enriquecido qualitativamente.

De acordo com Thiollent (1986, p. 14), a pesquisa-ação se define como:

Um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Em suma, a pesquisa-ação, muito utilizada no âmbito educacional, se refere à metodologia na qual se busca a solução de problemas diagnosticados em prol da melhoria das próprias práticas ou do problema identificado. Desta forma, a partir desta premissa analisamos o trabalho de estagiários anteriores junto aos alunos, observando as potencialidades e fragilidades do estágio remoto realizado, diagnosticando as necessidades dos alunos onde o estágio foi exercido, buscando melhorar nossas práticas e a qualidade das intervenções junto aos alunos.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

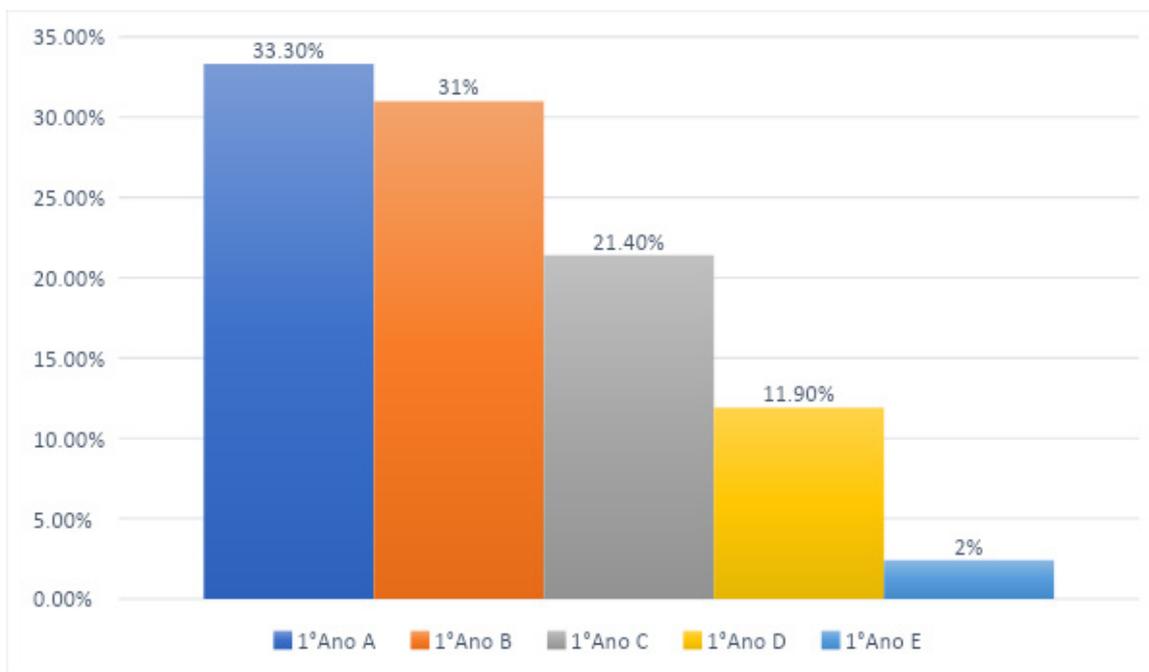
O primeiro estágio supervisionado, realizado com alunos do 1º ano do Ensino Médio, se deu de forma a integrar todas as turmas da referida série da escola que fossem no mesmo turno, em uma única turma virtual. Desta forma, o público-alvo da intervenção dos estagiários contabilizou 227 alunos que cursavam o 1º ano do ensino médio no turno vespertino. Todavia, a assiduidade destes alunos era bastante baixa, como demonstram os resultados obtidos em um questionário diagnóstico sobre o ensino remoto emergencial aplicado pelo professor titular e supervisor do estágio junto aos alunos.

O questionário diagnóstico abarcou 10 questões base objetivas sobre o processo de ensino-aprendizagem que ocorreu no ensino remoto emergencial no semestre anterior, abrangendo perguntas sobre os materiais disponibilizados e acessibilidade, dentre outras questões pertinentes. O intuito da aplicação do questionário foi balizar atuação docente e dos estagiários no semestre letivo atual, tendo em vista um melhor planejamento das ações que seriam realizadas.

As atividades realizadas no referido estágio supervisionado abarcaram a produção de videoaulas, a elaboração de atividades via *Google Forms*, que tiveram como subsídio uma avaliação diagnóstica realizada com base na atuação de estagiários anteriores que trabalharam com esses alunos já no âmbito do ensino remoto emergencial.

Assim, dos 227 alunos matriculados no 1º ano do ensino médio no turno vespertino, apenas 42 responderam ao questionário diagnóstico, como expresso adiante no Gráfico 1. Cabe salientar que as respostas se deram de forma heterogênea, cada turma alcançou um percentual de participação. Nas turmas A e B, obtivemos o maior número de respondentes. Todavia, a turma C possui uma percentagem interessante de 21%, sendo as turmas D e E as com menor representatividade, obtendo um percentual inferior a 12%.

**Gráfico 1** — Representatividade dos alunos de cada turma de 1º ano em relação a resposta do questionário

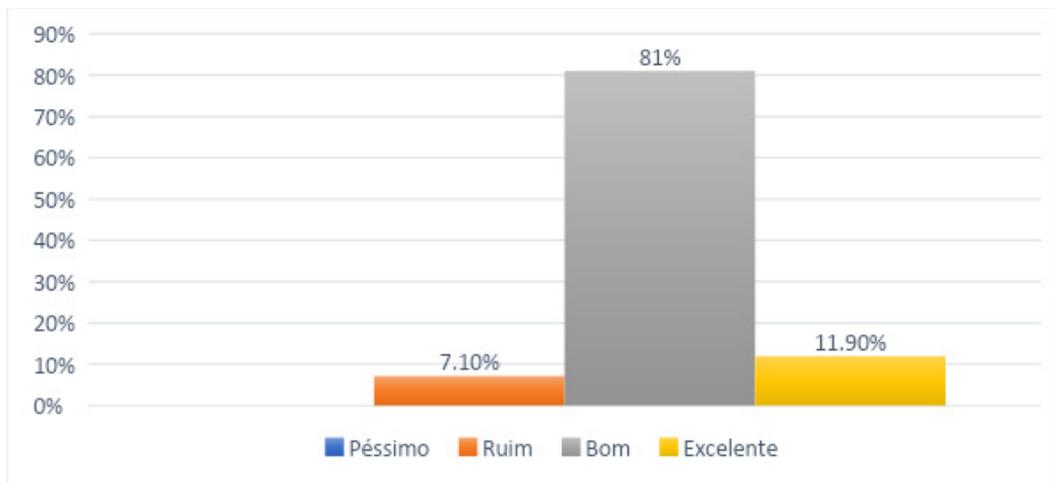


**Fonte:** Elaboração das autoras (2021).

Compreendemos, todavia, que a baixa participação dos alunos no ensino remoto e no questionário diagnóstico reflete questões que perpassam não só a falta de interesse, como também dificuldades no acesso às mídias, dentre outras questões diversas que os desmotivaram em relação ao ensino remoto e à participação na pesquisa.

Quando questionados sobre a produção das videoaulas elaboradas pelos estagiários de geografia, a maior parte dos alunos, cerca de 81% dos respondentes, avaliaram positivamente a utilização dos recursos visuais utilizados. Sendo que 11,9% dos alunos consideraram o material de excelente qualidade e apenas 7,1% consideraram as imagens utilizadas ruins, conforme apresentado no Gráfico 2.

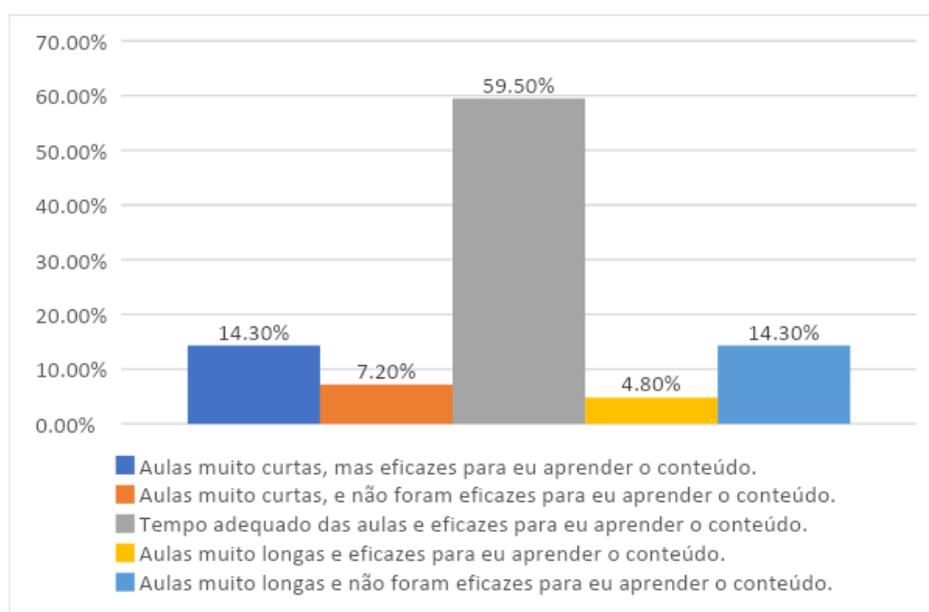
**Gráfico 2** — Opinião dos alunos quanto a qualidade das videoaulas disponibilizadas pelo estagiário anterior



Fonte: elaboração das autoras (2021).

Quando indagados em relação ao tempo de duração das videoaulas ministradas remotamente, 59,5% dos respondentes consideraram as aulas com tempo suficiente e adequadas para aprenderem o conteúdo. Já 14,3% acharam o tempo insuficiente para as aulas ministradas e 4,8% apontaram o tempo de duração das aulas muito longas. No entanto, esse percentual de alunos foi unânime ao apontar que elas foram eficazes no processo de aprendizagem. Além disso, 14,3% acharam as aulas muito longas e ineficazes para o processo de aprendizagem dos conteúdos, enquanto 4,8% admitiram que as aulas longas foram mais eficazes para a sua aprendizagem, conforme apresentado no Gráfico 3.

**Gráfico 3** — Opinião dos alunos em relação ao tempo de duração das videoaulas

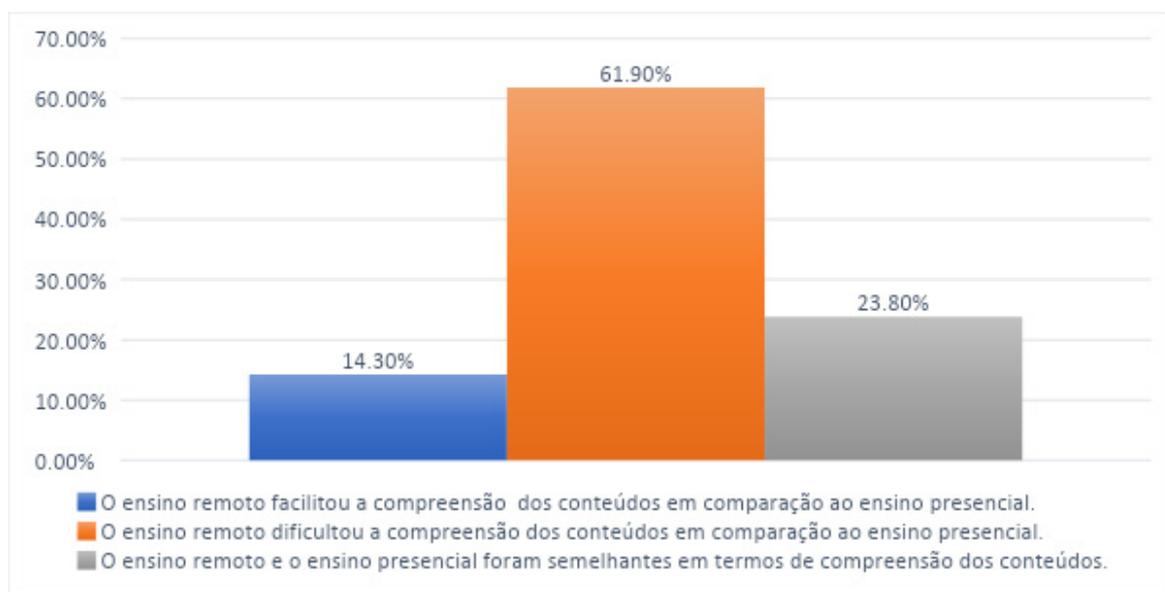


Fonte: elaboração das autoras (2021).

O gráfico retrata uma realidade bem emblemática, tendo em vista que uma aula tem duração de 50 minutos, e que as videoaulas tiveram duração média de 30 minutos, tempo máximo considerado adequado para a sua elaboração, levando em conta o tempo de exposição a aparelhos eletrônicos e o nível de atenção que vai baixando no decorrer do tempo (Almeida & Carvalho, 2018). Isso torna incoerente o posicionamento apontado dos alunos, já que os mesmos também consideraram as aulas “muito curtas”. Uma pesquisa realizada sobre a questão do nível de atenção obtida através das aulas remotas, realizada pela SOMOS EDUCAÇÃO durante a pandemia Covid-19, utilizou a neurociência a tecnologia portátil para avaliar os desempenhos de alunos do 2º ano do Ensino Médio durante o ensino remoto, e comparar o desempenho de quando estes estavam no ensino presencial. Os resultados obtidos tiveram algumas divergências, porém, demonstraram a perda de concentração na maioria dos alunos e quais atividades geraram maior atenção por parte destes (Oliveira, 2020).

No que refere à opinião dos alunos respondentes em relação ao ensino remoto em Geografia, 61,9% admitiram que o ensino remoto dificultou a compreensão dos conteúdos em comparação ao ensino presencial. Em contrapartida, 23,8% consideraram que o ensino remoto e o ensino presencial são equivalentes em termos de compreensão dos conteúdos ministrados. E, 14,3% acharam que o ensino remoto por meio de videoaulas até facilitou a compreensão dos conteúdos quando comparado quanto ao ensino presencial, conforme o Gráfico 4 apresentado.

**Gráfico 4** — Opinião quanto ao ensino remoto em geografia



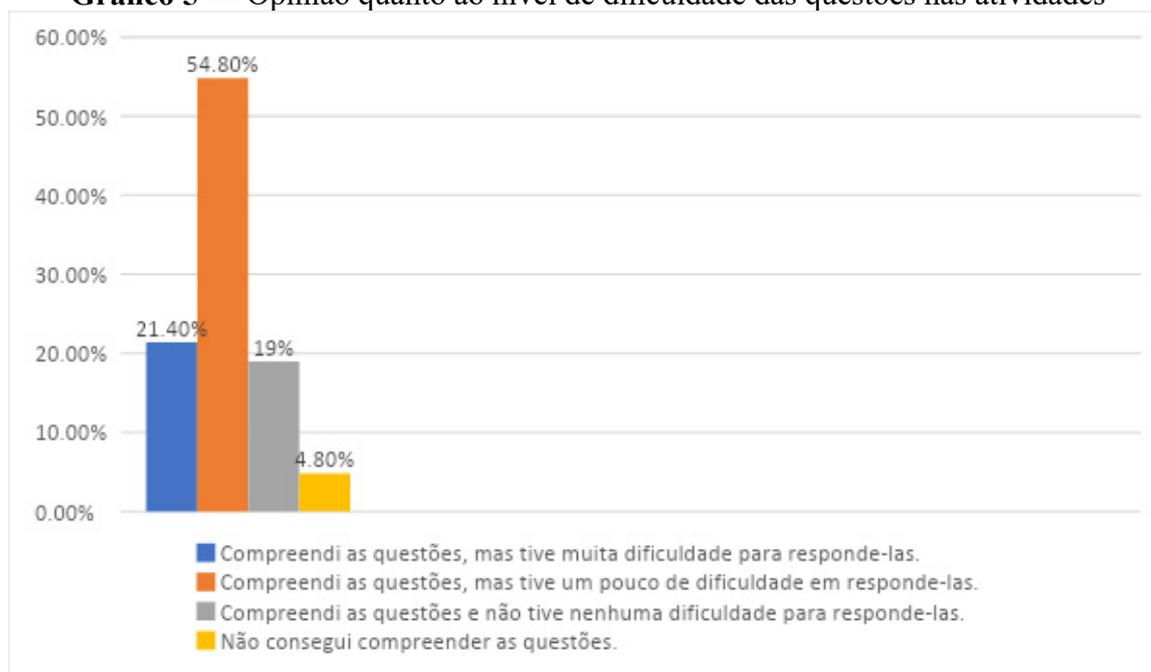
**Fonte:** elaboração das autoras (2021).

A avaliação destes dados nos remete à adaptação dos alunos ao ensino remoto e expressam algumas potencialidades, como a possibilidade de assistir as videoaulas várias vezes, voltando até entender o que foi explicado, o que muitas vezes não acontece em sala de aula, pois os alunos ficam com vergonha de pedir ao professor que retome a explicação, e dos próprios

colegas de sala, que podem considerá-los menos inteligentes.

No que tange ao nível de dificuldade apontado nas atividades de Geografia propostas para os alunos, destaca-se que 54,8% dos alunos confessaram que compreenderam as questões, mas tiveram dificuldades em respondê-las, enquanto 21,4% compreenderam, porém, tiveram muita dificuldade de respondê-las, e somente apenas 19% compreenderam as questões sem ter dificuldades em respondê-las, como expresso no Gráfico 5.

**Gráfico 5** — Opinião quanto ao nível de dificuldade das questões nas atividades

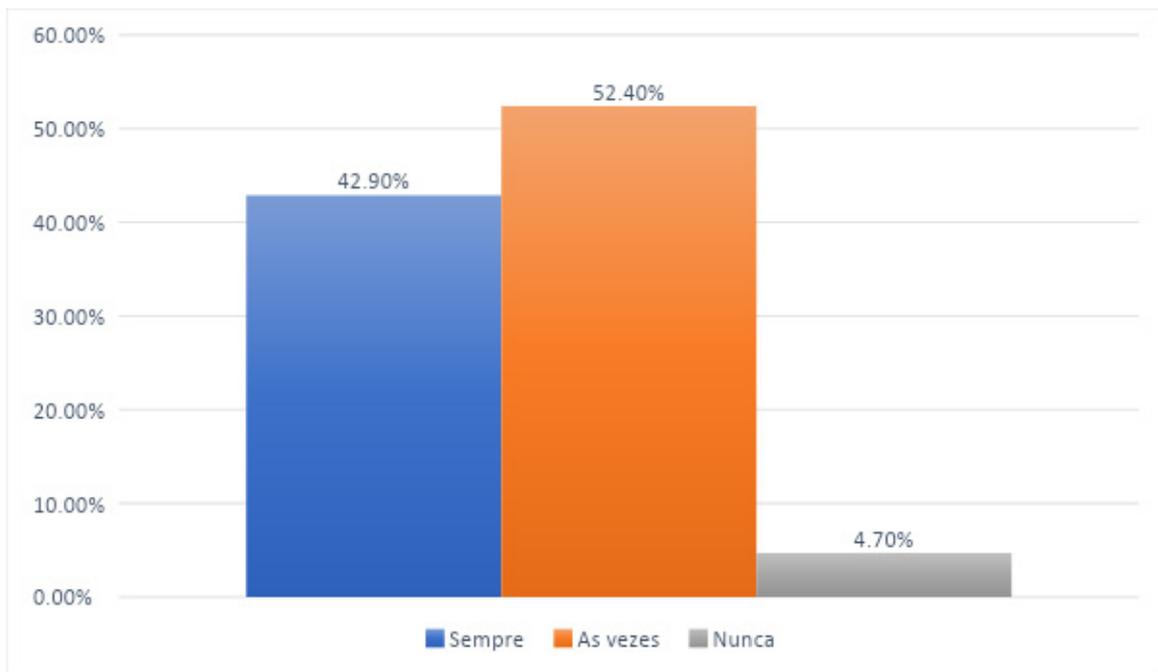


**Fonte:** elaboração das autoras (2021).

Perante o Gráfico 5, constata-se a dificuldade que os alunos sentiram no ensino remoto para realizarem as atividades propostas. Todavia, cabe salientar que as atividades tiveram como base o livro didático que os alunos tinham acesso, o que nos remete aos dados apresentados nos Gráficos 6 e 7, que versam sobre a assiduidade dos alunos em relação ao acompanhamento das videoaulas e da adoção de um tempo de estudo sobre o material disponibilizado por meio dos conteúdos do livro didático indicado para leitura pelo docente e estagiários.

Quanto à assiduidade dos alunos em relação às videoaulas (Gráfico 6), observamos que 52,4% responderam assistir parcialmente as videoaulas, já 42,9% dos alunos declararam acompanhar todas elas e 4,7% assumiram não assistir às videoaulas. Dessa forma, percebemos um nível de comprometimento por parte dos alunos com as aulas pouco satisfatória, o que também foi percebido no contexto de atuação das aulas do professor titular da turma, não sendo algo direcionado particularmente a atuação dos estagiários.

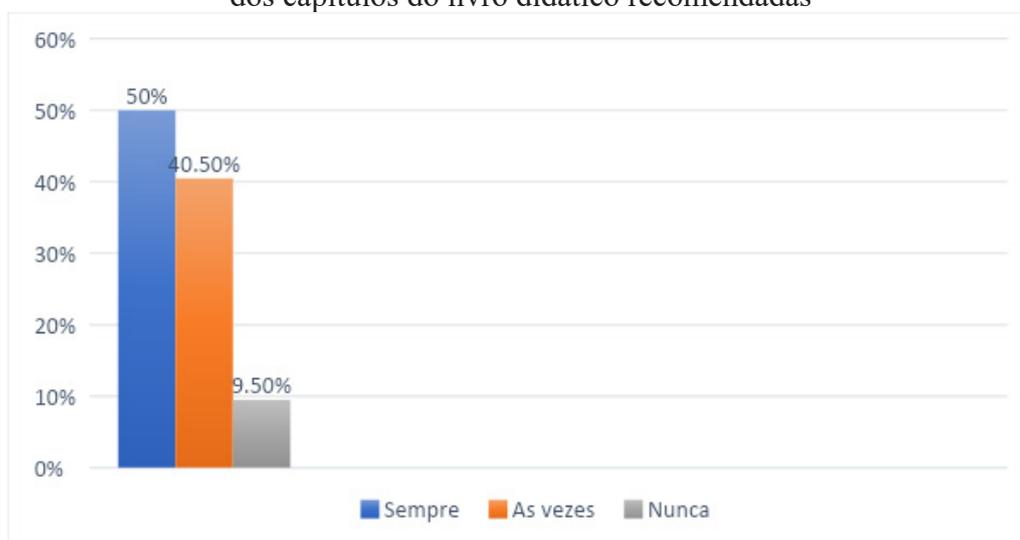
**Gráfico 6** — Assiduidade dos alunos em relação às videoaulas



Fonte: elaboração das autoras (2021).

Além disso, os alunos também foram questionados acerca da assiduidade em relação às leituras dos capítulos do livro didático que foram recomendadas, pois serviram, também, de base material para o desenvolvimento das atividades propostas e das temáticas das videoaulas. Entretanto, o percentual daqueles que confirmaram que leram foi de 50%, já os que leram parcialmente foram 40,5%, e os que admitiram que não fizeram as leituras foram 9,5%, como demonstra o Gráfico 7.

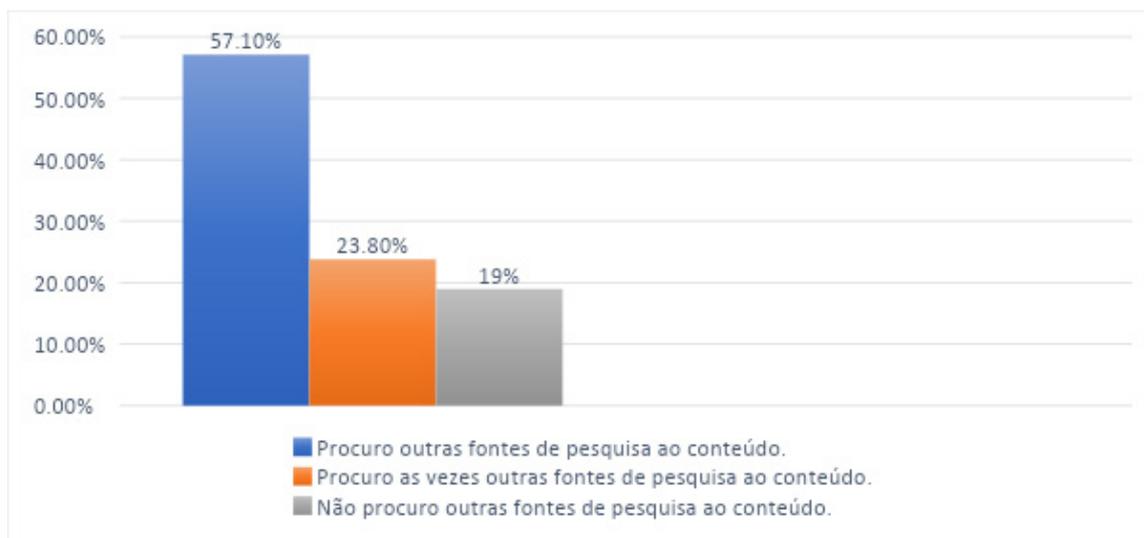
**Gráfico 07** — Assiduidade dos alunos quanto a leitura dos capítulos do livro didático recomendadas



Fonte: elaboração das autoras (2021).

Referente às pesquisas de conteúdos complementares, além do conteúdo disponível do livro didático, conforme o Gráfico 8, 57,1% responderam que buscam outras fontes de conteúdo complementares, 23,8% declararam que procuram outras fontes de forma parcial e 19% admitiram que não procuram buscar outras fontes de pesquisas complementares. Essa busca de pesquisa de forma parcial ou inexistente pode ser ocasionada pela indisponibilidade das mídias digitais ou equipamentos que disponham recursos por buscas de conteúdos pela parte de alguns alunos, visto as condições socioeconômicas da maioria deles.

**Gráfico 8** — Iniciativa dos alunos em pesquisar o conteúdo das aulas em outras fontes além do livro didático



Fonte: elaboração das autoras (2021).

Quando questionados sobre a conduta em relação a responder às questões das atividades de forma consciente, 57,1% declararam que responderam às questões sem chutar, 35,7% responderam que já utilizaram essa conduta e somente 7,1% admitiram fazer uso desta. Esse tipo de questionamento é importante para deduzir que, quando o conteúdo é compreendido e bem estudado pelos alunos, estes podem responder as atividades de forma consciente, sem medo de errar ou de não compreender o que a questão trata. O Gráfico 9 condiz com os percentuais dos levantamentos anteriores sobre assiduidade, leitura e respostas às atividades propostas.

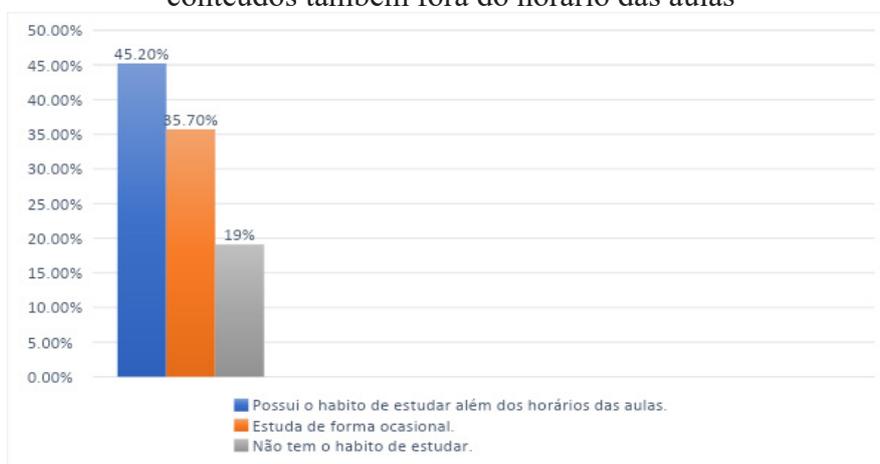
**Gráfico 9** — Conduta dos alunos ao responder as questões das atividades de forma consciente (sem chutar)



Fonte: Elaboração das autoras (2021).

E, por fim, a última pergunta do questionário era referente ao hábito dos alunos quanto a estudar os conteúdos de geografia fora dos horários de aula. Como corresponde o Gráfico 10, foi apontado que 45,2% dos alunos mantêm esse hábito, enquanto 35,7% alegaram que o faziam de forma ocasional e 19% admitiram não ter esse hábito. Em vista da quantidade de alunos, o percentual de quem não tem o comportamento de estudar ou ler gera um agravamento acentuado no desenvolvimento do processo de aprendizagem destes alunos, o que contribui ainda mais com o desânimo e a baixa participação dentre o ensino remoto emergencial.

**Gráfico 10** — Conduta dos alunos perante estudar os conteúdos também fora do horário das aulas



Fonte: Elaboração das autoras (2021).

Em síntese, a realização desse questionário para obtenção de dados foi de extrema importância para compreender a aceitação e adaptação dos alunos referentes à modalidade do ensino remoto imposta pela pandemia da Covid-19, principalmente, quais enfrentamentos as escolas públicas estão tendo para manter a regularidade das suas atividades dentro da modalidade remota. Além disso, serve, também, para avaliar o autoconhecimento dos próprios alunos em relação ao seu processo de aprendizagem, e de estagiários e professores no processo de ensino-aprendizagem, no sentido de uma adaptação de forma mais abrangente, levando em conta tanto os alunos que tiveram acesso às videoaulas e às atividades realizadas em modo digital, quanto para os alunos que infelizmente só tiveram acesso ao livro didático e aos recursos impressos pela própria escola.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre os desafios da profissão se torna fundamental para que possamos estar melhor preparados para enfrentar a realidade múltipla e distinta, que nos aguarda fora dos muros das universidades. Neste sentido, o ensino remoto é uma experiência nova na educação básica, e como tal, não somente o sistema remoto como a atuação docente estão em fase de experimentação e adaptação, pois como foi exposto, foram novas formas de “ensinar” e “aprender” vivenciados nesse contexto.

O ensino remoto impôs mudanças tanto para os alunos como também para os profissionais da educação. Sabemos que os maiores impactos recaíram sobre os estudantes, por estes não estarem tendo o acompanhamento adequado para o seu desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem devido à situação de distanciamento social imposta pela pandemia da Covid-19.

Essa forma de ensino também evidenciou que nem todos possuem acesso às plataformas digitais para acompanhar as aulas. Sendo pela falta do equipamento eletrônico (smartphones, tablet, notebook, computador), ou pela ausência de acesso à internet em casa. Isso dificulta o acompanhamento das aulas online, que por si só, já é um grande desafio, pois os professores tiveram que se reinventar, aprender sobre plataformas online que antes não faziam parte de sua rotina laboral.

O grande desafio ainda é oferecer um ensino de qualidade, sem excluir aqueles que não têm condições estruturais de acompanhar os demais. Sabemos que a realidade da família brasileira é cruel, e o abismo social é imenso. Dessa forma, a Escola Estadual Professor Gaspar tem se empenhado em disponibilizar diversas formas de ensino para atender todo o público da escola, incluindo-se, aqui, aqueles que têm acesso ou não às plataformas digitais.

E nesta perspectiva, o estágio remoto se mostrou uma experiência rica para os estagiários que puderam contribuir mais ativamente em prol da melhoria da qualidade das aulas neste período, associando os conhecimentos sobre tecnologia a execução das intervenções realizadas de forma a alcançar de forma mais igualitária todos os alunos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. M.; CARVALHO, N. A. Avaliação da duração das videoaulas na perspectiva dos alunos do Consórcio Cederj. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA*, 24., Florianópolis, 2018. **Anais [...]**. Florianópolis, 2018. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2018/anais/trabalhos/4360.pdf>. Acesso. 10 abr. 2021.

ÁVILA, A. L. R. Evasão escolar e pandemia: quanto pior, pior. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre/RS, ano 2021, n. 48, p. 1-4, 1 abr. 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/evasao-escolar-e-pandemia-quanto-pior-pior/>. Acesso em: 11 abr. 2021.

BEHAR, P. A. O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância. *In: O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância*. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto nº9.057, de 25 de maio de 2017**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm). Acesso em: 11 abr. 2021

OLIVEIRA, D. V. **Neurociência analisa nível de concentração de alunos durante aulas remotas**. Vila Madalena, São Paulo: Por vir, 18 set. 2020. Disponível em: <https://porvir.org/neurociencia-analisa-nivel-de-concentracao-de-alunos-durante-aulas-remotas/>. Acesso em: 11 abr. 2021.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Editora Cortez, 1990.

MENDONÇA, F. A.; KOZEL, S. **Elementos da epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2002.

MORAN, J. M. **O Que é Educação a Distância**. Centro de Educação a Distância, Rio de Janeiro: SENAI, 2002.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poíesis**, v. 3, n. 3, p. 5-24, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/10542>. Acesso em: 1º abr. 2021.

STEFANELLO, A. C. **Didática e avaliação da aprendizagem no ensino de Geografia**. Curitiba: Ibplex, 2009.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação).

# ENSINO DE GEOGRAFIA DO SEMIÁRIDO: O USO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA

**Brenda Stéfanie Bezerra**

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

E-mail: [brendabezerra4@gmail.com](mailto:brendabezerra4@gmail.com)

**Leandro Vieira Cavalcante**

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

E-mail: [leandro.cavalcante@ufrn.br](mailto:leandro.cavalcante@ufrn.br)

## 1 INTRODUÇÃO

As tecnologias estão cada vez mais ganhando espaço no contexto educacional, entendidas enquanto ferramentas de desenvolvimento de diversas atividades que contribuem com o processo pedagógico, promovendo, dentre alguns importantes aspectos, a aprendizagem colaborativa e a interação, de modo a amplificar a produção e a socialização de ideias, saberes e conhecimentos.

Nesse viés, especificamente pondo em pauta as chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), nota-se que seus diversos usos se fazem presentes no processo de ensino e aprendizagem no espaço escolar, particularmente, em função da notória influência do meio técnico-científico-informacional (Santos, 1997) na transformação da vida em sociedade e nas novas possibilidades para o âmbito educacional.

De acordo com Silva e Lima (2018) e Gonçalves e Moraes (2019), plataformas em ambiente virtual aparecem como instrumentos auxiliares às atividades de ensino e aprendizagem, o que pode permitir melhorar o desempenho dos alunos que passam a aprender, também, através do meio digital. Assim, utilizá-las significa estar em concordância com o contexto diário do mundo moderno. A dinamicidade tecnológica pode, até mesmo, suprir lacunas deixadas, por exemplo, pelo livro didático, face às suas limitações de conteúdo e abordagens interativas que coadunem com os novos perfis de alunos.

Nesse contexto, estão as temáticas que envolvem o Semiárido brasileiro, muitas vezes pouco debatido ou até mesmo negligenciado no contexto educacional, havendo a necessidade de práticas que coadunem com a chamada educação contextualizada. Segundo defendem autores como Menezes (2010), Cunha, Santos e Pérez-Martin (2014) e Nascimento e Silva (2020), por meio desta abordagem, é possível compreender o ambiente do semiárido e suas peculiaridades e fragilidades, assim como as suas potencialidades em aspectos culturais, econômicos, sociais e ambientais.

Historicamente, grande parte dos diagnósticos e proposições acerca do Semiárido brasileiro aparece como região “problema”, apresentando baixos índices de desenvolvimento so-

ciais e econômicos e associados primordialmente ao clima suscetível a longos períodos de seca (Silva, 2003). No entanto, a partir do que postula Malvezzi (2007, p. 51), uma alternativa a esse complexo padrão é a educação contextualizada, no qual o estudo e a compreensão da região é necessário “para nos adaptarmos bem ao bioma em que vivemos, para não destruí-lo — se já não foi destruído”, cujo foco principal é a convivência com o Semiárido.

A lógica da convivência com o Semi-Árido visa a focar a vida nas condições socioambientais da região, em seus limites e potencialidades, pressupondo novas formas de aprender e lidar com esse ambiente, para alcançar e transformar todos os setores da vida (Malvezzi, 2007, p. 133).

A educação contextualizada considera uma série de práticas didático-pedagógicas voltadas para a compreensão das dinâmicas inerentes ao Semiárido, inserindo e difundindo um novo paradigma de convivência cujo enfoque seja o de planejamento e organização territorial, embasado na realidade social dos sujeitos e na diversidade cultural e natural. Esse processo é uma proposta de ensino que prognostica a adaptação de conteúdos escolares no princípio de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade na construção do conhecimento junto ao espaço geográfico, considerando os aspectos culturais, identitários e específicos da região, ou seja, do Semiárido brasileiro (Kraus, 2015). Para tanto, Malvezzi (2007, p. 132) assegura:

A convivência com o Semi-Árido precisa começar dentro das escolas, modificando-se o processo educacional, o currículo escolar, a metodologia educativa e o próprio material didático. Esse desafio é tão agudo quanto a própria transformação do Semi-Árido.

Por isso, leva-se em consideração o que postulou Callai (2001), que percebe o aluno como um sujeito histórico que traz consigo e em si uma história e um conhecimento adquirido em sua própria vivência. Ou seja, as especificidades do Semiárido estão em cada indivíduo que o habita. Sendo assim, por meio do próprio aluno, é possível contextualizar uma dada realidade e compartilhá-la, a fim de produzir novos conhecimentos acerca da diversidade de relações que se fazem presentes no ambiente semiárido. Para Malvezzi (2007, p. 133), “A educação contextualizada extrapola os limites da escola e visa a um semiárido onde a população possa ter uma vida realmente mais digna”.

Nessa perspectiva, acredita-se que o uso de tecnologias de informação e comunicação no ensino de Geografia são importantes instrumentos didático-pedagógicos capazes de promover um ensino contextualizado com foco no semiárido, abarcando os conceitos geográficos e o contexto vivido pela comunidade escolar. Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo avaliar o uso da ferramenta *Padlet* enquanto recurso didático-pedagógico no ensino de Geografia face à abordagem da temática do Semiárido brasileiro.

## 2 METODOLOGIA

Para a construção do trabalho, inicialmente, foram feitas consultas aos estudos que se encontram em ambiente virtual para obter aprofundamento acerca do tema Semiárido, bem como ao uso do *Padlet* em atividades pedagógicas. Para tanto, buscou-se ampliar a compreensão de Semiárido (Malvezzi, 2007) e, ao mesmo tempo, do sentido de lugar (Rizzatti *et al.*, 2021). Em continuidade, foram consultados alguns trabalhos que visam o estudo dos aspectos da educação contextualizada no Semiárido brasileiro, discutido por autores como Conti e Schroeder (2013), Kraus (2015), Silva, Dantas e Bueno (2009) e Silva *et al.* (2010).

Este trabalho trata-se de um relato de experiência de atividade de monitoria em ensino remoto emergencial, com a turma do 7º período do curso de Licenciatura em Geografia, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, *campus* de Caicó, na disciplina de Estudos Regionais do Semiárido. Na oportunidade, foi produzido um mural interativo na interface da plataforma *Padlet*, abordando o sentido e o significado de semiárido, conforme as compreensões dos próprios discentes, enquanto atividade contextualizada direcionada à novas abordagens de ensino de Geografia do Semiárido.

A ferramenta *Padlet* é um exemplo da dinâmica de percepção educacional de um recurso de TICs que possibilita aos alunos e professores construir projetos em conjunto, por meio de um mural interativo e/ou quadro virtual dinâmico, promovendo a publicação de textos, imagens, vídeos e outros recursos de interação e comunicação. Como ambiente virtual de aprendizagem, é um material didático-pedagógico de condições complementares às atividades de ensino e aprendizagem, além de instrumento de facilitação de aprendizado, participação e melhoramento da motivação e do desempenho dos alunos, conforme discutido por Silva e Lima (2018) e Gonçalves e Morais (2019).

Na realização dessa atividade didático-pedagógica contextualizada, os alunos abordaram o significado de Semiárido por meio de publicações contendo várias expressões artísticas: vídeos, músicas, fotografias, desenhos, poesias, contos, cordéis, reportagens, imagens, entre outros, que representam e dão sentido ao seu lugar de vivência e reprodução social. Finalmente, com base nos relatos e descrições feitos pelos discentes, foi avaliado se a plataforma *Padlet* cumpriu com o propósito de proporcionar uma educação contextualizada no que concerne à temática do Semiárido brasileiro.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da importância da pesquisa na educação para a produção de conhecimentos acerca da realidade do Semiárido, Malvezzi (2007) e Silva *et al.* (2010) falam sobre os aspectos sociais, ambientais, culturais, políticos, econômicos e educacionais, fazendo-se necessário para fomentar o desenvolvimento de projetos educativos que motivem os jovens na busca de alternativas de desenvolvimento da região. Isso pode ser feito através do conhecimento e

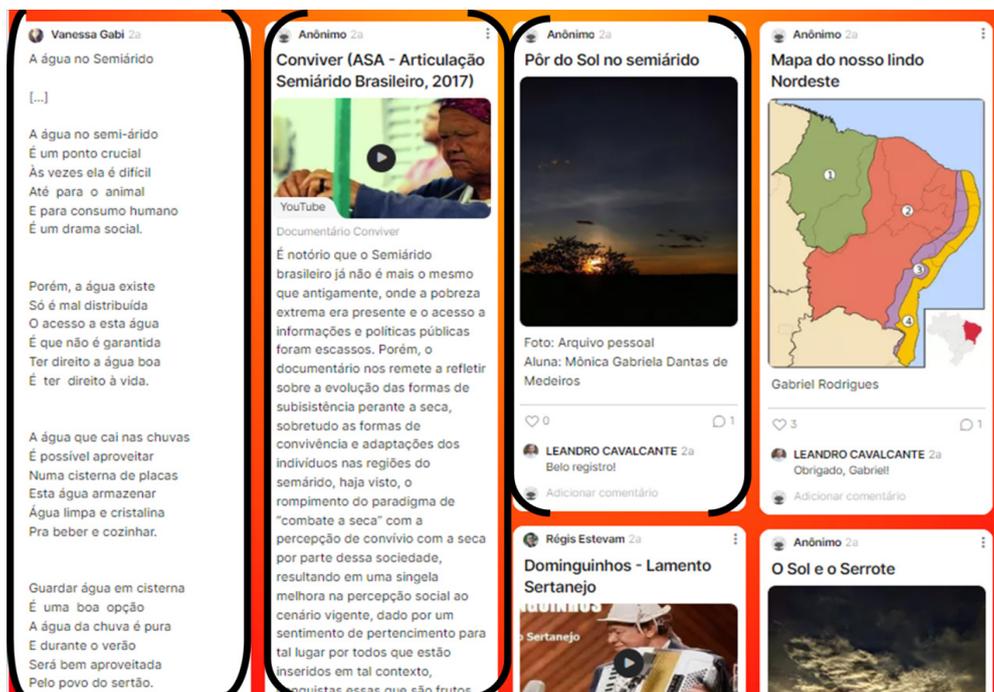
pensamento crítico das potencialidades socioambientais, culturais e econômicas do Semiárido.

Com isso, analisando as Figuras 1 e 2 inseridas na sequência, o *Padlet* produzido pelos alunos compreende a totalidade dos objetivos da educação contextualizada alcançados na elaboração do mural interativo, demonstrando os vários significados de semiárido. Através do processo criativo dos discentes, vê-se a vasta diversidade do ensino e compreensão por meio das distintas formas de publicações: cordéis, fotografias, documentários, videocliques, poemas, músicas, entre outros, que traduzem os sentidos da região de acordo com cada percepção historicamente construída pelos alunos.

Nesse viés, na Figura 1, pode ser compreendida, na primeira publicação destacada, a utilização de um cordel retratando a questão da água no Semiárido, refletindo-se, na segunda estrofe, as problemáticas em torno do acesso e distribuição da água, além de evidenciar a implementação de políticas públicas e tecnologias sociais que amenizam a escassez hídrica e proporcionam melhores condições de convivência no Semiárido:

[...] a água existe  
Só é mal distribuída  
O acesso a esta água  
É que não é garantida  
Ter direito a água boa  
É ter direito à vida.

**Figura 1** — Recorte do mural interativo produzido pela turma de Estudos Regionais do semiárido



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Por seguinte, na publicação intitulada “Conviver (ASA - Articulação Semiárido Brasileiro, 2017)”, utilizando o documentário de mesmo nome, um aluno refletiu em um breve texto anexado ao vídeo sobre a evolução das formas de subsistência em meio ao contexto de seca, sobretudo as formas de convivência e adaptações dos indivíduos à realidade do semiárido, compreendendo-se na seguinte reflexão sobre o documentário:

O documentário nos remete a refletir sobre a evolução das formas de subsistência perante a seca, sobretudo, as formas de convivência e adaptações dos indivíduos nas regiões do Semiárido, haja visto, o rompimento do paradigma de “combate à seca” com a percepção de convívio com a seca por parte dessa sociedade, resultando em uma singela melhora na percepção social ao cenário vigente, dado por um sentimento de pertencimento para tal lugar por todos que estão inseridos em tal contexto, conquistas essas que são frutos das lutas por direitos, como também a resistência desse mesmo povo que não se contentaram somente com as enfraquecidas políticas públicas de “sobrevivência” pelos carros-pipa e cestas básicas que lhes eram apenas oferecidas.

Posteriormente, na terceira publicação apresentada no recorte do mural interativo no *Padlet*, a aluna publicou uma fotografia de seu acervo pessoal, representando a imagem de um pôr-do-sol no Semiárido. Através desta imagem, refletiu-se as belezas naturais da região, tendo em vista a biodiversidade presente e suas potencialidades no turismo. Além disso, percebe-se a sensibilidade e o cuidado ao retratar as singelas paisagens do Semiárido, denotando um sentimento de afeto e apreço pela região.

Nesse mesmo viés, analisando algumas das publicações presentes no recorte da figura 2, inserida na sequência, vê-se, em destaque, a indicação da obra literária “Vidas Secas” do autor Graciliano Ramos, que conta com uma narrativa de elementos regionalistas do Semiárido, uma vez que ele expõe um ambiente de seca hostil, o processo migratório do êxodo rural com os retirantes nordestinos em busca de melhores condições de vida na cidade grande, entre outros aspectos e descrições de personagens, pondo em pauta um olhar pensado e projetado a partir das fragilidades do ambiente.

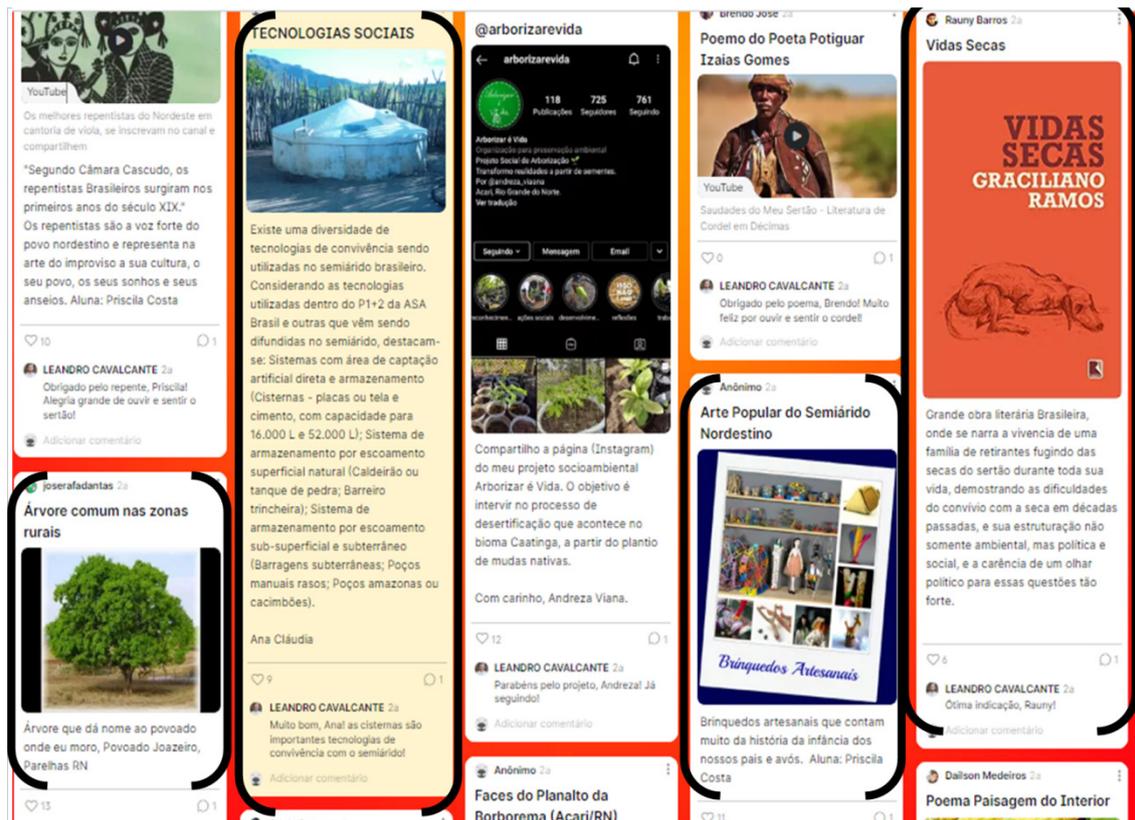
Por seguinte, na publicação intitulada “Árvore comum nas zonas rurais” e utilizando uma fotografia de um juazeiro (*Ziziphus Joazeiro Mart. - Rhamnaceae*), o aluno comenta que o povoado ao qual reside na zona rural do município de Parelhas, Rio Grande do Norte, tem o mesmo nome da árvore - Povoado Joazeiro. Uma espécie endêmica da Caatinga, o juazeiro apresenta uma grande importância econômica e biológica à região semiárida, principalmente pelas suas propriedades medicinais em seus frutos, casca e folhas (Dantas *et al.*, 2014).

Posteriormente, na publicação destacada “Arte popular do semiárido nordestino”, é visto uma imagem de objetos decorativos e brinquedos artesanais que, em diferentes formas, contam a história e cultura da região, assim como os brinquedos utilizados pelas gerações anteriores para se divertirem na infância: bonecas de pano, peteca, pião, estilingue, entre outros. Aqui, fica evidente o saudosismo e o resgate à memória da infância no Semiárido.

Ademais, na próxima publicação intitulada “Tecnologias sociais”, reflete-se a diversidade de tecnologias de convivência com o Semiárido existente no Brasil. Na imagem inserida

pelo aluno, nota-se a cisterna de placa, implantada pelo Programa Um Milhão de Cisternas (PIMC) para aprimorar o armazenamento pluvial no período chuvoso da região, apresentando melhores alternativas para a convivência com o ambiente, contribuindo com a redução da vulnerabilidade ocasionada pela evaporação da água captada da chuva, utilizada no período de estiagem (Ventura *et al.*, 2013).

**Figura 2** — Recorte do mural interativo produzido pela turma de Estudos Regionais do Semiárido



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Nascimento e Silva (2020) dizem que, a partir de 1990, as ações pontuais de intervenção no Semiárido em períodos de estiagem passam a ser duramente criticadas pela sociedade. Através do entendimento das potencialidades da região, os habitantes e as organizações sociais reivindicam ações que corroboram com a compreensão da visão de convivência com o Semiárido. Desse modo, com a educação contextualizada no âmbito do sentido de Semiárido, os alunos estão pondo as problemáticas em discussão, em busca de potenciais soluções.

Analisando as publicações presentes no *Padlet*, para além das que foram mencionadas, compreende-se fatores de reconhecimento, admiração e preocupação conjuntas, mesmo que em diferentes abordagens. Por exemplo: a distribuição e o acesso à água no Semiárido, as belezas naturais da região, a cultura e estilo de vida transcritas nas vestimentas, no vocabulário sertanejo presentes nas músicas, na culinária, poemas, documentários, na fauna e flora nativas do Semiárido. Desse modo, apresentam e refletem o Semiárido de maneira holística (Malvezzi,

2007), conforme as limitações e as potencialidades da região e a partir da interrelação dos aspectos ambientais, sociais, culturais, políticos, econômicos e territoriais.

Ademais, a produção dessa atividade foi realizada ainda nos primeiros dias de aula da disciplina de Estudos Regionais do Semiárido, proporcionando a introdução dos assuntos programáticos para a disciplina, como os aspectos socioambientais, a convivência com o Semiárido e as práticas didáticas-pedagógicas de educação contextualizada. Logo em seguida, trabalhou-se, ao longo da disciplina, a leitura do livro “Semi-árido - uma visão holística”, do escritor e compositor Roberto Malvezzi. Tal obra contribuiu para se entender as problemáticas, potencialidades e o reconhecimento social, ambiental e cultural dos alunos acerca das várias dimensões do Semiárido.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No que diz respeito à experiência do uso das TICs no auxílio do desenvolvimento da atividade didático-pedagógica aqui apresentada, foi possível compreender o amplo campo de conhecimento dos discentes, utilizando a educação contextualizada para transmitir os conceitos e as definições do ensino de forma didática, com fácil compreensão e estímulo no aprendizado dos alunos. Isso foi realizado por meio das contextualizações feitas com base nos conhecimentos prévios dos alunos, ou seja, tornando os discentes reconhecedores e compreendedores do seu próprio espaço (Kraus, 2015).

Foi possível observar a promoção do aprendizado por meio do uso das tecnologias de informação e comunicação no desenvolvimento dessa atividade didático-pedagógica utilizando o Padlet como ferramenta na construção do mural interativo, quebrando os paradigmas da educação tradicional e priorizando o ensino da educação contextualizada por meio da correlação do espaço vivido. A atividade que aqui foi trabalhada — Mural *Padlet* — e os textos estudados na disciplina, por exemplo, o de Malvezzi (2007), proporcionaram estimular o conhecimento prévio dos alunos e, conseqüentemente, potencializar o interesse de definição da sua localidade.

No mais, ainda houve espaço para repensar as ideias dos estereótipos pré-existentes referentes ao Semiárido, questão evidenciada quando os alunos passaram a ressignificar a região a partir dos conhecimentos partilhados nas aulas de Geografia.

## REFERÊNCIAS

- Articulação Semiárido Brasileiro. **Documentário conviver**. Youtube, 19 set. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FnrHrCh4sJI>>. Acesso em: 25 out. 2023.
- CALLAI, Helena Copetti. A geografia e a escola: Muda a geografia? Muda o ensino? **Revista Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 136-138, 2001.
- CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar. **Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social**. Brasília: Editora IABS, 2013. 210p.
- CUNHA, Andrews Rafael Bruno de Araújo; SANTOS, Ana Paula Silva dos; PEREZ-MARTIN, Aldrin Martin. **Educação contextualizada para a convivência com o semiárido brasileiro: debates atuais e estudos de caso**. Campina Grande: INSA, 2014. 172p.
- DANTAS, Francisca Clenilda Pereira *et al.* Ziziphus joazeiro Mart.-Rhamnaceae: características biogeoquímicas e importância no bioma Caatinga. **Revista Principia**, João Pessoa, v. 2, n. 25, p. 51-57, 2014.
- GONÇALVES, Luciane Mônica Mansano; MORAIS, Juliana Marcondes de. O uso de Padlet no ensino: uma análise bibliométrica. **Revista Interdisciplinar de Tecnologias e Educação**, Boituva, v. 5, n. 1, p. 1-13, 2019.
- KRAUS, Lalita. A educação contextualizada no Semiárido brasileiro: entre desconstrução de estereótipos e construção de uma nova territorialidade. **Revista de Geografia**, Recife, v. 32, n. 1, p. 26-40, 2015.
- MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido: uma visão holística**. Brasília: CONFEA, 2007. 140p.
- MENEZES, Ana Célia Silva. Educação do Campo Semiárido: fundamentos e práticas do currículo contextualizado. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.18/19, n.1/2, p. 245-263, 2010.
- NASCIMENTO, Maria Júlia do; SILVA, Cícero Nilton Moreira da. O ensino de Geografia no contexto do Semiárido Nordeste. **Revista de Geografia**, Recife, v. 37, n. 3, p. 47-64, 2020.
- RIZZATTI, Maurício *et al.* O lugar como categoria de análise na Geografia e sua contribuição para as abordagens didáticas na cartografia escolar. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 17, n. 1, 2021.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 3. ed. São Paulo: Hucitec. 1997.
- SILVA, Adelaide Pereira da; DANTAS, Diego Nogueira; BUENO, Rovilson José. Construindo a educação para a convivência com o semiárido. **Revista OKARA-Geografia em Debate**, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 128-148, 2009.
- SILVA, Conceição de Maria de Sousa e *et al.* **Semiárido piauiense: educação e contexto**.

Campina Grande: INSA, 2010. 236p.

SILVA, Patrícia Grasel da; LIMA, Dione Sousa de. Padlet como ambiente virtual de aprendizagem na formação de profissionais da educação. **RENOTE**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 83-92, 2018.

SILVA, Roberto Marinho Alves da Silva. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o Semi-árido. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, p. 361-385, 2003.

VENTURA, Andréa Cardoso *et al.* Tecnologias sociais para enfrentamento às mudanças climáticas no semiárido: caracterização e contribuições. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 44, n. 1, p. 213-238, 2013.

# GAMIFICAÇÃO E ENSINO DE GEOGRAFIA: O JOGO DE TABULEIRO EM TEMPOS DE PANDEMIA NO ENSINO MÉDIO DE TEMPO INTEGRAL

**Francisco de Assis do Nascimento Junior**

*Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte*

*E-mail: [franciscoifrnjr22@gmail.com](mailto:franciscoifrnjr22@gmail.com)*

**Francyjonison Custódio do Nascimento**

*Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte*

*E-mail: [jonisoncustodio@gmail.com](mailto:jonisoncustodio@gmail.com)*

## 1 INTRODUÇÃO

Diante da complexidade do atual mundo, é possível observar vários contextos que acabam por se interseccionar no contexto da sala de aula, no território da dinâmica escolar. Da interface das políticas educacionais ao contexto da função da escola, existem muitos intertextos e contextos para serem lidos, entendidos, aprofundados e discutidos para e pela nossa sociedade. E o que a Geografia Escolar tem a ver com isso? É ela um dos componentes escolares que deve ler o mundo e construir conhecimento. Desta forma, a Geografia necessita ampliar as possibilidades de abordagens no contexto escolar, estando em consonância com a realidade socioeconômica e espacial dos territórios escolares, dos arranjos territoriais em que os espaços escolares se encontram e, simultaneamente, estar munida de elementos epistemológicos, científicos, estéticos e operacionais para ensinar e aprender Geografia, por meio dos conteúdos, para apreensão da espacialidade da realidade (Cavalcanti, 2016).

Neste sentido, em tempos de pandemia, os profissionais que atuam na escola passam por desafios que contemplam desde suas funções ao alcance de suas aulas — questões direcionadas às conexões possíveis (as cognitivas) versus densidade técnica, que inclui a busca ativa dos alunos, o acesso à internet e às mídias — as quais contribuem na execução do trabalho mais burocrático e de responsabilidade técnica, que vão desde a execução das horas cumpridas (enquanto currículo e direito adquirido via LDB) às escolhas de métodos, planejamento e operacionalização das atividades.

Assim sendo, se propõe os jogos enquanto metodologia ativa, tendo em vista que é necessário (re)pensar a Geografia Escolar diante do desafio que emerge: fazer com que o aluno aprenda imerso em plataformas digitais, não mediatizados pela presença física dos sujeitos (professor e alunos). Dessa forma, a Geografia Escolar, na prática, foi sendo reinserida em contextos desafiadores, preocupando-se com o engajamento desses sujeitos não somente quanto à educação formal, mas também, perante as dimensões de vida, ao contexto de reprodução social de pobreza e do desemprego, tendo como pretexto e como ferramenta a ciência geográfica, considerando nossos atuais marcos legais e institucionais.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo principal fazer uma discussão teórica sobre uma prática realizada com alunos da escola pública Hilton Gurgel de Castro, escola de Tempo Integral, localizada em São José de Mipibu, no Rio Grande do Norte, em tempos de pandemia — em fevereiro de 2021, a qual foi desenvolvida via *Power Point* e aplicada de forma remota via *Google Meet*, seguindo o contexto da gamificação. A atividade foi desenvolvida no contexto de disciplina eletiva, em que disciplinas propedêuticas se reorganizam para apresentarem um quadro de atividades teóricas e práticas no currículo.

## 2 DESENVOLVIMENTO

O jogo, batizado de *War Against Covid*, nasceu da inspiração do jogo *War*, clássico jogo de estratégia da Empresa *Grow* (que organiza os cinco continentes, excluindo Antártida, sem os critérios geográficos reais, apenas para facilitação de jogabilidade). Neste sentido, o jogo proposto — considerando a atual regionalização dos continentes — tem como objetivo “premiar” o grupo que mais imunizasse o mundo, conforme os acertos de perguntas feitas durante o *Quiz* sobre o tema Covid-19. A ideia era que cada grupo pudesse escolher uma região e, em seguida, pudesse conquistar a maior imunização das regiões no tabuleiro. Cada grupo fazia uso de pinos de mesma cor de sua região e, ao acertar as perguntas, quanto maior sua dominação, maior seria a imunização desse mundo representado na Figura 1, demonstrada a seguir.

Figura 1 — Representação do tabuleiro do jogo



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Quanto à organização e jogabilidade, o jogo foi aplicado via *Google Meet*, durante duas horas com os alunos que estavam matriculados na disciplina eletiva. Neste sentido, para efeito de desenvolvimento do jogo, divulgou-se, via *WhatsApp*, os seguintes elementos: as normas, os objetivos, número dos grupos e quantidade de componentes, funcionalidade de cada componente, peças/pinos, instruções gerais quanto ao tempo, as ações e as consequências de cada iniciativa dos jogadores, incluindo as consequências a cada erro ou acerto referente às perguntas do *quiz*. Todos esses itens foram reforçados na hora da aplicação do jogo, no momento das dúvidas quanto ao desenvolvimento do jogo e às dinâmicas de ações.

Conforme já evidenciado anteriormente, o jogo nasceu da necessidade de conciliar a Geografia Escolar e outras disciplinas da Base Nacional Comum Curricular — Artes e Química. Tendo como ponto de partida o tema geral Covid-19, a Geografia se apresentou como grande aliada, uma vez que a proposta da disciplina eletiva foi refletir sobre a pandemia do coronavírus (SARS-CoV-2), dando possibilidades para o estudo sobre: 1) a dimensão espacial do vírus; 2) a análise das possíveis imunizações confrontando o embate geopolítico quanto à distribuição e acesso aos imunizantes; 3) as taxas de transmissibilidade no mundo; 4) os países e seus números de infectados; 5) as medidas de biossegurança e 6) os isolamentos e os distanciamentos sociais. Este contexto de estudo se deu por via de aplicação de um *quiz* com 50 perguntas, tendo como tema principal a Covid-19, dando enfoque às discussões geográficas e conceituais sobre o tema, abarcando a conjuntura de forma lúdica, significativa e sistêmica, não-dicotomizada das diversas áreas de saber.

Assim sendo, reforçamos o uso de recursos e de ferramentas para consolidação da prática educacional coadunado a nossa proposta de ensino e de aprendizagem, tendo, como principal elemento e objeto de análise, o espaço geográfico, bem como o objeto a ser utilizado para a transposição didática dos saberes geográficos no âmbito educacional (Spegiorin, 2007). Isto é, propusemos um ensino comprometido com prepositivas educacionais no âmbito da Geografia Escolar articulada às espacialidades, assim como as dinâmicas e processos socioespaciais, com intuito de construir o conhecimento geográfico com base na realidade, no contexto da pandemia, enquanto um momento que atravessa a história.

## 2.1 GAMIFICATION E O ENSINO DE GEOGRAFIA

O jogo tem ganhado bastante destaque na academia científica, bem como na Geografia Escolar conforme aponta Carneiro (2019). Só a título de exemplificação, o mesmo autor destaca que existe uma crescente demanda acerca dessa temática no contexto da educação:

Pesquisamos no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com o intuito de verificar a disponibilidade de material acadêmico em relação ao tema aqui abordado. [...] Em seguida, uma nova busca foi realizada substituindo este termo por “jogos eletrônicos”, pelo fato deste ser o conceito utilizado nesta pesquisa. A primeira busca, feita com os termos “educação” e “games”, obteve 137.160 resultados, entre os quais haviam 98.339 dissertações e 24.910 teses. A segunda busca foi feita com os termos “games” e “geografia” e obteve 20.085 resultados, entre os quais haviam 14.706 dissertações e 4.559 teses. Por fim, a terceira busca foi feita com os termos “games” e “conhecimento” e obteve 94.915 resultados, entre os quais haviam 63.896 dissertações e 21.215 teses (Carneiro, 2019, p. 22-23).

Além de representar a emergência do tema, novos estudos nesse campo do saber indicam a busca de novos caminhos para um ensino mais dinâmico, interativo, ativo e voluntário. Neste sentido, o estudo dos jogos no âmbito da Ciência Geográfica e da Educação sinalizam para uma concepção de ensino, a qual concebe os alunos como sujeitos mais participativos,

livres e que colaboram com outros sujeitos do/no processo ensino-aprendizagem.

Assim sendo, a gamificação tem como reinserir os estudantes e professores em novos contextos, porque o jogo e seus elementos ressignificam, por meio da representação e do clima do ato de jogar, um novo panorama antes não visto. Com efeito, jogar, no contexto da gamificação, implica na “ação de se pensar como em um jogo, utilizando as sistemáticas e mecânicas do ato de jogar em um contexto fora de jogo” (Fadel, 2014, p. 15). Isto requer pensar que o jogo faz parte da vida, do cotidiano e que o que se joga é baseado no mundo real, num espaço e tempo vivido e construído. É como se o mundo emprestasse aos jogadores elementos para pensar o jogo e o próprio mundo.

Neste sentido, Huizinga (2014) e Carneiro (2019) complementam a ideia apontada anteriormente ao considerar as características do jogo: 1) dá liberdade, 2) permite que a participação seja voluntária; 3) o jogo ocorre fora da vida considerada “real” e o jogador tem consciência disso, partindo do pressuposto que é uma evasão do mundo real; 4) possui tempo próprio, porque inicia-se em um determinado tempo e tem seu fim, onde se acaba tal atividade; 5) possui espaço próprio; 6) manifesta-se como um fenômeno cultural; 7) cria sua própria ordem dentro de um sistema de regras; 8) é movimento: pois indica mudança, alternância, ir e vir, sucessão, separação, associação 9) É transmitido, portanto pode ser tradição e memória.

Neste sentido, quando nos referimos a essa proposta de ensino para a Geografia, nos baseamos nas ideias de Moraes e Castellar (2018). Para as autoras, a aprendizagem ativa no ensino de Geografia, seguindo os princípios da metodologia ativa, permite que o aluno seja mais que um ouvinte passivo, porque ele aprende a ouvir o outro, a pensar sobre o que é discutido e a elaborar registros coletivos e individuais, sendo uma prática que necessita de todos os sujeitos: professor e alunos dando enfoque nas estratégias de aprendizagem, instigando-os a pesquisar, fazer analogias e comparar. As mesmas autoras, ainda, ao conceber os jogos enquanto metodologias ativas, elucidam “que essas metodologias colocam os alunos em destaque no processo de aquisição de conhecimento” (*Ibid.*, p. 424). Dessa forma, compreendem que aprendizagem ativa é a aquela que se utiliza de métodos não passivos.

Ainda sobre a metodologia, entendemos que ela é um convite a pensar sobre a necessidade de fazer atividades que se adequem à concepção acerca do currículo, trazendo, ao escopo da discussão, as estratégias para desenvolver nos alunos competências para a construção de conhecimento científico. Em consonância a essa concepção é que se traz a ideia de que não se pode fazer uma Geografia Escolar viúva do próprio objeto de estudo — espaço geográfico. (Kaercher, 2004). É necessária a discussão e problematização de temas e conceitos que são caras à formação cidadã para que a Geografia Escolar tenha relevância e, mais do que isso, para que ela tenha significado, para que a aprendizagem seja significativa (Cavalcanti, 1998; Vesentini, 2002).

Dessa forma, os jogos acabam por diminuir o hiato entre a Geografia, a “rigidez” do contexto escolar e o desenvolvimento de habilidades para desenvolvimento do estudante. Os jogos acabam por inserir os estudantes numa dinâmica de sistemas de ações e operações carre-

gados de significados e de objetos de conhecimento. Além de gerar reflexão e engajamento nas aulas, estes jogos possibilitam ensino-aprendizagem coletiva e individual, sobretudo quando se trata de internalização de hipóteses e conceitos (Moraes & Castellar, 2018).

Ainda sobre este assunto, as autoras Moraes e Castellar (2018, p. 433) — tendo os jogos como pano de fundo no contexto da metodologia ativa — elucidam sobre um ensino e um pensar reflexivo estarem atrelados a metodologias comprometidas com uma sociedade encaminhada para situações que estimulem os alunos a serem ativos:

Acreditamos, como Dewey (1959, 2002), que trabalhar o pensar reflexivo, suas etapas, a importância de promover atividades em sala de aula que permitam uma aprendizagem significativa, a visão da escola como espaço democrático, entre outras, ajuda-nos a pensar metodologias que garantam tanto a apropriação da ciência pelo indivíduo quanto à formação de indivíduos que façam uso da cidadania. Nesse sentido, podemos entender que as atividades, dentro de uma concepção de ensino e aprendizagem ativa, devem instigar a criação, a imaginação e a construção de situações. Ou seja, devem constituir uma proposta visando à efetiva participação do aluno, e não ao cumprimento passivo de algumas ações desconexas ou ao simples ouvir o professor falar (Moraes, 2010).

Neste sentido, aqui o aluno é ator e observador. É o aluno que ensaia, formula hipóteses, age e associa teoria e prática, considerando sua cidadania e sua formação, visando participação em todos os âmbitos de sua vida. Já o professor é orientador, aquele que aponta conhecimentos, formula dúvidas, desafia e instiga o aluno. Percebe-se, assim, que a proposta avança ao encontro da postura interacionista, em que os sujeitos possuem uma boa qualidade de interação quanto à produção de conhecimento e quanto ao processo ensino-aprendizagem.

Destarte, o movimento de instigar sujeitos e, ao mesmo tempo, abarcar interações com várias áreas de conhecimento é que propõe a gamificação do conteúdo Covid-19, a qual tem como objetivo aprender a partir dos games, tendo os elementos do jogo como facilitadores da experiência, não desprezando a realidade, tornando-a mais divertida e engajadora (Alves, 2015). Ainda considerando Alves (2015), a *gamification* não representa fazer algo aleatório na instância da aula e do movimento da ação didático-pedagógica, bem como não representa a comodidade de jogar sem entender os possíveis impactos da ação, pois a autora deixa claro que:

em termos de aprendizagem, quando pensamos em gamification estamos em busca da produção de experiências que sejam engajadoras e que mantenham os jogadores focados em sua essência para aprender algo que impacte positivamente em sua performance (*Ibid.*, p. 41).

Dessa forma, a jogabilidade com o conteúdo de Geografia considera o próprio espaço como inspiração para apresentar questões e problemáticas reais e atuais, que acabam tendo uma dimensão palpável em suas vidas, não sendo algo isolado da vida social do sujeito aluno. Neste sentido, a jogabilidade com o conteúdo geográfico propõe mobilidade e interação dos sujeitos com os temas, sugerindo aprendizagem ativa.

## 2.2 A COVID-19 COMO PONTO NODAL PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA

A Covid-19 tem sido um tema bastante relevante para a atual conjuntura, uma vez que, ao passo que se lê estas linhas, ainda se repercutem as suas transformações na sociedade e é ainda um tema que põe em relevo questões científicas, sociais e tecnológicas, as quais ainda não havíamos experienciado. Na virada de 2019 para 2020, foi detectada uma nova variante do coronavírus em uma cidade chinesa que viria a ser o próximo grande desafio a ser enfrentado não somente por poucos países, mas, pelo mundo inteiro. Já no contexto educacional, o mundo necessitou se reinventar em razão dos distanciamentos e isolamentos sociais e corporais que culminaram nas suspensões das atividades presenciais e o no advento das atividades remotas e híbridas (Oliveira, 2021).

Neste sentido, Oliveira (2021) traz à tona a necessidade de a Geografia abarcar possibilidades de conceitos e temas que somente a Geografia Escolar pode fazer, uma vez que ela se preocupa com a espacialidade, tendo condições conceituais e epistemológicas para tal análise. Ademais, ao organizar um estudo mais minucioso sobre o ensino de Geografia em tempo de pandemia, Oliveira (2021) traz a ideia de que as categorias geográficas devem ser utilizadas como pontos de auxílio para entendimento do espaço geográfico e reforça a ideia de que a Geografia Escolar não é a reprodução da ciência geográfica acadêmica, pois a ela é “alimentada e formada por movimentos circulares e todos os elementos correlatos” (*Ibid.*, p. 5). Entre estes elementos, o autor cita a BNCC, as práticas e processos do chão da sala de aula, entre outros.

Dessa forma, Oliveira (2021) destaca que a Geografia tem elementos para compreender a pandemia de forma singular, própria, em modo que seu fazer e sua epistemologia — sobre como seu objeto conduz narrativas — auxiliam na construção de conhecimento coletivo, possibilitando “ricas oportunidades”, conforme o dizer do próprio autor. Neste sentido, Oliveira (2021, p. 5) apresenta o seguinte cenário:

A quantidade de novos conhecimentos produzidos não é pouca e pode ser analisada nos mais diversos campos de atuação que abrange o conhecimento geográfico. As discussões sobre o urbano, por exemplo, demonstram o quanto a área da Geografia Urbana vem contribuindo no entendimento dos processos e transformações vivenciados nas cidades. A Geografia da saúde, ainda, possibilitando relevantes análises sobre a espacialização da pandemia e os fluxos envolvidos na dispersão da doença e, mais recentemente, nos acordos e na distribuição das vacinas.

Aqui, conforme argumentação, a Geografia se reorganiza e se potencializa enquanto saber estruturado no campo escolar. A Geografia Escolar ganha possibilidades didático-pedagógicas de discussão e análises que outros componentes escolares não fazem porque nossa particularidade é centrada no espaço geográfico e nas espacialidades dos objetos, das pessoas, dos eventos geográficos, entre outros. A título de exemplificação, podemos citar o seguinte cenário: o isolamento social das classes trabalhadoras. Aqui, pode-se citar vários pontos nodais, os quais complexificam ainda mais a discussão: estes usam o transporte público para desloca-

mento diário, pois não receberam auxílio emergencial ou, quando receberam, foi insuficiente. Vale destacar que muitos não possuem condições sanitárias básicas (água, sabão, álcool 70%, entre outros) em suas residências para atender às medidas sanitárias, nem possuem seguridade social nem empregos formais etc.

Isso quer dizer que a Geografia traz consigo uma dimensão científica em seu escopo capaz de problematizar temas atuais/contemporâneos com alta densidade, uma vez que as possibilidades não são poucas e nem podem ser tratadas de forma simplista, como se fossem um dado natural de menor complexidade de consequências, efeitos, causas e impactos.

Outra reflexão importante que Oliveira (2021, p. 6) faz é que a Geografia Escolar consegue acompanhar os movimentos que o currículo escolar faz:

[...] os currículos escolares não são estáticos. São composições em permanentes rearranjos, acordos, reacomodações, disputas de forças e de poder no espaço escolar. As incontáveis adaptações que as múltiplas realidades escolares realizaram ao longo do ano letivo de 2020 demonstram que os currículos escolares seguem sendo um dos espaços de maiores disputas na escola. Ao utilizar as expressões “espaço” e “disputa”, para nos referirmos ao currículo, é imperativo pensar nesse elemento da escola enquanto território por assim usar conceito próprio da Geografia.

Assim sendo, a ideia de que os currículos são fixos não se encaixa no pensamento aqui elencado, uma vez que a dinamicidade do próprio tempo e espaço, a disputa de temas e conteúdos, as abordagens e os métodos compreendem, juntos, os pormenores do próprio fazer do professor bem como do espaço escolar. Neste sentido, a abordagem do tema aqui proposto é um posicionamento também, embora não seja apenas isso, mas implica numa decisão de postura, nem apenas conceitual, mas numa decisão de discutir o que é melhor para a formação do sujeito, enquanto indivíduo que aprende particularmente e coletivamente.

Retomando a fala sobre as possibilidades de aprendizagem, o mesmo autor traz à tona a dispersão do vírus, que oportuniza novas possibilidades de abordagens, uma vez que os meios de transportes intercontinentais colaboram para esse processo. Neste sentido, o uso de mapas corrobora a análise dos dados dos fenômenos, podendo gerar maior engajamento dos estudantes. No mesmo sentido, o autor nos chama atenção para o fato de que a Geografia deve, ao abordar a pandemia,

[...] pensar sobre a questão da espacialização dos dados da pandemia por meio da cartografia, o uso dos mapas construídos ao longo do período pandêmico tem se tornado em importante estratégia de inserção da cartografia no cotidiano de trabalho pedagógico, uma vez que o tema em voga é a própria pandemia, a análise dos dados do fenômeno a partir da produção cartográfica do mesmo constitui-se em elemento chave que possibilita maior engajamento dos estudantes. Ao pensar a “demografia do vírus”, um dos principais elementos a ser trazido à discussão nas aulas de Geografia é a efetividade e a necessidade do distanciamento corporal e, nessa leitura, os movimentos demográficos presentes ao longo da pandemia, bem como o papel social da Geografia presente na escola vem à tona: não se pode falar de pandemia em sala de aula seja ela como for – sem manter, garantir e aprofundar o compromisso social das informações com comprovação científica de manter o distanciamento corporal, usar as máscaras e frequência. lavar as mãos com” (*Ibid.*, p. 7).

Assim sendo, conforme Oliveira (2021) enfatiza, o espaço deve ser meio pelo qual o professor deve trabalhar não somente questões científicas, ligadas à Geografia Escolar, mas também compor a formação ética-cidadã do estudante, podendo fornecer elementos para analisar questões importantes como posturas negacionistas diante da ciência, da ideia de sociabilidade e distanciamento como prática socioespacial, da ideia de distanciamento corporal no campo do mundo do trabalho — os quais os trabalhadores, submetidos a lógica do trabalho subordinado às relações do desemprego estrutural/oferta de trabalhadores desocupados.

Outro questionamento importante trazido pelo autor é a abordagem dada quanto à economia: “a do capital — que pensa no lucro pelo lucro — ou a do social — que pensa no bem-estar dos indivíduos?” (*Ibid.*, p. 7), dando ênfase a inúmeras possibilidades de discussões. Aqui, ele já dimensiona inúmeras questões, da saúde à geografia econômica, concebendo, no cerne das práticas neoliberais combinadas ao capitalismo dependente, o qual submete o acesso dos imunizantes aos interesses do capitalismo mundial, determinadas pelas agências internacionais. Para além disso, a abordagem econômica insere, como eixo central, as prioridades e os esforços que cada estado brasileiro fez no campo das políticas públicas a fim de ter acesso aos imunizantes, os quais problematizam os direitos sociais básicos e suas respectivas espacialidades.

Já quanto à política, o mesmo autor destaca o cenário quanto às políticas do governo:

a política, elemento central no debate pandêmico no mundo e, em especial, no Brasil. As inações do governo federal assustam e colocaram o Brasil no fim da fila internacional pela vacina. A negação constante da pandemia acelerou e aumentou o número de casos graves e de óbitos. Em países nos quais os governantes atuaram com mais firmeza em relação a Covid-19, os números de casos foram menores e as mortes, por consequência, também. Não com a intenção de esgotar o debate da literatura – ao contrário, em querer promove-lo ainda mais – se faz urgente repensar as estratégias que envolvem o ensino de Geografia em tempos de pandemia, em especial à constituição das novas práticas de ensino (*Ibid.*, p. 7).

Aqui, o autor salienta a necessidade de se repensar o debate sobre o tema, uma vez que entende que não se levou a exaustividade de sua abordagem e discussão. Vale salientar que as decisões construídas no campo da política não esgotam as possibilidades da Geografia Escolar, pelo contrário. Destarte, é possível pensar: o que os alunos podem propor? O que o professor pode propor aos alunos para que respostas concretas possam ser pensadas e sugeridas? O que o professor de Geografia, concebendo o espaço para uma consciência cidadã, mediatizada pela compreensão do próprio espaço e da sociedade, pode fazer para que o aluno pense sobre o próprio espaço? Possíveis soluções podem ser sugeridas pelos sujeitos, que vão desde as desigualdades sociais até a espacialização dos Sistema Único de Saúde (SUS), que nos levem a pensar as formas como as políticas conduziram a Ciência, os recursos para compra de insumos sanitários, auxílios emergenciais, hospitais de campanha e relativização e até a postura negacionista das medidas restritivas.

Neste sentido, se faz uso do conceito miltoniano de espaço, concebido como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (Santos, 2006, p. 12), o que nos leva a entender que o espaço é fruto de uma multiplicidade de situações e processos, sendo um objeto complexo em sua análise, em seu entendimento, em sua abordagem e formas de discutir olhares geográficos. Desta forma, considerando o tema aqui levantado e a própria natureza do objeto da Geografia — interdisciplinar — é que reforça que este conceito de Santos (2006) é consonante aos apontamentos aqui elencados, uma vez que o tema permite pensar sobre os sistemas de objetos e ações produzidos e engendrados no dado período — compreendido como pandemia do coronavírus (SARS- CoV-2).

Assim sendo, na mesma linha de entendimento de Oliveira (2021, p. 4), o espaço situa-nos à situação de complexidade, uma vez que envolve a própria conceituação do espaço, tendo como referência, nesta discussão, múltiplos elementos que podem ser incluídos em sua abrangência. Assim, permite uma resignificação do tema — à luz da ciência geográfica, ao mesmo tempo que amplia abordagens do tema.

Nesta esteira de pensamento, é necessário entender que o tema aqui proposto revaloriza o espaço geográfico, porque oportuniza que os alunos possam conhecer os vários processos e fenômenos que acontecem nesse espaço de forma singular, inédita, o qual há atuação dos diversos atores (por exemplo: a hiperconvivência com seus pares no núcleo familiar), nos fazendo pensar sobre situações das lógicas espaciais, da sociabilidade, da proximidade como prática espacial, das exclusões e das segregações no espaço social, no campo do território e dos lugares, convidando-os a repensar o espaço como:

fruto do trabalho humano na necessária e perpétua luta dos seres humanos pela sobrevivência. Nessa luta, o homem usa, destrói/constrói/modifica a si e a natureza. O homem faz geografia à medida que se faz humano, ser social (Kaercher, 2003, p. 11).

Desta forma, compreende-se que é inato ao homem fazer Geografia no processo de luta pela sobrevivência, que se organiza para uso, para destruição, para construção, para modificação de si próprio bem como da natureza. O autor argumenta que o homem faz Geografia ao ser social, ao passo de seu próprio fazer humano. Neste sentido, essa concepção nos auxilia na compreensão de que o espaço traz, consigo, a ideia de que, ao analisar e compreender esse espaço geográfico, é necessário entender a luta pela sobrevivência, o trabalho humano e as relações homem versus natureza. Assim sendo, é mister centralizar a Covid-19 como tema para o ensino de Geografia, uma vez que permite pensar o espaço no íterim da condição humana: (sobre)viver no espaço.

## 2.2 MÉTODOS

Este artigo se utiliza do levantamento e da revisão bibliográfica como principais procedimentos metodológicos. Após o momento de aplicação do jogo, preconiza-se a investigação e

decisão conceitual no sentido de oportunizar a sociabilidade de práticas que possuem engajamento e aceitação por parte do alunado. Tendo a investigação conceitual como principal atividade dos procedimentos, deu-se prioridade à produção feita na área, dando ênfase a artigos já publicados, sobretudo, no contexto da gamificação no contexto da Geografia Escolar, fazendo uso da epistemologia construída por Moraes e Castellar (2018) e Carneiro (2019), tendo Alves (2015) como principal aporte acerca do conceito de *gamification*. Neste sentido, constrói-se a integração entre a didática e ciência geográfica como campos capazes de construir novos saberes geográficos, possibilitando a ressignificação do saber científico aos espaços escolares, com menor rigidez quanto à formalidade escolar, trazendo um tratamento de conceitos complexos que podem ser contextualizados em situações-problemas por meio do *Quiz*, permitindo a reafirmação do compromisso do professor enquanto sujeito político, que forma estudantes e orienta à luz da ciência.

Outro conceito abordado é a ideia de Milton Santos (2006): à guisa de compreensão do espaço geográfico, que aqui foi compreendido como principal elo entre a didática e a ciência geográfica, uma vez que o ensino de Geografia deve estar atrelado ao seu objeto de estudo. A ideia é trazer a composição de que não se pode fazer Geografia Escolar sem pensar o espaço geográfico, conciliando, assim, o espaço geográfico e o tema Covid-19, sendo esses importantes gendarmes para as discussões geográficas no espaço escolar.

Já Oliveira (2021), que trata sobre Covid-19 e o ensino de Geografia nesse contexto, traz o tema como oportunidade teórico-prática para conciliar discussões geográficas densas e aprendizagens por meio de metodologias ativas, viabilizando, por meio integração, o aprender Geografia e formar cidadão. Assim sendo, acredita-se que a mobilidade e interação conceitual nos auxilia na construção do entendimento da própria ciência geográfica, as quais são entendidas como prática e métodos: mover e interagir com os conceitos e com a ciência para entender o mundo.

### 3 CONCLUSÕES

O Jogo “War Against Covid” aqui é proposto como metodologia ativa, que auxilia no entendimento do papel do espaço nas práticas sociais e dessas práticas no espaço geográfico, reiterando a compreensão da relação do homem com as suas espacialidades e suas práticas socioespaciais. Para além da lógica euclidiana, essa atividade sugere pensar o espaço em sua totalidade, sobretudo, permite repensar os processos e objetos que perfazem a complexidade das ações no dia a dia. Outrossim, o jogo permite pensar sobre as relações sociais enquanto prática espacial, nas relações político-econômicas, no contexto da economia globalizada, nas dinâmicas da produção dos imunizantes, nas aberturas e nos fechamentos das sociedades e fronteiras, entre outros fenômenos que repercutem não somente no espaço geográfico, mas no tempo, na sociedade, na indústria, no comércio etc. O que se quer dizer que, diante do exposto, o espaço geográfico é rerepresentado ao aluno no contexto de pesquisa, de ação, por meio da interação

entre seus pares e, ainda, posto em situação para uso de habilidades individuais.

Assim, o tema Covid-19 tramado aos jogos, além de possibilitar mais engajamento dos alunos, pode contribuir com o avanço das discussões que a Geografia se propõe, movimentando a própria Geografia Escolar bem como a ciência enquanto campo de saber/conhecimento científico, uma vez que institui novos caminhos e novas abordagens antes não propostas. Desta forma, o jogo corrobora a ideia de que a aprendizagem ativa necessita de movimento e interação: dos professores, dos alunos e dos objetos de aprendizagens.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Flora. **Gamification**: como criar experiências de aprendizagem engajadoras : um guia completo: do conceito à prática / Flora Alves. — 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: DVS Editora, 2015. 200p.
- CARNEIRO, Eduardo Lorini. **Jogos eletrônicos como artefatos para a construção de conceitos científicos em geografia**. 2019. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade La Salle, Canoas, 2019.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1998.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de Geografia na Escola**. 1. ed. Campinas: Papirus, 2016.
- FADEL, L. M.; ULBRICHT, V. R.; BATISTA, C. R.; VANZIN, T. **Gamificação na educação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2014. 300p
- HUIZINGA, J. **Homo ludens**: o jogo como elemento da cultura. Perspectiva: São Paulo, 2014.
- KAERCHER, Nestor André. Quando a Geografia crítica pode ser um pastel de vento. **Revista Mercator**, Fortaleza, Ceará, n.6, p. 53-60, 2004.

MORAES, J. V.; CASTELLAR, S. M. V. Metodologias ativas para o ensino de Geografia: um estudo centrado em jogos. **REEC. Revista Electrónica de enseñanza de las Ciencias**, v. 17, p. 422-436, 2018.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. Como fica o ensino de Geografia em tempos de pandemia da Covid-19?. **Ensino em Perspectivas**, v. 2, p. 1-15, 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. impr. São Paulo: Editora da USP, 2006. 260p.

SPEGIORIN, M. T. e S. **Por uma outra geografia escolar: o prescrito e o realizado na atividade de ensino-aprendizagem de Geografia**. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem). Pontífice Universidade Católica, São Paulo, 2007. 207p.

VESENTINI, J. W. A formação do professor de geografia — algumas reflexões. *In*: Nídia Nacib Pontuschka; Ariovaldo Umbelino de Oliveira. (Org.). **Geografia em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2002, v., p. 235-240.

# O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO ENSINO FUNDAMENTAL NOS ANOS FINAIS NA ESCOLA MUNICIPAL EDUCANDÁRIO DIX-SEPTIENSE

**Joelma Aretuza de França Cruz**

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte*

*E-mail: [aretuzacruz39@gmail.com](mailto:aretuzacruz39@gmail.com)*

**Maria José Costa Fernandes**

*Departamento de Geografia (DGE-FAFIC)*

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte*

*E-mail: [mariacosta@uern.br](mailto:mariacosta@uern.br)*

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho busca compreender sobre o ensino da Geografia enquanto disciplina da Educação Básica na Educação de Jovens e Adultos (EJA) na perspectiva dos alunos dos anos finais do ensino fundamental na Escola Municipal Educandário Dix-Septiense, situada na Rua Manoel Joaquim, nº 58, centro, no município de Governador Dix-Sept Rosado/RN.

Nessa ótica, temos por objetivo analisar o ensino da Geografia na EJA da instituição escolar Educandário Dix-Septiense, verificando suas práticas metodológicas enquanto disciplina da Educação Básica; observar quais as opiniões dos alunos referentes às temáticas da Geografia que mais sentem interesse ou dificuldade.

Na referida escola, os alunos são residentes tanto da zona rural como urbana do município, os estudantes vivem realidades diferentes e pertencem a classes sociais distintas. Devido ao grande índice de diferença de idade entre os alunos, a escola avaliou a necessidade de implementar no ano de 2017 a modalidade de EJA, para que pudesse igualar as possibilidades de acesso à educação.

Segundo o Parecer CNE/CEB 11/2000, a EJA possui três funções principais: a reparadora, a equalizadora e a qualificadora. Essas funções dão a garantia em relação à oferta de uma educação de qualidade para os brasileiros. A Função Reparadora, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano (BRASIL, 2000b, p. 7).

Através de estudos, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) voltadas para a EJA afirmam a necessidade de garantir um modelo pedagógico diferenciado, visando as características dessa modalidade educacional de ensino de acordo com as diferentes personalidades, idades e estilos de vida dos alunos.

Além disso, de acordo com a Resolução CNE/CEB n.º 1, de 05 de julho de 2000, que elabora as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (DCNEJA), estabelecem os princípios que regem a EJA, quanto à equidade, à diferença e à proporcionalidade.

Para que pudéssemos compreender o nosso objeto de estudo, foi realizada uma pesquisa com os alunos da modalidade EJA via Google Formulário, encaminhada através do aplicativo WhatsApp, o questionário continha aproximadamente 20 perguntas, pautadas no contexto pessoal do aluno e sobre a Geografia na EJA. Ao todo, são matriculados 72 alunos, onde o 6º/7º contém 33 alunos e a turma de 8º/9º ano, 39 alunos. Nessa pesquisa, apenas 15 alunos tiveram interesse em responder, sendo que uns justificaram a desistência, pois não conseguiam conciliar o tempo, outros responderam às perguntas de forma simplificada, e outros não demonstraram interesse.

Mas a escola não deve ser vista apenas como um prédio que tem disciplinas curriculares e horários a serem cumpridos, ela é um ambiente capaz de auxiliar o desenvolvimento da criatividade e da autonomia. Alarcão (2001) ainda menciona que é de responsabilidade da escola preparar os cidadãos, entretanto, ela não deve ser lembrada como um tempo de preparação para a vida, pois ela é um lugar de vivência, sendo então a própria vida.

Faz-se necessário lembrar-se dos projetos interdisciplinares que despertam a curiosidade, o interesse a leitura, a experimentação, aos questionamentos, a conviver com as diferenças, tudo isso com objetivo à busca por alternativas que venham contribuir com a aprendizagem dos alunos.

A EJA não representa apenas um espaço escolar, mas sim, um projeto de construção para um futuro promissor, uma oportunidade de transformação social, que desempenha um papel fundamental no ensino, possibilitando homens, mulheres, jovens e idosos a lutar pelos seus direitos através dos estudos.

## **2 A ESCOLA COMO PAPEL FUNDAMENTAL NO COTIDIANO DAS PESSOAS**

A Escola Municipal Educandário Dix-Septiense é administrada pela Secretaria de Educação, Cultura e Desporto. Em 2020, a escola comemorou o jubileu de ouro em virtude dos 50 anos da instituição, a qual está localizada na Rua Manoel Joaquim, nº 258, Zona Urbana do município, CEP 59790-000, com o código de identificação no INEP 24006777.

A escola atende alunos do Ensino Fundamental do 4º ao 9º ano e Educação Especial, residentes tanto na zona rural como urbana deste município. Devido ao grande índice de diferença de idade entre os alunos, a escola avaliou a necessidade de implementar no ano de 2017 a modalidade de EJA, na qual o aluno cursa duas séries de maneira acelerada em um mesmo ano letivo.

Para que pudéssemos compreender o nosso objeto de estudo, foi realizada uma pesquisa com os alunos da modalidade EJA via Google Formulário, encaminhada através do aplicativo WhatsApp, o questionário continha aproximadamente 20 perguntas, pautadas no contexto pessoal do aluno e sobre a Geografia na EJA. Ao todo, são matriculados 72 alunos, onde o 6º/7º contém 33 alunos e a turma de 8º/9º ano, 39 alunos. Nessa pesquisa, apenas 15 alunos tiveram interesse em responder, sendo que uns justificaram a desistência, pois não conseguiam conciliar

liar o tempo, outros responderam às perguntas de forma simplificada, e outros não demonstraram interesse.

Dessa coleta de dados, foi possível fazer uma análise referente às opiniões dos alunos em relação aos conteúdos da Geografia, e como eles estão se sentindo nesse momento tão difícil dado pela conjuntura imposta pela pandemia da COVID-19, que através dos decretos oficiais estabelecidos pelos órgãos municipais, estaduais e federais, estabeleceram a suspensão das aulas presenciais.

Desse modo, não houve adesão das escolas da rede municipal de ensino em Governador Dix-Sept Rosado ao plano de atividades remotas, em virtude de que nem todos os alunos têm acesso à internet e a dispositivos móveis como celulares, tablets ou notebooks. De acordo com o Conselho Municipal de Educação, no ano de 2020 foram apenas cumpridas 76 das 800 horas exigidas pela LDB. Entretanto, as únicas exceções foram as turmas do 9º ano e da EJA, que em novembro de 2020 aderiram ao ensino remoto para a conclusão do ensino fundamental e ingressarem no ensino médio.

O quadro de funcionários da escola é composto pela diretora, uma vice-diretora, coordenadores pedagógicos, auxiliares de secretaria, auxiliares de serviços gerais, membros da sala de leitura e professores, somando um total de 45 funcionários, em sua maioria todos são residentes no município onde a escola está localizada.

A escola é um espaço formal que traz consigo a responsabilidade de possibilitar o acesso ao entendimento elaborado pelo ser humano. Alarcão menciona que a escola não é apenas uma construção:

[...] É também um contexto e deve ser, primeiro que tudo, um contexto de trabalho. Trabalho para o aluno. Trabalho para o professor. Para o aluno, o trabalho é a aprendizagem em suas várias dimensões. Para o professor, é a educação na multiplicidade de suas funções (Alarcão, 2001, p. 17).

Em outras palavras, ela é um contexto que deve considerada como um ambiente oportuno de trabalho, que visando os alunos como indivíduos participativos no que diz respeito ao processo de construção do conhecimento, e o professor como mediador de conhecimentos adquiridos ao longo de seu exercício. Segundo Cavalcanti (1998, p. 138) “[...] o aluno é ativo porque ele é sujeito do processo e, por isso, sua atividade mental ou física é fundamental para a relação ativa com os objetos de conhecimento; o professor é ativo porque é ele quem faz a mediação do aluno com aqueles objetos [...]”.

Mas a escola não deve ser vista apenas como um prédio que tem disciplinas curriculares e horários a serem cumpridos, ela é um ambiente capaz de auxiliar o desenvolvimento da criatividade e da autonomia. Alarcão (2001, p. 18) ainda menciona que é de responsabilidade da escola preparar os cidadãos, entretanto, ela não deve ser lembrada como um tempo de preparação para a vida, pois ela é um lugar de vivência, sendo então a própria vida.

Faz-se necessário lembrar-se dos projetos interdisciplinares que despertam a curiosida-

de, o interesse a leitura, a experimentação, aos questionamentos, a conviver com as diferenças, tudo isso com objetivo à busca por alternativas que venham contribuir com a aprendizagem dos alunos.

Um dos projetos mais antigos deu início no ano de 1993, sendo um Projeto de Aula-Passeio na cidade de Natal/RN, que é realizada com as turmas de 8º ano. Tendo como propósito, identificar os conteúdos vistos em sala de aula relacionando-os com a pesquisa de campo, para que valorizem a interdisciplinaridade, ampliando novos horizontes no que diz respeito ao ambiente escolar, destacando o roteiro da viagem, especialmente os locais que serão visitados. Após todo o levantamento dos dados coletados, os alunos apresentam em forma de trabalho o que foi visto durante a aula-passeio. Outro fator importante é que tal projeto vem proporcionar inclusive aos alunos que não têm condições financeiras a conhecerem novos lugares.

Em razão da maioria dos alunos serem oriundos de famílias desestruturadas, onde não há uma figura progenitora materna ou fraterna, alguns criados por avós, a EMED achou importante criar o “Dia da Família”, sendo realizado a cada duas vezes no ano, com oficinas e palestras contemplando as famílias dos alunos que são matriculados nessa instituição. Infelizmente, esses eventos só puderam realizados no ano de 2019, tendo em vista que devido a pandemia do coronavírus, as atividades presenciais foram suspensas por meio de decretos estaduais e municipais.

### **3 BREVE CONTEXTO DO LIVRO DIDÁTICO NA EJA**

O livro didático é a representação de um material impresso, o qual abrange vários assuntos, com o objetivo didático de nortear os processos de ensino e aprendizagem. É um recurso bastante utilizado em sala de aula das instituições de ensino, trazendo consigo valores culturais, sociais e políticos, especialmente no que diz respeito aos livros de geografia, Dias ressalta que:

Utilizado hoje em praticamente todas as escolas do Brasil, o livro didático pode ser considerado o recurso mais acessível aos alunos e professores, principalmente de escolas públicas. Este recurso traz grandes contribuições ao processo de ensino e aprendizagem, pois concede aos docentes a oportunidade de utilizá-lo nas aulas, na realização de atividades em classe, em discussões de determinados conteúdos e ainda como fonte de pesquisa pelos alunos (DIAS, 2021, p. 392).

A partir da década de 1938, o livro didático ganhou definição do Decreto Lei nº 1.006:

Art. 1º É livre, no país, a produção ou a importação de livros didáticos.  
Art. 2º Para os efeitos da presente lei, são considerados livros didáticos os compêndios e os livros de leitura de classe (Câmara dos Deputados, 1938, s/p).

Sendo assim, o livro didático passa a ser valorizado e é visto como uma política educacional. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD – EJA) são programas federais que procuram ofertar a qualidade do livro didático.

O PNLD foi estabelecido pelo Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985. Atualmente, esse programa compreende na distribuição gratuita de livros didáticos, obras literárias e complementares, e dicionários para as instituições públicas de ensino nos segmentos fundamental e médio. A EJA foi incluída no O PNLD em 2009, teve duas edições nos anos de 2011 e 2014, sendo contemplada em um programa específico para essa modalidade, o PNLD-EJA. O PNLD-EJA dispõe de obras didáticas as instituições públicas e as organizações parceiras do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) – este é um projeto desenvolvido pelo MEC desde o ano de 2003 com o intuito de alfabetizar jovens, adultos e idosos, pretendendo universalizar o acesso à educação - que estejam ofertando o ensino fundamental dos anos iniciais e finais e o ensino médio na modalidade EJA.

O livro didático do PNLD-EJA traz sugestões de como se trabalhar com o aluno dessa modalidade que, por sua vez, procura algo que não seja complexo em relação aos conteúdos. A partir desse momento, está a atuação do professor para agir nesse segmento de ensino. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (2001, p. 143) afirma que:

Continua sendo papel fundamental do professor considerar os conhecimentos que os alunos já possuem para planejar situações de ensino e aprendizagem significativas e produtivas. Para isso é preciso conhecer os avanços e problemas de seus alunos, bem como a adequação de suas propostas, de modo a aperfeiçoar sua ação pedagógica (PCN, 2001, p. 143).

Procuramos informações sobre o livro didático da modalidade EJA que estivesse sendo utilizado na escola. De acordo com a direção da escola e o professor que ministra as aulas de geografia, o livro didático não é o adaptado para a EJA, mas sim um livro didático comum (Figura 1).

**Figura 1** – Capas dos Livros Didáticos utilizados para as turmas de EJA na EMED.



**Fonte:** [https://pnld2020.smeducacao.com.br/colecao-Convergencias\\_Geografia](https://pnld2020.smeducacao.com.br/colecao-Convergencias_Geografia)

Mediante o que foi exposto sobre a escola que foi realizada a pesquisa e as informações repassadas pelo professor, foi analisado que geralmente é organizado uma sequência de assuntos que abordem temáticas significativas ajustando assuntos e atividades para os alunos dessa modalidade. O aluno da EJA vive o espaço geográfico de maneira diferente, cabe ao professor estimular a sua consciência, proporcionando que ele tenha autonomia em vários segmentos de estudos. Essa autonomia compreende a um objetivo proposto por Paulo Freire no processo de ensino e aprendizagem. Incentivando ao aluno a buscar sua liberdade e ser independente, estimulando o aparecimento de novas ideias.

Conforme Callai & Copatti (2018, p. 58):

O livro didático pode ser utilizado em diversos momentos, a partir de diferentes propostas que o professor considere mais viáveis para o desenvolvimento das aulas de Geografia. A partir do livro didático poderá usufruir de suas diversas seções complementares, de mapas, gráficos, atividades sugeridas, as quais podem ser adaptadas à realidade em que atua, além de se utilizar de leituras complementares, caso sejam adequadas ao contexto, ao conteúdo, enfim, à dinâmica da aula.

De forma em geral, o ensino da Geografia na turma da EJA é norteado através de aulas expositivas, tendo como recurso o livro didático, que orienta o que deve ser discutido em salas de aulas.

é preferível que tanto professores como alunos, tenham acesso ao livro didático, visto que, quando bem utilizado, o mesmo trará muitas informações e conteúdos necessários à formação do indivíduo [...]. Além disso, em posse do livro, o aluno tem contato com esse instrumento didático também em outros momentos do seu cotidiano (DIAS, 2021, p. 392).

Na Educação Básica, o Livro Didático é visto como o único material a ser um recurso de acesso gratuito para alunos e professores, contendo informações ditas essenciais que realmente tornam-se necessárias para a aprendizagem do aluno. Sem sombra de dúvidas, o livro didático é importante, e contribui com as aulas de Geografia. Entretanto, os livros voltados para o público da EJA não devem ser avaliados com os mesmos métodos que se avalia do ensino regular, há muitas especificidades a serem consideradas, dentre elas a realidade do público a quem se destina.

O perfil dos alunos da EJA é constituído, em sua maioria, por alunos em condições de exclusão do ensino regular, fatores esses que são causados pela necessidade financeira e pela falta de motivação. Cada um com sua realidade particular, sendo trabalhadores e trabalhadoras autônomos (as), mães e pais de família, donas de casa. Características essas que interferem na vida escolar e no seu processo de ensino e aprendizagem, e em grande parte, correspondendo à evasão escolar e a desistência.

O aluno da EJA traz consigo inúmeras experiências vividas e conhecimentos obtidos ao longo do tempo, com suas crenças e valores já constituídos. Moura (2008, p. 145) destaca que:

Pode-se considerar que o perfil dos alunos da EJA é fruto da desigualdade social, da situação de pobreza que vive a maioria da população e também pelo despreparo da escola para trabalhar com esse público que carrega consigo uma bagagem enorme de experiências de vida.

Conforme demonstra Paiva (1983, p. 19):

São homens e mulheres, trabalhadores/as empregados/as e desempregados/as ou em busca do primeiro emprego; filhos, pais e mães; moradores urbanos de periferias e moradores rurais. São sujeitos sociais e culturalmente marginalizados nas esferas socioeconômicas e educacionais, privados do acesso à cultura letrada e aos bens culturais e sociais, comprometendo uma participação mais ativa no mundo do trabalho, da política e da cultura. Vivem no mundo urbano, industrializado, burocratizado e escolarizado, em geral trabalhando em ocupações não qualificadas. Portanto, trazem consigo o histórico da exclusão social. São, ainda, excluídos do sistema de ensino, e apresentam em geral um tempo maior de escolaridade devido a repetências acumuladas e interrupções na vida escolar. Muitos nunca foram à escola ou dela tiveram que se afastar, quando crianças, em função da entrada precoce no mercado de trabalho, ou mesmo por falta de escolas.

De acordo com a realidade dos alunos que estão inseridos nesta modalidade, podemos imaginar que eles têm um nível de escolaridade superior a de seus pais, e que devido a carência e problemas financeiros, tiveram que desistir dos estudos, procurando meios de sobrevivência, como por exemplo, entrar no mercado de trabalho de forma precoce. Trata-se de um indivíduo com vivências profissionais, idade, origem e pensamentos opostos aos do colega de classe, cada um com uma realidade específica e responsabilidades pessoais.

Podemos perceber que a idade dos alunos matriculados nesta modalidade de ensino é bem variada. Em sua maioria, é composta por jovens e adultos que, por diversos motivos, não puderam dar continuidade nos estudos no tempo correto.

O aluno adulto ao recorrer à EJA, está motivado por interesses claros: ver a escola como uma chance de adquirir conhecimentos que o ajude a encarar os desafios do dia a dia. A partir daí, a instituição escolar precisa estar focada, proporcionando a construção de saberes necessários, que serão importantes para decisões futuras.

#### **4 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DA PESQUISA**

Para fomentar essa pesquisa, os dados coletados foram analisados atendendo pressupostos de uma pesquisa qualitativa onde, de acordo com Bogdan e Biklen (1994, p. 16), “[...] os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico [...]”, ou seja, evidenciando o âmbito social e interativo da escola municipal que utilizamos para a nossa investigação.

Devido a atual conjuntura imposta pela pandemia do coronavírus (COVID-19), através das recomendações da OMS sobre medidas preventivas da COVID-19 e o Decreto Nº 29.524, de 17 de março de 2020, emitido pelo Diário Oficial do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, foi solicitado à suspensão de atividades escolares presenciais de rede pública e privada de ensino:

Dispõe sobre medidas temporárias para o enfrentamento da Situação de Emergência em Saúde Pública provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19).

Art. 2º Ficam suspensas as atividades escolares presenciais nas unidades da rede pública e privada de ensino, no âmbito do ensino infantil, fundamental, médio, superior, técnico e profissionalizante, pelo período inicial de 15 (quinze) dias.

§ 1º: O prazo de duração da medida prevista no caput poderá ser estendido por períodos indeterminados, a ser avaliado pelo Comitê Governamental de Gestão da Emergência em Saúde Pública decorrente do Coronavírus (COVID-19), instituído pelo Decreto nº 29.521, de 16 de março de 2020.

Conforme o PPP, a escola totaliza 454 alunos matriculados. Por intermédio da Secretaria Municipal de Educação de Governador Dix-Sept Rosado/RN, a Escola procurou meios para que os alunos continuassem seus estudos de forma remota, através de atividades conduzidas pelos professores. A equipe pedagógica realizou pesquisas para ter o conhecimento de quem poderia acompanhar o ensino através da internet. Ainda, segundo o PPP, são matriculados 72 alunos na modalidade de EJA. A direção escolar informou que a turma de 6º/7º ano não correspondeu às expectativas. Entretanto, os alunos matriculados no 8º/9º ano demonstraram interesse. Mediante essa situação, em novembro de 2020 a escola se prontificou em encaminhar

as atividades remotas para esses alunos, com o objetivo de encerrarem o calendário letivo, obtendo êxito e aprovação, sendo encaminhados ao ensino médio.

Devido à pandemia do Coronavírus, infelizmente, não foi possível um contato direto com os sujeitos da pesquisa. Foi desenvolvido um questionário na ferramenta virtual Google Formulário, o mesmo foi conduzido através do aplicativo WhatsApp por meio de um grupo escolar virtual onde estão inseridos alunos, professores, coordenadores pedagógicos e a direção. O questionário é composto por 20 perguntas objetivas e subjetivas, contemplando aspectos referentes ao contexto pessoal e familiar do aluno, o processo de ensino e aprendizagem através do ensino remoto, bem como sua opinião sobre a disciplina de Geografia pelo segmento do Ensino Fundamental dos Anos Finais.

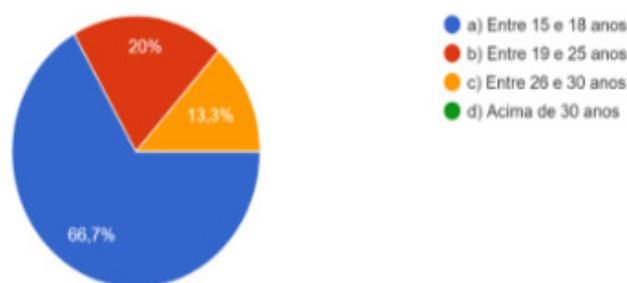
Nesta ocasião, dos 39 alunos matriculados na turma 8º/9º ano, apenas 15 demonstraram interesse em responder. Levando em consideração os princípios da ética, a identificação dos participantes da nossa pesquisa não será revelada. A seguir, os gráficos irão demonstrar o contexto pessoal e familiar dos alunos que participaram da pesquisa, e responderam os questionários.

Sobre o sexo dos alunos entrevistados, foi constatado que 66,7% dos alunos que participaram da pesquisa são mulheres, e os outros 33,3% são homens. Assim, podemos afirmar que o índice de mulheres na EJA, é superior à dos homens, onde o público feminino, por sua vez, tem se preocupado mais com a questão da escolaridade.

Acerca do local de moradia, constatou-se que na pesquisa que 53,3% moram na zona rural e 46,7% na zona urbana do município. As pessoas acreditam que as escolas rurais são esquecidas pelo poder público, associando as escolas urbanas melhores, por isso o motivo de procurarem com tanta frequência a EMED como principal rede de instituição educacional.

A seguir, iremos apresentar em forma de gráfico, a representação da faixa etária dos alunos entrevistados (gráfico 1):

Gráfico 1 – Faixa etária dos alunos da EJA entrevistados.

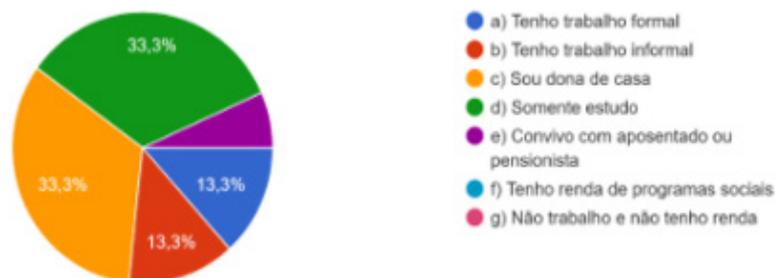


Fonte: Dados colhidos através da pesquisa, 2020.

Através da análise do gráfico 1, é nítido perceber que a turma é composta por um público jovem. Onde 66,7% responderam que têm entre 15 e 18 anos; 20% responderam que têm entre 19 e 25 anos e os outros 13,3% responderam que têm entre 26 e 30 anos. As idades

são diferentes, mas é possível destacar que cada tem suas experiências vividas e seus próprios conhecimentos. Questionamos sobre sua ocupação e a principal renda mensal da família, expressa no gráfico 2:

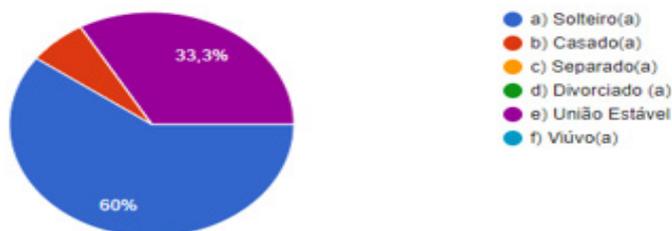
**Gráfico 2** – Qual a ocupação/principal renda da família.



**Fonte:** Dados colhidos através da pesquisa, 2020

Cerca de 33,3% responderam que somente estuda; outros 33,3% são donas de casa; 13,3% afirmaram que tem trabalho informal, outros 13,3% afirmaram que possuem trabalho formal de carteira assinada, e os outros 6,7% afirmaram que convivem com aposentado ou pensionista. Outra pergunta feita em nosso questionário, foi a respeito do estado civil (Gráfico 3).

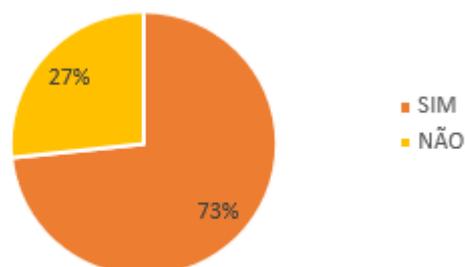
**Gráfico 3** – Estado civil dos alunos entrevistados.



**Fonte:** Dados colhidos através da pesquisa, 2020

As respostas demonstraram que 60% são solteiros (as); 33,3% responderam que vivem em uma união estável, e uma pequena parcela responderam que são casados (as). Ao questionarmos aos alunos entrevistados em relação se eles tinham filhos, os alunos responderam (Gráfico 4):

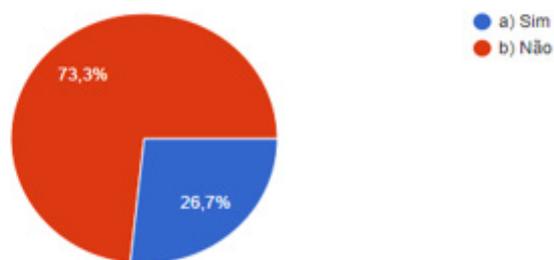
**Gráfico 4** – Alunos que possuem filhos.



**Fonte:** Dados colhidos através da pesquisa, 2020

Observamos que a maioria dos alunos responderam que “sim”, onde contém um percentual de 73%. Outros 27% responderam que não possuem filhos. Em seguida, Perguntamos aos alunos entrevistados, se eles possuíam trabalho remunerado (Gráfico 5).

**Gráfico 5** – Alunos do EJA com trabalho remunerado.

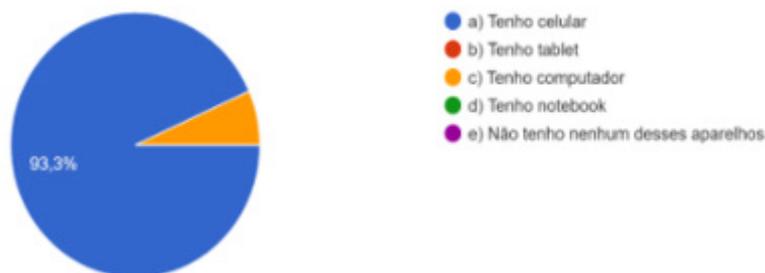


**Fonte:** Dados colhidos através da pesquisa, 2020

As respostas revelaram que 73,3% não possuem trabalho remunerado, e outros 26,7% responderam que “Sim”. O município possui o “projeto da cebola e do melão” onde geralmente têm sido fonte da economia atual, trabalhando diretamente na agricultura, recebendo pelo menos um salário-mínimo. Outro destaque se dá pelas empresas de exploração da cal, entretanto, a remuneração é baixa. Em relação ao setor terciário, destacam-se as atividades de comércio e serviços (lojas de roupas, produtos eletrônicos, eletrodomésticos etc.), entretanto, a geração de emprego e renda ainda é pequena, e devido a esses fatores, a maioria da população trabalha de maneira informal, mais especificamente em atividades do setor privado.

Quando questionados a respeito dos equipamentos eletrônicos (Gráfico 6) que dispõem, para utilizarem nas aulas remotas, eles responderam:

**Gráfico 6** – Equipamentos eletrônicos utilizados pelos alunos.

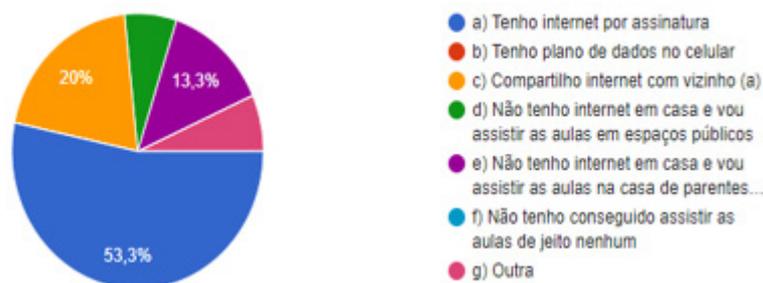


**Fonte:** Dados colhidos através da pesquisa, 2020.

O percentual de 93,3% dos entrevistados, responderam que dispõem de aparelhos celulares. Uma pequena parcela, cerca de 6,7% revelaram que tem computadores. O que é considerável percentual bom em virtude da maioria terem um dispositivo de celular e computadores em casa.

Além da disponibilidade dos aparelhos eletrônicos, foi indagado sobre o acesso à internet em suas residências (Gráfico 7):

**Gráfico 7 – Acesso à internet na residência.**

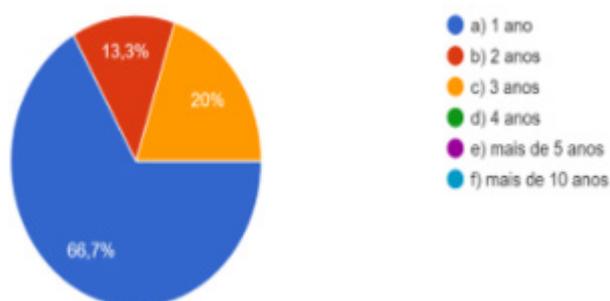


**Fonte:** Dados colhidos através da pesquisa, 2020

Cerca de 53,3% responderam que possuem internet por assinatura em casa, 20% responderam que compartilha internet com o vizinho, 13,3% responderam que não possuem internet em casa e vão às casas de parentes assistir as aulas. Uma pequena parcela respondeu que não tem internet em casa e vão assistir as aulas em espaços públicos. O que também chama a atenção é a desigualdade existente entre os alunos, onde nem todos possuem acesso de internet em suas casas.

Perguntamos também sobre o tempo que eles estudam na modalidade da EJA (gráfico 8). Nesse item, os alunos responderam que:

**Gráfico 8 — Tempo de estudo na modalidade EJA.**



**Fonte:** Dados colhidos através da pesquisa, 2020.

De acordo com as respostas dos alunos, podemos notar que 66,7% responderam 01 ano; 13,3% responderam 02 anos e os outros 20% afirmaram o período equivalente há 03 anos. É considerável uma experiência nova para grande parte dos alunos em relação a necessidade de nivelamento ao pouquíssimo tempo perdido.

## 5 OPINIÃO DOS ALUNOS SOBRE A DISCIPLINA GEOGRAFIA NA EJA

De acordo com o questionário aplicado com os alunos, foi possível perceber os motivos que os levaram a ingressar na modalidade da EJA: para a realização de seus sonhos e desejos. A seguir, as respostas de alguns alunos entrevistados, quando questionados sobre a importância da EJA em sua vida, e se gostam dessa modalidade de ensino, eles responderam que: “Sim! Porque só assim tou conseguindo concluir meus estudos.” (A01). “É legal. É bom pra quem já está atrasado.” (A02). “A importância para meu futuro.” (A03). “A importância é terminar os estudos mais rápido para conseguir um emprego mais rápido. Gosto sim.” (A04).

A partir dessa consideração, voltamos a analisar a EJA como um projeto de restauração, o qual desempenha um papel essencial na vida desses alunos. A esperança ao buscarem a EJA é progredir nas etapas de conhecimento além das que eles possuem, sentindo-se preparados para atingirem seus objetivos, seja em um mercado de trabalho ou em um curso de ensino superior dos seus sonhos. Fazendo com que seja um propósito de estímulo onde eles tenham força de vontade e recuperação de autoestima.

Ao longo de sua história, a geografia foi definida como uma ciência da relação do homem com a natureza, diferenciando-se das demais ciências. A geografia passa a compreender o espaço geográfico como fruto da maneira em que o homem estrutura a sua vida mediante os aspectos sociais e econômicos. Nessa condição, ela estabelece a relação natureza-sociedade. OS PCNS (BRASIL, 1997, p. 115) mencionam que “no ensino, professores e alunos deverão procurar entender que ambas – sociedade e natureza – constituem a base material ou física sobre a qual o espaço geográfico é construído”.

O ensino da geografia do ensino fundamental no segmento dos anos finais é visto como uma disciplina que se preocupa com a busca do lugar de cada indivíduo no mundo. A BNCC afirma que:

Estudar Geografia é uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive, na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta. Ao mesmo tempo, a educação geográfica contribui para a formação do conceito de identidade, expresso de diferentes formas na compreensão perceptiva da paisagem, que ganha significado à medida que, ao observá-la, nota-se a vivência dos indivíduos e a coletividade, nas relações com os lugares vividos, nos costumes que resgatam a nossa memória social; na identidade cultural e na consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros e, por isso, convictos das nossas diferenças (Brasil, 2017, p. 357).

É importante salientar que a Geografia possui muitas referências que auxilia para a formação do aluno para além da compreensão que ele consegue adquirir. É possível tornar o ensino da geografia mais atrativo, Monbeig explica que:

[...] A evolução do ensino da geografia, nesse sentido, é facilitada pelos contactos de todo o gênero que tem a mocidade com os problemas de nossos dias. A conversação em família, o rádio, a televisão, os jornais, as atualidades cinematográficas mergulham os jovens, e às vezes até as crianças, nesse banho cotidiano de inquietação []. Não é difícil ao professor aproveitar-se disso para animar o seu ensino. Os alunos encontrarão aí uma prova de que a vida não para na porta da classe (2010, p. 13)

Ao indagarmos os alunos sobre a Geografia, a partir das respostas, podemos perceber que eles consideram como uma disciplina importante, enfatizamos a resposta do Aluno 3, que menciona que ela é necessária para saber da vida e do mundo. Em outras palavras, a Geografia é uma ciência para a vida e para viver. Selbach & Antunes (2014, p. 37) definem que “a Geografia é um instrumento formidável para que possamos nos conhecer e nos compreender melhor”.

Gosto. Por que com a geografia aprendi muito sobre as paisagem da terra sobre a divisão da geografia. Etc. (A01)

Gosto pq fala sobre o nosso espaço habitacional...(A02)

Sim pq e necessaria pra saber da vida e do mundo...(A03)

Sobre os conteúdos da Geografia, perguntamos aos alunos quais eles mais gostam de estudar e o porquê, consideramos as respostas de dois alunos em que se referem a “Globalização”, como um conteúdo bom e fácil de se entender. Devemos enfatizar que a tecnologia tem sido de grande valia para a sociedade atual.

Podemos também observar que esses alunos têm uma escrita informal, preferindo o uso de gírias da internet, o não emprego de palavras no plural quando necessário e acentuação gráfica. Infelizmente, ainda há alunos que não gostam da disciplina de Geografia por considerarem uma disciplina complicada de se entender, estando vinculada a uma forma tradicional no processo de ensino-aprendizagem. Paulo Freire chamou de Educação Bancária a ação docente que reflete na difusão de informações, depositando o conhecimento que adquiriu ao longo do tempo no aluno.

Porque não so muito bom ir geografia. (A08)

Não tem nem um conteudo que goste e todo complicado. (A04)

Não gosto de nem um por que e complicado (A06)

Por outro lado, um aluno entrevistado expôs também sobre suas sugestões para tornarem a aula de Geografia mais atrativa, melhorando o ensino da disciplina na escola, porém, outros não souberam opinar. As condições de trabalho para os professores no Brasil são de fato muito precárias. Infelizmente, a falta de material didático é insuficiente para atender a demanda de alunos. A BNCC (2017) se apoia em o aluno ser protagonista do seu próprio aprendizado, dando a ele toda a autonomia através das metodologias ativas que se tornam alternativas capazes de possibilitar aos estudantes meios para que eles possam conduzir o seu crescimento educacional.

Mais dinâmicas para o aluno entender melhor e com resumos explicando a matéria com mais clareza! (A04)

Para tanto, Ascensão (2020, p. 181) afirma que “[...] precisamos identificar o que os alunos pensam e sabem sobre um determinado tema ou conhecimento escolar, pois isso será basilar para que pensemos no que enfocaremos, nas ênfases que daremos ao tratar pedagogicamente um dado assunto. [...]”.

Sobre a prática docente, costuma-se afirmar que, o objetivo principal é de que os alunos aprendam, logo a atuação destes profissionais da educação é fundamental. Porém, é importante analisar algumas condições quanto ao aprendizado do aluno. Cunha (2019, p. 29) afirma que “na educação, quem mostra o caminho é quem aprende e não quem ensina”.

Freire (1996, p. 24) menciona que “o educador que, ensinando Geografia, castra a curiosidade do educando em nome da eficácia da memorização mecânica do ensino dos conteúdos, tolhe a liberdade do educando, a sua capacidade de aventurar-se”.

A construção e reconstrução do conhecimento geográfico pelo aluno ocorre na escola, mas também fora dela [...] a ampliação desses conhecimentos, a ultrapassagem dos limites do senso comum, o confronto de diferentes tipos de conhecimentos, o desenvolvimento de capacidades operativas do pensamento abstrato são processos que podem ser potencializados com práticas intencionais de intervenção pedagógica (CAVALCANTI, 1998, p. 12).

Antunes menciona que a Geografia para jovens e adultos tem como objetivo colaborar com a formação integral do aluno, auxiliando-o a observar, compreender, refletir sobre o espaço onde ele vive.

Deseja-se, isto sim, um adulto que descobre a Geografia como “ferramenta social” de sua maneira de “pensar do mundo” e de sua forma de “compreender suas transformações”. É por essa razão que o professor para alunos jovens e adultos apresenta competências diferentes das necessárias ao professor que ensina no Ensino Fundamental, pois seu público possui uma história de vida e enfrenta desafios profissionais e interpessoais diferentes que revelam crianças e adolescentes. Não se trata de se apresentar uma Geografia para uns e uma Geografia para outros, mas de adaptar os fundamentos da mesma ciência a realidades essencialmente diferentes (ANTUNES, 2012, p. 54)

O aluno da EJA principalmente, pois eles necessitam de um modelo de didática ultrapassando as partes pedagógicas, necessitando de incentivos psicológicos, emocional, social e cognitivo. Devemos lembrar que o objetivo desse trabalho não é criticar o trabalho docente, mas sim, fazer uma reflexão sobre a Geografia na EJA e a necessidade de criar políticas públicas que observem com mais atenção essa modalidade de ensino que é tão excluída.

Como já foi analisado, os alunos sujeitos da pesquisa são jovens e adultos que não se dedicam somente aos estudos, pois alguns deles são trabalhadores e mães de família. É pre-

ciso refletir sobre quais alternativas deveriam ser realizadas para aproveitar nas aulas tanto de Geografia como nas outras disciplinas. Um dos fatores principais é o professor utilizar o conhecimento do aluno, trazendo para em torno da aula o seu cotidiano, ajudando a aprender e transformar o que ouve para o seu melhor conhecimento.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através desta pesquisa foi possível analisar o ensino de Geografia, especificamente sobre os alunos da EJA do ensino fundamental dos anos finais na Escola Municipal Educandário Dix-Septiense que, de modo em geral, não cursaram integralmente o ensino regular. O questionário aplicado com os alunos serviu para refletir sobre a Educação de Jovens e Adultos na escola onde foi realizada a pesquisa e analisar as práticas de ensino na Educação de Jovens e Adultos no ensino da Geografia, verificando quais as opiniões dos alunos, referentes às temáticas da Geografia, enquanto disciplina da educação básica, e como está sendo o processo de ensino e aprendizagem com os desafios impostos pela pandemia.

O conhecimento dos alunos que participaram da pesquisa ocorre através do trabalho, situações corriqueiras que vivenciam todos os dias, tendo os meios de comunicação como influência para suas atividades do dia a dia. Segundo Freire (1996), a educação de adultos deve estar diretamente voltada ao cotidiano do trabalhador.

O ensino da Geografia é direcionado, na maioria das vezes, em atividades teóricas, onde os alunos são incentivados a respondê-las e fazer leituras de textos. Em outras palavras, é vista como uma matéria “decoreba”, algo que deve ser memorizado. Especificamente para a EJA, o ensino de Geografia está longe de alcançar níveis satisfatórios, em razão das características dos alunos, muitas vezes por suas condições, seus interesses, às vezes pela falta de formação habilitada para os professores, além do elevado número de professores que não são formados na área da Geografia.

Na EJA o ensino de geografia não pode ser como uma enciclopédia, mais precisamente, tratá-la como uma Geografia que contribua para formar alunos cidadãos autênticos, uma Geografia que seja capaz de ensinar a pensar, uma Geografia do bom senso. Há muitas práticas metodológicas que podem auxiliar as aulas de Geografia para essa modalidade, atividades de pesquisas, aulas de campo, metodologias ativas com o uso de tecnologias, músicas, filmes, séries, utilizando os conhecimentos prévios desses alunos sobre o lugar onde eles residem e contextualizar com a Geografia.

Portanto, a perspectiva é que esse trabalho trouxe uma reflexão sobre os problemas referentes à EJA, colaborando com a área pesquisada, avaliando as práticas pedagógicas no ensino da geografia, e contribuindo também com a reflexão de que essa modalidade necessita de atenção do poder público, com a finalidade de melhorar a qualidade de ensino desse país.

## REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel (Org.). **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

ASCENÇÃO, Valéria de Oliveira Roque. **A Base Nacional Comum Curricular e a produção de práticas pedagógicas para a geografia escolar: desdobramentos na formação docente**. Revista Brasileira de Educação em Geografia. Campinas, v. 10, n. 19, p. 173-197, jan./jun., 2020.

ANTUNES, Celso. **Geografia para a Educação de Jovens e Adultos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia**. 3. ed. Brasília: SEF, 2001.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n.º 1, de 5 de julho de 2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Diário Oficial da União, Brasília, 5 jul. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>, acesso em: 03 abr. 2021.

BRASIL. **Parecer n.º 11, de 10 de maio de 2000**. Contempla as funções da Educação de Jovens e Adultos: reparadora, equalizadora e qualificadora. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011\\_00.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf). Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: História e Geografia**. Brasília: SEF, 1997.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto-Lei Nº 1.006 de 30 de dezembro de 1938**. 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 mai. 2021.

COPATTI, Carina. CALLAI, Helena Copetti. **Tensões e intenções entre o professor de geografia e livro didático na prática docente**. Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 52-59, 2018.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. Campinas: Papirus, 1998

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. Eugênio Cunha. 8. ed. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2019.

DIAS, Maria Aparecida da Silva. O USO DO LIVRO DIDÁTICO COMO PRINCIPAL FERRAMENTA NO ENSINO DE GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA. p. 389-399. **Revista de Geografia** (Recife), v. 38, n. 1, 2021.

ESCOLA MUNICIPAL EDUCANDÁRIO DIX-SEPTIENSE. **Projeto Político Pedagógico – PPP**, 2020, Gov. Dix-Sept Rosado/RN

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Governo do Estado do Rio Grande do Norte, dispõe **Decreto Nº 29.524, de 17 de março de 2020**, Disponível em: [http://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id\\_jor=00000001&data=20200318&id\\_doc=677489](http://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20200318&id_doc=677489). Acesso em: 5 fev. 2021.

MOURA, Tania Maria de Melo. **Educação de Jovens e Adultos: currículo, trabalho docente, práticas de alfabetização e letramento**. Maceió: EDUFAL, 2008

MONBEIG, P. **Papel e valor do ensino da geografia de sua pesquisa**. In: Geografia: ensino fundamental / Coordenação, Marísia Margarida Santiago Buitoni. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. 252 p. (Coleção Explorando o Ensino; v. 22)

PAIVA, V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1983.

SELBACH, Simone; ANTUNES, Celso. **Geografia e didática** / Simone Selbach (supervisão geral). 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

O e-book *Pensando novas Geografias: (RE)existências no território Potiguar* trata-se de uma coletânea de estudos e pesquisas escritas por diversos discentes e profissionais da formação e da ciência geográfica do Rio Grande do Norte, o qual teve como objetivo discutir sobre os processos que envolvem as esferas físicas, sociais, políticas, econômicas e culturais diante dos desafios da dinâmica socioespacial do Estado.

Vislumbramos esta publicação como forma de expandir as discussões dos trabalhos acadêmicos apresentados por ocasião do XXVI Encontro Estadual de Geografia do Rio Grande do Norte (EGEORN), evento que, desde o ano de 1999, reúne os cursos de Geografia nos vieses da licenciatura e bacharelado, professores da Educação Básica, geógrafos profissionais e alunos de pós-graduação da comunidade geográfica do estado.

O número de edições do EGEORN constata a consolidação do evento como um (re)encontro acadêmico e de tradição no âmbito dos cursos da Geografia potiguar e, nesta edição, esteve sob a coordenação do Curso de Geografia da UERN, do Campus de Pau dos Ferros (CAPF). É salutar destacar que, mesmo diante de um contexto pandêmico, manteve sua grandiosidade e importância no cenário potiguar, sendo a edição com o maior número de inscrições, que aconteceu de forma remota, de forma gratuita e aberta à comunidade geográfica.

Uma vez evidenciada a necessidade de registro, publicação e posteriores consultas para as demais pesquisas e estudos que versem sobre a Geografia do Espaço Potiguar, esta obra se constitui como um elemento de leitura e pesquisa para conhecimento e divulgação da Geografia Norte-rio-grandense. O seu conteúdo se perpetua como um legado histórico e fruto das discussões proferidas no referido encontro estadual que possibilitou a gênese desta publicação que reúne aportes acadêmicos e científicos. A sua estrutura está dividida em eixos temáticos dos grupos de trabalhos que foram constituídos no evento, a saber: Estudos Urbanos, Estudos agrários, Espaço e Cultura, Estudos Geoambientais e Educação Geográfica. Trata-se, assim, de uma obra que reúne um conglomerado de trabalhos mesclados na multiplicidade de análises em pesquisas e estudos geográficos, configurando, dessa forma, a parte escrita e a de publicação do XXVI EGEORN.

A partir disso, essa coletânea proporciona aos(as) leitores(as), visões, análises e considerações acerca de potencialidades e problemáticas das conjecturas geográficas que constituem o espaço potiguar, sendo sua publicação pioneira nesse segmento. Este e-book é uma partícula de saberes e conhecimentos que julgamos poder dialogar com outros temas geográficos ou de áreas afins, fortalecendo as discussões profissionais e de formação da Geografia.

Por fim, agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) através do auxílio nº 0900/2022, pela contribuição na realização desse material. Do ponto de vista acadêmico e social, consideramos importante a leitura do material aqui apresentado como forma de aprofundar discussões e os desafios de novas geografias que resistem e possam frutificar futuros debates e (re)configurações dos diversos olhares geográficos. Afinal, nossa imagética cartográfica nos lembra a figura de um elefante e, como tal, devemos expandir nossos domínios territoriais e guardar em memória os trabalhos desenvolvidos no XXVI EGEORN.